

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
EM HISTÓRIA SOCIAL**

**ANDRÉ PEREIRA GUIOT**

**DOMINAÇÃO BURGUESA NO BRASIL -  
ESTADO E SOCIEDADE CIVIL NO CONSELHO DE  
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (CDES) ENTRE  
2003 E 2010**

**Professora Orientadora: Virgínia Fontes**

Niterói

Abril de 2015

**ANDRÉ PEREIRA GUIOT**

**DOMINAÇÃO BURGUESA NO BRASIL -  
ESTADO E SOCIEDADE CIVIL NO CONSELHO DE  
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (CDES) ENTRE  
2003 E 2010**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em História, sob a orientação da Professora Doutora Virgínia Fontes.

Niterói

2015

**Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá**

G964 Guiot, André Pereira.

Dominação burguesa no Brasil: estado e sociedade civil no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) entre 2003 e 2010 / André Pereira Guiot. – 2015.

422 f. ; il.

Orientadora: Virgínia Fontes.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2015.

Bibliografia: f. 360-371.

1. Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (Brasil).  
2. Empresário. 3. Empresa. 4. Hegemonia. 5. Silva, Luiz Inácio Lula da, 1945- ; política e governo. I. Fontes, Virgínia. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

**ANDRÉ PEREIRA GUIOT**

**DOMINAÇÃO BURGUESA NO BRASIL -  
ESTADO E SOCIEDADE CIVIL NO CONSELHO DE  
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (CDES) ENTRE  
2003 E 2010**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em  
História Social da Universidade Federal Fluminense  
como requisito parcial para a obtenção do grau de  
Doutor em História.

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Virgínia Fontes – Orientadora (UFF)

---

Prof<sup>o</sup> Dr. Eurelino Coelho (UEFS)

---

Prof<sup>o</sup> Dr. Rodrigo Castelo (UNIRIO)

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Sonia Regina de Mendonça (UFF)

---

Prof<sup>o</sup> Dr. Marcelo Badaró Mattos (UFF)

*Os socialistas burgueses querem as condições de vida da sociedade moderna, sem os conflitos e os perigos que dela necessariamente decorrem. Desejam a sociedade atual, subtraindo dela os elementos revolucionários e que contribuem para a sua dissolução. Querem a burguesia sem o proletariado.(...) Quando convida o proletariado a concretizar seus sistemas e ingressar na Nova Jerusalém, no fundo ele exige apenas que o proletariado se paralise na atual sociedade, mas abandone suas opiniões hostis sobre a mesma. (...) Por mudanças das condições materiais de vida, esse socialismo não entende, de modo algum, a abolição das relações burguesas de produção, só possível por via revolucionária, mas melhorias administrativas a serem realizadas no âmbito das mesmas relações de produção; que, portanto, não mudan nada na relação entre capital e trabalho assalariado e, quando muito, diminuem os custos da dominação para a burguesia e simplificam o trabalho administrativo de seu Estado.*

(MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. O Manifesto do Partido Comunista. In: REIS FILHO, Daniel Aarão (org). *O Manifesto Comunista 150 anos depois: Karl Marx, Friedrich Engels*. RJ: Contraponto, p. 36).

*O mito de que a conciliação elabora as condições históricas de um novo ponto de partida e prepara o caminho da reforma nem merece discussão. A conciliação é, em si e por si mesma, contra-reforma, o expediente para banir e excluir a reforma social da história viva.*

(FERNANDES, Florestan. *Nova República?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1986, p. 70-71)

*A democracia vinculada à opressão econômica, social e política tem de ceder terreno à democracia que se vincula à emancipação civil dos oprimidos e à autonomia dos proletários. Desse ângulo, a democracia não é uma questão abstrata. Ela é uma questão concreta e histórica. A burguesia que falhou no conquistá-la não pode pretender infundir-lhe a sua marca de classe, o seu sinete ideológico, a sua consagração política.*

(FERNANDES, Florestan. *Nova República?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1986, p. 59)

*À Ana Paula, companheira, amiga e paixão de sempre.*

*Aos nossos filhos André e Ana Beatriz  
que alegam nossas vidas.*

## AGRADECIMENTOS

Muitas das questões e inquietações trazidas por esta tese foram atravessadas pelas reflexões levantadas e analisadas magistralmente pelos trabalhos da amiga e orientadora Virgínia Fontes. Devo dizer então que Virgínia sempre esteve presente na elaboração desta tese: como referência teórico-política de análise marxista e como orientadora que apontava e dialogava com questões cirúrgicas que envolviam a pesquisa, que me levava explorar as contradições abarcadas ou apagadas pela documentação. Pensar dialeticamente as contradições do mundo no capitalismo, as formas de mercantilização da vida social e a reflexão historiográfica refinada, crítica, militante, foi um grande aprendizado ao seu lado. Sendo mais fiel, o trabalho de “orientação” com Virgínia foi muito mais que um aprendizado acadêmico e envolveu o alargamento crítico da minha visão de mundo e um trato sincero e afetuoso nas relações interpessoais. Obrigado Virgínia.

Aos professores que compuseram a Banca de Qualificação, Marcelo Badaró Mattos e Sonia Regina de Mendonça pelas valiosíssimas intervenções quanto ao aprimoramento do material e aos rumos necessários que a tese deveria assumir naquele momento, bem como às observações e análises traçadas por ocasião da Banca de Defesa. Aluno de ambos desde a graduação, a especialização e o mestrado, nutro grande admiração e agradecimento, mas também pela excelência das produções acadêmicas que desenvolvem, no campo do marxismo, no Departamento de História da UFF.

Aos professores Rodrigo Castelo e Eurelino Coelho pelas pertinentes e preciosas intervenções, análises e questionamentos por ocasião da Banca de Defesa da tese, capazes de aguçar e oferecer reflexões necessárias ao aprofundamento e ampliação das principais questões e preocupações que envolvem este trabalho.

Cabe aqui lembrar os amigos que me ajudaram nesta empreitada. Eles estão organizados em dois grupos de que participei no período do curso de doutorado. No Grupo de Trabalho e Orientação (GTO), sob coordenação da Prof<sup>a</sup> Virgínia, gostaria de agradecer aos amigos João Paulo, Pedro Henrique Campos e Thiago Ribeiro, importantes interlocutores deste trabalho, mas também os foram Anderson Tavares, Danilo Spinosa, Flávio Calheiros, Rejane Hoeveler e Rodrigo Teixeira. No Núcleo de Pesquisas Estado e Poder no Brasil, foi de grande valia os debates com Camila Pinheiro, Nathália Nicolau, Maurício Margalho, Melissa Natividade, Pedro Cassiano e Ricardo

Augusto. Vale mencionar a rica e consistente contribuição na formação teórica e historiográfica deste doutorando da Prof<sup>a</sup> Sonia Mendonça, coordenadora do Núcleo, uma grande amiga, além de ser uma referência obrigatória entre os historiadores gramscianos que estudam o Estado no Brasil. Esta tese está largamente apoiada tanto no método de trabalho e pesquisa conduzido por Sonia Mendonça, quanto no seu entendimento em relação a alguns conceitos gramscianos.

Os agradecimentos se estendem à Capes, pelo recebimento da bolsa de estudos e à Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias, que concedeu-me licença remunerada para os estudos. Sem estes apoios esta caminhada teria sido muito difícil, senão impossível de se realizar.

Gostaria de agradecer também ao meu amigo Wallace Moraes, companheiro de longos e duros debates, mas sempre respeitosos, acerca de temas políticos e teóricos diversos. Wallace também contribuiu para o aperfeiçoamento do projeto de doutorado. A alusão amistosa e colaborativa vale também para Leonardo Brito, companheiro de preocupações afins e ao Prof<sup>o</sup> Dr. Gelsom Rozentino de Almeida (UERJ/FFP), a quem devo a indicação do objeto de estudo desta tese.

Ao sobrinho Lucas Fortunato, agradeço por ter me socorrido na elaboração de algumas figuras e tabelas.

Todo esse esforço foi cotidianamente impulsionado pelo oxigênio que anima a minha vida: meus filhos André e Ana Beatriz e minha esposa Ana Paula. A eles dedico esta tese.

## Resumo

A tese resulta de uma pesquisa sobre o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) entre 2003 e 2010, embasada no arcabouço teórico marxista de Antonio Gramsci. Ela nasce de uma inquietação que acompanha minha trajetória de pesquisas e leituras há algum tempo e se relaciona às formas e mecanismos pelos quais as classes e frações de classes dominantes no capitalismo contemporâneo (e no Brasil recente em particular) inscrevem seus projetos econômicos e políticos no seio do aparelho de Estado, através de potentes aparelhos privados de hegemonia. Ela mescla, portanto, motivações de ordem teórico-política e tenta contribuir para o estudo de algumas facetas do Estado no Brasil durante os governos Lula da Silva. Nesse período convergiram reivindicações e demandas das distintas entidades da sociedade civil, mas que podem grosso modo ser traduzidas no aprofundamento da aproximação programática de forças sociais díspares, principalmente entre as lideranças do empresariado e da cúpula da burocracia sindical laboral na consolidação de uma hegemonia cuja justificativa social revestia-se de uma aura de desenvolvimento capitalista “com inclusão social”. O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) configurou-se como *um dos palcos* de atuação e amálgama destas forças sociais no interior do aparato estatal com o propósito de *maturar* e *aperfeiçoar* a ampliação das formas de reprodução da acumulação capitalista, sob direção empresarial de grandes monopólios, com feição distributiva oriunda da ressignificação rebaixada das reivindicações populares.

**Palavras-chaves:** CDES – empresariado – hegemonia – governos Lula da Silva

## Abstract

The thesis results from a research about the Economic and Social Development Council (ESDC) between 2003 and 2010, based on Antonio Gramsci's marxist teoretical framework. It borns from a concern since some time related to the forms and mechanisms through which ruling classes and their fractions in contemporary capitalism (and in recent brazilian history, particularly) insert their political and economic projects inside state apparatuses, through powerful private apparatuses of hegemony. So, the thesis mixes theoretical and political motivations and try to contribute to the study of some faces of the state in Brazil along Lula da Silva's Administrations. In that period, converged demands and claims from differents civil society entities, that, *grosso modo*, can be translated in the deepening of the programatic rapprochement between differents social forces, mainly between business community leaderships and the summit of sindical labour bureaucracy, setting a hegemony that social justification shows it self with an aura of capitalist development “with social inclusion”. The Economic and Social Development Council (ESDC) figures as *one of the acting proscenia* and amalgamating place of those social forces inside state apparatuses, purposing to maturate and to improve the expansion of forms of capitalist accumulation reproduction, under huge monopolies business community direction, with distributive feature originated from the downgraded resignification of popular claims.

**Keywords:** ESDC – business community – hegemony – Lula da Silva's Administrations

## LISTA DE FIGURAS

Figura 2.1	Rede representativa do Capital Financeiro no CDES (2003-2010).....	144
Figura 2.2	Laços da conselheira Viviane Senna e do Instituto Ayrton Senna com entidades da sociedade civil e com o meio empresarial.....	149
Figura 3.1	O Processo de Construção da AND.....	248

## LISTA DE ORGANOGRAMAS E FLUXOGRAMAS

Organograma	Organograma do CDES (2005-2010).....	047
Fluxograma 1.1	Funcionamento do Observatório da Equidade.....	062
Fluxograma 1.2	Metodologia Operacional do Observatório da Equidade.....	062

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1.1	Reuniões Plenárias do CDES: periodicidade e pautas (2003-2010) .....	039
Quadro 2.1	Centrais Sindicais presentes no CDES (2003-2010).....	083
Quadro 2.2	Vinculações de conselheiros-sindicalistas com Fundos de Pensão	085
Quadro 2.3	As “Demais Entidades da Sociedade Civil” (2003-2010) .....	087
Quadro 2.4	Lugares e áreas de atuação profissionais dos conselheiros - acadêmicos.....	090
Quadro 2.5	Grupos Econômicos e Firms representados no CDES por Atividade Econômica Principal (2003-2010) .....	098
Quadro 2.6	Conselheiros-empresários não vinculados a Grupos/Firms (2003-2010).....	102
Quadro 2.7	Distribuição dos Conselheiros-Empresários por Atividades Econômicas de seus Grupos Econômicos, Firms e Entidades Associativas (2003-2010).....	103
Quadro 2.8	Classificação agregada dos setores econômicos representados no CDES e respectivos gêneros/atividades.....	108
Quadro 2.9	Classificação dos setores industriais presentes no CDES segundo a intensidade tecnológica.....	113

Quadro 2.10	Capilarizações e entrelaçamentos da ABAG no CDES.....	123
Quadro 2.11	A presença de Grupos Bancários Privados no CDES (2003-2006)	130
Quadro 2.12	Origem do controle acionário e ranking (PL) dos Grupos Bancários Privados presentes no CDES.....	131
Quadro 2.13	Vinculação de conselheiros com setores financeiros não bancários .....	134
Quadro 2.14	Entidades da sociedade civil do setor bancário e financeiro não bancário presentes no CDES.....	137
Quadro 2.15	Cargos ocupados pelos grupos bancários presentes no CDES que participavam simultaneamente em três ou mais associações (2004) .....	138
Quadro 2.16	A presença de conselheiros no BNDES e em Bancos Estaduais de Desenvolvimento.....	143
Quadro 2.17	A presença de conselheiros conectados ao setor bancário e financeiro não bancário em entidades industriais e comerciais.....	146
Quadro 2.18	A presença de conselheiros banqueiros e do setor financeiro não bancário em entidades de formulação, doutrinação e divulgação.....	146
Quadro 2.19	A presença de conselheiros banqueiros e do setor financeiro não bancário nas entidades de empresariamento da questão socioeducacional.....	147
Quadro 2.20	A presença dos Conselheiros-Empresários em suas associações da sociedade civil (2003-2010).....	150
Quadro 2.21	Vinculações dos Conselheiros-Empresários com os demais órgãos da Sociedade Política (por sociedade política).....	169
Quadro 2.22	Dispersão geográfica das transnacionais brasileiras presentes no CDES.....	174
Quadro 2.23	As conexões de Firms e Grupos transnacionalizados brasileiros com o governo e o recebimento de recursos do BNDES .....	176
Quadro 3.1	Linha do Tempo Condensada do CDES (2003-2006).....	187
Quadro 3.2	Problemas detectados e objetivos traçados pelos conselheiros na AND.....	248
Quadro 3.3	As diretrizes estratégicas da AND ante aos objetivos a serem alcançados.....	251
Quadro 3.4	Comparação entre a segunda diretriz do objetivo IV da AND e as propostas do documento da FIEP.....	254
Quadro 3.5	Os Enunciados Estratégicos para o Desenvolvimento ante as Diretrizes Estratégicas da AND .....	266

Quadro 4.1	Eventos de monitoramento e discussões acerca da crise econômica promovidos pelo GACE/CDES ou em parceria (2008-2009).....	295
Quadro 4.2	Conselheiros que mais se envolveram nos debates sobre a crise econômica no CDES.....	295
Quadro 4.3	Eventos promovidos pelo CDES em 2009 para o debate da crise econômica.....	307
Quadro 4.4	Empresários participantes do CDES e do GAC (MF) e suas vinculações com demais agências do Estado restrito (2003-2010).....	323

### LISTA DE TABELAS

Tabela 1.1	Distribuição dos Conselheiros segundo Regiões e Estados (composição em 2003).....	033
Tabela 1.2	Grupos Temáticos e de Acompanhamento criados pelo CDES entre 2003 e 2010.....	057
Tabela 2.1	Evolução relativa dos Grupos Econômicos e Firms no CDES por atividade principal (2003-2010) .....	101
Tabela 2.2	Os 20 maiores doadores da campanha de reeleição de Lula em 2006	155
Tabela 2.3	Ranking 2004 de Grupos Econômicos representados no CDES (ano base 2003).....	156
Tabela 4.1	Desonerações tributárias no segundo governo Lula da Silva (valores em R\$ milhões) .....	316

### LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 2.1	Evolução relativa de conselheiros segundo setores sociais (2003-2010) .....	088
Gráfico 2.2	Evolução numérica absoluta de conselheiros segundo setores sociais (2003-2010).....	092
Gráfico 2.3	Média relativa total de conselheiros segundo setores sociais (2003-2010).....	093
Gráfico 2.4	Variação numérica de Grupos/Firms no CDES segundo atividade econômica principal (2003-2010).....	099
Gráfico 2.5	Gráfico 2.5 - Distribuição regional das sedes de grupos/firms e de entidades representadas pelos conselheiros-empresários (2003) .....	154

Gráfico 2.6	Média do número de Empresas segundo origem das sedes.....	161
Gráfico 2.7	Evolução numérica absoluta de Empresas Brasileiras e Estrangeiras no CDES.....	163
Gráfico 2.8	Transnacionalização dos grupos e firmas presentes no CDES (2003-2010).....	176
Gráfico 4.1	Evolução dos desembolsos promovidos pelo BNDES (2002-2010)	313
Gráfico 4.2	Evolução relativa do crédito bancário no bojo da crise.....	314

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABAD	Associação Brasileira dos Atacadistas Distribuidores
ABAG	Associação Brasileira de Agribusiness
ABBC	Associação Brasileira dos Bancos Comerciais
ABBI	Associação Brasileira de Bancos Internacionais
ABCOOP	Aliança Brasileira de Cooperativas
ABDI	Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial
ABDIB	Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base
ABECITRUS	Associação Brasileira dos Exportadores de Cítricos
ABEL	Associação Brasileira de Empresas de Leasing
ABF	Associação Brasileira de Franchising
ABIFA	Associação Brasileira de Fundição
ABIGRAF	Associação Brasileira da Indústria Gráfica
ABIMAQ	Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos
ABINEE	Associação Brasileira de Indústria Eletroeletrônica
ABINFINA	Associação Brasileira da Indústria da Química Fina
ABIQUIM	Associação Brasileira da Indústria Química e Derivados
ABIT	Associação Brasileira de Indústria Têxtil
ABONG	Associação Brasileira das ONGs
ABRAD	Associação Brasileira das Administradoras de Consórcio dos Distribuidores de Veículos Automotores
ABRALIMP	Associação Brasileira do Mercado de Limpeza Profissional
ABRAMAT	Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção
ABRAS	Associação Brasileira de Supermercados
ABRASCE	Associação Brasileira de Shopping Center
ABRASCO	Associação Brasileira de Saúde Coletiva
ABRINQ	Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos
ACE	Acordo Coletivo Especial
ACIUB	Associação Comercial e Industrial de Uberlândia
ACMinas	Associação Comercial de Minas
ACPA	Associação Comercial do Pará
ACREFI	Associação Nacional das Instituições de Crédito, Financiamento e Investimento
ACRISSUL	Associação dos criadores do Mato Grosso do Sul
ACRGS	Associação Comercial do Rio Grande do Sul
ACRJ	Associação Comercial do Rio de Janeiro
ACSP	Associação Comercial de São Paulo
ADVB	Associação dos Dirigentes de Marketing e Vendas do Brasil
AEB	Associação de Comércio Exterior do Brasil
AICESIS	Associação Internacional dos Conselhos Econômicos e Sociais e Instituições Similares
ALADDA	Associação Latino-americana de Distribuidores de Automotores
AMB	Associação dos Magistrados Brasileiros
ANAC	Agência Nacional de Aviação Civil
ANAMACO	Associação Nacional de Comerciantes de Materiais de Construção
ANATEL	Agência Nacional de Telecomunicações
ANBID	Associação Nacional dos Bancos de Investimento e

	Desenvolvimento
ANBIMA	Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais
ANC	Agenda para um Novo Ciclo de Desenvolvimento
ANCAB	Associação Nacional das Empresas Concessionárias de Aeroportos Brasileiros
AND	Agenda Nacional de Desenvolvimento
ANDIB	Associação Nacional dos Bancos de Investimento
ANDIMA	Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto
ANEFAC	Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade
ANFAVEA	Associação Nacional de Veículos Automotores
ANFIC	Associação Nacional das Instituições de Crédito, Financiamento e Investimento
ANPROTEC	Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores
APH's	Aparelhos Privados de Hegemonia
APEOESP	Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo
APLA	Associação Petroquímica Latino-Americana
APROMIN	Associação Brasileira para o Progresso da Mineração
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
ARES	Instituto para o Agronegócio Responsável
ASGAV	Associação Gaúcha de Avicultura
ASSIMPI	Associação Nacional dos Sindicatos da Micro e Pequena Indústria de São Paulo
ASSOBENS	Associação Brasileira dos Distribuidores Mercedes-Benz
ASSOBRAVE	Associação Brasileira de Revendedores Autorizados Volkswagen
ASSUCAL	Associação dos Produtores Independentes de Açúcar e Alcool de Alagoas
BACEN	Banco Central
BADEP	Banco de Desenvolvimento do Paraná S/A
Banrisul	Banco do Estado do Rio Grande do Sul
BDMG	Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BM&FBovespa	Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BRACELPA	Associação Brasileira de Papel e Celulose
Bradespar	Bradesco Participações S.A.
BRDE	Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul
CACEB	Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil
CAIs	Complexos agroindustriais
CAMEX	Câmara de Comércio Exterior
CBIC	Câmara Brasileira da Indústria da Construção
CBMM	Cia Brasileira de Metalurgia e Mineração
CCT	Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia
CDES	Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social
CEAL	Conselho de Empresários da América Latina
CEAMIN	Centro de Estudos Avançados em Mineração e Diretor
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base

CEBES	Centro Brasileiro de Estudos de Saúde
CECON	Centro de Estudos de Conjuntura
CEF	Caixa Econômica Federal
CESIT	Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho
CESP	Conselho Administrativo das Empresas Energéticas do Estado de São Paulo
CETEC/MG	Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais
CETESB	Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental do Estado de São Paulo
CEO	Chief Executive Officer
CF/88	Constituição Federal de 1988
CGT	Central Geral dos Trabalhadores
CGTB	Central Geral dos Trabalhadores do Brasil
CICI/MG	Centro das Indústrias das Cidades Industriais de Minas Gerais
CIDE	Contribuição Interventiva no Domínio Econômico
CIEE	Centro de Integração Empresa Escola
CIEMG	Centro Industrial e Empresarial de Minas Gerais
CIERGS	Centro das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul
CIESC	Centro das Indústrias do Estado de Santa Catarina
CIESP	Centro das Indústrias do Estado de São Paulo
CIMEB	Conselho Interdenominacional de Ministros Evangélicos do Brasil
CIVES	Associação Brasileira de Empresários para a Cidadania
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CMN	Conselho Monetário Nacional
CNA	Confederação Nacional da Agricultura
CNAE	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNB	Comando Nacional dos Bancários
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos no Brasil
CNC	Confederação Nacional do Comércio
CNDI	Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial
CNF	Confederação Nacional das Instituições Financeiras
CNI	Confederação Nacional da Indústria
CMN	Conselho Monetário Nacional
CNSEG	Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização
CNTE	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
CNTI	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria
COAGRO-CNI	Conselho Nacional das Agroindústrias Brasileira
COBAP	Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionista
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
COMPERJ	Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro
CONAMP	Associação Nacional de Membros de Ministério Público
CONEX	Conselho Consultivo do Setor Privado
CONIC	Presidente Conselho Superior de Inovação e Competitividade
CONSAGRO	Conselho de Agronegócio
CONSIF	Confederação Nacional do Sistema Financeiro
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura
COPOM	Comitê de Política Monetária
COSAG/FIESP	Conselho Superior de Agronegócio (FIESP)
COSEMA	Conselho Superior de Meio Ambiente

Credicoapec	Cooperativa de Crédito Rural
CRVD	Companhia Vale do Rio Doce
CSE	Comitês Sindicais de Empresa
CSLL	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
CSN	Cia. Siderúrgica Nacional
CSP-Conlutas	Central Sindical e Popular
CTB	Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil
CTECH	Comitê Nacional de Desenvolvimento Tecnológico da Habitação
CT&I	Ciência, Tecnologia e Informação
CUT	Central Única dos Trabalhadores
CVRD	Companhia Vale do Rio Doce
DEAGRO	Divisão de Insumos do Departamento de Agronegócio
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos
DRU	Desvinculação das Receitas da União
EED	Enunciados Estratégicos para o Desenvolvimento
END	Enunciados Estratégicos para o Desenvolvimento – p.19 rodapé
FAT	Fundo de Amparo do Trabalhador
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FAPEMIG	Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais
FAPESP	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FASFIL	Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos
FEA-USP	Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo
FEBRABAN	Federação Brasileira de Associações de Bancos
Febrafarma	Federação Brasileira da Indústria Farmacêutica
Fecomercio	Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo
FEF	Fundo de Estabilização Fiscal
FENABAN	Federação Nacional dos Bancos
FENABRAVE	Federação Nacional de Revendedores Autorizados de Veículos Automotores
FENACREFI	Federação Interestadual das Instituições de Crédito, Financiamento e Investimento
FENADISTRI	Federação Nacional das Empresas Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários
FENASEG	Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e Capitalização
FERAESP	Federação de Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo
FETRAF-SUL	Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FGV-RJ	Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIEA	Federação das Indústrias do Estado do Acre
FIEBA	Federação das Indústrias do Estado da Bahia
FIEC	Federação das Indústrias do Estado do Ceará
FIEMG	Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais
FIERGS	Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul

FIEP	Federação das Indústrias do Estado do Paraná
FIIPA	Federação das Indústrias do Estado do pARÁ
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
FIESC	Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FINAME/BNDES	Programa de Financiamento de Máquinas e Equipamentos do BNDES
FIRJAN	Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
FNDCT	Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
FNDR	Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional
FNS	Fórum Nacional Sucrealcooleiro
FNT	Fórum Nacional do Trabalho
FS	Força Sindical
FSE	Fundo Social de Emergência
FUNADESP	Fundação Nacional de Desenvolvimento do Ensino Superior Particular
FUNCEF	Fundação dos Economiários Federais
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
FS	Força Sindical
GAC (MF)	Grupo de Acompanhamento da Crise do Ministério da Fazenda
GACE	Grupo de Acompanhamento de Conjuntura Econômica
GA's	Grupos de Acompanhamento
GAPS	Grupo de Acompanhamento e Políticas Sociais
GT	Grupo Temático
GTFED	Grupo Temático Fundamentos Estratégicos do Desenvolvimento
IAS	Instituto Ayrton Senna
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRAM	Instituto Brasileiro de Mineração
ICONE	Instituto de Estudos do Comércio e Relações Internacionais
IDV	Instituto para Desenvolvimento do Varejo
IEDI	Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial
IEPE	Instituto de Estudos de Política Econômica
IETS	Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade
IFES	Instituto Federal de Ensino Superior
IGF	Imposto sobre Grandes Fortunas
INAE	Instituto Nacional de Altos Estudos
INESC	Instituto de Estudos Socioeconômicos
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MAPA	Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MBC	Movimento Brasil Competitivo
MCT	Membro do Conselho de Ciência e Tecnologia
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEC	Ministério da Educação
MPT	Ministério Público do Trabalho

MRE	Ministério das Relações Exteriores
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
MTE	Movimento Todos pela Educação
NCST	Nova Central Sindical de Trabalhadores
OCB	Organização das Cooperativas Brasileiras
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONGs	Organizações Não Governamentais
OSESP	Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PCF	Partido Comunista Francês
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PDP	Programa de Desenvolvimento Produtivo
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PENSA/USP	Programa de Estudos e Negócios do Sistema Agroindustrial
PETROS	Fundo de Pensão dos Funcionários da Petrobrás
PIB	Produto Interno Bruto
PINTEC	Pesquisa Industrial de Inovação Tecnológica
PIS	Programa de Integração Social
PITCE	Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior
PlanSeq BF	Programa de Setorial de Qualificação para Beneficiários do Programa Bolsa Família
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNBE	Pensamento Nacional das Bases Empresariais
PNQ	Plano Nacional de Qualificação
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPP's	Parcerias Público-Privadas
PREVI	Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco
PSI	Programa de Sustentação dos Investimentos
PROCAP BK	Programa de Capitalização de Empresas Fabricantes de Bens de Capital
ProJovem	Programa Nacional de Inclusão de Jovens
ProUni	Programa Universidade para Todos
PROTEC	Sociedade Brasileira Pró-Inovação Tecnológica
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PwC	Price-Waterhouse Coopers-Brasil
ReUni	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades
SBF	Setor Bancário e Financeiro não Bancário
SC	Serviços e Comércio
SCA	Conselho da Sociedade Corretora de Alcool
SDH	Secretaria de Direitos Humanos
SEDES	Secretaria Especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social
SIMEFRE	Sindicato Interestadual da Indústria de Materiais e Equipamentos Ferroviários e Rodoviários
SINDIMAQ	Sindicato Nacional da Indústria de Máquinas e Equipamentos
SINDITEXTIL	Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem do Estado de São Paulo

SINFAVEA	Sindicato Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores
SINQUIRJ	Sindicato da Indústria de Produtos Químicos para Fins Industriais do Estado do Rio de Janeiro
SNA	Sociedade Nacional de Agricultura
SRI	Secretaria de Relações Institucionais
SRB	Sociedade Rural Brasileira
SUS	Sistema Único de Saúde
SUSP	Sistema Único de Segurança Pública
TPE	Movimento Todos Pela Educação
UBC	União Brasileira de Cegos
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UGT	União Geral dos Trabalhadores
UNASCO	União Nacional das Associações Cooperativas
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNICA	União das Indústrias de Cana-de-Açúcar
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNISOL	União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Social
USIMINAS	Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	1
<b>CAPÍTULO 1 – ESTRUTURA NORMATIVA, MODO DE FUNCIONAMENTO E INSTÂNCIAS INTERNAS DO CDES</b>	
1.1 – Introdução .....	32
1.2 - A Plenária do CDES .....	32
1.3 - A Secretaria do CDES – a SEDES .....	45
1.4 - Os Grupos de Trabalho e de Acompanhamento .....	52
1.5 – Observatório da Equidade .....	59
1.5.1 – Considerações sobre o tema da equidade .....	64
1.6 - O Comitê Gestor .....	69
<b>CAPÍTULO 2 – CLASSES, FRAÇÕES DE CLASSES DOMINANTES E SUAS ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL NO CDES</b>	
2.1 - Hipóteses de trabalho .....	79
2.2 - Os segmentos não empresariais no CDES .....	82
2.2.1 - O sindicalismo laboral .....	82
2.2.2 - As Demais Entidades da Sociedade Civil.....	86
2.2.3 - Acadêmicos e personalidades .....	89
2.2.4 - A proporcionalidade entre os segmentos representados .....	91
2.3 - As frações do capital e seu entrelaçamento .....	94
2.3.1 - Abordagem teórica utilizada na pesquisa para o estudo das frações ....	94
2.3.2 - O predomínio de setores empresariais de atividade industrial .....	97
2.3.3 - Setores da fração industrial (produtora de valor).....	102
2.3.3.1 – A fração produtora de valor, commoditização e intensificação tecnológica.....	106
2.3.3.2 – Breve estudo da agroindústria no CDES .....	116
2.3.3.3 - Sumária reflexão sobre o debate da commoditização.....	125

2.3.4 – Grupos bancários, setores financeiros não bancários e associações da sociedade civil no CDES (2003-2006).....	129
2.3.4.1 – Os grupos bancários no CDES .....	129
2.3.4.2 – As associações da sociedade civil do setor bancário e financeiro atuantes no CDES .....	135
2.3.4.3 – As vinculações de conselheiros em associações empresariais não bancárias da sociedade civil.....	145
2.3.5 - A organização dos conselheiros-empresários nos aparelhos privados de hegemonia empresariais da sociedade civil.....	150
2.4 – Doações eleitorais e concentração e centralização do capital no CDES .....	155
2.5 - Os grupos e firmas representados no CDES segundo origem de suas sedes.....	159
2.6 - Vinculações dos Conselheiros-Empresários com os demais órgãos da Sociedade Política.....	165
2.7 - Transnacionalização de Grupos Econômicos presentes no CDES .....	169
2.8 - O CDES como baluarte da “democratização às avessas” .....	179
 <b>CAPÍTULO 3 – O DESENVOLVIMENTO EM DEBATE: AS LINHAS DE CLIVAGENS E A MONTAGEM DA HEGEMONIA SOCIAL-LIBERAL DO GRANDE CAPITAL PRODUTOR DE VALOR NO CDES (2003-2006)</b>	
3.1 – Introdução .....	183
3.2 – As Cartas de Concertação (2003-2004) .....	188
3.3 – A construção da noção de “desenvolvimento com equidade” e as tensões em torno da política econômica no CDES (2004-2005) .....	205
3.4 – O debate acerca da ampliação da composição do Conselho Monetário Nacional (CNM) .....	229
3.5 – A Agenda Nacional de Desenvolvimento (AND).....	246
3.6 – Os Enunciados Estratégicos para o Desenvolvimento (EED) e o debate dos conselheiros com a FGV-RJ .....	256
3.6.1 – O debate dos conselheiros com a FGV-RJ .....	256
3.6.2 – Os Enunciados Estratégicos para o Desenvolvimento (2006).....	265
3.7 – Conclusão .....	274
 <b>CAPÍTULO 4 – O CDES DIANTE DA CRISE ECONÔMICA: CÂMARA DE GESTÃO PARA O CAPITAL E CANAL DE SUBSUNÇÃO REAL DOS</b>	

## **TRABALHADORES (2007-2010)**

4.1 – Sumário contexto do CDES no período da crise, periodização e hipóteses de trabalho .....	281
4.2 – O CDES como célula de gestão da crise para o capital pela via da gestão econômica .....	293
4.2.1 – A crise e o grande capital no CDES: expectativas, demandas e consagrações .....	296
4.2.2 – Estado enfrenta a crise para o Capital: breves considerações acerca das políticas públicas no período de crise .....	312
4.2.3 – Crise e classe trabalhadora no CDES: bancarização e empresariamento .....	317
4.2.4 - Os conselheiros-empresários no Grupo de Acompanhamento da Crise do Ministério da Fazenda (GAC) .....	320
4.3 – O CDES como canal ou plataforma de disponibilização de força de trabalho e de expropriações secundárias para o capital diante da crise .....	325
4.4 – Conclusão .....	344
<b>5.0 – CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>350</b>
<b>6.0 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E FONTES .....</b>	<b>360</b>
<b>7.0 – ANEXOS .....</b>	<b>371</b>

## INTRODUÇÃO

A tese resulta de uma pesquisa sobre o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) entre 2003 e 2010, embasada no arcabouço teórico marxista de Antonio Gramsci. Ela nasce de uma inquietação que acompanha minha trajetória de pesquisas e leituras há algum tempo e se relaciona às formas e mecanismos pelos quais as classes e frações de classes dominantes no capitalismo contemporâneo (e no Brasil recente em particular) inscrevem seus projetos econômicos e políticos no seio do aparelho de Estado, através de potentes aparelhos privados de hegemonia. Ela mescla, portanto, motivações de ordem teórico-política e tenta contribuir para o estudo de algumas facetas do Estado no Brasil durante os governos Lula da Silva. Nesse período convergiram reivindicações e demandas das distintas entidades da sociedade civil, mas que podem grosso modo ser traduzidos no aprofundamento da aproximação programática de forças sociais díspares, principalmente entre as lideranças do empresariado e da cúpula da burocracia sindical laboral na consolidação de uma hegemonia cuja justificativa social revestia-se de uma aura de desenvolvimento capitalista “com inclusão social”. O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) configurou-se como *um dos palcos* de atuação e amálgama destas forças sociais no interior do aparato estatal com o propósito de *maturar e aperfeiçoar* a ampliação das formas de reprodução da acumulação capitalista, sob direção empresarial de grandes monopólios, com feição distributiva oriunda da ressignificação rebaixada das reivindicações populares.

Esta tese está atravessada por quatro grandes questões. Elas se imbricam, se complementam e se direcionam diretamente ao estudo de *um dos muitos operadores coletivos* do exercício da dominação da ordem burguesa no Brasil sob os governos Lula da Silva que, neste estudo, é o CDES.

A primeira delas refuta qualquer concepção de que a sociedade civil corresponde ao “público não-estatal”, definição cara aos intelectuais social-liberais. Surgida no Brasil no decorrer dos anos 90, esta noção de sociedade civil operou como força categorial com vistas à implementação da Reforma do Aparelho do Estado, iniciada em 1995 e conduzida pelo então ministro de Fernando Henrique Cardoso (FHC), Luiz Carlos Bresser Pereira. O espaço “público não-estatal” era constituído, nessa acepção, pelo conjunto de entidades denominadas “organizações sociais” e congêneres “sem fins lucrativos”, que passaram a assumir a execução de políticas públicas ditas “não-exclusivas” do Estado. Os intelectuais orgânicos burgueses definiam o “público não-estatal” como esfera que não se confundia nem com o

Estado (político) e nem com o mercado (econômico), remetendo-o a um suposto “Terceiro Setor”, adequado ao trato do “social” posto que suscetível de maior “controle social”. Assim, o conceito de sociedade civil deslizava do terreno do conflito social e da produção da contra-hegemonia em acenso durante os anos 80 para o gerenciamento privatista do fundo público, em especial nas áreas sociais.

A pesquisa apresentada nesta tese enfrenta cabalmente a concepção de sociedade civil desprovida conteúdo classista e desagregada do Estado, o que encolhe e/ou dilui a noção de política, poder e dominação. O Estado no Brasil está atravessado pela sociedade civil e essa expressa as mediações presentes entre as relações sociais de produção (não se subtrai às contradições de classe) e a organização do Estado, com vistas à produção e disseminação do convencimento: “a sociedade civil conecta o âmbito da dominação direta (a produção), por meio de sua organização e de seus intelectuais, ao terreno da direção geral e do comando sobre o conjunto da vida social, através do Estado”.<sup>1</sup> No estudo sobre o CDES, a maioria esmagadora dos conselheiros foram organizadores de enorme variedade de entidades da sociedade civil, mesmo aqueles que não foram convocados em razão do credenciamento junto à sociedade civil (ocasião típica dos banqueiros).

Nas duas últimas décadas, inclusive, empresas e corporações capitalistas têm sido convocadas, cada vez mais, para investir pesadamente, como demiurgos da “responsabilidade social”, na organização da produção do consenso burguês, operando como aparelhos privados de hegemonia através de seus programas, institutos e fundações na atuação junto ao sistema educacional, ao complexo cultural, à questão ambiental e ao gerenciamento precário e pragmático de situações que aflingem cotidianamente as classes subalternas (desemprego, violência, pauperismo, drogas etc), a despeito de silenciarem quanto às fontes de produção das desigualdades socioeconômicas no capitalismo. Ocultações de antagonismos, contradições e conflitos de classes caminham lado a lado com a expansão da mercantil-filantropia e com a ampliação das margens de lucro derivada do “marketing social”.

Ora, como se sabe, a construção deste projeto de sociabilidade que envolve a conexão íntima entre a sociedade civil concebida como “público não-estatal” e a “democratização do Estado” por meio do “controle social” das políticas públicas não se originou da iniciativa dos governos Lula da Silva, mas neles aprofundou ou facilitou o “momento catártico” das classes dominantes através da criação de novos instrumentos, instalados no âmbito do Estado restrito,

---

<sup>1</sup> FONTES, Virgínia. A sociedade civil no Brasil contemporâneo: lutas sociais e luta teórica na década de 1980. In: LIMA, Júlio César França (org). *Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006, p. 213.

responsáveis pelo acolhimento e refinamento das demandas empresariais que *precisavam* da participação ativa das lideranças de alguns grupos sociais de origem não empresarial e de origem subalterna - e aqui chego na segunda grande inquietação desta tese.

As relações entre Estado e sociedade civil operadas durante os governos Lula da Silva também se configuraram através da ampliação da introjeção de aparelhos privados de hegemonia empresariais da sociedade civil no âmbito do Executivo, *sob o formato de “democratização participativa das decisões”*. Ao fazê-lo, cabe lembrar, não escanteou a função das “fundações privadas e associações sem fins lucrativos” (FASFIL) na execução das políticas sociais inauguradas pelos governos FHC, passando de 276 mil entidades em 2002 para 290,7 mil em 2010, mantendo a representação de mais da metade (52,2%) do total de entidades sem fins lucrativos,<sup>2</sup> mas a elas agregaram novos constructos institucionais de porosidade empresarial.

O movimento tomou alcance maior: não se tratava apenas de fomentar entidades civis sob coordenação empresarial através de “contratos de gestão” ou “termos de parceria” na consecução de serviços públicos, mas, *também* por meio do CDES, de instituir o *empresariamento da gestão participativa no interior do aparato estatal*. Sob incontestado domínio empresarial, várias instâncias de articulação política foram abertas na aparelhagem estatal, mas a pesquisa acerca do CDES irá mostrar ao leitor uma singularidade marcante: o amadurecimento, através de um exercício paciente e cauteloso, da hegemonia empresarial do grande capital monopolista em face dos demais capitais e aos demais grupos sociais representados.

Além da representação empresarial, coabitavam num mesmo espaço de discussão e de formulação de propostas lideranças de diversas associações privadas da sociedade civil, nem todas empresariais, a burocracia sindical laboral e intelectuais acadêmicos que traziam (alguns pelo menos), em sua trajetória, certa correspondência com o histórico de lutas e reivindicações populares. A ausência de militantes que encarnassem a representação de um projeto autenticamente contra-hegemônico nas plenárias do CDES, não desabonou, ao contrário, os intelectuais orgânicos do capital de empreenderem esforços para que o exercício da dominação de classes passasse a requerer o consenso e a legitimidade dos demais grupos sociais representados como referências básicas e precípuas para a produção paulatina de uma *soldagem e/ou amalgamento, ainda que sob tensões*, ante ao projeto de sociabilidade social-liberal e “novo-desenvolvimentista” *dirigido pelo grande capital monopolista*.

---

<sup>2</sup> Disponível em <<http://www.gife.org.br/arquivos/publicacoes/25/FASFIL%202010.pdf>>. Acesso em 19/02/2015.

A pesquisa sobre o CDES mostrará, como terceira grande questão que a atravessa, como esta instituição estatal *fomentou, permitiu e expressou a operacionalização da hegemonia empresarial* sobre o conjunto das agências e agentes da sociedade civil *ali presentes* e não sobre o conjunto das relações sociais brasileiro. Isto foi viabilizado não apenas pelos operadores governamentais (secretários-executivos e funcionários da Secretaria do Conselho, ministros de Estado e o próprio Presidente da República), mas, sobretudo, por meio de uma *espécie de exercício permanente de gestão interna de conflitos* dentro de uma proposta de “pactuação” e “concertação” social.

A quarta grande interrogação que atravessa a tese trata da questão da hegemonia. As principais investigações sobre o tema da hegemonia no Brasil recente abrem reflexões sobre quais classes e frações de classes dominantes imprimem a direção da construção permanente do consenso ativo e sobre a sua significação, isto é, abordam linhas mestras mais visíveis do conteúdo do projeto de hegemonia nos governos Lula da Silva. Alguns analistas e movimentos sociais consideram que não há hegemonia e que, portanto, as burguesias brasileiras asseguram a dominação sob a estrita forma autocrática. A posição que sustenta a ausência de hegemonia pode também ser encontrada pela análise de Singer sobre o papel dos governos Lula e Dilma em “equilibrar as classes fundamentais – proletários e capitalistas -, pois o seu sucesso depende de que nenhuma delas tenha força para impor os próprios desígnios (...)”<sup>3</sup> defendendo o bonapartismo. Para Boito Jr., a hegemonia, nos governos Lula da Silva, estava em disputa entre as frações da burguesia que compunham o bloco no poder: a burguesia interna liderava uma frente neodesenvolvimentista composta pelos setores sindicais e popular – que o governo buscava manter e consolidar - em oposição a outra parcela da burguesia brasileira (a compradora) integrada ao capital financeiro internacional e a setores conservadores.<sup>4</sup> Para muitos, a sociabilidade do capital inaugurada na década de 90 segue sendo dirigida por uma classe de rentistas e financistas internacionais, sinonimizada de “capital financeiro”, e que se expressa por vários mecanismos, mas principalmente no avanço corrosivo sobre o montante de recursos públicos do Estado em razão de pagamentos dos juros de títulos da dívida pública. Por fim, Chico de Oliveria sustenta que a hegemonia operada nos governos Lula da Silva assumiu um sentido “às avessas” a qual, na “nova dominação”, os dominados realizam a “direção moral” da sociedade e “os dominantes (...) consentem em ser

---

<sup>3</sup> SINGER, André. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo, Cia das Letras, 2012, p. 200.

<sup>4</sup> BOITO Jr., Armando. Governos Lula: a nova burguesia nacional no poder. In: BOITO Jr. Armando e GALVÃO, Andréia. (orgs.). *Políticas e classes sociais no Brasil dos anos 2000*. São Paulo: Palamedia, 2012.

politicamente conduzidos pelos dominados, com a condição de que a “direção moral” não questione a forma da exploração capitalista”.<sup>5</sup>

Esta tese não interpela diretamente as posições acima – que não exaurem o debate - no sentido de travarmos uma discussão acerca da maior ou menor proximidade perante a elas, mas é inequívoco que o estudo sobre as formas de operacionalização da hegemonia no Brasil recente a atravessa em sua inteireza. De fato, ainda que não tenhamos a pretensão de decifrá-la, a tese parte da posição de que a hegemonia burguesa no Brasil recente se consolida e se aprimora nos governos Lula da Silva, mas que neles não se inaugura. *Um dos* aspectos inovadores trazidos pelo estudo sobre o CDES, no que tange ao aperfeiçoamento e alcance desta hegemonia, é o de que no Conselho se alimentava, se sedimentava e se exercitava um *aprendizado pedagógico “civilizatório” de inserção, de formas de atuação e de posicionamentos frente à luta política*, requalificando e readaptando os termos e os terrenos possíveis da concepção e do exercício da democracia e das práticas democráticas, subvertendo-as em favor da direção dada pelo grande empresariado. Esta inovação apenas pôde sobrevir no lastro de outra que a sustentou e que foi peculiar ao CDES: a da intromissão de organizações que expressavam os anseios da grande maioria, mas que ou previamente ou meteoricamente se amoldaram ao exercício da colaboração de classes, quando do ingresso ao CDES, corroborando, ainda que sob tensões, na inauguração da reconfiguração do Estado ampliado, subsistindo a forma seletiva, pois era óbvio que as burguesias compareciam em peso, mas de novo tipo, posto que o projeto hegemônico em aprimoramento *requisitava* novos figurantes que carregassem a marca social do novo governo, mas desde que consensualizassem ativamente com a direção imprimida pelo grande capital. Este foi o caminho pelo qual levantaram a bandeira da “democracia”, afastando os riscos de acusação de “sovietização”. Este aspecto será melhor trabalhado na conclusão da tese.

Além da apresentação das quatro grandes questões da tese, esta introdução sumariza distintas apreensões teóricas e metodológicas dos estudos sobre as relações entre Estado e Sociedade Civil, tendo como norte apresentar algumas preocupações minhas ao pesquisar o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), além de trazer um debate com os principais autores que estudaram o CDES.

O estudo sobre o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) durante os governos Lula da Silva (2003-2010) objetiva engrossar as fileiras de pesquisas acadêmicas

---

<sup>5</sup> OLIVEIRA, Francisco. Hegemonia às avessas. In: OLIVEIRA, Francisco. BRAGA, Ruy e RIZEK, Cibele. *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 27.

no país que se balizam na formulação teórica do marxista sardo Antonio Gramsci acerca do Estado ampliado. Para tanto, ela refuta abordagens que reproduzem *relações de exterioridades* entre Estado e classes sociais na teoria e no método de investigação histórica sob o capitalismo contemporâneo. Estas abordagens traduzem-se, grosso modo, naquilo que Nicos Poulantzas denominou de Estado Objeto ou Estado-Coisa e Estado Sujeito.<sup>6</sup>

A abordagem teórica a qual Poulantzas denomina de “Estado Objeto” provém explicitamente da crítica às correntes ortodoxas do marxismo, as quais compreendem o Estado como “instrumento passivo”, manipulável pelas classes ou frações de classes monopolistas. Poulantzas dialogava especialmente com as direções políticas do Partido Comunista Francês (PCF) ao qual, durante sua trajetória, havia entendido o Estado como “fundido” e “a serviço exclusivo” do capital monopolista, sem apresentar “autonomia própria”, permitindo-lhe assim entender como “ferramenta” ou “instrumento” dos dominantes.<sup>7</sup>

Gramsci se opôs, no cárcere, às manifestações políticas e teóricas derivadas da instrumentalização do Estado pelos movimentos e partidos comunistas de sua época. Dentre outras intervenções produzidas no cárcere, destaca-se sua oposição às formulações do movimento comunista internacional (sob liderança de Stálin e seus seguidores), por ocasião da adoção linha política conhecida como “virada esquerdista” (1929-1934). A linha política adotada pela Internacional veio de encontro às táticas refletidas por Gramsci como adequadas para os caminhos revolucionários nos países do Ocidente, isto é, nas sociedades em que o avanço das forças produtivas e da socialização das formas organizativas de intervenção política precipitava avanços consideráveis.

Entendendo o Komintern que a crise econômica anunciava iminente colapso do capitalismo, destacadas lideranças do movimento anteviam a abertura necessária de uma vaga revolucionária mundial. Gramsci foi peremptoriamente contrário à iniciativa, mantendo-se fiel à tática da frente única estabelecida em 1921 por Lênin e abandonada inteiramente pelo Komintern em 1928. Contudo, Gramsci a retoma reelaborando-a sob o desenvolvimento da “hegemonia política”:<sup>8</sup>

Parece-me que Ilitch havia compreendido a necessidade de uma mudança da guerra manobrada, aplicada vitoriosamente no Oriente em 1917, para a guerra de posição,

<sup>6</sup> POULANTZAS, Nicos. *O Poder, o Estado e o Socialismo*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2ª Ed, 1985.

<sup>7</sup> Idem, p. 148.

<sup>8</sup> COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp. 150-151 e 157-160, grifos meus. Ainda sobre a posição de Gramsci na “virada” do PCI em 1929, ver também VACCA, Giuseppe. *Vida e pensamento de Antonio Gramsci: 1926-1937*. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira; Rio de Janeiro: Contraponto, 2012, p. 142-143.

que era a única possível no Ocidente, onde, como observa Krasnov, num breve espaço de tempo os exércitos podiam acumular quantidades enormes de munição, onde os quadros sociais eram por si sós ainda capazes de se tornarem trincheiras municiafíssimas. Parece-me este o significado da fórmula da “frente única” (...) Só que Ilitch não teve tempo de aprofundar sua fórmula, mesmo considerando que ele só podia aprofundá-la teoricamente, quando, ao contrário, a tarefa fundamental era nacional, isto é, **exigia um reconhecimento do terreno e uma fixação dos elementos de trincheira e de fortaleza representados pelos elementos de sociedade civil.**<sup>9</sup>

Dando novas roupagens à categoria “sociedade civil” em Marx, Engels e Lênin, ampliando-a ao analisar as determinações inauguradas pela dinâmica do capitalismo de sua época, precisamente o avanço das forças produtivas e o processo de socialização da política, Gramsci, na esteira de seus antecessores, *jamais* a secciona da totalidade na qual emerge, *jamais* lhe retira ou desbota das lutas entre as classes sociais existentes na vida social. Desse modo, o marxista sardo argutamente averiguava que as entidades que compunham a sociedade civil haviam se expandido e se adensado, desde 1870, através de uma miríade complexa, diferenciada e intrincada de trincheiras, casamatas e fortificações burguesas, responsáveis, simultaneamente, pela produção, expansão e blindagem dos interesses dos grupos dominantes.

O conceito de sociedade civil procura dar conta das formas pelas quais as classes e frações de classes em luta *organizam-se, articulam-se, produzem e disseminam visões de mundo (cultura, formas de ser, sociabilidades)* adequadas ou ao universo burguês, irradiando formas de dominação com vistas a assegurar a adesão dos setores subalternos (hegemonia) ou, ao contrário, à preparação da emancipação do conjunto dos explorados (contra-hegemonia). Ela é constituída por aparelhos privados de hegemonia (associações, sindicatos, partidos, clubes, jornais, revistas, igrejas etc) que, junto à sociedade política, constituem formas de organização da dominação burguesa, isto é, o Estado em seu sentido integral. Em Gramsci, *a sociedade civil é parte integrante do Estado*. Devido à dialética do pensamento de Gramsci, não há uma “distinção orgânica” entre Estado e sociedade, pano de fundo à formulação do “Estado integral”: o conjunto formado pela sociedade civil e política, cuja distinção é apenas metódica, com fins meramente analíticos.

Os interesses da burguesia eram produzidos, discutidos e divulgados no âmbito da sociedade civil, mas de fato ganhavam materialidade na sua inscrição, em forma de projetos de hegemonia, no âmbito do Estado restrito (órgãos, agências e aparelhos estatais) que, quando implementados, atingiam o *status* de “política pública”, conformando o particular em

---

<sup>9</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*, vol. 3. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. 2ª ed, Rio de Janeiro, 2002, p. 262, grifos meus.

universal, procurando garantir o consentimento de outros grupos nacionais não dominantes. É na sociedade civil que as classes disputam e mantêm a hegemonia e a legitimidade necessária ao desenvolvimento dos seus projetos, sendo que “sua imbricação no Estado assegura que a função estatal de educação – o “Estado educador” – atue na mesma direção dos interesses dirigentes e dominantes [...]”.<sup>10</sup> Está claro que “isto significa que por ‘Estado’ deve-se entender, além do aparelho de governo, também o aparelho ‘privado’ de hegemonia ou sociedade civil”.<sup>11</sup> Os aparelhos privados de hegemonia organizados na sociedade civil se esforçam em espriar, através dos seus intelectuais orgânicos presentes no Estado, suas formas de dominação para o conjunto do tecido social.

Como assinalou Gramsci “trata-se, portanto, de estudar com “profundidade” quais são os elementos da sociedade civil que correspondem aos sistemas de defesa na guerra de posição”.<sup>12</sup> Estes elementos, como sabemos, estão organizados como uma multiplicidade de organismos pertencentes às formas organizativas das classes e frações de classes sociais fundamentais. Seus organizadores (sujeitos sociais concretos) são construtores e difusores de uma cultura (visão de mundo) própria das classes e frações de classes a que por herança pertencem ou a elas aderiram (neste caso seja porque ascenderam a elas ou pelo fenômeno político-ideológico do transformismo), tornando-se seus prepostos.

Além das funções educativas, propagandísticas e organizativas de seu grupo social, essenciais para a produção da coesão e disseminação da visão de mundo de suas classes e frações de classes, os intelectuais assumem vital importância nas intermediações ou conexões entre os organismos da sociedade civil e as agências da sociedade política. As funções conectivas dos intelectuais orgânicos são basilares na propagação e cimentação do conteúdo projetivo da visão de mundo construído nos e pelos aparelhos privados de hegemonia que por eles se fazem representar e expressar no interior das agências do Estado restrito. São sujeitos sociais que comportam e traduzem as tensões e contradições advindas das condições econômicas estruturais das relações sociais de produção e se esforçam por expressá-las em projetos de sociabilidade superestruturais mediante as correlações de forças sociopolíticas presentes sociedade civil. Tal empreendimento se completa, ou melhor, se torna hegemônico se, e somente se, logram acionar e pôr em movimento mecanismos que consigam implementá-los como se fossem projetos emanados do próprio Estado restrito.

---

<sup>10</sup> FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo: Teoria e História*. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010, p. 138.

<sup>11</sup> Idem: p. 254-255.

<sup>12</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*, v. 3. Maquiavel... Op. cit., p. 73.

O Estado é certamente concebido como organismo próprio de um grupo, destinado a criar as condições favoráveis à expansão máxima desse grupo, mas este desenvolvimento e esta expansão são concebidos e apresentados como a força motriz de uma expansão universal, de um desenvolvimento de todas as energias “nacionais” (...) <sup>13</sup>

Sendo assim, torna-se inteligível a função estrutural do intelectual orgânico como *suporte e elemento de porosidade e conectividade* que concorre não apenas para a garantia do funcionamento ou da eficácia, mas, antes de tudo, da sobrevivência mesma do Estado ampliado, como Estado que condensa, em sua materialidade, as relações sociais de forças entre as classes e frações de classes:

A relação entre os intelectuais e o mundo da produção não é imediata, como ocorre no caso dos grupos sociais fundamentais, mas é “mediatizada”, em diversos graus, por todo o tecido social, pelo conjunto das superestruturas, do qual os intelectuais são precisamente os “funcionários”. (...) [ou] os “prepostos” do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso “espontâneo” dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social [...]; 2) do aparelho de coerção estatal que assegura “legalmente” a disciplina dos grupos que não “consentem”, nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade na previsão dos momentos de crise no comando na direção, nos quais desaparece o consenso espontâneo. <sup>14</sup>

Os intelectuais orgânicos do capital possuem, como uma das tarefas fundamentais, introjetar e espriar no interior do aparato estatal restrito as demandas e prerrogativas econômico-corporativas dos setores e das atividades econômicas em que estão diretamente envolvidos. Porém, coligado aos objetivos econômico-corporativos imediatos de reprodução de ampliação das fatias de lucro dos capitais particulares de que são portadores ou prepostos, os intelectuais orgânicos do capital, como elementos destacados que simultaneamente criam, expressam e dão homogeneidade ao desenvolvimento da consciência de classe burguesa, trabalham em direção à superação dialética do momento meramente corporativo, incorporando-o, mas elevando-o a um momento ético-político, isto é, hegemônico, organizando as frações de classes a qual pertencem ou aderem com vistas à disseminação da sociabilidade do capital para o conjunto do corpo social.

As reflexões teóricas trazidas sobre o Estado integral e a função dos intelectuais orgânicos do capital ligam-se estreitamente aos procedimentos teóricos e metodológicos de pesquisa. A metodologia adotada na tese foi tributária da contribuição dada pela Prof<sup>ª</sup> Sonia

---

<sup>13</sup> Idem, p. 41-42.

<sup>14</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*, v. 2. Os Intelectuais; O princípio educativo; Jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, p. 20-21.

Regina de Mendonça, a qual expõe didaticamente os rumos a serem traçados por uma pesquisa calcada nos pressupostos teóricos de Antônio Gramsci:

Cabe ao pesquisador verificar quem são os atores integrantes desses sujeitos coletivos organizados, bem como a que classe ou fração encontram-se organicamente vinculados e, sobretudo, o que estão disputando junto a cada uma das agências do Estado restrito, sem jamais perder de vista que a Sociedade Civil e Sociedade Política encontram-se em permanente inter-relação. Pensar o Estado significa, portanto, verificar, a cada momento histórico, o eixo central que organiza e articula a Sociedade Civil enquanto matriz produtiva e, ao mesmo tempo, como tais modalidades de organização se articulam no e pelo Estado restrito, o que só pode ser apreendido mediante estudo do conjunto de seus agentes e práticas.<sup>15</sup>

Um estudo do CDES a partir de uma análise gramsciana implicou em identificar os agentes (intelectuais orgânicos) do empresariado (ou de seus prepostos) no interior do Conselho, em mapear a rede de aparelhos privados de hegemonia empresariais de que fazem parte, em investigar na sociedade civil alguns programas ou mesmo projetos de hegemonia de que são portadores, em acompanhar seu papel de divulgadores e “persuasores permanentes” das pautas de sua fração de classe no CDES. No último caso, as demandas empresariais foram analisadas tanto por meio da documentação produzida pelo próprio Conselho (Atas das reuniões plenárias, Relatórios de Grupos de Trabalho, Relatórios de reuniões de monitoramento conjuntural da economia, Pareceres de observação, dentre outros documentos), quanto por documentos publicados pelas entidades patronais (IEDI, FIEP, FIESP, CNI, FEBRABAN, dentre outras), esses em menor escala.

### **O estado atual da questão**

Um estudo sobre os autores que produziram trabalhos relevantes sobre o CDES mostra que existem, grosso modo, duas abordagens predominantes e complementares: a de filiação neoinstitucionalista,<sup>16</sup> que enfatiza a importância do Conselho como arranjo institucional alternativo à “governança” ou à “regulação” neoliberal, voltado à “cooperação” e “coordenação de conflitos” entre os atores sociais. Outra que destaca sua virtude “conciliadora” e “contratualista” entre os segmentos que o compõem, recuperando as tradições do PT e aspirações de entidades da sociedade civil por participar do processo decisório necessário à construção de um projeto de “desenvolvimento” para o país.

<sup>15</sup> MENDONÇA, Sonia Regina de (org.). Introdução. In: MENDONÇA, S. R. *Estado Brasileiro: Agências e Agentes*. Niterói: EdUFF/Vício de Leitura, 2005.

<sup>16</sup> O neoinstitucionalismo é um programa de pesquisa que tenta compreender como os arranjos institucionais estatais ou sociais afetam diferentes desempenhos e trajetórias do capitalismo e estruturam ou “moldam” o comportamento e as preferências dos atores sociais.

Não existem separações rígidas entre as duas abordagens, mas diferenças de enfoque. Ambas defendem que o CDES inaugurou uma nova relação entre Estado e Sociedade a partir da participação de variadas e poliformes entidades da sociedade civil em seu interior. A hipótese de “democratização do Estado” que ele supostamente aprofundou é também compartilhada por boa parte desta literatura, sendo recorrente à alusão quanto ao seu papel de enfrentamento à tradição autoritária e patrimonialista do Estado no Brasil.

Muito revelador, no entanto, é o fato de que quase todos os analistas e pesquisadores sobre o Conselho não somente ratificam esta *raison d'être* como também lhe oferecem um arsenal explicativo legitimador. Abraçando com vigor a hipótese de que estaríamos presenciando a construção de uma “democratização da democracia” no Brasil, o CDES representaria, para muitos autores, um avanço institucional inegável das formas participativas e de coesão social. Os entendimentos de como e por que surgiu o CDES e o seu papel no cenário político-democrático inaugurado no início do século XXI apresentam cores bem definidas e próximas umas às outras.

O balanço dos autores a que nos propomos realizar não se pretende exaustivo. Existem outros autores que não serão objeto de nossas considerações, muitos por repetirem pressupostos metodológicos e, sobretudo fontes, pois compartilham com a mesma visão político-ideológica e, deste modo, elaboram uma visão quase alegórica do Conselho. Os que apresentaremos e analisaremos contribuíram, cada qual a seu modo, com uma interpretação particular e original sobre o CDES: são reconhecidos e experientes professores e pesquisadores acadêmicos e de modo algum a curta e pontual exposição que faremos de suas *principais* considerações sobre o Conselho esgota o conjunto de suas obras, obviamente. Apenas um trabalho é de grande fôlego (tese de doutorado), os demais foram publicados sob forma de artigos.

Considerando que nossa pesquisa e análise acerca do CDES procuram caminhos muito diversos e, de certa forma, tentam responder às questões colocadas pelos autores em outro patamar, inserindo-o num âmbito de relações sociais e de poder mais amplas, filiadas ao marxismo gramsciano, e, outrossim, considerando que os autores, mesmo por caminhos teóricos e metodológicos diferenciados, mobilizam e realçam argumentos bastante similares *no que tange ao papel do CDES na configuração da “democracia participativa e deliberativa”* no Brasil, à exposição dos autores seguirá algumas considerações críticas que pretendem apontar o distanciamento dessa literatura da nossa proposta pesquisa.

### **Os neoinstitucionalistas**

Seguindo a trilha do neoinstitucionalismo, Jorge Tápia (2007) traça duas hipóteses para analisar a trajetória do CDES, desde sua criação às vicissitudes surgidas em razão da construção da Agenda Nacional de Desenvolvimento (AND).

A primeira diz respeito à adoção de seu corpo teórico. O estudo da experiência do CDES poderia ser entendido à luz das diferentes configurações institucionais nas sociedades capitalistas (variedades de capitalismo) e das formas de governança ou regulação alternativa ao modelo neoliberal (regulação coordenada) calcadas em estilos decisórios e de negociação fundados em instituições cuja dinâmica produz diagnósticos, propostas e mesmos acordos, auxiliando a formação de coalizões de apoio.<sup>17</sup>

Segundo o autor, o programa de pesquisa de variedades de capitalismo ambiciona desvendar os fundamentos institucionais das diferenças nacionais entre o capitalismo. “Trata-se de compreender como as instituições afetam diferentes desempenhos e trajetórias do capitalismo” e de como estruturam suas “vantagens comparativas”, que articulam interesses públicos e privados.<sup>18</sup> O autor refuta abordagens funcionalistas, as quais consideram que “as instituições se justificariam pelos benefícios oferecidos aos atores envolvidos na sua criação”.<sup>19</sup> Ele prefere entender que “há uma lógica de ação que é interativa e adaptativa” onde os atores adaptam suas estratégias e as instituições aos seus interesses.

É preciso analisar as coalizões e interesses dentro das instituições e suas visões de mundo, e as condições da construção de uma visão comum negociada capaz de sustentar a adesão às estratégias cooperativas que não suprimem nem as assimetrias de poder, tampouco conflitos e disputas.<sup>20</sup>

O axioma geral, de acordo com ele, é o de que persistem diferenças cruciais na maneira de como as economias nacionais se organizam e há duas correntes de explicações para isto: uma que valoriza a dependência de trajetória (*path dependence*), isto é, o peso dos arranjos institucionais prévios constrange o comportamento das instituições e dos atores sociais e outra que enfatiza as diferentes escolhas estratégicas destes atores na diversidade dos modelos de capitalismo e na mudança institucional. O autor se desvencilha da primeira corrente, assumindo que as instituições são “estruturas de oportunidades da perspectiva dos diferentes atores”, isto é, “os atores agem em diferentes instituições e, assim, constroem suas estratégias em função das oportunidades e contribuição das distintas instituições aos seus

---

<sup>17</sup> TAPIA, Jorge R. Biton. Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social: os desafios da construção institucional. In: DINIZ, Eli (org.). *Globalização, Estado e desenvolvimento: dilemas do Brasil no novo milênio*. RJ: FGV, 2007, p. 182-183.

<sup>18</sup> Idem, p. 184.

<sup>19</sup> Idem, p. 188-189.

<sup>20</sup> Idem, p. 189.

objetivos”.<sup>21</sup> É a partir desta premissa que o autor tenta mostrar o fortalecimento ou “adensamento” institucional do CDES durante os trabalhos da Agenda Nacional de Desenvolvimento:

Em situações de benefícios “incertos”, a construção de instituições como o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social dependerá da constituição de um diagnóstico comum e de um elenco de prováveis respostas que valorizem e tenham aderência às estratégias e objetivos dos diferentes atores envolvidos nessa construção institucional.<sup>22</sup>

O autor conecta as modalidades de articulação entre as instituições ou configurações institucionais (modos de governança) – e aqui ele alude à importância do lugar do CDES e suas possíveis complementaridades com outras instituições na eficácia de estratégias de desenvolvimento – às concertações de segunda geração. “O tema de fundo é saber se e como a regulação social concertada pode se constituir numa alternativa ao capitalismo liberal”.<sup>23</sup> Coordenação, controle e participação, segundo o autor, expressam características de um modelo de capitalismo denominado de “modo concertado de regulação da economia”.<sup>24</sup>

“Evidências consistentes” permitiriam identificar a “regulação concertada” em três áreas de políticas: no âmbito da política salarial, na centralização orientadora das negociações, estabelecendo uma coordenação no plano nacional; no terreno da flexibilização do mercado de trabalho, a partir de medidas de nova regulação “ou de busca de soluções de compromisso entre flexibilidade e formas de proteção social” (flexibilidade seletiva); e na reforma do *welfare state*, pela via da “negociação concertada”. Para o autor, trata-se de um modelo de capitalismo de tipo renano, ou de “economia coordenada”, distinto do modelo liberal, de mercado, ou de economia sem coordenação.<sup>25</sup>

Analisando os papéis assumidos pelos conselhos econômicos e sociais internacionais, Tápia destaca sua importância nos processos de “coordenação e de negociação entre os governos e as associações de representação de interesses empresariais e sindicais e daquelas situadas no plano societal”.<sup>26</sup> Os conselhos inscrever-se-iam nos movimentos de reforma institucional que, aliados à “rica tradição” europeia, ofereceria “*insights* sobre em que medida e como os diferentes países podem diversificar suas respostas aos desafios comuns colocados pela globalização capitalista”.<sup>27</sup> Esta experiência mostraria que os conselhos são instituições *complementares* às de caráter representativo, oferecendo “contribuições à governabilidade e

---

<sup>21</sup> Idem, p. 187.

<sup>22</sup> Idem.

<sup>23</sup> Idem, p. 191.

<sup>24</sup> Idem, p. 192.

<sup>25</sup> Idem, p. 194.

<sup>26</sup> Idem, p. 199.

<sup>27</sup> Idem, p. 224.

aos processos complexos de reforma econômica e social”.<sup>28</sup> Sua legitimidade estaria no reconhecimento de sua contribuição para “definição de agendas, propostas de reformas, e por estimular a interlocução entre o Estado e sociedade”.<sup>29</sup>

Quanto ao CDES, por sua natureza de órgão assessor da Presidência da República, o autor argumenta que sua inserção deveria ser mais explícita no sentido de indicar uma *contribuição complementar*, tanto para os demais órgãos do governo, quanto para o sistema político e a própria sociedade, tentando evitar dois equívocos: “a tentação de ver o Conselho apenas como uma instituição auxiliar do governo e, de outro, vê-lo como uma trincheira de resistência em relação a políticas e projetos considerados prejudiciais ao país”.<sup>30</sup>

Tapia assevera que setores empresariais, organizados em torno de suas entidades mais combativas (PNBE e IEDI), assim como outros setores da sociedade organizada, teriam vindo a público nos anos 90 reclamar a existência de órgãos consultivos. A criação do Conselho teria expressado, para o autor, “tanto o compromisso programático do PT, quanto resgatou as aspirações dos interesses empresariais organizados e de outros setores da sociedade civil”.<sup>31</sup> O autor advoga a importância do CDES como “espectro ampliado de representação”: o ineditismo de sua composição heterogênea teria enfrentado a “velha tradição política do corporativismo estatal e depois a dos ditos anéis burocráticos”.<sup>32</sup>

A recente experiência do CDES teria trazido “inovações institucionais em face da tradição política brasileira, abrindo a possibilidade de espaço de discussão e de interlocução na qual (...) são criadas capacidades de negociação e legitimidade”.<sup>33</sup> A compreensão de seu significado e potencialidade remete, segundo o autor, “à problemática da variedade de capitalismo, à existência de diferentes configurações institucionais enraizadas em distintas tradições nacionais”.<sup>34</sup>

A segunda hipótese defendida por Tápia é de que o processo de elaboração da AND teria levado a uma ampla mobilização e engajamento entre os conselheiros e um “adensamento institucional”. Este “aprendizado social e institucional”, conduzido pelo “estilo negociador” de Jaques Wagner, então secretário-executivo do CDES, teria “superado uma situação crítica em que os vínculos internos do CDES estavam enfraquecidos”.<sup>35</sup> O autor

---

<sup>28</sup> Idem.

<sup>29</sup> Idem, p. 225.

<sup>30</sup> Idem, p. 190-191.

<sup>31</sup> Idem, p. 200.

<sup>32</sup> Idem, p. 201.

<sup>33</sup> Idem, p. 225.

<sup>34</sup> Idem.

<sup>35</sup> Idem, p. 183.

dedicou parte do artigo a apresentar o processo de construção da Agenda, os mecanismos internos de gerenciamento das atividades pela Secretaria do Conselho (SEDES) e os resultados programáticos. Concluiu que o “sucesso” na empreitada de elaborar a AND “pode ser interpretado como um experimento que criou capacidades institucionais de negociação e construção de consensos”.<sup>36</sup> Neste sentido, o autor enfatiza o “caráter negociado e no amplo debate realizado” que ensejou “um fortalecimento dos vínculos institucionais” através da explicitação da “visão possível e a capacidade de formulação da problemática sobre o desenvolvimento” dos conselheiros, da SEDES e de diversos órgãos governamentais.<sup>37</sup>

Este trabalho de Jorge Tápia é bastante referenciado dentre os autores que se dedicaram em estudar o CDES.

O primeiro ponto de refutação à abordagem trazida por Tápia é entender o processo de transformação do capitalismo contemporâneo a partir da noção de variedades de capitalismo, aqui examinado *nos limites expostos pelo autor*. Seguramente, o fenômeno concebido como “globalização” não foi capaz de homogeneizar e “integrar” formações sociais historicamente distintas e desiguais. Como trata o autor, “persistem ainda diferenças cruciais na maneira como as economias nacionais se organizam, seja em termos de suas políticas econômicas, organização do *welfare state*, regimes de produção, mercado de trabalho e mesmo sistema de relações industriais”.<sup>38</sup>

Tais diferenças, contudo, não permitem, a nosso ver, conceber *modelos variáveis de capitalismo*, até mesmo porque são distinções de *manifestações* concretas do *eixo histórico-estrutural* em que repousa a expansão das relações de produção capitalista mais recente. As distinções são resultantes de um conjunto complexo de *determinações* econômico-sociais e políticas de formações sociais singular e historicamente construído e que permanece, mais do que nunca, subsumido à lógica de expansão ampliada do capital, nas mais variadas esferas da vida social.

As *determinações histórico-estruturais* do capital não obnubilam especificidades nacionais ou regionais, podendo inclusive aprofundá-las consoante as correlações de forças existentes entre as classes sociais e o avanço da socialização das forças produtivas, mas sempre ajustadas às condições de possibilidade do capital de a) recriar a base social fundamental a qual assenta a relação-capital: produzir trabalhadores “livres”, isto é, disponíveis para vender sua força de trabalho ao capitalista através da “separação entre os

---

<sup>36</sup> Idem, p. 226.

<sup>37</sup> Idem, p. 227.

<sup>38</sup> Idem, p. 184.

trabalhadores e a propriedade das condições da realização do seu trabalho”, na acepção de Marx; b) assegurar a apropriação e concentração privada dos meios e recursos sociais de produção, sob a forma monetária, funcionante, etc; c) garantir as mais diversas e extraordinárias formas contínuas de expropriação de mais-valor por meio da expansão da subsunção real do trabalho ao capital ao lado da permanência subsunção formal; d) impulsionar e aprimorar a produção de consenso e o exercício da dominação, na sociedade civil e política, “forjando um ser social adequado aos interesses (e valores) hegemônicos e formulando, inclusive, as formas estatais da coerção aos renitentes”.<sup>39</sup>

Por desconsiderarem as determinações histórico-estruturais do capitalismo, as pesquisas sobre o CDES que se baseiam nas “variantes de capitalismo” e no neoinstitucionalismo são impotentes para pensar *totalidade social* que envolve o objeto. Totalidade concreta pensada como “síntese de múltiplas determinações”, como dizia Marx, constituída por totalidades de menor complexidade cujo movimento resulta do caráter *contraditório* de todas as totalidades e são *mediadas* não apenas pelos distintos níveis de complexidade, mas, sobretudo, pela estrutura peculiar de cada totalidade.<sup>40</sup> O objeto é resgatado ou concebido numa sucessão de eventos históricos sem relação com a complexidade da totalidade das relações sociais que o circunda e o atravessa (em especial com o universo econômico-social de seus “atores”), constituindo evidente justaposição de fragmentos da realidade social (“conjunto de fatores”) em direção à conformação de uma “totalidade opaca”, sem determinações, contradições ou mediações.

Assim, por exemplo, é óbvio que os “atores sociais” constroem, nas instituições, uma “lógica adaptativa e interativa” das suas estratégias em razão de seus interesses. Contudo, deve-se admitir que se tratam de estratégias cunhadas pelos *interesses de classes e frações de classes*, tensamente reelaboradas em *aparelhos privados de hegemonia* da sociedade civil por meio de lutas intestinas ou pelas exigências do antagonista social, em meio a complexas estruturas imbricadas. A “lógica adaptativa e interativa” existe e deve ser considerada, mas encontra limites que são definidos na luta de classes, ou seja, nas relações de forças sociais que, em última instância, concorrem pela manutenção ou não da estrutura econômico-social vigente.

Estas reflexões valem também para a definição, em instituições como o CDES, de um “diagnóstico comum e de um elenco de prováveis respostas que valorizem e tenham aderência às estratégias e objetivos dos diferentes atores (...)”: diagnósticos comuns, respostas que

<sup>39</sup> FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo...* Op. cit., p. 137.

<sup>40</sup> NETTO, José Paulo. *Introdução ao estudo do método de Marx*. SP: Expressão Popular, 2011, p. 57.

tenham aderência, estratégias e objetivos dos atores respondem, não sem mediações, aos interesses e projetos das formas organizativas classistas da sociedade civil. *O Estado é uma condensação material de uma relação de forças entre classes e frações de classes.*<sup>41</sup> Ora, nossas considerações são bastante distintas, para não dizer antagônicas, destas e de outras posições assumidas por Tápia:

(...) as assimetrias de representação e controle de recursos **não são um obstáculo intransponível para a cooperação e a negociação entre os atores**. Elas podem ser “relativizadas” pelas regras de funcionamento e pela lógica decisória das instituições, **se aceitarmos que essas não são um reflexo das posições de poder existentes na sociedade**. Ou seja, é correto dizer que o poder depende da capacidade de mobilização dos principais atores (...).<sup>42</sup>

Esta *indistinção econômico-social* pressupõe um *nivelamento da capacidade da obtenção de poder* intrainstitucional e é uma questão que se apresenta como o *cerne* das tentativas interpretativas de validação e legitimação não apenas dos Conselhos, mas também dos resultados deliberados. O *fió vermelho* que atravessa as análises acerca do CDES é a naturalização da equalização dos sujeitos sociais como “cidadãos” abstratos, sem qualquer conteúdo ou posições de classe. Contudo, este processo de separação entre a condição cívica e a posição de classe é histórico e medular na constituição das democracias liberais modernas e opera, segundo Wood, nas duas direções:

A posição socioeconômica não determina o direito à cidadania – e é isso o democrático na democracia capitalista -, mas, como o poder do capitalista de apropriar-se do trabalho excedente dos trabalhadores não depende de condição jurídica ou civil privilegiada, a igualdade civil não afeta diretamente nem modifica significativamente a desigualdade de classe – e é isso que limita a democracia no capitalismo.<sup>43</sup>

Além disso, se é correto que o conceito de instituições utilizado engloba os aparelhos de Estado, há flagrante afastamento e mesmo oposição entre sociedade civil e política. Posicionamo-nos no sentido de que, no caso do CDES, como em qualquer outra arena da sociedade civil e política, não há possibilidades de tratar a política longe da economia: as lideranças da sociedade civil não se despojam de suas posições de classe e nele ingressam como “cidadãos” abstratos ou “parceiros estratégicos” (como a legislação do CDES denomina os conselheiros). Muito pelo contrário, posicionavam-se como intelectuais orgânicos de suas classes e frações de classes, sendo a grande maioria, inclusive, ou “nascidos no mesmo terreno industrial do grupo econômico” ou que ascenderam a ela como seus prepostos

<sup>41</sup> POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o Poder, o Socialismo*. Op. Cit., p. 147.

<sup>42</sup> TAPIA, Jorge R. Biton. Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social: os desafios da construção institucional... Op. cit., p. 188, grifos meus.

<sup>43</sup> WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo, Boitempo, 2003, p. 184.

(empregados especializados) a quem os empresários possam “confiar esta atividade organizativa das relações gerais exteriores à empresa” no dizer de Gramsci.<sup>44</sup>

Em nenhum momento os imperativos da ordem do capital estiveram ameaçados, pois o Conselho expressava as aspirações de remodelação social-liberal de um projeto de expansão do capitalismo e não de *lócus* de organização e atendimento das reivindicações históricas do conjunto das classes subalternas. Mesmo assim, “as condições da construção de uma visão comum negociada” devem ser vistas não como respostas à comunhão *direta* de interesses e projetos (“concertação”), mas como *afirmação de hegemonia(s)*, ainda que acertadas nas franjas (e mesmo que ao longo do processo seja necessária a depuração de lideranças renitentes), posto que o “miolo” foi definido na sociedade civil.

É nesse sentido que também vislumbramos o “adensamento institucional” por ocasião dos trabalhos realizados pelos conselheiros na Agenda Nacional de Desenvolvimento. O “esgarçar as mangas” no processo de construção de uma agenda coesa em torno de objetivos e propostas para o “desenvolvimento com sustentabilidade” permitiu, de fato, que se revertesse um desânimo interno entre os conselheiros. Permitiu a abertura de oportunidades claras para que os *projetos de hegemonia* das entidades da sociedade civil patronais pudessem se confrontar, se robustecer, se aperfeiçoar, se coadunar com demandas de outros segmentos sociais as quais não estavam originalmente inscritas, mas que decisivamente não os defrontavam ou os ameaçavam frontalmente, podendo sofrer depurações, descurando e parcelando suas pautas.

Este foi o *leitmotiv* do “fortalecimento de vínculos institucionais” proveniente da Agenda e da criação de “capacidades institucionais de negociação e construção de consensos”: administrar ou gerenciar conflitos e disputas internas, aplainando e/ou extraindo robustezas inconvenientes e inoportunas (de origem ou viés socializante) e incorporando componentes gestados pelas lutas populares de forma *seletiva, ressignificada e segmentada*. Tão logo o governo deu mostras de relativo desinteresse, no curto prazo, pela Agenda, o “fortalecimento institucional” não se sustentou e inaugurou-se novo ciclo de descontentamentos que, após interlúdio preenchido pela elaboração dos Enunciados Estratégicos,<sup>45</sup> foram desaguar na formação do Comitê Gestor.

<sup>44</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*, v. 2. Os Intelectuais... Op. cit., 2004, p. 28-29.

<sup>45</sup> Os Enunciados Estratégicos para o Desenvolvimento (END) foi uma proposição da SEDES, feita em 2006, para que os conselheiros, “em parceria” com a FGV-RJ, elaborassem um conjunto de prioridades e metas de planejamento estratégicas para o próximo governo tomando como base as discussões e proposições realizadas na AND. O termo “em parceria” aparece entre aspas porque foi de fato a FGV-RJ que elaborou os enunciados. Isto gerou novas insatisfações por parte dos conselheiros, tendo em vista que consideraram ser uma tarefa em que eles próprios poderiam ter realizado e não uma entidade externa. Percebendo o clima de desconforto, Tarso

Outro estudo importante sobre o CDES é o de Romerio Kunrath. A pesquisa de Kunrath se credencia, em relação aos demais, como aquela que apresenta maior fôlego no trato de uma extensa documentação e tratamento teórico neoinstitucionalista. Fruto de tese de doutorado, sua pesquisa realiza alargamento temporal e dá maior consistência teórico-analítica à sua dissertação de mestrado, também sobre o CDES.

A tese investiga e compara os Conselhos Econômicos e Sociais da Espanha e do Brasil e tenta defender duas hipóteses: a) os conselhos são criados “como *complemento* às instituições clássicas da democracia representativa liberal, com o objetivo de *respaldar* as ações dos governos e/ou dos Estados, atribuindo-lhes maior grau de *legitimidade*, em momentos de (...) *reformas estruturais*” e b) as características ou as especificidades do *contexto* que lhes deu origem constituem fator determinante do formato institucional que assumem tais conselhos na sua estrutura e organização, determinando também o tipo de “produto” que emana como resultado do trabalho desenvolvido por eles.<sup>46</sup> Concentremo-nos em pontos fundamentais de sustentação de suas hipóteses evidenciando apenas as considerações acerca do CDES.

A questão da legitimidade e do contexto histórico aparece imbricada na formulação de Kunrath para tentar dar conta das principais motivações da criação do CDES em 2003, ligadas, segundo o autor, a duas ordens de fatores: a) “a busca de apoio, em especial da classe empresarial, por parte de um governo que se elegia num contexto em que (...) vivia-se também o “medo” de que o retorno à era da inflação pudesse levar o país a uma situação ainda pior; e b) a defesa que tanto o PT como os demais partidos que apoiavam a candidatura Lula vinham fazendo, já de longa data, sobre a necessidade de criar espaços de participação como complemento à organização própria do Estado Liberal Democrático”.<sup>47</sup>

A tarefa de produzir legitimidade às reformas constitui parte do corpo teórico de um certo neoinstitucionalismo defendido pelo autor. O autor afirma que as instituições, numa concepção extensiva, são “mediações entre atores e estruturas” que compreendem “regulação do conflito, compromisso, convenção e cooperação”.<sup>48</sup> Tal compreensão de instituição torna-se, portanto, “atraente para pensar novos arranjos como os Conselhos Econômicos e Sociais,

---

Genro e a equipe da SEDES reagiram, propondo que os conselheiros apresentassem novas sugestões de enunciados que seriam examinadas pela SEDES e pela FGV, sem desconsiderar as elaboradas por esta entidade. Os Enunciados serão analisados no capítulo 3.

<sup>46</sup> KUNRATH, Romerio Jair. *Os Conselhos Econômicos e Sociais em perspectiva comparada: os casos da Espanha e do Brasil*. Tese de doutorado, Porto Alegre: UFRGS, 2012, p. 22, grifos meus.

<sup>47</sup> KUNRATH, Romerio Jair. *Os Conselhos Econômicos e Sociais em perspectiva comparada...* Op. cit., p. 22.

<sup>48</sup> Idem, p. 41-43.

que envolvem tanto a perspectiva de cooperação (...) bem como a manifestação do conflito e o estabelecimento de regras de coordenação”.<sup>49</sup>

O corpo teórico adotado lhe permite comungar com as análises de outros autores, assegurando que a “nova fase de concertação” europeia, inaugurada na década de 90, reflete

a busca de soluções de compromisso e saídas conjuntas em torno de exigências contraditórias. De um lado, a necessidade de introduzir reformas para desregular, flexibilizar as relações contratuais e reduzir o Estado de Bem-Estar. De outro, a necessidade de criar fortes apoios, cooperação e compromisso social, para aumentar a competitividade no mercado internacional.<sup>50</sup>

No caso da América Latina, o autor compartilha com as posições de Licha<sup>51</sup> e destaca que as políticas de concertação relacionam-se à redução de “riscos de ingovernabilidade” causados pelo aumento dos conflitos sociais decorrentes do incremento da violência, pobreza e desigualdade. Estas políticas seriam eficazes, segundo o autor, como “mecanismos de legitimação das reformas em curso, facilitando coalizões e acordos que dêem a elas sustentação, quando os acordos se tornam imprescindíveis para que as reformas aconteçam”.<sup>52</sup>

No Brasil, Kunrath realça o fato de que o primeiro governo de Lula da Silva precisava garantir a “governabilidade” e, para tanto, buscou apoio da classe empresarial para orquestrar as “reformas estruturais necessárias ao país, inscritas na agenda pública antes mesmo de se eleger”.<sup>53</sup> Assim, a motivação do “diálogo” e da “cultura de negociação e participação”, orientada para a convergência entre diferentes atores econômicos e sociais sobre “questões importantes, como eram os temas das reformas, aparentemente contrária ao ideário de várias forças sociais e partidos políticos que o apoiaram”, foi realizada através da criação de espaços como o CDES.<sup>54</sup>

Além disso, o autor aciona uma combinação de fatores “históricos/contextuais” e “estratégicos/instrumentais”, “trazidas das principais vertentes do neoinstitucionalismo” que explicariam a criação do CDES. Do ponto de vista histórico: a) emergência dos movimentos sociais organizados nos anos 1980; b) importância atribuída aos conselhos gestores a partir da CF/88; c) experiência das câmaras setoriais nos anos 90; d) compromisso do PT com os movimentos populares e sociais do campo e da cidade; e) experiência administrativa do PT nas prefeituras. Do ponto de vista do “institucionalismo da Escolha Racional” ou de uma

---

<sup>49</sup> Idem, p. 43.

<sup>50</sup> TÁPIA, Ruben. GOMES, Eduardo R. e CONDÉ, Eduardo Salomão (orgs.). *Pactos sociais, globalização e integração regional*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008, p. 47.

<sup>51</sup> LICHA, Isabel. *Concertación y gerencia social: conceptos, enfoques y experiencias*. In: VII Congreso Internacional del CLAD sobre la reforma del Estado y de la administración pública. Panamá, 2003.

<sup>52</sup> Idem, p. 49.

<sup>53</sup> KUNRATH, Romerio Jair. *Os Conselhos Econômicos e Sociais em perspectiva comparada...* Op. cit., p. 124.

<sup>54</sup> Idem.

“visão estratégica/instrumental: a) escolha de José de Alencar como vice; b) necessidade de contar com o respaldo do setor industrial brasileiro (“retribuir a confiança depositada nas urnas”); c) receio do resgate de um governo populista; d) convencer aliados históricos “de que as reformas precisariam ser enfrentadas”; e) era chegado o momento de promover “uma mudança radical na forma de se fazer política do país, deixando de lado a velha conciliação pelo alto”, fortalecendo a democracia.<sup>55</sup> A análise mais condensada e substantiva do autor foi expressa nos termos abaixo:

Pode-se dizer que a criação do CDES, além de inovadora, representou um ato de coragem e ousadia do governo frente a determinados grupos de elites do país, pouco afeitos à negociação. Assim, a primeira estratégia do governo foi adotar a “política do espaço”, criando novos espaços de participação, análise e deliberação, abertos à manifestação de diferentes pontos de vista a respeito de determinados temas que, às vezes, custam caro aos governos, como a reforma da previdência, reforma tributária, reforma sindical e trabalhista, entre outras, quando este necessitava de um mínimo de respaldo da população para executá-las, pois por mais legitimidade que as urnas lhe atribuíssem, o contexto econômico lhe era desfavorável, podendo gerar instabilidade política e crises de governabilidade. Nesse momento, o governo agiu estrategicamente para manter e se consolidar no poder, acreditando na possibilidade do consenso, sobre alguns pontos polêmicos da sua agenda.<sup>56</sup>

Por um caminho bastante percorrido pelos demais analistas do CDES, Kunrath explica a importância do CDES na democratização do Estado e da sociedade. A criação de fóruns institucionalizados de concertação social, embasada na “teoria da deliberação democrática”, buscava “outra via para se chegar ao consenso social e político” não atendida pelas crises das democracias liberais e lhes propunha “uma contribuição, ou reforço”.<sup>57</sup> Atualmente se observaria a “institucionalização destes mecanismos de participação no âmbito dos Estados nacionais”, valorizando “a participação direta dos cidadãos e das organizações no coração de uma definição ampliada de democracia e de soberania popular”, transferindo “para o plano institucional conflitos que antes se resolviam por outros meios, ou de outra maneira”.<sup>58</sup> Conforme o autor, o CDES foi uma aposta do governo Lula da Silva “nessa interlocução ativa com a sociedade”, passando de participação liderada pela sociedade civil, nos tempos de FHC, para uma “mais assistida, fomentada, ou coordenada pelo Estado, ou de um Estado que se desenha para a sociedade civil”.<sup>59</sup>

Há outros temas importantes trabalhados por Kunrath em sua tese, mas acreditamos ter destacado aqueles que mais de perto envolvem o CDES. As nossas críticas partem da

---

<sup>55</sup> Idem, p. 124-126.

<sup>56</sup> Idem, p. 222.

<sup>57</sup> Idem, p. 83.

<sup>58</sup> Idem, p. 84.

<sup>59</sup> Idem, p. 85.

articulação entre classes sociais e hegemonia, com lastro nas relações entre economia e política no capitalismo contemporâneo.

A primeira problemática se refere às “soluções de compromisso” e “saídas conjuntas” - ou “regulação concertada”, na expressão de Tápia. No nosso entendimento, são formas de desarticulação ou eliminação de algumas amarras, barreiras, constrangimentos político-ideológicos, pela via da hegemonia e da dominação, para o avanço do capital sobre as conquistas das classes trabalhadoras, expostas como “flexibilidade seletiva”, convertendo lutas emancipatórias, redistributivas ou de cunho universalizante em consentimento ativo (principalmente de partidos e sindicatos) à “pactuação” de classes, na esteira do refluxo de organizações e movimentos combativos e/ou numa esterilização *ex ante* de sua provável retomada. Isto envolvia grandes incentivos e investimentos de vários tipos no apoio, produção e disseminação de largos setores de “esquerda” adesionista e colaboracionista, institucional e resignada (“propositiva” diriam eles), cujo discurso apontava para a atuação nos marcos “do possível” (isto é, a conta-gotas e seletivamente) para as aspirações oriundas dos setores populares e desde que fossem capazes, na prática real e efetiva, de ampliar a escala de lucros nos limites do improvável.

Ora, os autores trazidos parecem endossar este *projeto hegemônico*, acreditando se tratar de “alternativa” à “economia sem coordenação”. A *legitimidade* identificada e tratada pelos autores de fato constitui elemento importante do projeto, mas eles a tomam como vantajosa para os “atores” que dele participam. A nosso ver, o desafio teórico e político que se apresenta é outro: o da *renovação da hegemonia*, a qual *precisa* de um novo pacto conciliatório que aponte para ampliação da estratégia de desenvolvimento capitalista sem alterar as bases macroeconômicas em que se assentou o neoliberalismo, acenando aos derrotados e resignados promessas de ganhos (precários, imediatos, fragmentados), desde que se mantenham em tais condições, com o propósito de conter ou reduzir “riscos de ingovernabilidade” e assim “aumentar a competitividade no mercado internacional”, ao mesmo tempo em que repõe garantias ao investimento externo.

Outra problemática importante abordada pelos autores é o da suposta *complementaridade* que o CDES assumiria, como arena da “democracia participativa”, frente à democracia representativa liberal. Se esta hipótese talvez possa ser comprovada em outros contextos, não nos parece se sustentar para o caso do CDES. Talvez não seja o caso também da maioria dos conselhos gestores no Brasil, não apenas devido à alta burocratização e distanciamento popular que estes espaços vêm apresentando de longa data, cada vez mais

“funcionários” do governo que os administra e, muitas vezes, dedicados a uma lógica procedimental fiscalizatória, burocrática, tarefaira, que pouco ou nada tem a ver como desafio propositivo e de intervenção social originalmente projetado. Trata-se também de conselhos amarrados à institucionalidade de governos burgueses, que de fato os instauram ou os mantêm porque assim a legislação exige, ou sem os quais verbas advindas de outros entes federativos não são liberadas,<sup>60</sup> podendo-se pensar, inclusive, nas “vantagens” que seus membros podem obter não pela remuneração recebida, mas, principalmente, pelos canais de influência direta que se pode abrir ou alargar com interesses empresariais, político-eleitorais, mercantil-filantrópicos, etc.

A hipótese aqui é outra e muito diversa de uma suposta “complementariedade da democracia representativa” de que o CDES seria responsável. Partindo da conceitualização teórico-histórica de Estado ampliado gramsciana, a nossa hipótese, como foi sumariamente apresentada no início desta introdução, é a de que o *CDES é um capítulo a mais na histórica ampliação seletiva do Estado brasileiro*, não sendo certamente o único, mas provavelmente candidata-se como o mais importante nos tempos mais recentes.

### **Os “consensualistas democráticos”**

Muito citado pelos demais autores, Lúcio Kowarick publicou provavelmente o primeiro trabalho de análise mais sistemática sobre o CDES, em 2003. O analista se apoia nas experiências históricas cultivadas pelo PT em suas administrações para explicar o surgimento do CDES. Considerado como expressão das “modalidades de superação de conflitos”, os quais se incluem os Orçamentos Participativos, os Conselhos de Saúde, Educação, Transporte ou Meio Ambiente, e, “apoiados na consulta aos variados grupos sociais”, o conjunto destas tradições políticas emanadas do próprio partido, “a decisão política em criar o Conselho baseado na democracia por consenso, que favorece a conciliação de

---

<sup>60</sup> A legislação em vigor no Brasil preconiza, durante os anos 1990, que para o recebimento de recursos destinados às áreas sociais, os municípios devem criar seus conselhos gestores. A partir de então, verificou-se rápida e crescente criação de conselhos gestores no âmbito municipal, a depender das áreas de atuação. Segundo Côrtes “Constata-se que a criação da maior parte dos conselhos, em cada área de política pública, concentra-se no período imediatamente posterior à normatização legal ou administrativa que vincula a constituição de conselho à execução de novas funções e transferência de recursos financeiros para a esfera municipal da administração pública”. CÔRTEZ, Soraya M. V. *Arcabouço histórico-institucional e a conformação de conselhos municipais de políticas públicas*. Revista Educar, Curitiba, n. 25, Editora UFPR, 2005, p. 161.

pontos divergentes”. O autor destaca ainda a postura de lideranças do PT que possuem em suas biografias “enorme experiência de chegar a acordos com opositores”.<sup>61</sup>

Sobre a polêmica questão da super-representatividade empresarial, Kowarick adere à tese da mudança do sistema decisório de majoritário para consensual. Na verdade, o autor está mais decidido em seu artigo em defender argumentos que visem à “coesão” e “construção de consensos”. Mobiliza, para tanto, a importância da “confiança”, ou, de forma mais detalhada, a “produção de uma ética de negociação, cujos princípios básicos são a confiabilidade e a cooperação”<sup>62</sup> entre os setores que compõem o CDES e apela também a uma abstrata e estranha “virtude cívica”.

Mas, repita-se quantas vezes necessário for: é preciso construir entre os diversos grupos do CDES um **capital de confiabilidade** que faça predominar uma prática de cooperação para superar as arraigadas diferenças de interesses em uma sociedade pouco habituada à interlocução social que procura construir acordos sucessivos sobre o que seja o bem comum.<sup>63</sup>

Por fim, o autor aposta na força simbólica que as propostas encaminhadas, fruto de embates e debates de diferentes grupos, possa se apresentar “como uma formulação que visa se aproximar dos interesses coletivos”,<sup>64</sup> posto que a isenção de particularismo “confere a seus membros um poder de opinião que transcende a especificidade de suas posições particulares”.<sup>65</sup>

Sonia Fleury é importante pesquisadora e autora sobre assuntos como Teoria da Democracia e da Cidadania, dentre outros temas. Nos anos 80 atuou na luta pela Reforma Sanitária que resultou na criação do Sistema Único de Saúde - SUS. Foi uma das lideranças da CEBES e da ABRASCO.<sup>66</sup> Em seu artigo sobre o CDES, Fleury advoga que o Conselho pretendeu retomar o desenho da relação Estado e Sociedade inaugurada pela Constituição Federal de 1988 (CF/88) e avançar criando “um novo espaço institucionalizado e plural no qual se encontram diferentes atores políticos e o governo, possibilitando um processo de

---

<sup>61</sup> KOWARICK, Lúcio (2003). *O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social: um processo em construção*, p. 05.

<sup>62</sup> Idem, p. 15.

<sup>63</sup> Idem, p. 6-7, grifos meus. Interessante que outros autores realçaram, ligeiramente, a importância da “confiança” entre os conselheiros para que a concertação ou pactuação prosperasse. A questão da “confiança” entre diferentes “atores” sociais encontra lastro teórico na teoria do capital social de Francis Fukuyama e Robert Putnam, cujos conteúdos estão bem próximos do ideário massificado no Conselho. Sobre este tema ver o excelente trabalho de MOTTA, Vânia Cardoso da. *Ideologia do capital social: atribuindo uma face mais humana ao capital*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.

<sup>64</sup> KOWARICK, Lúcio (2003). *O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social...* op. cit., p.14.

<sup>65</sup> Idem.

<sup>66</sup> Informações retiradas de < <http://ebape.fgv.br/corpo-docente/sonia-fleury>>.

concertação social e novas bases para garantir a governabilidade”.<sup>67</sup> A autora resgata o Orçamento Participativo, outras modalidades de participação nos governos locais, os Conselhos de Saúde e as Câmaras Setoriais, no início dos anos 90, como experiências a partir das quais emergiriam propostas de “democratização radical do Estado”, “controle social”, “democracia concertada” ou atuação do “neocorporativismo” que romperiam com a lógica patrimonial de incorporação dos interesses exclusivos das elites. Para a autora,

(...) compreendemos a criação do CDES como uma inovação social que amplia a esfera pública, ao introduzir em uma mesma arena de discussão atores sociais que não interatuam em outras situações, em uma sociedade marcada por clivagens e exclusões. (...) Trata-se, por primeira vez na história brasileira, da existência de um órgão consultivo nacional, com a missão de discutir tanto políticas específicas quanto os fundamentos do desenvolvimento econômico e social. Sua composição é também original, já que difere do formato marcadamente corporativo dos Conselhos europeus, em correspondência com o tecido e estrutura social existentes no Brasil.<sup>68</sup>

A autora julga serem os “pontos fortes” do CDES sua “efetividade política”, isto é, uma arena “onde os diferentes são reconhecidos como politicamente iguais”, “uma equalização ao nível político institucional” e a capacidade de geração de consensos, importantes para criar “densidade política” às decisões governamentais e “políticas mais sustentáveis”. Entretanto, sua “eficácia tende a ser baixa (...) dado sua natureza apenas consultiva”, ou seja, as sugestões emanadas do Conselho “podem ou não serem aceitas pelo governo”.

Do mesmo modo, a autora analisa as fases (interpelativa, demonstrativa e de negociação)<sup>69</sup> de relacionamento entre o Conselho e sua Secretaria e conclui que “o modelo de governança interno dificulta a realização [da] capacidade propositiva do CDES, reservando-lhe apenas as funções consultivas”.<sup>70</sup> Fleury encerra o artigo com visíveis sinais de descontentamento ao afirmar que: “a relação entre a SEDES e o CDES manifesta um excessivo controle exercido pela primeira, em relação à dinâmica e funcionamento do

---

<sup>67</sup> FLEURY, Sonia. O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Governo Lula – Texto entregue aos conselheiros em agosto de 2005. In: BRASIL, Secretaria de Relações Institucionais. *Reflexões sobre o CDES*, 2006, p. 29.

<sup>68</sup> Idem, p. 30.

<sup>69</sup> A primeira fase era chamada de interpelativa porque o Executivo conclamava os conselheiros a se posicionarem e negociarem soluções acerca das PECs e reformas a serem encaminhadas ao Congresso. A segunda fase, a demonstrativa, ainda em 2003, caracterizava-se “pela transformação dos conselheiros em uma plateia privilegiada” de projetos governamentais. A última fase, a de negociação, sob coordenação de Jaques Wagner, que “por sua origem sindicalista (...) [dá] mais ênfase à negociação, supondo que os conflitos podem não levar a posições consensuais” e sim negociadas, acreditava-se que “os conflitos e posições são definidos previamente e que podemos negociar e chegar a acordos (...) mas isto não representa a construção de um projeto comum ou a geração de um consenso” (idem: 33-36).

<sup>70</sup> Idem, p. 36.

segundo, por exemplo, quanto à definição da agenda, da pauta, da dinâmica de funcionamento dos grupos e do Pleno”.<sup>71</sup>

Vanda Costa é a autora que mais enfatiza o ineditismo que o CDES assume e o seu papel de “democratização das estruturas de governo no Brasil” e “proposta de repactuação social”.<sup>72</sup> Tanto no que diz respeito ao arranjo institucional quanto aos atores convocados à participação, o Conselho visaria a construir um “processo dialógico”, um trabalho de “concertação” progressivo sobre os problemas que assolam a sociedade brasileira. Segundo a autora:

A criação do Conselho é um apelo à sociedade civil organizada para que exponha e discuta seus conflitos de interesses e de classe e defina politicamente seus limites em face de um projeto maior de crescimento e desenvolvimento social. O diálogo organizado e coordenado pretende induzir à cooperação entre os atores envolvidos.<sup>73</sup>

Sua composição teria sido orientada pelo desafio de criar condições para um novo “Contrato Social” a partir de um esforço conjunto de vários segmentos sociais, não restrito às relações entre o capital e o trabalho.<sup>74</sup> A autora realça o fato de que o CDES teria produzido “uma agenda pactuada (...) cuja importância está no fato de ter conjugado intencionalmente crescimento econômico com desenvolvimento social”, impulsionando, “pela primeira vez neste país”, “um movimento de agregação de elites em torno de um projeto para o país” que escapariam “aos padrões predatórios de captura do poder de governo” por interesses particularistas.<sup>75</sup>

Entendidos como “sub-sistemas ou unidades menores do sistema político mais amplo”, as democracias procedimental, participativa e deliberativa seriam arranjos que necessitariam de um “diálogo permanente e institucionalizado, autonomia para escolher os problemas a serem resolvidos em comum, e a capacidade de tomar decisões sobre problemas ou temas de interesse desses grupos” e, a partir dessa consideração, arremata, sem pestanejar, o conceito de democracia nos ditos arranjos: “a parte mais interessante da discussão é que a *democracia é entendida como resultado da conjugação de condições institucionais com metodologias de conduta ou interação no interior das unidades políticas*” e é desde esta perspectiva que o seu estudo sobre o CDES se orientou.<sup>76</sup>

---

<sup>71</sup> Idem.

<sup>72</sup> COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Democratização de estruturas de governo no Brasil*. Trabalho apresentado no XXII Congresso de la FIELC, em março de 2005, p. 17.

<sup>73</sup> COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Os conselhos do CDES: experimento sem conclusão*. Revista Insight Inteligência, 2006c, p. 150.

<sup>74</sup> Idem, p. 149.

<sup>75</sup> COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *O CDES: a aprendizagem do pacto*. Revista Insight Inteligência, 2008, p. 1-2.

<sup>76</sup> COSTA, Vanda Maria Ribeiro (2006b). *O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social: um experimento democrático*, p. 02, grifos meus.

Seus trabalhos sobre o CDES se orientam pela metodologia de aplicação de questionários (*survey*) aos conselheiros. É a partir das respostas obtidas, diante de uma enorme gama de perguntas, que a autora conduz suas conclusões sobre as características, limites e potencialidades do Conselho. A autora realizou também importante trabalho analítico sobre as Cartas de Concertação do CDES<sup>77</sup>, produzidas em 2003 e início de 2004, mostrando a dinâmica de relações construídas entre o CDES e a SEDES.

Encerramos aqui a exposição sumária dos autores designados “consensualistas-democráticos”. Vale mencionar que, bastante distante desta tradição, o único autor a interpretar a criação do CDES numa abordagem teórico-metodológica gramsciana foi André Silva Martins.<sup>78</sup> Em sua pesquisa, o autor alerta que a proposta de criação do CDES foi resultado da incorporação de estratégias postas pelo *Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social*, objeto de sua análise. Seu estudo mostra que o Instituto foi protagonista da criação e difusão da proposta intitulada “Fórum Empresarial de Apoio ao Município”. Na cidade de São Paulo, esta experiência foi realizada no governo Marta Suplicy (2001-2004) intitulado “Fórum Empresarial de Apoio à Cidade de São Paulo”.<sup>79</sup>

Em 2002, a Prefeita Marta Suplicy inaugurou, pioneiramente, o Fórum Empresarial de Apoio à Cidade de São Paulo. Inspirado na proposta do Instituto Ethos de Responsabilidade Social Empresarial, o Fórum Empresarial constitui-se como um **espaço de diálogo** capaz de promover a **articulação entre os setores público e privado**. [...] Os trabalhos para implantação do Fórum Empresarial de São Paulo foram desenvolvidos pelo Conselho de Empresários, formado pela Prefeita nos primeiros meses de seu mandato, em 2001.<sup>80</sup>

O autor deixa claro que a criação do Conselho de Empresários e, de forma mais ampla, do Fórum no governo petista serviu para ampliar a influência empresarial na definição de políticas públicas, por novos canais. Vale lembrar que o presidente do Instituto Ethos, Oded Grajew, faz parte de um restrito grupo de empresários ligados há anos ao PT tendo exercido, inclusive, o cargo de assessor especial da Presidência da República nos primeiros onze meses

<sup>77</sup> As Cartas de Concertação do CDES eram de documentos que procuravam enunciar, de forma sintética, não só aspectos conceituais inerentes às prioridades do desenvolvimento, como também a explicitação das questões ético-normativas necessárias ao estabelecimento de marcos graduais de construção de consensos. Foram seis Cartas de Concertação produzidas entre 2003 e 2004.

<sup>78</sup> MARTINS, André Silva. *A direita para o social: a educação da sociabilidade no Brasil contemporâneo*. Juiz de Fora: UFJF, 2009.

<sup>79</sup> Dentre as empresas participantes deste Fórum, destacamos: Accenture, AES Brasil, Banco Santander, Carrefour, Fundação Itaú Social, Goodyear, IBM, Instituto Unibanco, Itaú Unibanco, Klabin, Laboratórios Pfizer, Marketing Lab, Metanóia Planeta Sustentável, Movimento Nossa São Paulo, Natura, Observatório de Sinais, Odebrecht, Serasa Experian, Yazigi Internexus. Constam no Conselho de Entidade Empresariais do Fórum: Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (ABDIB), Associação Brasileira do Mercado de Limpeza Profissional (ABRALIMP), Associação Comercial de São Paulo (ACSP), Associação dos Dirigentes de Marketing e Vendas do Brasil (ADVB), Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (Fecomercio-SP). Disponível em <http://www.forumempresarialsp.org.br>. Acesso em 10/07/2012.

<sup>80</sup> INSTITUTO ETHOS. *Fórum Empresarial de Apoio ao Município*. SP: Ethos, 2005, p. 25, grifos meus.

do governo Lula da Silva. É conhecida sua participação e influência em vários fóruns, movimentos e associações como intelectual orgânico fortemente engajado na organização da classe empresarial (FIESP, CIESP, PNBE, Cives, ABRINQ, Global Compact), além de atuar no CDES desde 2004.

A relação do Fórum Empresarial implantado no governo Marta Suplicy e idealizado pelo Instituto Ethos possui íntimas relações com o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, na esfera municipal:

A criação de um Fórum de Apoio ao Município abre um amplo leque de **possibilidade de parcerias entre o poder público e o empresariado local**. Uma dessas alternativas é a constituição de uma instância que se caracterize como um **Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social**, em que participem não só os empresários, mas outros segmentos sociais importantes para economia do município.<sup>81</sup>

Martins apresenta pistas claras de que a criação do CDES esteve voltada à trajetória recente de constituição de canais de integração de interesses empresariais a partir da demanda e mobilização de importante associação empresarial da sociedade civil, cujas lideranças passaram a estar coligadas ao CDES, pouco tempo depois.

A administração petista da principal capital econômico-empresarial do país, reduto histórico importantíssimo de robustos e potentes aparelhos privados de hegemonia empresariais, construíra a ante-sala daquilo que pouco tempo depois se tornaria num fórum que pretendia ser – e se anunciava como – de expressão e representação “nacionais”, mas que insistia em garantir, ampliando e fortalecendo, a inserção de entidades e corporações empresariais para dentro do aparato estatal, portadoras de recursos organizativos e econômicos riquíssimos, algumas com larga trajetória e traquejo no trato com o aparato estatal no Brasil.

Contudo, a convocação de entidades teoricamente fora do alcance empresarial *direto*, parecia inverter a lógica da “legitimação” da criação do CDES defendida por alguns autores: os empresários já contavam com esta experiência na administração petista em São Paulo e, *eles próprios*, anunciavam a importância de atrair outros setores como forma de “democratização das decisões” e desde que envolvessem “setores sociais importantes para a economia”. Este pareceu ser um outro lado da “legitimidade” desde o ponto de vista petista-empresarial, ainda que não possamos desprezar, de forma alguma, a trajetória do partido com os movimentos sociais e o esforço em atrair setores dominantes historicamente arredios ou desconfiantes da *origem social* do novo governo que então se formara.

---

<sup>81</sup> Idem, p. 08, grifos meus.

*É evidente que o argumento de defesa desse Conselho é a questão do aprimoramento da democracia no Brasil sob os governos Lula da Silva. Tal defesa era um dos fios vermelhos – ao lado de outros como o desenvolvimento do país com combate à desigualdade - que sustentava a razão de ser do CDES, segundo os autores aqui expostos, a maioria dos conselheiros e, claro, o próprio governo. Ao longo desta tese debateremos no que consistiu tal democracia e em que medida ela compunha um projeto de sociabilidade que visava o distensionamento da luta de classes no Brasil.*

### **Considerações sobre o estado das artes**

Os autores que analisam o CDES tratam esta complexa e conflituosa etapa de renovação da hegemonia burguesa como sendo “desafios à governabilidade”, “estratégias de legitimação”, “democratização do Estado”, “ampliação e radicalização da democracia”, “*complemento* às instituições clássicas da democracia representativa liberal”, “concertação social”, “soluções de compromisso”, “regulação coordenada”, dentre outros termos e conceitos diversos, em geral muito vigentes no *mainstream* das Ciências Sociais acerca das formas e papéis assumidos pela democracia, pelo Estado e pela sociedade civil.

Uma crítica legítima a estes autores deve enfatizar a comunhão, o compromisso e a lealdade que assumem ao projeto de hegemonia do bloco dirigente em presença. Para dar loas às formas de sociabilidades burguesas gestadas, tanto privilegiam abordagens político-institucionais – enaltecendo as experiências participativas nas administrações petistas e a premente exigência de seus dirigentes em legitimar o governo ante ao empresariado – quanto abordagens socioculturais, ao ressaltar, por exemplo, a renovação que assume a democracia deliberativa frente à herança patrimonialista brasileira e, fundamentalmente, a suposta força coesiva, dialógica, pactuadora inerente ao Conselho, *tomando as falas ou propostas do governo como elementos analíticos definidores do CDES*, ou melhor, *confundindo o que ele diz ser com o que ele é de fato, em ação*.

Muito embora seja passível de consideração, não é incomum o emaranhado de motivações político-conjunturais (circunstanciais) em lugar de um estudo em que considere as inflexões profundas por que atravessou a sociedade, a economia e as forças sociopolíticas no Brasil nas duas últimas décadas.

Num olhar mais detido, contudo, percebemos que os autores acima arrolados passam ao largo do entendimento do Estado num sentido “amplo”, como vimos. Ancorados na matriz liberal de Estado, preferem concebê-lo como um ente que “paira” sobre a sociedade onde esta consegue, finalmente, participar da vida estatal, de sua gestão.

Tributário da matriz liberal, mas incorporada pela social-democracia europeia, o Estado encarado como *Sujeito* aparece como árbitro que se eleva sobre as classes sociais, configurando um “bloco monolítico sem fissuras”,<sup>82</sup> imune e infenso às permeabilidades e conexões de classes e frações de classes no interior de seu aparato e expressando uma vontade racionalizante própria. Trata-se do Estado-fortaleza, o todo-poderoso Leviatã do qual emanam normas e diretrizes que afetam a todos, impregnado de vícios (corrupção, clientelismo, patrimonialismo, cartorialismo, burocratismo, etc).

Nesta acepção, a separação entre Estado e Sociedade Civil não só é evidente como expressa um (histórico) antagonismo. O Estado no Brasil é interpretado por estudiosos expoentes das ciências sociais como um *Sujeito*, um protagonista do atraso, da ineficiência e da coerção. Do outro lado, encontramos a Sociedade Civil, também entificada e reificada porque desprovida de lutas e de contradições, de opressão, de dominação ou de exploração. Nela imperaria a “solidariedade”, a busca pelo “bem comum” através da participação “voluntarista”, “desinteressada”, “cosmopolita” e, em termos atualizados, “responsável”.

A noção de Sociedade Civil corrente carrega subjetividades “humanísticas”, “angélicas”, suscetíveis ao “diálogo”, ao “consenso” (não à coerção) e à “democracia”. Não raras vezes, ela é dotada de caráter “civilizador”. Estes atributos não estão presentes somente na literatura que trata da relação entre Estado e Sociedade Civil no Brasil, mas também no próprio Conselho e seus ideólogos. Assim, por exemplo, o chamamento à participação da sociedade civil no CDES era visto como algo “civilizador” das instâncias estatais. Nas palavras de seu primeiro Secretário, Tarso Genro afirmou que,

Em última instância estabelece-se uma relação entre o Estado e a Sociedade na qual a sociedade civil se “estatiza”, no sentido de que participa do Estado, não no de que é controlada pelo Estado. E o Estado se “civiliza”, no sentido de que é permeado pelos movimentos da sociedade civil, pelas suas tensões, pelo cruzamento de opiniões, e pela presença do movimento social organizado **pressionando democraticamente o Estado e o governo.**<sup>83</sup>

O “culto” à sociedade civil só é possível porque tais análises a apresentam como descurada de qualquer conteúdo de classe, ou melhor, como apta a assumir *o papel de novo agente histórico da transformação em lugar das classes sociais*. É Antônio Gramsci que nos dá o suporte teórico, no marxismo, para escapar desta camisa-de-força dos intérpretes social-

---

<sup>82</sup> POULANTZAS, Nicos. *O Poder, o Estado e o Socialismo*. Op. Cit. p. 151.

<sup>83</sup> GENRO, Tarso. Democratizar as relações entre governo e sociedade. In: CORREA, Jaime Montalvo (et al). *Novos espaços democráticos: diálogo social no Brasil e a experiência da Espanha*. São Paulo: Perseu Abramo, 2003a, p. 101, grifos meus.

liberais através de um entendimento rico, dialético, histórico das relações orgânicas entre Estado e da Sociedade Civil, em suma, do Estado integral.

## **CAPÍTULO 1 – ESTRUTURA NORMATIVA, MODO DE FUNCIONAMENTO E INSTÂNCIAS INTERNAS DO CDES**

### **1.1 – Introdução**

Estudar um órgão do aparato estatal, em qualquer ente federativo (estados, municípios ou União), no que tange a sua estruturação interna organizacional, finalidades e competências, atribuições, modo de funcionamento, instâncias internas etc., requer o trato com fontes oficiais (medidas provisórias, legislação ordinária, decretos, regimento interno, dentre outros) emanadas do Executivo na sua função legislativa. Além disso, o estudo sobre a sua normatização não se completa e nem se esmiúça apenas por meio de conjunto de normas legislativas. É preciso uma documentação interna razoavelmente detalhada do e sobre o órgão em estudo que autorize e auxilie o pesquisador a trabalhar com maior profundidade e que consiga encontrar nuances não explícitas ou mesmo ausentes do corpo legal.

O corpo legislativo, como sabemos, manifesta e deriva da dinâmica social e, portanto, abarca alterações conflituosas dela resultantes. São as relações sociais a base do arcabouço jurídico e não o contrário. Tomar o conjunto das normas legais como tão-somente organizador e estruturador de dado órgão como forma de tentar dar conta da totalidade organizativa que o envolve é tornar unilateral e estático aquilo que é atravessado por relações sociais e, portanto, dinâmico perante aos embates, disputas e acomodações que lhe constitui. A dinâmica interna do CDES não responde apenas ao que foi dado normativamente, mas também a partir do seu ambiente externo – o que envolve, claramente, a atuação e o *modus operandi* dos sujeitos sociais que o envolvem. Foi com esta perspectiva metodológica que pesquisamos a estrutura, a organização e o modo de funcionamento do CDES.

### **1.2 - A Plenária do CDES**

O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) é um órgão da administração pública federal criado em 1º de janeiro de 2003 pela Medida Provisória nº 103, na ocasião da posse de Lula da Silva à Presidência da República. A lei 10.683 de 28 de maio de 2003 regulamentou a criação do Conselho e o definiu como órgão de *assessoramento* imediato do Presidente da República, sendo sua Secretaria – à época denominada Secretaria

Especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (SEDES) -, órgão de *consulta* do chefe do executivo federal.<sup>84</sup>

O inciso IV do §1º do artigo 8º da lei 10.683/03 afirma que o Conselho será integrado por “por noventa cidadãos brasileiros, e respectivos suplentes, maiores de idade, de ilibada conduta e reconhecida liderança e representatividade, todos designados pelo Presidente da República para mandatos de dois anos, facultada a recondução”. O § 7º do mesmo artigo afirma ainda que a participação no Conselho “será considerada função relevante e não será remunerada”.

Interessante observar que o Regimento Interno do CDES, anterior à lei 10683/03, dispunha, no seu artigo 2º, inciso IV, o quantitativo de 82 conselheiros integrantes da plenária. A ampliação da composição do CDES, com o ingresso de mais 8 conselheiros, devia-se, segundo Garcia, à

tentativa de minimizar o desequilíbrio de composição (...). Desta vez, foram incorporados cinco conselheiros da região Norte, um do Nordeste e dois pastores evangélicos, na intenção de obter um equilíbrio maior também entre os segmentos religiosos.<sup>85</sup>

Lúcio Kowarick (2003: 9) acrescenta ainda que, dos 8 integrados, “5 estão ligados ao PMDB”, apontando que “nesta segunda leva, além do balanceamento regional, contou, por conseguinte, também critérios políticos partidários”.<sup>86</sup> As readequações foram, contudo, bastante tímidas, persistindo a extrema concentração numérica empresarial nas plenárias (entre 50% a 60% entre 2003 e 2010, segundo levantamento feito por nossa pesquisa) e centralização regional de 61% dos conselheiros na região Sudeste, enquanto 18% originava-se das regiões Norte e Nordeste.<sup>87</sup> Tendo como foco apenas o setor empresarial, nossa pesquisa mostrou que 79% deste se localizava na região Sudeste. Destes, São Paulo respondia por 62%, tomando por base as sedes de suas empresas e/ou associações de que representavam. Segue abaixo tabela produzida por Garcia a qual revela a distribuição regional dos conselheiros em 2003, ano de implementação do CDES.

**Tabela 1.1 - Distribuição dos Conselheiros segundo Regiões e Estados (composição em 2003)**

<sup>84</sup> Ver inciso I, artigo 30; §1º do artigo I e inciso II, §3º do artigo 1º da lei 10683/03.

<sup>85</sup> GARCIA, Ronaldo C. O CDES e a construção da Agenda Nacional de Desenvolvimento: um relato particular. In CARDOSO JR., José Celso, SANTOS, José Celso e ALENCAR, Joana. *Diálogos para o desenvolvimento: a experiência do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social sob o governo Lula*. Brasília: IPEA, vol. 2, 2010, p. 44.

<sup>86</sup> KOWARICK, Lúcio. *O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social: um processo em construção*. Brasília: Sedes, 2003, p. 9.

<sup>87</sup> GARCIA, Ronaldo C. O CDES e a construção da Agenda Nacional de Desenvolvimento... Op. cit., p. 45.

<b>Norte – 8</b>	<b>Nordeste – 8</b>	<b>Centro-Oeste – 9</b>	<b>Sudeste – 55</b>	<b>Sul - 10</b>
<b>AC – 1</b>	AL – 1	DF – 7	MG – 4	PR – 3
<b>AM – 3</b>	BA – 1	GO – 1	RJ – 7	RS – 4
<b>PA – 2</b>	CE – 3	MS – 1	SP – 44	
<b>RR – 2</b>	PE - 3			

**Fonte:** GARCIA, Ronaldo C. O CDES e a construção da Agenda Nacional de Desenvolvimento: um relato particular. Op. cit., p. 45.

As nossas considerações acerca da composição regional do Conselho estão contidas no capítulo 2 da tese (item 2.3.3.3). A pesquisa, entretanto, se deteve à localização regional das sedes dos grupos econômicos, firmas e aparelhos privados de hegemonia empresariais representados pelos conselheiros-empresários e não da totalidade dos conselheiros, como no caso da tabela acima divulgada por Garcia, atenta apenas para a composição inicial do Conselho, em 2003.

De qualquer modo, verifica-se predomínio incontestado da região Sudeste do país na composição do quadro de conselheiros, com cerca de 60% de representantes desta região e destaque superlativo de apenas um estado da federação: São Paulo, com cerca de 50% do total de conselheiros. Esta flagrante desigualdade regional na distribuição de conselheiros é tributária da significativa presença empresarial da região Sudeste (e de São Paulo em particular) convocada a participarem da plenária do CDES. As representações da cúpula da burocracia sindical também corroboravam para a super-representação paulista já que grande parte das sedes das Centrais Sindicais (e seus dirigentes) localizavam-se em São Paulo, com destaque da CUT, majoritariamente representada. Por fim, o segmento dos intelectuais acadêmicos presentes no CDES também circulava entre o eixo Rio-São Paulo, a julgar pelas universidades em que estavam vinculados.

Cabe lembrar, por fim, que o foco das relações político-sociais travadas pela direção majoritária do Partido dos Trabalhadores manteve sua força, via de regra, no campo de influência paulista (acadêmicos, movimentos sociais, sindicatos) e, mais recentemente, foi ampliado em razão das aproximações com setores não populares, principalmente com o empresariado da pirâmide paulista, apesar da evidente nacionalização do partido no Brasil. Como demonstraremos ao longo da tese, o sentido dado pelos debates dos conselheiros na busca do desenvolvimento no CDES, malgrado preocupações quanto ao desenvolvimento regional, trazidas por exemplo, pela conselheira Tânia Barcelar, pode ser também responsável pela super-representação do Sudeste, e de São Paulo em particular, tendo em vista que concebia programas, demandas e preocupações de atendimento do grande capital monopolista, cujos intelectuais orgânicos estavam ali localizados.

Além dos conselheiros da sociedade civil, a ampliação de participantes na plenária do CDES também incluiu algumas pastas ministeriais originalmente não previstas pela MP 103/03. O Termo de Referência do Conselho afirmava que o número de membros originários do governo, “não será superior a ¼ dos seus integrantes”<sup>88</sup>. A lei 10.683/03 trouxe, então, os titulares da pasta do Meio Ambiente e das Relações Exteriores para comporem a plenária do CDES com as já escaladas. Em 2004, nova ampliação foi feita com a nomeação do Presidente do Banco Central como mais um conselheiro ministerial. A partir de então, o CDES passava a comportar um total de 104 conselheiros, sendo 90 lideranças da sociedade civil e 14 ministros de Estado, abaixo relacionados:

- O Ministro das Relações Institucionais; Secretário-Executivo do Conselho;
- Os Ministros de Estado Chefes da Casa Civil, da Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica, da Secretaria-Geral da Presidência da República, da Secretaria de Articulação Política e Assuntos Institucionais e do Gabinete de Segurança Institucional;
- Os Ministros de Estado da Fazenda, do Planejamento, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, do Desenvolvimento Social, do Trabalho e Emprego, do Meio Ambiente, das Relações Exteriores e o Presidente do Banco Central do Brasil.<sup>89</sup>

Como vimos, os conselheiros da sociedade civil eram designados pelo próprio Presidente da República, não cabendo indicações das entidades a eles vinculadas. A nomeação era publicada tanto no Diário Oficial da União quanto publicizada nas Atas das Reuniões Plenárias, nas datas de suas posses. Apesar da lei 10.683/03 exigir que fossem de “reconhecida liderança e representatividade”, em alguns casos de conselheiros do setor empresarial não encontramos vínculos ou ligações com entidades da sociedade civil. A rigor, o próprio Decreto 4.744/03, no art. 2º, §2º, não obriga estritamente que todos os nomeados assumissem representação nas entidades da sociedade civil:

Os membros de que trata o inciso IV [noventa cidadãos brasileiros] e seus suplentes, de acordo com a representatividade social, deverão ter **experiência nos temas agendados para concertação** ou ter função dirigente em organizações sindicais,

<sup>88</sup> Secretaria Especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. *Termo de Referência para a Formação da Secretaria Especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (SEDES) e do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES)*. Brasília: 2003a.

<sup>89</sup> Cf. Lei 10.683/03, artigo 8º, §1º, incisos I, II e III, combinado com informações de Garcia, op. cit., p. 44-45. O Decreto encontra-se disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.683.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.683.htm)>.

movimentos sociais, organizações não-governamentais e outros setores da sociedade civil.<sup>90</sup>

Informações dadas a Kowarick pela SEDES dão conta que, ainda que legalmente referenciada pela representação social e econômica, a escolha dos conselheiros pelo Presidente era feita enquanto pessoa física: “mesmo se deixar de ter um cargo em uma entidade, continuará como membro do CDES”.<sup>91</sup> Isto deixa a entender que o critério de representatividade ou de liderança social não era tão determinante, ou o único, quanto a legislação, as posições do governo e de muitos analistas do CDES faziam crer. Encontramos fontes que comprovam, no meio empresarial, que alguns conselheiros nomeados mantinham fortes relações pessoais com o Presidente e/ou se destacarem no setor ou atividade econômica em que se dedicavam ou, muito mais que isto, eram detentores ou prepostos diretos do grande capital. Não pertenciam ou não tinham qualquer papel de destaque em associações empresariais e, especialmente em alguns casos, estavam muito longe de serem considerados “cidadãos de ilibada conduta”.

Estes não eram os únicos casos em que a letra da lei que instituiu o CDES era “flexibilizada”, ao sabor das escolhas presidenciais. No §8º do artigo 8º da lei 10.683/03 é expresso o mandamento de que “é vedada a participação de conselheiro de direitos que representem mais de cinco por cento do capital social de empresa inadimplente com a Receita Federal ou com o Instituto Nacional de Seguridade social, na apreciação de matérias pertinentes a essas áreas”.<sup>92</sup> Contudo, em cumprimento à determinação do artigo 81 da lei 8.212/91, somente em maio de 2003 o Ministério da Previdência Social divulgou a lista de empresas em débito com o INSS. Dentre os maiores devedores do Instituto, figuravam quatro grandes grupos representados no CDES: Banco Bradesco S.A., com dívidas de R\$ 83,1 milhões; Cia. Vale do Rio Doce, R\$ 41,1 milhões; Mappin Lojas de Departamentos S.A, R\$ 21,3 milhões e Banco Itaú, com dívida de R\$ 19,9 milhões.<sup>93</sup>

As competências gerais do CDES foram definidas no artigo 8º da lei 10683/03:

Ao Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social compete assessorar o Presidente da República na formulação de políticas e diretrizes específicas, voltadas ao desenvolvimento econômico e social, produzindo indicações normativas,

<sup>90</sup> Disponível em < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2003/D4744a.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4744a.htm)> . Grifos meus.

<sup>91</sup> KOWARICK, Lúcio. *O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social: um processo em construção...* Op. cit., p. 05.

<sup>92</sup> Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.683.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.683.htm)>. Acesso 08/03/2015.

<sup>93</sup> Jornal Folha de São Paulo, 15 de maio de 2003. “INSS divulga lista com 176 mil devedores”. Reportagem de Marta Salomon. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1505200321.htm>>. Acesso em 20/11/2012; Ver toda a lista em <[http://www.migalhas.com.br/arquivo\\_artigo/Lista%20de%20Devedores%20da%20Dívida%20Ativa%20do%20INSS.htm](http://www.migalhas.com.br/arquivo_artigo/Lista%20de%20Devedores%20da%20Dívida%20Ativa%20do%20INSS.htm)>.

propostas políticas e acordos de procedimento, e apreciar propostas de políticas públicas e de reformas estruturais e de desenvolvimento econômico e social que lhe sejam submetidas pelo Presidente da República, com vistas à articulação das relações de governo com representantes da sociedade civil organizada e a concertação entre os diversos setores da sociedade nele representados.<sup>94</sup>

A função precípua de fórum assessor do Presidente da República era, sem dúvida, um registro marcante das suas atividades. Questão tensionadora entre os conselheiros e o governo (CDES e SEDES), porém, que atravessava o primeiro governo Lula da Silva, principalmente os anos iniciais de constituição do Conselho, tratava da maneira “passiva” de seu papel de assessor, explícito no texto legal: “(...) que lhe sejam *submetidas* pelo Presidente da República”. Quer dizer, a legislação regulamentadora expressava claramente que as competências do Conselho eram exercidas e referenciadas pelas agendas e pautas encaminhadas pelo chefe do Executivo.

Além disso, com vimos, o marco legal também informava que o CDES se constituía como arena onde as proposições emanadas não eram deliberativas, isto é, não vinculavam ou obrigavam o Executivo. O papel do CDES assim definido pelo marco regulatório – como fórum de assessoramento propositivo e de consulta -, somado aos depoimentos contundentes de alguns conselheiros acerca da ineficácia de sua atuação no âmbito do CDES, principalmente nos dois anos iniciais de sua constituição (2003-2004), levaram alguns analistas e pesquisadores (dentre eles também conselheiros) a considerarem o Conselho como um fórum de legitimação das propostas e/ou projetos trazidos pelo governo, onde a capacidade elaborativa e propositiva anuviava-se não apenas perante a superficial ou branda autonomia concedida pela SEDES, mas, principalmente, ao não enxergar o aproveitamento das proposições por ele emanadas por parte do Executivo.

Outros dois elementos importantes no artigo 8º dizem respeito ao conteúdo ou a composição social do Conselho: tratar-se-ia de um espaço privilegiado de interlocução da sociedade civil com o governo, e vice-versa, com vistas à “concertação” social. Lideranças da sociedade civil organizar-se-iam sob os auspícios governamentais para formulação, na sociedade política, de um projeto de “desenvolvimento com equidade” sustentado pelo esforço da “pactuação” social. Apesar de serem utilizados pelos analistas e conselheiros de maneira indiferenciada, Tarso Genro volta e meia mencionava, em entrevistas e em curtos artigos, que os termos “pacto social” e “concertação” não eram sinônimos. De qualquer modo, é importante observar que eles funcionavam como ideários coesionadores no âmbito do próprio Conselho:

---

<sup>94</sup> Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.683.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.683.htm)>. Acesso 08/03/2015.

Não usamos o termo “pacto social” por ele estar associado a uma negociação entre trabalhadores e patrões. O termo concertação expressa melhor a experiência do Conselho. Inédita no Brasil, nunca tivemos diálogo organizado pelo Estado, de caráter estratégico, entre as classes sociais buscando os seus consensos e não as suas divergências. O Conselho é isso. É **uma união – afinada e harmoniosa** – na busca de um novo contrato social para construirmos um país economicamente forte e socialmente justo (grifos nossos).<sup>95</sup>

A ideia colocada era de que a mobilização necessária para construção de um “autêntico desenvolvimento” apenas se daria pela consensualização de uma pauta mínima de mudanças necessárias ao país. Sem mudanças bruscas ou radicais, dever-se-ia construir um projeto em que desenvolvimento econômico e social e coesão social andariam lado a lado, ou melhor, ambos se nutririam. Esta tônica do Conselho é bastante propagandeada, conforme consta na apresentação mais recente em sua página eletrônica:

Expressão de uma democracia moderna e consolidada, o Conselho hoje acumula uma experiência que alia a capacidade cognitiva de cada Conselheiro e Conselheira sobre temas fundamentais para o País, a uma confiança absoluta no diálogo. O diálogo favorece o trânsito de informações, permite a troca de pontos de vista, ajuda a iluminar as diferenças e a encontrar trajetórias para enfrentamento de problemas e entraves. Por meio do diálogo o CDES busca compreender as variáveis e construir consensos em torno do Brasil que se desenvolve. No entendimento do Conselho, é preciso que a sociedade participe, que conduza este processo de desenvolvimento e se reconheça nele.<sup>96</sup>

A tensão resultante de um Conselho de caráter consultivo cujas pautas são definidas fora de sua plenária, ou seja, pela Secretaria do CDES (que canalizava as agendas do Executivo para serem discutidas nas plenárias), e o projeto de “desenvolvimento com equidade” e “coesão social” estava, de fato, colocada já na legislação que o normatizava. Estas “marcas de nascimento” do Conselho foram, contudo, matizadas, assumindo colorações distintas a depender das relações que foram sendo travadas dentro (CDES e SEDES) e fora (continuidade na condução da política econômica restritiva, crise política advinda do episódio do mensalão, economia internacional favorável entre 2002-2007, o impacto da crise econômica de 2008, dentre outros) da sua plenária.

Quanto ao modo de funcionamento da plenária do CDES, consta no artigo 5º do Regimento Interno que o Conselho “reunir-se-á em composição plena uma vez, no mínimo, a cada bimestre”. Apesar de esta determinação não ser seguida expressamente, entre 2003 e 2006 as reuniões ordinárias da plenária do Conselho ocorriam cinco vezes por ano. O volume

<sup>95</sup> Entrevista concedida por Tarso Genro ao Jornal Autonomia em nov/dez. de 2003, reproduzida no site do Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados e Empregados de empresas de Processamento de Dados do Estado de São Paulo (Sindpd). Disponível em <<http://www.sindpd.org.br/artigos/entrevistasPrint.asp?id=3>>. Acesso em 30/08/2010.

<sup>96</sup> Retirado em <<http://www.cdes.gov.br/conteudo/41/o-que-e-o-cdes.html>>. Acesso 29/12/2013. Uma reflexão mais aprofundada sobre a “concertação social” no CDES será realizada no capítulo 3.

e a intensificação de trabalhos centrados nos Grupos de Trabalho durante 2007 e 2010 exigiu que a plenária passasse a se reunir quatro vezes por ano.

No período 2003-2010, houve 36 reuniões ordinárias no CDES e apenas quatro reuniões extraordinárias, para tratar de assuntos muito específicos. Segue abaixo o quadro que trata da periodicidade das reuniões e, principalmente, dos temas ou pautas debatidos na plenária do Conselho entre 2003 e 2010.

**Quadro 1.1 – Reuniões Plenárias do CDES: periodicidade e pautas (2003-2010)**

Ordem/Tipo de Reunião	Data	Pautas
1ª Reunião Ordinária	13/02/2003	Instalação do Conselho.
2ª Reunião Ordinária	10/03/2003	Reforma da Previdência.
1ª Reunião Extraordinária	31/03/2003	Reforma Tributária.
3ª Reunião Ordinária	12/06/2003	Plano Plurianual, Reforma Sindical e Trabalhista.
4ª Reunião Ordinária	04/09/2003	Retomada do Crescimento Econômico.
5ª Reunião Ordinária	10/12/2003	Política Econômica, Monetária e Industrial.
6ª Reunião Ordinária	11/03/2004	Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior.
7ª Reunião Ordinária	13/05/2004	Crescimento Econômico Sustentável.
8ª Reunião Ordinária	04/08/2004	Política Energética e Mineral.
9ª Reunião Ordinária	09/02/2004	Política Nacional de Desenvolvimento Regional.
10ª Reunião Ordinária	10/11/2004	Política Tributária e de Crédito.
11ª Reunião Ordinária	10/03/2005	Perspectivas 2005, Oportunidades de Desenvolvimento.
12ª Reunião Ordinária	19/05/2005	Micro e Pequena Empresas, Autogestão e Informalidade.
13ª Reunião Ordinária	25/08/2005	Agenda Nacional de Desenvolvimento.
14ª Reunião Ordinária	05/10/2005	Desindexação da Economia, Segurança Pública e Cidadã.
15ª Reunião Ordinária	01/12/2005	Política Externa.
16ª Reunião Ordinária	23/03/2006	A Educação como prioridade nacional para o Desenvolvimento.
17ª Reunião Ordinária	10/05/2006	Princípios Econômicos e Políticas Indutoras do Desenvolvimento.
18ª Reunião Ordinária	29/06/2006	Desafios Estratégicos do Financiamento para o Desenvolvimento: Desenvolvimento, Ação do Estado e Projeto Nacional.
19ª Reunião Ordinária	24/08/2006	Enunciados para diretrizes de Planejamento.
20ª Reunião Ordinária	05/12/2006	Aprofundamento dos Enunciados: Educação, Reforma Política e Financiamento da Infraestrutura.
21ª Reunião Ordinária	17/05/2007	Diálogo para o Desenvolvimento, Posse dos conselheiros do CDES para o mandato 2007-2008.
22ª Reunião Ordinária	17/07/2007	Ação Internacional do CDES, Reforma Tributária e Reforma Política.
23ª Reunião Ordinária	20/09/2007	Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania, Reforma Tributária e Bioenergia.
24ª Reunião Ordinária	27/11/2007	Parecer do Observatório da Equidade: Desigualdades na Educação; Relatório do GT sobre Reforma Tributária; Anais do Seminário sobre Reforma Política; Perspectivas do CDES para 2008.
25ª Reunião Ordinária	01/04/2008	Reforma Tributária, Governança do CDES, Perspectivas de Crescimento da Economia Brasileira e Crise Norte-Americana.
26ª Reunião Ordinária	05/06/2008	Política de Desenvolvimento Produtivo.
27ª Reunião Ordinária	28/08/2008	Um novo Brasil em construção: mais investimentos e mais emprego.
28ª Reunião Ordinária	06/11/2008	Conjuntura Econômica Internacional.
29ª Reunião Ordinária	05/03/2009	Seminário Internacional de Desenvolvimento.
30ª Reunião Ordinária	04/06/2009	A Rede de Proteção Social no Brasil.
31ª Reunião Ordinária	27/08/2009	Diálogo para o desenvolvimento – desafios atuais do Brasil e as perspectivas para o CDES e posse dos conselheiros para o biênio 2009/2010.
2ª Reunião Extraordinária	15/09/2009	Balço de um ano da crise e perspectivas da economia brasileira.
3ª Reunião Extraordinária	29/09/2009	O pré-sal e o novo padrão de desenvolvimento do país.

<b>4ª Reunião Extraordinária</b>	16/11/2009	COP-15: Compromissos para Mitigação de Emissões Brasileiras.
<b>32ª Reunião Ordinária</b>	09/12/2009	Brasil e as perspectivas para o desenvolvimento.
<b>33ª Reunião Ordinária</b>	23/04/2010	Debate preliminar da Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento.
<b>34ª Reunião Ordinária</b>	17/06/2010	Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento.
<b>35ª Reunião Ordinária</b>	26/08/2010	Educação e Inovação para o Novo Ciclo de Desenvolvimento.
<b>36ª Reunião Ordinária</b>	02/12/2010	O Legado do CDES.

**Elaboração própria. Fonte:** Atas das Reuniões Plenárias do CDES entre 2003 e 2010, disponíveis em <<http://www.cdes.gov.br/evento/realizados/tipo/64/>> e <<http://www.cdes.gov.br/evento/realizados/tipo/63/>>.

O quadro acima revela, grosso modo, a predominância das pautas do empresariado, em especial do grande empresariado monopolista, com escassas pautas que incidiam diretamente sobre aspirações populares. Grande parte das pautas que envolvia as reuniões plenárias dedicava-se ao crescimento econômico, entendido como facilitação das condições de ampliação da reprodução de setores do capital no Brasil. Este era o lado “substantivo” do “desenvolvimento com inclusão social”. Deve-se tomar o cuidado, entretanto, de não considerar que as temáticas discutidas nas plenárias e expostas no quadro acima, apagavam os embates e as tensões internas. As discussões estavam atravessadas por tensões intraburguesas e entre os setores do capital e setores que compareciam com reivindicações distributivas: lideranças de organizações populares (escassamente representados), da cúpula da burocracia sindical, de algumas entidades da sociedade civil e de parte da intelectualidade social-liberal.

O caminho da aprovação das matérias no CDES, ou seja, em que medida os conselheiros influíam na produção das pautas, dependia das exigências e planos conjunturais do governo e das pressões e reclames dos conselheiros. A legislação era clara quanto à prerrogativa do Executivo em ditar as pautas a serem discutidas pelas reuniões plenárias do CDES. Tarso Genro assegurou em entrevista que “de fato a agenda de trabalho é determinada pelo Presidente da República, mas os conselheiros podem discutir livremente temas relacionados ao desenvolvimento econômico e social do país”.<sup>97</sup> O controle sobre as pautas a serem debatidas nas plenárias pela SEDES era evidente, principalmente durante os três primeiros semestres de funcionamento do Conselho. 2003 foi o ano de implantação das contrarreformas e de aprofundamento dos ajustes macroeconômicos monetaristas e o governo se valeu da legitimação dada pelo CDES para facilitar a tramitação e aprovação de seus projetos no Congresso Nacional. O mesmo se deu com a formulação do Plano Plurianual 2004-2007. Este período inicial também compreendeu a construção das Cartas de Concertação, sob demanda da SEDES.

Desde inícios de 2004, os conselheiros começaram a tecer fortes críticas quanto a este mecanismo de funcionamento, pois queriam inserir pautas e discutir agendas de seus

<sup>97</sup> Disponível em <<http://www.sindpd.org.br/artigos/entrevistasPrint.asp?id=3>>.

interesses e, em virtude disso, a SEDES coloca o processo de construção da Agenda Nacional de Desenvolvimento (AND) no núcleo da agenda do Conselho. De 2004 a 2007, a SEDES continuou pautando as agendas a serem discutidas nas plenárias, muitas ao encontro do que o empresariado esperava e, além disso, os conselheiros conseguiram inserir nelas algumas discussões que atendessem seus interesses (Educação, Desonerações, Reforma Tributária, Reforma Política, Política Industrial, Políticas para Micro e Pequenas Empresas, Proposta de Ampliação do CMN, Financiamento para a Infraestrutura, Política Creditícia, etc). Apenas a partir 2008, com a formação do Comitê Gestor, grupos de conselheiros eleitos em plenária e com mandatos semestrais, começaram a formular, em parceria com a SEDES, as pautas e os mecanismos de funcionamento do Conselho.

Portanto, a organização do Conselho (em termos de direção administrativa) ficou, durante o período pesquisado, sempre a cargo da sua Secretaria, mas ela foi sendo progressivamente descentralizada. A direção do CDES atravessou três períodos: num primeiro momento, o CDES era fundamental para legitimar as contrarreformas do governo e, por conta disso, a Secretaria impunha suas pautas; depois o governo concedeu que certos assuntos passassem a compôr com as pautas da Secretaria (fala de Tarso Genro acima); após 2008, grupo de conselheiros e SEDES compartilhavam institucionalmente os temas das pautas e o método de funcionamento do Conselho, não mais como resultado das inserções de assuntos nas pautas elaboradas pela SEDES, mas como acordo formalizado e institucionalizado. A este último período chamaram de “democratização da governança” do CDES e foi operacionalizada pela criação do Comitê Gestor, trabalhado neste capítulo no item 1.6.

A dinâmica das reuniões plenárias, entre 2003 até meados de 2004, tentou seguir o que consta no §2º do artigo 5º do Regimento Interno do CDES, com algumas flexibilizações. No início das atividades de cada reunião, o Secretário Executivo fazia a exposição de informes e esclarecimentos relevantes para a plenária e apresentava a temática a ser debatida. Logo em seguida, o tema em pauta era trabalhado na intervenção de um ou mais integrante do primeiro escalão do governo (Ministros ou autoridade delegada) responsável pela(s) área(s) pertinente(s) ao objeto em discussão, com pauta previamente definida e comunicada aos conselheiros com sete dias úteis de antecedência.

Após apresentada a temática proposta pelo governo e as respectivas intervenções ministeriais, sob a coordenação do Secretário Executivo, em um primeiro momento, os conselheiros destacavam pontos sobre os quais gostariam de emitir suas opiniões, obedecendo a ordem de inscrição realizadas junto ao Secretário. Num segundo momento, cada conselheiro

defendia suas posições acerca do destaque requerido, explicitando argumentos, assumindo posições e inquirindo esclarecimentos aos Ministros, com tempo igual de três minutos para cada conselheiro inscrito. Logo em seguida, os Ministros retomavam as falas e respondiam às inquietações, dúvidas ou observações dos conselheiros. Se houvesse tempo hábil, podia o Secretário conceder tréplicas aos conselheiros para suas observações finais. Vale ressaltar que o presidente Lula da Silva comparecia frequentemente às reuniões plenárias, realizando intervenções de natureza avaliativa de seu governo, elogiando e incentivando os trabalhos dos conselheiros e sua condução pela equipe da SEDES.<sup>98</sup>

Cabia à mesa da plenária, por fim, traduzir os posicionamentos defendidos e/ou refutados em propostas a serem referendadas ou não pela plenária. A partir daí, segue-se o procedimento determinado pelos artigos 11, 12 e parágrafo único do Decreto 4.744/03 que dispõe sobre a composição e funcionamento do CDES:

Art. 11. O CDES procurará formalizar suas deliberações por consenso, denominadas **acordos**, que serão submetidas ao Presidente da República e publicadas no Diário Oficial da União.

Art. 12. As deliberações do CDES ocorridas sob a forma não consensual, denominadas **recomendações**, e as posições divergentes dos Conselheiros serão submetidas ao Presidente da República e publicadas no Diário Oficial da União.

Parágrafo único. No caso das deliberações sob a forma não consensual, é facultado ao Conselheiro interessado apresentar justificativa da sua posição divergente, em separado e por escrito.

Os *acordos* ou *consensos* eram proposições aprovadas por unanimidade entre os Conselheiros. As que recebiam grande número de adesão entre eles, mas que não conseguiam chegar a uma unanimidade, eram chamadas de *recomendações*. As posições divergentes dos Conselheiros aludidas pelo artigo 12 eram conhecidas como *sugestões*: eram posições minoritárias (não consensuais e com baixa adesão entre os conselheiros), mas que deveriam chegar ao conhecimento e apreciação do Presidente.

Porém, a forma de funcionamento do CDES originalmente pensada por seus formuladores não teria sido a plasmada nos artigos acima. Segundo reportagem da Folha de São Paulo de 14 de fevereiro de 2003, intitulada “Lula cede a sindicalistas e esvazia poder do Conselho”,<sup>99</sup> a proposta inicial de Tarso Genro, então Secretário Executivo, seria a posição majoritária entre os conselheiros sobre determinado tema/assunto, através de votação, a adotada como “recomendação”. A reação dos conselheiros sindicalistas teria sido anterior à própria criação oficial do Conselho, tendo em vista sua composição majoritariamente

<sup>98</sup> Apreendi esta dinâmica de através de COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social: um experimento democrático.*, p. 05. Disponível em: <www.cdes.gov.br>. e da leitura de algumas Atas de Reuniões Plenárias.

<sup>99</sup> Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1402200302.htm>. Acesso em 11/01/2014.

empresarial. O esboço do primeiro regimento interno dizia que “o pleno do conselho deliberará e expedirá acordos por maioria absoluta de seus membros quando não houver consenso”, o que deixaria setores não empresariais em larga desvantagem. Na readequação, a referência à “maioria absoluta” foi suprimida, dando margens para que as divergências – e suas justificativas - também chegassem ao conhecimento do Presidente.

A reportagem afirma ainda que a emenda ao regimento teria sido apresentada na reunião inaugural do CDES por Luiz Marinho, então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e futuro presidente da CUT, e acatada por unanimidade: “não faz sentido um conselho como esse ser deliberativo. O ideal é procurar os pontos de consenso e apresentar as alternativas ao presidente onde não houver consenso” disse ao jornal. Já os empresários refutaram a crítica de que estariam super-representados: “estou aqui como brasileiro, não como empresário”, disse Paulo Skaf, já engrossando algo que seria repetida e pedagogicamente divulgado no CDES ao longo dos anos: seu caráter (supostamente) supraclassista. Sonia Fleury, conselheira do CDES, tributou esta mudança a ação de setores menos representados:

As deliberações do Conselho, tanto nos grupos temáticos quanto no pleno, eram tomadas tendo como critério a busca do consenso entre seus membros. Esta tradução do espanholismo concertação como consenso foi fruto da primeira discussão, acerca do regulamento, onde movimentos e organizações sociais se posicionaram contra a votação majoritária, já que a composição do Conselho definia previamente maiorias, por extração social. Ficou então aceita a necessidade de buscar consenso.<sup>100</sup>

Na realidade, sendo por votação majoritária ou por consenso, sugestões ou recomendações (procedimento adotado pelo CDES) *eram muito estreitas as brechas dos movimentos e organizações autenticamente populares emplacarem suas aspirações ao Executivo*. Num fórum constituído por mais da metade de setores do capital (sem contar entidades civis, intelectuais e sindicalistas próximos da visão de mundo empresarial), o consenso obtido foi resultado de boa dose de coerção perante os segmentos sociais populares. Para estes, se não era admissível o consenso, e se suas propostas chegavam ao Executivo como mera recomendação ou sugestão, logicamente já se esvaziava as reivindicações destes segmentos. Constituiu-se, desta maneira, uma espécie de blindagem do Conselho, expurgando e desqualificando a fala das lideranças produtoras de recomendações ou sugestões. Na perversidade desta lógica, apenas se poderiam considerar efetivamente propostas de diretrizes para alguma agência estatal ou para produção de documentos estratégicos aquilo que era

---

<sup>100</sup> FLEURY, Sonia (2006). *O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Governo Lula – Texto entregue aos conselheiros em agosto de 2005*. In: BRASIL, Secretaria de Relações Institucionais. *Reflexões sobre o CDES*.p. 33.

resultado do consenso, hierarquizando e afinilando as decisões desde a perspectiva do grupo hegemônico e de seus aliados.<sup>101</sup>

A 7ª Reunião Plenária do Conselho, em maio de 2004, trazia novas mudanças na dinâmica de seu funcionamento. A partir de então, após as exposições por parte do governo (Secretário e Ministros), três conselheiros passaram a ser ouvidos como debatedores. Estes eram escolhidos por se credenciarem, supostamente, pela SEDES como os mais capacitados ou familiarizados com o tema em discussão e cumpria o papel anteriormente realizado por outros, de forma menos pulverizada e mais articulada e orgânica. O intuito era de fazer com que eles apresentassem seus questionamentos, polemizassem e ponderassem com maior propriedade e profundidade sobre o assunto em pauta.

A escolha destes três “conselheiros debatedores”, de acordo com Kunrath, seguia critérios estabelecidos pela Secretaria, e “sua alternância ocorria de acordo com o tema em discussão, levando-se em consideração a participação de todos os segmentos que o integravam”.<sup>102</sup> Apenas após a intervenção destes (de sete minutos para cada), seguida pelas respostas ou ponderações do governo, é que os demais conselheiros, pela ordem de inscrição, ficavam autorizados a intervir, retornando ao início do ciclo com reconsiderações por parte do secretário e ministros, e assim por diante.

Tais mudanças no modo de funcionamento, ao que tudo indica, foram provocadas por reivindicações dos próprios conselheiros. Na Ata da 6ª Reunião Plenária, em março de 2004,<sup>103</sup> alguns conselheiros mostravam-se insatisfeitos quanto à dinâmica de funcionamento das reuniões:

**Conselheiro Luiz Marinho:** (...) Acredita que o governo precisa pensar a intervenção no Conselho, pois deve haver mais espaço para os conselheiros falarem.

**Conselheiro José Moroni:** (...) Propõe iniciar as reuniões com algumas falas de conselheiros, pois iniciamos com doze ministros e estamos com dois na fala dos conselheiros.<sup>104</sup>

Malgrado a equipe da SEDES elaborar e gerenciar as formas de condução dos trabalhos nas plenárias segundo os marcos normativos, o modo de funcionamento do CDES sofreu pressões. Os embates e pressões provocadas pelos conselheiros levariam posteriormente à criação do Observatório da Equidade, criado em 2006, e do Comitê Gestor do CDES, criado em 2008, como veremos adiante. Atravessadas por fortes demandas no

<sup>101</sup> Sobre estas reflexões agradeço os comentários feitos pela Profª Sonia Regina de Mendonça.

<sup>102</sup> KUNRATH, Romerio Jair. *Os Conselhos Econômicos e Sociais em perspectiva comparada: os casos da Espanha e do Brasil*. Tese de doutorado, Porto Alegre: UFRGS, 2012, p. 146.

<sup>103</sup> Até a 6ª reunião plenária as Atas eram produzidas a partir de um relato da fala dos emissores e não a transcrição da fala propriamente dita.

<sup>104</sup> Ata da 6ª Reunião Plenária, 11/03/2004, p. 10 e 12. Todas as atas das reuniões plenárias do CDES encontram-se disponíveis em < <http://www.cdes.gov.br/evento/realizados/tipo/64/>>. Acesso em 30/04/2015.

interior de sua plenária, a própria estrutura e modo de funcionamento do CDES, conduzido pela SEDES, teve que se amoldar às expectativas de lideranças que carregavam o *habitus* político-organizativo das entidades em que atuavam. É apenas a partir de investigações preliminares calcadas no desvendamento das conflitivas relações sociais dos sujeitos organizados – e não num suposto “adensamento ou aperfeiçoamento institucional” emanado da burocracia -, que se pode entender os meandros da passagem a seguir, retirado do site do CDES: “A metodologia de funcionamento do Conselho tem sido objeto de permanente avaliação e busca de aperfeiçoamento para fomentar e ampliar a escuta e construção compartilhada e potencializar sua assessoria ao Presidente”.<sup>105</sup>

### 1.3 - A Secretaria do CDES – a SEDES

A SEDES, conhecida como “Secretaria do Conselho”, tinha como atribuição dar suporte administrativo e logístico, coordenando as plenárias e demais atividades do CDES, mas destacava-se, principalmente, como órgão da sociedade política que conduzia e traduzia para o Conselho os projetos e propostas governamentais que a ele chegavam. Segundo consta no endereço eletrônico do Conselho, “a estrutura técnica da Secretaria Executiva do CDES (...) é responsável pela coordenação técnica do processo de debate e de formulação de análises e propostas e pelo apoio organizativo do CDES”.<sup>106</sup> O artigo 21 da lei 10.683/03 assim define sua competência:

À Secretaria Especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social compete assessorar direta e imediatamente o Presidente da República na formulação de políticas e diretrizes específicas, bem como coordenar e secretariar o funcionamento do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, visando à articulação da sociedade civil organizada para a consecução de um modelo de desenvolvimento configurador de um novo e amplo contrato social.

Conforme Termo de Referência para sua formação, a SEDES era um “órgão articulador” entre o Conselho e o governo e deveria promover o “protagonismo dos Ministérios e instituições de primeiro escalão. Principalmente os que estiverem diretamente vinculados às matérias sobre as quais o governo pretende acordar visando obter maioria”.<sup>107</sup>

Ainda com base no Termo de Referência, a SEDES “deverá atuar estreitamente ligada ao centro político do governo: Casa Civil, Ministério da Fazenda, Secretaria Geral da Presidência, Secretaria de Comunicação da Presidência”,<sup>108</sup> isto para garantir que os temas a

<sup>105</sup> Retirado de <<http://www.cdes.gov.br/conteudo/8508/funcionamento-do-conselho.html>>. Acesso 29/12/2013.

<sup>106</sup> Retirado de <<http://www.cdes.gov.br/conteudo/44/secretaria-do-conselho-de-desenvolvimento-economico-e-social-sedes.html>>. Acesso 29/12/2013.

<sup>107</sup> SEDES. *Termo de Referência para a Formação da Secretaria Especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (SEDES)*. Op. cit.

<sup>108</sup> Idem.

serem propostos ao Conselho “não serão temas arbitrados por “partes” do governo, mas serão aqueles que correspondam a sua agenda prioritária, em cada período do atual mandato”.<sup>109</sup> Ou seja, a posição estratégica da Secretaria do CDES na arquitetura do aparato estatal, e suas relações com os demais órgãos e ministérios, foi originalmente pensada, em nosso entender, com a intenção de “blindar” o Conselho de pautas ou demandas não diretamente envolvidas com que o “núcleo do governo” buscava naquela conjuntura, principalmente por se tratar de um governo de coalizão. Esta hipótese é reforçada pela exigência de que “as posições apresentadas pelo Secretário da Secretaria Especial, no âmbito do Conselho, ou por qualquer autoridade governamental convidada, ou integrante do mesmo, serão posições definidas ou autorizadas pelo Presidente da República”.<sup>110</sup>

O presidente do CDES é o próprio Presidente da República e seu secretário é o Secretário Executivo da SEDES, que preside as reuniões do CDES na ausência do presidente.<sup>111</sup> Entre 2003 e 2010, a SEDES foi coordenada por 5 Secretários Executivos, sendo um deles (Tarso Genro) responsável por dois mandatos:

- Tarso Genro: de 01/01/2003 a 23/01/04;
- Jaques Wagner: de 23/01/04 a 31/03/06;
- Tarso Genro: 01/04/06 a 23/03/07;
- Walfrido dos Mares Guia: 23/03/07 a 26/11/07;
- José Múcio Monteiro: 26/11/07 a 28/09/09;
- Alexandre Padilha: 28/09/09 a 01/01/11.

Neste período, a estrutura organizacional da SEDES apresentou duas configurações: a proveniente de formação originária (janeiro de 2003) até julho de 2005, quando foi realizada, por meio da MP 259, uma reforma ministerial em que a Secretaria de Relações Institucionais (SRI) foi criada e inscreveu-se como um dos órgãos submetidos à Presidência da República e, em particular, de sua assessoria direta e imediata, como aponta o artigo 1º e 2º da lei 11.204 que regulamentou a referida MP, em dezembro do mesmo ano. A partir de então, o CDES ficou a cargo administrativo e coordenativo da Secretaria de Relações Institucionais, conforme §2º do artigo 2º da lei:

**Art. 2º-A.** À Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República compete assistir direta e imediatamente ao Presidente da República no desempenho de suas atribuições e, em especial:

---

<sup>109</sup> Idem.

<sup>110</sup> Idem.

<sup>111</sup> §1º, artigo 5º do Decreto 4.744/03.

I - na coordenação política do Governo;

II - na condução do relacionamento do Governo com o Congresso Nacional e os Partidos Políticos; e

III - na interlocução com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

§ 1º Compete, ainda, à Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República coordenar e secretariar o funcionamento do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, visando à articulação da sociedade civil organizada para a consecução de modelo de desenvolvimento configurador de novo e amplo contrato social.

§ 2º A Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República tem como estrutura básica o Gabinete, 1 (uma) Subchefia-Executiva, até 2 (duas) Subchefias e a Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social.

### Organograma do CDES (2005-2010)



**Fonte:** Site da Secretaria de Relações Institucionais.<sup>112</sup> Elaboração própria

A mudança de posição na hierarquia da agora denominada Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social no interior do aparato estatal intencionava aproximar o CDES do Congresso Nacional já que dentre as atribuições carreadas pela SRI destacava-se a de mediação entre o Legislativo e o Executivo, especialmente no que tange a sua responsabilidade pela negociação da agenda legislativa do Executivo (art. 2º, Inciso II da lei 11204/05). A SEDES perdeu o *status* de ministério e a SRI assumiu esta condição. *O Ministro*

<sup>112</sup> Disponível em <<http://www.relacoesinstitucionais.gov.br/sedes>>. Acesso em 15/09/2010. No governo Dilma Rousseff, a SEDES foi transferida da Secretaria das Relações Institucionais para a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, conforme consta no Decreto 7465 de 25/05/2011. Cf. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7465.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7465.htm).

*Chefe da SRI assumiu o papel de secretário executivo da SEDES.* Na Ata da 13ª Reunião do CDES encontramos a posição do Secretário Executivo Jaques Wagner sobre a nova estrutura:

Eu quero dizer que acho que essa fusão [da SEDES com a Coordenação Política, que trata da relação do Executivo com o Parlamento e com os entes da Federação] tem lógica na busca do governo de **melhor prática de gestão**, como uma tentativa de reduzir estruturas que por ventura estavam se superpondo. Mas entendo também que foi feito, dentro da Secretaria, algo que já discutimos aqui no Conselho, nas palavras da Maria João, do Conselho Econômico e Social Europeu, quando fizemos um debate sobre desenvolvimento, onde ela dizia que **os Conselhos da Europa têm um papel de discutir as idéias enquanto elas são maturadas pelo Executivo**, e que o Parlamento, evidentemente, é quem decide. Então, de uma certa forma, na nova Secretaria de Relações Institucionais, o Presidente juntou essas duas partes. Eu bebo na fonte da opinião de vocês, ao mesmo tempo em que vou fazer o debate, seja com governadores ou com o Parlamento. (ATA da 13ª Reunião Plenária, 25/08/2005, p. 2).

Em entrevista a Ribeiro, o gestor da SEDES afirmou que a mudança teria feito com que a SEDES e o CDES “deixassem de ser estruturas soltas dentro da Presidência e passassem a integrar o ‘coração do governo’”.<sup>113</sup> Afirma a autora que “assim, o Conselho teria se ‘diluído’ na agenda de governo, gerando maior ‘estabilidade institucional’”. Outro depoimento de gestora pública da SEDES a De Toni, assevera que o poder do Conselho no governo Lula estava relacionado ao seu posicionamento na estrutura do Palácio do Planalto:

Em 2004 [na verdade foi em julho de 2005] passamos a ter o Conselho, a Secretaria de Assuntos Federativos e a Secretaria de Relações Institucionais sob a mesma coordenação e o Ministro das Relações Institucionais passou a participar da Coordenação de Governo. Ele passa praticamente a coordenar o tripé da governabilidade, as relações com o Congresso, e com a Federação. Então o que acontecia com as pautas do Conselho? **Elas “vazavam” para a Coordenação de Governo**, para o *briefing* diário do Presidente [...] **nós tínhamos uma ampla rede de conexões** do Presidente com o Congresso, com a Sociedade e com os estados da Federação. (Entrevista ao autor, 19. Out. 2011).<sup>114</sup>

Segundo Costa, as competências da SRI eram as mesmas inicialmente previstas à Casa Civil como órgão de coordenação política e, para que a defesa do conteúdo das proposições de autoria do Presidente da República obtivesse êxito, presumia-se que

houve[ss], anteriormente, algum grau de consulta a segmentos da sociedade e a cada setor do governo envolvido com a matéria. Ao menos **seria recomendável a construção de um mínimo consenso interno e apoio político externo à pauta legislativa do governo**, com vistas a lhe dar substância e viabilidade política.<sup>115</sup>

<sup>113</sup> RIBEIRO, Daniela M. De Franco. *A construção institucional do CDES: uma dinâmica favorável ao desenvolvimento?*. Recife: 2010, p. 14.

<sup>114</sup> DE TONI, Jackson. *Novos arranjos institucionais na política industrial do governo LULA: a força das novas ideias e dos empreendedores políticos*. Tese de doutorado em Ciência Política, Brasília: UnB, 2013, p. 250.

<sup>115</sup> COSTA, Paulo Maurício Teixeira da. *Coordenação política, governança e governabilidade: o papel da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República*. XI Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma Del Estado y de la Administración Pública, Ciudad de Guatemala, 2006a, p. 03, grifos meus.

De acordo com esta lógica, o novo arranjo institucional intencionava reposicionar os órgãos que nucleavam o Executivo de tal forma que atendesse melhor às demandas do próprio governo em face ao Legislativo, ao mesmo tempo em que buscava, numa só tacada, garantir maior legitimidade das proposições do Conselho perante o Legislativo e os demais órgãos do Executivo, o que permitiria valorizar os trabalhos realizados pelos conselheiros. Este último ponto foi muito importante, tendo em vista as insatisfações manifestadas por muitos conselheiros em relação à efetividade das proposições coletivamente produzidas nos Grupos Temáticos e aprovadas nas plenárias do Conselho.

A interpretação dos autores sobre realocação do CDES na estrutura institucional do Executivo aponta para um empoderamento do CDES a partir de seu enraizamento no núcleo decisório do Executivo. O fato concreto é que o CDES e sua Secretaria, na estrutura anterior, estavam diretamente vinculados ao Gabinete da Presidência da República e *caíram na hierarquia* (a SEDES perdeu *status* de ministério) do Executivo passando a pertencerem à Secretaria de Relações Institucionais, recém-criada. Formalmente, isto é, a partir do desenho institucional inaugurado com o novo posicionamento dos órgãos no Executivo, foi facilitado ao CDES estabelecer pontes com o Congresso Nacional na proposição e implementação de medidas julgadas adequadas para o “desenvolvimento com inclusão social”, já que o próprio ministro da SRI passou a acumular as funções de estabelecer conexões do Executivo com o Congresso, de coordenar o CDES (na função de secretário executivo) e de lidar com prefeitos e governadores de todo o país.

Segundo Ronaldo Coutinho Garcia, então Subsecretário da SEDES, a junção da Secretaria de Coordenação Política com a Secretaria de Assuntos Institucionais, da qual resultou a SRI

(...) trouxe preocupações adicionais aos conselheiros, ao entenderem que as atribuições do ministro-chefe da SRI, principalmente em uma época na qual ocorria a mais grave crise política até então enfrentada pelo governo, iriam necessariamente concorrer com a atenção que o CDES mereceria, em particular no momento em que se completava a Agenda. As novas tarefas do ministro, em verdade, eram muito exigentes em tempo, cuidados e atenções, pois lidar com prefeitos e governadores e, principalmente, com parlamentares, naquele momento, procurando refazer a base congressual do governo e viabilizar as votações de interesse, não era algo delegável.<sup>116</sup>

A mudança institucional no Executivo estava diretamente ligada à grave crise política advinda do “escândalo do mensalão” que ele enfrentava, deflagrada em junho de 2005, um mês antes da reforma institucional. Naquela conjuntura, o troca-troca de ministros (alguns

---

<sup>116</sup> GARCIA, Ronaldo C. O CDES e a construção da Agenda Nacional de Desenvolvimento... Op. cit., p. 110.

acusados de atuar diretamente na crise) e a reforma na organização da Presidência da República, era uma tentativa de resposta imediata à população por parte do governo.

A intencionalidade de aproximar o Conselho com o Congresso Nacional, para além da alegada busca de “melhor prática de gestão”, nas palavras do secretário Jaques Wagner, emergia num contexto de repetidas queixas dos conselheiros sobre a efetividade das propostas encaminhadas pelo CDES. Tratava-se de um momento difícil para o Conselho, pois ao lado das dúvidas, declaradas pelos conselheiros, sobre a efetividade de seu papel legal de propor medidas e de assessorar as decisões do Executivo, aliadas à manutenção da forte política econômica monetarista do governo, também alvo de explícitas insatisfações por parte de muitos conselheiros nas reuniões plenárias e ao sucessivo adiamento do lançamento da Agenda Nacional de Desenvolvimento (encarada como uma nova plataforma para o desenvolvimento do país) em virtude da grave crise política inaugurada, a reforma institucional trazia preocupações.

Apesar da mudança institucional aludida e de sua defesa como forma de fortalecimento do Conselho no âmbito do Executivo, o fato é que a pretensão de aproximação entre o CDES e o Congresso não surtiu efeitos satisfatórios. A pesquisa documental do Conselho durante os dois governos Lula da Silva nos mostra que a relação do CDES com o Congresso Nacional não conseguiu sedimentar organicidade, no sentido de realizar um trabalho efetivo de parceria, cooperação e diálogo permanente. Pode-se sem dúvida afirmar que a proximidade e interlocução entre as duas instituições foi frouxa e esporádica, em ações conjunturais e pontuais. A leitura dos Relatórios de Atividades do Conselho, entre os anos 2003 e 2010, traduz de forma inequívoca as raras ocasiões de conexão entre o CDES e o Congresso: dentre as *centenas* atividades realizadas (Workshops, Seminários, Colóquios, Congressos, Mesas Redondas, Painéis, Conferências, dentre outros eventos) pouquíssimas foram realizadas em conjunto (em parceria, promoção ou apoio) com a Câmara dos Deputados ou com Senado Federal, ou com as instâncias organizativas e/ou deliberativas internas de ambas as Casas Legislativas.

Algumas destas atividades, organizadas pela SEDES, contaram com a presença de deputados federais no debate, por exemplo, do Seminário sobre a Reforma Política, ocorrido em junho de 2007, que contou com a intervenção do relator do Projeto de Lei da Reforma Política, deputado Ronaldo Caiado (DEM/GO), o qual “disse acreditar que não será fácil a aprovação de uma Constituinte [para a realização da Reforma Política], medida que exige

apoio de um grande número de parlamentares”.<sup>117</sup> Em 2008, houve também uma reunião por ocasião da entrega do Parecer sobre Reforma Tributária do CDES aos presidentes do Senado (Garibaldi Alves Filho) e da Câmara (Arlindo Chinaglia), elaborado pelo GT Reforma Tributária.<sup>118</sup> Por fim, em 2009, por iniciativa do Senado, os conselheiros do CDES membros do Comitê Gestor, e os conselheiros ligados à construção civil foram convidados pela Comissão de Acompanhamento da Crise Financeira e Empregabilidade do Senado Federal para participar da 4ª reunião da comissão. O objetivo foi levar aos participantes as atividades que o Conselho vinha realizando para o monitoramento da crise econômica mundial.<sup>119</sup>

As relações entre o CDES e o Congresso Nacional eram realizadas primordialmente de *maneira indireta*, isto é, por meio de contínuas pressões e cobranças de empenho junto ao Executivo (Presidente, Ministros e Secretário-Executivo do CDES) e à SEDES, nas reuniões plenárias.<sup>120</sup> Eram ocasiões as quais os conselheiros apresentavam preocupações quanto à celeridade da tramitação e da aprovação de algumas propostas enviadas ao Congresso e que haviam sido debatidas no Conselho. Procuravam também apontar, jogar luz, propor ou mesmo reforçar, pressionar ou cobrar temas e agendas a serem incluídas pelo Executivo junto ao Congresso Nacional à luz do que entendiam como sendo “o melhor para a sociedade brasileira”, mas resgatando suas propostas. Para tanto, estavam atentos ao que se debatia e tramitava no Legislativo federal. Além do secretário-executivo da SEDES, dois destacados<sup>121</sup> conselheiros mantinham ou mantiveram trânsito com o Congresso: o ex-governador e ex-deputado federal Germano Rigotto<sup>122</sup> (conselheiro que conduziu o debate no GT Reforma Tributária do CDES) e o então deputado federal (PTB-SP) e presidente da CNI Armando

---

<sup>117</sup> Secretaria de Relações Institucionais, Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. *Relatório de Atividades 2007*. Brasília: p. 45.

<sup>118</sup> Secretaria de Relações Institucionais, Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. *Relatório de Atividades 2008*. Brasília, p. 33.

<sup>119</sup> Secretaria de Relações Institucionais, Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. *Relatório de Atividades 2009*. Brasília, p. 47.

<sup>120</sup> Dentre as competências da SEDES figurava “Acompanhar o andamento dos projetos de interesse do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, em tramitação no Congresso Nacional”. Secretaria de Relações Institucionais, Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. *Relatório de Atividades 2006*. Brasília: p. 02.

<sup>121</sup> Durante esta tese, o termo “destacado(a) conselheiro(a)” não se direciona à posição na estrutura social de classes, mas ao peso de suas intervenções nas plenárias, abrindo novas questões, e de seu papel militante ou organizador em outras instâncias do Conselho, bem como sua participação em eventos, viagens e publicação de artigos no sítio eletrônico do CDES.

<sup>122</sup> Na década de 90, Germano Rigotto foi três vezes eleito deputado federal, líder do PMDB e líder do Governo Fernando Henrique Cardoso na Câmara. (Cf. [http://www.cdes.gov.br/galeria\\_conselho/2007/](http://www.cdes.gov.br/galeria_conselho/2007/)).

Monteiro Neto, apesar de não ter sido convocado formalmente para integrar a plenária do Conselho.<sup>123</sup>

A aprovação de demandas apresentadas nas plenárias e nos GTs do Conselho pelo Congresso Nacional, muitas empresariais, asseguravam sua legitimidade, mas era evidente que grandes questões largamente debatidas e encaminhadas pelo CDES ao Executivo continuaram em compasso de espera durante todo o segundo governo Lula da Silva. Nesse quesito, dois temas importantes se destacaram: a PEC da Reforma Tributária<sup>124</sup> e o Projeto de Lei da Reforma Política enviadas ao Congresso Nacional e que não obtiveram êxito em sua aprovação.

Nossa pesquisa não conseguiu trazer elementos suficientes para explicar o distanciamento entre o Congresso e o CDES. O CDES precisava (e assim o fez) que o Executivo atuasse em favor de suas demandas junto ao Congresso, mas esse não se reportava ao Conselho como órgão decisivo na estrutura da Presidência.

Por fim, cabe mencionar que não havia relações entre o CDES e as estruturas partidárias oficiais, seja qual fosse o espectro político-ideológico das agremiações, com a exceção do Partido dos Trabalhadores, obviamente, no que tange aos conselheiros cutistas, alguns membros staff governamental e, provavelmente, da Secretaria. Mesmo assim, tais sujeitos não se expunham como membros do PT, isto é, o partido, enquanto articulação e voz política, não comparecia organizativamente: encontros, eventos, tensões e conflitos, intervenções citando o partido não eram trazidas. O CDES diluía a figura partidária e não promovia e nem consolidava posições e definições de tipo político-partidária em seu interior. Havia um estrondoso silêncio e um apagamento da importância da organização político-partidária no CDES, principalmente no que tange aos membros do PT que ali compareciam, situação que também se repetia em relação aos poucos integrantes de outros partidos.<sup>125</sup>

---

<sup>123</sup> Entre 2003 e 2010, Armando Monteiro Neto não foi, a rigor, conselheiro do CDES. Seu nome não figurava na lista de convocação publicada no Diário Oficial da União. A presença de Armando Monteiro Neto nas reuniões plenárias se dava na condição de “convidado especial permanente”.

<sup>124</sup> A moção elaborada pelos conselheiros e enviada ao Presidente da República afirmava que: “O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República, órgão representativo da sociedade brasileira, **faz veemente apelo** a que seja conferida prioridade à aprovação do Projeto de Emenda Constitucional da Reforma Tributária ainda no ano de 2008, de maneira que o País não perca este momento oportuno. Embora seus efeitos sejam de médio e longo prazos, a aprovação da Reforma somará imediatamente na conformação do ambiente de expectativas positivas em relação ao Brasil”. Secretaria de Relações Institucionais. Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. *Moção do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social ao Presidente da República*. Brasília, 28 de agosto de 2008, grifos meus.

<sup>125</sup> Não foi o foco da pesquisa investigar a fundo os vínculos político-partidários dos conselheiros, mas constatamos que alguns eram oriundos dos círculos não petistas, tais como Paulo Safady Simão (Presidente da CBIC e do PSD/MG), Maria Elvira Salles Ferreira (empresária, foi secretária estadual de turismo no governo de Aécio Neves e deputada estadual e federal pelo PMDB-MG) e João Elísio Campos (empresário, ex-governador

#### 1.4 - Os Grupos de Trabalho e de Acompanhamento

Muito mais impactante do que uma reformulação institucional do Conselho foi o lançamento salvacionista, protagonizado pelo Secretário Jaques Wagner, da proposta de construção de uma *Agenda Nacional de Desenvolvimento* (AND) para o país, a ser confeccionada pelo CDES entre julho de 2004 a agosto de 2005. O processo de discussões e de trabalhos que envolveu a construção desta agenda no interior do Conselho foi um importante instrumento de produção de elementos estruturantes de um projeto burguês (sobretudo empresarial) ainda em gestação, ao mesmo tempo em que uma nova dinâmica de trabalho interna (aquilo que muitos autores denominam de “governança”) possibilitou uma liberação maior de forças econômico-sociais em defesa acordada de seus potenciais projetos de hegemonia, o que apareceu e propagandeou-se como construção mútua (CDES e SEDES) de autonomia e liberdade de iniciativa aos conselheiros diante do governo. O processo de construção da AND e seu conteúdo será analisado no capítulo 3.

Um dos instrumentos determinantes nesta liberação de forças dentro do CDES, naquele momento, via construção da AND, foi o revigoramento dos Grupos de Trabalho (GT's). As contrarreformas iniciais já tinham sido aprovadas – ainda que o “debate” no CDES tenha sido pragmaticamente realizado “a toque de caixa” - e o governo dava provas cabais de que assumira a administração da máquina estatal posicionando-se em defesa e facilitando a direção da *grande política do grande capital monopolista*, removendo obstáculos postos por forças político-sociais renitentes e abrindo novas frentes de expansão capital-imperialistas, sem, contudo, dirimir graves e crescentes contradições no interior do bloco no poder.

Desta maneira, definidos, ou melhor, reconfirmados os alinhamentos centrais da política macroeconômica do país e atravessado o momento das contrarreformas, tratava-se de levar a cabo a formatação de uma agenda “desenvolvimentista” das e para as forças do capital, costurada por dentro do aparato estatal, se bem que originalmente produzida e demandada desde os anos 1990 pelos principais aparelhos privados de hegemonia empresariais (FIESP, CNI e IEDI principalmente) e, a partir certo momento, em aliança com as mais destacadas Centrais Sindicais (CUT e FS). Estes sujeitos sociais coletivos estavam presentes no CDES, conheciam e trabalhavam sob os limites definidos para esta agenda, ainda que sob tensões e reclames permanentes. Diga-se, tensões intraburguesas e também aquelas

---

do Paraná entre 1986-1987 em substituição a José Richa, foi deputado estadual pela ARENA e depois filiou-se ao PMDB/PR) e Zaire Rezende (PMDB/MG). Entre os sindicalistas não cutistas, o vice-presidente da UGT, Laerte Teixeira da Costa é filiado ao PMDB e Antonio Carlos dos Reis, o Salim, é vice-prefeito de Carapicuíba e filiado ao DEM. Antonio Neto, liderança da CGTB, é membro do diretório nacional do PMDB. Paulo Pereira da Silva, da FS, à época foi deputado federal pelo PDT.

trazidas pelas experiências de luta dos subalternos como revelou a fala militante da conselheira suplente Jurema Werneck no “1º Painel: Como empreender o desenvolvimento que interessa ao conjunto da sociedade brasileira” da “Mesa Redonda: Diálogo Social – Alavanca para o Desenvolvimento”, em agosto de 2004:

(...) é preciso lembrar que participamos tanto da formulação quanto do resultado do desenvolvimento brasileiro, de forma diferenciada. E como diferenciada aqui eu quero dizer hierarquizada e, desde o lugar que ocupo, inferiorizada, isso precisa ser considerado em qualquer discussão sobre desenvolvimento.

(...) Nós temos participado, sim, de forma inferiorizada. Nós mulheres, nós negros, nós pobres, nós tantos temos participado de forma inferiorizada, mas temos contribuído ao longo desse tempo todo. Só estamos aqui, no século XXI, diante de toda a violência que significa a desigualdade, porque trabalhamos e trabalhamos muito, ainda que em grande parte do tempo, de forma isolada. Passamos grande parte do tempo sem sentar à mesa do debate do desenvolvimento. Agora estamos aqui, e para estar aqui custou muita luta, custou muita gente que ficou para trás. Mas estamos aqui e é preciso considerar que temos de continuar aqui e cada vez mais.

Eu represento uma legião de pessoas. Represento as mulheres organizadas, represento os negros organizados, de alguma forma represento os indígenas que não estão nos Conselhos<sup>126</sup>, represento as ONGs que são minoria, represento uma legião de tantos que vieram de favelas (...). Então, é preciso ampliar e reconhecer que necessitamos participar mais efetivamente, ter ressonância da luta que temos travado ao longo dos 500 anos até aqui.<sup>127</sup>

Foi dentro deste contexto que tomaram importância maior os Grupos ou Comissões de Trabalho ou Grupos Temáticos (GT's). Desde 2003, os GT's compunham a estrutura do CDES. Especialmente sobre o tema do “desenvolvimento” o GT “Fundamentos Estratégicos para o Desenvolvimento” vinha produzindo, desde 2003, “subsídios dispersos sobre o tema (...) mas estes não eram bem apropriados pelo governo, ou ainda estavam longe de ser uma proposta mais articulada e orgânica”.<sup>128</sup> Este GT incorporou, então, debates sobre temas correlatos e demandados pela Presidência, tais como o projeto das Parcerias Públicas e Privadas e a política industrial, servindo de plataforma mínima de debates consolidados para o impulsionamento inicial da AND, em meados de 2004.

Como instância interna, os GT's tinham caráter temporário e destinavam-se, de acordo com o art. 3º do Regimento Interno do Conselho,

<sup>126</sup> Neste momento do documento, aparece uma nota de rodapé em que afirma “desde 10 de março de 2005, o CDES conta com a participação de **uma** representante dos povos indígenas, Joênia (Wapichana) Batista Carvalho” (grifos meus). Pesquisas nas Atas das Reuniões revelaram que a 13ª reunião plenária, em 25 de agosto de 2005, foi a última que contou com a participação da conselheira suplente Jurema Werneck no CDES. A participação dos conselheiros suplentes nas plenárias do CDES foi abolida, conforme consta na ATA da 21ª Reunião Plenária do CDES, em maio de 2007. Eram os próprios conselheiros titulares que indicavam os nomes dos suplentes, respeitado o segmento de atuação. Continuava sendo permitido, contudo, o envio de suplentes apenas para o caso do conselheiro titular não poder participar dos Grupos Temáticos.

<sup>127</sup> Secretaria de Relações Institucionais. Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. *Mesa Redonda: Diálogo Social – Alavanca para o Desenvolvimento*. Brasília: Publicação Assessoria de Comunicação Social – SEDES/PR, 2004a, p. 76.

<sup>128</sup> KUNRATH, Romerio Jair. *Os Conselhos Econômicos e Sociais ...* Op. cit. p. 149.

ao estudo e elaboração de propostas sobre temas específicos, a serem submetidos à sua composição plenária, podendo requisitar, em caráter transitório, (...) servidores de qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, necessários aos seus trabalhos.

Os GT's eram formados para aprofundar temas propostos pelo governo ou deliberados pela plenária do CDES. Nos GT's, segundo a página eletrônica do Conselho, "as questões são analisadas, os posicionamentos debatidos e os consensos localizados e encaminhados para deliberação do Pleno".<sup>129</sup> De acordo com Kunrath, antes de serem formalmente instalados, os GT's já aguardavam inscrições dos conselheiros interessados e, na medida em que um GT terminava seus trabalhos, com a apresentação de um parecer sobre dado tema ao plenário, seu tema poderia ser substituído ou seus membros constituir novo grupo.<sup>130</sup>

Poder-se-ia instituir até nove GT's, cujas reuniões eram convocadas pelo Secretário-Executivo ou pela maioria de seus membros, e seus trabalhos eram coordenados por um integrante da Administração Pública Federal, designado pela SEDES, sendo seu Relator o indicado pelo Ministro da área pertinente ao tema objeto de discussão (art. 3º, §1º Regimento Interno). Desta maneira, era comum haver contribuições de especialistas em determinados assuntos e/ou áreas, de representantes do governo e de outras instituições como forma de embasamento, aprofundamento ou melhoria das propostas dos GT's sobre os temas debatidos ou de direcionamento das discussões à luz do que o governo esperava. Os Grupos Temáticos se dividiam em Subgrupos onde as discussões tratavam de temas mais específicos relacionados aos GT's.

Além de um coordenador e de um representante de dado Ministério, cada Grupo Temático era composto por dez Conselheiros indicados pela plenária do CDES<sup>131</sup> e também por um grupo de até nove cidadãos, convidados pelo Secretário-Executivo, sendo o Conselho previamente ouvido (art. 14, incisos III e IV do Decreto 4.744/03).

Passadas as contrarreformas da previdência, trabalhista e tributária, e da proposta de elaboração do Plano Plurianual (2004-2007), para a qual se voltou grande parte das atividades dos conselheiros em 2003, os trabalhos dos GT's foram fundamentais para a dinamização das discussões e das proposições internas, produzindo Relatórios Consolidados dos GT's. Como o próprio nome indicava, eram documentos que traçavam um panorama rápido e superficial do assunto ao qual o GT se dedicava, recuperando pontos e linhas-mestras discutidas e, em seguida, apontavam proposições (consensos, recomendações e sugestões) a serem aceitas ou

<sup>129</sup> Retirado em <<http://www.cdes.gov.br/conteudo/8171/grupos-tematicos.html>>. Acesso 05/01/2014.

<sup>130</sup> KUNRATH, Romerio Jair. *Os Conselhos Econômicos e Sociais...* Op., cit, p. 147.

<sup>131</sup> Na realidade esta limitação quantitativa não era obedecida. Havia GT's com até 60 ou 70 conselheiros como, por exemplo, o GTFED. Não há documentação que comprove a assiduidade deles nos GT's.

não pela plenária do Conselho e, em seguida, encaminhadas para o Presidente da República e Ministros de Estado da área em questão. Sobre esta dinâmica, segue abaixo, apenas a título de exemplo, um trecho do Relatório do GT Micro e Pequenas Empresas, Autogestão e Informalidade, concluído em maio de 2005:

Como explicou o Ministro Jaques Wagner na última reunião, estes temas ainda poderão ser tratados em outras esferas do Conselho e todas as discussões e recomendações produzidas durante as reuniões serão sistematizadas e encaminhadas aos ministérios finalísticos e para o Presidente da República, após a aprovação do Pleno do CDES. O Ministro ressaltou ainda que várias das recomendações, inclusive, já foram incorporadas a políticas e programas do Governo, como é o caso da proposta de inclusão de empreendedores de baixa renda e da Política de Microcrédito Orientado, cuja lei foi sancionada pelo Presidente Lula no dia 25 de abril de 2005.<sup>132</sup>

Para Costa era nos GT's que, de fato, os debates e confrontos de interesses eram travados: “é quando adversários e antagonistas se encontram face a face”. Era nestes “pequenos fóruns”, diz a autora, que “a participação efetiva e a capacidade de negociar e deliberar são exercidas plenamente”.<sup>133</sup> Neste sentido, os Grupos de Trabalho se credenciavam como fóruns diminutos de debate, formulação e arrematação de propostas específicas, aperfeiçoando a divisão de trabalho necessária a temáticas complexas e legitimando, para dentro do Conselho, a “concertação nacional”.

A participação nos GT's era valorizada pelos próprios conselheiros, na pesquisa realizada por Kunrath. Numa amostra de 50% dos membros do CDES entrevistados pelo autor, nos anos de 2003 e 2004, os GT's que obtiveram maior participação foram Fundamentos para o Desenvolvimento (71,7%), Reforma da Previdência (58,7%), Reforma Tributária (45,6%), Reforma Sindical e Trabalhista (36,9%) e o Plano Plurianual (34,7%). A média geral, ainda segundo o autor, de participação dos conselheiros pesquisados “situou-se entre 3 ou 4 grupos temáticos (...) “justamente naqueles grupos em que se encontram os pontos priorizados, ou questões mais polêmicas para tratamento do governo”.<sup>134</sup>

Os Grupos de Acompanhamento (GA's) credenciavam-se como mais um espaço de discussão no Conselho. Sem prazo determinado de existência, os GA's tinham a atribuição de acompanhar temas específicos. O Grupo de Acompanhamento de Conjuntura Econômica (GACE), formado em setembro de 2003 e constituído por 25 conselheiros, tinha como finalidade acompanhar e avaliar a política econômica. Reunia-se com autoridades

<sup>132</sup> Retirado em <<http://www.cdes.gov.br/grupo/192/gt-micro-e-pequena-empresainformalidade-e-autogestao.html>>. Acesso em 05/01/2014.

<sup>133</sup> COSTA, Vanda Maria Ribeiro (2006b). *O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social: um experimento democrático*. Op. cit., p. 06.

<sup>134</sup> KUNRATH, Romerio Jair. *Os Conselhos Econômicos e Sociais...* Op., cit, p. 149-150.

governamentais da área econômica como o presidente do Banco Central (Henrique Meirelles), com o Secretário do Tesouro Nacional (Joaquim Levy), com o Ministro do MDIC (Luiz Furlan) e com membros do Ministério da Fazenda.<sup>135</sup> Em janeiro de 2009, este grupo dedicou-se ao acompanhamento da crise econômica internacional a fim de, conforme seu Termo de Referência, “monitorar a evolução da crise econômica internacional, seus efeitos sobre a economia brasileira e das medidas do Governo Federal, por meio de reuniões periódicas dos Conselheiros do CDES com dirigentes de órgãos estratégicos do Governo” e “sugerir medidas para combater os impactos negativos da crise sobre a economia e a sociedade brasileira (...)”<sup>136</sup>.

Os membros que faziam parte do Grupo de Acompanhamento de Políticas Sociais (GAPS) reuniam-se desde abril de 2004 e, segundo seu Termo de Referência, o grupo deveria

funcionar como um espaço de discussão, no qual o governo pode apresentar suas políticas, diagnósticos, ações e perspectivas relativamente às áreas sociais, criando um mecanismo para o diálogo junto aos membros da sociedade representados no CDES, os quais passam a ter a oportunidade de compreender, avaliar, criticar e debater posições sobre os temas em pauta, de forma mais ágil, objetiva e detalhada do que nas reuniões plenárias.<sup>137</sup>

O GAPS realizou reuniões periódicas com os diversos órgãos governamentais atuantes nas áreas sociais, tais como o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o Ministério da Saúde, o Ministério da Educação e o Ministério da Cultura, entre outros. Em 2005, o grupo voltou seus trabalhos à construção da proposta do Observatório da Equidade, outra instância do CDES que veremos adiante.

Os 20 Grupos Temáticos e de Acompanhamento em atividade no CDES durante os dois mandatos de Lula da Silva estão arrolados na tabela abaixo e refletem a diversidade de temas trabalhados pelo Conselho:

**Tabela 1.2 - Grupos Temáticos e de Acompanhamento criados pelo CDES entre 2003 e 2010<sup>138</sup>**

<sup>135</sup> Secretaria de Relações Institucionais. Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. *O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – Brasil: Versão Preliminar*. Brasília: 2004b, p. 21.

<sup>136</sup> Retirado de <<http://www.cdes.gov.br/grupo/461/monitoramento-da-crise-economica-internacional.html>>. O CDES, na verdade, já estava realizando discussões e emitindo pareceres e moções sobre a crise econômica internacional ao Presidente da República desde inícios de 2008. Ou melhor, desde a 23ª Reunião Plenária, em 20/09/2007, o conselheiro Luiz Carlos Delben Leite já tratava dos impactos da crise internacional nas exportações de *commodities* brasileiras.

<sup>137</sup> Retirado de <<http://www.cdes.gov.br/grupo/189/ga-politicas-sociais.html#>>. Acesso em 06/01/2014.

<sup>138</sup> Para confecção desta tabela foram utilizados o site do CDES <http://www.cdes.gov.br/conteudo/8171/grupos-tematicos.html>; os Relatórios de Atividades Anuais do Conselho e, para as colunas Subgrupos e Encontros, KUNRATH, Romerio Jair. *Os Conselhos Econômicos e Sociais em perspectiva comparada...* OP.

Grupos Temáticos e de Acompanhamento	Ano de Criação	Subgrupos	Encontros
Reforma Previdenciária	2003	4	4
Reforma Tributária	2003	4	1
Reforma Sindical e Trabalhista	2003	3	4
Plano Plurianual	2003	2	2
Programa Primeiro Emprego	2003	1	1
Grupo de Acompanhamento de Conjuntura Econômica	2003	1-2	3-5
Fundamentos Estratégicos para o Desenvolvimento	2003	3	9
Micro e Pequena Empresa, Informalidade e Autogestão	2003	2	6
Grupo de Acompanhamento de Políticas Sociais	2004	-	3
Plano Nacional de Logística e Transportes	2006	-	1
Reforma Política	2006	-	2-3
Agenda de Infraestrutura para o Desenvolvimento	2006	5	25
Avaliação do CDES	2006	-	2
Reforma Tributária 2007	2007	-	10
Bioenergia: Etanol, Bioeletricidade e Biodiesel	2007	7	20
Comitê Gestor do CDES	2008	-	16
Educação Profissional, Técnica e Tecnológica	2008	-	5
Matriz Energética	2009	1	20
Ciência, Tecnologia e Inovação	-	-	5
Grandes Eventos Esportivos	2010	4	1

Elaboração própria.

Salta aos olhos que os Grupos Temáticos inaugurados durante o período priorizavam de forma cabal as questões das políticas econômicas do governo e as pautas trazidas pelo grande capital. Os GT's que se dedicavam ao debate sobre Fundamentos Estratégicos para o Desenvolvimento, Agenda de Infraestrutura para o Desenvolvimento, Reforma Tributária, Bioenergia: Etanol, Bioeletricidade e Biodiesel e Matriz Energética (este foi uma continuidade daquele, nas condições inauguradas pelo debate sobre o pré-sal e do etanol), apresentaram maior número de encontros, principalmente a partir do segundo mandato de Lula da Silva. Expressavam grandes pautas empresariais no CDES, que também se evidenciavam nos GT's sobre Educação Profissional, Técnica e Tecnológica, sobre Ciência, Tecnologia e Inovação e sobre Grandes Eventos Esportivos. Parte dos GT's inaugurados em 2003 sobrevinha das exigências do governo, por ocasião das contrarreformas, de programas e planos de ação.

A rigor, com algum grau de convivência, somente o GT Primeiro Emprego (com 1 encontro) e o Grupo de Acompanhamento de Políticas Sociais (com 3 encontros) se aproximavam das pautas populares, mas, quanto ao primeiro, completamente

---

cit., p. 148 e 226. Onde se observa, nas duas últimas colunas, dois números consecutivos separados por um hífen, se referem, a situações no primeiro (2003-2006) e segundo (2007-2010) mandato de Lula da Silva.

ressignificadas.<sup>139</sup> Não havia GT's que se propunham discutir temas que reportassem a pautas e bandeiras históricas dos setores populares: reforma agrária, reforma habitacional, saúde, educação e transporte público, direitos humanos, democratização da grande mídia, dentre outras.

### 1.5 - O Observatório da Equidade

Outra instância que fazia (e faz) parte da estrutura do CDES era o Observatório da Equidade. Sua constituição foi aprovada na 16ª Reunião Plenária, em março de 2006. Entretanto, a proposta original de criação de um “Observatório Brasileiro da Desigualdade” surgiu por intervenção e influência direta do conselheiro-empresário<sup>140</sup> Oded Grajew, ainda na 11ª Reunião Plenária, em março de 2005. Naquela ocasião, Grajew sugeria quatro medidas práticas para combater a desigualdade no país e, dentre elas,

(...) a criação do Observatório Brasileiro da Desigualdade, formado pelo IBGE, pelo DIEESE e pelo IPEA. Este observatório terá a função de emitir pareceres sobre programas governamentais do ponto de vista do seu impacto sobre a desigualdade (...). Todos os programas e os planos de desenvolvimento, inclusive aqueles aqui apresentados no Conselho deverão ser acompanhados por um relatório de impacto sobre a desigualdade (ATA da 11ª Reunião Plenária, 10/03/2005, p. 26).

O conselheiro João Antonio Moroni propôs, em seguida, que a ideia de Grajew (e a de Clemente Ganz Lúcio sobre a criação de metas sociais) fosse encaminhada ao GA de Políticas Sociais (GAPS) para que este aprofundasse e transformasse a sugestão numa agenda, o que foi aceito pelo Secretário Jaques Wagner. Em 2005, o GAPS dedicou seus trabalhos à elaboração da proposta deste Observatório, agora denominado “da Equidade”, o que lhe dava um “sentido mais positivo”.

No documento “Proposta de Criação do Observatório da Equidade”, o GAPS lembra que a primeira diretriz da AND para atender o objetivo de “fazer a sociedade brasileira mais igualitária, sem disparidades de gênero, raça, com a renda e a riqueza bem distribuídas e vigorosa mobilidade social ascendente”<sup>141</sup> é:

<sup>139</sup> A Lei do Primeiro Emprego aprofunda o processo de flexibilização da legislação trabalhista pela via do contrato de duração determinada.

<sup>140</sup> Conselheiro(s)-empresário(s) foi uma denominação por mim criada para se referir aos que se vinculam *diretamente* ao meio empresarial – de origem nacional ou estrangeira - por meio de empresas, grupos econômicos, associações ou entidades patronais. Trata-se de proprietários diretos de meios e/ou recursos de produção e de seus prepostos (executivos, diretores, chief executive officer (CEOs), gerentes) e/ou daqueles que detém cargos de destaque em associações de classe do patronato.

<sup>141</sup> Secretaria de Relações Institucionais. Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. *Proposta de Criação do Observatório da Equidade*. Brasília, 2005, p. 02. Disponível em <<http://www.cdes.gov.br/grupo/189/ga-politicas-sociais.html>>.

Adotar a equidade como o critério a presidir toda e qualquer decisão dos poderes públicos. Incentivar a adoção do critério pela iniciativa privada. Estabelecer a obrigatoriedade de avaliação prévia de toda e qualquer ação governamental (envolvendo ou não recursos orçamentário-financeiros) quanto ao cumprimento do critério equidade.<sup>142</sup>

Oded Grajew e outros conselheiros, em muitos momentos, também usavam esta passagem da AND para lembrar que um dos principais objetivos das proposições do CDES era o de oferecer maior “equidade” à sociedade.<sup>143</sup> A expressão “equidade como critério” é aqui pensada como

(...) capacidade e instrumentos para medir e acompanhar o enfrentamento do problema. Significa construção de **indicadores** e responsabilização clara de **instâncias** para **análise dos impactos das políticas**, a partir dos indicadores; **emissão dos pareceres orientadores das decisões** (de implementação ou não da política); e **avaliação global** da evolução da desigualdade brasileira.<sup>144</sup>

O documento apontava a importância do Acordo de Cooperação entre o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social e a Fundação France Libertés, organização não-governamental francesa presidida por Danielle Mitterrand. Além disso, o Observatório contaria com o apoio “técnico” do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). Estas três instituições e a própria SEDES constituíram o “Comitê Técnico” do Observatório.

Os objetivos do Observatório foram assim arrolados pelo referido documento:

**Objetivo:** Capturar, com o maior rigor possível, os movimentos do fenômeno da desigualdade, com vistas a orientar as ações que objetivem superá-lo para o alcance da equidade.

(...)

**Objetivos específicos:**

- Ampliar o conhecimento da sociedade sobre a situação de desigualdade, as ações visando a sua superação e as metas perseguidas;<sup>145</sup>
- Disponibilizar informações sobre as ações, projetos, políticas e recursos existentes que buscam materializar os objetivos e metas de superação da situação de desigualdade;
- Subsidiar o debate de organizações governamentais e não governamentais sobre os resultados alcançados;

<sup>142</sup> Secretaria de Relações Institucionais. Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. *Agenda Nacional de Desenvolvimento – AND*. 3. ed. Brasília: Presidência da República, Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES, 2010a, p. 17.

<sup>143</sup> Não à toa integrava o GAPS no momento de construção do Observatório os seguintes conselheiros: Clemente Ganz Lúcio (DIEESE), Oded Grajew (Instituto Ethos), Sônia Fleury (FGV-RJ), Gisela Gorovitz (CIVES), José Antônio Moroni (INESC), Paulo Vellinho (Springer/FIERGS), Sérgio Haddad (ABONG) e Zilda Arns (Pastoral da Criança). Alguns deles compuseram o primeiro Conselho Diretor do Observatório da Equidade.

<sup>144</sup> SRI, SEDES. *Proposta de Criação do Observatório da Equidade*. Brasília, 2005, Op. cit., p. 02. Grifos no original.

<sup>145</sup> As metas a serem perseguidas foram planejadas no primeiro do governo Lula: Plano Plurianual, Brasil em Três Tempos e, é claro, a própria Agenda Nacional de Desenvolvimento. As Metas do Milênio da ONU, estabelecidas em 2000, também foram adotadas como instrumento de planejamento para se alcançar a “equidade”.

- Ampliar a capacidade de a sociedade civil debater, sugerir propostas, monitorar, avaliar e cobrar resultados das políticas governamentais e as ações dos demais atores sociais;
- Ampliar a legitimidade social dos indicadores de monitoramento.<sup>146</sup>

Na 16ª Reunião Plenária, Oded Grajew e Clemente Ganz Lúcio apresentaram ao Conselho a proposta acabada do Observatório. Na verdade, o conselheiro Clemente Lúcio explorou os elementos essenciais colocados no documento “Proposta de Criação do Observatório da Equidade”, inclusive os objetivos expostos acima e o detalhamento do fluxograma abaixo. Tentaremos apresentar, em linhas gerais, a estrutura e o modo de funcionamento do Observatório a partir da exposição do conselheiro Clemente Lúcio (DIEESE) e do documento intitulado “Lógica organizacional e metodológica do Observatório da Equidade”.<sup>147</sup>

Cabia ao Pleno do Conselho definir o problema e os aspectos a serem observados, aprovar e nomear o Conselho Diretor: uma instância interna do Observatório, formada por 12 conselheiros nomeados pela plenária de forma a contemplar os segmentos sociais representados no CDES, que realizava a gestão do Observatório, aprovava a metodologia de trabalho, os indicadores que monitoravam os objetivos traçados, examinava os relatórios de observação do Comitê Técnico e submetia ao Pleno um Parecer.

Era papel do Comitê Técnico orientar o trabalho técnico, mapear e analisar as informações disponíveis, levantar os objetivos e metas existentes da ação governamental e não-governamental, elaborar os relatórios semestrais de monitoramento e o Relatório Anual de Observação. Este último Relatório era um subsídio ao Conselho Diretor para que elaborasse uma proposta de Parecer de Observação, este sim submetido à aprovação do CDES. Nele estava contida a visão do Conselho sobre determinada política ou situação, mostrando os desafios do momento e trazendo sugestões à Presidência da República.

A Secretaria Executiva do Comitê Técnico era a própria SEDES que tinha como atribuição principal articular uma Rede de Observação, formada por adesão, composta por organizações governamentais ou não, que contribuía para a ampliação do debate, sugerindo e aprofundando as avaliações do tema em estudo. “A perspectiva é a de democratizar e dar transparência aos processos que o CDES adota para elaborar as recomendações sobre formulação e adequação de políticas públicas e para acompanhar e avaliar sua execução”.<sup>148</sup>

---

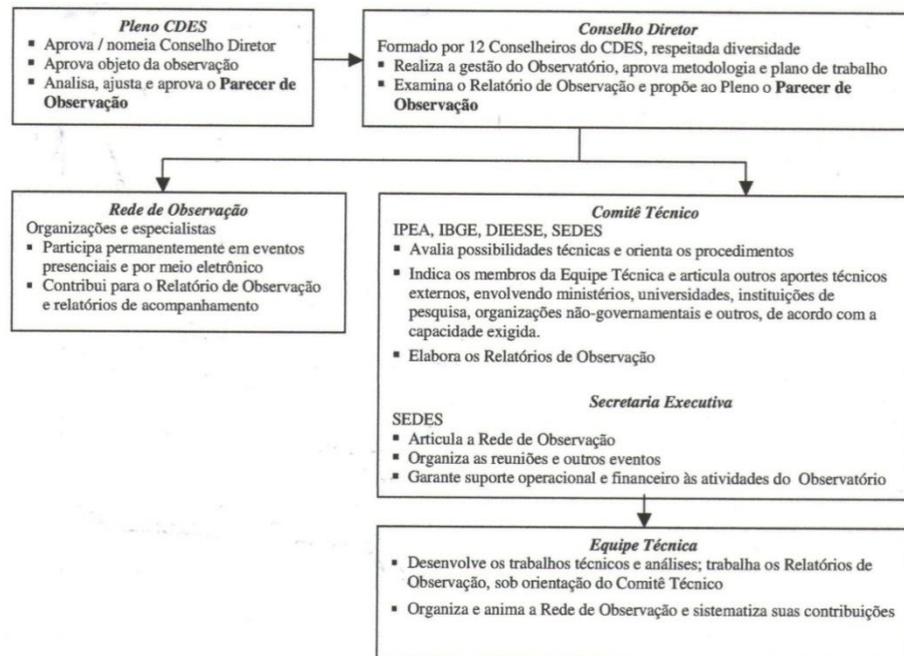
<sup>146</sup> Idem, p. 07.

<sup>147</sup> Disponível em < <http://www.cdes.gov.br/observatoriodaequidade/metodologia.php>>. Acesso em 08/01/2014. A referência a este texto também pode ser encontrada em: Brasil. Presidência da República, Observatório da Equidade. *Indicadores de Equidade do Sistema Tributário Nacional*. Brasília: 2009, p. 17-20.

<sup>148</sup> Idem, p. 17.

O fluxograma abaixo apresenta a organização e o funcionamento do Observatório da Equidade e suas principais atribuições:

**Fluxograma 1.1 - Funcionamento do Observatório da Equidade**



Fonte: SEDES, 2009: 18.

O papel dos indicadores era justamente o de fazer o acompanhamento da situação observada. De acordo com o documento da SEDES, a seleção e construção de indicadores apropriados seguiam alguns critérios como confiabilidade e consistência, disponibilizando série histórica e abrangência nacional; capacidade de traduzir problemas e fatores causadores de desigualdades, revelando sua magnitude, complexidade e urgência; permitir o acompanhamento por meio da mensuração das modificações ao longo do tempo. Este último critério exigia atualizações periódicas e disponíveis dos indicadores, sempre que novas informações são produzidas pelas fontes de dados.

A lógica metodológica do Observatório foi pensada de forma que as instâncias do Pleno, do Conselho Diretor, do Comitê Técnico e da Rede de Observação interagissem e possibilitassem a articulação entre a dimensão “técnica” e política. O esquema abaixo, também resgatado do documento da SEDES, traduz sua “lógica metodológica”:

**Fluxograma 1.2 - Metodologia Operacional do Observatório da Equidade**



Fonte: SEDES, 2009: 20.

Os principais objetivos e estratégias do Observatório da Equidade esforçavam-se ao reconhecimento e ao credenciamento social de um novo e bem preparado avaliador, formulador, monitorador, propositor e fiscalizador de políticas públicas (e da iniciativa privada, inclusive) para o combate às desigualdades sociais. Para além do que se propunha no plano imediato, a tarefa política do Observatório avançava num terreno de complexos debates acerca da “mensuração” das desigualdades, pois parecia que intentava “corrigir” ou “aperfeiçoar” indicadores oficiais (discutíveis) existentes e bastante sedimentados entre governos, estudiosos e a população.

Nesta perspectiva, apresentava-se como instância do CDES melhor capacitada a dizer o que se devia ou não adotar como política social adequada e eficaz a fim de dirimir a “desigualdade”, a partir da produção de indicadores que, por si sós, operavam homogeneizando uma realidade social bastante heterogênea e complexa. Desta forma, operacionalizava o conceito de desigualdade – e por via direta, o de pobreza – através de indicadores (renda, acesso a bens e serviços públicos, participação política, bem-estar psicofísico, ambiental, cultural) que se desvinculavam das dimensões mais amplas colocadas pelo modo de vida nas sociedades ocidentais complexas, deixando sérias dúvidas sobre sua relevância no combate à diminuição das desigualdades no capitalismo.

De qualquer forma, não restam dúvidas de que o Observatório era (e é) um laboratório social-liberal preparado para convencer ativamente amplos setores (não apenas no CDES pois ele alimentava uma “Rede de Observação” constituída por várias entidades da sociedade civil que dele participavam) de que a desigualdade social no capitalismo poderia ser atenuada se governos, sociedade e empresas praticarem ações julgadas corretas e coordenadas, sob a

vigência de uma lógica que mensura, diagnostica e prescreve ações de “combate” à pobreza. Deve-se atentar para pretensão hegemônica do Observatório, principalmente *intracorporis*, isto é, legitimando o próprio CDES diante dos demais órgãos estatais e também para fora do Conselho, sinalizando para setores da sociedade que suas recomendações estavam balizadas em estudos, pesquisas e debates “técnicos”, por meio da colaboração de institutos de pesquisa largamente reconhecidos (IBGE, IPEA, DIEESE).

### 1.5.1 – Considerações sobre o tema da equidade

Cumprido o papel de apresentar e analisar a complexificação de uma das estruturas do CDES a partir do Observatório da Equidade, nos encontramos na exigência de tecer algumas considerações sobre o conceito de “equidade” operado no CDES.

O uso do termo “equidade” era bastante gelatinoso dentre os conselheiros. Apesar de não ser o objetivo deste capítulo elaborar uma análise mais criteriosa sobre “desenvolvimento com equidade”, tema muito caro ao CDES, há ocasiões em que “equidade” parece sinonimizar a própria igualdade, numa precisa apreensão desta, evidentemente, ou então um caminho próspero e próximo para alcançá-la. (“Devemos olhar de que maneira a política pública promove ou não a equidade, visando a igualdade”, afirmou Clemente Lúcio, do Dieese, na 16ª Reunião Plenária).

Muitas vezes, igualdade ou equidade era entendida como a própria capacidade do poder público, em “sinergia” com a iniciativa privada, em ofertar maiores *igualdade de oportunidades* através de políticas públicas de alcance reduzido e setorizado (negros, crianças, jovens, mulheres, idosos, mais pobres, etc) visando a redução precária do que comumente se chama “desigualdades sociais”. Políticas públicas minimalistas, focalizadas, compensatórias, emergenciais de “distribuição de renda” e “inclusão social” apareciam *vis-à-vis* a mecanismos que pretendiam impulsionar, ou acelerar, o crescimento econômico, ou seja, o investimento na “economia real”, como afirmavam.

Desta maneira, os mecanismos promotores da “equidade” passavam necessariamente pelo esforço em fazer avançar a “igualdade de oportunidades” para a competição dos indivíduos no mercado de trabalho com vistas à preparação e alcance da “mobilidade social” pela via do mercado consumidor ou de trabalho. Ora, não foi outro o sentido do discurso do presidente Lula da Silva, na Reunião Plenária em 10 de março de 2005:

Nós estamos com um hábito, com um desvio, que é o seguinte: toda vez que a gente fala na área social, a gente fala ‘gasto’, e quando a gente fala em outros setores a gente fala ‘investimento’. Eu acho que é preciso ter claro que quando a gente dá uma Bolsa Família ou quando a gente dá uma Bolsa Escola, na verdade nós estamos

fazendo um dos mais preciosos investimentos deste país, que é dar à pessoa a oportunidade de comer. Isso não é gasto, isso é **investimento porque essa pessoa bem nutrida vai trazer saldo produtivo para todos nós, vai se transformar em consumidor neste país, em trabalhador**. Então, eu acho que não é um hábito nosso não, é um erro sociológico no Brasil, quando a gente habitualmente fala ‘porque nós gastamos tanto em saúde, tanto em educação’, mas essas coisas... **significam um bom investimento**.<sup>149</sup>

Sob o epíteto de “um novo modelo de desenvolvimento econômico”, a expansão da acumulação capitalista, a médio e longo prazo, era a *condição sine qua non* para a redução da pobreza e melhoria da prestação dos serviços públicos, ao lado de medidas emergenciais. Desde muito cedo, no CDES, as ações do Estado e do mercado, e suas interações, em prol do crescimento econômico, *deveriam se orientar na perspectiva da “equidade”, isto é, os processos e as resultantes da acumulação capitalista deveriam se coadunar com o bem-estar de todos, especialmente dos mais pobres e a alusão à preservação ambiental*. Ou seja, tratava-se de dividir, de maneira precária e direcionada, nem o crescimento do bolo, e não o próprio bolo, mas suas migalhas. Grosso modo, como veremos no capítulo 3, esse era um dos elementos centrais do propalado “desenvolvimento socialmente sustentável”.

Foi neste sentido que as contrarreformas da Previdência, Tributária, Sindical, Trabalhista e Universitária, as Parcerias Público-Privadas (lei 11.079/04), o Programa de Aceleração do Crescimento, a Lei Geral da Micro e Pequenas Empresas (lei complementar 123/06), a Nova Lei de Falências (lei 11.101/05), a Lei do Cadastro Positivo, o programa de desconto de crédito consignado em folha de pagamento e a conta-investimento<sup>150</sup> (leis 10.820/03 e 10.892/04, respectivamente), as propostas para adequação da infraestrutura, para a educação (FUNDEB, ProUni, ProJovem e o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, por exemplo) e para a Habitação de Interesse Popular (que resultou no programa Minha Casa Minha Vida), o Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional, o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado, o Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar, dentre outras iniciativas, foram discutidas no CDES e aprovadas pelo Congresso.<sup>151</sup> O CDES teve também influência direta na criação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI)<sup>152</sup> e da Agência Brasileira de

<sup>149</sup> Documento “Presidente Lula no CDES”. Disponível em [www.cdes.gov.br](http://www.cdes.gov.br). Grifos meus.

<sup>150</sup> A conta investimento permitia a troca de operações financeiras sem incidência da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

<sup>151</sup> Conferir em <http://www.cdes.gov.br/conteudo/41/o-que-e-o-cdes.html>. Acesso em 12/01/2014. Ver também entrevista com Ester Bemerguy, titular da Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República (SEDES/SRI/PR) entre 2004 e 2011 em [http://www.rs.gov.br/geral\\_email\\_print.php?modo=print&tip o=capa](http://www.rs.gov.br/geral_email_print.php?modo=print&tip o=capa). Acesso em 12/06/2013.

<sup>152</sup> De acordo com o Secretário Jaques Wagner, na Ata da 7ª Reunião Plenária, em maio de 2004, “essa sugestão veio do deputado e presidente da CNI Armando Monteiro”.

Desenvolvimento Industrial (ABDI), ambas ligadas ao MDIC, além de ter sido articulado e lançado recomendações ao Fórum Nacional do Trabalho (FNT).<sup>153</sup>

Em grande medida, ao que nos parece, tratava-se de cuidar do atendimento prioritário à reprodução ampliada do grande capital monopolista no Brasil ainda que setores não monopolistas angariassem alguns frutos. Esta condição dava a direção das políticas sociais pretendidas – o debate sobre a Educação era um exemplo cabal – *e pretendia encerrar o confronto às “desigualdades” ou às “iniquidades”*.

Através de rigorosa pesquisa e refinada análise, calcada no marxismo, Rodrigo Castelo resgata a produção e disseminação ideo-político do social-liberalismo no Brasil por meio da atuação de aparelhos privados de hegemonia, especialmente o Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS) e do Instituto de Estudos de Política Econômica (IEPE) Casa das Garças, e da formulação de intelectuais orgânicos da burguesia brasileira. Dentre estes, inclusive, destaca o autor, Ricardo Paes de Barros e Marcelo Neri, os quais faziam parte do corpo de conselheiros do CDES, sendo o último, inclusive, atual Secretário-Executivo do CDES no governo Dilma, Presidente do IPEA e Ministro Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos.

As formulações caras ao CDES, bastante presentes nas reuniões plenárias e nos documentos estratégicos produzidos, são claramente delineadas nas análises críticas da ideologia social-liberal realizada por Rodrigo Castelo:

1) o crescimento econômico, por si próprio, não traria a redução das desigualdades, havendo a necessidade de políticas públicas específicas e direcionadas para este problema; 2) os gastos sociais não seriam baixos, pelo contrário se deveria torná-los mais eficientes, melhorando a alocação de recursos com sua focalização nos estratos sociais miseráveis; 3) propostas de desenvolvimento baseadas no investimento no capital humano, reformas tributárias, previdenciárias e trabalhistas e ampliação do microcrédito.<sup>154</sup>

Embebido da ideologia social-liberal, edificado e propalado com recursos empresariais de todo tipo (financeiro, associativo, midiático, acadêmico) no Brasil desde o governo FHC, o

---

<sup>153</sup> O GT Reforma Sindical e Trabalhista apontou, dentre outros os consensos produzidos e presentes no Relatório sobre a Reforma Sindical e Trabalhista que seguiu para discussão no FNT e, posteriormente, para o Ministério do Trabalho, que “deve ser efetivo o reconhecimento da personalidade sindical às Centrais, de maneira que venha a ser consignada, na sua integralidade, a capacidade jurídica dessas entidades para firmar convenções e acordos coletivos”. Secretaria Especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. *Relatório Consolidado da Reforma Sindical e Trabalhista*. Brasília, 2003b. Vários conselheiros da sociedade civil no CDES (empresários e sindicalistas) também participaram do FNT. Para um estudo do conteúdo programático e classista presente no FNT ver ALMEIDA, Gelsom Rozentino de e LOURENÇO NETO, Sydenham. *Estado, Hegemonia e Luta de Classes: interesses organizados no Brasil recente*. Bauru, SP: Canal 6, 2012, p. 83-140.

<sup>154</sup> CASTELO, Rodrigo. O social-liberalismo brasileiro e a miséria ideológica da economia do bem-estar. In: MOTA, Ana Elizabete (org.). *Desenvolvimento e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade*. São Paulo: Cortez, 2012.

conceito de “equidade” em voga no CDES, assim como de “eficiência”, “capital social”, “empoderamento”, “governança”, se aproximava bastante daquele adotado pelo Banco Mundial, tal como aparece no documento “Equidade e Desenvolvimento – Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 2006”:

Por equidade entendemos que as pessoas devem ter **oportunidades iguais** de buscar a vida que desejam e serem poupadas da extrema privação de resultados. A mensagem principal é que a equidade é complementar, em alguns aspectos fundamentais, à busca da prosperidade de longo prazo. Instituições e políticas que promovam um campo de atuação equilibrado – onde todos os membros da sociedade tenham **as mesmas oportunidades de se tornarem socialmente ativos, politicamente influentes e economicamente produtivos**, contribuem para o crescimento sustentado e o desenvolvimento. Mais equidade é, portanto, **duplamente útil para a redução da pobreza: por meio de possíveis efeitos benéficos para o desenvolvimento de longo prazo agregado e por intermédio de mais oportunidades para os grupos menos favorecidos dentro de qualquer sociedade.**<sup>155</sup>

A articulação entre o CDES e o Banco Mundial era orgânica, no sentido de que era sistemática e programática. O CDES promovia vários encontros, congressos, seminários, mesas redondas, com participação de integrantes do Banco, na condição de convidados, visitantes ou palestrantes. O CDES também enviava conselheiros para participar de eventos promovidos pelo Banco, na Europa. Havia também a utilização de documentos produzidos pelo Banco sobre as condições macroeconômicas e sociais latino-americanas, inclusive de como o combate à pobreza poderia impulsionar o crescimento, relação de soma zero devidamente mensurado em termos percentuais. E mais: nossa pesquisa encontrou documento intitulado “Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – Brasil: Versão Preliminar”, elaborado pela SEDES em junho de 2004, o qual afirma, em trecho final, que trata dos “Recursos Aportados”, que

A SEDES é responsável por três ações específicas no Orçamento da União. Os recursos são insuficientes para todas as atividades, desta forma buscou-se, através da cooperação internacional, captar novos recursos para os projetos de desenvolvimento institucional e disseminação do processo de concertação. (...) Os organismos internacionais, parceiros atuais da SEDES, são: BIRD, BID e OIT.<sup>156</sup>

Logo em seguida, o documento revelava que o Banco Mundial contribuiu com recurso da ordem de US\$ 500.000,00 para “treinamento e capacitação dos servidores, nas funções de mediação e facilitação de diálogos com a sociedade”.<sup>157</sup> Afirmava ainda o documento que estava em negociação com o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) “uma doação

<sup>155</sup> BANCO MUNDIAL. *Equidade e Desenvolvimento*. Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 2006. Washington D.C., 2006, grifos meus.

<sup>156</sup> Secretaria de Relações Institucionais. Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. *O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – Brasil: Versão Preliminar*. Brasília: 2004b, p. 26.

<sup>157</sup> Idem, p. 26.

de US\$ 2.000.000,00, sendo que a contrapartida seria com gastos com pessoal e demais instalações da SEDES. Esses recursos serão gerenciados por um Acordo de Cooperação Técnica com a UNESCO” (idem). Interessante observar que em nenhum outro documento do Conselho a questão do financiamento de suas atividades foi abordada ou esclarecida, nem na sua página eletrônica, e constata-se também um silêncio absoluto deste tema entre os analistas e pesquisadores do CDES.

Algumas breves passagens das discussões travadas sobre ou que circundavam a questão das “desigualdades” na plenária do CDES podem ser úteis na percepção da visão de mundo dos conselheiros sobre este tema:

A desigualdade tem sexo, cor e endereço, devemos ter uma estratégia de governo e de Estado para essas questões em todas as políticas públicas. (Conselheiro José Antônio Maroni, na 6ª Reunião Plenária, 11/03/2004, p. 12).

O País tem 170 milhões de habitantes e desigualdades que nos permitem ir da Suíça ao país mais pobre do mundo. É necessário combinar programas de transferência de renda que devem ser temporários com inclusão pela via do trabalho do emprego e da renda. (Secretário do CDES, Ministro Jaques Wagner, na 6ª Reunião Plenária, 11/03/2004, p. 14).

A luta pelo predomínio da cultura de paz na sociedade brasileira terá de percorrer um longo caminho, em que se enfrentem as desigualdades sociais, promovendo políticas de pleno emprego, crescimento econômico e redistribuição de renda. (Conselheiro Sérgio Haddad, na 14ª Reunião Plenária, 05/10/2005, p. 14).

Se lembrarmos as conclusões a que chegamos sobre o Brasil que queremos, a diretriz estratégica que elegemos como a mais importante para orientar as ações de modo atingir os objetivos estabelecidos, foi o combate à extrema desigualdade social, inclusive de gênero e raça, reduzindo a concentração de renda e riqueza e propiciando a igualdade de oportunidade e mobilidade social. (Conselheiro Fernando Xavier Ferreira, na 17ª Reunião Plenária, 10/05/2006, p. 14).

Obviamente que as intervenções trazidas são meramente exemplificativas de uma aproximação e/ou coalizão de percepções sobre uma temática bastante ampla e complexa, largamente debatida no CDES. Inclusive, as falas de cada conselheiro, numa mesma ocasião, são atravessadas por posições vacilantes. Não pretendemos aprofundar as tensões e conflitos havidos nas discussões plenárias *especificamente* acerca da questão das “desigualdades” ou das “iniquidades”, principalmente no âmbito conceitual. No que se refere aos modos de enfrentamento às desigualdades eles costumeiramente apareciam no bojo das discussões sobre a temática do “desenvolvimento com inclusão social”, objeto de análise do capítulo 3.

Em nenhum momento a desigualdade aparece num contexto de determinações histórico-sociais de uma formação social calcada na subsunção, na exploração e na expropriação do trabalho pelo capital no processo de expansão da acumulação capitalista. Ora, isto é um aspecto *fundante e estruturante* das relações de produção capitalistas. A

crescente socialização das forças produtivas entra em contradição com a apropriação e destinação privada hiperconcentrada do excedente socialmente produzido, isto é, com as relações sociais de produção, sem contar com a incessante conversão mercantil das distintas esferas vida social (mercantilização de valores de uso). Assim, a ordem do capital avoluma, com cada vez mais frequência e agudez, profundas crises sistêmicas, *interditando* qualquer possibilidade de solução da desigualdade e das privações do conjunto das classes subalternas por meio de uma genuína socialização do excedente produzido. Virgínia Fontes traduz e sintetiza magistralmente este movimento:

(...) a megaconcentração de capitais parece cavar continuamente o solo da crise social, para, em seguida, transformar a tragédia humana em base para sua lucratividade, convertendo a penúria que provoca em mercado para os bens que produz. A crise se torna ameaça permanente e sempre mais grave, inclusive, porque as escassas redes de proteção que os direitos asseguravam continuam a ser sistematicamente minadas.<sup>158</sup>

As análises totalizantes são afastadas, deslocando o enfrentamento da “questão social”, o estudo sobre sua estruturação e perpetuação, do campo das lutas de classes, das formas de lutas contra a produção social de expropriados, para o campo previamente esquadrihado e limitado da sua mensuração, através de inúmeras pesquisas, produção de indicadores, relatórios de acompanhamento e avaliação de políticas, tal como o Observatório da Equidade propunha. O trato investigativo e analítico da produção da desigualdade no capitalismo como *fenômeno histórico de uma relação social de classe* dava lugar à aplicação e manuseio de um arsenal de instrumentos “técnico-científicos” homogeneizadores da realidade social.

## 1.6 - O Comitê Gestor

A origem da criação do Comitê Gestor retoma e revolve a questão, por parte dos conselheiros, da eficácia e relevância do CDES. Vimos que, durante um ano (entre julho de 2004 e agosto de 2005), os conselheiros estiveram envolvidos na elaboração da Agenda Nacional de Desenvolvimento (AND).

A cascata inicial de denúncias sobre a “crise do mensalão” pegou em cheio o lançamento da AND por ocasião da 13ª Reunião Plenária do Conselho, em agosto de 2005, data sucessivamente adiada devido à crise.<sup>159</sup> O assim chamado “escândalo do mensalão” ocupou a pauta diária dos noticiários que, aliado à troca de Ministros, a instauração de

<sup>158</sup> FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo...* Op. cit., p. 304.

<sup>159</sup> A denúncia, publicada pela Folha de São Paulo, do então deputado federal Roberto Jefferson (PTB) de que o tesoureiro do PT, Delúbio Soares, articulava um esquema de pagamento de propina mensal de R\$ 30 mil a deputados e senadores que votassem as matérias encaminhadas ao Congresso segundo orientações do governo apareceu em 06 de junho de 2005.

Comissões Parlamentares de Inquérito, a mudança na estrutura organizacional da SEDES teriam contribuído para geração de um clima de dúvidas, expectativas e preocupação.<sup>160</sup>

Em relato detalhado de quem se envolveu direta e profundamente com o CDES neste período, Garcia<sup>161</sup> afirmava que o entendimento predominante entre os conselheiros era o de que a AND oferecia e exigia uma transição do modelo vigente, por meio de uma revisão do conjunto das opções feitas pelo governo e em especial a da política econômica, tendo em vista que, na opinião do autor, o conteúdo da Agenda não estava em conformidade com as orientações predominantes do governo.

De forma enviesada ou objetiva, as intervenções dos conselheiros na 13ª Reunião Plenária se deram neste sentido. Às manifestações de apoio ao Presidente e pedidos de rigorosa apuração e punição dos acusados somaram-se sugestões de mudança de rumo via estratégias de desenvolvimento traçadas pela AND. Nesta visão, a saída da crise política poderia ser abreviada com respostas do Executivo na área da política econômica e avanço social. Tratar-se-ia de resgatar os projetos históricos das forças políticas e sociais que apoiaram a eleição de Lula da Silva. Destacamos abaixo algumas falas dirigidas diretamente a Lula da Silva, quando da sua participação na 13ª Reunião Plenária:

E faço votos que a atual crise leve o Governo a perceber onde ele deve sintonizar melhor com as aspirações que motivaram sua eleição, para que se justifique politicamente na medida que as atende. (Conselheiro Dom Luiz Demetrio Valentini, da CNBB).

Emprego; investimento em infraestrutura; universalização do direito a saúde, educação e tecnologia, programas de engenharia e arquitetura pública que garantam a moradia digna; a recuperação do salário mínimo através de uma política de recuperação; redução das taxas de juros; a ampliação do Conselho Monetário Nacional, proposta essa debatida e aprovada neste Conselho; e a retomadas das reformas que marcaram o início do seu governo, certamente, serão itens constantes desta pauta de trabalho. Convoque aqueles que sonharam e lutaram ao seu lado para construir a estrada do desenvolvimento deste país. (Conselheiro Jorge Nazareno, da Força Sindical).

O seu projeto de governo popular - aliás, o primeiro verdadeiramente popular da nossa história - não pode passar à posteridade como a pá de cal sobre a utopia das esquerdas, das gerações que não se dobraram à opressão e da sociedade civil em geral, que construiu, ao longo de no mínimo 20 anos, as linhas mestras sobre as quais seu programa de governo se ergueu. Em um mundo que clama pelo desenvolvimento sustentável, pela inclusão social, pelo respeito ao meio ambiente, por empresas socialmente responsáveis, pelo alvorecer de valores como ética e transparência, seu Governo deve ressurgir com força redobrada, demonstrando ao mundo que, mesmo em meio à pior crise, a confiança nestes valores tem a força do milagre. (Conselheiro Ricardo Young, do Instituto Ethos e PNBE).

<sup>160</sup> GARCIA, Ronaldo C. O CDES e a construção da Agenda Nacional de Desenvolvimento... Op. cit., p. 110.

<sup>161</sup> Idem, p. 111-112.

O discurso do Presidente, feito de improviso, reservou a maior parte de seu tempo para abordar a crise política. Lula em nenhum momento se referiu às sugestões dos conselheiros sobre a mudança de rumo que deveria ser tomada e a necessidade imediata do começo da implantação da Agenda. Apenas leu um pequeno trecho dela. Estava bastante envolvido em tomar posições e dar satisfações à correligionários, à mídia e à personalidades destacadas a respeito da crise que envolvia o PT e figuras de proa dos ministérios.<sup>162</sup> Não fez e não se comprometeu a fazer nenhuma avaliação das proposições contidas na Agenda. Não estabeleceu prazos para dar respostas às sugestões dos conselheiros e muito menos se colocou como uma “liderança” implementadora do projeto construído pelos conselheiros, como aspiravam. Segundo Garcia, o efeito produzido sobre a maioria dos conselheiros foi de desconforto, frustração, perplexidade e de decepção, muito embora alguns poucos ficassem satisfeitos com a declaração de Lula de que “não haveria populismo econômico”.<sup>163</sup>

Outras quatro Reuniões Plenárias foram realizadas (14ª: 14/10/2005, 15ª: 01/12/2005, 16ª: 23/03/2006 e 17ª: 10/05/2006) e os conselheiros não tinham recebido respostas ou considerações do governo sobre as propostas contidas na AND. Jaques Wagner, incentivador e defensor da Agenda, deixava a coordenação do CDES, em março de 2006, para concorrer ao governo do Estado da Bahia. Na 17ª Reunião Plenária, com o retorno de Tarso Genro à Secretaria Executiva do Conselho, as tensões se aguçaram e alguns conselheiros revelaram suas insatisfações de forma contundente:

Eu me pergunto, seguidas vezes, se estamos chegando ao que realmente se queria quando fomos designados pra cá e convidados, se estamos alcançando realmente aquilo que sonhávamos. Eu entendo que o Conselho, pelo próprio nome, é órgão de assessoramento, nós temos que ter essa consciência que todo aquele que trabalha em assessoramento leva também a forte dose de frustração, porque nem tudo que se assessora, se realiza. (...) Mas depois de grandes debates, discussões, muitas delas conseguidas até por unanimidade, é frustrante reconhecer que muito pouco, pelo menos na minha impressão, o governo aproveitou. Muito pouco teve aderência às políticas do governo (Conselheiro General Luiz Gonzaga Schoroeder Lessa, ATA da 17ª Reunião Plenária, 15/05/2006, p. 21-22).

(...) infelizmente eu sei que alguns não concordarão comigo, eu diria que, não o Presidente, não o Ministro Genro, mas o interesse dos Ministros pelo Conselho é, digamos assim, mais educado do que interessado. De maneira que o nosso trabalho tem sido muito mais de empurrar do que, na verdade, ver da parte deles o interesse de absorver o que estamos dizendo aqui. (Conselheiro Horácio Lafer Piva, ATA da 17ª Reunião Plenária, 15/05/2006, p. 21)

A eficácia do Conselho para as políticas públicas foi baixa, muitas coisas nós sugerimos não foram levadas em conta, não houve resposta, também não houve continuidade no trabalho da gente, não há um método único de trabalho, então, acho que a gente fica agora pensando qual é o legado que nós vamos deixar para que o

---

<sup>162</sup> Idem, p. 113.

<sup>163</sup> Idem, p. 116.

Conselho não acabe no próximo governo. (...) não adianta nós fazermos o trabalho e não ter eficácia (...). Então eu acho que temos que estabelecer o modo em que nós trabalhamos, que nós produzimos, mas que também queremos ter, dos ministérios e da presidência da república a quem nós aconselhamos, uma reposta. Não que seja vinculante o que nós decidimos, mas que o compromisso moral é de vínculo sim, de que eles nos digam porque não, pelo menos. (Conselheira Sonia Fleury, ATA da 17ª Reunião Plenária, 15/05/2006, p. 24-25).

Após a intervenção citada acima, Sônia Fleury participou apenas de mais uma Reunião Plenária, a 18ª, e seu nome não mais constava nas Atas subsequentes. Na 21ª Reunião, em 17 de maio de 2007, houve a (re)convocação de conselheiros e o nome de Sonia Fleury não aparecia na listagem. Segundo depoimento dado ao jornal “O Estado de São Paulo”,<sup>164</sup> a ex-conselheira revelava que “na substituição do ministro Jaques Wagner por Walfrido Mares Guia [na verdade ele foi substituído por Tarso Genro], me telefonaram, agradeceram pelos serviços prestados. Depois, recebi carta do ministro de agradecimento”. Esclareceu que as divergências toleradas pelo governo na plenária do CDES tinham limites bem precisos:

Todas as substituições [de um conselheiro por outro] são políticas. Os mais fáceis de substituir são os intelectuais. Não representávamos nenhuma instituição. Não há critério definido para a substituição. A Jurema Werneck, do grupo Criola, foi eliminada sem que se negociasse para que deixasse de ser suplente e passasse a titular. **Ela incomodava, falava das mulheres negras e pobres, de um lugar na sociedade que incomoda.** Apesar de tudo, o conselho é instrumento importante.<sup>165</sup>

Consenso e coerção caminhavam lado a lado, seletivamente direcionados, mesmo num Conselho auto-intitulado “concertacionista” ou “pactuador” e que, portanto, precisava estabelecer limites para as reflexões mais críticas. Essas não precisavam ser seriamente desafiadoras ou disruptivas à sociabilidade do capital, bastando destoar da regularidade das intervenções a partir de reivindicações redistributivas que pudessem atingir o grande capital, como a taxação do sistema financeiro para o financiamento da Previdência Social, proposta feita pela conselheira Fleury. Sendo assim, a recomposição parcial dos conselheiros realizada em 2007 também serviu para destituir alguns elementos mais “críticos”, como Fleury e Werneck, aparando arestas de forma a se ajustar aos desígnios esperados pela SEDES, isto é,

<sup>164</sup> Trata-se da entrevista de 21 de janeiro de 2008 intitulada “Governo troca conselheiro quando bem entende”, já referenciada. A resposta em defesa do governo foi dada pelo conselheiro Antonio Neto (CGTB), em 15/02/2008: “Participo do CDES desde a sua fundação e posso assegurar que há um grande equívoco nessa avaliação. Os conselheiros são nomeados para mandatos de dois anos e, em nenhum momento, esses mandatos foram interrompidos por decisão do governo”. Para mais detalhes conferir em <<http://www.cdes.gov.br/noticia/5968/um-conselho-que-veio-para-ficar.html>>. Acesso em 13/01/2014.

<sup>165</sup> FLEURY, Sonia. Governo troca conselheiro quando bem entende. Entrevista concedida a Luciana Nunes Leal ao *Jornal Estado de São Paulo*. “Grifos meus. Retirado de <<http://www.cdes.gov.br/noticia/5789/governo-troca-conselheiro-quando-bem-entende.html>>. Acesso em 02/01/2014.

as tensões e conflitos eram esperados, mas administrados de forma que não tendessem ao rompimento, à “histeria retórica”, nas palavras de Tarso Genro.<sup>166</sup>

Na mesma entrevista, quando perguntada pelo jornal qual foi a principal mudança do Conselho, declarou:

O conselho não se pronunciava mais. **Quem tinha poder, os grandes empresários, deixaram de se manifestar. Eles saem do conselho e vão direto para o gabinete dos ministros, do presidente. Não precisam falar no conselho. O conselho é um órgão burocrático, há um controle político total.** Em outros países, a secretaria do conselho é técnica, não-governamental, como aqui. Por um lado, **o conselho é legitimado pelo governo.** Em outros países, o presidente não necessariamente vai às reuniões. Aqui, o presidente participa. Mas, por outro lado, **o governo tem muito mais controle, escolhe quem vai estar lá. Troca o conselheiro quando bem entende, constrói a agenda, chama para se manifestar quem ele quer que se manifeste, pessoas que não vão criar problema.**<sup>167</sup>

A declaração de Fleury confirmava o coro das intervenções de outros conselheiros num ponto específico, mas muito importante, exposto ainda em agosto de 2004 por ocasião da “Mesa redonda: Diálogo Social - Alavanca para o Desenvolvimento”: a insatisfação, em tom de denúncia, da existência da tática dos “produtores de silêncio” ou dos que “não falavam, mas decidiam”:

Tenho uma outra preocupação quando falamos em diálogo social, quando há o debate e muitos não se manifestam, **pois aqueles que estão silenciosos podem estar influenciando mais na decisão do que quem fala. Nós falamos muito e decidimos pouco e quem não fala nada deve estar decidindo muito** e nós nem sabemos quem são eles. Portanto, toda a transparência desse debate perde para o invisível. (Conselheiro Pedro Teruel, SEDES, – grifos meus).<sup>168</sup>

A conselheira Jurema Werneck indicou com clareza quem era os “silenciosos”:

Penso que é um desafio para este conselho e para muitos dos nossos colegas do Conselho, entre os quais me incluo, é aprender novos mecanismos de lidar com esses, que, inclusive, aqui, entre nós, **participam produzindo silêncio e mais silêncio.** Seu empenho é basicamente a produção do silêncio, enquanto nós buscamos o diálogo.

Nesse processo de trabalho do Conselho a conselheira Sonia Fleury apresentou (...) uma proposta,<sup>169</sup> em relação ao **sistema financeiro. É claro que existem alguns**

<sup>166</sup> “Então, esse é o desafio que nós queremos propor, esse será o objeto das três intervenções que foram indicadas, [traçar pontos para a produção dos Enunciados Estratégicos para o Desenvolvimento] e nós queremos abrir um debate profundo democrático “radical” sobre esse assunto, “radical” no sentido de ir as raízes, esse é o sentido da expressão “radical” que a gente usa, **e não de histeria retórica que ninguém é dotado aqui nesse conselho**” (ATA da 17ª Reunião Plenária, 10/05/2006, p. 14, grifos meus).

<sup>167</sup> “Governo troca conselheiro quando bem entende”, Op. cit., grifos meus.

<sup>168</sup> SRI. SEDES. *Mesa Redonda: Diálogo Social ...*, 2004a, Op. cit., p. 129. Grifos meus.

<sup>169</sup> Proposta de Fleury na referida reunião: “(...) que o governo propusesse no Brasil, também, como eu já propus neste Conselho, que **tributássemos o capital financeiro, que tem ganhado mais do que todos os demais setores da economia**, para viabilizar uma previdência social universal, ao invés de reduzir os benefícios previdenciários. Acordos desse tipo é que temos de chegar” (idem, p. 128, grifos meus).

**conselheiros do sistema financeiro que não abriram a boca. É claro que há outros que não são do sistema financeiro e que, também, não falaram (...).** De fato, na construção de uma concertação, nem sempre o acordo possível é um sim para todos os lados. **Há sempre alguém que vai perder e espero que sejam aqueles que estão colocando a política do lado de fora,** aqueles que pensam que concertação é mais um novo nome para redefinir seus interesses.

Aqui no CDES eu represento a legião daqueles que tem buscado romper o silêncio. **O desafio, agora, é para esses setores que continuam afirmando o silêncio, apesar de dizerem que estão numa mesa de concertação.**

(...) Que esses setores saiam do silêncio em que efetivamente têm permanecido e apresentem uma posição mais clara, mais explícita, de que eles, também, estão do lado de um novo país. **É preciso que eles percam um pouco,** pois o que irão perder será um ganho para todos (Conselheira Jurema Werneck).<sup>170</sup>

As leituras das atas das reuniões plenárias entre o período que corresponde ao primeiro governo Lula da Silva (2003-2006) nos mostraram que, de fato, os conselheiros ligados à fração bancária-financeira quase não se pronunciavam nas reuniões, salvo em questões muito sensíveis a eles, como a discussão acerca da ampliação de membros no Conselho Monetário Nacional.<sup>171</sup> Os conselheiros acima citados tinham razão ao sustentarem que o CDES não era o lugar prioritário onde os banqueiros buscavam garantir e ampliar seus interesses. Ao lado deles, segundo Werneck, existiam outros “silenciosos” “que não são do sistema financeiro”, mas que, no contexto da fala trazida por ela tratava-se de outros “grandes empresários”, segundo expressão dada por Fleury.

Havia uma grande convergência de diagnósticos, preocupações e aspirações por parte de muitos conselheiros que tensionava as relações com a SEDES e o governo. O principal ponto de discórdia era, sem dúvida, a “efetividade” do Conselho, isto é, que suas recomendações fossem levadas adiante pelo Executivo, mesmo que as pautas sobre as quais deliberavam fossem emanadas do governo. Sobre esta última questão, muito latente nas atividades iniciais do Conselho, sob força da inscrição das contrarreformas nas ações imediatas do Executivo, houve uma distensão maior posteriormente, sobretudo na temática da Educação e das Reformas Tributária e Política. Tarso Genro, em especial, desde cedo tentou amenizar as queixas, declarando que “cerca de 70% do que o Conselho propôs foi encampado no projeto encaminhado pelo executivo ao Congresso e este índice de aproveitamento é o mesmo que foi aprovado pelos deputados”.<sup>172</sup>

De todo modo, a produção da Agenda Nacional de Desenvolvimento foi fundamental para legitimar o papel e a importância dos conselheiros, ainda que expectativas de efetivação

<sup>170</sup> Idem, p. 133-134, grifos meus.

<sup>171</sup> O debate acerca da ampliação do CMN e dos *spreads* bancários entre os conselheiros será tratado no capítulo 3.

<sup>172</sup> Disponível em <<http://www.sindpd.org.br/artigos/entrevistasPrint.asp?id=3>>. Acesso em 30/08/2010.

da Agenda fossem superestimadas diante de um governo que dava provas de ser dirigido pelas frações monopolistas do grande capital. As sucessivas falas de Palocci e Meirelles no CDES não ofereciam brechas ou margens de manobras, muito embora precisassem fazer alusão à receptividade de diálogo. Mesmo assim, alguns conselheiros acreditavam que, organizados no CDES, poderiam construir forças capazes de influir nas mudanças da política macroeconômica adotada até então e acreditavam que a AND transformar-se-ia num instrumento, ou melhor, numa plataforma de medidas para tal intento. A costura de um projeto que introjetasse uma “cunha desenvolvimentista” (com claras definições de políticas industriais e distribuição de renda minimalista) no governo e mesmo dentro do CDES, não foi sem intensas disputas, ainda que era nos GT’s onde ocorriam os embates mais intensos, tomadas e defesas de posições mais firmes, consistentes e agudas.

Por mais que as acusações no plano dos discursos afirmassem que a política de juros altos, elevados superávits e profunda dívida líquida do setor público, derivada da remuneração dos títulos públicos em mãos da fração bancária-financeira, esvaziassem ou retardassem as chances de “retomada de um novo modelo macroeconômico”, não é possível afirmar que as recomendações emanadas do CDES desagradassem o setor bancário.

Como sabemos, financiamento de obras de infraestrutura e de construção civil (programas habitacionais, por exemplo), mecanismos de incorporação marginal de parcelas da população de menor renda ao consumo, via crédito consignado ou programas de assistência social (por meio de repasses de recursos públicos para agências bancárias), expansão do microcrédito, reformas previdenciária (regulamentação da previdência complementar para servidores públicos) e tributária (formas de desoneração do grande capital)<sup>173</sup> expressavam

---

<sup>173</sup> Segundo Evilásio Salvador, a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 233/2008, oriundo do projeto de Reforma Tributária, também debatido no CDES, “não altera a regressividade do sistema tributário e acaba com as fontes exclusivas de financiamento das políticas sociais, alterando de forma substancial a vinculação das fontes de financiamento exclusivas das políticas da seguridade social (previdência, saúde e assistência social), educação e trabalho”. Ver em SALVADOR, Evilásio. Financiamento tributário da política social no pós-real. In: BEHRING, Elaine. BOSCHETTI, Ivanete, GRANEMANN, Sara (orgs.). *Financeirização, fundo público e política social*. São Paulo: Cortez, 2012, p. 129. O Parecer sobre o Projeto de Emenda Constitucional da Reforma Tributária, de 25 de fevereiro de 2008, presente no Relatório de Atividades do CDES de 2008, explicita a aprovação da PEC pelo CDES: “Nós, Conselheiros e Conselheiras do CDES, queremos expressar nossa convicção de que o projeto é uma grande evolução em relação ao sistema que prevalece hoje no País sendo, portanto, de interesse nacional, urgente e necessário para consolidação dos avanços significativos que o Brasil vem experimentando sob o comando de Vossa Excelência”. Dentre as vantagens para o grande capital na referida PEC, constava uma insistente demanda empresarial: “Que o projeto a ser apreciado pelo Congresso Nacional embute inúmeras sugestões e aperfeiçoamentos sugeridos pelos membros do CDES, especificamente no que diz respeito (...) **às desonerações sobre a folha de pagamentos** que terão impactos positivos sobre os investimentos e sobre o emprego. (...)” Secretaria de Relações Institucionais. Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. *Relatórios de Atividades 2008*, Brasília, Presidência da República, CDES, 2009, p. 75-76, grifos meus.

fortes incentivos à expansão do capital em geral, sem preterir, de forma alguma, a fração bancária.

Os conselheiros não se subjugavam às determinações da SEDES, havendo tensões e disputas, principalmente no que tange a aderência ou não dos acordos e recomendações às decisões presidenciais, ao modo de funcionamento do Conselho e à ingerência dos conselheiros nas pautas das reuniões, procurando incluir temas ou preocupações.

A última cartada dos conselheiros, no período delimitado por esta pesquisa, a fim de dirimir ou equacionar, de uma só vez, estas três dificuldades, foi tentada com a criação, em 2008, do Comitê Gestor do CDES. A função a ser desempenhada, a forma de organização e de funcionamento do Comitê Gestor foi bem explicitada na 25ª Reunião Plenária, em 01 de abril de 2008, pelo Secretário Executivo José Múcio Monteiro e pelo conselheiro Clemente Ganz Lúcio (DIEESE).

Eu acho que nós precisávamos fazer um estudo interno, uma troca de opiniões para ver se o Conselho não necessita de uma governança, de alguém que cobre do Presidente ou do governo aquele conselho que eu lhe dei, aquele projeto que eu lhe apresentei. Qual foi a consequência? O governo precisa dar algumas respostas para os senhores, até para que os senhores sintam que o Conselho é uma ferramenta importante. (...) Conversei muito com o doutor Jorge Gerdau. E queria a opinião dos senhores se nós deveríamos criar um grupo de governança a cada seis meses, um fórum menor (...) que se reúne com mais frequência, para participar mais, vamos dizer assim, das decisões, ou das dúvidas, ou dos questionamentos do governo e, verdadeiramente, se transformar numa ferramenta de trabalho contributiva, com satisfação e acho até que o Conselho deve questionar: “Olha, nós apresentamos uma proposta. Por que ela não foi seguida? Se não foi, eu, já que lhe dei um Conselho, eu quero que você me diga porque o meu Conselho não teve, não foi seguido? Ou, se foi seguido, eu quero ter uma satisfação”. (Secretário Executivo José Múcio Monteiro, ATA da 25ª Reunião Plenária, 01/04/2008, p. 2-3).

Colocada nestes termos, a proposta do Comitê Gestor seria a de municiar os conselheiros de uma ferramenta com objetivo fundamental de acompanhar, monitorar, assediar ou mesmo pressionar o Presidente e seus ministros a efetivarem ou, no mínimo, a darem satisfações acerca das proposições e elaborações dos conselheiros. Sob a responsabilidade de um pequeno grupo de seis conselheiros, respeitada a representatividade setorial presente no CDES (dividida em empresários, sindicalistas e “terceiro setor”) e com destacada participação, o Comitê Gestor funcionava sob sistema de rodízio entre os integrantes, com periodicidade a cada seis meses ou duas reuniões plenárias, eleitos por meio de eventos denominados *Oficinas de Governança*. Os membros permanentes do Comitê Gestor eram compostos pelo Secretário Executivo e o Secretário da Secretaria do Conselho.

O documento “A Governança do CDES e a contribuição do CDES para a Governança do processo de desenvolvimento do Brasil”, considerado o Termo de Referência do Comitê,

aprovado na 25ª Reunião Plenária, afirmava que o Comitê Gestor era responsável por incrementar/intensificar a interlocução com o governo, com objetivos de:

- Debater as pautas e recomendações a serem apresentadas nas reuniões plenárias do CDES, ampliando o entendimento, reflexão e o diálogo em torno das contribuições do CDES.
- Colher demandas para atualização da agenda e avaliação sobre a produção do CDES buscando maior sintonia entre o Conselho e as preocupações, impasses e percepções do governo, podendo mobilizar sua capacidade de análise, proposição e influência.<sup>174</sup>

A busca de *maior autonomia na definição das pautas* foi outra importante demanda conseguida pelos conselheiros. O presidente Lula da Silva no final da reunião se pronunciou sobre a questão: “Da parte do governo, eu queria dizer para vocês uma coisa: não tem tema que não possa ser debatido. Da nossa parte, não tem tema. Basta que vocês apresentem a proposta ao Ministro, a gente organiza...” (ATA da 25ª Reunião, p. 41). Não se tratava, como anteriormente, de tentar inserir debates ou questões desde uma posição externa à SEDES, mas, com o Comitê Gestor, de trabalhar ao lado dos funcionários da Secretaria na definição de pautas, nas formas de funcionamento da plenária e na autorização da abertura de canais ou meios de acompanhamento das deliberações expedidas pelo Conselho junto ao primeiro escalão ministerial e da Presidência. A ideia de que o Comitê Gestor funcionasse como grupo de apoio ou suporte às atividades antes limitadas à SEDES estava presente nas palavras do conselheiro Clemente Lúcio:

Então, nós verificamos que esse poderia ser um espaço e um instrumento de apoio na gestão do Conselho para diminuir a distância entre essa reunião do Pleno e a gestão cotidiana daquelas indicações que nós fazemos como recomendações e que esse trabalho, pudesse, na verdade, ser um suporte ao Ministro, ao trabalho que ele faz na relação entre o Conselho e o Presidente (...). (ATA da 25ª Reunião Plenária, 01/04/2008, p. 5).

Às atribuições do Comitê Gestor acima, ressalta outra que, até então, fora menosprezada pelo próprio Conselho: a divulgação de suas propostas e atividades para o conjunto da sociedade brasileira e as demais agências da sociedade política. De fato, os trabalhos e as produções realizadas pelo CDES sempre tiveram muito pouca repercussão ou ressonância na sociedade brasileira, excetuando os momentos imediatamente anteriores e posteriores à sua criação, nos quais o CDES apareceu ora como aquilo que seus formuladores desejassem que fosse, ou seja, como fórum cuja tarefa exprimia a promessa de contribuir para

---

<sup>174</sup> Secretaria de Relações Institucionais. Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. *A Governança do CDES e a contribuição do CDES para a Governança do processo de desenvolvimento do Brasil*. Termo de Referência Aprovado na 25ª Reunião do Pleno do CDES, realizada em Brasília, dia 01 de abril de 2008, p. 03.

um novo estágio ou modelo de desenvolvimento com “pactuação”, ou um “novo contrato” social entre os distintos setores sociais convocados a assumir tal proposta, ora como órgão acusado de invadir atribuições ou competências próprias do Legislativo, sob a manipulação e égide do Executivo. De qualquer forma, uma das tarefas do Comitê Gestor era a de “colaborar para a estratégia de comunicação do CDES (...) de forma que os atores sociais e institucionais e o conjunto da sociedade tenham maior entendimento e acesso ao instrumento e seus resultados”<sup>175</sup> e assim, portanto, assumia formalmente o desafio de romper com o silêncio que o envolvia.

A construção do Comitê Gestor foi uma saída formal e aparentemente satisfatória para a grave crise de legitimidade que o CDES passava no período pós-AND. De todo modo, o CDES constituiu-se e desenvolveu-se como uma arena recheada de tensões, disputas e contradições. A formação e consolidação de sua estrutura e instâncias internas, modo de funcionamento, atribuições de competências, relações com a SEDES e o governo, apesar de definidas e normatizadas por medidas provisórias, leis, decreto, regimento e termos de referência - o que poderia supor um “engessamento” característico de um órgão dirigido pela burocracia – materializaram-se segundo a dinâmica conflitiva das relações sociais e das correlações de forças existentes na realidade brasileira.

---

<sup>175</sup> SRI. SEDES. *A Governança do CDES e a contribuição do CDES...* Op. cit., p. 03.

## CAPÍTULO 2 – CLASSES, FRAÇÕES DE CLASSES DOMINANTES E SUAS ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL NO CDES

(...) nesse conselho (...) nós temos uma enorme pluralidade de classes sociais, de orientação política, de visão programática e, provavelmente, também (...) de opções de natureza partidária. (...) neste Conselho está a elite do país, e aqui estou usando o termo elite não do ponto de vista econômico e financeiro, estou usando o termo elite no sentido sócio-político, ou seja, aqui está seguramente representada uma grande parte das pessoas com capacidade de elaboração, de gestão, de representação, de gerenciamento público e privado, que, em última análise, constitui uma gama enorme de cidadãos e cidadãs da sociedade brasileira de todos os grupos e classes sociais (Secretário-executivo do CDES, Tarso Genro, ATA da 19ª Reunião Plenária, 24/08/2006, p. 03).

### 2.1 - Hipóteses de trabalho

O presente capítulo tem como intuito trabalhar quatro hipóteses de pesquisa acerca do CDES. Não se pode, contudo, tomá-las de forma separada, o que arriscaria a perda do entendimento do projeto de hegemonia que se está construindo no país desde anos imediatamente anteriores ao ingresso do PT na esfera estatal de poder. Tais hipóteses remetem, necessariamente, à complexa e espinhosa reflexão entre capitalismo e democracia ou, mais precisamente, entre a ampliação seletiva do Estado brasileiro aos aparelhos privados de hegemonia empresariais por meio de uma arena institucionalizada que informa e educa, ou melhor, constrói uma nova pedagogia da hegemonia<sup>176</sup> onde se abandona o projeto de organização autônoma da classe trabalhadora, a produção e disseminação de projetos contra-hegemônicos, em favor da adesão às formas de melhor gerenciamento das garantias econômicas e sociais da ordem burguesa. Eis as hipóteses com as quais trabalharemos:

- a) O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social é uma arena da sociedade política que *se diz* representativa dos interesses e demandas de diversas entidades da sociedade civil brasileira, mas que é *de fato* uma agência estatal permeada pelas frações burguesas do capital em geral e pela *predominância de distintos setores da fração do capital produtora de valor*. Mais da metade da composição social da plenária do Conselho durante os governos Lula da Silva comportava conselheiros-empresários *diretamente* vinculados aos grandes grupos econômicos e firmas

---

<sup>176</sup> NEVES, Lúcia Wanderley. *A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso*. SP: Xamã, 2005.

instalados no Brasil e estavam organizados em aparelhos privados de hegemonia de cunho empresarial de vários tipos e funções.

- b) Os conselheiros-empresários credenciavam-se como autênticos *intelectuais orgânicos do grande capital monopolista*, ou seja, eram proprietários, socioproprietários e/ou prepostos diretos dos meios e recursos sociais de produção, organizadores, desde a sociedade civil, de aparelho(s) privado(s) de hegemonia empresariais. Dos 88 empresários que passaram pelo CDES entre 2003 e 2010, 62 deles, isto é, *70% eram mega-empresários organizadores e condensadores do grande capital nos planos econômicos, políticos e socioculturais*. Neste cômputo não entraram os presidentes e diretores de entidades e de importantes aparelhos privados de hegemonia do grande capital (FIESP, CNI, ANFAVEA, ABDIB, FEBRAFARMA, etc) que não estavam diretamente vinculados ao exercício das atividades econômicas empresariais, mas que integravam o CDES. De todo modo, a *raison d'être* do Conselho não era o atendimento das reivindicações e projetos dos setores populares mas, ao contrário, daqueles afinados ao do grande capital.
- c) Havia, dentre os conselheiros-empresários, uma extensa e complexa rede de entrelaçamento de três tipos: i) interpenetração de capitais, a partir da atuação dos grupos econômicos e firmas que representavam em várias atividades e setores econômicos; ii) atuação em redes associativas da sociedade civil empresarial de funções e tipos distintos; iii) interconexões no âmbito da sociedade política para além do Conselho (outros órgãos, agências e aparelhos do Estado).
- d) Em relação direta com as hipóteses anteriores, trabalharemos com a hipótese de que o CDES tentava construir e assegurar uma espécie de “democracia invertida” ou de “democracia às avessas”, na qual a maioria real do conjunto de forças da sociedade brasileira ficava reduzida a uma minoria efetiva, em cujo interior predominavam grandes empresários e seus prepostos. A composição social do CDES de certo alterava a lógica da representação democrática, mas para tanto precisava se acoplar ao substrato ideológico do “novo contrato social” e a um difuso projeto de “desenvolvimento sustentado” que procurava lhe garantir coesão interna e consenso ativo dos demais setores ali representados, disciplinando a luta de classes.

Apresentar-se como uma arena democratizante do Estado brasileiro é, desde sua criação, uma tarefa bastante comum entre os membros do governo responsáveis pela estruturação, organização e administração do CDES (funcionários da Secretaria do Conselho

de Desenvolvimento Econômico e Social – SEDES), mas também de grande parte dos analistas e estudiosos que o investigaram, alguns deles conselheiros. Arriscaria afirmar que a fórmula de “democratização” do Estado ganhou grande impulso sob a gestão dos governos Lula da Silva, a partir da criação de numerosos Conselhos Gestores de Política Pública, com a participação de lideranças da sociedade civil organizada na formulação de políticas públicas de caráter setorial ou de temáticas abrangentes, sendo apresentada e propalada como um marco diferencial no que tange às relações entre Estado e Sociedade no Brasil. Há vasta literatura sobre o tema e, de fato, dados mostram o crescimento vertiginoso da instauração de Conselhos e Conferências acerca de áreas específicas (como Saúde, Assistência Social, Criança e Adolescente) e de políticas de desenvolvimento local, regional e nacional.

Não entraremos na discussão se e em que medida tais arenas e fóruns, promovidos e sustentados pelas instâncias estatais, em diferentes níveis, estabelecem uma política em que as reivindicações e anseios dos setores populares e suas organizações e/ou movimentos estão presentes e, principalmente, direcionam o conjunto das diretrizes encaminhadas. Tampouco entraremos na discussão se e quando são estabelecidas, tornam-se “política de Estado”, isto é, são efetivamente implementadas pelas distintas administrações públicas, sobrevivendo aos governos ocasionais. Há, ainda, uma questão de fundo realmente decisiva para aqueles que - como nós - se interrogam se a democratização da política sem a correlata democratização da economia é algo desejável como fim em si mesmo e, no limite, possível quando direcionada à construção de um organismo social primado pelo autogoverno dos produtores associados.

É precisamente a interrogação anterior – acerca do apartamento entre o político e o econômico nas sociedades capitalistas contemporâneas – que nos motiva investigar um Conselho formulador de políticas públicas desde a sua composição classista. Não se trata aqui de direcionar o debate acerca das diferentes posições das correntes marxistas no que tange a questão democrática, mas o de contribuir para o descortinamento do *conteúdo social do Estado* no Brasil recente, através do estudo da presença das frações das classes dominantes numa instância (o CDES) cuja criação e legitimação traziam como aposta a “democratização” do Estado, por meio dos mecanismos de formulação e decisão de políticas públicas “pactuados” entre seus protagonistas: governo e entidades da sociedade civil.

Diante da diversidade de sujeitos coletivos em presença e aliado a uma percepção angelical e, no limite, despolitizadora de “sociedade civil”, os idealizadores, organizadores e estudiosos do CDES o tomam *intrinsecamente* como capaz de construir um projeto de desenvolvimento capitalista “com equidade e distribuição de renda”. Não há, desta forma,

estudos sobre a *composição de classe* do CDES dentre seus analistas *porque o tomam como instância onde todos detêm mecanismos iguais de formulação, intervenção e atuação* tal qual advogado pelos teóricos da democracia representativa. Os constrangimentos econômicos, advindos do terreno da sociedade civil (nos termos de Marx), da organização dos sujeitos coletivos que a compõem em aparelhos privados de hegemonia (na acepção de Gramsci), são cuidadosamente secundarizados de forma que, em que pese reconhecê-los, não devem obstaculizar a definição de “consensos mínimos”, em que os “mínimos” jamais devem pôr em questão os instrumentos e mecanismos estruturantes da reprodução e ampliação das frações de capitais ali representados. Desigualdade de poder econômico estava, desta maneira, devidamente expulso do ideário e das análises do e sobre o Conselho, mas repostos de forma dramática na realidade tanto de sua composição interna quanto de suas deliberações, o que abre caminho mais seguro para os projetos de hegemonia.

## **2.2 - Os segmentos não empresariais no CDES**

Antes de adentrarmos na análise do segmento empresarial atuante no Conselho, cabe sumariamente tratar dos demais segmentos sociais presentes, aqui denominados de sindicalistas, demais entidades da sociedade civil e acadêmicos e personalidades. Aqueles (poucos) autores que chegaram a realizar uma classificação das categorias sociais presentes no Conselho a fizeram somente para o ano de sua formação, em 2003, sendo próximas, ou com poucas alterações, as nomenclaturas aqui utilizadas, o mesmo não ocorrendo em relação às categorizações (em especial do empresariado) dos conselheiros não pertencentes ao alto escalão do governo.

### **2.2.1 – O sindicalismo laboral**

Os sindicalistas correspondem àqueles que construíram sua trajetória nos principais sindicatos e centrais sindicais do país. Credenciavam-se como lideranças da burocracia sindical e não estavam, necessariamente, atuantes na prática sindical quando da sua nomeação para integrar o Conselho. Sua força numérica em relação aos outros segmentos (demais entidades da sociedade civil e acadêmicos e personalidades), como veremos no gráfico 2.1, abaixo, somente os excedem em 2009 e 2010. Durante todo o primeiro governo Lula da Silva, a representatividade dos sindicalistas ficou aquém de todos os agrupamentos aqui trabalhados, tendo recuperação apenas a partir de 2007. Foram cinco as Centrais Sindicais representadas no CDES, merecendo destaque, sem surpresas, a super-representação da CUT. Vale a pena

observarmos o quadro 2.1, a seguir, que apresenta os conselheiros-sindicalistas e as centrais sindicais as quais pertencem. O quadro resgata a presença deste segmento no CDES de forma cumulativa, isto é, sem considerar o fluxo bianual de alterações da sua plenária:

**Quadro 2.1 – Centrais Sindicais presentes no CDES (2003-2010)<sup>177</sup>**

Centrais Sindicais	Conselheiros-sindicalistas	Total
Central Única dos Trabalhadores (CUT)	Alberto Broch, Altemir Tortelli, Artur Henrique, Avelino Ganzer, Carmen Helena Ferreira Foro, Denise Motta Dau, Jacy Afonso de Melo, João Felício, João Vaccari Neto, José Lopez Feijóo, José Zunga Alves de Lima, Juçara Dutra Vieira (CNTE), Luiz Marinho, Manoel José Dos Santos (De Serra-Contag), Roberto Franklin de Leão, Sérgio Rosa.	15
Força Sindical (FS)	Danilo Pereira da Silva, João Batista Inocentini, João Carlos Gonçalves, Jorge Nazareno Rodrigues, Nair Goular, Paulo Pereira da Silva.	6
União Geral dos Trabalhadores (UGT)	Antônio Carlos dos Reis (Salim), Enilson Simões de Moura (Alemão), Laerte Teixeira da Costa, Ricardo Patah.	4
Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST)	José Calixto Ramos (CNTI), Moacyr Auersvaldv.	2
Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB)	Antônio Neto.	1

**Elaboração própria. Fontes:** site do CDES ([www.cdes.gov.br](http://www.cdes.gov.br)) e pesquisas na internet.

As Centrais Sindicais representadas no CDES apoiaram, com intensidade variada, os governos petistas de Lula da Silva. Em detrimento de mobilizações de sua base, comungavam no interior do Conselho (e nas instituições governamentais) a promoção do “desenvolvimento sustentável” através do “emprego digno” e da distribuição de renda (elevação real do salário mínimo e programas de transferência de renda), assumindo uma perspectiva de pactuação ou parceria com largos setores do capital e o abandono da crítica da natureza do Estado capitalista. Como Andréia Galvão assevera que diferentemente das preocupações de harmonia e integração social ou de estratégias de concertação instituídas no pós-guerra

(...) a atual concepção de parceira é distinta da que se difundiu na Europa ocidental sob a social-democracia, pois se trata de institucionalizar a cooperação: acordos não resultam mais do reconhecimento do conflito de interesses entre trabalhadores e empregadores mas, antes, de sua negação.<sup>178</sup>

As Centrais Sindicais menos conhecidas (UGT e NCST) e representadas no CDES viram crescer a filiação de sindicatos em suas fileiras após as mudanças produzidas na legislação sindical acordadas no Fórum Nacional do Trabalho (FNT), principalmente no que tange ao reconhecimento e financiamento das centrais sindicais, aprovadas em 2008. A UGT, de forma pragmática, foi criada pouco antes através de fusão de inexpressivas correntes sindicais, inclusive próximas ao PSDB (SDS), para ter acesso aos recursos do imposto

<sup>177</sup> Para a confecção dos quadros e gráficos deste trabalho foram utilizados o site do Conselho e alguns endereços eletrônicos da internet.

<sup>178</sup> GALVÃO, Andréia. A contribuição do debate sobre a revitalização sindical para a análise do sindicalismo brasileiro. *Revista Crítica Marxista*, São Paulo, Fundação Editora Unicamp, nº 38, 2014, p. 110.

sindical.<sup>179</sup> Alijadas do debate e historicamente contrárias a mudanças na estrutura sindical, as confederações sindicais, reunidas no Fórum Sindical dos Trabalhadores (FST), articularam oposições à reforma discutidas no FNT e criaram, em 2005, a NCST pregando a “Defesa da unicidade sindical, da contribuição compulsória, do sistema confederativo de representação sindical, respeito ao artigo 8º da Constituição Federal, por um Brasil com emprego, desenvolvimento econômico e juros baixos”.<sup>180</sup>

Outros ex-sindicalistas compunham a plenária do CDES, mas não foram aqui considerados por não terem sido nomeados como representantes da “sociedade civil” e sim por ocuparem posições de ministros e secretários de Estado nos governos Lula da Silva, como Ricardo Berzoini e Luiz Gushiken. Destacavam-se, todos, não apenas pelas suas trajetórias em comum, mas pelo abandono decidido (muitos jamais se propunham a isso) de qualquer perspectiva de luta classista dos trabalhadores ante ao capital, muito pelo contrário, ou seja, repositionaram-se como “novos administradores e ‘analistas simbólicos’ oriundos das ‘capas superiores’ do movimento sindical, absorvidos para o círculo restrito dos altos funcionários do capital”<sup>181</sup>, concomitante à meteórica ascensão social particular de que regozijavam.<sup>182</sup>

Destarte, não podemos deixar de destacar que alguns conselheiros-sindicalistas prepararam-se como gestores de vultosos recursos alocados em fundos de pensão (FDP) de funcionários das empresas estatais, alegando suposta “função social” dos recursos investidos por suas administrações, seja através da “educação financeira” necessária aos trabalhadores em tempos atuais, seja por meio do “combate ao capital especulativo”, numa pretensa moralização do capitalismo, entre outros argumentos. O fato é que no Conselho encontramos algumas “peças-chaves” da articulação entre uma elite forjada no movimento sindical, reconvertida e bem-treinada como novos gestores para o capital e uma marcante fração bancária e setores financeiros não bancários de origem propriamente empresarial.<sup>183</sup> Vale aqui também, a título de ilustração, apresentá-los:

<sup>179</sup> GALVÃO, Andréia. A reconfiguração do movimento sindical nos governos Lula. In: GALVÃO, Andréia. e BOITO Jr. Armando (orgs.). *Política e Classes Sociais no Brasil dos anos 2000*. São Paulo: Alameda, 2012, p. 195.

<sup>180</sup> Disponível em <<http://www.ncst.org.br/subpage.php?id=18483>>. Acesso em 04/03/2015.

<sup>181</sup> COELHO, Eurelino. *Uma esquerda para o capital...* Op. cit., p. 461.

<sup>182</sup> Francisco de Oliveira, em áspera crítica e fina análise, assevera que “A imprensa contou entre quinze e dezoito aviões executivos, conjunto que incluía pequenos jatinhos, em recente festa de aniversário de dirigente financeiro da campanha do PT. Não se sabia que trabalhadores possuíam aviões, e tantos...”. OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista – o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003, p. 146.

<sup>183</sup> A análise do setor financeiro bancário e não bancário se encontra no item 2.3.4.

**Quadro 2.2 – Vinculações de conselheiros-sindicalistas com Fundos de Pensão<sup>184</sup>**

Conselheiros-Sindicalistas	Cargo	Atuação em FDP/Fundos Públicos	Origem sindical
Altemir Tortelli	É Coordenador Geral da Fetraf-Sul/CUT.	Estimula diálogo com o mercado financeiro na CUT e participação dos trabalhadores agrícolas nos FDP.	Vice-presidente e secretário de formação nacional da CUT (1993-2003).
Antonio Carlos dos Reis (Salim)	Presidente da CGT (2003) e 1º Vice-Pres. da UGT (2007).	Membro do Cons. Adm. Bovespa para a liberação do FGTS na aquisição de ações no mercado.	Vice-Presidente (1992) e Presid. (1998) do Sindicato dos Eletricistas/SP.
Jacy Afonso de Melo	Secretário de Organização e Política Sindical da CUT.	Membro do Cons. Curador e do Comitê Gestor do Fundo de Investimentos do FGTS.	Presidente CUT-DF (1991-1994), e do Sindicato dos Bancários/DF (2004-2007).
João Felício	Presidente da CUT.	Escreve livros e artigos, ministra palestras e cursos sobre FDP.	Foi Presidente do Sindicato dos Prof. do Ensino Oficial do Estado de SP (APEOESP).
Luis Marinho	Ministro da Previdência.	Estimula diálogo com o mercado financeiro na CUT e participação dos trabalhadores nos FDP.	Ex-presidente da CUT e do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC (1996-2003).
Luiz Gushiken	Secretário das Comunicações.	Ministra curso sobre FDP para CUT; dono de Consultoria em Previdência;	Ex-presidente do sindicato bancário de SP.
Luiz Inácio Lula da Silva	Presidente da República.	Regulamentação da LC 108/109/01 <sup>185</sup> Aprovação do FDP para servidores na reforma de 2003.	Ex-Presidente do sindicato metalúrgico do ABC.
Paulo Pereira da Silva	Presidente da Força Sindical.	Em sua gestão frente à FS criou o ForçaPrevi.	Foi secretário geral, vice presidente e presidente do sindicato metalúrgicos de SP.
Ricardo Berzoini	Ministro da Previdência Social e do Trabalho.	Como parlamentar atuou para aprovação da LC 109/01. Propugnou a reforma da Previdência Social em 2003. Apoiou a chapa do PT nas eleições da PREVI (2002).	Foi presidente do sindicato dos bancários de SP e da CNB.
Ricardo Patah	Presidente da UGT.	Responsável pela criação do FDP Força Previ.	Tesoureiro da FS. Assumiu a presidência do Sindicato dos Comerciantes de SP em 2003.
Sérgio Rosa	Presidente da Cia. Previdên-cia Aberta BrasilPrev.	Foi presidente da PREVI (2003-2010).	Foi presidente da Conf. Nac. dos Bancários (1994-2000) e diretor do BB.

**Elaboração própria. Fontes:** site do CDES e JARDIM, M<sup>a</sup> A. Chaves. *Entre a solidariedade e o risco...* Op. cit.

Identificamos 11 conselheiros ex-sindicalistas envolvidos na questão dos fundos de pensão (aprovação de legislação pertinente, preparação de cursos e palestras sobre o assunto, a própria gestão dos fundos, dentre outras tarefas). Dentre o mais destacado, figurava o conselheiro Sérgio Rosa, presidente do maior fundo de pensão da América Latina e o 25º do mundo, o Previ, entre 2003 e 2010. Compareciam também sindicalistas gestores de fundos de previdência sindical (no caso da Força Sindical com o FS Previ), e/ou que se esforçavam, junto às Centrais Sindicais (CUT e FS), ao preparo político-ideológico na adesão dos trabalhadores à financeirização dos fundos públicos (fundos de pensão e FGTS).

<sup>184</sup> Para confecção deste quadro foram consultas o site do CDES (www.cdes.gov.br), sites da internet e JARDIM, Maria A. Chaves. *Entre a solidariedade e o risco: sindicatos e fundos de pensão em tempos de governo Lula*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2009.

<sup>185</sup> A LC108/2001 assegurou que os participantes destes fundos ocupassem no mínimo 1/3 das vagas nos seus Conselhos Deliberativos e Fiscais, ficando para o patrocinador dos fundos os 2/3 restantes, sendo que, no caso o patrocinador ser entidades públicas, a lei passou a exigir paridade entre representantes do patrocinador e dos participantes assistidos. A LC 109/2001 autorizou a criação de fundos de pensão por intermédio do instituidor profissional, classista ou setorial, como sindicatos, associações profissionais, cooperativas e outros, na modalidade de “Contribuição Definida” onde, seguindo a lógica da capitalização, os riscos dos investimentos recaem sobre os participantes (Cf. JARDIM, Maria A. Chaves. *Entre a solidariedade e o risco*, p. 45-47).

Trata-se de uma cúpula da burocracia sindical no CDES que detinha importante papel na gestão não bancária do capital portador de juros, capturando gigantescos recursos do fundo público dos trabalhadores e reconvertendo-os em capital. Como gestores de parcela do trabalho necessário da classe trabalhadora (pois o trabalhador renuncia parte do salário com vistas à contribuição previdenciária complementar gerida pelos fundos), eles se aproximam do que Lênin denominou de “verdadeiros *agentes da burguesia* no seio do movimento operário, lugar-tenentes operários da classe dos capitalistas (...)”.<sup>186</sup>

O montante de recursos provindos do trabalho necessário da classe trabalhadora, administrados pelos “agentes da burguesia” nos fundos de pensão, retorna agora na forma de capital extrator de valor. Tais agentes constituem-se como gestores e acionistas, sociosproprietários de grandes grupos econômicos, incidindo, como resultado da união entre capital produtor de juros e capital produtivo (extrator de mais valor), na formação do capital financeiro.

### 2.2.2 – As “Demais Entidades da Sociedade Civil”

“Demais Entidades da Sociedade Civil” foi a denominação dada por nós para nos referirmos ao conjunto de associações *não diretamente* vinculadas às representações classistas do capital e do trabalho no Conselho. Trata-se de uma miríade de associações que busca representar interesses, aspirações e reivindicações dos mais diversos segmentos sociais (estudantis, mulheres, eclesiásticos, aposentados e pensionistas, cegos, indígenas, seringueiros, populações extrativistas, magistrados, advogados, membros do ministério público, movimento negro e dos sem-terra,<sup>187</sup> pastoral da terra e da criança, comunidade eclesial de base) e algumas formas de organização coletiva em que prevalece a defesa e a pregação de interesses difusos ou cosmopolitas de cunho filantrópico (associação de ONGs, fóruns em busca da ética na política, institutos de estudos e pesquisas, dentre outros), o qual é corriqueiro depararmos dentre suas “missões” a “construção da cidadania”, a “radicalização da democracia”, a “valorização da vida e da paz”, o “desenvolvimento sustentável”, a “justiça social”, etc.

---

<sup>186</sup> LÊNIN, V. I. *O imperialismo, fase superior do capitalismo*. In: Obras Escolhidas em Três Tomos. São Paulo, Editora Alfa-Ômega, vol. 1, 3ª ed, 1986, p. 585.

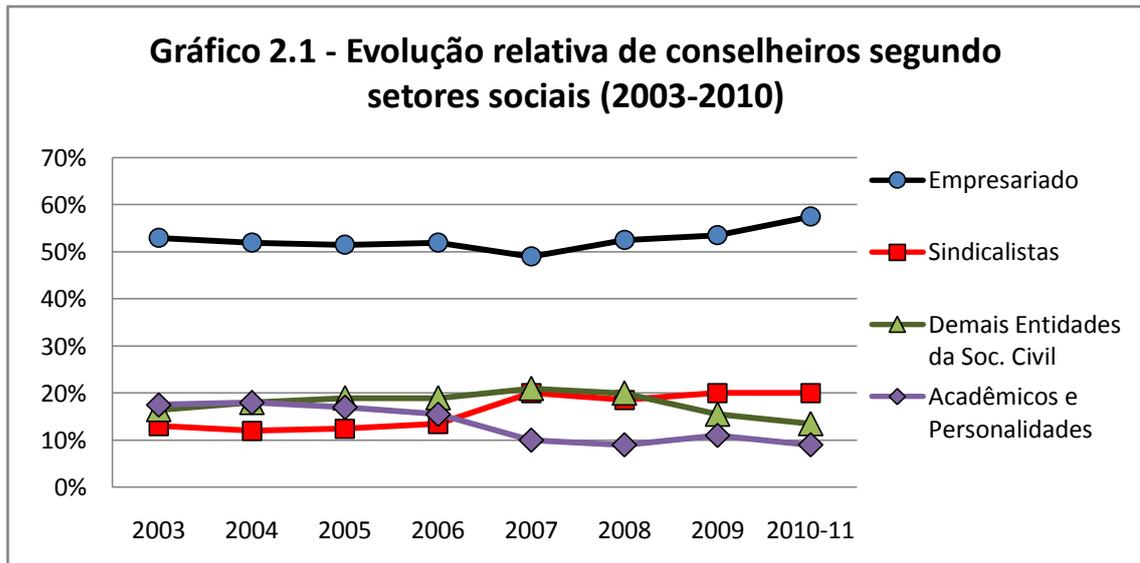
<sup>187</sup> O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) esteve representado no CDES pela figura de Roberto Baggio apenas entre 2003 e 2005, não tendo nenhuma outra liderança nomeada para integrar a plenária do Conselho.

**Quadro 2.3 – As “Demais Entidades da Sociedade Civil” (2003-2010)**

<b>Demais Entidades da Sociedade Civil</b>	<b>Conselheiros</b>
<b>União Nacional dos Estudantes (UNE)</b>	Felipe Maia G. da Silva; Gustavo Petta,
<b>Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST)</b>	Roberto Baggio
<b>Articulação Nacional de ONGs de Mulheres Negras</b>	Aparecida Sueli Carneiro
<b>Conselho Indígena de Roraima</b>	Joênia Batista Carvalho
<b>Conselho Nacional de Seringueiros</b>	Júlio Aquino
<b>União Brasileira de Cegos</b>	Adilson Ventura
<b>Associação Brasileira de Assistência ao Deficiente Visual</b>	Victor Siallys
<b>Associação Nacional de Membros de Ministério Público (CONAMP)</b>	Marfan Martins Vieira; João de Deus Duarte Rocha; José Carlos Cosenzo.
<b>Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB)</b>	Rodrigo Collaço
<b>Ordem dos Advogados do Brasil</b>	César Brito
<b>Comissão Pastoral da Terra</b>	Dom Tomás Balduino
<b>Pastoral da Criança</b>	Zilda Arns
<b>Cáritas Brasileira (CNBB)</b>	Dom Luiz Demétrio Valentini
<b>Comunidades Eclesias de Base</b>	Pedro de Assis Ribeiro de Oliveira
<b>Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionista (COBAP)</b>	João Resende Lima
<b>Conselho Interdenominacional de Ministros Evangélicos do Brasil – CIMEB</b>	Silas Malafaia; Jabes de Alencar.
<b>Convenção Batista Brasileira</b>	Nilson do Amaral Fanini
<b>Departamento Intersindical de Estatística e Estudos SocioEconômicos (DIEESE)</b>	Clemente Ganz Lúcio
<b>Instituto de Estudos SocioEconômicos (INESC)</b>	João Antônio Moroni
<b>Instituto Germano Rigotto</b>	Germano Rigotto
<b>Associação Brasileira das ONGs (ABONG)</b>	Sérgio Haddad
<b>Fórum pela Ética da Política no Amazonas</b>	Paulo Roberto M. R. Figueiredo
<b>União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Social (UNISOL)</b>	Arildo Mota Lopes

Elaboração própria. Fonte: site do CDES ([www.cdes.gov.br](http://www.cdes.gov.br)).

Computamos 23 entidades da sociedade civil não diretamente empresarial ou sindical-laboral representadas no CDES ao longo do período pesquisado (2003-2010). Este número representa o acúmulo desse tipo de entidades (e não o fluxo anual) durante o período. Com exceção do setor empresarial, as demais entidades da sociedade civil, entre 2005 e 2008, inscreveram no Conselho um número levemente superior de representantes se comparado com o setor sindical e de acadêmicos e personalidades. Perderam, porém, força representativa em 2009 e 2010, justamente quando o empresariado ganhou ainda mais representatividade, e os demais segmentos sociais mantiveram-se quase sem alterações. Este movimento pode ser melhor percebido quando tomamos por base a evolução relativa (número de conselheiros por setor/total de conselheiros) anual da composição do Conselho, exposto no gráfico a seguir:



Elaboração própria. Fonte: site do CDES ([www.cdes.gov.br](http://www.cdes.gov.br)).

Certamente, os conselheiros que delas participavam não compunham a magnitude da teia associativa de que o empresariado ali presente formava - o que, neste caso, significava que para cada entidade empresarial atuavam muitos conselheiros (situação patente nos casos da FIESP, CNI, FEBRABAN, ABDIB, ANFAVEA, IEDI, etc.) – ainda que não possamos, nos limites deste trabalho, trazer elementos demonstrativos destas discrepâncias. Aliás, nenhum outro setor presente no CDES estava tão organizado em aparelhos privados de hegemonia da sociedade civil quanto o empresariado.

Cumprе destacar ainda que estas demais entidades da sociedade civil se caracterizavam por *não estarem diretamente* vinculadas tanto às confederações, federações, sindicatos e associações paralelas patronais quanto às centrais e sindicatos dos trabalhadores. Também se diferenciavam daquelas que, não se enquadrando na estrutura corporativa de representação de interesses, buscavam a edificação de uma nova cultura empresarial, isto é, da reanimação do senso de pertencimento à classe por meio do ideário da *responsabilidade empresarial* como servem de exemplo a Associação Brasileira de Empresários para a Cidadania (CIVES) e o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social. O corpo teórico adotado, porém, não nos permite aceitá-las como pertencentes a um suposto etéreo “Terceiro Setor”: por mais que suas demandas e propósitos não se direcionassem, num primeiro olhar, a um conteúdo de caráter puramente classista, é óbvio que estavam premidas pelas relações sociais de produção que as atravessavam.

Não poderia deixar de destacar um ponto importante. A busca pelo pluralismo na composição da plenária do CDES sempre foi propalada pelos seus organizadores e analistas. A participação de um leque amplo de grupos e setores sociais no Conselho (ainda que esta

heterogeneidade estivesse imantada ou ofuscada por um predomínio absoluto das frações da classe burguesa ali presente) almejava, sem dúvidas, credenciá-lo como uma arena democrática inaugurada sob a gestão de um agrupamento político que historicamente reivindicou a ampliação e a qualificação participativa dos sujeitos sociais e dos fóruns e órgãos de decisão pública. Ocorre que *nenhuma* entidade da sociedade civil representada no CDES compunha o conjunto também heterogêneo de forças e organizações político-ideológicas pertencente ao que poderíamos denominar de campo marxista-revolucionário, nem mesmo no que tange aos intelectuais. Esta ausência pode ser matizada por meio das aceleradas e profundas mudanças por que passou a sociedade brasileira nas duas últimas décadas em geral, e o próprio Partido dos Trabalhadores em particular. Marcar esta e outras ausências significa atentar para *uma das* facetas limitadoras da ação participativa e democrática propugnada no e pelo Conselho.

### 2.2.3 – Acadêmicos e personalidades

Este segmento trata dos conselheiros que se notabilizaram como artistas, esportistas, políticos, militares, juristas, magistrados e, sobretudo, acadêmicos (reitores, professores e pesquisadores). Trata-se daqueles que, *com exceção de alguns intelectuais acadêmicos*, não possuíam trajetória empresarial, laboral/sindical e tampouco se qualificavam como lideranças de entidades da sociedade civil, apesar de alguns participarem delas. Ademais, conforme se observa nos gráficos 2.1 e 2.2 acima, este segmento social perdeu significativa presença no Conselho a partir do segundo mandato de Lula da Silva (2007-2010) – sendo aquele que mais se esvaziou neste período -, ficando estacionado na faixa dos 10% da plenária.

Dos 30 conselheiros deste segmento que participaram do CDES entre 2003 e 2010, somente 6 não eram acadêmicos,<sup>188</sup> isto é, 80% deles se credenciavam como destacados intelectuais acadêmicos nas áreas científicas em que atuavam. Dentre estes, 37,5% (9 conselheiros-acadêmicos) eram economistas renomados, seguidos de 20% (5 conselheiros-acadêmicos) de cientistas/sociólogos políticos, de 12,5% (3 conselheiros-acadêmicos) que se concentravam no campo do direito e de 16,5% (4 conselheiros-acadêmicos) que trabalhavam nas áreas de educação e saúde pública. Os lugares socioprofissionais por que circulavam ligavam-se, principalmente, às universidades públicas, instituições e centros de pesquisa. O quadro abaixo traz um resumido perfil acadêmico dos referidos intelectuais:

---

<sup>188</sup> São elas: Dráuzio Varella, Eros Grau, José Joaquim Calmon de Passos, Luiz Gonzaga Schroeder Lessa (general), Maria Lucélia dos Santos e Paulo Roberto de Freitas.

**Quadro 2.4 – Lugares e áreas de atuação profissionais dos conselheiros-acadêmicos**

<b>Conselheiros-acadêmicos<sup>189</sup></b>	<b>Áreas de formação/atuação/especialização</b>	<b>Instituição</b>
Cândido Mendes	Direito e Filosofia (escritor)	UCAM
Cláudio Soares de O. Ferreira	Direito	UFPE/TCE-PE
Clélio Campolina Diniz	Economia	UFMG
Delfim Netto <sup>190</sup>	Economia	FEA-USP
Fernando Cardim	Economia	UFRJ
Frank Algot Eugen Svensson	Arquitetura e Urbanismo	UnB
Glaci Therezinha Zancan	Bioquímica	UFPR
Hélgio Trindade	Ciência Política	UFRGS
José Carlos Braga	Economia	Unicamp
José Fernandes do Rêgo	Economia	UFAC
José Vicente	Direito, Administração e Educação	Univ. Zumbi Palmares
Luis Manuel R. Fernandes	Ciência Política	UFF/UFRJ/PUC-RJ
Luiz Aimerê S. de Freitas	Economia, Administração e Zootecnia	UFRR
Luiz Gonzaga de M. Belluzzo	Economia	Unicamp
Marcelo Neri	Economia	FGV
Maria Victória Benevides	Sociologia Política e Educação	USP
Muniz Sodré de Araújo Cabral	Comunicação Social (jornalista e escritor)	UFRJ
Naomar Monteiro de A. Filho	Epidemiologia e Saúde Pública	UFBA
Paulo Speller	Ciência Política, Psicologia e Educação	UNILAB
Ricardo Paes de Barros	Economia	IPEA/ Yale (EUA)
Silvio Meira	Computação/Engenharia de Software	UFPE
Sonia Maria Fleury Teixeira	Ciência Política e Saúde Pública	FioCruz/FGV
Tânia Barcelar	Economia	UFPE
Virgílio Costa	Historiador	Casa Rui Barbosa

**Elaboração própria. Fonte:** site do CDES (www.cdes.gov.br)

<sup>189</sup> Os conselheiros **Cândido Mendes** e **Luiz Gonzaga de M. Belluzzo** guardam, igualmente, atividades empresariais no ramo educacional. O primeiro é socioproprietário e reitor da Universidade Cândido Mendes e o segundo é um dos fundadores da Facamp (Faculdades de Campinas). Já o conselheiro **José Vicente**, reitor da Universidade Zumbi de Palmares, mantém vínculos estreitos com entidades associativas empresariais de vários tipos: membro do Conselho de Auto-regulação Bancária da Febraban, membro do Conselho Superior de Responsabilidade Social da FIESP, membro do Conselho Consultivo do Centro de Integração Empresa Escola, membro titular do Movimento Nossa São Paulo, membro titular do Movimento Todos Pela Educação, membro do Centro de Integração Empresa Escola (CIEE). Informações colhidas em < <http://www.zumbidospalmares.edu.br/coordenadores>>. Os conselheiros **Marcelo Neri** e **Ricardo Paes de Barros** filiam-se ao grupo neoliberal de economistas, na sua versão social-liberal, que alçaram cargos de destaque nos governos Lula e Dilma. Estão visceralmente ligados à aparelhos privados de hegemonia do empresariado (IETS, IEPE-Casa das Garças) largamente financiados por grandes monopólios, inclusive bancários. Para um estudo aprofundado destes e de outros intelectuais orgânicos do capital ver CASTELO, Rodrigo. *O social-liberalismo: auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal*. SP: Expressão Popular, 2013.

<sup>190</sup> Apesar de figurar dentre os intelectuais acadêmicos, o conselheiro **Antonio Delfim Neto** de fato não deteve sua trajetória às atividades de ensino e pesquisa no âmbito universitário, muito pelo contrário. Liberal-conservador convicto, o conselheiro alçou a altos postos da administração pública durante a ditadura empresarial-militar inaugurada em 1964: foi Ministro da Fazenda entre 1967 e 1974, Embaixador do Brasil na França entre 1975 e 1977, Ministro da Agricultura entre março e agosto de 1979, Ministro Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República entre 1979 e 1985. Antes disso, havia sido Secretário da Fazenda do Estado de São Paulo entre 1966 e 1967 no primeiro governo de Laudo Natel. Exerceu também cargos no Fundo Monetário Nacional e no Banco Mundial, como representante do governo federal. Participou da direção do Banco Interamericano de Desenvolvimento e do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento. Após a redemocratização, foi eleito cinco vezes consecutivas deputado federal, sempre pelo eleitorado direitista e conservador do Estado de São Paulo e dentro do quadro partidário herdado da ditadura (PDS/PPR/PPB e PP). Além de atuar em agências estratégicas da sociedade política, credenciou-se durante sua trajetória como verdadeiro intelectual orgânico da burguesia, participando como assessor e/ou membro dos conselhos das mais tradicionais entidades associativas patronais no Brasil: CNI, FIESP, Fecomércio, etc. Durante o primeiro governo Lula da Silva, Delfim Netto e a equipe econômica comandada por Palocci mantiveram articulações constantes, inclusive programática, como se verá no capítulo 4. No segundo governo, as relações entre Delfim e a alta cúpula governamental petista se aprofundaram, passando a ser considerado uma espécie de “conselheiro especial” de Lula da Silva, ingressando, neste período, no CDES (2007-2009).

A designação “intelectuais acadêmicos” intenciona destacar que a trajetória profissional desses conselheiros iniciou-se no meio universitário (professores, pesquisadores, reitores), em institutos de pesquisas e em outros locais de produção do conhecimento científico. Porém, foi através do reconhecimento da *expertise* intelectual-acadêmica que muitos deles alçaram a postos na sociedade política e coligaram-se, em alguns casos, à gestão direta dos interesses empresariais, filiando-se inclusive em alguns de seus APH's.

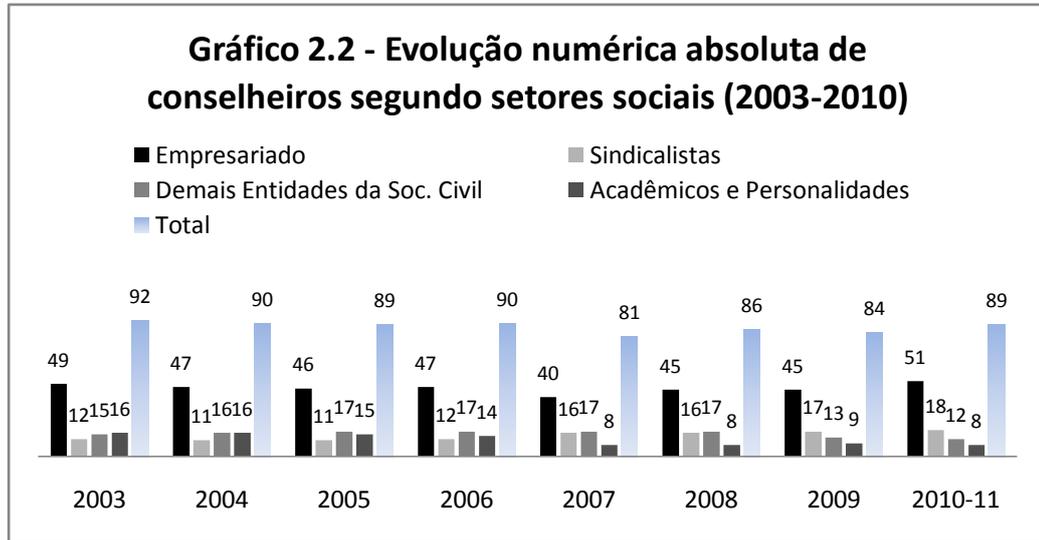
Se observamos atentamente, percebemos que ao menos seis dos assim classificados “conselheiros-acadêmicos” (Cândido Mendes, Delfim Neto, José Vicente, Luiz Gonzaga de M. Belluzzo, Marcelo Neri e Ricardo Paes de Barros) deslocaram-se das atividades acadêmicas e, ainda que convivendo com elas (como no caso do reitor José Vicente), passaram a agregar atividades típicas do mundo empresarial, seja vinculando-se ao rentoso empreendimento educacional (Cândido Mendes e Belluzzo) e/ou à gestão econômica direta e de política social em órgãos da sociedade política (Delfim, Neri e Paes de Barros).

Essas considerações acerca dos intelectuais acadêmicos, aliadas ao fato de que o setor da burocracia sindical ligado aos fundos de pensão, ponta de lança do setor bancário-financeiro no Brasil, são necessárias para alertar que a classificação adotada para o conjunto dos segmentos que compunham o CDES (sindicalistas, acadêmicos e personalidades, demais entidades da sociedade civil e empresários) – e expressa nos quadros acima - subdimensiona o peso empresarial que de fato atravessava este Conselho e que também obnubila a relativa interpenetração de interesses diretamente empresariais entre os diferentes segmentos. Ou seja, as relações interempresariais no CDES não se esgotavam apenas a partir do estudo do empresariado, considerado aqui como socioproprietário ou preposto *direto* dos meios de produção.

#### **2.2.4 – A proporcionalidade entre os segmentos representados**

O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social comportava importantes setores das burguesias do capitalismo brasileiro no início do século XXI. De acordo com nosso levantamento, coleta e organização dos dados, cerca de 50% a 60% dos conselheiros presentes no CDES durante os anos de 2003 e 2010 estavam umbilicalmente ligados a atividades empresariais de todo tipo e origem, seja ocupando posição de prepostos (diretores, gerentes ou CEO's) de grandes grupos econômicos, empresas ou firmas, seja eles próprios seus proprietários ou acionistas majoritários.

A presença esmagadora dos setores burgueses organizados em seus aparelhos privados de hegemonia no CDES não pode nos furtar de ao menos elencar os demais setores representados e por nós classificados como “sindicalistas”, “demais entidades da sociedade civil” e “acadêmicos e personalidades”. O gráfico abaixo sumariza a participação numérica destes setores no CDES e revela, nitidamente, a sobre-representação empresarial ao longo de todo o período dos governos Lula da Silva (2003-2010):<sup>191</sup>



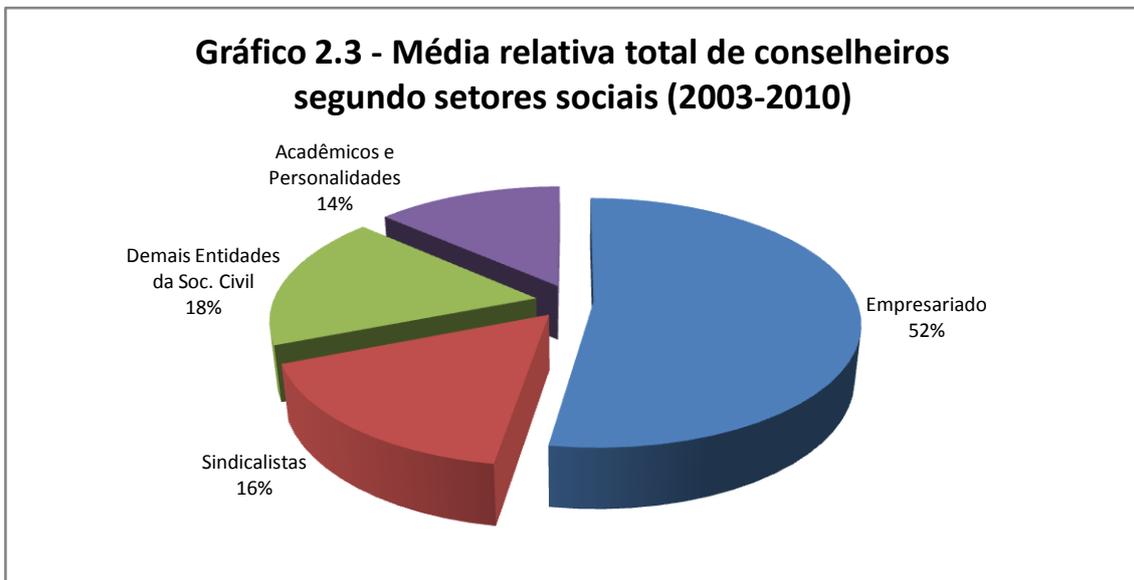
**Elaboração própria. Fonte:** site do CDES ([www.cdes.gov.br](http://www.cdes.gov.br)).

Com a exceção de 2007, ano em que houve substancial alteração na composição da plenária do CDES (45%), em todos os demais a soma de todos os conselheiros dos segmentos sub-representados não conseguiu ultrapassar os conselheiros-empresários presentes. Após 2007, ocorreu mesmo reforço e ampliação relativa da representação empresarial no CDES. Se considerarmos a média absoluta total de cada segmento em todo o período, veremos que o empresariado esteve presente com 46 conselheiros, representando 52% da média relativa total de membros do Conselho.<sup>192</sup> Em seguida, figura o segmento “demais entidades da sociedade civil” com a presença média de 15,5 conselheiros (18% da plenária), vindo acompanhado do

<sup>191</sup> Devemos alertar que o quantitativo de conselheiros obedece rigorosamente *ao que informava o portal eletrônico do CDES* ([http://www.cdes.gov.br/galeria\\_conselho/](http://www.cdes.gov.br/galeria_conselho/)) quanto à composição da plenária, ano a ano, seguindo também a divulgação sobre o período de permanência de cada conselheiro na plenária, excluindo do cômputo o ano de sua saída. Assim, por exemplo, na renovação plenária de 25 de agosto de 2009, os conselheiros não reconduzidos não foram considerados atuantes neste ano, para fins de fluxo quantitativo anual da plenária. Tal procedimento nos faz evitar dupla contagem em relação aos conselheiros entrantes.

<sup>192</sup> A média absoluta total foi calculada a partir da soma do número de empresários que compunham o CDES em cada ano, entre 2003 e 2010, dividido pelo número de anos deste período (8 anos). A média relativa total foi calculada pela média aritmética das médias relativas anuais. Estas foram calculadas pela divisão entre o número de conselheiros-empresários e o número total de conselheiros, em cada ano. O mesmo procedimento foi feito para os demais segmentos sociais. Outra maneira de se retirar a média relativa total é a partir da divisão entre a média absoluta total do segmento empresarial e a soma das médias de todos os demais segmentos (sindical laboral, entidades da sociedade civil e acadêmicos e personalidades).

segmento sindical representado por 14 conselheiros em média (16% da plenária). Por fim, o segmento “acadêmicos e personalidades” sendo o menos representado em relação aos demais segmentos no período, com média de 12 conselheiros (14% da plenária). Atenta-se para o fato de que a média (absoluta e relativa) de cada segmento não empresarial arrolado não chegou a ultrapassar 1/5 da composição do Conselho, cuja média absoluta total girou em torno de 87,5 conselheiros.



**Elaboração própria. Fonte:** site do CDES ([www.cdes.gov.br](http://www.cdes.gov.br)).

Precisamos, neste momento, definir o que entendemos por “empresariado”. Este grupo social é assim definido por Gramsci:

Se não todos os empresários, pelo menos uma elite deles deve possuir a capacidade de organizar a sociedade em geral, em todo o seu complexo organismo de serviços, até o organismo estatal, tendo em vista a necessidade de criar as condições mais favoráveis à expansão da própria classe; ou, pelo menos, deve possuir a capacidade de escolher os “prepostos” (empregados especializados) a quem confiar esta atividade organizativa das relações gerais exteriores à empresa.<sup>193</sup>

Importante observar que Gramsci destaca o papel do empresário não apenas no âmbito da produção, mesmo que ali ele já possua “uma certa capacidade dirigente e técnica (isto é, intelectual)”, como organizador de “massa de homens”, da “confiança” dos acionistas da sua empresa, dos consumidores de sua mercadoria.<sup>194</sup> Outrossim, os empresários, “ou pelo menos uma elite deles” organizam-se e atuam para além do âmbito específico do aparato produtivo, adquirindo “capacidade de organizar a sociedade em geral” (hegemonia), com vistas a

<sup>193</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. v.2. Os intelectuais. O princípio educativo. O jornalismo. Op. cit., p. 15.

<sup>194</sup> Idem.

alcançar o Estado, isto é, tornar os projetos de sua classe em consentimento ativo de todos os grupos, mesmo que para isso seja recorrente o uso da coerção para os que não consentem (supremacia).

Gramsci, já em sua época, portanto, redefine o papel, o conceito e o *modus operandi* do grupo social empresarial nas formações sociais capitalistas contemporâneas, ampliando-os e remetendo-os às esferas organizativas da sociedade civil, concebendo organicamente o vínculo entre cultura, política e economia, numa visão orgânica e dialética entre superestrutura e estrutura. O empresário não é apenas um intelectual restrito, isto é, organizador de sua indústria e do setor de sua influência imediata: o empresário também pode e precisa ser um “intelectual orgânico”, na medida em que “cria as condições mais favoráveis à expansão da própria classe”<sup>195</sup> por meio da atuação nas trincheiras, casamatas e fortalezas (aparelhos privados de hegemonia) que constituem a sociedade civil.

## 2.3 - As frações do capital e seu entrelaçamento

### 2.3.1 – Abordagem teórica utilizada na pesquisa para o estudo das frações

A organização dos capitais particulares em frações da classe dominante deriva da especialização da divisão social do trabalho impulsionada pela concorrência intracapitalista e pela expansão das formas extração de mais-valor. Tais capitais se distinguem pela atividade econômica preponderante que exercem no processo produtivo, isto é, em suas funções específicas no papel de valorização do valor, mais bem percebidas na etapa do capitalismo concorrencial, e também pelo seu porte acumulativo e capacidade de expansão. Em 1847, Marx já afirmava em *Miséria da filosofia* que “(...) se todos os membros da burguesia moderna têm o mesmo interesse, enquanto formam uma classe frente a outra classe, eles têm interesses opostos, antagônicos, enquanto se defrontam entre si. Essa oposição de interesses decorre das condições econômicas de sua vida burguesa”.<sup>196</sup>

Foi, contudo, através do estudo do ciclo de reprodução do capital-dinheiro que Marx, no Capítulo 1, Livro II de *O Capital*, revelou a subordinação das outras espécies de capital à única capaz de criar valor: o *capital industrial (produtor de valor)*, isto é, a função “P” do ciclo D-M...P...M’-D’, onde D-D’ constitui o ciclo do capital-dinheiro (capital sob a forma dinheiro, já que “o valor tem na figura do dinheiro sua forma autônoma, palpável de

<sup>195</sup> Idem.

<sup>196</sup> MARX, Karl. *Miséria da filosofia*: resposta à Filosofia da miséria, do Sr. Proudhon. SP: Expressão Popular, 2009, p. 139.

manifestação”),<sup>197</sup> revelando “o adiantamento do valor-capital [D], meio, e o valor-capital acrescido [D’] fim de toda a operação”<sup>198</sup> e M-M’, a constituição do capital-mercadoria (M’=M+μ), isto é, “forma transmutada do capital produtivo P”, precha de mais-valor (μ) que, para se realizar, precisa “converter-se em dinheiro, ser vendido, percorrer a fase de circulação M-D”.<sup>199</sup> Sendo assim, “D’ é apenas o resultado da realização de M’. Ambos, M’ e D’, não passam de formas diversas, a forma mercadoria e a forma dinheiro, do valor-capital aumentado”.<sup>200</sup> Como “único modo de existência do capital em que este tem por função não só apropriar-se da mais-valia ou do excedente, mas também criá-la”, o capital industrial ou capital produtivo P “determina o caráter capitalista da produção: sua existência implica a oposição entre a classe capitalista e a trabalhadora”.<sup>201</sup>

As outras espécies de capital [...] a ele se subordinam, modificando o mecanismo de suas funções e, além disso, movem-se nele fundamentadas, com ele vivem ou morrem, firmam-se ou caem. O capital-dinheiro e o capital-mercadoria, quando funcionam como veículo de um ramo específico, ao lado do capital industrial, **não são mais do que modo de existência, que a divisão social do trabalho tornou autônomos e especializados, das diferentes formas de funcionamento que o capital industrial ora assume, ora abandona, na esfera da circulação.**<sup>202</sup>

Há, portanto, uma dupla dimensão imbricada das formas “consensual-orgânica” e “concorrencial-autonomizada” entre os diferentes capitais particulares, na medida em que se de um lado competem entre si em busca de uma posição mais favorável de acumulação e expansão, de outro compartilham a necessidade de, enquanto partes constitutivas do ciclo do capital em geral (na forma explicitada D-M(F+Mp)...P...M’(M+μ)-D’(D+d)), garantir condições sociais, políticas e econômicas cada vez mais propícias de atuação e reprodução, e estas condições são historicamente estabelecidas a partir do resultado das relações de forças que travam com as classes subalternas.

Neste sentido, essa “unidade tensionada” ou, talvez seja mais apropriado, “unidade-distinção”, está traduzida num cenário de “entrelaçamento pornográfico”,<sup>203</sup> à medida que avança a centralização e concentração monopólica dos meios e recursos sociais de produção, inclusive em economias dependentes como o Brasil.

Mais uma vez, **o entrelaçamento entre capitais de origens distintas (industrial, serviços, comércio, bancos, fundos, etc.) se evidencia:** as desregulamentações então implementadas favoreciam a circulação geral de capitais, para qualquer que

<sup>197</sup> MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Livro II. O processo de circulação do capital. 10ª ed. RJ: Civilização Brasileira, 2005. p. 66.

<sup>198</sup> Idem, p. 67.

<sup>199</sup> Idem, p. 54.

<sup>200</sup> Idem, p. 60.

<sup>201</sup> Idem, p. 65.

<sup>202</sup> Idem, p. 65-66, grifos meus.

<sup>203</sup> FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo...* Op. cit. p. 306, grifos meus.

fosse o seu destino, especulativo ou outros. (...) Na nova forma de concentração capital-imperialista, **não ocorre uma oposição entre capital financeiro ou bancário e capital industrial ou de serviços, ou ainda meramente especulativo**: ela decorre de e impulsiona o crescimento de todas as formas de capital, *pornograficamente entrelaçadas*.<sup>204</sup>

É claro que há fortes divergências entre os estudiosos que analisam as classes e frações de classes sociais no capitalismo contemporâneo no que se refere ao grau e teor das formas de autonomizações ou soldagens relativas entre os capitais particulares e o que isto representa em termos de organização da produção capitalista e, o que nos interessa mais de perto, das tarefas correspondentes ao âmbito da dominação na esfera política e ideológica, isto é, nas formas de organização, produção e disseminação de hegemonias. Se por um lado não nos parecer convincente trabalhar a partir de indistinção absoluta entre as frações de classe capitalistas, por outro, as percepções trazidas por nossa pesquisa empírica mostraram de fato que não é nada razoável o tratamento encapsulado ou autonomizado que se lhes imputam - situação evidenciada através da extensa interpenetração entre os capitais de que as frações imprimem entre si.

Ciente de que não é nosso objetivo e intenção dirimir as dificuldades apresentadas, parece-nos que um encaminhamento satisfatório segue sendo considerar a intransponível *união orgânica dos capitais*, diante da escala de concentração de capitais a que verificamos, irremediavelmente mediada pela divisão social do trabalho no capitalismo, tal como foi realçado por Marx na passagem acima. Sintetizada na fórmula “unidade-distinção”, onde a dinâmica unitária já é um componente que se sobrepõe e se requisita à necessária expansão capital-imperialista, ela atravessa, entretanto, períodos de graves crises ou fases mais ou menos estáveis, mas sem abdicar da preservação dos interesses básicos do capital: a garantia da propriedade privada, o cumprimento dos contratos e o funcionamento regular dos mercados.<sup>205</sup> Para tanto, é função do Estado burguês zelar pelo interesse comum de toda a burguesia, afixando a segurança jurídica, criando e acionando mecanismos político-econômicos corretivos e estabelecendo controles abrangentes e permanentes, refinados e truculentos, sobre as classes subalternas.

### 2.3.2 - O predomínio de setores empresariais de atividade industrial

Na pesquisa sobre o segmento empresarial, averiguamos que as Plenárias do CDES, com renovação parcial bianual, além de preservarem a alta representatividade do

<sup>204</sup> Idem, p. 197-198.

<sup>205</sup> BIANCHI, Álvaro. *Um Ministério dos Industriais: a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo na crise das décadas de 1980 e 1990*. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2010, p. 33.

empresariado, abrigavam distintos e variados setores de atividades econômicas como sendo o setor principal declarado ou reconhecido: industrial, agroindustrial, comercial e de serviços, e bancária. Para chegar a esta constatação, foi preciso ampliar a investigação dos conselheiros-empresários para além do que o CDES informava sobre cada conselheiro em seu *site*. A busca de dados através da internet, do Dicionário Histórico-Biográfico da FGV<sup>206</sup> e de jornais e revistas do universo empresarial,<sup>207</sup> nos possibilitou *confirmar nossa hipótese de que o CDES, de fato, era dominado por conselheiros intimamente ligados a distintos setores de diferentes frações empresariais e, especificamente, da fração produtora de valor.*<sup>208</sup>

A classificação realizada no quadro abaixo partiu da auto-definição das empresas através das suas *atividades econômicas principais*, exceto o setor bancário, que é referido usualmente como “financeiro”. Reservamos o conceito de “capital financeiro” à formulação clássica leniniana para a qual este é a “união íntima” entre o capital industrial (isto é, produtor de valor) e capital bancário, sob o predomínio deste último.

Observe-se que a separação entre capital industrial e capital comercial obscurece os setores produtores de valor, incluídos os da segunda classificação (serviços), quando sabemos que empresas educacionais e diversas outras (inclusive comerciais) têm setores voltados à extração direta de valor. Como veremos neste capítulo, a separação dos grupos econômicos e firmas representados no CDES, tal qual exposta no quadro abaixo, é *insuficiente* para capturar a dinâmica real da interpenetração de capitais entre os setores. Isto é, como neste momento nos dedicamos a apresentar e analisar as *atividades principais, as atividades-fim* de cada grupo econômico e firma representado no CDES, não nos é possível abarcar a multiplicidade de vínculos que dada fração carrega. Entretanto, mesmo remetendo às divisões ordinárias da economia burguesa, o quadro nos serve como modo didático de exposição de uma primeira aproximação da dimensão econômica que o CDES comportava.

---

<sup>206</sup> ABREU, Alzira Alves de (et al.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930*. Ed. Rev. e atual. Rio de Janeiro: FGV, CPDOC, 2001.

<sup>207</sup> Todas as informações relevantes colhidas de cada empresário que passou pelo CDES entre 2003-2010 (foram 88 empresários no total) se encontram numa planilha na seção de Anexos (Anexo B: Presença do empresariado (e seus prepostos) no CDES).

<sup>208</sup> Em razão das dificuldades trazidas pelo uso da terminologia derivada de maneira direta da economia vulgar e que está na base da organização e estruturação dos dados regularmente compilados pelas agências censitárias e utilizados na confecção de alguns quadros neste capítulo, consideraremos *capital produtor de valor* àqueles que estão ligados às atividades da indústria de transformação, da empresa agrícola, da indústria extrativista, da indústria de energia e da construção civil e infraestrutura.

**Quadro 2.5 - Grupos Econômicos e Firms representados no CDES por Atividade Econômica Principal (2003-2010)<sup>209</sup>**

<b>Atividade Principal</b>	<b>Grupos Econômicos e Firms</b>	<b>T</b>
Industrial e Agroindustrial <sup>210</sup>	Cia Vale do Rio Doce (CVRD), Cia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM), Cia. Siderúrgica Nacional (CSN), Grupo Gerdau, Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais (Usiminas), Grupo Suzano, Grupo Vicunha, Grupo Rosset, Klabin S/A, Grupo Alcoa Inc., Grupo Petróleo Ipiranga, Grupo Dixie Toga S.A., Grupo J. Macedo S/A, Grupo Iochpe-Maxion, Grupo Springer, Grupo Gradiente, Grupo Nestlé, Embraer, Grupo Carfepe, Grupo Enguia Power, Grupo DHB, Grupo Dudalina S/A, Grupo Ford Motors Company Brasil, Aubert Engrenagens, Grupo Fiat, Grupo Odebrecht, Grupo Süd Metal, Grupo Alusa, Grupo WTorre Engenharia, Estacon Engenharia S.A, Machado Correa Engenharia Ltda, Concreta Tecnologia em Engenharia Ltda, Gráfica Sagrada Família, Nutritional Alimentos, Wady Simão-Construções e Incorporações LTDA, Grow Jogos e Brinquedos, Mercedes-Benz, Grupo Sucocítrico Cutrale, Grupo Itamarati, Grupo Agrovale e Grupo Maubisa. <sup>211</sup>	41
Comercial e de Serviços	Grupo Telefônica, Grupo Telemar, Iguatemi Empr. Shoppings, Grupo Jereissati SP, Grupo Verdi, Cia. Brasileira de Distribuição (Grupo Pão de Açúcar), Casas Anglo-Americana S/A (Mappin), Martins Comércio e Serviços de Distribuição S/A (Grupo Martins), Trevisan Escola de Negócios, Grupo Dufry, Magazine Luiza, Grupo Anhanguera Educacional, Grupo Siemens, Grupo IT Partners, Grupo ORTEG Equipamentos e Sistemas, J. Mendo Consultoria, Manig S/A, Teruel Viação Agrícola Ltda, Escola de Idiomas Yazigi Internexus, Arko Advice Pesquisas, Centro Universitário Newton Paiva, Grupo Price Waterhouse Coopers, CPM Brax Capgemini, LOG - Negócios e Consultoria Ltda.	24
Bancário e Financeiro não Bancário <sup>212</sup>	Banco Fibra, Grupo Santander Brasil, E. Johnston Representação e Participação S. A., Citbank Brasil, Banco Gerdau, Banco Bradesco, ABN Amro Bank, Banco Itaú, Banco Dibens S/A, Banco Triângulo S.A, Banco Fidis, Banco BNP Paribas Brasil, Grupo NSG Capital, BMF&Bovespa, MDS Corretora e Administradora de Seguros, Centauro Vida e Previdência S.A, Cooperativa de Crédito Rural.	17

Elaboração própria.

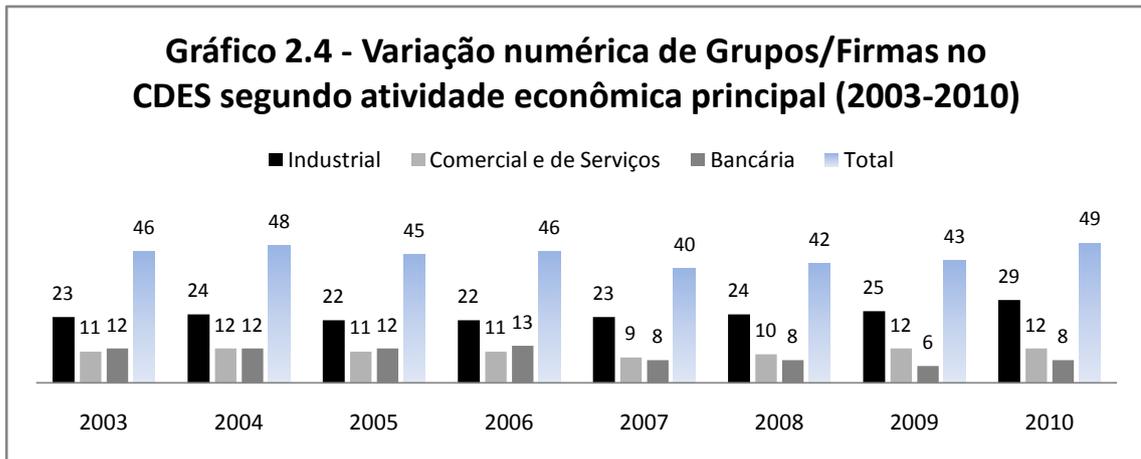
A organização dos grupos econômicos e firms no CDES segundo sua *atividade principal* nos revelou a forte presença das frações voltadas às atividades industrial, comercial e de serviços, e bancária nas plenárias do CDES. A tendência de ampliação da presença dos empresários vinculados ao capital produtivo (produtor de valor), com destaque ao industrial, em detrimento do esvaziamento do setor bancário, a partir de 2007, *reafirma a hipótese de ascenso do capital produtivo no CDES*.

<sup>209</sup> As atividades principais das empresas e grupos econômicos foram pesquisadas no site Econoinfo ([www.econoinfo.com.br](http://www.econoinfo.com.br)), nas revistas Valor Grandes Grupos e Balanço Anual da Gazeta Mercantil, no site do CNAE/IBGE ([www.cnae.ibge.gov.br](http://www.cnae.ibge.gov.br)) e nos sites das próprias empresas e grupos.

<sup>210</sup> Quatro grupos são agroindustriais: Grupo Sucocítrico Cutrale, Grupo Itamarati, Grupo Agrovale e Grupo Maubisa. Na nota II, do Cap. I “O ciclo do capital-dinheiro” do Livro II de *O Capital*, Marx afirma que “A expressão *capitalista industrial* abrange também o capitalista que explora empresa agrícola”. MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Livro II. O processo de circulação do capital. 10ª ed. RJ: Civilização Brasileira, 2005.

<sup>211</sup> Ressalta-se que o Grupo Sadia estava representado na figura de Luiz Fernando Furlan, Ministro de Desenvolvimento, Indústria e Comércio.

<sup>212</sup> Designamos “setor financeiro não bancário” às atividades levadas a cabo também por bancos, mas que se autonomizam e se especializam, sendo objeto de atividades de algumas empresas tais como, no CDES, BMF&Bovespa, MDS Corretora e Administradora de Seguros, Centauro Vida e Previdência S.A, Cooperativa de Crédito Rural.



**Elaboração própria. Fontes:** site do CDES ([www.cdes.gov.br](http://www.cdes.gov.br)), do Econoinfo, dos grupos e firmas, revistas Valor Grandes Grupos e Balanço Anual da Gazeta Mercantil.

O gráfico acima é o fluxo anual dos grupos e firmas presentes no quadro 2.5. A variação numérica não é de empresários, mas de grupos econômicos e firmas com os quais estavam intimamente vinculados. Isto significa considerar situações particulares como, por exemplo, apenas um conselheiro *representar mais de um grupo ou firma* no Conselho: como o caso de Benjamin Steinbruch, cujos interesses corporativos se estendiam à área de siderurgia (CSN), fabricação têxtil (Vicunha Têxtil) e bancária (Banco Fibra). O mesmo se podia dizer de Jorge Gerdau (Siderúrgicas e Metalúrgicas Gerdau e Banco Gerdau), Waldemar Verdi Jr. (Grupo Verdi e Banco Dibens), Alair Martins do Nascimento (Martins Distribuidora e Banco Triângulo) e Carlos Jereissati Filho (Grupo Jereissati São Paulo, Iguatemi Shopping e Telemar), para nos determos em casos mais emblemáticos. Nestes casos, consideramos que estes conselheiros carregavam interesses de distintos capitais particulares, ou seja, computamos mais de uma empresa para situações nas quais havia inserção significativa de dado conselheiro no capital bancário e/ou em setores relativamente *autônomos* (administração de shoppings e telefonia, por exemplo).

Ainda assim, as investigações empíricas sobre os agentes econômicos representados no CDES indicavam-nos ser bastante complicada qualquer delimitação estreita das frações presentes. As fontes levantadas mostravam que, não poucas vezes, o grupo econômico de um mesmo conselheiro estava vinculado simultaneamente às atividades industrial, comercial, de serviços e bancária, tornando-se bastante arbitrário a definição deste ou daquele grupo social burguês como portador unívoco dos interesses imediatos de uma dada fração do capital *tout court*. Além dos casos acima referidos, podemos destacar, a título de ilustração, os grupos que operavam como grandes holdings em diversos setores e ramos econômicos: Grupo Carfepe, Magazine Luiza, DHB Holding, Grupo Alusa, dentre outros. A fim de dirimir o máximo

possível o grau de arbitrariedade, optamos por classificá-los nas frações do capital *cuja atuação econômica nos pareceu claramente preponderante*, segundo as fontes às quais consultamos. Os demais segmentos e atividades em que atuavam eram, grosso modo, *capilarizações internas* (subsidiárias ou acessórias) necessárias à atividade-fim, permitindo-lhes deter o controle da cadeia de produção. As ramificações referidas devem-se, originalmente, ao crescimento patrimonial-financeiro da grande empresa capitalista. Segundo Gonçalves:

O processo de expansão (quantitativo) significa também uma mudança de natureza qualitativa. Isto porque a expansão capitalista leva à ruptura institucional e organizativa da empresa. Assim, já não é possível para cada “bloco individual de capital” manter o seu processo de expansão com base numa única unidade empresarial [...]. De fato, a criação e a aquisição de novas empresas, e as fusões com outros grupos, aparecem como métodos importantes e necessários de expansão nas estratégias de diversificação e conglomeração, assim como nas de especialização e de verticalização.<sup>213</sup>

Trata-se, portanto, de classificação necessariamente alvo de problematizações, mas que, no geral, traz o mérito de revelar, cotejando com as intervenções de seus representantes nas Atas das reuniões plenárias do CDES, não apenas *quais* os principais atores econômicos (e governamentais) estavam edificando o propalado projeto “neodesenvolvimentista”, mas também *os conteúdos programáticos* trazidos pelos distintos capitais particulares, organizados em seus aparelhos privados de hegemonia.

Percebam, no gráfico 2.4 acima, que os grupos ou as firmas cuja atividade era predominantemente industrial se destacavam numericamente durante todo o período pesquisado. A partir de 2007, verificamos a afirmação e ampliação da presença dos conselheiros representantes de grupos e firmas preponderantemente conectados aos setores cuja atividade principal foi a industrial, comportando, até o fim do período analisado (2010), *um predomínio absoluto* de sua representatividade: mais do que a soma do *quantum* de grupos e firmas vinculados às atividades econômicas comercial e de serviço e bancária.

Além disso, é preciso ressaltar que, no ano de 2007, a fração bancária partiu em retirada do Conselho, com a saída de banqueiros do Unibanco, Citibank, Bradesco e Itaú, além de alguns industriais com vinculações bancárias como Benjamin Steinbruch, Waldemar Verdi Jr e Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira. Em 2010 ingressaram algumas empresas do ramo bancário (Banco Fidis e Banco BNP Paribas Brasil) no CDES. A tabela abaixo nos oferece, em termos relativos (em razão do total anual de grupos e firmas), a evolução da presença dos

---

<sup>213</sup> GONÇALVES, Reinaldo. *Grupos econômicos: uma análise conceitual e teórica*. RJ, Revista Brasileira de Economia, out/dez. 1991, p. 495.

grupos e firmas cujas suas principais atividades eram industriais, comerciais e de serviços, e bancárias no CDES entre 2003 e 2010:

**Tabela 2.1 – Evolução relativa dos Grupos Econômicos e Firmas no CDES por atividade principal (2003-2010)**

Atividades Principais	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Industriais	50%	50%	50%	48%	57%	57%	58%	59%
Comerciais e de Serviços	25%	25%	24%	24%	23%	24%	28%	25%
Bancárias	25%	25%	26%	28%	20%	19%	14%	16%
<b>Total</b>	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Elaboração própria.

A prevalência de setores de atividade industrial no Conselho pode ser também confirmada se notarmos a *presença permanente de 12 industriais durante todo o período*,<sup>214</sup> reconduzidos, ou melhor, renomeados pelo Presidente da República, tão logo as renovações das plenárias ocorriam. Ainda dentre o empresariado, o mesmo se repetiu com 3 integrantes de setores de atividade comercial e de serviços e 2 ligados aos bancos. Estes 17 conselheiros-empresários-permanentes representaram 37% da média empresarial e 20% da média de todos os segmentos instaurados no CDES no período. Os segmentos “sindicalistas” e “demais entidades da sociedade civil” contaram com a presença permanente de 5 e 3 conselheiros, respectivamente.<sup>215</sup> Ademais, estamos tratando apenas dos empresários que se vinculavam diretamente a alguma atividade empresarial *strictu sensu* já que, além deles, havia outros que se credenciavam como lideranças ou organizadores de suas associações, sejam corporativas, setoriais ou societais<sup>216</sup> e que a pesquisa não encontrou conexões com o exercício da atividade empresarial propriamente dita *entre os anos 2003 e 2010*, sendo praticamente todos também integrantes e/ou representantes de setores de atividade industrial.

<sup>214</sup> Foram os “agraciados”: Amarílio Proença de Macêdo, Ivo Rosset, Jorge Gerdau, José Carlos Bumlai, Joseph Couri, Márcio Lopes de Freitas, Maurílio Biagi Filho, Paulo Simão, Paulo Skaf, Paulo Vellinho, Rodrigo Loures e Rogelio Golfab. A partir de 2004, permaneceram Oded Grajew e Paulo Godoy.

<sup>215</sup> Sindicalistas: Antonio Neto (CGTB). Jorge Rodrigues (FS), Juçara Dutra Vieira (CNTE/CUT), Laerte Teixeira da Costa (UGT) e Manoel José dos Santos (Contag/CUT). Demais Entidades da Sociedade Civil: José Antonio Moroni (INESC/ABONG), Sérgio Addad (ABONG), Zilda Arns (Pastoral da Criança) e Clemente Ganz Lúcio (Dieese).

<sup>216</sup> Classificamos as associações empresariais em três tipos: associações corporativas – confederações, federações, centros e sindicatos da indústria, comércio, agricultura, bancos; associações setoriais – entidades representativas de setores das frações do capital que se organizam por atividade setorial sem vinculação (formal) com a estrutura corporativa e, finalmente, associações societais, caracterizando-se como aquelas que não se vinculam necessariamente à atividade econômica, mas se inserem em outras esferas da vida social (cultural, educação, meio-ambiente) cuja organização se destina às novas formas de articulação empresarial na sociedade civil, disseminando e sedimentando sociabilidades burguesas para dentro e para fora do setor empresarial. O pertencimento dos conselheiros-empresários a esta classificação das associações se encontra no Anexo B.

**Quadro 2.6 - Conselheiros-empresários não vinculados a Grupos/Firmas (2003-2010)**

Conselheiros-Empresários	Associações da Sociedade Civil
Alceu Nieckarz	Associação Universal de Empresários Cristãos <sup>217</sup>
Omlton Visconde Júnior	Presidente da FEBRAFARMA.
José Augusto Marques	ABDIB e ABINEE
Joseph Couri	ASSIMPI, Ação Empresarial; Fórum da Cidade de São Paulo; Fórum da Cidadania; Fundador do PNBE; CIESP; Simefre; Abifa,
Paulo Skaf	FIESP, CIESP, CNI, SINDITEXTIL, PROTEC.
Ricardo dos S. Carvalho	Associação Nacional de Veículos Automotores (ANFAVEA)
Gisela Gorovitz	Associação Brasileira de Empresários pela Cidadania (Cives)
João Bosco Borba	Associação Nacional de Empresários e Empreendedores Afro-Brasileiro
Marcos Jank	União das Indústrias de Cana-de-Açúcar (ÚNICA)
Cláudio Elias Conz	Associação Nacional de Comerciantes de Materiais de Construção (ANAMACO)
João Paulo dos Reis Velloso	Instituto Nacional de Altos Estudos / Fórum Nacional
Viviane Senna <sup>218</sup>	Conselhos de Administração: FIESP, CNI, Febraban, Coca-Cola, Citibank, Itaú, Unibanco, Santander, Todos pela Educação, Presidente do Instituto Ayrton Senna.

Elaboração própria. Fonte: site do CDES ([www.cdes.gov.br](http://www.cdes.gov.br)) e pesquisas na internet.

Por outro lado, a pesquisa não encontrou vínculo aparente ou orgânico de alguns conselheiros-empresários com entidades da sociedade civil empresarial ou mesmo de cunho propriamente mercantil-filantrópico *nem no momento de suas passagens no CDES nem no período tratado pela pesquisa*. Foram sete os empresários que não se credenciavam como “representantes da sociedade civil” no CDES: Alain Belda (Alcoa), Pedro Jereissati (Grupo Jereissati, Telemar, Iguatemi Shopping), Mauricio Botelho (Embraer), Murilo de Aragão (Arko Advice Pesquisas), Nelson Silveira (Grupo Enguia Power), Renato Conill (Grupo Süd Metal) e Walter Torre Jr. (Grupo WTorre Engenharia).

Isso significava que o CDES abrigava não apenas destacados empresários “líderes da sociedade civil” (i.e., intelectuais orgânicos dos aparelhos privados de hegemonia empresariais), mas também requeria aproximação de alguns considerados importantes tanto pelo destaque econômico que seus grupos econômicos carregavam na definição da estratégica do modelo de crescimento adotado, quanto pela disposição de participar da “concertação” com os demais segmentos nele representados.

### 2.3.3 - Setores da fração industrial (produtora de valor)

<sup>217</sup> Trata-se de uma entidade de empresários cristãos membros da Igreja Universal do Reino de Deus.

<sup>218</sup> Como se percebe, a conselheira-empresária Viviane Senna transitava por várias frações burguesas do empresariado, em seus grupos e entidades de diversos tipos e funções. Por consolidar posições no entrecruzamento de capitais distintos (capital monetário e funcionante), trata-se de legítima representação do capital financeiro por excelência. Seus vínculos corporativos e a rede de entidades da sociedade civil de que participava serão expostos em detalhes na figura 2.2.

Através deste item, vamos demonstrar que os entrecruzamentos de capitais da fração industrial, entendida no seu sentido marxiano, isto é, como atividades de produção de valor, e não como atividade principal de cada fração do capital, tornam-se cruciais para o entendimento da dinâmica real da economia capitalista monopólica. De fato, com tal procedimento, tornam-se visíveis as capilarizações e entrecruzamentos dos capitais do empresariado industrial instalado no CDES e como, por esta via, expressa a real dimensão do capital produtor/extrator de valor ali representado. Neste subitem, fração não se resume a setor, pois ultrapassa a manifestação da atividade econômica setorial direta e imediata e, por conseguinte, envolve tensões e contradições intraburguesas desprezadas ou não possíveis de ser percebidas na primeira apreensão.

Quais setores da *fração industrial* marcaram mais presença no CDES? A partir de dados coletados nos sites dos próprios grupos econômicos e firmas, somados às informações da base de dados que consta no *site* Econinfo e em revistas especializadas (Revista Balanço Anual da Gazeta Mercantil e Revista Valor Grandes Grupos), verificamos que 17 conselheiros-empresários se vinculam a grupos econômicos e firmas da voltadas para atividade de *construção e infraestrutura*, seguidos por 9 conselheiros-empresários que se dedicam ao setor de *metalurgia e siderurgia*, 8 pertencem à *indústria extrativista* (mineração, petróleo e gás natural), 8 na fabricação de *derivados de petróleo* e, principalmente, de *biocombustível* (leia-se, usineiros), 8 na fabricação de *veículos e autopeças*, 6 na de *equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos*, 6 na de *produtos alimentícios*, 3 na de *produtos químicos e farmacêuticos*, 4 na de *máquinas e equipamentos*, 5 na de *artigos para vestuário, têxteis e couro*, 3 na de *papel e celulose* e 2 na *fabricação de aeronaves* (Embraer). Por fim, encontramos 1 conselheiro para atividade industrial de *impressões, fabricação de artefatos de concreto e de brinquedos e jogos* e 5 na produção de *energia elétrica*.

#### **Quadro 2.7 - Distribuição dos Conselheiros-Empresários por Atividades Econômicas de seus Grupos Econômicos, Firmas e Entidades Associativas (2003-2010)**

<b>Cód. CNAE</b>	<b>Divisão e Agregação por Atividade Econômica</b>	<b>Conselheiros-Empresários</b>	<b>T</b>
<b>01 – Seção A</b>	Agricultura, Pecuária e Serviços relacionados (Agroindústria)	José Bumlai, Márcio Freitas, Rozani Holler, Pedro Teruel, Marcos Jank.	5
<b>5-8 – Seção B</b>	Indústria extrativista (Mineração, Petróleo e Gás Natural)	Alain Belda, Eduardo Vieira, Fernando Salles, José Mizael, Waldemar Verdi Jr., Roger Agnelli, Paulo Godoy, Marcelo Odebrecht.	8
<b>10/11 – SEÇÃO C</b>	Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	Amarílio Macêdo, José Cutrale Fº, Rodrigo Loures, Ivan Zurita, Maurício Botelho, Lincoln Fernandes.	6
<b>13/14/15</b>	Confecção de artigos para vestuário e acessórios. Fabricação de têxteis. Couro.	Ivo Rosset, Benjamin Steinbruch, Paulo Skaf, José Bumlai, Sônia Souza.	5

17	Fabricação papel e celulose/ embalagens	Daniel Feffer, Horácio Piva, Sérgio Haberfeld.	3
18	Impressão	José Conrado Azevedo Santos	1
19	Fabricação de Derivados de Petróleo e Biocombustível (Etanol)	Eduardo Vieira, Luiz Gomes, Maurílio Biagi, Marcos Jank, Carlos Farias, Luiz Aubert Neto, Marcelo Odebrecht, José Bumlai.	8
20/21	Fabricação de produtos químicos e farmacêuticos	Eduardo Vieira, Marcelo Odebrecht, Omilton Visconde Jr.	3
24/25	Metalurgia e Siderurgia; Fabricação de produtos de metal.	Benjamin Steinbruch, Fernando Salles, Jorge Gerdau, Rinaldo Soares, Robson Andrade, Roger Agnelli, Mauricio Botelho, Renato Conill, José Mizael.	9
26/27	Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos; Fabricação de aparelhos e materiais elétricos.	Eugênio Staub, José Marques, Paulo Velinho, Nelson Silveira, Adilson Primo, Olavo Machado Jr.	6
28	Fabricação de máquinas e equipamentos	Luiz Leite, Maurílio Biagi Fº, Luiz Aubert Neto, Adilson Primo.	4
29/294	Fabricação de veículos e autopeças	Mauro Knijniki, Miguel Jorge Fº, Ricardo Carvalho, Rogelio Golfarb, Paulo Tigre, Cledorvino Belini, Renato Conill, Jackson Schneider.	8
304	Fabricação de aeronaves	Jackson Schneider, Maurício Botelho.	2
324	Fabricação de brinquedos e jogos	Oded Grajew.	1
35 – Seção D	Energia Elétrica	Robson Andrade, Roger Agnelli, Paulo Godoy, Nelson Silveira, Luiz Abreu	5
41/42 – Seção F	Construção e Infraestrutura	José Marques, Luftala Bitar, Mauro Knijniki, Paulo Simão, Pedro Jereissati, Waldemar Verdi Jr, Carlos Jereissati, Paulo Godoy, Lincoln Fernandes, Vicente Matos, Carlos Farias, Adilson Primo, Walter Torre Jr., Olavo Machado Jr. Marcelo Odebrecht, Maurílio Biagi e Fernando Ferreira.	17
45/46/47 – Seção G	Comércio (veículos, varejista e atacadista)	Abílio Diniz, Cosette Alves, Eduardo Vieira, José Carvalho, Luiz Leite, Waldemar Verdi Jr., Alair Martins, Humberto Mota, Luiza Trajano, Cláudio Conz, Sérgio Reze, Renato Conill.	12
61 – Seção J	Telecomunicações	Fernando Ferreira, Pedro Jereissati, Carlos Jereissati, Antonio Silva.	4
64 – Seção K	Atividades Financeiras, de Seguros e serviços relacionados	Benjamin Steinbruch, Daniel Feffer, Eduardo Vieira, Fábio Barbosa, Fernando Salles, Fernando Ferreira, Gabriel Ferreira, Gustavo Garat, Jorge Gerdau, Márcio Cypriano, Márcio Freitas, Miguel Jorge Fº., Milu Villela, Raymundo Magliano, Antoninho Trevisan, Roberto Setúbal, Roger Agnelli, Viviane Senna, Waldemar Verdi Jr, Rogelio Golfarb, João Campos, Alair Martins, Maurício Botelho, Luiz Abreu, Cledorvino Belini, Marcelo Giufrida.	26
70 – Seção M	Consultoria em gestão empresarial	Antoninho Trevisan, José Mizael, Luiz Gomes, Mauro Knijniki, Paulo Velinho, Mauricio Botelho, Murilo Aragão, Antonio Gil, Fernando Alves.	9
85 – Seção P	Educação/Ensino de Idiomas	Ricardo Young, Viviane Senna, Antonio Neto, Antoninho Trevisan e Maria Ferreira.	5

**Elaboração própria. Fontes:** site do CDES, do CNAE, dos grupos econômicos e firmas que os empresários do Conselho se vinculavam e pesquisas na internet.

O quadro acima segue a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) elaborada pelo IBGE. Em nosso quadro, toda a Seção C contém as divisões econômicas de 10 a 32 (em destaque) que englobam toda a Indústria de Transformação. Nela encontramos 56 inserções de conselheiros-industriais. Computando os 4 conselheiros-empresários que atuavam na empresa agrícola (agronegócio – Seção A), os 8 que atuavam na indústria extrativista (Seção B) e os 5 que atuavam na indústria da energia elétrica como partícipes de atividades industriais, isto é, que geram mais-valor, chegamos a 73 conselheiros. Apoiando-nos em Pedro Campos, consideramos o setor de construção e infraestrutura (Seção F) também como atividade industrial:

O ramo da construção civil analisado na tese corresponde, em nossa concepção, a um setor industrial da economia, produtor de valor e de mercadorias. No caso específico da construção pesada, trata-se de uma atividade exercida por empresas que produzem obras de grande envergadura, da chamada infraestrutura, como

estradas, usinas de eletricidade e empreendimentos públicos em geral. Portanto, não entendemos que as empresas analisadas podem ser alocadas no chamado setor de serviços da economia, mas sim que seus funcionários e operários produzem valor e mais-valia.<sup>219</sup>

Sendo assim, totalizamos 90 inserções de conselheiros em atividades de extração de valor, representando 62% das 147 inserções de todos os conselheiros-empresários nos mais diversos setores da economia. Nesta situação, estamos levando em consideração, cautelosamente, a atuação do grupo empresarial ou firma do conselheiro *em vários setores econômicos e não apenas em que ele é preponderante*. Como as atividades econômicas foram muito mais especificadas, as possibilidades de classificações arbitrárias se reduzem de forma significativa. É preciso esclarecer também que o quadro acima revela não apenas inserções/participações dos conselheiros-empresários nos grupos econômicos e firmas, *mas também situações em que aparecem vinculados a entidades ou associações corporativas de dado setor sem necessariamente estarem nele atuando na condição de proprietário*. Vale lembrar que as 90 inserções são, na verdade, o *acúmulo* (estoque) da presença empresarial durante todo o período (2003-2010) pesquisado e não o fluxo anual de entradas e saídas dos conselheiros por setor de atividade econômica.

Cabe também observar que tal procedimento altera significativamente o percentual dos grupos e firmas industriais, expostos no quadro 2.5, em relação àqueles que se filiavam ao capital comercial e de serviços, e bancário. Organizados por *atividade principal*, grupos e firmas da fração industrial (equivalente a fabril, neste sentido) correspondiam a 50% do total das demais frações. Com a conceitualização marxiana de capital industrial, 62% das participações das atividades dos conselheiros-empresários dedicava-se à extração de mais-valor, aproximando-se da dinâmica real de expansão dos investimentos intercapitalistas se comparados meramente à atividade principal dos grupos e firmas em que se dedicavam. Observamos também que 12 inserções de conselheiros em atividades propriamente comerciais (Seção G) representando 8% do total e de 18 serviços (Seções J, M e P) representando 12% do total. Por último, nas atividades bancárias e financeiras não bancárias (Seção K) agruparam 26 inserções, isto é, 18% do total.

O intuito de trazermos as subdivisões das distintas atividades econômicas das frações do capital funcionante é o de evidenciarmos a sua extensão, diversidade e imbricação organizada no interior do Conselho, principalmente no que tange à fração industrial,

---

<sup>219</sup> CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *A ditadura dos empreiteiros: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro, 1964-1985*. Tese de Doutorado, Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2012, p. 27.

produtora de valor. Para se ter uma ideia, das 34 divisões setoriais da seção de Indústria de Transformação elencadas no CNAE, somente 5 não se fizeram representar no CDES.<sup>220</sup> Trata-se também, como veremos, de realçar alguns aspectos ligados diretamente à relação existente entre as frações e intrafrações das classes dominantes dispostas no Conselho e a política econômica dos governos Lula da Silva.

A organização dos setores econômicos disposta no quadro 2.7, principalmente no que concerne a uma classificação da Indústria de Transformação, nos permite perceber as distinções da estrutura produtiva do país e o aprofundamento de tendências postas no cenário econômico brasileiro na primeira década do século XXI. Ela se torna importante instrumento metodológico de análise sobre as frações de classes dispostas no CDES, principalmente no que tange à fração industrial (produtora de valor) que, como vimos, nunca deixou de ser preponderante no Conselho durante todo o período pesquisado (2003-2010).

### **2.3.3.1 - A fração produtora de valor, commoditização e intensificação tecnológica.**

Depois da crise econômica de 2008, principalmente a partir de sua relativa recuperação no ano de 2010, se intensifica no Conselho um debate sobre o padrão produtivo instalado no Brasil. Ministros e empresários apontavam nas reuniões plenárias<sup>221</sup> para características da economia brasileira responsáveis pelo ciclo de crescimento econômico experimentado principalmente no segundo governo Lula da Silva, como a commoditização da pauta exportadora do país, mas que era sustentada por empresas de baixa intensidade tecnológica. Este debate vinha acompanhado da necessidade de “qualificação” técnica e tecnológica da mão de obra, mas não trataremos como essa importante e extensa pauta foi trabalhada no interior do Conselho. Apenas para anotar, era lugar-comum a defesa de que a elevação da produtividade das empresas por meio de políticas e incentivos de inovação tecnológica deveria vir acompanhada de uma “preparação adequada” da força de trabalho do país.

O debate sobre a commoditização da pauta exportadora e a necessidade de aumento da produtividade por meio de políticas de incentivos à inovação tecnológica das empresas

---

<sup>220</sup> As divisões ausentes da Seção C foram: 12 – Fabricação de produtos de fumo; 16 – Fabricação de produtos de madeira; 22 – Fabricação de produtos de borracha e material plástico; 31 – Fabricação de móveis e 33 – Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos. A ausência de alguns setores empresariais no CDES é bastante razoável se pensarmos que alguns deles preferem buscar canais com menor visibilidade na defesa de seus interesses. É o caso, por exemplo, dos fabricantes de produtos de fumo, arrolado acima. Agradeço ao Prof<sup>o</sup> Marcelo Badaró acerca deste alerta.

<sup>221</sup> Refiro-me às 33<sup>a</sup>, 34<sup>a</sup> e 35<sup>a</sup> Reuniões Plenárias realizadas, respectivamente, em abril, junho e agosto de 2010.

(exportadoras ou não) eram trazidos, no Conselho, substancialmente pelos empresários e passaram a compor a Agenda para um Novo Ciclo de Desenvolvimento (ANC), produzida durante o ano de 2010 pelos conselheiros. Designado de “padrão de produção para o novo ciclo de desenvolvimento”, o item na ANC asseverava que

Para o Brasil, um país dotado de recursos naturais e que busca se inserir de forma mais ativa nas trocas internacionais, o debate sobre o padrão de produção é estratégico. **Formou-se um consenso entre os membros do CDES que o País deve aproveitar ao máximo as vantagens em *commodities* e as possibilidades do pré-sal, mas também buscar novas opções, agregando valor aos bens primários e estimulando a indústria**, tanto a que se volta para o mercado interno quanto a que se destina ao comércio exterior. **A oportunidade de transformar setores intensivos em recursos naturais em áreas de médio e alto conteúdo tecnológico como agronegócio/indústria, siderurgia, indústria petroquímica, bioenergia, dentre outros é complementar e não substituta aos setores industrial e de serviços.**<sup>222</sup>

Essas preocupações, surgidas nas plenárias e documentos do Conselho, endossadas por ministros como Miguel João Jorge (MDIC), Guido Mantega (Fazenda) e Luciano Coutinho (BNDES) se referiam à mudança do padrão produtivo, considerada necessária para o ingresso do país no “novo ciclo de desenvolvimento” e almejava, dentre outras aspirações, a promoção, o fortalecimento e a expansão da presença dos grupos econômicos brasileiros com cacife suficiente para competir no cenário internacional, principalmente na América do Sul.

O intrigante, como mostraremos, era que as atividades industriais de que os conselheiros-empresários participavam eram majoritariamente voltadas à fabricação de produtos de baixa e baixa-média intensidade tecnológica, a maioria *commodities*, reproduzindo o traço marcante do padrão produtivo brasileiro e da evolução do comércio exterior na primeira década do século XXI: a crescente importância dos produtos primários e semielaborados na pauta de exportações, em detrimento claro e de forte tendência do movimento de queda da exportação de manufaturados, fenômeno identificado por alguns autores como “commoditização da pauta exportadora”.

O termo *commodities*, a rigor, se refere a produtos intensivos em recursos naturais em estado bruto (primários) ou aqueles que sofrem pequeno grau de industrialização (semimanufaturados). Esta categoria de produtos envolve, portanto, produtos agrícolas (em bruto e/ou industrializados), minerais (em bruto e/ou industrializados) e energia. São produtos

---

<sup>222</sup> Secretaria de Relações Institucionais. Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES. Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento. Brasília: março de 2010. In: In: CARDOSO JR., José Celso, SANTOS, José Celso e ALENCAR, Joana. *Diálogos para o desenvolvimento: a experiência do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social sob o governo Lula*. Brasília: IPEA, vol. 2, 2010, p. 402, grifos meus.

que se caracterizam pela produção padronizada e em grande quantidade, cujos preços são formados em bolsas de mercadorias no país ou no exterior.<sup>223</sup>

Para estudarmos os grupos e firmas representados no CDES que, dentre suas atividades, se envolviam na produção e exportação de *commodities*, utilizamos uma classificação que atenta para a evolução da estrutura produtiva do país e, ao mesmo tempo, põe em paralelo os setores industriais, comerciais, de serviços e bancários apresentados no quadro 2.7, do CNAE. Essa classificação (quadro 2.8) se inspira nos trabalhos de Eduardo Pinto<sup>224</sup> e David Kupfer.<sup>225</sup> Ela sofreu significativas adaptações minhas, guiadas pelo próprio perfil da composição empresarial do Conselho e balizadas em informações do Boletim da Indústria e Comércio Exterior.<sup>226</sup> Ainda que seja fruto de numerosos trabalhos – principalmente entre os economistas –, não há de forma alguma consenso na classificação que se segue, tampouco quanto alguns (importantes) produtos/gêneros pertencente a cada setor.

Os setores de atividade foram estruturados em três grandes classes: Indústria (I), Serviços e Comércio (SC) e Setor Bancário e Financeiro não Bancário (SBF). A classe Indústria foi dividida em quatro subclasses (ou setores): Indústria de Commodities (IC), intensiva em capital e em recursos naturais; Indústria Difusora de Tecnologia (ID); Indústria da Construção Civil (ICC)<sup>227</sup> e Indústria Tradicional (IT). Na classe Serviços e Comércio (SC) aparecem serviços de infraestrutura (Telecomunicações), consultoria e educação, bem como atividades comerciais mais diversas. A classe Setor Bancário e Financeiro não Bancário (SBF) é composta por bancos, corretoras e seguradoras. Do mesmo modo que no quadro 2.7, o total (T) se refere ao número de inserções ou participações dos conselheiros-empresários em cada setor, admitindo repetições em virtude da extensão e pluralidade de suas atividades empresariais. Em outras palavras, esse total deriva do somatório das participações dos conselheiros nos principais gêneros/atividades expostos entre parênteses na quarta coluna (Principais Generos/Atividades).

### **Quadro 2.8 – Classificação agregada dos setores econômicos representados no CDES e respectivos gêneros/atividades**

<sup>223</sup> VERÍSSIMO, Michele Polline e XAVIER, Clésio Lourenço. *Tipo de commodities, taxa de câmbio e crescimento econômico: evidências da maldição dos recursos naturais para o Brasil*. Disponível em <<http://www.ie.ufu.br/node/394>>. Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia, 2012, p. 04.

<sup>224</sup> PINTO, Eduardo da Costa. *Bloco no poder e governo Lula: grupos econômicos, política econômica e novo eixo sino-americano*. Tese de Doutorado em Economia, RJ: UFRJ, 2010.

<sup>225</sup> KUPFER, David. *Mudança estrutural nas empresas e grupos líderes da economia brasileira na década de 90*. Instituto de Economia da UFRJ, RJ: 2001.

<sup>226</sup> APEXBRASIL, Boletim da Indústria e do Comércio Exterior, V1, Nº4, jul-set 2010.

<sup>227</sup> A Indústria da Construção Civil foi classificada como classe não industrial por Pinto (2010) e Kupfer (2001), o que diverge da nossa conceituação teórica exposta acima.

Geral	Setores		Principais Gêneros/Atividades	T
Setor não-Bancário	I	IC – Indústria de Commodities (intensiva em capital e em recursos naturais)	Metalurgia e Siderurgia (9) Mineração, Petróleo (Refino e Derivados) e Gás (9) Química e Petroquímica (2) Papel e celulose (3) Indústria de Energia Elétrica (5) Agronegócio: Pecuária (2), Agricultura (2), Cana / Açúcar / Etanol (7), Suco de laranja <sup>228</sup> (1)	40
		ID – Indústria Difusora (Intensiva em tecnologia)	Veículos e autopeças (8) Equipamentos de informática, eletroeletrônicos e ópticos (6) Máquinas e equipamentos (4) Aeronaves (2) Medicamentos (1)	21
		ICC – Indústria da Construção Civil	Construção (17)	17
		IT – Indústria Tradicional (Intensiva em mão de obra)	Alimentos e bebidas (5) Vestuário e acessórios. Têxteis (5) Impressão (1) Brinquedos e Jogos (1)	12
	SC	SC – Serviços e Comércio	Comércio (12) Telecomunicações (4) Consultoria (9) Educação (4)	29
Setor Bancário e Financeiro não Bancário	SBF	SBF – Setor Bancário e Financeiro não Bancário	Bancos Corretoras de Valores Seguradoras	25

**Elaboração própria. Fontes:** Adaptado de PINTO (2010), Kupfer (2001) e ApexBrasil: Boletim da Indústria e do Comércio Exterior, V1, N°4, jul-set 2010.

Como vimos, praticamente 62% do conjunto das atividades empresariais dos conselheiros pertencia ao capital industrial (produtor de valor), sem que com isso, evidentemente, deixassem de ampliar ramificações em outros setores econômicos. Contudo, a distribuição das inserções dos mesmos empresários a partir da agregação classificatória acima, nos permite visualizar melhor características e perfis comuns (ou próximos) do agrupamento empresarial industrial que trafegou pelo CDES:

- De pronto, nota-se a forte presença do setor exportador de *commodities*, com preponderância de conselheiros vinculados a atividades de baixa ou média-baixa intensidade tecnológica e intensivo uso de recursos naturais. A indústria de *commodities* se destacava com 28% das 147 inserções do total das atividades empresariais e 44% no que tange às 90 inserções nos setores de atividades industriais.
- A indústria intensiva em tecnologia marcava presença importante dentre os demais setores industriais com a vinculação de 21 conselheiros, representando 23% de participação nos setores industriais e de 15% do total de participações. Destacava-se a significativa presença de 8 conselheiros diretamente ligados à grande indústria automotiva dos quais 5 assumiam postos de direção (Vice-Presidente e Presidente) das principais entidades do setor (Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos

<sup>228</sup> José Luis Cutrale Jr. (Sucocítrico Cutrale) mesmo sendo classificado como fabricante de “produtos alimentícios e bebidas” no Quadro III, consta aqui, pela característica da inserção do produto no mercado mundial, como empresário da Indústria de Commodities alimentícias.

Automotores - ANFAVEA e do Sindicato Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores - SINFAVEA). Seis conselheiros eram empresários ligados à indústria eletroeletrônica e de produtos ópticos, sendo que 4 deles ocupavam assentos como diretores, vice-presidentes e presidentes da Associação Brasileira de Indústria Eletroeletrônica (ABINEE). Dos 4 conselheiros do setor de fabricação de máquinas e equipamentos, 2 eram proprietários de indústrias do setor, sendo que todos eles ocupavam postos de direção na Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (ABIMAQ) e no sindicato do setor (SINDIMAQ). Por fim, 2 conselheiros haviam sido presidentes da ex-estatal Embraer e 1 conselheiro era representante da Federação Brasileira da Indústria Farmacêutica (FEBRAFARMA). Tratava-se, como percebemos, de empresários que representavam grupos econômicos, firmas e entidades de peso na economia do país. Duas importantes características, porém, eram bem claras: dada a orgânica ligação às entidades setoriais, eram de fato empresários que se credenciavam como organizadores de setores da fração industrial ao que se vinculavam e, dentre os 21 empresários da indústria difusora de tecnologia, 7 (ou seja, um terço) eram indiscutivelmente prepostos do grande capital estrangeiro em atuação no país.

- A indústria da construção civil e de infraestrutura comparecia junto ao CDES com 17 empresários. Estes equivaliam a 12% do total geral de participações e 19% dentre as do setor industrial. Doze empresários eram proprietários de empresas de engenharia, sendo que apenas um (Marcelo Odebrecht) pertencia a uma das gigantes brasileiras da construção pesada. Todas as empresas de engenharia possuíam um portfólio que envolvia construções e reformas de edifícios e serviços especializados voltados a estes fins, incorporações de empreendimentos imobiliários e obras de infraestrutura. Dos 17 empresários da indústria da construção civil, 7 ocupavam altos cargos de direção em duas entidades do setor: na mais importante e tradicional - a Associação Brasileira de Infraestrutura e Indústria de Base (ABDIB) e também na Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC).
- A indústria tradicional aparecia como setor industrial com menor representação no CDES. Arregimentava apenas 8% das participações totais e 13% em relação aos seus pares industriais. Seus conselheiros eram empresários do setor de produção alimentícia e de bebidas, tais como Amarílio Macedo, proprietário da J. Macêdo, empresa reconhecida como a maior processadora de trigo no Brasil, produtora de farinhas, massas, biscoitos, etc.; Lincoln Fernandes, controlador do Grupo Carfepe, também processador de trigo,

diversificando investimentos em outros setores industriais; Rodrigo Loures, proprietário da Nutrimental; Ivan Zurita, presidente da Nestlé Brasil; Maurício Botelho atuou na Perdigão. No setor de confecção para vestuário e acessórios e têxtil encontramos Ivo Rosset, proprietário do Grupo Rosset, detinha 65% do mercado de produção de tecidos no país e também as marcas Valisère e Cia. Marítima; Benjamin Steinbruch, socioproprietário da Vicunha Têxtil; Sônia Souza, dona da empresa de moda Dudalina; Paulo Skaf, foi empresário do setor têxtil e presidente por muitos anos da Associação Brasileira de Indústria Têxtil (ABIT), da qual também participavam Ivo Rosset e Sônia Souza. Vale destacar a presença de Oded Grajew (Grow Brinquedos) que talvez estivesse dentre os empresários com maior influência entre os dirigentes petistas. Tratava-se de um conjunto de empresários com intensa movimentação em diversos aparelhos privados de hegemonia, dentre os mais conhecidos, IEDI, FIESP, CNI e PNBE e, no caso de Grajew, fundou, além do PNBE, a Cives e o Instituto Ethos.

- A fração comercial e de serviços comparecia com 29 empresários (20% do total de participações no Conselho), sendo que pouco mais de 8% se vinculava diretamente ao setor comercial. No setor de serviços, havia atuação de empresários e CEO's no setor de telecomunicações como Fernando Ferreira e Antonio Silva (ambos haviam sido Presidentes da Telefônica no Brasil). O primeiro foi ministro da Telebrás e das Comunicações nos governos FHC e membro dos conselhos de administração da Embratel, Telerj e Telesp e o segundo vice-presidente da ANATEL. Pedro Jereissati e Carlos Jereissati (socioproprietários da holding Jereissati Participações que, dentre suas empresas, aparecia a La Fonte Telecom SA como a maior acionista da Telemar). Alguns destes conselheiros filiavam-se a entidades patronais como CNI, FIESP e ABDIB. Ainda no setor de serviços, 9 empresários eram donos de firmas de consultoria em distintas atividades e segmentos econômicos: ciências contábeis, auditoria e tributação, gestão empresarial, ciência política e políticas públicas, mineração, tecnologia da informação, dentre outros. Destacavam-se: Trevisan Consultores e Arko Advanced Pesquisas (ambas bastante requisitadas no meio empresarial), Paulo Velinho Consultores Associados e a reconhecida internacionalmente Price-Waterhouse Coopers-Brasil (PwC). Averiguamos também que 4 empresários da educação (donos de faculdades e cursos e/ou que se dedicavam à sua mercantilização e adestramento à lógica do capital, como no caso de Viviane Senna) compunham a emergente burguesia de serviços no CDES. No que tange às relações com as entidades, verificamos que nenhum dono de consultoria se vinculava a

qualquer entidade deste setor. Grosso modo, apenas 3 conselheiros se dedicavam exclusivamente a esta atividade, tendo os demais inserção empresarial em outros setores. No ramo educacional, apenas Antonio Carbonari Neto (dono do Anhanguera Educacional, entidade mantenedora de várias faculdades) mantinha filiação à entidade de classe do setor (SEMEP e FUNADESP). Contudo, o Movimento Todos pela Educação, criado por um grupo de empresários e com forte presença de grandes grupos dentre seus mantenedores e apoiadores, tem como filiados 7 conselheiros.<sup>229</sup>

- Os grupos e/ou firmas comerciais marcavam presença no CDES. Foram 12 os empresários representantes desta fração: Abílio Diniz (Grupo Pão de Açúcar), Cosette Alves (proprietária do falido Mappin, lugar-comum da alta elite paulistana), Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira (Empresas de Petróleo Ipiranga), Alair Martins (Grupo Martins), Luiza Helena Trajano (proprietária do Magazine Luiza), Humberto Mota (Presidente da Dufry do Brasil) e Luiz Leite (Fort Knox Comércio Produtos Segurança), sendo que 4 conselheiros eram donos de concessionárias de veículos (nacionais e importados) e vinculados à entidade do setor (FENABRAVE) e 1 era presidente da Associação Nacional dos Comerciantes de Materiais de Construção (ANAMACO). No geral, quase todos eram envolvidos com entidades representativas do comércio (ABRAS, ABAD, ACRJ, ACSP, ACMG, CNC, CACEB, IDV) e alguns também pertenciam aos quadros da CNI, FIESP e PNBE.
- Por fim, a presença da fração bancária no Conselho era evidente: dos 25 conselheiros (17% do total de 144 participações) ligados ao setor, 20 possuíam vínculos orgânicos com os grandes bancos nacionais e estrangeiros, destacando-se: Itaú S/A, Unibanco, Bradesco, Banco Fibra, Banco Dibens, Banco Gerdau, Banco Triângulo Mineiro, Banco Fidis, ABN Amro Bank, Santander Banespa, Citibank e BNP Paribas e bancos públicos estaduais de desenvolvimento. Era a fração propriamente bancária que se destacava, mas isto não significava a ausência de setores financeiros não bancários (donos de corretoras, seguradoras, gestoras de previdência privada, presidente da bolsa de valores, de cooperativas de crédito rural etc). Estes empresários/banqueiros organizavam-se em extensa rede de entidades e associações do setor bancário e financeiro, destacando-se a Federação Brasileira de Associações de Bancos (Febraban) e a Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF). A presença do setor bancário e financeiro não

---

<sup>229</sup> São eles: Fabio Barbosa, Daniel Feffer, Horácio Piva, Jorge Gerdau, Milu Vilella, Ricardo Young e Viviane Senna.

bancário no CDES, entre os anos 2003 e 2006, será analisada com profundidade mais adiante no item 2.3.4.

Apoiando-se na classificação da OCDE, a classificação por intensidade tecnológica utilizada na Pesquisa Industrial de Inovação Tecnológica (PINTEC) do IBGE organiza-se tendo como base os gastos nas diferentes atividades inovativas realizadas pelos setores industriais sendo, no caso brasileiro, as despesas com P&D parâmetro de mensuração destas despesas.<sup>230</sup> A classificação PINTEC-IBGE atende de perto nossos propósitos, pois ela traz a vantagem de também utilizar categorizações e divisões do CNAE na organização dos setores industriais por intensidade tecnológica.

### Quadro 2.9 - Classificação dos setores industriais presentes no CDES segundo a intensidade tecnológica<sup>231</sup>

Classificação	Divisões e agregações	CNAE (2.1)	T
Alta e média-alta Intensidade tecnológica	Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos; Fabricação de aparelhos e materiais elétricos; (6) Máquina e equipamentos; (4) Veículos automotores, autopeças e aeronaves; (8) Refino de petróleo; (1) Produtos químicos e farmacêuticos; (3) Peças e acessórios para veículos. (2)	26/27 28 29/294/304 N.E. CNAE 2.1 20/21 294	24
Baixa e média-baixa Intensidade tecnológica	Metalurgia e Siderurgia; Fabricação de produtos de metal. Papel, embalagens e artefatos de papel; Confecção de artigos para vestuário e acessórios. Fabricação de têxteis. Produtos alimentícios e bebidas; Impressão; Fabricação de Derivados de Petróleo e Biocombustível (Etanol) Indústrias extrativas (Mineração, Petróleo e Gás Natural); Brinquedos e Jogos.	24/25 17 13/14/15 10/11 18 19 Seção B (5/8) 324	40

Elaboração própria. Fontes: sites do PINTEC-IBGE e do CNAE.

As indústrias de energia elétrica, da construção civil e da empresa agrícola (agricultura e pecuária), por não pertencerem à indústria de transformação e extrativa, não foram tratadas pela PINTEC-IBGE. Para suprir esta lacuna, utilizaremos de forma complementar a classificação de intensidade tecnológica adotada por Hungarato.<sup>232</sup> Como o autor não se restringe às atividades industriais (que são restritamente consideradas como tais pelo PINTEC-IBGE), torna-se possível atribuímos intensidade tecnológica aos setores não contemplados. Desta maneira, verificamos que as indústrias de energia elétrica, da construção

<sup>230</sup> IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Indústria, Pesquisa Industrial Inovação Tecnológica 2000. Informações retiradas de <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/industria/pia/empresas/comentario2003.pdf>>. Acesso 27/10/2013.

<sup>231</sup> Servimo-nos da classificação PINTEC-IBGE do ano de 2000 apenas no que se refere ao enquadramento das divisões e agregações de acordo com a sua intensidade tecnológica. A nomenclatura e o próprio código mudaram significativamente na versão que ora utilizamos (2.1) e daí a necessidade de as atualizarmos.

<sup>232</sup> HUNGARATO, Arildo. *Value-Relevance dos gastos em P&D para os preços das ações das empresas da Bovespa*. Dissertação de Mestrado, Fucape, Vitória, 2008.

civil e da empresa agrícola são todas classificadas como de baixa e média-baixa intensidade tecnológica.

Excluindo todo o Setor de Serviços e Comércio (SC) e o Setor Financeiro (SF) presente no CDES (com 54 participações de empresários), verificamos, a partir das classificações acima empregadas, que os empresários atuantes no Conselho envolviam-se em atividades empresariais industriais predominantemente de baixa e de média-baixa tecnologia: foram 66 inserções, isto é 73% de participação em atividades nas subclasses Indústria de Commodities (IC), Indústria Difusora (ID), Indústria da Construção Civil (ICC) e Indústria Tradicional (IT), presentes no quadro 2.8. As atividades industriais que possuem alta e média-alta tecnologia em sua composição representavam 27% de participação de conselheiros.

Entretanto, incluindo as classes Serviços e Comércio (SC) e Setor Financeiro (SF), ou seja, considerando a totalidade das participações dos conselheiros organizadas conforme o quadro 2.8 e, aplicando a classificação de Hungarato para atividades econômicas em geral, constatamos que 37% das 144 participações se referem a atividades de alta e média-alta tecnologia (agora inclusos o setor financeiro e as telecomunicações) e 63% para as de baixa e média-baixa intensidade tecnológica. Ou seja, variou em 10% a mais no primeiro caso e a menos no segundo caso em relação aos resultados obtidos apenas para atividades industriais. Vale a pena sumária exposição dos grupos e firmas dos subsetores que compunham a indústria de *commodities* no CDES, seus sociosproprietários e/ou prepostos e entidades da sociedade civil empresarial que organizavam.

Os conselheiros voltados à indústria de *commodities* (agrícolas, minerais e de baixa/média-baixa composição tecnológica) marcaram forte presença no CDES, desde sua formação em 2003. Ocorre que, além deles, apenas 2 conselheiros dedicavam-se a *commodities* intensivas em capital e tecnologia, como o refino de petróleo (Empresas Petróleo Ipiranga) e a indústria química e petroquímica (Empresas Petróleo Ipiranga e Grupo Odebrecht). Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira (Empresas Petróleo Ipiranga) trazia um amplo repertório na condução de associações e entidades do setor químico e petroquímico, tendo sido presidente da Associação Brasileira da Indústria Química e Derivados (ABIQUIM) e da Associação Brasileira da Indústria da Química Fina (ABINFINA), Delegado do Sindicato da Indústria de Produtos Químicos para Fins Industriais do Estado do Rio de Janeiro (SINQUIRJ) e Vice-presidente da Associação Petroquímica Latino-Americana (APLA), além de orgânica participação na CNI, PNBE e PROTEC (vice-presidente). Desde 1995, Eduardo

Vieira está a frente da FIRJAN, assumindo, em 2013, o sétimo mandato consecutivo como presidente da federação empresarial fluminense.<sup>233</sup>

Sendo assim, conselheiros vinculados a gigantes como a Cia. Vale do Rio Doce (CVRD), Cia. Siderúrgica Nacional (CSN), Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais (Usiminas), Cia. Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM), Grupo Gerdau, Alcoa Inc., Grupo Süd Metal, Empresas Petróleo Ipiranga, Grupo Verdi (Rodobens) e Grupo Odebrecht aparecem no CDES como coligados à indústria de *commodities* minerais de baixa e média-baixa intensidade tecnológica, conforme classificação adotada nos quadros 2.8 e 2.9. Ainda neste caso, havia conselheiros que ocupavam destacados cargos em entidades representativas do setor como, por exemplo, Jorge Gerdau (membro e ex-presidente do Instituto Brasileiro de Siderurgia, atual Instituto do Aço Brasil) e José Mendo Mizael: Presidente do Conselho Diretor e da Diretoria da APROMIN – Associação Brasileira para o Progresso da Mineração, Presidente do Conselho Empresarial de Mineração e Siderurgia da Associação Comercial de Minas – ACMinas, Presidente do CEAMIN – Centro de Estudos Avançados em Mineração e Diretor, Secretário Executivo e Vice Presidente Executivo do Instituto Brasileiro de Mineração – IBRAM, atuando também na sociedade política, como consultor do Ministério de Minas e Energia. Os empresários do setor da indústria extrativa, da metalurgia e da siderurgia estavam amplamente organizados na FIESP e no IEDI e, em menor escala, na FIEMG, no Fórum de CEOs Brasil-EUA e no Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável.

As empresas dos conselheiros Horácio Lafer Piva (Klabin S/A), Daniel Feffer (Suzano Papel e Celulose S/A) e Sérgio Habersfeld (Dixie Toga S/A), como representantes do subsetor de fabricação de papel e celulose e embalagens, engrossavam as fileiras de indústrias de *commodities* de baixa e média-baixa intensidade tecnológica no CDES. Os três empresários mantinham postos de liderança no interior da CNI, FIESP e do IEDI e, além disso, adesão orgânica em outras linhas de frente da atuação empresarial, como o Movimento Brasil Competitivo (juntando-se ao seu fundador, Jorge Gerdau) e ao já referido Movimento Todos pela Educação.

O subsetor industrial de energia elétrica era composto por empresários e executivos de holdings que, dentre outras atividades, atuavam também em várias operações da cadeia produtiva deste ramo (geração, comercialização, transmissão e distribuição), tais como

---

<sup>233</sup> PAULA, Nice de. Eduardo Eugênio é reeleito pela sétima vez. *O Globo*, 19/08/2013. Retirado de <<http://oglobo.globo.com/economia/eduardo-eugenio-reeleito-pela-setima-vez-para-presidencia-da-firjan-9615208>>. Acesso em 28/10/2013.

Nelson Silveira (Grupo Enguia Power), Robson Andrade (Grupo Orteng), Paulo Godoy (Grupo Alusa), Luis Abreu (Neoenergia e empresas públicas do setor elétrico) e por empresários que participavam em conselhos de administração de várias empresas do setor (Roger Agnelli). Com exceção de Nelson Silveira, para o qual a pesquisa não conseguiu encontrar vínculo com entidades associativas, os demais tinham conexões com a FIESP, FIEMG, FIERGS e IEDI. Os últimos três conselheiros, especialmente Abreu e Agnelli por terem atuado no setor bancário (Diretor do Banco do Brasil e do Bradesco, respectivamente), apresentavam em seus currículos participações em entidades do setor financeiro (FEBRABAN, ANDIB, ANDIMA e ANBIMA).

Não restam dúvidas de que o Conselho abrigava amplos e diversificados setores empresariais. Aparentemente, todas as frações da classe dominante no Brasil faziam parte de sua composição. Para além da extensão e pluralidade das forças sociais dominantes presentes o CDES de comportava destacados grupos econômicos de grande peso na economia brasileira. O número de participações dos empresários em atividades econômicas do setor de produção de *commodities* voltada para a exportação era significativo nas plenárias do Conselho, sem jamais esquecer que também participavam de outras atividades pertencentes à fração industrial produtora de valor. Em suma, em virtude da magnitude de capitais de que eram portadores, atuavam em vários outros setores econômicos, evidenciando flagrante interpenetração de capitais. O estudo da agroindústria, a seguir, reforça o entrelaçamento entre os capitais o qual estamos ressaltando.

### 2.3.3.2 - Breve estudo da agroindústria no CDES

Integrando ainda, em boa medida, o grupo de conselheiros produtores e exportadores de *commodities*, a empresa agrícola (“agronegócio”)<sup>234</sup> esteve *diretamente* presente no CDES durante os anos 2003-2010 por meio da atuação de 11 conselheiros, sendo a maioria composta por 6 empresários e prepostos da indústria de cana e álcool, 2 pecuaristas, 2

---

<sup>234</sup> Segundo Sonia Regina de Mendonça, a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), numa operação simbólica e política de envergadura, logrou recriar o conceito de agricultura mediante sua imbricação à noção, bem mais ampliada, de *agribusiness* (ou agronegócio), que não mais se limitava à atividade agrícola *tout court*, mas a todo um processo de rápida tecnificação e “modernização” da agricultura que vinha desde os anos 70. Diz a pesquisadora que “se alguma ‘novidade’ havia, era o estabelecimento da associação, que integrava, num único sistema, todas as atividades definidas como correlatas ao ‘agrário’”. (Cf. MENDONÇA, Sonia Regina de. *O patronato rural no Brasil recente (1964-1993)*. RJ: Ed. UFRJ, 2010, p. 218-219). Tratava-se, portanto, de um conceito que se esforçava em homogeneizar os sujeitos sociais do campo, constitutivo de uma vitória ideológica onde o objetivo era o de “diluir a questão da terra e construir o apagamento da questão fundiária”, bem como de evitar que, numa sociedade de classe, cada uma das classes e grupos sociais consiga expressar a unidade política, ideológica e simbólica do seu lugar social (Cf. BRUNO, Regina (et al.). *Um Brasil ambivalente: agronegócio, ruralismo e relações de poder*. RJ: mauad X; Seropédica, RJ: EDUAR, 2009, p. 126-127).

representantes da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e 1 proprietário de empresa fabricante de suco de laranja (Cutrale). Uma breve apresentação dos conselheiros-usineiros pesquisados se faz necessária para percebermos que, embora pouco numeroso, este grupamento carrega e traduz força político-econômica considerável no cenário brasileiro.

Luiz Otávio Gomes foi diretor do Grupo João Lyra (grupo usineiro de Alagoas) antes mesmo de integrar o CDES, compondo igualmente o conselho de administração do Grupo. Como representante dos interesses do setor, foi diretor da Associação dos Produtores Independentes de Açúcar e Álcool de Alagoas (ASSUCAL), alçando-se ao cargo de Presidente da Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACEB) e da FIEA. O conselheiro foi sócio do empresário Paulo César Farias, tesoureiro da campanha presidencial de Fernando Collor em 1989, no jornal *Tribuna de Alagoas* e numa concessionária de automóveis da Fiat.<sup>235</sup>

Maurílio Biagi foi (e é) reconhecidamente importante empresário e organizador do setor sucroalcooleiro. Membro de uma tradicional família produtora de cana-de-açúcar e soja, Biagi é proprietário do Grupo Maubisa, uma das principais empresas do setor de cana-de-açúcar do centro-sul, e também de várias outras usinas, as quais merecem destaque a Usina Moema Açúcar e Álcool, vendida para a multinacional Bunge em 2009 e a Cevasa, vendida para também multinacional Cargill, em 2006.<sup>236</sup> A família Biagi também esteve à frente do grupo Santelisa Vale, segunda maior produtora de açúcar e álcool do país. 40% de participação da Santelisa foi adquirida pela francesa Louis Dreyfus em 2009. O BNDESpar também detinha participações acionárias no grupo.<sup>237</sup> Dentre as “casamatas” criadas pelo setor na sociedade civil, Biagi participava da União da Indústria de Cana-de-açúcar (ÚNICA), do Conselho Superior de Meio Ambiente (COSEMA) e de Agronegócio (COSAG) da FIESP e do Conselho da Sociedade Corretora de Álcool (SCA), além de ser Presidente da ABIMAQ.

Outro conselheiro do setor, Marcos Jank, faz parte de uma elite bem-pensante e de trajetória no circuito internacional: atuou como consultor e coordenador de projetos do BM, BID, OCDE, FAO, PNUD, Fundação Hewlett (Suíça), etc. Muito embora a pesquisa não o

---

<sup>235</sup> Segundo o jornalista Bernardo de la Peña e Germano Oliveira “O Otávio chegou a ser indiciado por sonegação fiscal e falsidade ideológica. Ele foi acusado de intermediar uma das investigações derivadas do inquérito principal do caso PC” (Cf. PEÑA, Bernardo de la e OLIVEIRA, Germano. Ex-sócio de PC farias na direção do Sebrae. *O Globo*, 04/04/2006, p. 8). Retirado de <[http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/399203/complemento\\_1.htm?sequence=2](http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/399203/complemento_1.htm?sequence=2)>. Acesso em 29/10/2013.

<sup>236</sup> ZIBECHI, Raúl. *Brasil potência: entre a integração regional e um novo imperialismo*. RJ: Consequência, 2012, p. 172.

<sup>237</sup> Retirado de <[http://www.brasilagro.com.br/conteudo/louis-dreyfus-compra40-da-santelisa-e-o-bndes-tera20.html#.VKiqGyvF9\\_A](http://www.brasilagro.com.br/conteudo/louis-dreyfus-compra40-da-santelisa-e-o-bndes-tera20.html#.VKiqGyvF9_A)>. Acesso em 04/01/2015.

identificou na condição de proprietário de usinas, Jank organiza e se coloca como defensor e porta-voz do setor na condição de Presidente da ÚNICA e de diretor do COSAG/FIESP, em parceria com Biagi. Além disso, Jank é professor da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA-USP), organicamente vinculado a diversas associações, entidades, conselhos, comitês e institutos que fazem parte da Associação Brasileira de Agribusiness (ABAG), como se demonstrará adiante.

O conselheiro Carlos Farias era diretor da Agrovale – Agro Indústrias do Vale de São Francisco, da Agrivale e da Fargon (exportadora de frutas), atuando ainda no setor de construção civil. Farias presidia o Conselho Nacional das Agroindústrias Brasileira (COAGRO-CNI) e o Sindicato dos Produtores de Açúcar e Álcool da Bahia, foi vice-presidente da FIEBA e membro do Fórum Nacional do Setor Sucroalcooleiro.

Marcelo Odebrecht é Presidente da Odebrecht S/A, holding do Grupo Odebrecht. Dentre outras empresas do grupo, a Odebrecht S/A controla a Odebrecht Agroindustrial que, criada em 2007, produz e comercializa etanol e açúcar, atuando também na cogeração de energia elétrica a partir da biomassa.<sup>238</sup> A Odebrecht Agroindustrial possui 6 “unidades agroindustriais” (usinas) em quatro estados brasileiros. Dados revelados por Almeida comprovam que, em 2008, as usinas Rio Claro Agroindustrial Ltda (GO) e Agroenergia Santa Luzia Ltda (MS) receberam empréstimos do BNDES nos valores de R\$ 419.513.867,00 e R\$ 377.728.867,00, respectivamente.<sup>239</sup> Marcelo Odebrecht é membro do conselho estratégico da FIESP e do IEDI.

José Carlos Bumlai foi outro conselheiro-usineiro que recebeu dinheiro do BNDES em 2008, no mesmo pacote de recursos enviado às usinas de Marcelo Odebrecht. O valor foi de R\$ 338.079.767,00. Paulo Godoy, proprietário do Grupo Alusa, também foi agraciado por empréstimos do Banco em dezembro do mesmo ano. As usinas de sua Holding – a Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A, em Lavrinhas (SP), recebeu R\$ 111,2 milhões e a Usina Paulista Queluz de Energia S.A, em Queluz (SP) recebeu 114,6 milhões.<sup>240</sup> No todo, os três conselheiros receberam praticamente 20% dos R\$ 7.052.599.569,00 relativo aos dez maiores empréstimos diretos do BNDES para a indústria em 2008. A Fiat Automóveis, cujo CEO ingressara no CDES em 2010, figurava dentre outras empresas receptoras destes recursos.<sup>241</sup>

<sup>238</sup> Retirado de <<http://www.odebrechtagroindustrial.com/sobre-eth/quem-somos>>. Acesso em 29/10/2013.

<sup>239</sup> ALMEIDA, Mansueto. *Desafios da real política industrial brasileira do século XXI*. Texto para discussão nº 1452, IPEA, Brasília: 2009, p. 63.

<sup>240</sup> Retirado de <[http://segurogarantia.net/noticia/bndes-aprova-credito-de-r-226-milhoes-para-duas-pchs-do-grupo-alusa/#.VIo1xivF9\\_A](http://segurogarantia.net/noticia/bndes-aprova-credito-de-r-226-milhoes-para-duas-pchs-do-grupo-alusa/#.VIo1xivF9_A)>. Acesso em 11/12/2014.

<sup>241</sup> As empresas, não representadas no CDES, mas que também receberam empréstimos do BNDES neste ano foram a Bertin S.A (R\$ 2.499.929.732,00), a JBS S.A (R\$ 1.109.267.813,00), a Marfrig Frigoríficos e Comércio

Muito provavelmente os recursos obtidos pelos conselheiros do CDES via BNDES foram advindos da sua condição de conselheiro. No caso de Bumlai, consta no Relatório de Atividades do CDES de 2007 que o referido conselheiro “questionou a baixa prioridade do BNDES para o financiamento de projeto na área de biocombustíveis”<sup>242</sup> perante os funcionários do BNDES Elvino Gaspar (Diretor de Crédito e Inclusão Social) e João Carlos Cavalcanti (Superintendente da Diretoria de Infraestrutura), ambos na condição de palestrantes da III Reunião do Grupo Temático do CDES “Agenda da Infra-estrutura para o Desenvolvimento”, realizado no Auditório do BNDES, no Rio de Janeiro. Na mesma direção, o conselheiro Antoninho Trevisan afirmou que “o BNDES poderia elaborar linhas de crédito mais adequadas para o setor, em vez de tentar enquadrar os tomadores de empréstimos nas linhas atualmente existentes”.<sup>243</sup> Os reclames de ambos surtiram efeito imediato e, um ano depois, tal linha de crédito já atendia o setor, inclusive a Usina São Fernando Açúcar e Álcool Ltda, de propriedade de Bumlai:<sup>244</sup>

Sensibilizado pelas posições e propostas dos Conselheiros, o Superintendente de Infra-estrutura do BNDES, João Carlos Cavalcanti, convidou os Conselheiros Antoninho Trevisan e José Carlos Bumlai para uma reunião, a fim de discutir com mais profundidade uma agenda de crédito para a bioenergia e os biocombustíveis. Após esse diálogo com membros do GT Agenda da Infra-estrutura com o BNDES, esse banco ampliou significativamente suas linhas de financiamento para o setor de bioenergia e biocombustíveis e criou uma superintendência para tratar especificamente deste tema.<sup>245</sup>

Conhecido como “o homem do Barba”, pecuarista e usineiro do Mato Grosso do Sul, Bumlai acumulava não apenas prestígio e acesso direto ao gabinete da Presidência da República, mas também investigação de irregularidades pelo Ministério Público em face da contratação da empreiteira Constran – da qual Bumlai havia sido do conselho diretor até

---

de Alimentos Ltda (R\$ 700.000.000,00), a Independência Participações S.A (R\$ 449.999.979,00) e a Perdígão Agroindustrial (R\$ 342.694.800,00), todas do ramo de frigorífico de carnes e processamento de alimentos. A Totvs S.A, empresa do setor de informática e de desenvolvimento de software, recebeu empréstimo no valor de R\$ 404.500.000,00, “no âmbito do programa para o desenvolvimento da indústria nacional de software e serviços de tecnologia da informação (Prosoft-Empresa)”, conforme detalha a descrição do projeto (Cf. ALMEIDA, Mansueto. *Desafios da real política industrial brasileira do século XXI...* Op. cit.).

<sup>242</sup> Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (Brasil) (CEDES). Relatório de Gestão – 2007 / Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. – Brasília: Presidência da República, Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, 2007, p. 29.

<sup>243</sup> Idem, p. 29.

<sup>244</sup> ALMEIDA, Mansueto. *Desafios da real política industrial brasileira do século XXI*. Op. cit., p. 63.

<sup>245</sup> Idem. Na condição de empresário e liderança do agronegócio, o conselheiro Bumlai perseguiu, junto ao governo, aumento de recursos para o seu setor. Na 28ª reunião plenária do CDES, em plena crise econômica de 2008, assim se dirigiu diretamente ao presidente Lula da Silva: “O setor sucroalcooleiro, Senhor Presidente, em notável expansão, também está com problemas de crédito e merece especial atenção. O setor é grande gerador de exportação, além de ser hoje um novo e crescente pólo energético, pela instalação de unidade de biomassa, gerando energia em grande número de usinas. O BNDES poderia agir rapidamente, gerando linhas de capital de giro necessárias, devido à retração dos bancos privados que operavam com o segmento. É um setor relativamente homogêneo e concentrado, ao contrário do rural, permitindo o atendimento direto” (ATA da 28ª Reunião Plenária, 06/11/2008, p. 20).

2002 – pela prefeitura de Campinas.<sup>246</sup> Em entrevista, o conselheiro revelou a importância do governo Lula para a agroindústria sucroalcooleira:

Revista Dinheiro Rural - O que representa para o sr. a amizade com o presidente Lula?

Bumlai - É um privilégio e um motivo de orgulho. Quando o conheci, apresentado pelo governador Zeca do PT, fiquei impressionado com a sua visão sobre todos os problemas brasileiros. E assim como Getúlio Vargas fez história com a Petrobras e JK com a construção de Brasília, *Lula será lembrado pelo impulso que deu aos biocombustíveis.*<sup>247</sup>

A pesquisa não encontrou relações diretas, digo, atividades empresariais do conselheiro Luiz Aubert Neto próprias do setor usineiro e/ou agropecuarista. Ele é proprietário da Aubert Engrenagens e Redutores. A empresa fornece máquinas e equipamentos para indústria sucroalcooleira, mas também para o setor metalúrgico, siderúrgico, ferroviário, mineral, papel e celulose e naval.<sup>248</sup> Contudo, o conselheiro é Presidente da ABIMAQ e, como tal, a coisa muda de figura: a pesquisa revelou que o conselheiro associava-se como membro da Divisão de Insumos do Departamento de Agronegócio (DEAGRO) da FIESP, além de fazer parte do Sistema Agrishow – feira internacional de tecnologia agrícola, vinculada à ABAG. Além disso, participava, no Estado restrito, do Conselho de Agronegócio (CONSAGRO) do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Tratava-se, portanto, de um importante membro do setor.

Aliás, neste âmbito, alguns dos conselheiros da empresa agrícola possuíam alguma inserção no aparato estatal. Se não, vejamos: Luiz Otávio Gomes foi Secretário de Desenvolvimento Econômico de Alagoas e Secretário de Planejamento de Estado do Governo de Alagoas na gestão Theotônio Vilella (PSDB).<sup>249</sup> A pesquisa não encontrou vínculos (oficiais) de Maurílio Biagi Filho e de José Carlos Bumlai ao Estado restrito. Por outro lado, sabemos que Mark Jank fez parte do Conselho Consultivo do Setor Privado (CONEX) da

<sup>246</sup> PAGNAN, Rogério e ROCHA, Marília. Amigo de Lula é investigado por desvios. *Folha de São Paulo*, 25/05/2011. Disponível em < <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po2505201111.htm>>. Acesso em 2/10/2013. Foram várias as matérias na grande imprensa que veicularam este caso. O advogado de Bumlai refutou todas as acusações.

<sup>247</sup> ATTUCH, Leonardo. O conselheiro rural do presidente. *Revista Dinheiro Rural*, Ed. 54, 04.2009. Grifos meus. Retirado de < <http://revistadinheiorural.terra.com.br/secao/agronegocios/o-conselheiro-rural-do-presidente>>. Acesso em 29/10/2013.

<sup>248</sup> Retirado de <http://www.aubert.com.br/empresa.html>>. Acesso em 29/10/2013.

<sup>249</sup> A Polícia Federal abriu inquérito para investigar “provável ocorrência de crimes de corrupção passiva e ativa envolvendo o relacionamento de pessoas vinculadas ao governo do Estado de Alagoas, o Banco Panamericano e outras instituições financeiras nacionais”. Os e-mails citam frequentemente Luiz Otávio Gomes como personagem central da negociação. “PF investiga corrupção envolvendo governo de Alagoas”, notícia vinculada no site no Sindicato da Polícia Civil de Alagoas em 24/10/2011. Retirado de <<http://www.sindpol-al.com.br/2011/10/pf-investiga-corrupcao-envolvendo-governo-de-alagoas/>>. Acesso em 29/10/2013.

CAMEX, órgão do MDIC, juntamente com os conselheiros Luiz Aubert Neto e Marcelo Odebrecht. Conselheiros-empresários de outros setores econômicos também fizeram parte do Conselho Consultivo do Setor Privado (CONEX) da CAMEX: Antonio Gil, Cledorvino Bellini, Robson Andrade, Roger Agnelli, Paulo Godoy e Maurício Botelho. Ainda no setor sucroalcooleiro, Carlos Farias foi membro da Câmara Setorial dos Combustíveis do MAPA.

Pedro Teruel, deputado estadual pelo PT do MS, era empresário do ramo da aviação agrícola, proprietário da Teruel Viação Agrícola Ltda. Foi Vice-Presidente do Sindicato Nacional das Empresas de Aviação Agrícola. Como deputado estadual do MS, integrou as Frentes Parlamentares de Apoio ao Agronegócio e ao Cooperativismo e de Apoio à Indústria. No Estado restrito, ocupou o cargo de Secretário de Estado de Habitação e Infraestrutura do MS. Foi coordenador nacional da Associação Brasileira de Empresários pela Cidadania – CIVES.

Os conselheiros Márcio Lopes de Freitas e Rozani Holler foram duas destacadas lideranças da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) tendo sido, respectivamente, Presidente da OCB e representante nacional do ramo do trabalho da entidade (Coo-trabalho). Nascida em 1969, fruto da unificação da Aliança Brasileira de Cooperativas (Abcoop) e da União Nacional das Associações Cooperativas (Unasco), foi apenas a partir de 1974 que a OCB inicia sua trajetória ascendente entre as entidades patronais da agroindústria.<sup>250</sup> Apoiada na vulgarização de premissas político-ideológicas cunhadas para legitimar o cooperativismo, tais como o de democracia e igualitarismo, a OCB construiria legitimidade como órgão de representação de classe que se imporia ao conjunto das agremiações patronais da agricultura e mesmo à sociedade civil como um todo.<sup>251</sup> A historiadora Sonia Regina de Mendonça salienta que a OCB logrou inscrever aos grupos dominantes agroindustriais um novo projeto de hegemonia, qual seja, “a modernização definitiva da agricultura, mediante seu funcionamento em bases totalmente empresariais e internacionalizadas”.<sup>252</sup> Em detida e aprofundada pesquisa sobre as bases sociais e quadros dirigentes da OCB, Mendonça afirma que seu perfil era composto por

Agropecuaristas e, sobretudo, agroempresários, profundamente imbricados a uma agricultura plenamente caicizada e industrializada, dotados da mais moderna tecnologia e zelosos do significativo papel econômico desempenhado, desde a década de 1980, pela produção oriunda das “cooperativas” na pauta de exportações brasileiras.<sup>253</sup>

---

<sup>250</sup> MENDONÇA, Sonia Regina de. *O patronato rural no Brasil recente (1964-1993)*... Op. cit., p. 183-185.

<sup>251</sup> Idem, p. 186.

<sup>252</sup> Idem, p. 202.

<sup>253</sup> Idem, p. 209.

O conselheiro Pedro Teruel consta em lista divulgada pelo *Informativo OCB* dos candidatos às eleições de 1990 que, caso eleitos, comporiam a futura Frente Parlamentar Cooperativista, comprometendo-se publicamente com a entidade.<sup>254</sup> A adesão de Teruel à Frente Parlamentar da OCB talvez seja situação precursora e reveladora (reforçada pela circunstância de ser o único petista - ou filiado a um partido de esquerda à época – dentre os 29 signatários de uma lista composta majoritariamente por integrantes de partidos da direita) das mudanças do posicionamento de seu partido em relação à agroindústria. Situação esta coroada com a nomeação de Roberto Rodrigues, líder incontestado da OCB, para a pasta do Ministério da Agricultura do governo Lula, o que revela também a consagração desta entidade como força hegemônica da classe patronal agrícola.

Não poderíamos deixar de mencionar, ainda no campo das organizações da sociedade civil da burguesia agrária brasileira, a importância decisiva da Associação Brasileira de Agribusiness (ABAG). Nascida em 1993, por iniciativa da direção da OCB (precisamente por Roberto Rodrigues e Ney Bittencourt de Araújo), a ABAG tratava de justificar sua criação por meio da necessidade de se estabelecerem novos canais de representação que dessem conta da noção ampliada de agricultura por ela construída. Assim, a “agricultura” tornava-se avalista de um amplo e poderoso complexo de cunho industrial, comercial e financeiro “diante do qual urgia criar uma mega-agremiação, supra-associativa e proporcional, politicamente, à sua importância econômica”.<sup>255</sup> Conforme assinala Raphaela Giffoni Pinto, a ABAG

(...) consiste em uma entidade que agrega diversos setores ligados à produção agropecuária, abrangendo não somente segmentos responsáveis pela atividade produtiva, como também aqueles relacionados à produção de insumos e ao armazenamento, processamento, distribuição e financiamento de produtos agrícolas, além de empresas diretamente ligadas ao capital financeiro.<sup>256</sup>

Conquanto não tivesse inscrito *ipsis litteris* algumas de suas lideranças (diretores e presidentes) nas plenárias do CDES ou, de melhor forma, não tenham como tal se identificado, é inequívoco que os interesses e demandas da ABAG estavam sendo defendidos e projetados por meio das empresas e entidades patronais a ela associadas presentes no CDES e de conselheiros ligados à agroindústria que frequentavam os mesmos conselhos e comissões, na sociedade civil e política, que a ABAG fazia parte. Tratava-se, portanto, de duas frentes de interconexões entre a ABAG e o CDES, expostas no quadro abaixo:

---

<sup>254</sup> Idem, p. 208.

<sup>255</sup> Idem, p. 219.

<sup>256</sup> GIFFONI PINTO, Raphaela. *O novo empresariado rural brasileiro – uma análise das origens, projetos e atuação da Associação Brasileira de Agribusiness (1990-2002)*. Dissertação de Mestrado em História, Niterói: UFF, 2010, p. 10.

**Quadro 2.10 – Capilarizações e entrelaçamentos da ABAG no CDES<sup>257</sup>**

<b>Empresas e Entidades Associadas à ABAG e representadas no CDES</b>	<b>Conselhos, comissões e institutos de que a ABAG participa, junto com outros conselheiros do CDES</b>
<b>Banco Itaú, Banco Santander, Febraban</b>	• Conselho do Agronegócio (CONSAGRO) do MAPA Conselheiro Luiz Aubert Neto
<b>Grupo Gerdau e CVRD</b>	• Conselho Superior do Agronegócio da FIESP (COSAG) Conselheiros Maurílio Biagi e Marcos Jank
<b>BM&amp;FBovespa</b>	• Comissão Mista Brasil-Alemanha para o Agronegócio Conselheiros Marcos Jank e Márcio Lopes de Freitas
<b>Grupo Maubisa</b>	• Instituto para o Agronegócio Responsável (ARES) <sup>258</sup> Conselheiros Marcos Jank e Márcio Lopes de Freitas
<b>Nestlé do Brasil</b>	• Instituto de Estudos do Agribusiness (braço técnico da ABAG) Conselheiro Marcos Jank
<b>Ioschpe Maxion</b>	• Associação Brasileira de Marketing Rural e Agronegócio Conselheiro Márcio Lopes de Freitas
<b>Price Waterhouse Coopers Brasil</b>	• Sistema Agrishow – Feira Internacional em Tecnologia Agrícola Conselheiro Luiz Aubert Neto
<b>União da Indústria da Cana-de-açúcar (ÚNICA)</b>	• Instituto de Estudos do Comércio e Relações Internacionais (ICONE) Conselheiro Marcos Jank
<b>Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB)</b>	• Programa de Estudos e Negócios do Sistema Agroindustrial (PENSA/USP) <sup>259</sup> Conselheiro Marcos Jank

<sup>257</sup> Para a confecção deste quadro foi de grande valia o documento da ABAG, publicado em 2008: “ABAG 15 anos – Uma história de realizações em benefício do agronegócio brasileiro”. Retirado de <[http://www.abag.com.br/pdf/Abag\\_15\\_anos.pdf](http://www.abag.com.br/pdf/Abag_15_anos.pdf)>, bem como o site da própria ABAG <<http://www.abag.com.br/index.php?mpg=01.02.00>>. Home pages de outras associações foram consultadas: Cf. <[http://abmra.org.br/associacao\\_diretoria\\_2012\\_2013.htm](http://abmra.org.br/associacao_diretoria_2012_2013.htm)> ; <[http://www.ibraf.org.br/x\\_files/Documentos/Resumo\\_da\\_reuni%C3%A3o\\_do\\_Conselho\\_Superior%20do%20Agroneg%C3%B3cio-FIESP\\_11\\_02\\_08.pdf](http://www.ibraf.org.br/x_files/Documentos/Resumo_da_reuni%C3%A3o_do_Conselho_Superior%20do%20Agroneg%C3%B3cio-FIESP_11_02_08.pdf)> e <<http://www.diariodecuiaba.com.br/detalhe.php?cod=303523>>. Todas acessadas em 30/10/2013. O trabalho de Lamosa (2012), também traz dados relevantes. Cf. LAMOSA, Rodrigo de Azevedo Cruz. *O programa do agronegócio na escola: um estudo de caso sobre a entrada do empresariado brasileiro na escola pública*. XVI Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino, Unicamp, Campinas: 2012.

<sup>258</sup> Segundo matéria de Richard Jakubaszko, “O ARES em frente e os agricultores para trás”, retirada da revista DBO de 26/05/2008, “o presidente do conselho deliberativo do ARES é também presidente da Abag e Abiove, Carlo Lovatelli”. O jornalista afirma que “o ARES congrega 19 entidades do agronegócio brasileiro: Abag, AbagRP, Abef, Abia, Abiec, Abimilho, Abiove, Abipecs, Abrasem, Anda, Andef, Aprosoja, BSC, CNA, CNPC, Ícone, OCB, SRB e Única”. Jakubaszko coloca em evidência as bases sociais do ARES: “É preocupante constatar que o ARES é constituído por 19 entidades, das quais apenas 3, a rigor, representam produtores rurais: Aprosoja, CNA e SRB, e indiretamente a OCB. Deveria incluir mais associações de agricultores. Mas estas não existem, ou não são representativas. O ARES acabará por trazer benefícios ao campo, porém, não tenhamos ilusões, representa indústrias de beneficiamento e de fornecedores de insumos para agricultores, e não de agricultores, como as exceções citadas”. Retirado de <<http://www.associtrus.com.br/imprime-noticia.php?id=1931>>. Acesso em 30/10/2013.

<sup>259</sup> Rodrigo Lamosa considera o PENSA e outras instituições da ABAG como constitutivo do “braço pedagógico” desta entidade. Segundo ele, “o PENSA desde sua criação esteve situado fisicamente no interior da Universidade de São Paulo (USP) e recebeu verbas de empresas privadas e organizações do agronegócio brasileiro. O programa se dedicou desde a origem tanto a programas regulares de ensino, quanto à formação continuada, com destaque para os cursos dirigidos às empresas associadas”. LAMOSA, Rodrigo de Azevedo Cruz. *O programa do agronegócio na escola ...* Op. cit., p. 05. Considerando – corretamente a meu ver – a ABAG como partido das frações agrárias dominantes, Lamosa adverte para a função formativa (educativa) do PENSA, pois os intelectuais a ele associados “são responsáveis por organizar e uniformizar o discurso do agronegócio brasileiro, assumindo postos importantes na própria ABAG” (idem). Outro interessante estudo sobre a ABAG e o PENSA numa abordagem teórica gramsciana ver GIFFONI PINTO, Raphaela. *O novo empresariado rural brasileiro...* Op. cit.

### Elaboração própria

Cada entidade associativa do empresariado rural elencada acima se reveste de especificidades próprias na divisão organizativa das classes dominantes agrárias brasileiras. Constituem, contudo, um complexo de entidades cuja teia sustenta e ramifica a ação político-ideológica e econômica dos dois principais aparelhos privados de hegemonia do patronato rural em tempos recentes (a OCB e a ABAG). Conforme Mendonça,

O novo projeto, hegemônico entre os segmentos patronais da “agricultura” brasileira, perpetraria tanto a potencialização da acumulação capitalista no País como um todo – e no campo em particular – quanto a facilitação da penetração do capital industrial, comercial e financeiro no Brasil (...). Diante disso, é possível afirmar que o binômio OCB/Abag contribuiu, fortemente, para a reconversão do Brasil ao *status* de país agroexportador, na medida em que seu parque industrial foi lentamente sucateado e desnacionalizado no decorrer da década de 1990.<sup>260</sup>

A sigla “ABAG” não aparece nas centenas de perfis dos conselheiros expostos no endereço eletrônico do CDES. Todavia, ao “puxar a ponta do barbante” nos deparamos com a dimensão político-econômica que a ABAG envolve, representa e organiza. Não se trata apenas de uma teia organizativa de entidades, mas, sobretudo, no dizer de Mendonça, de um “*pool* de grandes empresas produtoras de tecnologia agrícola de ponta” e do “predomínio evidente das grandes empresas alimentadoras do agronegócio”.<sup>261</sup>

Diante disso, é possível afirmar que o CDES abrigava uma amostra, embora bastante minoritária, das frações agrárias da classe dominante. Leia-se minoritária em termos de representação numérica *direta* de conselheiros e numa leitura *restrita* de seu entendimento: não do conjunto das forças econômico-sociais envolvido com elas, quer dizer, da expressão da imbricação de capitais de frações diversas no “campo”, conforme mostra o quadro 2.10 acima. Neste, não é preciso muito esforço para perceber o papel de intelectuais orgânicos assumidos por conselheiros como Márcio Lopes de Freitas e, principalmente, Marcos Jank.

Uma sumária investigação sobre o conselheiro Jank revelou estreita e militante presença em vários eventos (fóruns, encontros, seminários) e institutos e entidades patrocinadas pela ABAG. Foi bastante comum encontrá-lo colocando-se como porta-voz e defensor dos interesses do “agronegócio” em algumas ocasiões. Uma das quais nos interessa

<sup>260</sup> MENDONÇA, Sonia Regina de. *O patronato rural no Brasil recente (1964-1993)*... Op. cit., p. 226.

<sup>261</sup> Idem, p. 224-225.

mais de perto foi o debate acerca da reprimarização e da desindustrialização na última década, por ocasião do Encontro Nacional de Comércio Exterior.<sup>262</sup>

Divergindo dos comentários do diretor da FIESP, Roberto Giannetti da Fonseca e do vice-presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), José Augusto de Castro, Jank saiu em defesa do setor ao afirmar que exportar alimentos e energia não é “uma volta ao passado”, pois, segundo ele “para um grão de soja é preciso uma quantidade imensa de máquinas, químicas, processamento”, acionando o conceito de “agronegócio” construído pela OCB/ABAG a fim de mobilizar argumentos em favor do setor. Não haveria que se falar, segundo Jank, em que aumento do peso das *commodities* na pauta de exportações causaria desindustrialização: “não há sinais de desindustrialização e o Brasil está indo apenas na direção de sua vocação e do que é esperado”. Segundo a reportagem, Jank ainda afirmou que “a indústria de *commodities* é altamente desenvolvida em tecnologia e que, por distorções da cadeia produtiva, é muitas vezes mais lucrativa do que a indústria de transformação”.<sup>263</sup> “Há distorções que beneficiam o produto básico. O manufaturado nem sempre é tão lucrativo”,<sup>264</sup> argumentou.

O contra-ataque de Jank permite perceber uma das frentes de construção de um discurso hegemônico do “agronegócio”, agora transposto à indústria de *commodities*: lucratividade, competência, êxito, competitividade, modernização, vocação agrária do país (própria do ruralismo), são algumas idéias-chaves mobilizadas. Na “cadeia produtiva” da indústria destaca-se a “alta tecnologia desenvolvida” e o lucro envolvidos, apresentando-a a partir de uma visão homogeneizadora a partir dos de cima, dos grandes grupos e acionistas controladores, camuflando dramáticas desigualdades, formas de exploração e subalternização dos pequenos produtores e fornecedores. Permite também perceber as disputas entre as frações das classes dominantes pela apropriação do excedente econômico, pelo melhor posicionamento na estrutura econômico-social do país e também as fissuras existentes no bloco do poder.

### 2.3.3.3 – Sumária reflexão sobre o debate da commoditização

Existe consistente e ampla literatura econômica que defende a hipótese de que o Brasil atravessa, desde meados da década de 1980, um processo de desindustrialização, acelerado

---

<sup>262</sup> VALLE, Sabrina e AMORIM, Daniela. Exportar alimentos não é volta ao passado, diz ÚNICA. *Revista Veja*, 19/08/2011. Retirado de < <http://veja.abril.com.br/noticia/economia/exportar-alimentos-nao-e-volta-ao-passado-diz-unica>>. Acesso em 05/11/2013.

<sup>263</sup> Idem. Grifos meus.

<sup>264</sup> Idem.

nos anos 90, mantido e aprofundado na primeira década do século XXI. Coligado a isto, advoga que o advento do processo de reprimarização da pauta exportadora, impulsionada por uma conjuntura internacional bastante favorável, evidenciaria a ascensão de uma fração produtora e exportadora de *commodities* e, neste particular, o “agronegócio” assumiria posição fundamental.

Por mais relevante que seja, o debate sobre a reprimarização e a desindustrialização escapa do escopo desta tese. Neste item, pretendemos tecer algumas considerações da extrema complexificação dessas relações: partindo do estudo de caso das empresas e grupos econômicos representados no CDES, apesar de uma parte dos seus investimentos e participações corporativas envolver setores e atividades voltadas à commoditização, percebemos claramente a elas não se limita: investigamos como os setores do capital se ramificaram e se interpenetraram, principalmente quando se tratam de grandes capitais monopolistas.

A complexidade assumida pela configuração da propriedade agrária no Brasil nas décadas mais recentes, principalmente no pós-64 com o surgimento dos complexos agroindustriais (CAIs), torna complicada a rígida separação entre os grupos ou agentes econômicos que compõe a fração industrial e a agrária. O surgimento de um “novo patronato agrário”, advindo do processo de dominação direta do capital sobre a terra, significou alterações na composição social das classes dominantes vinculadas ao campo. Mendonça menciona que tal processo derivou em redefinições de conceitos, como o de “latifúndio”, “que passaria a conotar não mais o tradicional coronel detentor de terras improdutivas, *mas sim os grandes grupos econômicos de distintas extrações – sobretudo a burguesia financeira – e em fase de extrema concentração de seus negócios*”.<sup>265</sup>

Ora, sob esta perspectiva, tratar da commoditização da pauta exportadora e da desindustrialização como relativa perda político-econômica da posição da fração industrial faz sentido apenas parcialmente, ou seja, se obscurecermos a concepção de que a própria fração industrial não é um bloco monolítico na formação dos capitais que a compõe e na formulação de interesses. Mendonça destaca que o setor agroexportador brasileiro há tempos associou-se às demais frações do capital, caracterizando-se como “*pool* de grandes empresas” da qual a OCB e a ABAG (cf. amostra no quadro 2.10) foram constituídas.

A intenção é a de alertar para o cuidado que devemos ter ao tratar das configurações das classes e frações de classes dominantes nas relações de produção capitalistas mais

---

<sup>265</sup> MENDONÇA, Sonia Regina de. *O patronato rural no Brasil recente (1964-1993)*... Op. cit., p. 50. Grifos meus.

recentes. Trata-se, sem dúvidas, de um debate espinhoso, ao qual somente podemos enunciar e levantar algumas problematizações. O debate remete às considerações iniciais deste trabalho, qual seja, a da *relativa soldagem* entre as diferentes frações de classe na fase do capitalismo monopolista.

No âmbito propriamente da nossa pesquisa, a investigação acerca dos grupos e firmas representados pelos empresários do CDES deixou suficientemente claro que os grandes capitais, de diferentes origens, *se capilarizavam e se entrelaçavam em diversas atividades dos setores econômicos de distintas frações dominantes*.

Como seria enfadonho e cansativo listar as participações de cada conselheiro-empresário nos mais distintos setores – o que significaria inverter o quadro 2.7 -, penso que é mais eficaz expor os resultados a que chegamos acerca do que poderíamos designar de “grau de capilarização e de entrelaçamento” destes empresários, a partir do exame da classificação do quadro da 2.7 (CNAE):

- a) dos 88 empresários que compuseram o CDES entre 2003 e 2010, 84 credenciavam-se como empresários *strictu sensu*, isto é, ou eram lideranças de entidades associativas empresariais *corporativas* e/ou eram prepostos ou sociosproprietários diretos dos meios de produção;<sup>266</sup>
- b) destes 84 empresários, 76 não estavam vinculados diretamente ao capital portador de juros (banqueiros) *par excellence*, isto é, não se apropriavam do mais-valor através de atividades *exclusivamente* monetárias. O entrelaçamento entre o capital monetário (ou portador de juros) e o capital industrial (produtor de mais-valor) no CDES será objeto de análise mais adiante, mas parte dele já foi explicitado quando tratamos da ABAG.
- c) destes 76 empresários da fração não monetária, 38 (50%) registravam participação em apenas uma atividade econômica;
- d) dos demais 38 empresários, 22 (29% do total de 76) tinham participação em 2 atividades econômicas, 11 (14%) em 3 atividades econômicas, 2 (2%) em 4 atividades e, por fim, 4 empresários (5%) atuavam em 5 atividades econômicas diferenciadas, totalizando 105 participações. Vale a pena sempre lembrar que este quantitativo vislumbra a situação do grupo, firma e entidade a qual se vinculavam.

Cabe ainda observar que mitigamos ou subestimamos o percentual de capilarizações e de entrelaçamentos dos empresários ao não ter meios de como contabilizar as inúmeras

---

<sup>266</sup> A pesquisa não encontrou nenhuma atuação empresarial em entidades *corporativas* e em situações cargos ou sócios de empresas nos seguintes casos, *no período em que atuaram no CDES*: Gisela Gorovitz (Cives), João Bosco Borga (Associação Nacional dos Empresários e Empreendedores Afro-Brasileiros), Joseph Couri (ASSIMPI) e Alceu Nieckarz (Associação Universal de Empresários Cristãos).

conexões estabelecidas pelo setor bancário e financeiro não bancário, quando sabemos que o capital monetário condensa e exprime a forma monopólica e concentradora da propriedade e dos recursos sociais de produção. Esta verdadeira anomalia foi aplicada em oito importantes conselheiros-empresários: Gustavo Martin Garat (Executivo do Citibank), Márcio Arthur Cypriano (Presidente do Bradesco), Milu Villela (Socioacionista do Banco Itaú), Roberto Egydio Setúbal (Presidente do Banco Itaú), Gabriel Ferreira (Diretor da E. Johnston Participações Ltda, holding controladora do Unibanco), Fábio Barbosa (Presidente do Santander), Marcelo Giufrida (Presidente do Banco BNP Paribas) e João Elísio Ferraz de Campos (Presidente do Conselho de Administração da Centauro Vida e Previdência S.A.). Tal procedimento, de certo, minimizou o grau de capilarização e de entrelaçamento, especialmente quando se trata da articulação com a fração industrial (produtora de valor), porém a análise de todos os desdobramentos dos investimentos deste setor ultrapassaria os limites propostos pela pesquisa.

Computando os empresários dos setores voltados à produção de valor, é revelador o fato de que 50% deles correspondessem a 105 (72%) das 147 inserções/participações nas atividades econômicas expostas no quadro 2.7. Isto mostra que 43% do total (38 de 88 conselheiros-empresários) de empresários atuantes no Conselho entre 2003 e 2010 participavam de grupos e firmas que expandiam, diversificavam e interpenetravam atividades e investimentos em setores econômicos diferenciados. Tais interconexões não apenas se restringiam ao domínio econômico, mas também nas esferas da sociedade civil empresarial, pois a grande maioria comparecia em seus APH's como intelectuais orgânicos. Não obstante – e isto é muito importante para o objetivo que nos trouxe até este ponto –, um segmento empresarial não desprezível – de 27 empresários, ou seja, pouco menos de um terço do total (31%) –, vinculava-se a grupos, firmas e entidades que traziam no seu portfólio de investimentos atividades voltadas à produção e exportação de *commodities*.

Não estamos afirmando que esta ou aquela fração de classe presente no CDES direcionava suas atividades para a indústria de *commodities tout court*, mas sim que, dentre o seu conjunto, e a partir da classificação adotada no quadro 2.8, verificamos que empresários dos grandes grupos e firmas representados no CDES voltavam-se *também* para ela. No CDES, as distintas frações de classe em presença (excluindo a comercial e a de serviços) buscavam valorizar seus capitais engrossando as fileiras da commoditização, valendo-se da elevação dos seus preços nas praças internacionais. Em outros termos, os setores industriais (produtores de valor) e bancários vinculavam-se de uma ou outra maneira ao processo de commoditização.

É neste sentido que o CDES era objeto e sujeito, acomodação e ação, destino e origem simultâneos do “fazer-se” de parte das classes dominantes no Brasil. Ele era expressão das relações de forças sociais e econômicas em luta e disputa no Brasil, mas também parecia ser *locus* de ação política, de intervenção e de consensualização entre as frações dominantes. Era espaço potencialmente simultâneo de preparação (não no sentido de formulação “estratégica”, mas de adequação “tática” e ação conjunta) e de intervenção direta (debatiam políticas públicas de Estado *no próprio Estado* restrito).

### **2.3.4 – Grupos bancários, setores financeiros não bancários e associações da sociedade civil no CDES (2003-2006)**

#### **2.3.4.1 – Os grupos bancários no CDES**

Estamos lidando, como se percebe, com uma significativa parcela das frações do grande capital do país no CDES. Ainda que se apresentem como representantes deste ou daquele setor da economia, bem sabemos que a dinâmica recente do capitalismo no Brasil não nos autoriza a segmentá-los. Muito pelo contrário, tais frações estão emaranhadas numa rede capilar de participações acionárias de todo tipo e origem, buscando incessantes valorizações do valor.

Aliás, o próprio conceito de “grupo econômico” se define pela agregação de empresas que atuam em diversos setores da economia. Porém, alertamos que o que está por detrás desta interpenetração patrimonial de empresas é precisamente a mixórdia de capitais de origens distintas, deixando claro que “não é a atividade pessoal do proprietário que caracteriza ou descaracteriza a propriedade do capital mas a *relação social* que envolve”.<sup>267</sup> Reunindo diversidade de interesses, tal relação não está imune nem a conflitos nem a redes de solidariedade, a depender das correlações de forças no âmbito das próprias frações burguesas em particular e das relações de (re)produção capitalistas em geral.

Os empresários que investigamos, atuantes nos grupos econômicos presentes no CDES, se encontravam também em muitas e diversificadas associações da sociedade civil. Porém, o que nos importa aqui destacar são os grandes grupos bancários por excelência. Suas atividades, como grandes *holdings* os credenciam como partícipes (acionistas, sociosproprietários, CEO’s, diretores e/ou membros de conselhos de administração, etc) de muitos outros setores não bancários da atividade econômica, constituindo, especialmente aqui, elemento importante para averiguar a pertinência da categoria “capital financeiro”. O quadro

---

<sup>267</sup> FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo...* Op. cit., p. 201.

abaixo mostra a vinculação de muitos empresários com os grupos bancários mais destacados no Brasil.

**Quadro 2.11 – A presença de Grupos Bancários Privados no CDES (2003-2006)<sup>268</sup>**

<b>Conselheiros<sup>269</sup></b>	<b>Vinculações com Grupos Bancários Privados</b>
1) Benjamin Steinbruch	Proprietário do Banco Fibra (Grupo Vicunha).
2) Eduardo Eugênio Gouvea Vieira	Foi Membro do Conselho de Administração do Banco Sogeral S.A. (1987-1999).
3) Fabio Coletti Barbosa	Presidente do ABN AMRO Bank (1996) e Presidente do Banco Real (1998), após fusão entre os dois bancos. Presidente do Grupo Santander Brasil (2008), após fusão entre este e o Banco Real. Citibank (1986-1993).
4) Fernando Roberto Moreira Salles	Presidente do Conselho de Administração da E. Johnston Representação e Participação S. A. (Holding controladora da Unibanco Holdings).
5) Gabriel Ferreira	Membro do Conselho de Administração do Unibanco e Diretor da E. Johnston Representação e Participações S.A.
6) Gustavo Carlos Marin Garat	Executivo do Corporate & Investment Bank and Consumer Bank no Citibank Brasil.
7) Jorge Gerdau Johannpeter	Proprietário do Banco Gerdau (Grupo Gerdau).
8) Márcio Artur Cypriano	Presidente do Bradesco.
9) Miguel João Jorge Filho	Vice-presidente Executivo de RH e de Assuntos Corporativos do Grupo Santander Banespa.
10) Milu Villela	Vice-Presidente do Conselho de Administração do Itaú Unibanco Holding S.A.
11) Roberto Egydio Setubal	Presidente e Diretor Geral do Banco Itaú. Trabalhou no CitiBank (1983-1984).
12) Roger Agnelli	Foi Diretor Executivo do Banco Bradesco (1988-2000).
13) Viviane Senna	Membro dos comitês de orientação e investimentos sociais dos bancos Itaú e Unibanco. Membro do Conselho Consultivo do Citibank Brasil.
14) Waldemar Verdi Junior	Membro do Conselho de Administração do Banco Dibens S/A.

Elaboração própria.

Para confeccionar este quadro foi pesquisada a atuação profissional dos conselheiros do CDES de 2003 até 2006. Nos casos de Eduardo Eugênio Gouvea Vieira e Roger Agnelli retrocedemos um pouco no tempo a fim de abarcar suas ligações com o setor bancário, para além de suas atividades nos setores de distribuição de derivados de petróleo e mineração,

<sup>268</sup> Os Quadros confeccionados neste subitem se valeram das seguintes fontes: *GAZETA MERCANTIL. Revista Balanço Anual 2004*: a mais completa radiografia dos negócios do País. São Paulo: Editora JB S.A., 2004. (Ranking referente ao Patrimônio Líquido dos Grupos em dezembro de 2003, ano de criação do CDES). ABREU, Alzira Alves de [et al.]. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930*. Ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: FGV; CPDOC, 2001. Pesquisa feita em sites da internet, especialmente na página eletrônica do CDES ([www.cdes.gov.br](http://www.cdes.gov.br)).

<sup>269</sup> No CDES, figuravam conselheiros-empresários voltados ao conjunto das atividades bancárias e conselheiros-empresários que não eram proprietários ou prepostos de bancos, mas que se envolviam em atividades do setor financeiro não bancário (seguros, corretagens, instituições de creditícias, cambiais, etc), resultantes da expansão e especialização da divisão de trabalho do setor bancário, com exceção da bolsa. Aos primeiros denominamos de conselheiros-banqueiros e, aos segundos, de conselheiros do setor financeiro não bancário. Todos eles atuavam em atividades designadas por Marx como pertencentes ao capital monetário ou capital portador de juros, mesmo empresários cujas atividades predominavam o exercício da extração de valor (capital funcionante), como era o caso, no quadro 2.11, de Benjamin Steibruch, Eduardo Eugênio Gouvea vieira, Jorge Gerdau e Waldemar Verdi Junior.

respectivamente. Às exceções dos bancos Fibra, Sogeral, Dibens e Gerdau, de pequeno e médio portes, 10 conselheiros-banqueiros detinham ligações orgânicas com grandes bancos de origem nacionais e estrangeiros atuantes na economia brasileira, expressando cerca de 11% do total de conselheiros presentes no CDES e 21% dos empresários. Encontramos a inserção deles na Presidência, Vice-Presidência, Diretorias e em Conselhos de Administração de grandes grupos bancários privados.

Não há dúvidas de que o grande capital bancário presente no CDES representava a ponta de lança dos setores mais dinâmicos do capitalismo brasileiro. De acordo com o levantamento feito a partir da referida Revista “Balanço Anual 2004” da Gazeta Mercantil, as seis instituições bancárias privadas (Itaú, Bradesco, Santander/Banespa, Unibanco, ABN AMRO e Citibank) figuradas no CDES apareceram em destacadas posições em relação ao patrimônio líquido de 300 grupos econômicos listados. Informações tabuladas em Minella, colhidas junto ao Banco Central, dão conta de que as mesmas instituições eram vistas entre os dez maiores bancos privados por operações de crédito em 2005.<sup>270</sup>

**Quadro 2.12 – Origem do controle acionário e ranking (PL) dos Grupos Bancários Privados presentes no CDES**

Grupos Bancários presentes no CDES	Nº Conselheiros no CDES <sup>271</sup>	Controle	Ranking 2004 PL (R\$ MIL)
Itaúsa	3	Nacional	6º lugar – 14.759.584
Bradesco	2	Nacional	7º lugar – 13.659.609
Santander/Banespa	1	Estrangeiro	14º lugar – 7.997.120
Unibanco	3	Participação estrangeira	15º lugar – 7.991.561
ABN Amro	1	Estrangeiro	17º lugar – 7.138.513
Citibank	2	Estrangeiro	35º - 3.290.287

Elaboração própria.

Um dos aspectos mais importantes a ser destacado é a existência de concentração de grandes recursos em poucas instituições. Segundo dados trazidos pelo comunicado da presidência do IPEA houve, desde o início da década de 1990, juntamente com avanços tecnológicos e sofisticação de serviços, uma maior concentração bancária e crescimento do capital estrangeiro no setor. Somente em dez anos (1996-2006) a participação dos 20 maiores bancos no total de ativos aumentou 20%, passando de 72% para mais de 86%.<sup>272</sup> O comunicado alerta para a redução em 32,2% da quantidade de bancos em operação no Brasil

<sup>270</sup> MINELLA, Ary César. *Maiores bancos privados no Brasil: um perfil econômico e sociopolítico*. Porto Alegre, Sociologias, ano 9, nº18, jul/dez 2007, p. 119.

<sup>271</sup> O total de conselheiros no quadro 2.12 é de 12 membros porque Viviane Senna participou, ao mesmo tempo, do Conselho de Administração de três grupos: Itaúsa, Unibanco e Citibank.

<sup>272</sup> IPEA. *Transformações na indústria bancária brasileira e o cenário de crise*. 20º Comunicado da Presidência do Ipea, 2009, p. 05.

(156 instituições) entre 1996 e 2007, enquanto Alemanha e EUA registram, respectivamente, 2.130 e 7.282 bancos.<sup>273</sup> Lênin alertou há quase um século (1916) a dimensão concentracionista e monopolista que os bancos assumiam:

Sublinhamos a indicação relativa aos bancos “ligados” [bancos sob controle de outros maiores] porque se refere a uma das características mais importantes da concentração capitalista moderna. Os grandes estabelecimentos, particularmente os bancos, não só absorvem diretamente os pequenos como os “incorporam”, subordinam, incluem-nos no “seu” grupo, no seu “consórcio” (...) por meio da “participação no seu capital, da compra ou da troca de ações, do sistema de créditos, etc., etc.”<sup>274</sup>

No que tange ao CDES, tal concentração era bem visível se pensarmos que somente seis grandes grupos bancários (24% do total de 25 grandes grupos econômicos nele representados) somavam R\$ 54.836.674.000,00 de Patrimônio Líquido, isto é, 44,6% dos R\$ 122.790.245.000,00 do total de Patrimônios Líquidos contabilizados no exercício de 2003 de todos os grupos presentes.<sup>275</sup> Gigantescas somas nas mãos de restritíssimos grupos bancários mostravam a importância deles como atores privilegiados das operações econômicas em esfera global, o calibre corporativo – o “poder de fogo” – ante a seus concorrentes, sua influência sobre as políticas governamentais e seu papel no mundo do entretenimento e da cultura.<sup>276</sup> Segundo Ary César Minella

Seu poder sobre os mercados e a sociedade em geral e sua capacidade de instituir valores, de se transformar assim em um instrumento político e de controlar substantivos fluxos de capitais garante-lhes condições de vetar decisões de regulação pública, relativizar o poder do Estado e afetar a economia de diversos países. Os bancos que atuam no Brasil não são diferentes. Eles estão inseridos, ou mesmo constituem, no núcleo central de grupos econômicos cujo papel é determinante em questões econômicas e políticas de maior relevância.<sup>277</sup>

Muito embora tais assertivas sejam válidas para o estudo de grandes setores bancário-financeiros nas relações econômicas em geral, reservaremos a avaliação de seu papel no Conselho para a análise das Atas das reuniões, relatórios e outros documentos publicados pelo CDES. Veremos, no capítulo 3, como eles se relacionavam com os demais conselheiros-empresários e outros setores não empresariais para expressar suas demandas – e rechaçar outras - num fórum que se apresentava consensual, concertativo das forças sociais que o

<sup>273</sup> Idem, p. 06.

<sup>274</sup> LÊNIN, V. I. O imperialismo, fase superior do capitalismo... Op. cit., p. 598.

<sup>275</sup> GUIOT, André P. *O empresariado na formação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (ano de 2003): grupos econômicos e entidades da sociedade civil*. VII Simpósio Nacional Estado e Poder: sociedade civil, Uberlândia, 2012.

<sup>276</sup> MINELLA, Ary Cesar. Grupos Financeiros e Associações de Classe do Sistema Financeiro. In: MENDONÇA, Sônia Regina de. (org.) *Estado Brasileiro: Agências e Agentes*. Niterói: EdUFF/Vício de Leitura, 2005a, p. 164.

<sup>277</sup> MINELLA, Ary César. *Maiores bancos privados no Brasil...* Op. cit., p. 105.

compunham. Contudo, a inserção dos conselheiros-banqueiros de tal monta no CDES foi pelo menos indicativa da atuação militante como organizadores das frações as quais pertenciam – intelectuais orgânicos – para converter seus interesses em “interesses gerais da nação”, especialmente no que tange, aliado a outros setores do capital, à manutenção dos elementos estruturais da política econômica à época em vigor.

Outro aspecto relevante a ser observado foi a presença marcante dos bancos estrangeiros no CDES. Dos seis grupos bancários do quadro 2.11, somente dois eram nacionais (Itaú e Bradesco), um era nacional associado ao capital estrangeiro (Unibanco) enquanto três eram exclusivamente constituídos por capital estrangeiro – Santander/Banespa (Espanha), ABN AMRO (Holanda) e Citibank (EUA).

Segundo dados trazidos pelo IPEA, a importância crescente das instituições bancárias estrangeiras no Brasil se evidenciava, por exemplo, pelo fato de que elas respondiam por menos de 10% do crédito em 1996, passando a mais de ¼ em 2006.<sup>278</sup> Em paralelo ao movimento de ascensão do setor internacionalizado, observou-se, em 2006, a redução dos bancos públicos ao total de ativos (29,6%), contra 48,7% nas mãos dos bancos privados nacionais e 21,7% dos estrangeiros.

Minella ratifica e complementa estas informações, ao acrescentar que “o número de bancos estrangeiros passou de 37 em 1994 para 60 em 1998, aumentando para 70 em 2001, diminuindo para 62 em 2003”.<sup>279</sup> O autor assevera que, em 2005, “entre os dez maiores bancos privados do país, cinco são estrangeiros”, se referindo ao ABN AMRO, Santander, HSBC, Citibank e BankBoston “e um é classificado como associado ao capital externo (Unibanco)”.<sup>280</sup> O Citibank, inclusive, foi uma instituição do circuito bancário-financeira internacional onde encontramos várias inserções de conselheiros, em momentos de suas trajetórias, robustecendo a disputa pela ascensão profissional e econômica.<sup>281</sup>

Devemos mencionar ainda a figura de Henrique Meirelles que, na condição de Presidente do Banco Central (2003-2010), participava das Plenárias do CDES, engrossando as fileiras daqueles que haviam sido sociabilizados nos ambientes financeiros internacionais.

<sup>278</sup> IPEA. *Transformações na indústria bancária brasileira e o cenário de crise...* Op. cit., p. 08.

<sup>279</sup> MINELLA, Ary César. Reestruturação do sistema financeiro brasileiro e a representação de classe do empresariado 1994-2004. In: GROS, Denise [et al.]. *Empresas e grupos empresariais: atores sociais em transformação*. IV Workshop Empresas, Empresários e Sociedade. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005b, p. 261.

<sup>280</sup> MINELLA, Ary César. *Maiores bancos privados no Brasil...* Op. cit., p. 109.

<sup>281</sup> É o caso da trajetória de Roberto Setúbal, Fábio Coletti, Gustavo Garat. Neste leque, não contamos, devido à meteórica passagem (de fevereiro a setembro de 2003) no CDES, de Alain Belda, Presidente mundial da Alcoa Inc., maior produtora mundial de alumínio, também integrante do Conselho de Administração do Citigroup em Nova Iorque, à época.

Escudeiro fiel dos interesses banqueiros internacionais,<sup>282</sup> Meirelles acumulou longa e orgânica passagem em destacados postos do Bankboston Corporation no Brasil (Presidente de 1984 a 1996) alçado à Presidência mundial do grupo entre 1996 e 1999 e algumas associações do setor (Diretor-executivo da Febraban entre 1989 e 1996 e Presidente da Associação Brasileira de Bancos Internacionais no mesmo período).<sup>283</sup>

Além de estarem inseridos em grandes bancos nacionais e estrangeiros, a pesquisa nos revelou que alguns conselheiros-empresários participavam de outros setores financeiros não bancários no Brasil, com destaque à BMF&Bovespa, mas também em serviços de seguros, corretagem e cooperativas de créditos, dentre outros.

### Quadro 2.13 – Vinculação de conselheiros com setores financeiros não bancários

Conselheiros	Vinculações com outros setores das finanças
1) Antoninho Trevisan	Membro da Comissão de Arbitragem da BMF&Bovespa.
2) Daniel Feffer	Conselheiro cotista da MDS Corretora e Administradora de Seguros.
3) Fernando Xavier Ferreira	Membro do Comitê Latino Americano da Bolsa de Nova York.
4) Gabriel Ferreira	Membro do Conselho Consultivo da BMF&Bovespa.
5) João Elísio F. de Campos	Presidente do Conselho de Adm. da Centauro Vida e Previdência S.A e da Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação.
6) Márcio Lopes de Freitas	Presidente da Cooperativa de Crédito Rural (Credicoapec).
7) Mauro Knijnik	Presidente do Conselho de Administração Banrisul e da Junta de Coordenação Financeira do RS.
8) Raymundo Magliano Filho	Presidente da BMF&Bovespa.

Elaboração própria. Fonte: site do CDES (www.cdes.gov.br).

Ao compararmos as posições assumidas por estes mesmos conselheiros ao longo de suas trajetórias profissionais notaremos que, com as exceções de Gabriel Ferreira, João Elísio F. de Campos e Raymundo Magliano Filho, as atividades cultivadas no setor financeiro não bancário eram, provavelmente, fruto de conexões mais orgânicas, de “posições de classe” de destaque no meio empresarial não bancário ou financeiro. Eram, por assim dizer, derivadas da ampliação, complexificação e capilarização de suas atuações num arco empresarial mais amplo.

Numa sociedade complexa e ocidentalizada como a brasileira em inícios do século XXI, estes setores agiam para além da esfera econômico-financeira *tout court*. Faziam outro tipo de “investimento”: produzir consenso. Na trilha de Gramsci, avaliamos que o econômico

<sup>282</sup> “Ele é homem de confiança do sistema financeiro internacional e acredito que também dos banqueiros brasileiros”, afirmou William Rhodes, presidente do Citibank, em ocasião da reunião do Fórum Econômico Mundial em janeiro de 2007. Devido ao “trabalho fantástico” de Meirelles, Rhodes teria dito a Lula que a solidez do sistema financeiro no Brasil inviabilizou a compra de uma instituição pelo Citibank. “Banqueiro blindam Meirelles e criticam PAC”, matéria publicada pela Folha Online em 26/01/2007. Disponível em <<http://www1folha.uol.com.br/fohla/dinheiro/ut191u114031.shtml>>. Acesso em 31/07/12.

<sup>283</sup> Cf. GUIOT, André P. *Um “moderno Príncipe” para a burguesia brasileira: o PSDB (1988-2002)*. Dissertação de Mestrado em História, UFF, Niterói, 2006.

não se afasta do cultural: investir em novas formas de convencimento, de visões de mundo (cultura) continua sendo condição necessária para manutenção da reprodução ampliada do capital e, no estudo em questão, às frações do capital monetário.

É sugestiva neste sentido a entrevista concedida em julho de 2004 pelo Presidente da Bovespa, Raymundo Magliano Filho, conselheiro do CDES, também membro do Conselho Nacional do Instituto Liberal, ao jornal Valor Econômico:

**Valor:** *A bolsa está numa ótima fase. Chegamos onde o senhor queria?*

**Magliano:** Não, estamos ainda no início de um processo de **mudança cultural** para que as pessoas tenham também o mercado de capitais como alternativa para seus investimentos. O importante é que **temos encontrado muito eco junto aos trabalhadores e aos pequenos investidores (...)**.

**Valor:** *E qual o reflexo no mercado desse aumento de participantes?*

**Magliano:** O fundamental é a **mudança cultural**, na imagem da Bovespa. A bolsa era vista como um cassino, era uma caixa preta, uma casa de jogos. E, hoje, as pessoas falam em investir.

**Valor:** O que vocês pretendem fazer para aumentar esse efeito?

**Magliano:** Numa democracia, você precisa de **visibilidade, transparência e acesso**. E é isso que o mercado de capitais precisa continuar a trabalhar, garantir essas coisas para trabalhadores e pequenos investidores, permitir que eles participem do mercado. E isso se dá **pela educação, pelo esclarecimento**. (...) Na CUT, onde havia resistências, fizemos um curso para os químicos e eles gostaram tanto que querem outros. O que faltava era o **esclarecimento**.<sup>284</sup>

Como se vê, o novo padrão de sociabilidade requer o acionamento ininterrupto de mecanismos que forjem, junto aos setores populares, disposições psicofísicas adaptáveis à nova estrutura de reprodução da acumulação capitalista. A pedra angular do capital monetário é subordinar o conjunto da vida social à lucratividade. Precisamos novamente apelar à Marx e lembrar as contradições que tal processo engendra: *o juro é a cota-parte da mais-valia e, portanto, fruto de uma relação social de expropriação do trabalho vivo*. É justamente no ocultamento deste chão social que os prepostos do capital monetário e os economistas burgueses, como Magliano, apostam para alçar a lógica e as práticas próprias do capital monetário em artífices da “mudança cultural” e em vitrines da “democracia de mercado”. Por meio da “educação”, do “esclarecimento”, trabalham incessantemente para que as formas de sociabilidades burguesas sejam reforçadas, renovadas e ampliadas, esforçando-se em imprimir uma dada direção ao conjunto do tecido social.

#### **2.3.4.2 – As associações da sociedade civil do setor bancário e financeiro atuantes no CDES**

<sup>284</sup> Jornal Valor Econômico. *Bovespa quer atrair mais empresas e aplicadores em ações*. 2004. <<http://saladeimprensa.vale.com/pt/noticias/interna.asp?id=12799>>. Grifos meus.

Um brevíssimo histórico das associações de classe do sistema bancário-financeiro<sup>285</sup> no Brasil, apresentado por Minella, dá conta de que, já na década de 1960, foram constituídas a FENABAN (Federação Nacional dos Bancos), de caráter sindical, e a FEBRABAN (Federação Brasileira das Associações de Bancos), de caráter civil. Em 1969 foi criada a ANBID (Associação Nacional dos Bancos de Investimento e Desenvolvimento) e nos anos 70 proliferaram diversas associações do setor, tais como a ABEL (Associação Brasileira de Empresas de Leasing), em 1970 e a ANDIMA (Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto), em 1971.<sup>286</sup>

Na década de 1980, o movimento associativo da burguesia bancário-financeira no Brasil apresentou duas tendências contrapostas: uma delas apontava para maior articulação e centralização da representação, consubstanciada na fusão entre a FENABAN e a FEBRABAN e na criação da Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF),<sup>287</sup> reunindo entidades de diversos segmentos bancários e financeiros não bancários; a outra tendência acenava para uma disputa maior na representatividade do setor por meio da criação de novas associações de bancos, como a Associação Brasileira dos Bancos Comerciais (ABBC), aglutinando os pequenos e médios bancos e a Associação Brasileira de Bancos Internacionais (ABBI), entidade criada pelos bancos estrangeiros. No segmento das entidades financeiras não bancárias, foi criada a ACREFI, em 1993, que recebeu a representação da extinta Associação Nacional das Instituições de Crédito, Financiamento e Investimento (ANFIC) e, em 1999, foi constituída a Confederação Nacional do Sistema Financeiro (CONSIF), agregando várias federações sindicais.<sup>288</sup>

Os conselheiros representativos do capital monetário no CDES, no período aqui tratado (2003-2006), estavam presentes, direta ou indiretamente, em *todas as entidades do empresariado bancário e financeiro não bancário* acima elencadas. Diretamente porque

---

<sup>285</sup> Designamos “bancário-financeiro” o(s) setor(es), grupo(s) e entidade(s) ligada(s) às atividades bancárias e suas especializações, com seus diferentes ramos financeiros. Comumente, os autores os chamam apenas de “atividades financeiras”, mas entendo que, para o nosso estudo, cabe diferenciar entre as atividades que estavam ligadas profundamente à administração do capital monetário por meio de grupos bancários (atuação de conselheiros-banqueiros) e atividades parcelares e restritas em ramos da administração do capital monetário (atuação de conselheiros do setor financeiro não bancário).

<sup>286</sup> Cf. MINELLA, Ary Cesar. Grupos Financeiros e Associações de Classe do Sistema Financeiro... Op. cit., p. 159-160 e \_\_\_\_\_. Reestruturação do sistema financeiro brasileiro e a representação de classe do empresariado 1994-2004... Op. cit., 263-264.

<sup>287</sup> A CNF é composta pela FEBRABAN/FENABAN, ANBID, ABECIP, ADEVAL, ABEL, ANDIMA, ANCOR e a ACREFI.

<sup>288</sup> Integram a CONSIF as seguintes federações: Nacional dos Bancos (FENABAN), Interestadual das Instituições de Crédito, Financiamento e Investimento (FENACREFI), Nacional das Empresas Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários (FENADISTRI) e Nacional das Empresas de Seguros Privados e Capitalização (FENASEG).

ocupavam, eles próprios, postos de comando de importantes entidades do setor, com destaque à FEBRABAN, seguida da CNF. Indiretamente porque os grupos bancário-financeiros, os quais também ocupavam cargos de destaque, se faziam representar nas demais entidades dos ramos financeiros não bancários (ver quadro 2.15).

**Quadro 2.14 – Entidades da sociedade civil do setor bancário e financeiro não bancário presentes no CDES**

Entidades do Setor Bancário-Financeiro	Conselheiros	Nº
FEBRABAN	Fabio Coletti Barbosa (Presidente); Gabriel Ferreira (Presidente); Gustavo Carlos Marin Garat (Membro do Conselho Diretor); Márcio Artur Cypriano (Membro do Conselho Diretor); Miguel João Jorge Filho (Vice-Presidente); Roberto Egydio Setubal (Presidente); Viviane Senna (Membro do Conselho Consultivo).	7
CNF	Fabio Coletti Barbosa (Diretor Presidente); Gabriel Ferreira (Presidente); Márcio Artur Cypriano (Membro do Conselho); Roberto Egydio Setubal (Membro do Conselho).	4
CONSIF	Gabriel Ferreira (Presidente).	1
ABBI	Fábio Coletti Barbosa (Presidente).	1
ANBID	Roger Agnelli (Vice-Presidente).	1
CNSeg/FENASEG	João Elisio Ferraz de Campos (Presidente)	1

Elaboração própria. Fontes: site do CDES (www.cdes.gov.br) e pesquisas na internet.

A análise das associações de classe das finanças deve levar em consideração as transformações pelas quais o setor atravessou, aludidas acima. A desregulamentação dos mercados e a liberalização dos fluxos de capitais patrocinaram dois processos: a *centralização*, ocorrida através de fusões, incorporações e privatizações e a *internacionalização*, resultando no incremento do número de instituições estrangeiras e no volume de ativos sob seu controle,<sup>289</sup> ocasionando significativa presença delas “nas direções dos órgãos de representação de classe em muitos países, incluindo o Brasil, destacando-se grandes grupos internacionais dos Estados Unidos e da Europa”.<sup>290</sup>

Realçando este contexto, Minella apresenta em seus trabalhos duas hipóteses bastante pertinentes: a) as entidades de classe do setor atuaram no sentido de contribuir na definição dos ritmos e condições da abertura financeira e, para tanto, o autor buscou verificar em que medida *grupos financeiros internacionais* construíram uma *política de participação ativa na direção* das associações de classe do empresariado financeiro no Brasil; e b) os conglomerados nacionais e estrangeiros desenvolvem uma estratégia de *participação simultânea* nas entidades de classes dos diversos segmentos do sistema financeiro, formando

<sup>289</sup> MINELLA, Ary Cesar. Grupos Financeiros e Associações de Classe do Sistema Financeiro... Op. cit., 160-161.

<sup>290</sup> MINELLA, Ary Cesar. *Maiores bancos privados no Brasil*... Op. cit., p. 106.

*redes transassociativas*, e, para tanto, o autor tomou como indicador a presença dos grupos financeiros na diretoria das associações.

Ora, a considerar o que até agora expusemos, a primeira hipótese de Minella parece ter sido comprovada para os conselheiros que compunham o nosso objeto de estudo. De fato, no CDES assistimos a presença de prepostos do grande capital monetário de origem nacional, associada e (especialmente) internacional. Mas reparem que foram justamente os conselheiros da fração internacionalizada e associada das finanças - Fábio Coletti Barbosa (ABN Amro) e Gabriel Ferreira (Unibanco) – os que apresentaram mais inserções (três) em entidades tipicamente representativas do setor em que atuaram e todos em altos cargos de direção (presidência). Olhando atentamente, foi a Febraban a entidade que mais abrigou os conselheiros representantes do grande capital financeiro (bancário, financeiro não bancário, e coligado a setores fabris) internacional e associado em cargos de direção (quatro), seguidos pelos conselheiros da fração bancária de origem nacional (três cargos). Na CNF a repartição ficou empatada entre os dois grupos. Do total de quinze colocações dos conselheiros-banqueiros nas seis entidades encontradas, apenas seis (40%) se referiam aos grupos de origem nacionais, enquanto que o restante (nove inserções – 60%) se devia aos grupos associado e internacional. Esta situação é certamente ilustrativa da questão levantada por Minella.

A segunda hipótese de Minella também se apresenta como válida para os grupos bancário-financeiros representados no CDES: eles atuavam, *simultaneamente*, em diferenciadas entidades da sociedade civil do empresariado do setor bancário-financeiro, mas não somente, pois havia brechas no Estado estrito senso para sua participação direta. O quadro 2.15 tem como propósito mostrar, para o ano de 2004, a vinculação concomitante em três ou mais entidades dos grupos financeiros presentes no CDES.

**Quadro 2.15 - Cargos ocupados pelos grupos bancários presentes no CDES que participavam simultaneamente em três ou mais associações (2004)**

Grupos	Cnf	Consif	Febraban	Anbid	Abbi	Abel	Andima	Acrefi	T
Bradesco	VP	D	P			D, P	D	VP	7
Itaú	DS	D	D	P		D	D	VP	7
Unibanco	P	P	D	VP		DT	D	S	7
Citigroup			D	D	VP,DT		D	VP	6
ABN Amro			VP	VP	VP	DT			4

Fonte: Adaptação de MINELLA, Ary César. Reestruturação do sistema financeiro brasileiro... Op. cit., p. 273.

Cargos: P: Presidente; VP: Vice-Presidente; D: Diretor; DT: Diretor Técnico; DC: Diretor Conselheiro; T: Tesoureiro; DS: Diretor Secretário; S: Secretário

Como podemos observar, os grupos do setor bancário-financeiro representados no Conselho participavam de uma ampla e variada gama de entidades ligadas ao seu setor. Numa amostra maior de agentes, Minella assevera que o comando dessas entidades no Brasil se caracteriza por uma intensa atuação de um conjunto reduzido de grupos bancário-financeiros, com forte participação dos estrangeiros.<sup>291</sup> Outrossim, convém realçar que a participação simultânea nestas entidades leva a cada uma de suas direções ser composta por vários prepostos de diferenciados grupos do setor financeiro. Por sua vez, o entrelaçamento é também percebido não apenas no interior de cada entidade mas também na abrangência participativa de cada grupo bancário-financeiro, de sorte que é possível sustentar a hipótese de Minella (de uma rede transassociativa) também para os atores financeiros no CDES.

As implicações desta rede, segundo o autor, reforçam as assimetrias de poder em favor dos grandes grupos do setor bancário-financeiro de origem nacionais e internacionais em relação aos demais porque: i) potencializa a capacidade de atuação coordenada no âmbito político e corporativo; ii) cria um canal privilegiado de fluxo de informação sobre a dinâmica interna das associações; iii) define estratégias de relacionamento com o governo, os demais segmentos empresariais e com os trabalhadores do sistema financeiro.<sup>292</sup>

Uma terceira hipótese levantada e não trabalhada pelo autor, é a de que, como a maioria dos conglomerados bancária-financeira se constitui como capital financeiro, ou seja, atuante também no setor não bancário-financeiro, a rede transassociativa alcança outras esferas associativas, se envolvendo na representação de classe de outros setores ou ramos econômicos.

No que concerne aos conselheiros-banqueiros *do CDES*, de fato suas conexões corporativas se estendiam a setores econômicos não bancário-financeiros, principalmente em vários segmentos da indústria fabril, *mas isto não significou o estabelecimento de vínculos associativos com entidades não bancárias e financeiras*. Ou seja, mesmo atuando em atividades econômicas não bancário-financeiras não visualizamos a presença de tais conselheiros em entidades tradicionalmente representativas dos setores industriais, comerciais, de serviços, etc, com a clara exceção da ABAG, como vimos no quadro 2.10.

Dois exemplos podem elucidar melhor a questão. Conselheiros como Benjamin Steinbruch, Jorge Gerdau, Waldemar Verdi e Eduardo Eugênio Vieira eram representantes de setores de atividades do capital produtor de valor e conectavam-se ao setor bancário (alguns

<sup>291</sup> MINELLA, Ary Cesar. *Grupos Financeiros e Associações de Classe do Sistema Financeiro...* Op., cit, p. 174.

<sup>292</sup> MINELLA, Ary Cesar. *Reestruturação do sistema financeiro brasileiro e a representação de classe do empresariado 1994-2004...* Op. cit., 268-269.

tinham bancos vinculados aos seus grupos econômicos), mas não mantinham ligações com entidades bancárias. Aliás, Paulo Godoy (Presidente ABDIB) foi o único conselheiro vinculado à atividade econômica do capital produtor de valor ligado à entidade do capital bancário (membro do conselho consultivo da FEBRABAN). Por outro lado, Roberto Setúbal, Milu Villela, Marcio Arthur Cypriano, Fernando Moreira Salles, Gabriel Ferreira, Gustavo Marin Garat e Fábio Coletti Barbosa, todos banqueiros, não mantinham vínculos com entidades patronais de setores do capital produtivo.

Se defrontarmos o quadro 2.14 (entidades bancárias e financeiras não bancárias) com o quadro 2.17 (entidades industriais e comerciais) veremos que poucos conselheiros (Miguel João Jorge Filho, Roger Agnelli e Viviane Senna) *aparentemente* satisfaziam a presença em associações de diferentes setores da atividade econômica (do setor bancário, financeiro não bancário e industrial).<sup>293</sup>

Neste sentido, a pesquisa constatou que mesmo diante da interpenetração entre capitais funcionantes e monetários (capital financeiro), *na amostra de grupos e firmas representados no CDES*, não se verificou a participação de conselheiros-banqueiros em entidades industriais (FIESP, CNI, IEDI, PNBE), do comércio e do setor de serviços, considerando também sindicatos, associações paralelas, outras federações estaduais do patronato desses setores. O entrecruzamento de capitais não se replicou nas entidades *que se credenciavam por representar, predominantemente*, tais ou quais setores da fração do capital não bancário.

*No estudo sobre essa amostra*, o conjunto da dinâmica e interconexões entre as frações capitalistas ultrapassava a setorialização das demandas oriundas das diversas entidades organizativas e representativas de setores do capital e, portanto, estamos diante de um desafio maior para o pesquisador, tendo em vista que *a especialização das entidades de representação de interesses empresariais não correspondia ao conjunto das conexões econômicas de que seus representados participava*. As frações do capital exercitam e

---

<sup>293</sup> Miguel João Jorge e Roger Agnelli figuraram em associações civis do empresariado industrial e bancário em momentos distintos de suas trajetórias. Miguel foi Vice-Presidente da ANFAVEA entre 1987 e 2000 e Vice-Presidente da Febraban de 2001 a 2005. Tudo indica que Roger Agnelli ocupou o cargo de Vice-Presidente da Associação Nacional dos Bancos de Investimento (ANBID) no máximo até julho de 2001, quando deixou o cargo de diretor-presidente da Bradespar para se tornar, no mesmo mês, diretor-presidente da Vale do Rio Doce. Informações recolhidas em sites eletrônicos dão conta de que Agnelli se tornou membro dos conselhos da FIESP e do IEDI a partir da sua inserção na condução da Vale, pois as notícias datam de um período mais recente. Viviane Senna nunca foi banqueira, mas optei por classificá-la como conselheira-empresária ligada ao setor bancário devido a sua larga teia de conexões com este setor, como também noutros, circulando na FIESP, CNI e demais entidades patronais. Como já dito, foi uma conselheira do *capital financeiro*. Foi fundadora do Movimento Todos Pela Educação, junto com Jorge Gerdau e Daniel Feffer, com participação também de outros conselheiros. Aliás, foram nas entidades do empresariamento da gestão social que percebemos perfeitamente confecção da rede transassociativa entre os diferentes setores do capital no CDES. O investimento mercantil-filantrópico não é atributo de uma ou outra fração dos dominantes, mas de interesse do conjunto das frações.

involucram funções e dinâmicas econômicas não abarcadas pelas organizações representativas dos setores empresariais. Para o pesquisador, complexifica estabelecer a conexão direta das demandas das entidades empresariais de dado setor (fabril, agroindustrial, comercial, de serviços, bancário), apanhado isoladamente, junto ao Estado restrito, como sendo expressão unívoca e homogênea dos interesses de um empresariado que estabelece variadas e díspares relações no mundo econômico, e não como resultado da operação da hegemonia intrafração capitalista. O alerta, contudo, é útil para pensarmos as demandas empresariais como expressão da hegemonia intrafração capitalista numa dada conjectura política e econômica e também pretende coligar as contradições e as tensões econômicas intracapitalistas com as disputas projetivas empresariais no seio do aparelho de Estado.

Os exemplos a seguir mostram as conexões realizadas por alguns conselheiros-empresários entre os bancos, setores financeiros não bancários e os setores produtivos de valor:

- Benjamin Steinbruch: Socioproprietário do Banco Fibra. Presidente da Cia. Siderúrgica Nacional (CSN) e do Grupo Vicunha. Participava ainda do Conselho de Administração do BNDES e da Petrobrás.
- Daniel Feffer: Conselheiro Quotista da MDS Corretora e Administradora de Seguros e Vice-Presidente da Suzano Holding S/A (papel e celulose).
- Eduardo Eugênio Gouvea Vieira: Membro do Conselho de Administração do Banco SOGERAL S/A (1987-1999); Diretor-Presidente do Inter-Continental Seguradora S/A (1979-1990). Membro do Conselho Superior da Petróleo Ipiranga. Presidente do Conselho de Administração da Cia. Petroquímica do Sul, dentre outras empresas do setor. Integrava o Conselho de Administração do BNDES.
- Fernando Xavier Ferreira: Membro do Comitê Latino Americano da Bolsa de Nova York e Presidente do Grupo Telefônica do Brasil.
- Fábio Coletti Barbosa: Presidente do Banco ABN AMRO no Brasil (1996) e do Banco Real (1998). Assumiu, posteriormente, a presidência do Grupo Santander Brasil. Diretor Executivo e de Finanças da CVRD. Membro do Conselho de Administração da Petrobrás.
- Jorge Gerdau Johannpeter: Proprietário do Banco Gerdau (Grupo Gerdau). Membro do Conselho de Administração da Petrobrás.
- Miguel João Jorge Filho: Vice-presidente Executivo de RH, Assuntos Corporativos e Jurídicos do Grupo Santander Banespa (2002-2007), cargo similar assumido na Volkswagen do Brasil (1995-2000). A Volkswagen encontrava ainda seus interesses

representados no CDES até julho de 2004 por meio de seu institor, o conselheiro Ricardo Luiz dos Santos Carvalho, presidente da ANFAVEA.

- Roger Agnelli: Presidente do Bradespar S.A até o ano 2001 e também do Conselho de Administração da Cia. Vale do Rio Doce que, por sua vez, possuía 22% do controle acionário da Usiminas. O Bradespar tinha participações em dois grupos representados no CDES: a Gerdau, a Usiminas,<sup>294</sup> a Sadia, do ministro Furlan, e a Iochpe-Maxion.<sup>295</sup> Vale lembrar que o conselheiro Márcio Artur Cypriano ocupava o cargo de Presidente do Grupo Bradesco (1999-2009).
- Waldemar Verdi Júnior: Membro do Conselho de Administração do Banco Dibens S/A e Vice-Presidente do Grupo Verdi (hoje conhecido como Grupo Rodobens), *holding* que atua em várias áreas: concessionárias de caminhões, ônibus e automóveis, seguradora, importações de veículos, consórcios, etc. Em 2004, o Banco Dibens foi integralmente vendido para o Unibanco, ocasião em Verdi passou a ter assento no Conselho.

Todos os grupos não bancários expostos acima estavam representados no CDES pelos mesmos conselheiros vinculados ao setor bancário e financeiro não bancário. Tratava-se, sem dúvidas, de uma *rede de grandes grupos econômicos no interior do Conselho* viabilizada pela superconcentração de megaempresários que, *nomeados* pelo Presidente da República, representava os elementos mais avançados de alguns setores do capitalismo brasileiro. Sua composição apresentava forte conteúdo empresarial, com presença proeminente de grandes grupos econômicos responsáveis pelo processo de monopolização e internacionalização<sup>296</sup> da economia brasileira.

Outro elemento fundamental é que a origem de classe dos conselheiros não esgotava sua atuação. Conselheiros sindicalistas, por exemplo, estavam também ligados aos fundos de pensão e aprofundavam as relações entre o setor monetário (os fundos) e os diferentes setores de extração de valor de diferentes modalidades. Segundo Zibechi,

O Previ é o principal investidor no mercado de capitais no Brasil e tem participação acionária nas maiores empresas: além da **Vale**, figura na **Embraer**, **Petrobras**, **os bancos Itaú-Unibanco e Bradesco**, **Ambev**, **Usiminas**, **Gerdau**, **Neoenergia**,

<sup>294</sup> MINELLA, Ary César. *Grupos financeiros no Brasil: um perfil econômico e sociopolítico dos maiores credores privados*. V Workshop Empresa, Empresário e Sociedade, 2006, p. 19. Disponível em <[www.fee.tche.br/5workshop/pdf/mesa03\\_ary.pdf](http://www.fee.tche.br/5workshop/pdf/mesa03_ary.pdf)>. Acesso 19/07/2012.

<sup>295</sup> GAZETA MERCANTIL. *Revista Balanço Anual 2004: a mais completa radiografia dos negócios do País*. São Paulo: Editora JB S.A., 2004, p. 41 e 70.

<sup>296</sup> Neste ponto é relevante ressaltar o movimento intrincado de “mão dupla” que o processo de internacionalização econômica suscitou no Brasil contemporâneo: histórica e dependente associação com os capitais entrantes e expansão dos grupos econômicos brasileiros em mercados forâneos (transnacionalização), ambos potencializados a partir da década de 1990.

CPFL e a **empresa de telefonia Oi**, além de se estender ao setor imobiliário tendo investimentos em 14 *shopping centers*.<sup>297</sup>

A *rede de grupos econômicos* no CDES foi suscetível de maior organicidade e tamanho ao considerarmos que o BNDES - principal “ator de ligação”, na última década e meia, entre aglomerados econômicos, ao lado dos fundos de pensão das empresas estatais, como Previ, Funcef, Petros, entre outros<sup>298</sup> - abrigava em suas diretorias diversos conselheiros-empresários, demonstrando a forte penetração dos aparelhos privados de hegemonia empresariais no BNDES, por meio de assentos em seu Conselho de Administração. O quadro 2.16 expõe os conselheiros que atuaram no BNDES e em bancos estaduais de desenvolvimento:

**Quadro 2.16 – A presença de conselheiros no BNDES e em Bancos Estaduais de Desenvolvimento**

Conselheiros	Bancos de Desenvolvimento (Nacional e Estaduais)
1) Benjamin Steibruch	Conselho de Administração do BNDES.
2) Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira	Conselho de Administração do BNDES.
3) João Elisio F. de Campos	Presidente do Banco de Desenvolvimento do Paraná S.A.
4) José Mendo Mizael de Souza	Diretor Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG).
5) Luiz Carlos Delben Leite	Presidente do BNDES (1993).
6) Mauro Knijnik	Vice-Presidente do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) e Presidente do Conselho de Administração do Banco do Estado do RS - Banrisul; Presidente da Junta de Coordenação Financeira do Estado do RS.

**Elaboração própria. Fonte:** site do CDES ([www.cdes.gov.br](http://www.cdes.gov.br)) e pesquisas na internet.

O BNDES, sob os governos Lula, “vem protagonizando dinâmicas de concentração e centralização dos capitais postados no Brasil (...). Um espaço assumidamente dedicado a valorizar o capital despatriado”, seguindo um modelo de “inserção competitiva” potencializando empresas de capital “nacional”.<sup>299</sup> O BNDES financiava, em 2003, através de participações acionárias, os seguintes grupos econômicos presentes no CDES: a Petrobrás, a Cia. Vale do Rio Doce, a Telemar, a Klabin, a Iochpe-Maxion, a Gerdau e a Rio Polímeros S/A, empresa da Suzano Holding.<sup>300</sup> Considerando que Benjamin Steinbruch, Eduardo Gouveia Vieira e Luiz Carlos Delben Leite tenham assumido posições no Conselho de

<sup>297</sup> ZIBECHI, Raúl. *Brasil potência...* Op. Cit., p. 70. Todos os grupos econômicos e empresas grifadas por mim tiveram representação no CDES.

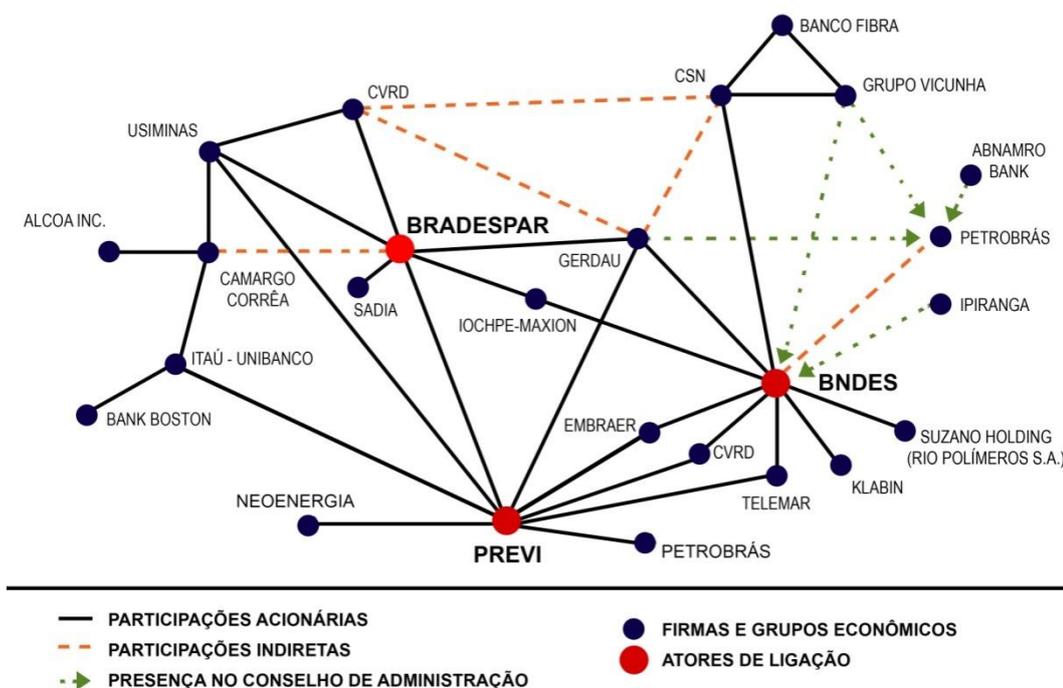
<sup>298</sup> LAZZARINI, Sérgio. *Capitalismo de laços: Os donos do Brasil e suas conexões*. RJ Elsevier, 2011.

<sup>299</sup> NÓVOA, Luis Fernando. O Brasil e seu “desdobramento”: o papel central do BNDES na expansão das empresas transnacionais brasileiras na América do Sul. In: IRLS-INSTITUTO ROSA LUXEMBURG SITFTUNG. (org.). *Empresas transnacionais brasileiras na América Latina: um debate necessário*. SP: Expressão Popular, 2009, p. 190-191.

<sup>300</sup> *Revista Balanço Anual 2004: a mais completa radiografia dos negócios do País*. GAZETA MERCANTIL. SP: Editora JB S.A., 2004, p. 32-82.

Administração do BNDES,<sup>301</sup> os grupos econômicos de que faziam parte também estabeleciam laços (indiretos) com aqueles financiados pelo Banco. Segue abaixo figura ilustrativa da constituição de uma *rede de grupos econômico-financeiros* presentes no CDES durante o período 2003-2010. A importância e o papel do BNDES na transnacionalização de grupos e firmas brasileiras serão retomados mais à frente.

**Figura 2.1 – Rede representativa do Capital Financeiro no CDES (2003-2010)**



**Elaboração própria. Fontes:** LAZZARINI (2011); GAZETA MERCANTIL (2004); VALOR GRANDES GRUPOS (2004); ALMEIDA (2009); ZIBECHI (2012). Sites da internet como o do CDES, do CADE e do BNDES.

Com exceção do Grupo Camargo Corrêa, todos os demais Grupos Econômicos e firmas que compõem a rede corporativa estavam representados no CDES. Seja através de participações acionárias diretas (compra de ações ordinárias), seja por participações acionárias indiretas (por exemplo, Gerdau, CVRD e CSN mantiveram vínculos indiretos resultante de participação acionária conjunta na MRS Logística), seja por conexões advindas da atuação em Conselhos de Administração, havia *forte entrelaçamento* entre agentes econômicos representados no CDES no mundo corporativo. Três *atores de ligação* detinham centralidade na rede: o Bradespar, o BNDES e o fundo de pensão PREVI. Eram responsáveis pela conexão com os demais agentes devido às posições estratégicas que ocupavam, ou seja, como

<sup>301</sup> Paulo Skaf, ex-empresário do setor têxtil e presidente da FIESP, também compunha o Conselho de Administração do BNDES.

investidores e/ou prestamistas detentores de fabulosos recursos, permitindo-lhes ter mais contatos, laços ou conexões.

As interpenetrações de capitais mostradas pela pesquisa apontam para a consolidação de um *autêntico capital financeiro* (ou união íntima entre o capital monetário e o capital produtor de valor sob o predomínio do primeiro) representado no Conselho. Dadas as limitações do objeto desta tese, não averiguamos detalhadamente esta “união íntima”. Não obstante, vale lembrar que Lênin, em 1916, apanhou com exatidão a constituição da fusão entre o capital monetário e funcionante:

Quanto à estreita relação existente entre bancos e a indústria, é precisamente nesta esfera que se manifesta (...) o novo papel dos bancos. Se o banco desconta as letras de um empresário, abre-lhe conta corrente, etc., essas operações, consideradas isoladamente, não diminuem em nada a independência do referido empresário, e o banco não passa de um modesto intermediário. Mas se essas operações se tornam cada vez mais frequentes e mais firmes, se o banco “reúne” nas suas mãos capitais imensos, se as contas correntes de uma empresa permitem ao banco – e é assim que acontece – conhecer, de modo cada vez mais pormenorizado e completo, a situação econômica do seu cliente, o resultado é uma dependência cada vez mais completa do capitalista industrial em relação ao banco.

Simultaneamente, desenvolve-se, por assim dizer, a união pessoal dos bancos com as maiores empresas industriais e comerciais, a fusão de uns com as outras mediante a posse de ações, mediante a participação dos diretores dos bancos nos conselhos de supervisão (ou de administração) das empresas industriais e comerciais, e vice-versa.<sup>302</sup>

A definição de Lênin de capital financeiro expressa, a nosso ver, a culminação das interpenetrações de capitais que estamos mostrando ao longo de todo este capítulo. Não se trata apenas de uma interpenetração entre os setores do capital produtivo de valor, mas, principalmente, de como este entrelaçamento está atravessado pela direção e impulsionamento de volumes maciços de capitais das distintas formas de atividades do capital monetário ou portador de juros através de bancos, fundos de pensão, empresas seguradoras, corretoras, de câmbio, de crédito, investimentos em títulos da dívida pública, etc.

#### **2.3.4.3 – As vinculações de conselheiros em associações empresariais não bancárias da sociedade civil**

Como vimos, o setor produtivo de valor, neste caso representado por conselheiros cujas atividades de seus grupos e firmas entrelaçavam-se às várias outras atividades para além das principais, se expandia em direção às atividades bancárias e financeiras não bancárias. Esses conselheiros não eram banqueiros *par excellence*: credenciavam-se como membros ou organizadores dos aparelhos privados de hegemonia empresariais do capital industrial

---

<sup>302</sup> LÊNIN, V. I. *O imperialismo, fase superior do capitalismo...* Op. cit., p. 605-606.

(produtor de valor), mas também se conectavam ao setor bancário e financeiro não bancário, não pela via associativa, mas através da ramificação de seus negócios e/ou investimentos. Onze conselheiros-empresários do capital industrial coligados aos bancos ou a setores financeiros não bancários organizavam nas mais destacadas entidades dos setores industrial e comercial, como mostra o quadro abaixo:

**Quadro 2.17 – A presença de conselheiros conectados ao setor bancário e financeiro não bancário em entidades industriais e comerciais**

Entidades Industriais e Comerciais	Conselheiros	Nº
FIESP/CIESP	Antoninho Trevisan; Benjamin Steinbruch; Daniel Feffer; Fernando Xavier Ferreira; Jorge Gerdau; Miguel João Jorge Filho; Roger Agnelli; Viviane Senna; Waldemar Verde Júnior.	9
FIRJAN	Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira.	1
CNI	Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira; Viviane Senna.	2
ACSP/ACRGS	Antoninho Trevisan; Mauro Knijnik (ACRS); Miguel João Jorge Filho; Raymundo Magliano.	4

Elaboração própria. Fontes: site do CDES e de pesquisas na internet.

A extensão dos vínculos associativos dos conselheiros do setor bancário e financeiro não bancário atingia entidades de natureza e feição diversas. Assim, a pesquisa realizada encontrou-os coligados a várias associações espalhadas na sociedade civil (quadro 2.18) caracterizadas pela organização e difusão de centros de estudos e pesquisas com o objetivo de criar plataformas de políticas públicas com vistas à intervenção no Estado.

**Quadro 2.18 – A presença de conselheiros banqueiros e do setor financeiro não bancário em entidades de formulação, doutrinação e divulgação**

Entidades empresariais	Conselheiros
IEDI	Daniel Feffer; Benjamin Steinbruch; Jorge Gerdau.
Sociedade brasileira pró-inovação tecnológica (PROTEC)	Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira; Luiz Carlos Delben Leite.
Movimento Brasil Competitivo	Daniel Feffer; Antoninho Trevisan; Jorge Gerdau.
PNBE	Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira; Luiz Carlos Delben Leite.
Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável	Benjamin Steinbruch; Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira; Roger Agnelli; Jorge Gerdau.
Instituto Millenium	Jorge Gerdau e Daniel Feffer.
Instituto ETHOS de Empresas e Responsabilidade Social	Antoninho Trevisan, Daniel Feffer, Mauro Knijnik, Roberto Egydio Setubal.

Elaboração própria. Fontes: site do CDES e pesquisas na internet.

Não podemos realizar, no âmbito deste trabalho, uma detalhada avaliação de cada entidade acima. Numa abordagem panorâmica, porém, trata-se de associações mais ou menos recentes (IEDI e PNBE, as mais antigas, foram erguidas na virada dos anos 80 para os anos 90), voltadas para a organização da ação empresarial em duas grandes frentes: a) aos

desafios requeridos pelas contínuas e rápidas mudanças no capitalismo brasileiro recente, especialmente no que tange à inserção da economia brasileira no circuito globalizado e suas implicações (políticas de industrialização e de reestruturação do setor, mecanismos de promoção da competitividade, etc) e b) à edificação de uma nova cultura empresarial, uma iniciativa de vontade com fins à unificação de concepções, comportamentos e ações comuns em torno da reanimação do senso de pertencimento à classe por meio do ideário da *responsabilidade socioambiental empresarial*. Trata-se de papéis bem definidos e complementares, na frente econômica e político-cultural, a fim de retroalimentar a coesão interna do empresariado em torno de um projeto que o recoloca numa posição hegemônica no interior do bloco no poder.

A organização empresarial aprendeu a não se voltar apenas para si. As experiências expostas pelas forças políticas populares em luta no período da redemocratização educaram e capacitaram frações das classes dominantes para outras empreitadas. Nelas o empresariado aprendeu que *precisa* aprimorar o jogo instável do consenso para além de sua própria classe e isto mobiliza engenhosos recursos institucionais, organizativos e culturais. Para tanto, retraduziu aspirações, conceitos e práticas dos setores populares em refluxo nos anos 90, apostando na disseminação mercantil-filantrópica de intervenção social. ONGs, institutos, fundações, entidades “sem fins lucrativos” das mais diversas (alcançadas de “Terceiro Setor”) seriam criadas e/ou readequadas pelo empresariado *com vistas ao atendimento (precário) das necessidades básicas e prementes da população*, privatizando a questão social. Os conselheiros não se furtaram de delas participar, como revela o quadro seguinte:

**Quadro 2.19 – A presença de conselheiros banqueiros e do setor financeiro não bancário nas entidades de empresariamento da questão socioeducacional**

Entidades	Conselheiros
Movimento Todos pela Educação (MTE) <sup>303</sup>	Fabio Coletti Barbosa; Daniel Feffer; Milu Vilella; Viviane Senna; Jorge Gerdau.
Ação Fome Zero	Antoninho Trevisan; Gabriel Ferreira.
Associação Parceria Contra as Drogas	Fábio Coletti Barbosa; Fernando Xavier Ferreira; Márcio Artur

<sup>303</sup> O Movimento Todos Pela Educação (TPE) faz parte de uma investida empresarial sobre a educação pública e vem sendo efetivada através de alguns destacados aparelhos privados de hegemonia empresariais presentes, alguns presentes no CDES: a) o Instituto Ayrton Senna; b) Fundação Roberto Marinho; c) Fundação Victor Civita; d) Grupo Gerdau, que, por meio de Jorge Gerdau, preside o TPE e que outro foi organizador do Movimento Brasil Competitivo (MBC) que, em certo sentido, foi o germe do Movimento Todos pela Educação. Ver LEHER, Roberto. Educação no governo de Lula da Silva: a ruptura que não aconteceu. In: *Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010*. RJ: Garamond, 2010, p. 378-380. Afirma ainda o autor que “Na Exposição de Motivos do PDE, o governo assume explicitamente que a sua elaboração objetiva implementar a agenda empresarial do movimento “Compromisso Todos Pela Educação”, iniciativa que reúne os principais grupos econômicos que constituem o bloco de poder dominante” (idem, p. 379). Muitas das empresas e empresários envolvidos com o TPE foram conselheiros do CDES.

	Cypriano; Milu Villela; Roberto Setúbal.
Sociedade de Cultura Artística	Fernando Xavier Ferreira e Milú Vilella.

**Elaboração própria. Fontes:** site do CDES e pesquisas na internet.

Não são associações *dos* setores populares, mas *voltadas para os* setores populares, já que foram fundadas pelo próprio empresariado, na direção de inculcar percepções de mundo do empresariado junto à classe trabalhadora, por meio da educação, e das formas de gestão do alívio precário do sofrimento advindo da exploração capitalista. Confrontando os nomes dos conselheiros, perceberemos que cinco deles aparecem *simultaneamente* vinculados às entidades do setor bancário (quadro 2.14) e às entidades voltadas ao convencimento e empresariamento da questão socioeducacional da população,<sup>304</sup> equivalendo a pouco mais da metade do número de conselheiros do quadro 2.11, o que revela que a fração bancário-financeira presente no CDES estava atenta às novas exigências de seu *modus operandi* na sociedade civil.

Cabe ressaltar ainda que Roberto Egydio Setubal estava presente em *todos os tipos de associações* tratados neste capítulo, com exceção das associações corporativas dos setores industriais. Trata-se, nos termos de Gramsci, de um exemplar vivo de intelectual orgânico da burguesia brasileira no CDES, ao lado de outros empresários como Jorge Gerdau Johannpeter e Oded Grajew.

Ainda que não seja detentora de um cabedal puramente “técnico”, seja na indústria ou nas finanças, Viviane Senna possuía grande imersão no meio empresarial, credenciando-se como “funcionária” das frações empresariais presentes no CDES. O papel de Viviane Senna nos Conselhos de Administração dos grupos bancários (Citibank, Itaú e Unibanco, sendo o Santander sua inserção mais recente – março de 2010) parece pretender lhes atribuir um “rosto humano”, inserindo-os e alfabetizando-os no trato das questões sociais, educacionais e culturais no Brasil, imputando-as feição mercantil.

Além disso, é evidente que o Instituto Ayrton Senna (IAS), da qual é fundadora, destina-se, como sabemos, à prestação de serviços nos assuntos pertinentes à área educacional, angariando volumosos recursos junto – principalmente, mas não apenas – às secretarias municipais e estaduais do sistema público de educação, encaminhando uma proposta geral de educação que envolve formulação curricular, gestão e produção materiais didáticos e formação de professores. Trata-se, portanto, de um potente agente empresarial educacional com vinculações a grandes grupos e entidades associativas empresariais, sendo

<sup>304</sup> São eles: Fábio Coletti Barbosa, Gabriel Ferreira, Márcio Artur Cypriano, Roberto Egydio Setúbal e Viviane Senna.

que boa parte de suas lideranças e CEO's, inclusive, estavam presentes no CDES. Segundo Peroni e Caetano,

Viviane Senna, presidente do IAS, possui uma ampla atuação em empresas e instituições públicas e privadas do Brasil e do exterior. Como empresária, participa de organizações da sociedade civil que se propõem a influenciar o desenho de políticas públicas através da divulgação de novas ideias e da criação de bases de acordo, intelectual e técnico, para reformular os sistemas educativos, identificar novas práticas e participar das reformas educativas. Esses empresários se unem aos tomadores de decisão e formadores de opinião sobre a política educacional e se legitimam perante a sociedade.<sup>305</sup>

Os laços empresariais de Viviane Senna e do Instituto Ayrton Senna estão evidenciados na figura abaixo:

**Figura 2.2 – Laços da conselheira Viviane Senna e do Instituto Ayrton Senna com entidades da sociedade civil e com o meio empresarial<sup>306</sup>**



**Elaboração própria** inspirada em PERONI, V. M. (2012: 11); **Demais fontes:** sites do Inst. Ayrton Senna e do CDES.

A ilustre filantropa também participava do Conselho de Educação de importantes entidades patronais, tais como CNI, FIESP e FEBRABAN, em empresas e organismos internacionais. Os laços que estabelecia com frações empresariais alargavam e reforçavam

<sup>305</sup> PERONI, Vera Maria e CAETANO, Maria Raquel. *Redefinições no papel do Estado: terceira via, novo desenvolvimentismo e as parcerias público-privadas na educação*. IX Anped Sul, 2012, p. 10.

<sup>306</sup> A figura mostra ligações que avançam sobre o corte cronológico deste trabalho tendo em vista que as pesquisamos até o ano de 2010.

tanto a *rede corporativa* quanto a *rede associativa voltada para o convencimento e o empresariamento da questão socioeducacional*. Cumpria desta forma função educativa e organizativa *frente e para* o empresariado, credenciando-se como uma intelectual orgânica da burguesia. Às camadas mais pobres da população destinava-se a produção, disseminação e sedimentação de uma cultura burguesa própria, voltada para a formação de uma “cidadania inclusiva” e de uma mão de obra “participativa”, atributos adequados aos padrões de sociabilidade vigentes.

### 2.3.5 – A organização dos conselheiros-empresários nos aparelhos privados de hegemonia empresariais da sociedade civil

Uma visão global das inserções de todos os conselheiros-empresários, das frações do capital (industrial, bancária, comercial e de serviços) nas mais diversas associações burguesas da sociedade civil pode ser visualizado no quadro abaixo:

**Quadro 2.20 – A presença dos conselheiros-empresários em suas associações da sociedade civil (2003-2010)**

Entidades	Conselheiros-empresários e/ou suas entidades da sociedade civil	T
Associações Corporativas Setoriais (Industriais, Comerciais, Financeiras e Agropecuárias) <sup>307</sup>	ABIQUIM, ABINFINA, APLA, ABBI, ABDIB (5), ABINEE (4), ALADDA, ABIMAQ (2), ABRAS, ELETROS, BRACELPA, ABIT (2), AARS, ASGAV, ANFAVEA (4), ABF, ANPROTEC, AEB, ANDIB (2), ABIEF, ASSOBEENS, ABRAD, ANAPECC, ACRISUL, ASSIMPI, ABECITRUS, ASSUCAL, ACOAG, ABRASCE, ACREFI, ABAD, ACIUB, ANCAB, ADVB, ANAMACO, ANBIMA (2), ASSOBRAVE (2), ANEFAC, ABIGRAF.	54
Associações e Centros Industriais, Comerciais e Financeiros, Nacionais, Estaduais.	ACSP (3), ACRJ (2), ACPA (2), ACRGS, CIERGS (2), CIC, CIEMG, CICI/MG, CIESC, CNC, CNSeg.	16
Federações Comerciais e Financeiros, Nacionais, Estaduais.	FIEC, FIRJAN, FIEPR, FIEMG (5), FIERGS (3), FIEPR, FIESC, FIEBA (2), Fecomércio/SP, FENABRAVE, FENASEG, FIEPA.	19
FIESP	Abílio Diniz; Alair Nascimento; Amarílio Macêdo; Antoninho Trevisan; Benjamin Steinbruch; Daniel Feffer; Eugênio Staub; Ivo Rosset; Horácio Piva; Fernando Ferreira; Jorge Gerdau; José Marques; José Luis Cutrale; Maurílio Biagi Fº; Paulo Skaf; Rodrigo Loures; Roger Agnelli; Sérgio Habersfeld; Viviane Senna; Waldemar Verdi Jr., Paulo Godoy, Rogelio Golfarb, Ivan Zurita, Jackson Schneider, Luiza Trajano, Marcos Jank, Luiz Aubert Neto, Cledorvino Belini, Marcelo Odebrecht.	28
CNI	Eduardo Eugênio Vieira; Horácio Piva; José Carvalho; José Mendo Souza; Paulo Skaf; Robson Andrade; Rodrigo Loures; Sérgio Habersfeld; Viviane Senna, Paulo Godoy, Lincoln Fernandes, Paulo Tigre, Carlos Farias; Luiz Aubert Neto, José Conrado Santos, Olavo Machado Jr..	16
Sindicatos Patronais	Sindtrigo, Sinquirj, Simpi/SP, Sindusfarma, Sinditextil (2), Sinduscon/MG, Sinaes/SP, Sindag, Sinfavea (3), Sinduscon/BA, Semesp, Sincomaco, Singepa, Sinaees.	17
FEBRABAN	Fabio Barbosa, Márcio Cypriano, Gabriel Ferreira, Miguel João Jorge Fº, Roberto Setubal, Viviane Senna, Paulo Godoy, Luiz Eduardo Abreu	8
IEDI	Amarílio Macêdo, Benjamin Steinbruch, Carlos Jereissati Fº, Daniel Feffer, Eugênio Staub, Ivo Rosset, Jorge Gerdau, Marcelo Odebrecht, Roger Agnelli, Sérgio Habersfeld.	10
Fórum de Líderes Empresariais	Jorge Gerdau, José Carlos Bumlai, Luiz Leite, Luiz Otávio Gomes, Márcio Cypriano, Maurílio Biagi Fº, Raymundo Magliano, Alair Nascimento, Sônia Regina Hess de Souza, Marcelo Odebrecht.	10

<sup>307</sup> Cada associação representa um conselheiro, quando mais o for, o quantitativo se encontra entre parênteses.

Instituto Ethos	Antoninho Trevisan, Daniel Feffer, Mauro Knijnik, Ricardo Young Silva, Roberto Setubal, Rodrigo Loures, Oded Grajew.	7
PNBE	Eduardo Eugênio Vieira, Joseph Couri, Luiz Leite, Ricardo Young e Oded Grajew.	5
PROTEC	Eduardo Eugênio Vieira; Paulo Skaf; Rodrigo Loures; Luiz Leite; Luis Aubert Neto.	5
Mov. Brasil Competitivo	Jorge Gerdau, Daniel Feffer, Antoninho Trevisan e Adilson Primo.	4
Fórum CEOs Brasil-EUA	Jorge Gerdau, José Luís Cutrale, Roger Agnelli.	3
CEAL	Cosette Alves, Eugênio Staub, Ivo Rosset, Maurílio Biagi Fº.	4
Cives	Oded Grajew, Pedro Luiz Teruel, Gisela Gorovitz.	3
Fundação Dom Cabral	Sônia Regina Hess de Souza, Cledorvino Belini, Robson Braga de Andrade.	3
Instituto Liberal	Jorge Gerdau, Raymundo Magliano, Sérgio Reze, Sérgio Habersfeld,	4
Instituto Millenium	Daniel Feffer e Jorge Gerdau.	2
Movimento Todos pela Educação	Fábio Barbosa, Daniel Feffer, Horácio Piva, Jorge Gerdau, Milu Vilella, Ricardo Young e Viviane Senna.	7
Assoc. Parceria Contra as Drogas	Horácio Piva, Fábio Coletti Barbosa, Fernando Ferreira, Márcio Cypriano, Milu Vilella, Roberto Setúbal, Roger Agnelli.	7
Ação Fome Zero	Antoninho Trevisan, Gabriel Ferreira e José Carlos Bumlai.	3
Fórum Nacional / INAE <sup>308</sup>	João Paulo dos Reis Velloso	1

**Elaboração própria. Fontes:** site do CDES ([www.cdes.gov.br](http://www.cdes.gov.br)) e pesquisas na internet, principalmente nos sites das entidades pesquisadas.

O quadro acima mostra que os governos Lula da Silva continuaram a acionar e reforçar a estrutura sindical e corporativa patronal varguista, que durante décadas foi criticada pelos dirigentes oriundos do novo sindicalismo. As tradicionais estruturas corporativas oficiais do patronato, ao contrário do que se deveria supor para um Conselho que, em tese, deveria traduzir ou se aproximar às formas organizativas mais recentes de atuação e disseminação dos interesses empresariais, continuavam sendo reconhecidas como canais bastante relevantes não apenas de interlocução, mas de intromissão de demandas do empresariado, desde uma perspectiva consensual intraburguesa e em direção aos “de baixo”.<sup>309</sup>

Esse perfil das entidades representativas empresariais no Conselho (não nos esqueçamos que seus conselheiros são nomeados pelo Presidente da República) deriva e

<sup>308</sup> Apesar de ser composto nominalmente por intelectuais de distintos matizes do pensamento burguês, o Fórum Nacional / Instituto Nacional de Altos Estudos (INAE) é um fórum que regrupa tradicionalmente largos setores do empresariado, posicionando-se, desde sua criação, como verdadeiro *think thank* de tais setores. Membros ilustres do governo Lula da Silva também transitavam entre os participantes dos eventos promovidos pelo Fórum Nacional e em suas publicações tendo, inclusive, figurado dentre os membros do Conselho Diretor do Fórum, tais como Aloizio Mercadante, Glauco Arbix e Luciano Martins. Carla Luciana Silva, em sua tese de doutoramento, demonstra a conexão íntima entre as propostas formuladas pelo Fórum Nacional e as divulgadas e cobradas pela revista *Veja*, durante os anos 1990. Segundo a autora, a ligação orgânica entre os dois aparelhos privados de hegemonia se dá por “divulgação de materiais, inclusive com produção de matérias a partir dos textos produzidos nos Seminários do Fórum; recorrências aos seus membros como porta-vozes do programa de “globalização”; elogios diretos ao Fórum como um grupo que efetivamente estaria “pensando o país” mesmo em momentos de crise; elogios ao seu fundador pelo seu papel de articulação, o ex-ministro do governo Castelo Branco, João Paulo dos Reis Velloso”. Cf. SILVA, Carla Luciana Souza da. *Veja*: o “indispensável” partido neoliberal (1989-2002). Tese de doutorado em História. Niterói: UFF, 2005, p. 73.

<sup>309</sup> A soma das inserções empresariais nas entidades representativas da estrutura sindical oficial – Federações Estaduais (com 19 empresários), FIESP (com 28 empresários), Sindicatos Patronais (com 17 empresários), CNI (com 16 empresários) e FEBRABAN (com 7 empresários) – chega a 87 inserções empresariais, isto é, quase 40% num total de 234 inserções. O termo “inserções” procura dar conta das múltiplas presenças de um mesmo conselheiro-empresário em várias entidades e, por isso, não corresponde ao total de empresários no quadro.

expressa *uma das* principais comprovações de que se trata de uma arena de consolidação do projeto de hegemonia do grande capital monopolista. A *convocação* destas entidades patronais para o interior do aparato estatal, através do CDES, mas também em outros fóruns, revela que o bloco político no período robustecia ou empoderava ainda mais a política do grande capital e, especialmente, do grande capital produtor de valor, sobre-representado numericamente em relação aos demais setores empresariais. *Isto não significou que tal ou qual fração capitalista foi preterida no CDES*, já que, como evidenciamos, a interpenetração de capitais de atividades distintas não nos autoriza concluir que os interesses da indústria, do comércio, do setor de serviços, do agronegócio ou dos setores bancários e financeiros não bancários sejam contrapostos, excludentes ou mesmo “adversários”. Deve-se antecipar, contudo, que as disputas entre as formas relativamente autonomizadas do capital, tensionadas pelo evidente entrelaçamento a qual se envolvem, permitiram a entrever, *no estudo sobre o CDES*, a paulatina montagem da consolidação de posições programáticas de setores da fração do capital produtor de valor, como veremos no próximo capítulo.

Dos 57 empresários listados no quadro, 13 deles (apenas 23%) não mantinham vínculos com as entidades *corporativas oficiais* do patronato, o que significa, *analisando esta amostra empresarial*, que a expressiva maioria dos intelectuais orgânicos dos aparelhos privados de hegemonia empresariais historicamente constituídos no Brasil difundiam, ramificavam e consolidavam a sociabilidade do capital a partir da criação de outras entidades de gestão e de aperfeiçoamento da expansão dos interesses empresariais na sociedade civil e na sociedade política, para além das tradicionalmente estudadas ou pesquisadas. É preciso investir em pesquisas as quais possam revelar o “movimento catártico” (do corporativo ao ético-político) do empresariado brasileiro a partir dos programas e agendas resultantes das imbricações entre as suas diferentes entidades, não como união de blocos associativos com atribuições autônomas e singulares, mas como causa e resultado da necessária e permanente renovação do projeto de hegemonia do capital.

Qual é o “chão” material comum a esta multiplicidade de associações, entidades, fóruns, institutos, federações, sindicatos etc, que compunha a sociedade civil de cunho empresarial no Conselho? A resposta se encontra nas relações sociais de produção capitalistas em que se sustenta o grupo social dominante. Segundo Fontes:

Não há também isolamento da sociedade civil com relação ao mundo da produção. Este constitui o solo da sociabilidade a partir da qual se produzem interesses e antagonismos, se forjam as agregações de interesses e vontades, se produz a subordinação fundamental. A sociedade civil é o momento organizativo a mediar as

relações de produção e a organização do Estado, produzindo organização e convencimento.<sup>310</sup>

Certamente, a proximidade econômica entre as associações corporativas e as voltadas para a organização da ação empresarial exposta no quadro acima informava seu conteúdo e composição classista. A base material (o mundo da produção) objetiva desta sociedade civil se expressava, na pesquisa sobre os empresários do CDES, nos grupos econômicos e firmas.

O caminho percorrido neste estudo mostra que os empresários do CDES ocupavam *lugares sociais comuns* a eles, fruto de destacadas posições de classe nas relações de produção e de organizadores (intelectuais orgânicos) de suas frações. As redes corporativas e associativas (de distintas naturezas e propósitos) de que participavam nos permitem reconhecer o estabelecimento de uma *rede de sociabilidade* própria, apontando para a introjeção de valores, códigos, percepções e atuações comuns, isto é, para a permanente construção do *habitus*. Composto por um sistema de predisposições interiorizadas dotado de algumas propriedades e efeitos peculiares, o *habitus* faz com que seus detentores se reconheçam entre si, comunguem dos mesmos gostos, percepções, preferências, valores.

Com os mesmos personagens, do mesmo solo econômico-empresarial, brotavam também iniciativas associativas de cunho genérico, falando diretamente em nome do país ou de “todos” (Movimento *Brasil* Competitivo e Movimento *Todos* pela Educação), presentes no CDES. No âmbito do CDES, amalgamavam-se empresários e suas entidades corporativas e suas entidades com vocação hegemônica. Ultrapassavam suas exigências corporativas, e, sem descartá-las, produziam projetos de adequação subalterna para os trabalhadores, ao passo em que ofereciam atendimento precário para algumas das carências populares.

Este procedimento lhes permitia assegurar seus interesses, capturar reivindicações populares e convertê-las em demandas (atendidas de forma assistencialista ou fragmentada) e, sobretudo, colar, aderir o conjunto das políticas públicas ali formuladas ou endossadas a seu envoltório ideológico “para todos”, desvinculando-as aparentemente das formas de produção e de especialização econômica.

Por isso, parece-nos que o CDES *contribuiu* para a formação de um “capital social” dos agentes pesquisados - mobilizado por uma rede de relações econômicas, políticas, sociais e culturais aos quais participavam – na medida em que foi uma instituição que adensou e/ou aprimorou tal rede de relações cujos agentes eram “dotados não só de propriedades comuns

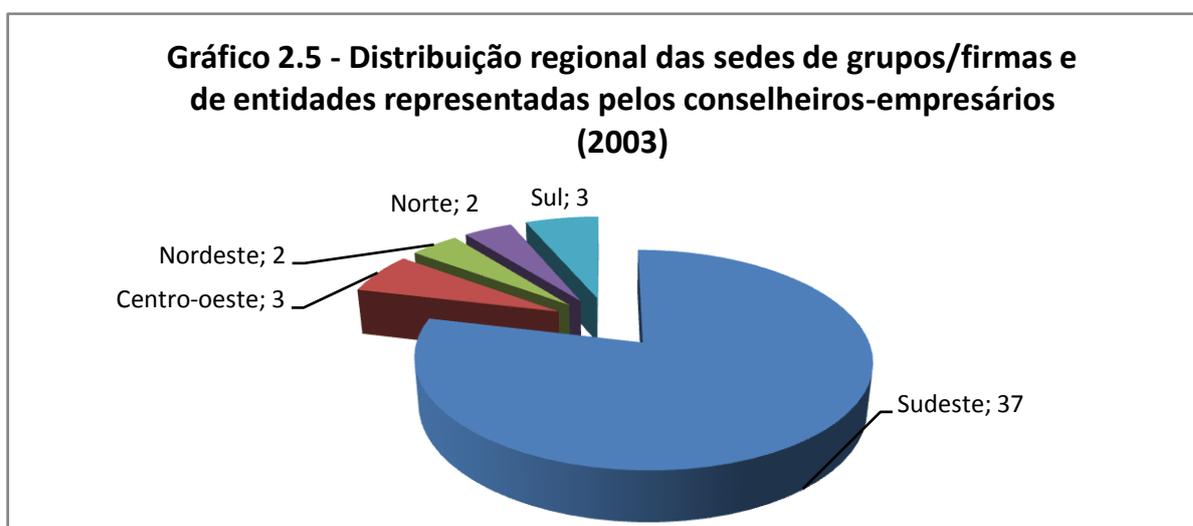
---

<sup>310</sup> FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo...* Op. cit., p. 137.

(passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros e por eles mesmos), mas também que são unidos por *ligações* permanentes e úteis”.<sup>311</sup>

Ainda em relação às entidades da sociedade civil empresarial arroladas no quadro 2.20, salta aos olhos a preponderância das associações das diversas frações do capital cuja sede localiza-se no estado de São Paulo. Supremacia esta que não é por acaso: tomando por base a *sede* das firmas, grupos econômicos ou associações a que se vinculam os conselheiros-empresários pesquisados, o levantamento realizado nos revelou que, na composição do CDES de 2003, foi a região *Sudeste* o *locus* principal da atividade associativa e empresarial. Dos 49 pesquisados, 38 (78%) conselheiros-empresários concentravam-se nesta região.

Observamos que, de longe, São Paulo destacava-se como sendo o estado que mais abrigava as sedes empresariais e associativas, com 31 conselheiros (63%), seguido de Minas Gerais e Rio de Janeiro, respectivamente com 5 (10%) e 2 (5%) cada. As regiões Centro-Oeste e Sul mostram-se empatadas quanto à representatividade empresarial no CDES: Mato Grosso e Distrito Federal estavam representados por 2 (4%) conselheiros cada enquanto que o Rio Grande do Sul e Paraná apareciam com 3 (6%) e 1 (2%) respectivamente. Por último, estavam as regiões Nordeste e Norte: Alagoas e Ceará com 1 conselheiro cada, ocorrendo o mesmo com o Pará. Embora a distribuição regional pesquisada valha para a composição inicial do CDES (2003), não nos parece que tal proporção tenha sofrido variações medianas ou bruscas ao longo do período pesquisado. A distribuição regional dos conselheiros-empresários da primeira formação do CDES (2003) está representada no gráfico abaixo:



<sup>311</sup> BOURDIEU, Pierre. O capital social – notas provisórias. In: CATANI, A. & NOGUEIRA, M. A. (orgs.) *Escritos de educação*. Petrópolis: Vozes, 1998. Apud NEVES, L. M<sup>a</sup>. W.; PRONKO, M. & MENDONÇA, S. R. Capital Social. In: PEREIRA, Isabel Brasil. *Dicionário d educação profissional em saúde*. RJ: EPSJV, 2009, p. 78-79.

**Elaboração própria. Fontes:** sites das firmas e grupos econômicos e de entidades empresariais.

A exposição fria dos números não pode estar separada do significado político que ela busca retratar ou ocultar. O complexo FIESP-CIESP, a CNI e a FIRJAN são entidades patronais da sociedade civil historicamente imersas na defesa, organização e atuação política do empresariado – aparelhos de hegemonia –, principalmente paulista, em suas frentes de batalha que, via de regra, extrapolam o muro dos interesses puramente econômico-corporativos. Trata-se de associações **do** Estado-Maior do grande capital no Brasil. A intensa concentração e conglomeração permite inferir também que tais entidades envolvam *interesses* mesclados (setor bancário, financeiro não bancário, industrial), verdadeiros porta-vozes do capital monopolista e financeiro (união entre diferentes setores).

#### **2.4 – Doações eleitorais e concentração e centralização do capital no CDES**

O atendimento às demandas do grande capital monopolista no Brasil foi uma marca registrada dos governos Lula da Silva. Isto não se refletiu somente em relação ao volume de recursos doados para sua reeleição de 2006 (evolução de R\$ 27,5 milhões para R\$ 75 milhões em 2006, ou seja, de 273%), mas também pelo fomento acelerado do processo de monopolização – via concentração e centralização do capital – impulsionado, por sua vez, pelas novas fusões e aquisições envolvendo BNDES e fundos públicos, partícipes do processo de transnacionalização do capital nativo e da criação e/ou refuncionalização de novas arenas no aparelho de Estado que passaram a abrigar grandes capitais, sejam nativos, internacionais ou associados, num processo de ampliação seletivamente burguesa do Estado, de que o CDES é exemplo. Tanto nas doações das campanhas eleitorais quanto na composição do CDES, é flagrante a presença de setores oligopolizados da economia, incluídos os de papel e celulose, químico e petroquímico, siderúrgico e mineração, comunicações, fabricação de veículos, dentre outros, sob a liderança de bancos e empreiteiras (ou empresas de engenharia). Aliás, dados trazidos por Lazzarini, demonstram que dentre os 20 maiores doadores corporativos da campanha de reeleição de Lula da Silva em 2006,<sup>312</sup> 10 se enquadravam entre os mais destacados grupos econômicos atuantes no CDES:

**Tabela 2.2 – Os 20 maiores doadores da campanha de reeleição de Lula em 2006**

<b>Doador</b>	<b>Valor (R\$)</b>	<b>Doador</b>	<b>Valor (R\$)</b>
Vale	4.050.000,00	OAS	1.700.000,00

<sup>312</sup> LAZZARINI, Sérgio. *Capitalismo de Laços...* Op. cit., p. 69.

<b>Cutrale</b>	<b>4.000.000,00</b>	Andrade Gutierrez	1.520.000,00
Camargo Corrêa	3.504.000,00	<b>Banco ABN AMRO Real</b>	<b>1.500.000,00</b>
<b>Banco Itaú</b>	<b>3.500.000,00</b>	Ambev	1.500.000,00
<b>Gerdau</b>	<b>3.100.000,00</b>	<b>Unibanco</b>	<b>1.300.000,00</b>
JBS-Friboi	2.502.000,00	<b>Embraer</b>	<b>1.300.000,00</b>
<b>Bradesco</b>	<b>2.500.000,00</b>	Coopersucar	1.286.000,00
<b>CSN/Vicunha</b>	<b>2.266.000,00</b>	UTV Engenharia	1.000.000,00
FSTP Brasil	2.000.000,00	Unigel/Acrinor	2.000.000,00
Votorantim	1.700.000,00	<b>Instituto Bras. Siderurgia (IBS)</b>	<b>1.000.000,00</b>

**Elaboração própria. Fonte:** Lazzarini (2011). Dados reportados do jornal *Valor Econômico* de 19/11/2006. Os doadores em destaque estavam representados no CDES.

Impressiona o volume de recursos recebidos pela candidatura Lula desse seleto e robusto grupo. Notamos que os R\$ 24.516.000,00 repassados pelos *10 maiores doadores presentes no CDES* correspondiam a 32,68% (cerca de um terço) do total de doações (R\$ 75.024.000,00) de todos os setores empresariais à reeleição de Lula em 2006.<sup>313</sup> Se considerarmos o total de doações dos 20 maiores doadores (ou seja, R\$ 43.228.000,00) os 10 grupos convocados a assumirem posições de “conselheiros da sociedade civil” no Conselho participaram de 56,7% deste total. Nesta generosa fatia conselheirista, o setor bancário agregou R\$ 8.800.000,00, ou seja, 36% do total repassado, sendo o restante assumido por 5 grupos industriais e uma entidade representativa dos interesses do empresariado do setor siderúrgico, o Instituto Brasileiro de Siderurgia.

Segundo Moreira, o IBS funcionava como “importante aparelho privado de hegemonia para uma determinada fração de classe, apontando assim os caminhos para as privatizações entre os anos de 1976-1988”. O conselheiro permanente do CDES, Jorge Gerdau Johannpeter, assumiu a presidência do Instituto entre 1980-1982, mantendo-se ainda atualmente como membro de seu conselho.<sup>314</sup>

Como demonstração da aludida concentração e centralização do grande capital atuante no CDES, a tabela 2.3 abaixo elenca os grupos econômicos por Receita Bruta (RB), referente ao ano contábil de 2003:

**Tabela 2.3 – Ranking 2004 de Grupos Econômicos representados no CDES (ano base 2003)**

<sup>313</sup> Em ALMEIDA, Rodrigo. *Caixa I dos interesses*. Revista Inteligência. Nº36, Ano IX, 1º Trimestre de 2007, encontram-se tabulados o total de doações de recursos dos setores industriais, comerciais, de serviços e bancários às campanhas eleitorais de 2002 e 2006.

<sup>314</sup> MOREIRA, João Paulo de Oliveira. *O empresariado siderúrgico organiza suas demandas: O Instituto Brasileiro de Siderurgia (IBS) como Aparelho Privado de Hegemonia (1976-1988)*. Anais do VII Simpósio Nacional Estado e Poder: Sociedade Civil. Uberlândia, 2012. Disponível em <<http://www.historia.uff.br/estadoepoder/7snep/docs/067.pdf>>. Acesso em 31/10/2013.

2004	Empresa	Origem do K	Receita Bruta (R\$ milhões)	2004	Empresa	Origem do K	Receita Bruta (R\$ milhões)
3	Bradesco	BR	46706,0	27	Nestlé	SU	9642,3
5	Itaúsa	BR	27938,2	33	CSN	BR	8291,7
7	Telefônica	EP	22263,5	40	Embraer	BR	6599,1
8	Ipiranga	BR	21295,0	59	Suzano	BR	4202,6
9	CVRD	BR	20218,7	69	Klabin	BR	3366,7
10	Telemar	BR	19426,9	82	Martins	BR	2522,0
12	Unibanco	BR	18384,2	83	Jereissati SP	BR	2468,2
13	Odebrecht	BR	17335,3	84	Alcoa	US	2419,5
16	Gerdau	BR	15783,0	104	Citigroup	US	1845,2
17	Fiat	IT	13623,2	111	Vicunha	BR	1654,8
19	Pão de Açúcar	BR/FR	12788,4	151	Dixie-Toga	BR	1032,2
21	Santander	EP	12305,7	171	Iochpe-Maxion	BR	749,0
23	ABN AMRO	HO	11699,2	179	Banco Fibra	BR	679,2
24	Usiminas	BR/JP	11095,6	196	Gradiente	BR	530,3

Elaboração própria. Fonte: Revista Valor Grandes Grupos 2004.

O ranking foi elaborado a partir da revista Valor Grandes Grupos 2004. Grandes empresas não foram encontradas sequer em rankings posteriores: Grupo Rosset, Grupo Springer, Grupo Dudalina, CBMM, Sucocítrico Cutrale. Isso significa que nos três primeiros grupos a Receita Bruta (RB), naquele ano, não alcançou recursos suficientes para figurar entre os 200 maiores grupos do país. Quanto ao último é intrigante como o grupo se destacava, durante os anos 2000, como a terceira maior exportadora de suco de laranja do mundo e não figurava em nenhum dos rankings da revista. Aliás, a pesquisa verificou grandes dificuldades em colher dados sobre a Cutrale.

Em outros casos, encontramos alguns grupos no ranking apenas em 2007: Rodobens Grupo Verdi (RB: R\$ 2161,4 milhões) e Grupo Alusa (RB: R\$ 707,2 milhões). Somente em 2008 o Grupo J. Macêdo apareceu no ranking do Valor com RB de R\$ 1262,8 milhões. Nestas situações decidimos não incorporar tais grupos no ranking acima (de 2004), pois o valor da Receita Bruta (RB) em 2007 e 2008 já não mais correspondia, obviamente, à posição 2004. Outra observação é necessária: alguns grandes grupos (Odebrecht, Fiat, Nestlé e Martins) não compunham o CDES em 2003 mas, mesmo assim, decidimos trazê-los a fim de integrar a tabela acima pois, nestes casos, eles participavam do ranking da revista Valor em 2004. O propósito foi o de observar o peso dos grupos e firmas representados no CDES na economia brasileira no período 2003-2010, *malgrado as inclusões antecipadas* (no caso dos grupos Odebrecht, Fiat, Nestlé e Martins) *e das ausências referidas* (Grupo Rosset, Grupo Springer, Grupo Dudalina, CBMM, Sucocítrico Cutrale, Rodobens Grupo Verdi, Grupo Alusa, Grupo J. Macêdo) e de outras cujos proprietários, notadamente, ingressavam no CDES não pelo crivo econômico, mas muito em virtude de sua posição de organizadores de

entidades da sociedade civil e, em alguns casos, coligado à proximidade amistosa com o então Presidente Lula da Silva.<sup>315</sup>

O valor da receita bruta total auferida pelos grandes grupos econômicos arrolados na tabela 2.3 gira algo em torno de R\$ 316.865,7 bilhões, o que equivale 20,36% do PIB em 2003, cujo montante foi de R\$ 1.556 trilhão.<sup>316</sup> Ou seja, um quinto do total das riquezas geradas no país em 2003 se encontrava nas mãos de apenas 28 grupos empresariais cujos proprietários, sociopresidentes e CEOs foram *nomeados pelo Presidente da República* a participarem de um projeto de “crescimento sustentado e fortalecimento da democracia”. Um olhar mais atento, contudo, mostra que a soma da receita bruta obtida por apenas 6 grandes grupos presentes no CDES (Bradesco, Itaúsa, Telefônica, Ipiranga, CVRD e Telemar) ultrapassava a totalidade das receitas brutas dos demais 22 grupos econômicos, evidenciando ainda mais a megaconcentração e a supercentralização de capitais acolhida no Conselho.

Não há dúvidas de que a concentração de capitais dos grupos econômicos presentes no Conselho em 2003 deveu-se ao fato de constituírem a ponta-de-lança do capitalismo brasileiro, já bastante oligopolizado no início do século XXI, tendência esta aprofundada nos governos Lula da Silva. Segundo Luiz Filgueiras,

Na esfera das relações intercapitalistas, o governo Lula, através do Estado (empresas estatais e bancos oficiais), vem promovendo o impulsionando um processo de concentração e centralização de capitais no âmbito dos grandes grupos nacionais, tanto na esfera produtiva quanto na financeira, bem como na relação entre ambas. Com isso, vem fortalecendo e intensificando o processo de internacionalização desses grupos, tornando-os mais competitivos em escala global. Em particular, observa-se uma articulação desses grandes grupos no interior do Estado, através da sua imbricação com as instituições financeiras estatais, os fundos públicos e os fundos de pensão.<sup>317</sup>

Dados analisados por Gonçalves, por meio da exposição do total de vendas do conjunto das 500 maiores empresas do país contidos na *Revista Exame. Melhores e Maiores*, são reveladores da escalada concentracionista da economia brasileira no período 2002-2010. Coube ao que o autor identifica como sendo o “núcleo central” do capitalismo no Brasil - um restrito grupo composto pelas 50 maiores empresas – o controle, em 2002, de 44% do total das vendas das 500 maiores empresas. Em 2010, esse percentual havia alcançado 48,6%. Assinala ainda o autor que, além de ocorrer concentração de capital, houve também desnacionalização, principalmente no referido “núcleo central”, já que “o aumento da

<sup>315</sup> Situação compartilhada entre Oded Grajew, Antoninho Trevisan, José Carlos Bumlai e Ivo Rosset.

<sup>316</sup> Extraído de <<http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&busca=1&idnoticia=265>>. Resultados das Contas Nacionais para o ano de 2003 publicados em 30 de novembro de 2004.

<sup>317</sup> FILGUEIRAS, Luiz Antonio; PINHEIRO, Bruno. PHILIGRET, Celeste. e BALANCO, Paulo. Modelo Liberal-Periférico e bloco de poder: política e dinâmica macroeconômica nos governos Lula. In: *Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010*. RJ: Garamond, 2010, p. 49.

concentração foi decorrência, em grande medida, da elevação da participação relativa das empresas estrangeiras nas vendas totais das 500 maiores empresas”. As empresas estrangeiras aumentaram sua participação no “núcleo central” de 17,6% em 2002 para 19,6% em 2010, acarretando, simultaneamente, concentração e desnacionalização.<sup>318</sup>

Vale ainda ressaltar que, tomando por base os ativos totais e excetuando três grandes bancos públicos federais (Banco do Brasil, Caixa Econômica federal e BNDES), o processo de concentração no sistema financeiro foi ainda mais forte: os ativos subiram de 29,5% em 2002 para 47,8% em 2010 dentre as cinco maiores empresas do setor. O valor dos ativos totais dos 50 maiores bancos – que em 2002 era igual – passou a ser, em 2010, 74% maior em relação ao das 500 maiores empresas (idem: 108). A taxa média de rentabilidade (lucro/patrimônio líquido) dos 50 maiores bancos no período 2003-2010 foi de 17,5% enquanto que a das 500 maiores empresas foi de 11%.<sup>319</sup>

## 2.5 - Os grupos e firmas representados no CDES segundo origem de suas sedes

Investigamos igualmente a origem dos grupos econômicos representados no CDES em face das sedes ou matrizes onde estão instalados. Foram realizadas pesquisas nos *sites* da Econoinfo, do Instituto Mais Democracia ou dos próprios grupos econômicos, além de publicações como as revistas Exame, Valor Grandes Grupos e Balanço Anual da Gazeta Mercantil.

A Emenda Constitucional nº 06, de 1995, revogou o artigo 171 da Constituição Federal de 88 o qual definia, no inciso I, a empresa brasileira como “A constituída sob a legislação brasileira e que tenha sede e administração em seu país”. Este artigo, em seus incisos e parágrafos, elencava preferências das empresas brasileiras de capital nacional frente às de capital estrangeiro, ou seja, em razão da origem do seu capital, principalmente no que tange ao desenvolvimento tecnológico e na aquisição de bens e serviços públicos pelas empresas designadas pelo texto constitucional de “nacionais”:

Art. 171. São consideradas:

I – empresa brasileira a constituída sob as leis brasileiras e que tenha sua sede e administração no País;

II - Empresa brasileira de capital nacional aquela cujo controle efetivo esteja em caráter permanente sob a titularidade direta ou indireta de pessoas físicas domiciliadas e residentes no País ou de entidades de direito público interno, entendendo-se por controle efetivo da empresa a titularidade da maioria de seu

<sup>318</sup> GONÇALVES, Reinaldo. *Desenvolvimento às avessas: verdade, má-fé e ilusão no atual modelo brasileiro de desenvolvimento*: RJ: LTC, 2013, p. 105-106.

<sup>319</sup> Idem, p. 107.

capital votante e o exercício, de fato e de direito, do poder decisório para gerir suas atividades.<sup>320</sup>

Esta e outras emendas constitucionais, medidas provisórias e leis complementares se encontravam no bojo do processo que, durante os anos 90, ficou conhecido pelos analistas como desregulamentação, liberalização e privatização da economia brasileira, constituindo um dos pilares de implantação do modelo de acumulação capitalista neoliberal, em substituição ao modelo de acumulação calcado na industrialização por substituição de importações inaugurado no período varguista desde os anos 30.

Interessamo-nos mais de perto apresentar e analisar a composição dos grupos e firmas representadas no CDES a partir da definição legal de “empresa brasileira”. Antes, porém, é preciso fazer duas observações: a) como vimos, a CF/88 elimina qualquer distinção entre empresas de *capital de origem* nacional e empresas de *capital de origem* estrangeiro (subsidiárias) para a definição de “empresa brasileira”, bastando que elas estejam organizadas sob as leis do país e com sede e administração no país.<sup>321</sup> A nacionalidade ou o domicílio dos acionistas não influi na nacionalidade da sociedade. Ainda que todos os acionistas estejam domiciliados no exterior, a sociedade será brasileira, contanto que se constitua de acordo com a legislação nacional, aqui mantendo sua sede. “Empresas estrangeiras” são as sociedades constituídas e organizadas em conformidade com a legislação do país de origem, onde também mantém sua sede administrativa. Estas empresas estão sujeitas a autorização do Governo Federal para operar no Brasil e devem cumprir uma série de requisitos especiais,<sup>322</sup> b) certamente foge do âmbito desta pesquisa classificar os 80 grupos e firmas presentes no CDES a partir da *composição acionária de seu capital*, isto é, perscrutar, grupo a grupo, se há ou não participação, direta ou indireta, minoritária ou majoritária, de capitais estrangeiros.

Feitas estas observações, classificamos os grupos econômicos e firmas representadas no CDES em três tipos: a) como “empresas brasileiras”<sup>323</sup> aquelas que, de novo, independem da origem da composição do capital (nacional, estrangeiro ou associado), bastando serem regidas pelas leis nacionais e apresentarem matriz no país; b) como “empresas brasileiras transnacionalizadas” aquelas compõem o primeiro grupo, mas que se diferenciam por

<sup>320</sup> Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso 01/02/2015.

<sup>321</sup> Com esta revogação a jurisprudência aceita a recepção do Decreto-lei nº 2.627, de 26 de setembro de 1940, que estabelece no seu artigo 60: “São nacionais as sociedades organizadas na conformidade da lei brasileira e que têm no País a sede de sua administração”.

<sup>322</sup> Disponível em <[http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=4718](http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=4718)>. Acesso 05/03/2015.

<sup>323</sup> As aspas em “empresas brasileiras” procuram dispensar possíveis interpretações nacionalistas quanto à “virtude” de seus capitais e de seus interesses e, por tabela, quanto ao projeto político que defendem.

estabelecerem filiais ou sucursais em outro país; c) como “empresas estrangeiras”, aquelas que preferem operar nos países de destino sem estabelecer sede e são organizadas e se constituem segundo legislação do país de origem. Poderão ser acrescido ao nome da sociedade a expressão “do Brasil” ou “para o Brasil”.<sup>324</sup>

Ao pesquisar os grupos e firmas representados no CDES entre 2003 e 2010, com base nesses critérios classificatórios, verificamos que 86% eram “empresas brasileiras” segundo as exigências acima resumidas e 14% eram “empresas estrangeiras”. Dentre as “empresas brasileiras”, 33% operacionalizavam suas atividades para além das fronteiras nacionais, instaurando-se em várias outros países, principalmente na América do Sul (ver item 2.7), isto é, eram empresas brasileiras em processo de transnacionalização.



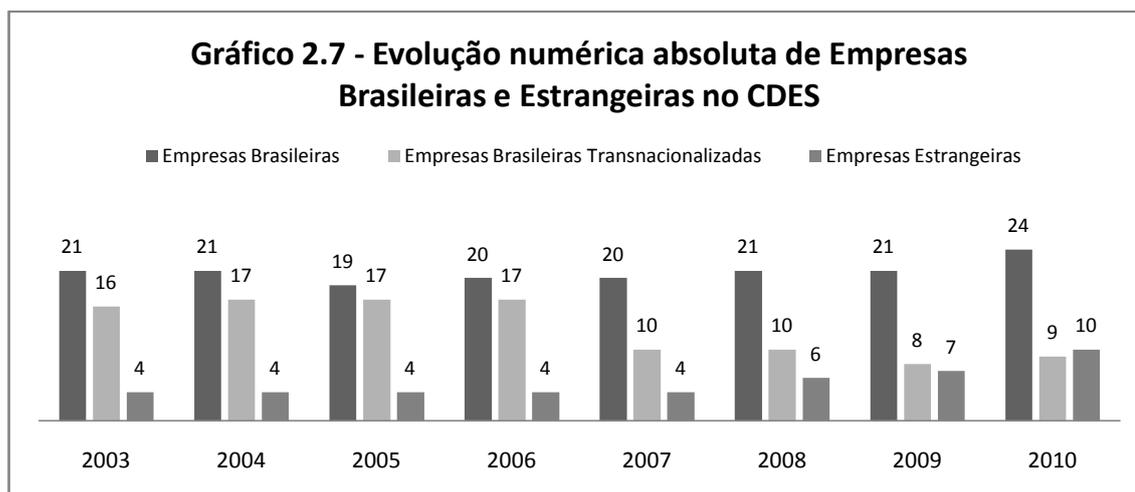
**Elaboração própria. Fontes:** Revista Valor Grandes Grupos e pesquisas nos sites dos grupos e firmas.

De 2003, por ocasião da primeira composição da plenária do CDES, às alterações sofridas pela significativa recomposição ocorrida em 2007, o *quantum* de grupos econômicos e firmas representado revelou muito pouca variação, para as três categorias de empresas. Mantiveram-se, no essencial, uma média de 21 grupos/firmas brasileiros, 13 grupos/firmas brasileiros transnacionalizados, e 5 de grupos estrangeiros.

O período 2007-2010, através das renovações plenárias bianuais, revelou o *aprofundamento* de tendências do período anterior. Nessa renovação empresarial houve o ingresso de 30 novos grupos/firmas e a saída de 27 outros. Quais alterações se verificaram nesse período?

<sup>324</sup> As empresas estrangeiras representadas no CDES foram: Grupo Alcoa Inc., Grupo Santander Brasil; Grupo Telefônica do Brasil; Citibank Brasil; Ford Motor Company Brasil; Dufry do Brasil; Nestlé do Brasil; Mercedes-Benz do Brasil; Siemens do Brasil; CPM Bráxis Capgemini; Grupo Fiat, Price Waterhouse Coopers-Brasil; BNP Paribas Asset Management Brasil; Fiat do Brasil.

- i. Ocorreu uma branda ampliação dos conselheiros que representavam “empresas brasileiras”: de 20 grupos/firmas em 2006, avançou-se para 24 grupos/firmas em 2010, um aumento de 20%. Porém, o perfil das atividades principais dessas empresas se alterou: a partir de 2007, verificamos o reforço de empresários diretamente ligados às atividades de serviços educacionais (donos de centros universitários) e da indústria de construção civil e infraestrutura, acompanhado da indústria de peças e equipamentos e de energia. O perfil dos grupos que saíram foi muito heterogêneo: médios empresários donos de consultoria, de serviços de segurança, de escola de idiomas e grandes empresários do setor telefonia e administração de shoppings (Grupo Jereissati) e a holding que administrava o Unibanco (E. Johnston Representação e Participações S.A) que passou por fusão com o Itaú em 2007.
- ii. Houve uma substantiva perda representativa das “empresas brasileiras” transnacionalizadas: de 17 grupos em 2007 desceram para 9 em 2010, uma perda de quase 50% de representação. Dentre as alterações, duas saltaram aos olhos: a saída de *grandes grupos bancários e financeiros não bancários* (Bradesco, Itaú – agora aliado ao Unibanco -, BM&FBOVESPA) e grandes grupos que, dentre suas atividades, envolviam *produção e exportação de commodities*: Usiminas, CSN, Cia. Brasileira de Metalurgia e Mineração, Cia Vale do Rio Doce, Grupo Rodobens, Empresas Petróleo Ipiranga, Sucocítrico Cutrale. Ocorreu um esvaziamento desses setores, permanecendo alguns de seus grandes representantes (Santander, Grupo Gerdau, Grupo Alusa, Suzano Holding) e o ingresso, em 2010, do Grupo Odebrecht.
- iii. Ocorreu substancial ingresso de conselheiros que representavam *grandes grupos estrangeiros*: de 4 grupos estrangeiros representados em 2006, alcançou-se 10 grupos em 2010, com crescimento de 150%. Eram todos grandes grupos do capital monopolista: Dufry do Brasil, Nestlé do Brasil, Mercedes-Benz do Brasil, Ford Motors Company do Brasil, Grupo Telefônica, Siemens do Brasil, CPM Bráxis Capgemini, Fiat do Brasil, Price Waterhouse Coopers Brasil, BNP Paribas Asset Management Brasil. Dos grandes grupos estrangeiros saiu apenas o Citibank, em 2007, com os demais bancos, mas o Santander se manteve. A Nestlé saiu em 2009.



**Elaboração própria. Fontes:** site do Econoinfo, Revista Valor Grandes Grupos e Balanço Anual Gazeta Mercantil.

Tratou-se, dessa forma, da entrada de dois grandes grupos internacionais (Siemens e Capgemini) com áreas de atuação bastante diversificadas (eletricidade, infraestrutura, telecomunicações, transporte, eletroeletrônicos, tecnologia da informação), com produção de serviços e produtos de *alto valor agregado*, uma prestigiada empresa de consultoria e auditoria no mercado global (PwC), um dos maiores bancos europeus (BNP Paribas), três gigantes na fabricação de automóveis (Mercedes-Benz, Fiat e Ford), ramo industrial que jamais deixou de ter representatividade no CDES, seja através de diretores das grandes montadoras, seja através dos presidentes da ANFAVEA e, por último, o retorno da Telefônica após um ano de sua saída (2007). Por outro lado, verificamos a saída de 3 grandes siderúrgicas e metalúrgicas “brasileiras” (Usiminas, CSN e CBMM), uma das maiores mineradoras do mundo (a Vale), dois dos maiores bancos “brasileiros” (Bradesco e Itaú-Unibanco) e a 2ª maior empresa exportadora de suco de laranja do mundo, a Cutrale.

Como parênteses, vale mencionar que a Cutrale é acusada rotineiramente de exploração e ameaças a pequenos agricultores proprietários de pomares, de desrespeitar legislação trabalhista com demissão de funcionárias grávidas e descontos salariais indevidos, uso de agrotóxicos e grilagem de terras da União.<sup>325</sup> Altíssimos lucros e exacerbada truculência espelham o histórico padrão de atuação socioeconômico da burguesia brasileira, convocada a assumir, no CDES, compromisso com a “concertação ou pactuação nacional”.

<sup>325</sup> Retirado de <<http://www.mst.org.br/taxonomy/term/510>>. Acesso 19/09/2013. Em nossa pesquisa, deparamos, algumas vezes, com situações em que “lideranças de ilibada conduta” – critério plasmado na lei 10.683/03 para pertencer à plenária do CDES – são acusadas de fraudes, desvios e abuso de poder, crime de colarinho branco, dentre outras irregularidades. A pesquisa não se vocaciona ao trato da pequena política (“a política do dia-a-dia, política parlamentar, de corredor, de intrigas”, no dizer de Gramsci), mas é bastante revelador e impressionante o pragmatismo assumido pelos dirigentes petistas em sua aliança com setores da grande burguesia brasileira.

Não foi incomum, igualmente, encontrarmos notícias sobre relações mais estreitas entre alguns conselheiros-empresários e o então Presidente Lula. José Luis Cutrale Jr., conselheiro do CDES, relata muita proximidade com Lula (antes, era próximo de Collor de Melo, sendo inclusive doador de sua campanha presidencial). Em 2003, Cutrale Jr. fez generosa doação de 4 milhões de reais para a candidatura Lula (ver tabela 2.3). A revista *Veja*, de 14 de maio de 2003, expõe a camaradagem entre os dois novos companheiros:

No governo Lula, Cutrale conta que mantém boas relações com o presidente. Elas se tornaram amistosas depois que, durante a campanha, Lula o tranquilizou a respeito do que faria com a economia em caso de vitória. "Ele me disse que não ia mexer com quem estava produzindo e que o que ia fazer era colocar o governo para ajudar os pobres. Acreditei." Num dos encontros com a reportagem de *VEJA*, José Luís sacou da pasta um punhado de charutos cubanos da marca Cohiba e Montecristo para dizer em seguida: "Esses eu estou levando para o Lula".<sup>326</sup>

As renovações plenárias ocorridas entre 2007 e 2010 nos permitem, a partir das características dos grandes grupos, dos setores de atividade e do porte econômico apresentados pelos grupos e firmas entrantes e retirados, sob pena de não cair em exageros, afirmar que:

- i. Houve forte perda da representatividade numérica de grandes grupos econômicos brasileiros transnacionais, ainda que se mantivessem e/ou ingressassem alguns com este perfil (Odebrecht, Embraer, DHB Automotivos, por exemplo), envolvidos com a produção e exportação de commodities.
- ii. Parece-nos que essa perda foi ocupada pela ascensão de grupos e firmas brasileiras de médio, médio-grande e grande porte (de atividades educacionais, de produção de máquinas e equipamentos e comerciais, a exemplo da Magazine Luiza, Dudalina e Martins Distribuidora), mas, principalmente, *do ingresso do grande capital estrangeiro*; b.1) ao primeiro segmento (empresas brasileiras de médio e médio-grande porte) podemos destacar o incremento de empresas cujos conselheiros eram proprietários de construtoras mais voltadas à construção civil e incorporadoras do que a grandes obras de infraestrutura (com exceção da Odebrecht), seguido de uma variedade de empresas de diferentes atividades econômicas, *sem abdicar do ingresso significativo de grandes grupos econômicos*; b.2) ao segundo segmento (empresas estrangeiras), além de banco, montadoras e comércio em aeroportos, nos parece que

---

<sup>326</sup> SECCO, Alexandre e PATURY, Felipe. O campeão mundial do suco de laranja. *Revista Veja*, Ed. 1802, 14/05/2003. Retirado de < [http://veja.abril.com.br/140503/p\\_038.html](http://veja.abril.com.br/140503/p_038.html)>. Acesso em 19/09/2013.

houve uma maior convocação de empresários que atuavam na prestação de serviços que exigem produção e gestão em *alta tecnologia* (Siemens, CPM Bráxis Capgemini), mas sem dúvidas, com eles se aprofundou o grau de concentração de capitais representados no Conselho.

- iii. Como observado, houve significativo incremento de grupos e firmas de brasileiras não transnacionalizadas (quase 25%), e muito provavelmente com menor de concentração de capital se comparado aos seus antecessores.

Estas considerações nos levam a *supor*, guiado pelas leituras das atas e da documentação do CDES no segundo governo Lula da Silva, que a SEDES/SRI/PR optou por realizar um rearranjo na estrutura da composição do CDES, em 2007, mantendo seu caráter monopolista, mas convocando conselheiros representantes de grupos que se (des)vinculassem: i) ao aprofundamento junto ao capital produtivo (produtor de valor), preterindo os setores diretamente voltados à fração bancária e financeira não bancária (capital monetário), sem contudo dispensá-la, mas dirimindo sua força representativa, talvez devido às tensões e críticas surgidas, no período anterior, aos bancos ou, talvez, aliado ao fato de que o CDES não se configurava como um canal muito eficiente de representação das demandas destes empresários; ii) aos grupos diretamente envolvidos com a produção e exportação de commodities, objeto de discussão quanto a necessidade de mudança do padrão produtivo do país, reveladas nas plenárias e documentação do CDES no período pós-crise de 2008, por ocasião da produção da Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento (ANC). Também aqui não se tratava de retirá-los totalmente; iii) a grupos econômicos voltados à construção civil e à infraestrutura, também objeto de grande debate no CDES, por ocasião do projeto habitacional Minha Casa Minha Vida (MCMV) e dos preparativos para os grandes eventos esportivos da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016 e da exploração da camada pré-sal, recém-descoberta. Soma-se a isso a ininterrupta demanda empresarial pela melhoria da infraestrutura energética, de transportes e de logística com vistas ao rebaixamento dos custos de produção; iv) a grandes grupos que se credenciavam pelo *know-how* adquirido mundialmente na prestação de serviços de *alta tecnologia*, de fato pouco representado no CDES, em áreas como infraestrutura, logística, transportes, telecomunicações, informática, robótica e *outsourcings* (empresas de terceirização), necessárias aos novos empreendimentos esperados. Se aliarmos as discussões havidas, no pós-crise, da necessidade de mudança do padrão produtivo (sem abdicar das atividades exportadoras, mas agregando valor a elas) e,

por outro lado, dos incentivos recebidos pelas montadoras (aludidos pelo próprio Lula da Silva em discursos nas plenárias do CDES) como meio de incentivo da cadeia de produção automotiva e do vislumbre de mudanças na infraestrutura geral do país, talvez a convocação destes representantes de empresas estrangeiras (que agora já não tem mais nada a ver com “lideranças ilibadas da sociedade civil”), se possa ter o caminho para o entendimento do ingresso desses grupos no CDES.

## **2.6 - Vinculações dos conselheiros-empresários com os demais órgãos da Sociedade Política**

Além de ser um fórum de convergência entre aparelhos privados de hegemonia empresariais e Estado restrito, o CDES também se credenciou como uma importante plataforma de *facilitação de abertura* de novos canais para a ampliação do ingresso do empresariado. As entidades empresariais, sabemos, já compareciam junto a órgãos, aparelhos e agências da sociedade política, mas a pesquisa revelou que o CDES *contribuiu* para que elas não apenas mantivessem, mas também adentrassem em outros órgãos do Estado para a ampliação do seu escopo de intervenção e de atendimento de suas demandas. Os conselheiros-empresários pesquisados não apenas estavam entrelaçados no mundo dos negócios, nas variadas e distintas entidades da sociedade civil patronais e mercantil-filiantrópicas que criaram ou às quais aderiram, mas também, na sociedade política (órgãos, agências, aparelhos do Estado restrito).

A ampliação empresarial do Estado, por *influência* do CDES, teve como carro-chefe a maior ocupação do Ministério do Desenvolvimento da Indústria e Comércio (MDIC) e suas agências. Este foi o aparelho estatal onde mais se abrigavam conselheiros-empresários do CDES. Basta lembrar que, nos dos governos Lula da Silva, o ministro do MDIC, Luiz Fernando Furlan, então presidente da Sadia, era um dos mais destacados empresários do capital produtor de valor, com conexão em várias entidades patronais da sociedade civil e muito reverenciado quando comparecia às plenárias do Conselho. Seu sucessor, Miguel João Jorge Filho, também destacado empresário que ocupara cargo de direção na Volkswagen (1988-2000) e no então Grupo Santander Banespa (2002-2007) – e entidades patronais destes setores -, quando então alçou ao cargo de ministro do MDIC, foi conselheiro-empresário do CDES entre 2003 e 2007.

Os conselheiros-empresários tiveram grande influência na criação de duas agências importantes de sustentação das demandas empresariais: o Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI) e a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial

(ABDI),<sup>327</sup> ambas ligadas ao MDIC. Segundo Garcia, “a criação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial, que tem se mostrado essencial para garantir legitimidade às ações da recém-instalada Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial, resultou de uma demanda dos conselheiros”.<sup>328</sup>

A ligação mais orgânica do CDES com as demais agências da sociedade política foi com o CNDI. Criado em 2004, também era um órgão de caráter consultivo, com representantes de 13 ministros, 11 lideranças empresariais e de 3 representantes do setor laboral<sup>329</sup> e figurava como presidente o Ministro do Desenvolvimento Indústria e Comércio. Segundo a lei 11.080/04 (que também criou a ABDI), tinha como “a atribuição de propor ao Presidente da República políticas nacionais e medidas específicas destinadas a promover o desenvolvimento industrial do País”.<sup>330</sup> De Toni, cujo objeto de pesquisa de seu doutorado foi sobre o CNDI, observa que

O CNDI debateu ao longo deste período (2004-2010), dezenas de assuntos relacionados a como viabilizar as propostas da PITCE e da PDP. A análise das reuniões evidencia que boa parte dos temas se concentraram em discussões sobre novas desonerações fiscais, setoriais ou transversais, diminuição ou suspensão de tributos em setores críticos para a indústria (bens de capital, por exemplo), ou naqueles temas relacionados à diminuição dos custos de produção, como a desoneração da “cesta básica”, por exemplo.<sup>331</sup>

A listagem das pautas discutidas no CNDI era sem dúvida menor e, em certa medida, replicava com que os conselheiros-empresários do CDES debatiam, o que, para tanto, contribuía o duplice assento de alguns capitalistas nas duas agências. De fato, havia um entrelaçamento de pautas e de empresários. Na documentação do CDES havia menção aos trabalhos do CNDI, bem como nas reuniões plenárias. Ao que parece, o CDES absorveu e ampliou as pautas do empresariado presentes no CNDI, tanto que este último, a partir de 2007, segundo De Toni, “perdeu potência”.<sup>332</sup>

---

<sup>327</sup> Os empresários no CDES que participavam da ABDI eram Daniel Feffer, Olavo Machado Jr. e Rodrigo Loures.

<sup>328</sup> GARCIA, Ronaldo C. O CDES e a construção da Agenda Nacional de Desenvolvimento: um relato particular... Op. cit., p. 46.

<sup>329</sup> Tiveram assento no CNDI os seguintes *empresários* do CDES: Ivo Rosset, Amarildo Macedo, Jorge Gerdaud, Maurício Botelho, Eugenio Staub, Luiz Carlos Delben, Miguel Jorge, Paulo Godoy. Do setor da *burocracia sindical* compareciam Antonio Neto (CGTB) e Luiz Marinho (CUT). Os *ministros* que participavam nos dois órgãos eram: Dilma Rousseff, José Dirceu, Fernando Furlan, Paulo Bernardo, Celso Amorim, Henrique Meirelles e Ricardo Berzoini.

<sup>330</sup> Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2004/Lei/L11080.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L11080.htm)>. Acesso 03/03/2015.

<sup>331</sup> DE TONI, Jackson. *Novos arranjos institucionais na política industrial do governo LULA...* Op. cit, p. 264.

<sup>332</sup> Idem, p. 185.

Fato é que os dois conselhos sempre funcionaram com “pautas sintonizadas”. Podemos inferir também, que o “Conselhão” substituiu o CNDI, com espaço de “concertação”, no segundo mandato de Lula, na medida em que as políticas industriais propostas foram incorporadas nos temas da então chamada “Agenda Nacional de Desenvolvimento – AND” e o próprio CNDI perdeu significado político.<sup>333</sup>

Deve-se estudar com mais profundidade as relações entre as duas arenas, mas nos parece que o peso econômico do conjunto do capital representado no CDES e seu papel propulsor e articulador de uma amalgamação intrasetores burgueses e de acionamento e obtenção tensionada do consentimento ativo dos grupos subalternos não alcançou paralelo no CNDI. Enquanto nesse último houve conquistas estritamente corporativas para alguns setores do capital produtivo, especialmente no âmbito da política industrial com a PITCE, no primeiro o propósito e o alcance exprimiam um projeto de sociabilidade muito mais amplo, isto é, ético-político.

Além da ABDI e do CNDI, alguns conselheiros-empresários se faziam representar no Conselho Consultivo do Setor Privado da CAMEX (Câmara de Comércio Exterior) – o CONEX. Este órgão também era presidido pelo ministro do MDIC e integrante do Conselho de Governo da Presidência da República. Foi a arena estatal em que encontramos maior número de conselheiros-empresários (total de 10 empresários entre 2005 e 2010),<sup>334</sup> com a presença permanente de Marcelo Odebrecht e Roger Agnelli. De acordo com o site da CAMEX, compete ao CONEX “apresentar estudos e propostas de aperfeiçoamento da política de comércio exterior”. É composto por até 20 lideranças do setor privado e seus temas versavam acerca da ampliação e aprofundamento de estratégias de inserção das exportações brasileiras no comércio mundial, com o foco no Mercosul. Averiguando apenas os conselhos do CDES que participavam do CONEX, nota-se que era mais uma agência predominantemente composta por destacados aparelhos privados de hegemonia empresariais e por representantes do grande capital monopolista.

No Ministério da Fazenda, principalmente por ocasião da crise econômica de 2008, foi criado o Grupo de Acompanhamento da Crise (GAC) com larga presença de empresários do CDES. Também localizamos conselheiros-empresários em agências reguladoras (ANEEL e ANAC), no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e no Ministério da

---

<sup>333</sup> Idem, p. 256.

<sup>334</sup> Eram eles, em 2005: Armando Monteiro Neto, Marcelo Odebrecht, Maurício Botelho, Roger Agnelli. Em 2008: Antonio Gil, Armando Monteiro Neto, Luiz Aubert Neto, Marcos Jank, Marcelo Odebrecht, Roger Agnelli. Em 2010 (re)assumem: Marcos Jank, Cledorvino Bellini, Marcelo Odebrecht, Robson Braga de Andrade, Paulo Godoy, Roger Agnelli. Disponível em <<http://www.camex.gov.br/legislacao/interna/id/700>> e <<http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivo/legislacao/rescamex/2005/rescamex035-05.pdf>>. Acesso em 04/03/2015.

Ciência e Tecnologia (MCT). Constatamos também que alguns deles detinham assentos nos conselhos de administração da Petrobrás e do BNDES. No âmbito estadual, havia empresários que atuavam (ou registravam trajetórias de atuações) em órgãos, empresas públicas e bancos estaduais de desenvolvimento.

**Quadro 2.21 - Vinculações dos Conselheiros-Empresários com os demais órgãos da Sociedade Política (por sociedade política)**

<b>Sociedade Política</b>	<b>Conselheiros</b>	<b>T</b>
<b>Conselhos e agências no MDIC</b>	Antonio Gil, Armando Monteiro Neto, Cledorvino Bellini, Eugênio Staub, Ivo Rosset, Jorge Gerdau, Joseph Couri, Luiz Aubert Neto, Luiz Leite, Marcelo Odebrecht, Marcos Jank, Maurício Botelho, Miguel Jorge Fº, Paulo Godoy, Robson Braga de Andrade, Roger Agnelli, Rodrigo Loures.	17
<b>Ministérios e órgãos estatais</b>	Antoninho Trevisan, Antonio Silva, Cláudio Conz, Fernando X. Ferreira, Humberto Mota, Luiz Aubert Neto, Joseph Couri, Maria Ferreira, Oded Grajew, Raymundo Magliano Fº, Rinaldo Soares, Rodrigo Loures.	12
<b>Conselhos de Administração de Empresas Estatais</b>	Benjamin Steinbruch, Fábio Barbosa, Fernando X. Ferreira, Humberto Mota, Jorge Gerdau, Roger Agnelli.	6
<b>BNDES</b>	Benjamin Steinbruch, Eduardo Vieira, Luiz Aubert Neto, Luiz Leite, Paulo Skaf.	5
<b>Secretarias e empresas públicas estaduais</b>	Humberto Mota, José Carvalho, João Campos, Maria Ferreira, Mauro Knijniki, Olavo Machado Jr., Paulo Godoy, Paulo Simão, Pedro Teruel, Robson Andrade.	10
<b>Bancos de Desenvolvimento Estaduais</b>	João Elísio Campos, Mauro Knijniki, José Mendo Mizael.	3
<b>Cargos eletivos</b>	José Carvalho (PTB/PR), João Elísio Campos (ARENA/PMDB/PR), Maria Ferreira (PMDB/MG), Pedro Teruel (PT/MS).	4

Elaboração própria. Fontes: site do CDES ([www.CDES.gov.br](http://www.CDES.gov.br)) e pesquisas na internet.

Do total de 88 empresários que passaram pelo CDES entre 2003 e 2010, 40 deles, isto é, praticamente 50% vincularam-se às agências da sociedade política,<sup>335</sup> além do próprio CDES, é claro. Nota-se que muitos empresários do CDES se entrelaçavam também nas agências da sociedade política. No caso do CNDI e do CONEX constituíram um “grupo de ação permanente” empresarial que transitava entre os dois órgãos. Com a crise de 2008, foi criado o Grupo de Acompanhamento da Crise (GAC), no âmbito do Ministério da Fazenda, onde muitos desse núcleo empresarial do CDES estariam também presentes, como veremos no capítulo 4.

## 2.7 - Transnacionalização de Grupos Econômicos presentes no CDES

<sup>335</sup> No Anexo A consta o quadro “Vinculações dos Conselheiros-Empresários com os demais órgãos da Sociedade Política”, o qual mostra a vinculação nominal de cada conselheiros-empresários com as agências da sociedade política.

A pesquisa acerca das firmas e grupos econômicos de que os conselheiros-empresários eram representantes e/ou socioproprietários nos mostrou também que eles participavam de uma política expansionista para outros países (transnacionalização), muitos dos quais recebiam volumosos recursos do BNDES durante os mandatos de Lula da Silva. Neste período, o Banco alterou seu estatuto e voltou-se para abertura de linhas de financiamentos com vistas à alavancagem das modalidades de transnacionalização de alguns grupos selecionados, financiando sua participação no comércio exterior, na instauração de plantas industriais e em outros investimentos que almejavam, para além do território nacional, especialmente àqueles ligados aos projetos de integração regional. Trata-se de um “papel fomentador da expansão imperialista realizado pelo Estado brasileiro”, nas palavras de Fontes,<sup>336</sup> levando a autora a considerar que o Brasil incorpora-se, ainda que de forma subordinada, ao conjunto dos países imperialistas. Este movimento desigual e combinado de capitais subimperialistas de origem brasileira traduz-se, em tempos recentes, em uma “mescla de solidariedade e truculência” no cenário internacional, carreando “para fora do país as determinações internas ambivalentes, muitas vezes apresentadas como valorosas ou generosas atributos”.<sup>337</sup> O processo foi defendido pelo governo e/ou por avaliações elogiosas a esta política, sob o signo da “cooperação progressista” entre os governos sul-americanos, em que o caso brasileiro é encarado como portador de um “importante instrumento do programa político neodesenvolvimentista”:<sup>338</sup>

Grande parte dos investimentos brasileiros na América do Sul está ligada a um fortalecimento das políticas desenvolvimentistas que dependem de investimento externo. Os governos (nacional-desenvolvimentistas), em sua maioria, não dispunham de recursos e estrutura para a execução da obra no período desejado, por isso, contaram com a atuação das empresas brasileiras e com financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).<sup>339</sup>

Em oposição a esta visão parcial, isto é, considerando o extravasamento das atuações truculentas e autocráticas de nossa burguesia, a expansão de capitais aqui instalados ocasiona dramáticos impactos socioambientais e trabalhistas nas populações atingidas, ensejando, por isto, críticas e estratégias de ações mobilizadoras por parte de redes, organizações e

<sup>336</sup> FONTES, Virgínia. Pela abertura do diálogo. In: IRLS-INSTITUTO ROSA LUXEMBURG SITFTUNG. (org.). *Empresas transnacionais brasileiras na América Latina: um debate necessário*. SP: Expressão Popular, 2009, p. 220.

<sup>337</sup> FONTES, Virgínia. Capitalismo, luta de classes e democracia no Brasil contemporâneo. In: SILVA, Carla Luciana; CALIL, Gilberto Grassi & SILVA, Marcio Antonio Both. *Ditaduras e democracias: estudos sobre poder, hegemonia e regimes políticos no Brasil (1945-2014)*. Porto Alegre: FCM Editora, 2014, p. 237-238.

<sup>338</sup> BERRINGER, Tatiana. A tese do imperialismo brasileiro em questão. *Revista Crítica Marxista*, São Paulo, Fundação Editora Unicamp, nº 36, 2013, p. 124.

<sup>339</sup> Idem, p. 116.

movimentos sociais articuladas em torno da “Plataforma BNDES”,<sup>340</sup> cujas pautas não se limitam apenas à exigência de mera “governança democrática” do Banco, mas também põem em evidência o papel que ele ocupa na formatação de um dado padrão de produção de riqueza (na turbinagem de setores intensivos em recursos naturais, com grande poder de degradação ambiental e enxugadores das cadeias produtivas) e suas consequências para a precarização do emprego e aprofundamento das desigualdades. A atuação do BNDES passa ao largo de um suposto “desenvolvimento sustentável” apregoado e alardeado pelos ideólogos governamentais e acadêmicos, alguns dos quais presentes no CDES, investindo pesadamente no aumento da competitividade das empresas e no aumento de divisas via exportação, ao arrepio do bem-estar econômico e socioambiental das populações drasticamente atingidas pelas operações das empresas e grupos financiados pelo Banco. Segundo Ana Saggiore Garcia,

As multinacionais com sede no Brasil procuram atuar dentro do mesmo padrão que as demais multinacionais das potências tradicionais, por vezes com consequências sociais e ambientais negativas, impactando especialmente as classes sociais mais vulneráveis. Em alguns casos, conflitos entre empresas e governos locais se transformaram em conflitos diplomáticos. As políticas públicas não podem deixar de considerar, com a prioridade necessária, as populações locais, os trabalhadores e o meio ambiente como elementos fundamentais do desenvolvimento que se almeja para sociedade brasileira, e o modelo de desenvolvimento que é levado a outros povos.<sup>341</sup>

---

<sup>340</sup> A Plataforma BNDES conta com os seguintes organizações: Amigos da Terra – Amazônia Brasileira, Associação de Funcionários do BNB, ATTAC – Brasil, Central Única dos Trabalhadores (CUT), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), Coordenação das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica (COICA), Cresol – Sistema de Cooperativas de Crédito Rural com Integração Solidária, Esplar – Centro de Pesquisa e Assessoria, Federação dos Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF), Foro Boliviano sobre Medio Ambiente y Desarrollo (Fobomade), Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (FBOMS), Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional (FBSAN), Fórum Popular e Independente do Madeira, Frente Nacional do Saneamento Ambiental (FNSA), Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), Instituto Brasileiro de Inovações Pró-Sociedade Saudável (IBISS-CO), Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC), Instituto Mais Democracia, Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS), Instituto Socioambiental (ISA), Justiça Global, Justiça nos Trilhos, Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH), Movimento Xingu Vivo, Plataforma Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (DESCHA), Rede Alerta contra o Deserto Verde, Rede Brasileira de Justiça Ambiental, Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais, Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, Rede Brasileira pela Integração dos Povos (REBRIP), Repórter Brasil e Rede Brasileira de Justiça Ambiental. Disponível em <<http://www.plataformabndes.org.br/site/index.php/quem-somos>>. Acesso em 11/12/2014.

<sup>341</sup> GARCIA, Ana E. Saggiore. *A internacionalização de empresas brasileiras durante o governo Lula: uma análise crítica da relação entre capital e Estado no Brasil contemporâneo*. Tese de Doutorado, Instituto de Relações Internacionais, PUC/RJ, 2012, p. 76-77.

Conselheiros pertencentes a organizações sociais revelavam, nas plenárias do CDES, insatisfações quanto ao referido “modelo de desenvolvimento” financiado pelo Banco. Em discussões sobre tensões derivadas da expansão dos investimentos via políticas estatais e seu impacto nas populações atingidas (voltadas para o plano doméstico), as opções sugeridas eram “efetiva participação cidadã” ou “controle social”.

O conselheiro José Antonio Moroni (ABONG/INESC), solicitava “condições adequadas de interlocução no desenho, na gestão e na avaliação das políticas energéticas como nas demais políticas”, que não deveriam apenas “se restringir às audiências públicas onde os estudos são apenas apresentados e discutidos sem nenhum mecanismo que garanta a análise das discussões no processo decisório governamental”. Reivindicou ainda o conselheiro, frente à então Ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, na 8ª Reunião Plenária do CDES em agosto de 2004, um equilíbrio “na participação dos diferentes atores sociais que atuam no tema energia” (e não apenas dos empresários), citando o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) que questionava a matriz energética adotada, baseada na construção de grandes barragens, desalojando “mais de 300 mil famílias” e que, segundo dados do próprio MAB citados pelo conselheiro, “a cada 100 famílias deslocadas, 70 não recebem nenhum tipo de indenização”:

A interlocução do governo deve ser equilibrada, não podendo privilegiar os chamados agentes do setor que são as empresas de geração, transmissão, distribuição, comercialização e os grandes consumidores. Até o presente momento, a ação governamental tem privilegiado esses atores na interlocução, deixando um espaço subalterno para os sindicatos, movimentos sociais e organizações que trabalham como tema ou que são diretamente atingidas pelas políticas como, por exemplo, na construção das grandes obras. É necessário ouvir realmente a população que é diretamente atingida por estas obras (Conselheiro Antonio Moroni, ATA da 8ª Reunião Plenária, 04/08/2004, p. 14).

A resposta da ministra ficou, entretanto, muito aquém do que os movimentos sociais atingidos pelas grandes obras (e por quem acenava por eles no CDES) esperavam:

No que se refere aos agricultores, nós temos uma mesa de negociação do MAB, por concordar que esta questão das indenizações é estratégica, por estar bastante claro para o país que é uma questão de justiça social a gente dar importância a esses pleitos. Inclusive, no programa “Luz para Todos”, a prioridade é levar energia elétrica para os agricultores reassentados (...) (Ministra Dilma Rousseff, ATA da 8ª Reunião Plenária, 04/08/2004, p. 27).

Os segmentos pertencentes ou próximos aos movimentos sociais eram, como vimos, ínfima minoria no CDES, mas compareciam com pautas e reivindicações específicas que o empresariado não reverberava. O tema era abordado à medida que se aproximava e articulava com suas próprias demandas. O fato é que, no Conselho, figuravam representantes de grandes firmas e conglomerados econômicos financiados pelo BNDES e/ou transnacionalizados ao

longo das últimas décadas, muitos deles apontados e criticados pelos movimentos e organizações sociais como transgressores ambientais e violadores dos direitos das populações nativas. Se o bloqueio existia no cenário doméstico, os impactos sobre populações no âmbito internacional não tiveram menções.

O governo, por outro lado, parecia dimensionar muito mais a importância econômica destes grupos na dinamização do modelo de desenvolvimento que se pretendia “sustentável”. Mesmo apresentando-se com o slogan “Brasil de Todos”, a *Realpolitik* movia-se rumo ao impulsionamento sem rédeas das transnacionais, do agronegócio e das altas finanças. Na 4ª Reunião Plenária, em setembro de 2003, Lula da Silva expressava, de forma clara e cabal, o que se esperava do grande empresariado em seu governo, onde as expressões “vocaçãõ expansionista” e “vocaçãõ de parceria” traduziam, inequivocamente, a conjunçãõ entre dominaçãõ econômica e consenso político como pedra de toque do caráter subimperialista que o Estado potencializava:

Quando eu tinha marcado para ir a África, para julho, o que eu fiquei impressionado é que, só no Itamaraty, 203 empresários se inscreveram para fazer a viagem para a África. Tantos não se inscreveram para ir a outros países a que eu fui, numa expectativa que o empresário brasileiro também precisa começar a **pensar em ser grande. Não é nenhuma vergonha o empresário brasileiro pensar em ser um empresário multinacional.** E se ele quiser ser multinacional, ele tem que deixar de ser pessimista e **começar a procurar outros espaços.** [...] Então, o que eu acho é que nós temos que ter uma **vocaçãõ expansionista** enquanto empresários, enquanto governo. [...] nós não queremos ter vocaçãõ de hegemonia com ninguém. Nós queremos ter uma **vocaçãõ de parceria**, nós queremos ser companheiros da Argentina [...], do Uruguai, do Paraguai, [...] da Colômbia, do Peru, da Venezuela [...] (Presidente Lula da Silva, ATA da 4ª Reunião Plenária, 04/09/2003, p. 6 – grifos meus).

Pouco mais de seis anos depois, na 32ª Reunião Plenária do CDES, Lula da Silva expunha e avalizava, com radical performance anti-classista operária, assombrosa reprodução do caráter e do tratamento historicamente autocrático e truculento das burguesias brasileiras, reproduzido alhures e com o qual parecia regozijar-se:

Eu lembro do orgulho, Gerdau, quando eu fiquei sabendo que você estava comprando fábrica nos Estados Unidos. Para mim, **é a glória** a gente saber que um banco brasileiro está comprando um banco lá fora, que uma empresa brasileira, está comprando uma empresa lá fora. É extraordinário! Os dirigentes sindicais de lá, Feijóo [vice-presidente da CUT], vinha pedir para eu falar com o Gerdau: “pô, o Gerdau está sendo duro na greve”. Mas também é aqui dentro, mas também é aqui dentro. Mas, veja... **Mas antes éramos nós que ficávamos pedindo favor aos dirigentes sindicais europeus e americanos para ajudar a gente. Então, é um motivo extraordinário de amostragem de como este país está mudando de patamar.** E o importante é que isso seja consolidado definitivamente, que isso seja consolidado para que a gente ocupe o lugar que a gente tem (Presidente Lula da Silva, ATA da 32ª Reunião Plenária, 09/12/2009, p. 26 – grifos meus).

As firmas e grupos transnacionalizados presentes no CDES mostram inequívoca configuração expansionista e forte obtenção de recursos governamentais, principalmente via BNDES. Ao avaliarmos sua dispersão geográfica, das 82 firmas e grupos econômicos cujos proprietários e/ou prepostos (executivos, diretores, gerentes e membros de Conselhos de Administração) atuaram no CDES entre 2003 e 2010, 21 deles apresentaram um total de 135 inserções em diversos países, considerando “inserções” como empreendimentos e/ou investimentos (subsidiárias derivadas de fusões e aquisições, novas instalações industriais e escritórios comerciais). Este total equivale ao somatório de “inserções” de cada empresa dos conselheiros-empresários não expressando o número total de países, pois havia a atuação de mais de um grupo ou firma brasileira em alguns países. Das 135 inserções, 87 delas (65%) envolviam apenas 4 grandes grupos: CRVD, Odebrecht, Itaú-Unibanco e Gerdau. Se acrescentarmos a estes os grupos Bradesco e Vicunha, chegamos a 75% do total de inserções, revelando que a política de patrocínio de “campeãs nacionais” levada a cabo pelo BNDES replicava no interior do Conselho sua face seletiva e concentracionista.

Os 21 grupos e firmas se encontravam espalhados da seguinte forma: na América do Sul destacava-se a presença de 14 grupos e firmas com 36 inserções nos países da região; nos países asiáticos, 12 grupos e firmas brasileiros representados no CDES sustentavam 30 empreendimentos, com destaque à CVRD, presente em 14 deles; a Europa aparecia em 3º lugar no total de investimentos, recebendo 23 deles; em seguida, os países da América do Norte receberam 18 empreendimentos sendo distribuídos de forma bastante pulverizada entre os grupos e firmas; ao contrário, a África sofreu investimentos de apenas dois grandes grupos instalados no CDES: a CVRD, com 9 empreendimentos, e a Odebrecht, com 5; os países da América Central receberam 12 empreendimentos, sendo que 8 deles pertencentes aos referidos 4 grandes grupos acima destacados; por fim, a Vale comparecia em 2 empreendimentos na Oceania.

O quadro abaixo traz, de maneira detalhada, os grupos e firmas brasileiros transnacionalizados instalados no CDES e a dispersão geográfica de seus investimentos no mundo, traduzida em números absolutos de países em cada (sub)continente:

#### **Quadro 2.22 - Dispersão geográfica das transnacionais brasileiras presentes no CDES<sup>342</sup>**

<sup>342</sup> Os dados trazem a situação de internacionalização dos Grupos ou Firmas em 2010, a partir do Ranking 2011, realizado pela Fundação Dom Cabral (FDC) e disponível em seu endereço eletrônico ([www.fdc.org.br](http://www.fdc.org.br)). Para Grupos ou Firmas não encontrados nesta pesquisa, buscamos os dados em seus próprios sites. Outras fontes importantes foram: GOMES, Keiti da Rocha. *Internacionalização das empresas brasileiras no mercado argentino*. RJ: IPEA, Texto para discussão, 2011; IGLESIAS, Roberto Magno & VEIGA, Pedro da Motta.

Grupos e Firmas transnacionais	Total de investimentos nos países	América do Sul	Ásia	Europa	América do Norte	África	América Central	Oceania
Vale	37	5	14	4	2	9	1	2
Grupo Odebrecht	21	5	3	3	2	5	3	
Itaú-Unibanco	16	5	3	5	1		2	
Grupo Gerdau	13	6	1	1	3		2	
Bradesco	6	1	1	2	2			
Grupo Vicunha <sup>343</sup>	6	3	1	1	1			
Embraer	5		2	2	1			
Suzano Holding S/A	5	1	1	2	1			
Grupo Alusa	4	3					1	
CBMM	3		1	1	1			
BM&FBOVESPA	3		1	1	1			
Usiminas <sup>344</sup>	3	2					1	
Ipiranga (Ultrapar Participações)	3	1					2	
CSN	2			1	1			
Gradiente <sup>345</sup>	2	1	1					
DHB	1		1					
Dixie-Toga <sup>346</sup>	1	1						
Grupo Verdi/Rodobens	1	1						
Klabin S/A	1	1						
Arko Advice Pesquisas	1				1			
Sucocítrico Cutrale	1				1			
<b>Total</b>	<b>135</b>	<b>36</b>	<b>30</b>	<b>23</b>	<b>18</b>	<b>14</b>	<b>12</b>	<b>2</b>

Elaboração própria.

O gráfico abaixo nos dá a dimensão, em termos relativos, dos investimentos dos 20 grupos e firmas transnacionais presentes no CDES em cada (sub)continente em relação aos 132 empreendimentos totais realizados:

---

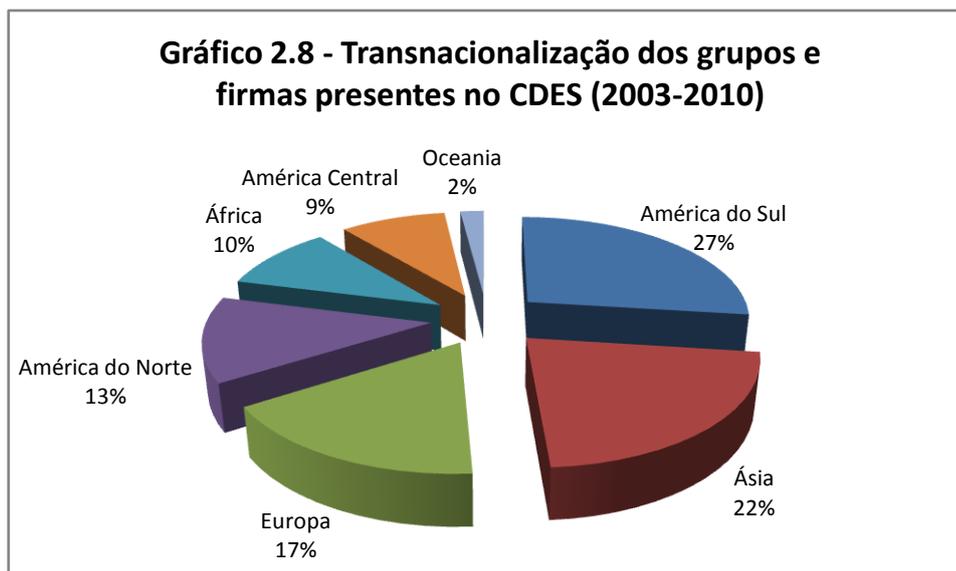
*Promoção de exportações via internacionalização das firmas de capital brasileiro.* s/d. RIBEIRO, Fernando J. e LIMA, Raquel Casado. *Investimentos brasileiros na América do Sul: desempenho, estratégias e políticas.* SDC/Funcex: Relatório Final, Julho 2008. Com estas fontes, quando foi possível, levamos em consideração a situação de internacionalização dos Grupos e Firmas no período em que estiveram representadas no CDES, e não o Ranking da FDC de 2011.

<sup>343</sup> Dados extraídos de <[www.vicunha.com.br/mostra\\_arquivo.php?arquivo=backoffice/...](http://www.vicunha.com.br/mostra_arquivo.php?arquivo=backoffice/...)>.

<sup>344</sup> A Usiminas possuía participações minoritárias na Argentina, Venezuela e México, por meio da Ternium, que é controlada pela ítalo-argentina Tchint. A Usiminas tinha 14% de participação na Ternium. Disponível em <http://www.cnmcut.org.br/conteudo/usiminas-desiste-de-projeto-no-exterior>.

<sup>345</sup> Retirado de <[www.bmfbovespa.com.br](http://www.bmfbovespa.com.br)>.

<sup>346</sup> Desde 2005, a Dixie-Toga foi vendida ao grupo estadunidense Bemis, antes acionista da empresa brasileira. Entre 2003 e 2005, quando o empresário Sérgio Haberfeld atuou no CDES, ele ainda era dono da empresa. De 1995 a 2005, a Dixie-Toga havia adquirido a argentina American Plast, inserindo-se na transnacionalização. Disponível em <<http://www.dixietoga.com.br/dixie-toga/historia/default.aspx>>.



Elaboração própria.

Das empresas acima arroladas no Quadro 2.22, difícil é saber quais delas não receberam, durante os governos Lula da Silva, recursos do BNDES. Vale, Gerdau e Odebrecht, as mais internacionalizadas não financeiras presentes no CDES figuravam dentre as que mais receberam recursos do Banco, segundo dados apresentados por Almeida<sup>347</sup>, Nóvoa<sup>348</sup> e pesquisa própria:

**Quadro 2.23 – As conexões de Firms e Grupos transnacionalizados brasileiros com o governo e o recebimento de recursos do BNDES**

Firmas e Grupos	Relações com o governo	Empréstimos do BNDES para empresas do mesmo grupo
<b>Vale</b>	Participação direta do BNDESPar em 4,08% do capital	R\$ 774,6 milhões (2007); R\$ 7,3 bilhões (2008); R\$ 93 milhões (2009)
<b>Gerdau</b>	Participação direta do BNDESPar em 3,5% do capital	R\$ 174,6 milhões (2004); R\$ 26,6 milhões (2004); R\$ 900 milhões (2005); R\$ 345,4 milhões (2006); R\$ 1,5 bilhão (2009)
<b>Construtora Odebrecht</b>	Sócio da Petrobrás na Braskem, que tem participação direta da BNDESPar	Rio Claro Agroindustrial (R\$ 419 milhões, em 2008); Agro Energia Santa Luzia S.A (R\$ 377 milhões em 2008); Usina Conquista do Pontal (R\$ 355,5 milhões em 2009).
<b>Braskem S.A (Grupo Odebrecht)</b>	Participação direta do BNDESPar em 5,22% do capital	R\$ 384,6 milhões (2005); R\$ 555 milhões (2009)
<b>Itaú-Unibanco</b>	-----	R\$ 196,1 milhões (2008)
<b>Grupo CSN-Vicunha</b>	Participação direta do BNDESPar em 3,64% do capital	R\$ 332,8 milhões (2005); R\$ 500 milhões (2006); R\$ 558 milhões (2009).
<b>Usiminas</b>	A Previ tem 10,4% do capital, o grupo Votorantim, 13%, e o grupo Camargo Corrêa, 13%	R\$ 900 milhões (2006); R\$ 493 milhões (2008); R\$ 602 milhões (2009)
<b>Embraer</b>	Participação direta do BNDESPar em 5,05% do capital, da Previ em	US\$ 770 milhões (2003); US\$ 220,8 milhões (2004)

<sup>347</sup> ALMEIDA, Mansueto. *Desafios da real política industrial brasileira do século XXI*. Op. cit., p. 66-67.

<sup>348</sup> NÓVOA, Luis Fernando. O Brasil e seu “desdobramento”... Op. cit., p. 193-195.

	14,1% e da União em 0,3%.	
<b>Suzano Papel e Celulose</b>	O Grupo Suzano é sócio da Petrobrás na Rio Polímeros	R\$ 184,7 milhões (2005); R\$ 2,4 bilhões (2006)
<b>Grupo Alusa</b>	-----	R\$ 225,8 milhões (2008)
<b>CBMM</b>	-----	R\$ 130,0 milhões (2007) <sup>349</sup>
<b>DHB</b>	BNDESPar adquiriu participação acionária em 2010. <sup>350</sup>	Sem informações disponíveis.
<b>Gradiente</b>	Investimentos de 68 milhões do Funcef, da Petros, da Agência de Fomento do Estado do Amazonas e da americana Jabil.	R\$ 100 milhões (2005)
<b>Dixie-Toga</b>	-----	R\$ 16,9 milhões (2004) <sup>351</sup>
<b>Klabin</b>	Participação direta do BNDESPar em 20,25% do capital	R\$ 195,6 milhões (2004); R\$ 1,74 bilhão (2006)
<b>Ipiranga (Ultrapar Participações)</b>	Vendida em 2007 para Petrobrás, Braskem e Grupo Ultra; BNDES tem participação direta na Braskem e na Petrobrás.	R\$ 1,1 bilhão (2008) <sup>352</sup>

**Elaboração própria. Fontes:** ALMEIDA, Mansueto. *Desafios da real política industrial brasileira do século XXI*. Op. cit., NÓVOA, Luis Fernando. O Brasil e seu “desdobramento”... Op. cit., e pesquisas na internet.

Das 21 empresas transnacionais em apenas 5 não encontramos registros de recebimentos de recursos monetários do BNDES durante os governos Lula da Silva: BM&FBOVESPA, Arko Advice Pesquisas, Sucocítrico Cutrale e as líderes do setor bancário-financeiro, Itaú-Unibanco e Bradesco. Todas as demais mantiveram, durante o período, vínculos orgânicos com o BNDES, seja através de participações acionárias diretas do Banco nestes grupos e firmas (7 casos), seja através de empréstimos tomados (15 casos) e, para o caso de 6 firmas e grupos, ambos os mecanismos de vínculos prevaleceram. Ademais, 5 grupos e firmas transnacionalizados que não mantinham relação direta com o BNDES na forma de participação acionária, apresentavam, na sua carteira de acionistas, investimentos de fundos públicos (Previ, Funcef e Petros) e da Petrobrás.

O importante a reter é que o CDES, por sua própria configuração compósita e base social predominante, evidenciava e autorizava a continuidade e o aprofundamento das tendências monopolistas e expansionistas presentes na economia brasileira. Durante o período de investigação desta pesquisa, estas tendências jamais foram postas em xeque. Na verdade, programaticamente, o incentivo do Estado aos monopólios brasileiros (sub)imperialistas anunciava-se no primeiro conjunto coletivo de documentos do Conselho, ainda em 2003: as Cartas de Concertação, objeto de estudo do Capítulo 3.

<sup>349</sup> Conforme consta no site <[http://www.diariodocomercio.com.br/noticia.php?tit=cbmm\\_inversoes\\_ja\\_somam\\_r\\_125\\_mi\\_&id=117095](http://www.diariodocomercio.com.br/noticia.php?tit=cbmm_inversoes_ja_somam_r_125_mi_&id=117095)>. Acesso em 11/12/2014.

<sup>350</sup> Disponível em <[http://www.valor.com.br/sites/default/files/dhb\\_itr\\_2t12.pdf](http://www.valor.com.br/sites/default/files/dhb_itr_2t12.pdf)>. Acesso em 11/12/2014.

<sup>351</sup> Disponível em <<http://noticias.uol.com.br/ultnot/valor/2004/05/17/ult1913u8049.jhtm>>.

<sup>352</sup> Disponível em <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,ultrapar-vai-receber-r-1-1-bi-do-bndes,273255>>. Acesso em 12/12/2014.

Assim, por exemplo, na 2ª Carta de Concertação, *Ação pelo Progresso e Inclusão Social*, de abril de 2003, verifica-se, no item “e”, a busca por uma “política industrial que fortaleça o consumo interno e induza o surgimento de fortes empresas de expressão multinacional”. Em junho de 2003, por ocasião da aprovação da 3ª Carta de Concertação, *Fundamentos para um Novo Contrato Social*, lê-se: “a política externa deve ser capaz de fortalecer o mercado interno e *impulsionar a criação e consolidação de grupos econômicos privados e empresas de interesse público com capacidade de disputar globalmente*”.<sup>353</sup>

Em outro importante documento intitulado “Enunciados Estratégicos para o Desenvolvimento” (EED), publicado em 2006, evidencia-se o esforço em apresentar uma política externa supostamente “generosa” com os países da América do Sul, acompanhada, contudo, de um perfil “ambicioso” quanto à “abertura de novos mercados”:

O desenvolvimento econômico do país deve ser focado simultaneamente na expansão dos mercados interno e externo. No tocante ao mercado externo, há de se levar em conta que num mundo globalizado o país deve buscar alianças estratégicas regionais e multiregionais para melhorar a competitividade externa. **A política externa deve ser ambiciosa de forma a garantir a abertura de novos mercados e perseguir a redução das assimetrias econômicas e sociais no âmbito da América do Sul.**<sup>354</sup>

O último documento produzido pelo CDES no período alcançado por esta pesquisa, a Agenda para um Novo Ciclo de Desenvolvimento (ANC), produzida em 2010, trazia como estratégias propositivas dos conselheiros pelo menos dois pontos que se referiam de forma direta ao fomento da expansão da internacionalização de capitais brasileiros:

7. **Fortalecer a internacionalização das empresas brasileiras**, com presença, de maneira especial, na Ásia, América Latina, Caribe e África, mercados em expansão e nos quais o Brasil tem maiores vantagens competitivas.

(...)

10. Criar sinergia entre o investimento público, comandado pelas estatais, e o privado, **com o objetivo de criar grupos nacionais dotados de poder financeiro, com capacidade de competição nos mercados mundiais**, comprometidos com as metas de desenvolvimento do País.<sup>355</sup>

Como claramente se nota, o CDES foi também um dos espaços no aparato estatal em que o projeto expansionista do capital-imperialismo brasileiro teve guarida e sedimentação,

<sup>353</sup> Secretaria de Relações Institucionais. Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. *Cartas de Concertação*. Brasília: Presidência da República, CDES, s/d., p. 11. Disponível em < <http://www.cdes.gov.br/conteudo/15069/documentos-de-orientacao-estrategica.html>>.

<sup>354</sup> Secretaria de Relações Institucionais. Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. *Enunciados estratégicos para o desenvolvimento*. Brasília: Presidência da República, CDES, 2006, p. 20, grifos meus. Disponível em < <http://www.cdes.gov.br/conteudo/15069/documentos-de-orientacao-estrategica.html>>. Os Enunciados Estratégicos para o Desenvolvimento serão analisados no capítulo 3.

<sup>355</sup> Secretaria de Relações Institucionais. Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES. *Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento*, op. cit., p. 403, grifos meus.

não por esforço e obra de uma suposta burocracia autonomizada, mas ao contrário, pela aliança dos atores sociais em presença: representantes do grande monopólio transnacionalizado, da cúpula sindical cutista e de intelectuais e ativistas pró-PT, animados, como vimos, pelo próprio Presidente República. Tal aliança, contudo, não eximia críticas, por exemplo, do conselheiro Arthur Henrique (Presidente da CUT) não quanto ao apoio do BNDES aos grupos transnacionalizados, mas precisamente às relações trabalhistas que o empresariado travava com os trabalhadores de outros países:

(...) o BNDES deve ampliar mais o “S” de social. **Não tenho nada contra investimentos em grandes empresas internacionais brasileiras que estão atuando no exterior.** Mas não podemos ter uma grande empresa brasileira, como a Vale do Rio Doce, investindo no exterior e aplicando políticas trabalhistas lá foram que condenamos internamente. São coisas que precisamos começar a enxergar e alertar.<sup>356</sup>

O conselheiro César Brito (Presidente da Comissão de Relações Internacionais da OAB), por sua vez, reconhecia tanto os frutos colhidos quanto as tensões engendradas pela política externa brasileira, mas as imputava às decorrências do crescimento que o país atravessava:

Então, é exatamente essa mudança de foco na política econômica, alinhando-se com outros mercados, que fez com que o Brasil resistisse à crise que atingiu fortemente os Estados Unidos. (...) Claro que ela não gera só virtude. (...) isso também traz revés; especialmente quando candidatos a presidente [de países da América Latina] prometem romper os contratos com o Brasil. **É que essa nova postura faz o Brasil também ser entendido como imperialista. Mas esta é a consequência do crescimento político, estratégico, econômico e social do Brasil.** Ela se assemelha, com as devidas proporções, à mesma reação que nós tínhamos quando o FMI aqui vinha para ditar suas políticas. Então este é o revés que o Brasil está enfrentando, por ser o mais forte economicamente da América Latina e sócio majoritário do Mercosul.<sup>357</sup>

Inexistiam, portanto, no CDES, registros individuais ou coletivos de manifestações ou posições contrárias ao fomento e ao papel subimperialista brasileiro.

## 2.8 - O CDES como baluarte da “democratização às avessas”

Não existe qualquer pesquisa, estudo ou análise historiográfica sobre o Conselho de Desenvolvimento Econômico Social a partir de uma posição que considere as classes e frações de classes que o compõem, tampouco as formas organizativas da sociedade civil burguesas a elas coligadas. O arcabouço teórico-metodológico aqui adotado para o estudo das

<sup>356</sup> SANTOS, José Carlos dos. Entrevistas com conselheiros: revisitando agendas para o desenvolvimento. In: CARDOSO JR., José Celso, SANTOS, José Celso e ALENCAR, Joana. *Diálogos para o desenvolvimento: a experiência do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social sob o governo Lula*. Brasília: IPEA, vol. 2, 2010, p. 199, grifos meus.

<sup>357</sup> Idem, p. 177, grifos meus.

relações entre Estado e Sociedade Civil no capitalismo contemporâneo alinha-se à tradição marxista e ao pensamento gramsciano particularmente. Como se sabe, o corpo teórico e metodológico imbrica-se intimamente e informa a elaboração de hipóteses e o trato com as fontes primárias. Portanto, nossa pesquisa credencia-se pela *originalidade* no estudo do CDES e *contraria* abordagens de escopo liberais (em geral neoinstitucionalistas) sobre as relações entre Estado e Sociedade Civil e, por outro lado, *questiona* as que o enxergam como *locus* de avanço das formas participativas e de democratização do Estado e de “democratização da democracia”.

É de difícil sustentação que o CDES se caracterizava como uma arena voltada a “democratização do Estado” e é ainda mais difícil a comprovação de que ele seria uma plataforma de acolhimento e atendimento das demandas dos setores populares. Os analistas e pesquisadores do CDES o estudaram a partir do que *ele diz ser e não efetivamente do que ele é*: não investigaram o *conteúdo social* do Conselho – as classes e frações de classes da sociedade brasileira ali representadas e o peso político-econômico que elas, organizadas sob forma de monopólios e através de robustos aparelhos privados de hegemonia, expressavam na correlação de forças sociais do capitalismo no Brasil na primeira década do século XXI. Não o fizeram, muito provavelmente, porque as concepções de sociedade civil e de Estado que os informam estão ancoradas na matriz liberal: ao Estado, preferem concebê-lo como um ente que “paira” sobre a sociedade e dela o faz refém, à sociedade civil corresponde o império da “solidariedade”, da busca pelo “bem comum” através da participação “voluntarista”, “desinteressada” e “responsável”. Ao assim enxergar, estes estudos desconsideram as análises de classe, ofuscando o entendimento das lutas e disputas entre as classes e frações de classe organizadas em ambas as esferas.

Buscando escapar desta miopia teórica, perscrutamos a fundo a composição social do Conselho e vislumbramos fortíssimas assimetrias representativas entre os grupos sociais que o compunham. A considerar que as Plenárias – e, por conseguinte, os Grupos de Trabalho, os Grupos de Acompanhamento e outras instâncias internas do Conselho – continham superconcentração de megaempresários que representavam os setores mais avançados do capitalismo brasileiro como, então, defender a hipótese de “democratização”?

Estudos como os da Prof<sup>a</sup> Sonia Regina de Mendonça nos remetem à precocidade da ampliação do Estado no Brasil, ainda na Primeira República, em que frações dominantes agrárias, organizadas em torno de dois aparelhos privados de hegemonia – a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) e a Sociedade Rural Brasileira (SRB) –, disputavam a

inscrição e articulação de seus projetos de hegemonia na ossatura do Estado restrito (especialmente no Ministério da Agricultura).<sup>358</sup> Suas pesquisas mostram que, desde muito cedo, o Estado capitalista no Brasil abriga amplos setores da burguesia agrária. Por que acreditaríamos que chegaria a vez dos setores populares com a ascensão do PT ao comando do governo federal, nos reveses de trajetórias e nas dramáticas circunstâncias em que a “vitória na derrota” ocorreu? Tornar-se-ia vigorosa a antecipação da hipótese de “democratização do Estado” via conselhos (ao menos no que tange ao CDES), tomada a partir de experiências locais das administrações petistas (e mesmo aí há muitas controversas), desconsiderando a conformação e organização classista em seu interior?

A menos que se pense que políticas públicas voltadas ao crescimento da economia capitalista e a decorrente satisfação dos interesses de acumulação do capital seja condição *necessária* e *suficiente* para a melhoria das condições de vida e de trabalho das classes subalternas, não há razão para acreditar que o CDES representou um avanço no atendimento das demandas distributivistas dos trabalhadores. Ofereço aqui três exemplos, todos discutidos e aprovados pelo Conselho: a Reforma da Previdência, as Parcerias Público-Privadas (PPP's) e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). As entidades patronais solicitaram e aplaudiram quando os governos Lula da Silva as implantaram:

Em suma, o País precisa urgentemente expandir sua taxa de investimento. A luz no fim do túnel surge com a PPP. Postergar a aprovação da lei das parcerias pode gerar uma crise econômica e social que ninguém sabe ao certo as consequências. A questão demanda uma solução rápida por parte do Congresso e do governo federal. E que venha logo..<sup>359</sup>

Para a FIESP, o Programa de Aceleração do Crescimento, anunciado pelo presidente Lula em final de janeiro, merece toda a aprovação. (...) Nos últimos dois anos e meio (...) Skaf tem pregado, insistentemente, a necessidade de o Brasil crescer. (...) Propostas nesta direção foram desenvolvidas em conjunto pela FIESP e pelo Iedi ao longo de 2006. Pouco antes das eleições de outubro, as sugestões foram entregues aos congressistas e candidatos ao governo estadual e à Presidência da República. Muitas estão contempladas no PAC.<sup>360</sup>

A captura da democracia realizada pelo e no CDES não se refere apenas à lógica quantitativa “1 conselheiro = 1 voto” e, por isso, a média de 46 empresários num total de 90 conselheiros comprometeria uma suposta eficácia democrática. Este argumento é verdadeiro, ainda que seja insuficiente: a) a super-representação garantia a eles maior força e coesão política e social interna para propor pautas, defender posições, direcionar encaminhamentos,

<sup>358</sup> MENDONÇA, Sonia Regina de. *O ruralismo brasileiro*. SP: Hucitec, 1997. \_\_\_\_\_. *Agronomia e poder no Brasil*. Niterói: Vício de Leitura, 1998.

<sup>359</sup> ALBUQUERQUE, Marcos Cintra Cavalcanti de. Crise no setor público e as PPP's. *Revista da Indústria*, nº 102, dezembro de 2004.

<sup>360</sup> SALEM, Armando V. Enfim, a opção pelo crescimento. *Revista da Indústria*, nº 125, fevereiro 2007.

ocupar espaços decisivos; b) muitos militavam nas mesmas entidades de classe na sociedade civil, promoviam e frequentavam lugares-comuns de sociabilidade (palestras, seminários, eventos sociais etc), compartilhavam atuações em outras agências estatais, interligavam-se, como pudemos comprovar, numa teia de participações acionárias próprias do mundo corporativo, permitindo convivências próximas nos conselhos de administração, nas reuniões de diretorias e de negócios etc.

Ex-sindicalistas gestores de fundos de pensão, grandes banqueiros ou prepostos nacionais e estrangeiros, proprietários de grandes grupos privados industriais e comerciais, sem esquecer a presença - minoritária, é verdade, mas nem por isso sem importância - do agronegócio, dirigentes de empresas estatais, debateram, formularam e se articularam no “Conselhão do Lula” as linhas-mestras da atuação econômica e social do Estado no curto, médio e longo prazo. De fato, o CDES não era a única arena de articulação destes atores no interior do Estado, mas trazia como peculiaridade um projeto de convencimento em que o formato da democracia passava necessariamente pela formulação de uma engenharia institucional a qual seu conteúdo precisava contemplar os interesses da grande burguesia monopolista e se converter em “interesses gerais” pela via do Estado.

Permitimo-nos, portanto, reafirmar a hipótese que se trata de um Conselho burguês-empresarial, ainda que houvesse presença minoritária de setores das classes populares, mas convencidos em participarem da construção de um espaço cuja amplitude democrática tinha limites bem precisos e projetos mais ou menos definidos.

### **CAPÍTULO 3 – O DESENVOLVIMENTO EM DEBATE: AS LINHAS DE CLIVAGENS E A MONTAGEM DA HEGEMONIA SOCIAL-LIBERAL DO GRANDE CAPITAL PRODUTOR DE VALOR NO CDES (2003-2006)**

*O País está melhor porque o sistema financeiro está mais sólido, porque as indústrias estão melhorando os seus lucros e, principalmente, porque esses avanços estão chegando na casa e na mesa dos trabalhadores, que hoje têm empregos mais estáveis e salários melhores. (...) Na verdade, precisamos trabalhar para melhorar a qualidade do nosso gasto, diminuindo as despesas de custeio para investir mais em infra-estrutura e ter condições de reduzir a carga tributária. Assim, o governo estimula diretamente o desenvolvimento e abre espaço para o setor privado crescer, crescer mais e gerar empregos. Cumpre, então, colocar o País definitivamente na rota do crescimento de longo prazo. (Discurso do Presidente Lula da Silva na 19ª Reunião Plenária do CDES, 24/08/2006)*

#### **3.1 – Introdução**

Não é exagero afirmar que o eixo articulador do conjunto de preocupações e problemáticas dos variados, distintos e complexos temas que balizava os documentos, discussões e eventos promovidos pelo CDES estava diretamente relacionado à superação dos mecanismos de entraves, aos desafios colocados e às direções a serem assumidas na elaboração do denominado “desenvolvimento sustentável”. Como arena formuladora e propositiva no interior do aparato estatal, os conselheiros do CDES, ainda que cientes das limitações intrínsecas do alcance das proposições por eles emanadas (seu caráter não vinculante e de assessoria restrita à Presidência da República), buscavam o reconhecimento de que suas aspirações e demandas expressassem os anseios da “vontade geral”, senão de “toda a nação”, ao menos daqueles que tinham apostado na “esperança da mudança” quando da eleição de Lula da Silva à Presidência, em 2002.

Neste prisma, o desafio que se coloca neste capítulo será o de tentar pôr em relevo o *conteúdo de um projeto de sociabilidade social-liberal que se pretende hegemônico* para a realidade brasileira, que *atravessa* o âmbito do CDES, *mas a ele de fato não se limita* e que se encontrava em íntima conexão com as aspirações das associações da sociedade civil nele representadas, sob a direção das entidades patronais. A atuação da burguesia brasileira no CDES não significou o abandono projetivo de suas trincheiras na sociedade civil, mas encontrou nele mais um espaço de operacionalização do exercício da hegemonia intraburguesa e perante os demais grupos sociais representados. Para tanto, é preciso escrutinar alguns aspectos em especial: o que se entendia e quais eram os caminhos para

alcançar o “desenvolvimento com equidade” do país e como o tema do desenvolvimento se relacionava ao das “desigualdades” ou “iniquidades” sociais.

Temos razões suficientes para sustentar como hipótese de trabalho que o projeto aludido, (re)produzido ou (re)elaborado no interior do CDES, *no período em que o estudamos*, não apenas traduzia, mas também refinava, e sobretudo *buscava a montagem paulatina e em constante maturação das formas de exercício da hegemonia* (no sentido de gramsciano de obter o consenso ativo sob dada direção) por meio do atendimento das demandas caras às associações empresariais da sociedade civil representativas de setores ligados ao *grande capital produtor de valor*. Durante o primeiro governo Lula da Silva, o CDES se qualificava como uma espécie de “oficina”, de “laboratório”, ou melhor, de “incubadora” *ex ante*: os debates, resoluções e documentos dele derivados robusteciam a proposta de reexame lateral do modelo de crescimento então vigente, em que o autodenominado “setor produtivo”,<sup>361</sup> por meio das lideranças das associações patronais representadas, tentava se posicionar como setor privilegiado na apropriação de excedentes de valor, seja através da realocação em seu favor da massa de recursos estatais e do fundo público (sob a forma de investimentos em infraestrutura, financiamentos à juros subsidiados, incentivos e desonerações tributárias, etc), e/ou seja através de políticas sociais (sob a forma de programas de qualificação de mão de obra e de privatização do ensino superior – ProUni<sup>362</sup>/Fies/ReUni, de investimentos habitacionais e saneamento básico, de programas focalizados de transferência de rendas, de formas de incentivos ao aumento do consumo interno, de política de crédito consignado, de aumento real do salário mínimo, etc).

Todo este processo é recheado de contradições, em especial no que tange às políticas sociais, posto que não é falseador o argumento de que elas procuravam responder (de forma

---

<sup>361</sup> Nas intervenções plenárias, o assim chamado “setor produtivo” referia-se ao conjunto *de atividades econômicas* comumente designadas não financeiras. É possível encontrar nos documentos a alusão a setores de atividades industriais, extrativas, agroindustriais, comerciais e de serviços, como pertencentes aos setores produtivos. De qualquer forma, nas ocasiões em que o termo aparecia, seu contexto marcava a diferenciação entre setores do capital que “produziam” e, portanto, geravam emprego, renda, consumo e desenvolvimento, ou seja, bem-estar social, e outro que operava na esfera da especulação, do rentismo, da financeirização. Os bancos em geral eram incluídos como partícipes da última esfera. Vale mencionar que tanto empresários quanto as cúpulas sindicais compartilhavam da mesma noção, e, mesmo os intelectuais acadêmicos, não operavam com a noção de capital produtivo como *capital que produz valor e extrai mais valor*, ou seja, que precisa explorar força de trabalho da classe trabalhadora e que mantém a interdependência com o capital monetário para a reprodução do ciclo de acumulação de capital. Portanto, capital produtivo, industrial, produtor de valor não se confunde com “setor produtivo” a que os conselheiros se referiam.

<sup>362</sup> Apesar de exíguas, era possível visualizar vozes discordantes à política do MEC no CDES. Na 6ª Reunião Plenária, ocorrida em 11 de março de 2004, o conselheiro José Seráfico assinala que “mais de oitenta por cento da produção científica no Brasil vem das instituições públicas e, no entanto, a proposta do MEC, diante do quadro de sucateamento do ensino e da pesquisa pública, é de privatizar o sistema, comprando vagas nas instituições privadas”.

precarizada, parcelizada e ressignificada) aos anseios das lutas populares de longa data. O desafio é pensar de que forma seu *processo de elaboração* foi direcionado para a ampliação e aceleração da reprodução do ciclo do capital, o que exigiu formas brutais de supressão de direitos universais, de aprofundamento da dependência e de subsunção real dos trabalhadores ao mercado e subordinação ao Estado no capitalismo contemporâneo, em suma, de radical mercantilização da vida social. Por outro lado, sem dúvida as contradições radicam também na suposição de que existam, no capitalismo do século XXI, agentes e setores econômicos da fração produtiva do capital (remeto à função “P” da fórmula  $M-D...P...M'-D'$ ), simultaneamente criadora e apropriadora do valor, traduzidos desafortunadamente como “burguesia industrial”, sem que estejam entrelaçados, de forma mais ou menos orgânica – a depender da magnitude do capital e das relações com Estado - com as demais formas específicas de funcionamento do capital em geral.

Ciente desta exigência e conformação orgânica do capitalismo atual, neste capítulo, essa tensão será exposta e examinada à luz do que os agentes econômicos e sociais verbalizavam nas plenárias, isto é, como *porta-vozes das entidades da sociedade civil dos setores das frações de classes às quais pertenciam*, o que não necessariamente os posicionavam, nesta situação em particular, como *tradutores dos interesses diretos e imediatos* das teias corporativas as quais suas empresas e grupos econômicos se envolviam, as quais incluíam, como mostrado no capítulo anterior, a interpenetração com o capital portador de juros (monetário).

Em muitos momentos do capítulo intencionamos estudar os processos de elaboração dos programas voltados aos debates acerca do “desenvolvimento com equidade”, sob a perspectiva de realçar os embates e clivagens pela *busca* da hegemonia no interior do CDES. Em outros, principalmente no que tange ao estudo dos Documentos Estratégicos, o objetivo permanece, mas como se trata de documentação oriunda de um “acordo coletivo” (ou melhor, resultante da operacionalização da hegemonia), torna-se difícil estudar e explicitar as tensões e os embates em sua dinâmica real, exigindo estudar seu conteúdo. Mesmo assim, se percebe, na documentação de que resultam, quais setores econômicos e sociais conseguiram lograr êxito no acolhimento de suas demandas ou reivindicações.

No plano das ocorrências mais explícitas dos embates no CDES, destacaremos os debates acerca da política econômica no primeiro mandato de Lula da Silva, dos altos *spreads* bancários e da ampliação da composição do Conselho Monetário Nacional. Foram situações evidentes de tensões, clivagens, conflitos entre os representantes dos setores das frações do

capital em presença, ocasiões em que os que se organizavam *em nome* do “setor produtivo”, majoritário em termos de conselheiros e de entidades representativas, fortaleceram a coesão interna, obtendo o consenso ativo interpares nas suas principais demandas e também frente às lideranças de alguns setores subalternos minoritários ali instalados, contando, para tanto, com o apoio ou com a aliança, nos referidos momentos, do setor sindical laboral.

Sob o realce destas considerações, pode-se afirmar que foi apenas a partir de 2007 que começou a tomar corpo e a ser propagado entre os meios acadêmicos, nos ministérios e agências estatais de formulação de políticas públicas e nas publicações especializadas, ainda de forma muito difusa e teoricamente pouco consistente, uma dada pauta econômica e social, com aportes ideológicos pouco originais, supostamente crítica e/ou alternativa ao neoliberalismo, cujo programa se autorreivindicava como “novo-desenvolvimentista”. Para nós, restam poucas dúvidas de que aspectos importantes deste programa foram embrionariamente discutidos e aparados *também* a partir das produções realizadas no interior do Conselho *desde 2003*.

No estudo do tema do “desenvolvimento com equidade” no CDES é preciso firmar uma observação crucial: afastemos do horizonte a busca de definições fechadas ou taxativas e de proposições unânimes, não controversas. As tensões e contradições estavam sempre presentes, marcadamente no período 2003-2006, especialmente em debates sobre temas de grande relevância econômica e social. Isto aparece, como veremos, às claras nas leituras das Atas das Reuniões Plenárias do CDES, cujas intervenções e posicionamentos individuais ou de grupos de conselheiros (não necessariamente pertencente ao mesmo segmento social) refletiam coalizões e discordâncias entre os próprios conselheiros e, principalmente, entre estes e os ministros de Estado.

O CDES expedia várias moções à Presidência da República, publicava Cartas de Concertação, relatórios e pareceres, divulgava documentos de orientação estratégica cujos conteúdos revelavam *o resultado* ou – utilizando a denominação que lhe é própria – *o consenso* obtido (ou permitido) daquilo que havia sido objeto de diversas discussões nos Grupos Temáticos, de Acompanhamento e nas próprias reuniões plenárias. Desta maneira, como resultado de um grande “acordo”, “consenso”, “pacto” ou “contrato” social entre os vários segmentos presentes no CDES, isto é, como expressão do esforço de elaboração de um “intelectual coletivo” *em formação*, seus documentos publicizavam diretrizes e estratégias para os problemas que assolavam o país *desde a perspectiva social-liberal*, o que contribuía para o ofuscamento das tensões internas existentes, mas também, por outro lado, para os

limites e alcances de um projeto que pretendia se legitimar apoiando-se numa dada coalizão de classes.

Tendo em vista atender a estas preocupações, vale a pena mencionar algumas fontes primárias utilizadas que, por serem próprias do CDES, comumente não são conhecidas e/ou divulgadas. De fundamental importância para a nossa investigação foram os Documentos de Orientação Estratégica. Eles podem ser caracterizados como guias, propostas ou até mesmo princípios tanto para a concertação e/ou pactuação entre os diferentes segmentos sociais representados no Conselho quanto para a construção de uma plataforma de ação orientadora das políticas públicas governamentais. Eram documentos que visavam estabelecer parâmetros mínimos, basilares, de um projeto de hegemonia sob direção do grande empresariado em constante (re)definição, ancorado no prolapado “desenvolvimento sustentável”.

Utilizamos, neste estudo, três principais Documentos de Orientação Estratégica produzidos pelo CDES durante o primeiro governo Lula da Silva: *as Cartas de Concertação, a Agenda Nacional de Desenvolvimento (AND) e os Enunciados Estratégicos para o Desenvolvimento (EED)*. Além destas, outras fontes primárias também foram examinadas: lançamos mão *extensivamente* das primeiras vinte Atas das Reuniões Plenárias, de algumas Moções dirigidas ao Presidente de República e de publicações de Anais de eventos promovidos pelo CDES, principalmente do evento denominado “Diálogo Social, Alavanca para o Desenvolvimento”, realizado em 2004. Todas elas compõem o *corpus* documental do Conselho, cobrindo todo o período do primeiro governo de Lula da Silva, e seu estudo torna-se imprescindível para perquirir o rearranjo sob novas condições sociopolíticas e partidárias (com ascensão do PT ao governo federal) da hegemonia social-liberal.

Como o capítulo trabalha com uma variedade grande de documentos que às vezes se intersecciona ou se superpõe numa mesma temporalidade, e também trata de uma gama discussões, programas e agendas, concluímos que a exposição de uma linha do tempo do CDES facilitaria ao leitor saber o ano em que tal documento ou debate estava inserido. Traremos também, preferencialmente na última linha de cada ano, quando necessário, a ocorrência de um fato político relevante no país e que influenciou os trabalhos do Conselho.

### Quadro 3.1 – Linha do Tempo Condensada do CDES (2003-2006)

Ano	Agendas e resoluções do Conselho / Ocorrências políticas relevantes
-----	---

<b>2003</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Implantação de MP que cria o CDES em janeiro de 2003. Primeira reunião do Pleno em 13 de fevereiro.</li> <li>• Processo de elaboração das Cartas de Concertação.</li> <li>• Relatório da Reforma Tributária, parcialmente aprovada.</li> <li>• Criação do Fórum Nacional do Trabalho no contexto do relatório de apoio à Reforma Sindical e Trabalhista.</li> <li>• Relatório da Reforma Previdenciária, parcialmente aprovada, em dezembro.</li> </ul>
<b>2004</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desenvolvimento é pautado nos encontros do GT Fundamentos Estratégicos para o Desenvolvimento.</li> <li>• Debate sobre política industrial, tecnológica e de comércio exterior (PITCE), com sugestões acolhidas pelo MDIC, como a criação da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI).</li> <li>• Definição da 6ª Carta de Concertação do CDES: política industrial como consenso para uma agenda de desenvolvimento.</li> <li>• Mesa-Redonda Diálogo Social - Alavanca para o Desenvolvimento.</li> </ul>
<b>2005</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sugestões do GT Micro e Pequenas Empresas, Autogestão e Informalidade são incorporadas, gradativamente, com sanção de lei, que amplia Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado.</li> <li>• Moção em Defesa à Ampliação do Conselho Monetário Nacional .</li> <li>• Em agosto, aprovação da Agenda Nacional de Desenvolvimento (AND).</li> <li>• Em junho, estoura o escândalo do mensalão.</li> </ul>
<b>2006</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lançamento dos Enunciados Estratégicos para o Desenvolvimento.</li> <li>• Criação do Observatório da Equidade do CDES.</li> <li>• Eventos para ampliação do espaço de discussão da AND, com o Seminário sobre o Desenvolvimento.</li> <li>• Moção a favor da imediata aceitação do FUNDEB e sua aprovação.</li> <li>• Em março, saída de Antonio Palocci e entrada de Guido Mantega no Ministério da Fazenda.</li> </ul>

Elaboração própria. Fonte: Adaptado de “A linha do tempo do CDES”.<sup>363</sup>

Com a preocupação de seguir uma ordem cronológica na apresentação dos debates, preferimos organizar o capítulo da seguinte maneira: apresentação e análise das Cartas de Concertação (2003-2004); um debate sobre a construção da noção de “desenvolvimento com equidade” no CDES e as principais tensões e conflitos surgidos em torno da política econômica entre 2004 e 2005; o debate acerca da ampliação da composição do Conselho Monetário Nacional (CNM) entre 2004 e 2005; a elaboração e análise da Agenda Nacional de Desenvolvimento (2004-2005) e, por fim, dos Enunciados Estratégicos para o Desenvolvimento e o debate dos conselheiros com a FGV (2006).

### 3.2 – As Cartas de Concertação (2003-2004)

Os primeiros documentos de orientação estratégica produzidos pelo CDES foram as Cartas de Concertação. Entre fevereiro de 2003 e março 2004, a Secretaria do CDES (SEDES/SRI) publicou seis *Cartas de Concertação*. Tais publicações foram resultado de um processo de discussões entre os próprios conselheiros e entre esses e a Secretaria. O

<sup>363</sup> Disponível em <<http://www.cdes.gov.br/linha-do-tempo.html>>. Acesso em 09/03/2015.

procedimento de elaboração de cada uma das seis Cartas de Concertação<sup>364</sup> inicia-se com a apresentação de uma primeira versão produzida pela SEDES e logo submetida ao exame dos conselheiros. Após os debates, as emendas propostas eram referendadas por todos os conselheiros em reunião plenária, seguindo para publicação.

As Cartas versavam sobre temas distintos, mas se percebe nitidamente dois *fiões vermelhos* que as perpassavam: a preocupação em estabelecer marcos éticos-normativos necessários a construção de consensos entre os setores sociais presentes e aspectos conceituais e programáticos inerentes às prioridades do desenvolvimento do país.

Segundo Costa, algumas Cartas foram acordadas sem grandes problemas enquanto outras exigiram maior diálogo e discussão, obrigando a um número maior de versões antes de sua aprovação pela plenária.<sup>365</sup> Como não tivemos acesso às emendas propostas nem à autoria de cada uma delas, as apresentaremos como produto de uma intervenção coletiva, mesmo cientes de que o resultado camufla um processo de embate interno.

Cabe salientar que realçaremos os pontos das Cartas que abordam diretamente o que o Conselho consensualizou como plataforma básica de requisitos políticos, econômicos e sociais estratégicos para o erguimento do “desenvolvimento”. Ocorre que se torna empobrecedora a tarefa de realizar a exposição e o exame das Cartas de Concertação de maneira unilateral, ou seja, tentando explorar a concepção de desenvolvimento *tout court*, sem levar em consideração: i) que as cartas foram produzidas com o objetivo preciso de elaborar acordos “ético-normativos” e políticos, ou seja, seu propósito era tanto demarcar fronteiras e definir territórios consensuais a partir dos quais as linhas de ação dos grupos sociais representados deveriam transitar, compartilhar e conflitar, quanto buscar pontos de unidade estratégica daquilo que cada conselheiro julgava ser a ação adequada do governo naquele assunto em debate;<sup>366</sup> ii) que era sob a orientação desses parâmetros que se intentavam

---

<sup>364</sup> As cartas seguiram a seguinte sequência temática, indicada pelo título (o número entre parênteses corresponde o número de versões, de acordo com Costa (2008): I – Ação Política para a Mudança e a Concertação (2); II – Ação pelo Progresso e Inclusão Social (5); III – Fundamentos para um Novo Contrato Social (1); IV – O Desafio da Transição e o Papel da Sociedade – a retomada do crescimento (3); V – Caminhos para um Novo Contrato Social (4); VI – Política Industrial como Consenso para uma Agenda de Desenvolvimento (3). Em seus aspectos formais, os textos das Cartas aparecem na forma de itens ou pontos que expressam preocupações distintas, não obrigatoriamente interligadas.

<sup>365</sup> COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *O CDES: a aprendizagem do pacto*. Revista Insight Inteligência, 2008, p. 143. Disponível em < <http://www.insightinteligencia.com.br/41/PDFs/11%20-%20CDES.pdf>>.

<sup>366</sup> A Segunda Carta esclarece que “Queremos (...) avançar na construção de um grande acordo (...) entre forças políticas, representações empresariais, sindicais e de vastos setores da sociedade civil (...) a partir da confiança de que é possível estabelecermos marcos de consenso: um espaço comum no interior do qual podemos disputar posições, em busca de um sentido aceito por todos e que fundamentará as nossas ações políticas”. Secretaria de Relações Institucionais. Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. *Cartas de Concertação*. Brasília: Presidência da República, CDES, s/d.

processar os “conflitos regulados” e, portanto, subjazia o próprio trabalho de elaboração conjunta de formulação não apenas da acepção mas da própria concepção (sentido e projeto) de “desenvolvimento com inclusão social”. Quer dizer, no CDES, o componente ideológico social-liberal da “concertação social” tentava aparecer como premissa básica, como ponto de partida racional sobre os quais temas e/ou assuntos deveriam ser formulados e conduzidos. Na prática, isto se traduzia de forma clara na iniciativa de aprofundamento da aliança de classes. Nas palavras de José Dirceu, em citado evento do CDES:

Acredito que a **primeira condição** para o desenvolvimento é a vontade política de uma **coalizão** (...). Em outras palavras, o desenvolvimento **depende de uma aliança e de um pacto político** (...). Foi o que aconteceu com a eleição do presidente Lula, com o programa e com a proposta de aliança que fizemos nas eleições de 2002.(...) Sem um projeto de desenvolvimento nacional, **sem uma aliança político-social entre as classes populares e o empresariado nacional, não haverá desenvolvimento no Brasil**. (...) Não basta que haja idéias, propostas e programas, é preciso que haja participação popular, empresarial, política, enfim, da sociedade como um todo (...).<sup>367</sup>

O requisito essencial para um projeto de desenvolvimento nacional era a “aliança político-empresarial, popular-empresarial”,<sup>368</sup> sendo o CDES o primeiro arranjo institucional que se credenciava como artífice e difusor desta proposta. Nesse sentido, José Dirceu sabia muito bem de onde e a quem dirigia estas palavras, não como divulgação de proposta novidadora aos participantes, mas sobretudo como reforço pedagógico e orientação preventiva. Em inúmeras ocasiões, nas plenárias ou nos eventos promovidos pelo Conselho, esta condição estaria subliminarmente presente e/ou explicitamente lembrada, principalmente, no último caso, quando os ânimos se acirravam. Lula da Silva era sem dúvida o grande expoente articulador entre a ideia de pacto, negociação ou concertação social e a edificação de uma plataforma que se dizia desenvolvimentista:

O desenvolvimento se constrói a partir de consensos. E o Conselho tem sido um espaço fundamental para que façamos isso. (...) Trata-se, sobretudo, de construirmos um novo consenso estratégico nacional. Falo de um entendimento muito bem negociado, de longa duração, para assegurar as oportunidades que se abrem para o Brasil não sejam perdidas. (...) Para alcançá-lo, é necessário cada vez mais convergência (...). Creio que temos um consenso básico na sociedade, de que é preciso construir o presente e o futuro do Brasil respeitando os nossos valores fundamentais.<sup>369</sup>

As Cartas de Concertação e o seu processo elaborativo serviriam, dentre outras funções, ao preparo de condutas comportamentais e de posições políticas perfeitamente adequadas ao “novo contrato social” propugnado, sem o qual não seria possível a adesão (o

<sup>367</sup> Secretaria de Relações Institucionais. Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. *Mesa Redonda: Diálogo Social...* Op. cit., p. 21, grifos meus.

<sup>368</sup> Idem, p. 22.

<sup>369</sup> Idem, p. 10.

consenso ativo) e a amalgamação das lideranças dos setores sindicais, populares, acadêmicos, empresariais e de diversas entidades (não diretamente ligados ao campo patronal e laboral) representados no CDES em torno de um projeto de “desenvolvimento sustentável”, voltado ao “bem-comum”, aos “interesses gerais” da nação.

O CDES, (...) convoca todos os setores da sociedade a afirmarem a defesa da democracia e do desenvolvimento sustentado. Governo e sociedade, público e privado, são parceiros do novo modelo de desenvolvimento, **que não nascerá da vontade de um único partido, classe ou corporação**. Esse é o momento da visualização dos **interesses gerais da nação** e da construção de um projeto de futuro que **pertence a todos**. Se ao Estado cabe a tarefa de **manter a estabilidade, adotar medidas de ajuste e controle fiscal**, garantir os investimentos públicos, gerar políticas de distribuição de renda e ações que permitam a inclusão social, à sociedade é reservado também um protagonismo especial. **Capital e trabalho, empresários e trabalhadores, podem e devem construir juntos os alicerces do desenvolvimento.**<sup>370</sup>

Nesse momento é preciso trazer à tona uma importante reflexão. Poucas são as dúvidas de que várias partes dos textos das Cartas de Concertação, quando preparadas pela SEDES para serem enviadas ao Conselho, pertenciam à lavra particular do próprio secretário-executivo, Tarso Genro. A linha de raciocínio argumentativa e o uso de algumas expressões eram típicas das utilizadas por esse intelectual e membro histórico do PT, especialmente se atentarmos na leitura da sua intervenção nas plenárias do CDES e em alguns textos publicados por ele.

Em 2003, Genro lança dois documentos<sup>371</sup> que faziam referência à necessidade de se costurar uma “grande concertação social” cujas premissas estavam bem rentes a muitos trechos das Cartas. Neles, Genro destaca a exigência de se criar “um *novo bloco social dirigente*, não excludente, que não pede atestado ideológico, nem político, nem partidário para ninguém, mas que informe uma coesão social que dê sustentabilidade ao processo de transição, de um modelo econômico perverso para um modelo econômico de inclusão e de redução das desigualdades”.<sup>372</sup> A concertação implicaria, nesta abordagem, a produção de uma cultura de diálogo capaz de “soldar uma ampla maioria social” a qual estão convidados embarcar os agentes “do produtivismo, da antiespeculação, da não-submissão à lógica do capital globalitário e da articulação nacional do Brasil”, onde a integração social interna se

<sup>370</sup> Quarta Carta de Concertação, 04/09/2003, grifos meus. SRI. SEDES. *Cartas de Concertação...* op. cit., p. 18.

<sup>371</sup> Especialmente GENRO, Tarso. Democratizar as relações entre governo e sociedade. In: CORREA, Jaime Montalvo (et al). *Novos espaços democráticos: diálogo social no Brasil e a experiência da Espanha*. São Paulo: Perseu Abramo, 2003a; e \_\_\_\_\_. (2003b), *As Premissas da Concertação*. Disponível em <<http://tarsogenro.com.br/as-premissas-da-concertacao/>>. Acesso em 06.07.2014.

<sup>372</sup> GENRO, Tarso. Democratizar as relações entre governo e sociedade... Op. cit. p. 98.

relaciona à integração do país na economia global e “isso não se faz sem integração efetiva de uma grande parte do empresariado nesse projeto”.<sup>373</sup>

A estruturação do “novo contrato social” significava construir uma “nova hegemonia”, calcada em “valores democráticos fundamentais”: desenvolvimento, redução da desigualdade, inclusão, participação, afirmação dos valores republicanos, luta contra a corrupção, inserção soberana na economia global. Seria em torno desses valores que o “novo bloco dirigente” constituiria instrumentos para transitar para um outro modelo “com previsibilidade e sem rupturas aventureiras”, do contrário “qualquer ruptura pode levar o governo e as classes trabalhadoras ao isolamento [...]”. Esta seria “a única possibilidade de mudança que vemos, nas condições históricas atuais”.<sup>374</sup>

Preocupado com o aumento do “grau de descoesão” no país, com a fragmentação social e com a diluição do público na época “pós-moderna”, tornar-se-ia preciso realizar o reordenamento democrático das sociedades “incorporando as tensões como método e regulação para um diálogo transformador, sem o qual a democracia sucumbirá”.<sup>375</sup> O CDES nos é apresentado por Genro como “um instrumento de ampliação política do governo para incluir neste diálogo vários setores empresariais”, pois os trabalhadores “estão muito bem representados pelo presidente da República neste novo contrato social”.<sup>376</sup> Segue afirmando que “existe uma grande movimentação política do empresariado e que nunca houve um diálogo tão organizado, tão franco e tão sincero com nenhum governo”. E conclui dizendo de forma bem clara: “é por dentro desta relação que vai se constituir uma aliança de classes no país e também um novo bloco dirigente – *se nós formos capazes de fazê-lo*”.<sup>377</sup> Em suas palavras,

O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social é **um germen de uma nova forma de controle e de interação do Estado com a sociedade** [...]. É uma estrutura não-estatal que dialoga com o Estado e com ele compõe relações: ou seja, cria elementos de **radicalização do processo democrático**, mas radicalização **não no sentido da histeria**, mas no de um aprofundamento da democracia que se faz **de maneira pactuada**.<sup>378</sup>

As elucubrações de Genro nos remetem exatamente a uma das funções precípuas do CDES, a nosso ver: instrumento institucional de regulação ou administração de conflitos que, sob hegemonia empresarial e tutela estatal, precisava introduzir uma cunha política

<sup>373</sup> Idem, p. 101-102.

<sup>374</sup> Idem, p. 103-104.

<sup>375</sup> As Premissas da Concertação, op. cit.

<sup>376</sup> GENRO, Tarso. Democratizar as relações entre governo e sociedade... Op. cit. p. 105.

<sup>377</sup> Idem. Grifos no original.

<sup>378</sup> Idem, p. 100-101, grifos meus.

conciliativa entre os grupos sociais como forma preventiva de encapsulamento de saídas políticas que coloquem a classe trabalhadora como protagonista do processo de emancipação e transformação social, seja por qual via tática for. Não apenas estreitava ou obliterava a possibilidade de ação política de “espírito de cisão” da classe trabalhadora, mas também a submetia ao programa econômico do grande capital monopolista. À crítica aos “tatcherismos centrais e periféricos”, Genro nos oferece a “única possibilidade de mudanças” – novamente a reedição da primeira como tragédia e a segunda como farsa: a aliança de classes com um duvidoso “empresariado nacional” e “produtivo”, sob o signo de um fictício processo de “ampliação” e “radicalização” da democracia, sinonizando compromisso incontestado com a preservação da ordem do capital.

Tarso Genro não era a única liderança petista que apostava na aliança com o empresariado para impulsionar o desenvolvimento do país, muito embora, *no CDES*, de fato colocava-se como intelectual que assumia tal empreitada, teórica e politicamente. Como veremos, foram resgatadas e valorizadas as intervenções de Celso Furtado quanto a essa estratégia, embora jamais houvesse ingressado no partido e José Dirceu havia expressado claramente suas posições. Na verdade, obviamente, todos os secretários-executivos retomavam a importância da concertação social como espécie doutrinária para dentro e para fora do CDES: tanto de orquestração interna à conduta dos conselheiros na produção de debates e trabalho, quanto ao seu valor estratégico na elaboração da ideia de “desenvolvimento com inclusão social”. Porém, nem todos os secretários-executivos a tomavam numa mesma e exata apreensão, como no caso de Jaques Wagner:

O que nós estamos tentando produzir é um processo de aproximação de segmentos tão diferentes, mas que estão em torno de um mesmo objetivo de construir o Brasil (...). E este é um processo de diálogo, de negociação, de aproximação, de diminuição de diferenças, de identificação de pontos convergentes. **Nós não vamos nunca chegar ao consenso, e quero dizer que para mim todo consenso é raso. Eu acho que a gente chega a um acordo, a gente faz negociação e chega a um acordo. Consenso para mim é impossível, e mesmo que se diga que é consenso que nós todos amamos o Brasil, também é verdade que cada um ama de uma maneira diferente** (ATA da 11ª Reunião Plenária, 10/03/2005, p. 04, grifos meus).

De todo modo, a intervenção direta do presidente Lula da Silva na plenária do Conselho sobre esse tema sugeriria sua importância estratégica como programa de arrefecimento das lutas sociais e como preparação do terreno na busca pela calma social necessária à garantia de retorno líquido e certo dos investimentos presentes e futuros, na forma de lucros exponenciais, garantia de contratos, segurança jurídica, ou seja, ao que Palocci recorrentemente aludia como “ambiente propício de negócios”.

Nesta direção, era preciso constituir uma sólida base de apoio política e social para aprovação das contrarreformas e o acionamento do ideário pactualista ou concertacionista sedimentava (pré)disposições aceitas e compartilhadas neste tema. Negociar era preciso, desde que não pusesse em xeque o núcleo duro das contrarreformas, descaracterizando-as. Para tanto, de crucial importância eram os pronunciamentos emblemáticos do próprio Lula da Silva nas plenárias do CDES, que ecoavam com força nas plenárias posteriores por meio dos secretários-executivos em presença. Os dois trechos abaixo referem-se aos pronunciamentos de Lula da Silva na questão das contrarreformas em 2003, sendo o primeiro quando da instalação do CDES, e o segundo por ocasião da reforma tributária:

As reformas têm justamente a finalidade de criar as condições para o crescimento, que não será um crescimento qualquer e, sim, um crescimento capaz de assegurar uma nova coesão social, pela inclusão cada vez maior do conjunto da população na democracia e na economia. (...)

Neste Conselho, independentemente do pensamento de cada um de nós sobre as reformas, é fundamental que coloquemos, acima dos interesses particulares ou setoriais, **os interesses gerais** do país e do povo brasileiro.

Acredito que essa seja uma condição preliminar e essencial para alcançarmos um patamar mais alto de **civilidade democrática** nos nossos trabalhos e para construirmos um **pacto social pelas mudanças** indispensáveis ao país.

Neste novo patamar, as diferenças não acabam, mas se reconstróem num nível mais elevado, priorizando-se os **pontos de convergência**. A busca de consensos contribui para a sociedade avançar, criando **condições para que os empreendedores invistam com segurança e tranquilidade** e os assalariados possam ter uma remuneração justa, com os seus direitos sociais e trabalhistas respeitados.<sup>379</sup>

(...) nós **vamos ensinar este país a negociar**. Nós vamos ensinar este país a **atingir a maturidade** que ele precisa para dar o salto de qualidade interno e externo que ele precisa ter. Nós precisamos ter a grandeza de entender que as negociações se fazem extremamente necessárias (ATA da 4ª Reunião Plenária, 04/09/2003, p. 05, grifos meus).

A arquitetura dessa nova sociabilidade burguesa estava esquadrihada antes mesmo da eleição de Lula da Silva à Presidência, como se depreende de um trecho do programa de governo de 2002 intitulado “Um Brasil para Todos: Crescimento, Emprego e Inclusão Social”:

---

<sup>379</sup> SEDES (2003c). *Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de instalação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social*. Presidência da República – Secretaria de Imprensa e Divulgação. Disponível em <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/pdfs-2003/1o-semester/13-02-2003-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-cerimonia-de-instalacao-do-conselho-de-desenvolvimento-economico-e-social/view>>. Acesso em 07/07/2014. Grifos meus.

Nosso governo será marcado pelo **diálogo** permanente com a sociedade civil. Uma das tragédias do Brasil tem sido a incapacidade dos dirigentes de estabelecer **pontes, acordos, entendimentos** com os quais **todos possam ganhar**.<sup>380</sup>

Lula da Silva acenava para a abertura de diálogo com alguns setores recalcitrantes da esquerda partidária e dos movimentos e “novas organizações” sociais mais ativos com os quais ou mantinham historicamente relações orgânicas ou na forma de alianças políticas recorrentes. O intuito era condicioná-los a abrandar ou mesmo rever as expectativas, reposicionar as táticas, requerer paciência e rogar esperança.

O caminho estava traçado e indubitavelmente não mais passava pela luta de classes e pela transformação socialista. Produto do abandono meteórico, durante os anos 90, de um projeto de emancipação da classe trabalhadora, os acordos, pactos, alianças e consensos apregoados no CDES se voltavam também, e principalmente, à evidente busca de legitimação de largos e potentes setores do grande capital ao inusitado governo que assumia, mesmo após reincidentes provas de que as regras do jogo em vigência não seriam mexidas, muito menos subvertidas, tal como a pioneira *Carta ao Povo Brasileiro*, vinda a público em junho de 2002, demonstrara. O próprio CDES, aliás, foi um hábil instrumento, muito mais do que um compromisso, que afiançava a emersão de um pretense projeto de desenvolvimento do capitalismo onde o grande capital monopolista fora convocado a ser protagonista, sob a imantação da lógica concertacionista.

Desde o início dos anos 90, outrossim, expoentes históricos do próprio Partido dos Trabalhadores, assumiam paulatinamente a necessidade de ampliação do arco de alianças para além do estrito campo das forças populares, tendo como propósito realizar as “reformas”. Propugnava-se, desde então, a produção de um programa de governo capaz de traduzir um acordo entre trabalhadores e a burguesia. O trecho abaixo, retirado da 20ª edição da revista *Teoria & Debate*, de fevereiro de 1993, revela o posicionamento de José Genoíno sobre estas questões. Deve-se lembrar que Genoíno e Genro, dentre outros, fundaram em fevereiro de 1990, a tendência petista “Nova Esquerda”, em substituição ao Partido Revolucionário Comunista.<sup>381</sup>

O PT não fará sozinho as reformas políticas, sociais e econômicas necessárias ao nosso país. Somente um governo constituído por uma maioria política, representativo da maioria social, poderá ter condições e força para concretizar as reformas que, provavelmente, provocarão um processo de radicalização política e

<sup>380</sup> SILVA, Luis Inácio Lula da. *Um Brasil para Todos*. Crescimento, Emprego e Inclusão Social. Coligação Lula Presidente. Programa de Governo 2002. p. 15, grifos meus. Disponível <<http://virtualbooks.terra.com.br/osmelhoresautores/planodegovernoLULA.htm>>. Acesso em 21/03/2011

<sup>381</sup> Para uma profunda e refinadíssima pesquisa e análise dos documentos e artigos produzidos pelos expoentes da Nova Esquerda conferir COELHO, Eurelino. *Uma esquerda para o capital*. Op. Cit., pp. 278 e ss.

social. Esta questão constitui o cerne da necessidade do PT construir uma política ampla de alianças que envolva a esquerda e a centro-esquerda. A aliança político-partidária deve materializar-se num programa de governo que seja representativo, também, de um acordo social que envolva vários setores, desde os descamisados até os setores empresariais.<sup>382</sup>

A preocupação deste parêntese foi trazer sucintamente algumas ponderações críticas e traçar alguma historicização ao esclarecimento acerca do conteúdo e das funções do ideário concertacionista, cara ao Conselho. Deve-se destacar a influência das experiências concertacionistas europeias, especialmente do Pacto de Moncloa (1974) e dos Conselhos Econômicos e Sociais europeus, na formatação da proposta brasileira através do CDES, aludida pelo próprio Tarso Genro por ocasião de sua criação. A 5ª Carta de Concertação, por exemplo, tributa a “pactos originários de lutas sociais, fundados em consensos que promoveram mudanças geradoras de menos desigualdade e mais justiça”, como nos casos das “sociais democracias europeias ou do *New Deal* estadunidense”, a construção de “ambientes institucionalmente propícios ao investimento privado [que] não promoveram desigualdades (...)” demonstrando que é possível uma “renovação da contratualidade social” no Brasil.<sup>383</sup>

Era sintomático das condições resultantes da reprodução ampliada do capital no Brasil nas últimas décadas o fato de quatro das seis Cartas de Concertação apresentarem, em seus textos iniciais, a preocupação com o agravamento da “descoesão social”, através do avanço da “cultura da violência”, fruto do “esgarçamento crescente do tecido social” mediante o agravamento da “exclusão social, do desemprego e pela ausência de uma política permanente de segurança pública”. Havia uma nítida inquietação quanto ao desafio de “bloquear o caminho que nos pode levar a uma ruptura da sociedade formal com a sociedade informal, dos excluídos com os incluídos, *que poderá levar a um confronto de ricos e pobres, sem perspectivas de solução pela política nos marcos da democracia*”.<sup>384</sup>

A saída propugnada para “recoesionar a sociedade brasileira” era “a mudança com inclusão social, participação na vida pública e distribuição de renda” e o CDES colocava-se como “espaço público não estatal”, como importante artífice na busca de “soluções pactuadas” porque composto “de uma representação plural da sociedade civil” capaz de engendrar “a civilização do Estado brasileiro, ou seja, a subordinação do Estado à sociedade

<sup>382</sup> GENOÍNO, José. Afirmção nacional. *Revista Teoria e Debate*, 01/02/1993, seção Debate. Disponível em <<http://www.teoriaedebate.org.br/materias/politica/debate-afirmacao-nacional?page=0,1#sthash.RJq4UAoV.dpuf>>. Acesso em 07/07/2014.

<sup>383</sup> SRI. SEDES. *Cartas de Concertação...* op. cit. p. 19.

<sup>384</sup> 1ª Carta de Concertação, *Ação Política para a Mudança e a Concertação*, 13/02/2003, p. 02. As Cartas de Concertação foram retiradas de <[http://www.cdes.gov.br/materias\\_aprovadas.html](http://www.cdes.gov.br/materias_aprovadas.html)> num documento intitulado “Cartas de Concertação do CDES”, produzido pela Sedes, s/d. Acesso em 08/07/2014. Todos os grifos em itálico contidos nos trechos citados das Cartas de Concertação são meus.

civil”,<sup>385</sup> numa típica apreensão liberal dos conceitos de Estado e de sociedade civil no capitalismo contemporâneo. Para tanto, seria necessário que os “parceiros sociais tomem consciência de algumas limitações que sempre acompanham pactos e acordos”:

primeiro: a agenda da concertação não vai satisfazer todos os interesses específicos de classe, grupos ou setores da sociedade, nem se destina a eliminar da cena pública interesses corporativos (...);  
segundo: para que haja produção de alguns consensos fundamentais é necessário que se processem conflitos regulados (...) para que se dê visibilidade a pontos comuns que interessam ao Brasil como nação, acima dos interesses setoriais e de classes.<sup>386</sup>

Com esses pressupostos, era bastante comum nas reuniões e documentos do Conselho a advertência de que as corporações possuíam a legitimidade política de buscar o atendimento de seus interesses e de que isto compunha o “jogo democrático”. Contudo, o objetivo seria o de construir um projeto de desenvolvimento onde os interesses corporativos ou de grupos particulares fossem substituídos pelos “interesses gerais”, os quais resultariam das propostas e decisões tomadas *em consenso* pelo conjunto dos conselheiros.

A ideia propagada era a de que cada conselheiro, através da concertação, deveria saber abdicar de seus interesses corporativos para que se erguessem meios de construir um projeto onde todos ganhassem. Reconhecia-se a presença de interesses contrários e em disputa, mas se deveria procurar meios que garantissem um *consenso mínimo* em torno de algumas questões nodais que assolavam o país. Seria através do “diálogo”, da “negociação” e da “pactuação” que se buscavam fórmulas consensuais com vistas a clarificar os caminhos que levariam o Brasil rumo ao “desenvolvimento com sustentabilidade”. *Esse era um dos requisitos mais salientados e evocados no CDES, principalmente pelos secretários-executivos e pelo Presidente da República, para o aprimoramento da democracia* e era um ponto recorrente nas Cartas:

Há, também, naturalmente, grupos da sociedade atuando no sentido de apresentar suas propostas e defender seus interesses. A democracia inclui as corporações, porém não pode se limitar a elas. A capacidade de negociar, dialogar, buscar consensos é o caminho necessário para assegurar que as disputas na arena política tenham como resultado decisões que privilegiem o interesse público.<sup>387</sup>

Tratamos sumariamente não apenas o componente ideológico social-liberal da *pactuação* no CDES, mas também o caminho concreto de sua construção. Ele não foi linear, nem nasceu pronto, isto é, o que já estava abandonado nos anos 90 (a proposta socialista) seria doravante dedicado à construção de pautas e ao agendamento de percursos em comum com as burguesias, “educando-as” para o exercício da hegemonia e sendo também educadas

<sup>385</sup> Idem.

<sup>386</sup> Idem, p. 03.

<sup>387</sup> 4ª Carta de Concertação. SRI. SEDES. *Cartas de Concertação...* Op. cit. p. 17.

por ele. A tarefa mais difícil para as burguesias seria mover com cuidado o operador político que então se credenciava (a direção petista), filtrando, depurando ou até mesmo afastando de suas bases os elementos programáticos considerados mais perigosos e aversivos. Cabia também suavizar ainda mais o discurso da direção e exigir-se-ia dela provações constantes e cada vez mais distanciadoras de suas raízes e de suas bases.

O fato é que ambos os lados, a partir da segunda metade do segundo mandato de FHC, aceitaram a empreitada e o Conselho serviu, simultaneamente, como permanente espaço de (re)avaliações e de (re)ajustamentos de ambos os lados. Nele, o extravasamento da meteórica aproximação entre parte do empresariado e da cúpula petista e cutista para os segmentos não empresariais e não cutistas ampliava o escopo de atuação da operacionalização da hegemonia burguesa. Embora minoritários no CDES, sua adesão era importantíssima na medida em que dava provas para os operadores e articuladores de que a “concertação” era não só possível, mas sobretudo resultante de um processo de ajustamento de “tensões” que, por meio do “diálogo”, elevar-se-ia a democracia a um patamar pluralista, participativo e consensual. Este quadro é muito próximo do resgate às *avessas* dos conselhos populares de meados dos anos 1980. Apenas um partido de origem popular e protagonista dessas experiências teria o “cacife” suficiente para se credenciar como o único ou o melhor operador político para a burguesia em tal empreendimento.

Continuemos na tarefa de retomar os elementos basilares na constituição do “desenvolvimento sustentável” por meio das Cartas de Concertação, desde uma abordagem econômico-social. Antes, porém, é preciso mencionar que é somente como exposição meramente didática que nos detivemos primeiramente ao exame da proposta concertacionista que, como vimos, constituía de forma orgânica o projeto de “desenvolvimento” que se propunha. Outra observação importante é a de que a Carta de Concertação posterior retomava, costumeiramente, premissas, temas e objetos de análises tratados na(s) anterior(es). Nesses casos, remeteremos ao sentido e ao conteúdo mais amplo daquilo que o conjunto das Cartas propunha, inserindo as proposições que julgamos importantes e originais.

A 2ª Carta de Concertação, *Ação pelo Progresso e Inclusão Social*, de 10 de abril de 2003, elencou “pontos de unidade estratégica” da concepção de “contrualidade social renovada” que inspiravam o governo. Inequivocamente eram pontos tidos como balizadores e recorrentes nos documentos, discussões e pautas travadas no Conselho sobre as estratégias e diretrizes para promoção do desenvolvimento. Os “pontos de unidade” eram amplos o

suficiente para absorverem demandas dos segmentos sociais representados, inclusive a própria SEDES.

De acordo com Costa, ao comparar as versões desta Carta, houve “gradual inclusão de interesses privados setoriais no plano dos objetivos do governo”.<sup>388</sup> Eis os pontos expostos de forma concisa: a) *reformas como condição para o crescimento* da economia, preservação da estabilidade fiscal do Estado, estímulo à formação de poupança e elevação da produtividade; b) políticas econômicas devem *recoesionar a sociedade*, reduzir a exclusão e o desemprego e incentivar a *cooperação e parceria entre trabalhadores e empresários*; c) *o sistema financeiro deve ser agente da produção e do desenvolvimento*;<sup>389</sup> d) *impulso às exportações* como forma de retomada do crescimento e do emprego; e) política industrial que fortaleça o consumo interno e *induzza o surgimento de fortes empresas de expressão multinacional*; f) empresas públicas precisam de uma política de gestão que vise a eficiência e a produtividade; g) respeito ao meio ambiente; h) democratização da propriedade da terra, através de uma planejada Reforma Agrária<sup>390</sup> e fortalecimento da Agricultura Familiar; i) recuperar a educação pública para o exercício da cidadania e para o trabalho.<sup>391</sup>

A 3ª Carta de Concertação, *Fundamentos para um Novo Contrato Social*, aprovada em 12 de junho de 2003, foi um libelo a favor dos rumos tomados pela política econômica, expressando firme posição do governo em relação às críticas manifestadas por muitos

<sup>388</sup> COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *O CDES: a aprendizagem do pacto...* Op. cit., p. 145.

<sup>389</sup> Proposta que voltará a ser defendida na 3ª e 5ª Cartas, incluindo o “mercado de capitais” no financiamento no “processo produtivo” e sua popularização por meio do “acesso do grande público às bolsas de valores e de mercadorias, (...) de sorte a criar uma nova cultura de investimentos”. Esta proposta condiz *ipsis litteris* com algumas falas do conselheiro Raymundo Magliano Filho, Presidente da BM&FBOVESPA, nas plenárias do CDES.

<sup>390</sup> Apesar de constar nas diretrizes da AND, o tema da Reforma Agrária não foi um tema amplamente debatido no Conselho. Ao contrário, nas atas das reuniões plenárias, pelo menos durante o primeiro governo Lula, era difícil este tema aparecer nas discussões, menos ainda de forma consistente e aprofundada. Nenhum GT, moção ou relatório específico voltou-se ao tema, apesar da proposta (não considerada) lançada pelo conselheiro Pedro Teruel (PT-MS) sobre se constituir um GT sobre reforma agrária ainda em setembro de 2003. O ministro José Dirceu, afirmou na 11ª reunião plenária que, em 2003 e 2004, o Presidente Lula havia tomado uma “decisão corajosa” priorizando os assentamentos que estavam abandonados (“sem água, sem luz, sem estradas, sem assistência técnica, com pouco financiamento”, segundo ele). Regularizada a situação, tratava-se, ainda segundo o ministro, de realizar uma “reforma agrária que signifique um sistema capaz de agregar valor, capaz de ser cooperativo, capaz de evoluir para a agroindústria, porque nós não podemos pensar na reforma agrária como uma economia de subsistência” (ATA, 11ª Reunião Plenária, 10/03/2005, p. 22). A questão ambiental era outro tema que também não mereceu tratamento devido, sendo abordado de forma bastante subsidiária. A Amazônia, por exemplo, sequer foi mencionada na AND, propagado como principal documento produzido pelo Conselho. Sobre este assunto declarou conselheiro general Luiz Gonzaga Schroeder Lessa: “Eu mesmo critico um pouco a Agenda porque acho que eu não posso falar de uma agenda de desenvolvimento do Brasil sem falar em Amazônia e ali, praticamente, a Amazônia é letra morta” (ATA, 19ª Reunião Plenária, 10/05/2006, p. 22). No mesmo sentido, já havia se pronunciado o conselheiro Lutfala Bittar “A nossa Agenda não faz qualquer referência à Amazônia e ao verdadeiro desafio das desigualdades regionais (...)” (ATA, 13ª Reunião Plenária, 25/08/2005, p. 26).

<sup>391</sup> SRI. SEDES. *Cartas de Concertação...* op. cit. p. 6-7.

conselheiros. Ressaltava que a formulação responsável de um novo projeto nacional seria acompanhada de um compromisso de “firmar uma renovada autoridade sobre a política econômica, sem deflagrar um processo de ruptura e em consonância com os mercados e com a estabilidade”.<sup>392</sup> Parecia, de fato, ser um prolongamento da *Carta ao Povo Brasileiro* ao afirmar que a “atual política econômica (...) vem ganhando confiança e criando um clima mais favorável junto aos mercados financeiros, o que se reflete inclusive na redução do risco país”<sup>393</sup> para, em seguida, sustentar ser “necessário que o governo crie um clima de confiança e aprove as reformas estruturais requeridas pelo equilíbrio fiscal do país, com o objetivo de retomar o crescimento econômico com sentido social”.<sup>394</sup> A Carta traz ainda a importância de “maior autonomia do governo em relação à política econômica, permitindo um papel mais ativo aos seus formuladores”<sup>395</sup> e faz questão de lembrar o papel e o lugar do CDES, num momento de reação da SEDES:

A tarefa do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, marco político de proposição de um novo contrato social, não chega ser nem formular plano de governo, **nem propor políticas econômicas**, mas oferecer os pontos de convergência de interesses que permitam o acordo político para a sustentabilidade do crescimento, do emprego e da inclusão.<sup>396</sup>

Estabelecido o inegociável (manutenção da austeridade da política econômica e implementação de contrarreformas estruturais), era preciso atender os diversos interesses presentes, enunciando plataformas amplas o bastante para não causar desgastes, ao mesmo tempo claramente voltadas à satisfação de grandes grupos empresariais: a) o Estado deve promover o equilíbrio entre o livre mercado e o intervencionismo; b) a política externa deve ser capaz de fortalecer o mercado interno e impulsionar a criação e consolidação de grupos

---

<sup>392</sup> Idem, p. 9.

<sup>393</sup> Idem, p. 10.

<sup>394</sup> Idem, p. 9.

<sup>395</sup> Idem.

<sup>396</sup> Idem, p. 10-11. Após os primeiros anos do percurso de institucionalização do Conselho (2003-2004), a SEDES e o governo tiveram que reconstituir suas expectativas em relação ao CDES, permitindo maior ação elaborativa dos conselheiros quanto às pautas e as formas de funcionamento das plenárias. Assim, por exemplo, no final do primeiro governo Lula, Tarso Genro reconhece os “momentos de choque, de antagonismo, com visões predominantes dentro do governo e, aliás, era exatamente essa sua finalidade. Se o Conselho, que tem um caráter consultivo de elaboração de uma agenda não estabelece uma contradição com o Estado, com o governo, enquanto representação do Estado, ele perde a sua função! Porque daí ele passa a ser, não uma esfera pública não-estatal, de indução, de controle, de caráter propositivo, mas ele passa a ser simplesmente um novo braço do Estado, daí ele perde a sua finalidade, sua vitalidade e, perde, portanto sua riqueza” (ATA da 19ª Reunião Plenária, 24/08/2006, p. 04). Interessante observar nessa intervenção de Genro que, em momentos de apoio para dar legitimidade, enfrentar crises ou instabilidades, como ocorreu em 2003 (contrarreformas), em 2005 (mensalão) e em 2008 (crise econômica) não se esperava uma postura de “contradição” do Conselho com o Estado, não se reconhecia que “era exatamente essa sua finalidade”, pois o que se buscava nestas ocasiões era o afinamento dos acordos e das pactuações. Ou seja, em “momentos de paz” admitia-se as contradições, em “momentos de guerra” esperava-se o apagamento das diferenças e a busca de soluções para enfrentar as dificuldades que o governo atravessava.

econômicos privados e empresas de interesse público com capacidade de disputar globalmente; c) a noção de crescimento deve estar acompanhada de políticas de inclusão social, de geração de emprego e renda e desinformalização, de fortalecimento da pequena e média empresa; d) fortalecer os sistemas produtivos locais, de modo a minimizar os riscos e maximizar as potencialidades para o capital empreendedor.<sup>397</sup>

Além destas prerrogativas, para a retomada do crescimento, sempre ao lado da implantação das contrarreformas estruturais, seria imprescindível a baixa inflação, a redução da relação dívida/PIB e a eliminação da vulnerabilidade externa, sem a qual se tornaria inviável o financiamento do desenvolvimento “através do efetivo ingresso de recursos externos e do aumento das exportações”.<sup>398</sup> Nesse sentido, a Carta direcionava a política industrial para “setores competitivos, (...) nos segmentos chave para o desenvolvimento da economia, pois o planejamento estratégico do país passa necessariamente pela redução do grau de dependência do setor externo (...)”.<sup>399</sup> Diante disso, o documento reconhecia a “ação do governo no sentido de direcionar a economia para a produção”, “promover a substituição de importações” e orientar fortemente a política econômica “para os setores de infraestrutura e bens de capital, no sentido de garantir as bases do crescimento e evitar problemas de oferta que possam afetar a estabilidade dos preços”.<sup>400</sup>

O crédito direcionado dos recursos do BNDES para “impulsionar o financiamento produtivo para os setores estratégicos”, da Caixa Econômica Federal para as “áreas de crédito facilitado ao consumidor, habitação, saneamento e infraestrutura, alavancando a construção civil e promovendo a melhoria imediata das condições de vida”, e o microcrédito para micro e pequenas empresas e cooperativas, também figurariam entre os instrumentos de política econômica, exigindo, como recursos reembolsáveis, “retorno econômico ou social mínimo”.<sup>401</sup>

O reconhecimento da ampliação do “controle público” do Estado pelas instituições da sociedade civil estaria dentre os fundamentos para “um projeto estratégico do país”. Isto se efetivaria através da “multiplicação, da racionalização e da integração de conselhos, fóruns e comissões de monitoramento, fiscalização, indução e consulta”. O documento assevera que “tais instituições de caráter público não estatal são instrumentos de aprofundamento e

---

<sup>397</sup> SRI. SEDES. *Cartas de Concertação...* op. cit. p. 11.

<sup>398</sup> Idem, p. 12.

<sup>399</sup> Idem, p. 14.

<sup>400</sup> Idem, p. 12.

<sup>401</sup> Idem, p. 13.

inovação democrática (...).<sup>402</sup> Esse tema foi retomado apenas em 2006, após a crise do mensalão, quando o Conselho começou a travar um debate acerca da reforma política que, no fundo, para alguns conselheiros, significava uma reforma do próprio Estado, via “radicalização da democracia”.

Uma vaga ideia de desenvolvimento sustentável foi expressa na 4ª Carta de Concertação, de 4 de setembro de 2003, intitulada *O Desafio da Transição e o Papel da Sociedade – a Retomada do Crescimento*. Consta na publicação que “o país quer mudança com segurança, previsibilidade, solidez e durabilidade”. Mesmo assinalando que “alguns efeitos colaterais” oriundas de “medidas fortes” adotadas pelo governo “deixam a sociedade apreensiva ou impaciente”, o documento revela que “o Conselho propõe que sejam tomadas *medidas imediatas* que avancem na transição para um novo eixo de política econômica (...)”.<sup>403</sup> Tal ambiguidade no texto resultava, provavelmente, de posições as quais a SEDES tentava assegurar um ambiente de legitimação das opções tomadas pelo governo na área econômica por um lado, e por outro do volume acumulado de críticas dos conselheiros (mas não apenas deles) em relação à política de austeridade econômica levada a cabo pela equipe econômica dirigida por Palocci.

A 5ª Carta de Concertação introduz o tema da “parceria entre o Estado e a iniciativa privada”. A SEDES sacramentava o alargamento do sentido comumente dado ao termo “parceria”, já que esta “não mais se concretiza *somente* sob a forma da aplicação de tributos recolhidos para oferecer ao capital trabalhadores bem treinados, um ambiente urbano seguro e civilizado (...)”<sup>404</sup> em clara alusão ao Sistema S. Tratava-se de “formar uma nova parceria, sem que o Estado se aliene das tarefas públicas” e que exigia uma “responsabilidade conjunta entre governo e as empresas”, nas áreas que requerem investimentos na produção, infraestrutura ou sociais.

De um lado, o documento ressalta que o advento e a viabilidade das Parcerias Público Privadas (PPPs) tenderiam, a partir da ação do Estado, a “restringir os riscos dos investimentos de mais longo prazo”, “recuperando a capacidade de investimento, bem como o papel de financiamento do Estado”. De outro lado, é claro o chamamento dos empresários a investirem nas políticas públicas e de “responsabilidade social”: “os investidores devem assumir parcelas de responsabilidade que antes cabiam quase inteiramente ao Estado”,<sup>405</sup> sob a justificativa de que “desses dispêndios, a empresa retira elevados dividendos, que vão desde

---

<sup>402</sup> Idem, p. 14.

<sup>403</sup> Idem, p. 17.

<sup>404</sup> Idem, p. 21.

<sup>405</sup> Idem, p. 21.

incrementos na produtividade até a consolidação de marca e imagem, que servem para conquistar mercados”.<sup>406</sup> Aos sindicatos também se estendia a tarefa de “acolher e conduzir novas demandas sociais” atendendo as “multidões excluídas”. Os argumentos utilizados pela Carta para que capitalistas e lideranças sindicais voltassem sua atenção ao trato da “questão social” eram expostos da seguinte maneira:

Se o capital pode, no limite, daí retirar produtividade e lucro, o trabalho também retira até mesmo a sua qualidade mínima de vida, posto ser o próprio trabalhador quem costuma conviver, muito proximamente, com as mazelas decorrentes das condições degradadas impostas aos rebaixados ou excluídos. E o trabalhador acaba sendo a maior vítima da violência marginal que impera nas periferias urbanas e favelas.<sup>407</sup>

Tais argumentos, como sabemos, incentivam que empresários e sindicalistas assumam tarefas sociais embasados na mercantil-filantropização da questão social. O trecho é bastante claro e direto quanto às expectativas da inserção do empresariado neste campo: “a retirada de elevados dividendos” e as possibilidades abertas quanto à promoção de “marca e imagem” da empresa com vistas à “conquista de mercados”. Que amplos setores do empresariado visualizassem possibilidades de expansão de lucros na administração precária da pauperização de massas de trabalhadores apenas confirma e reatualiza a necessária e secular agenda social do empresariado como forma de manutenção da dominação burguesa. Porém, ao lado disso, impressiona o forte pragmatismo político, acompanhado de forte dose de individualismo e mesmo de reacionarismo quanto ao envolvimento das lideranças sindicais e dos próprios trabalhadores frente às “multidões excluídas”: importava dirimir a miséria para salvar “a qualidade mínima de vida” porque é o trabalhador quem “costuma viver (...) com as mazelas” e “acaba sendo a maior vítima *da violência marginal (...)*”. Sem entrar na discussão de que a violência é historicamente emanada do Estado burguês e dos grupos dominantes, impressiona o tratamento descuidado de qualquer conteúdo de cooperação ou solidariedade elementar entre os membros da própria classe trabalhadora. Cabe lembrar que as Cartas de Concertação foram ratificadas pelo conjunto dos conselheiros.

A 6ª Carta de Concertação, *Política Industrial como Consenso para uma Agenda de Desenvolvimento*, aprovada em 11 de março de 2004, é unicamente voltada aos interesses prioritários do empresariado. O documento retoma e aprofunda questões já colocadas nas cartas anteriores, como pequenas inovações: a necessidade de implantação de uma política

---

<sup>406</sup> Idem, p. 20.

<sup>407</sup> Idem, p. 21.

industrial, tecnológica e de comércio exterior (PITCE);<sup>408</sup> a PPP como mecanismo institucional de “afirmação do papel do Estado como regulador e promotor do desenvolvimento”, como meio de “melhorar as condições de vida da população, satisfazer as necessidades de infraestrutura da economia e viabilizar a exploração de mercados atraentes para os segmentos empresariais”;<sup>409</sup> a difusão do crédito; redução da vulnerabilidade externa como foco da PITCE no esforço de elevar o patamar de exportações, “especialmente de bens de maior conteúdo tecnológico agregado”, incluindo também “uma política de negociação internacional eficaz que propicie melhoria de preços das *commodities* e maior acesso aos mercados externos compradores de produtos industrializados brasileiros, de maior valor agregado (...)”;<sup>410</sup> a política industrial deveria incentivar as micro e pequenas empresas, a agricultura e a pecuária e a construção civil; criação de instrumentos institucionais de coordenação e discussão das prioridades da política industrial como a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) e de um Conselho de Política Industrial.<sup>411</sup>

É importante mencionar que, com raras exceções, *todas as propostas ou demandas colocadas nas Cartas de Concertação* tornaram-se objetos de recorrentes debates nas plenárias e de Grupos de Trabalho no Conselho, de estudos e pesquisas aprofundados, inclusive com a interlocução de outras agências estatais especializadas no tema em discussão, com promoção de eventos (colóquios, workshops, seminários, conferências, mesas redondas etc) com especialistas nacionais e estrangeiros. Não poucas proposições se inseriram, após devidos aprofundamentos e aperfeiçoamentos, como linhas mestras de definição de documentos e planos estratégicos para o projeto que se desenhava no CDES.

As Cartas de Concertação não se constituíam meramente como um plano de intenções ou de propostas abstratas, mas sobretudo como o *gérmen* ou a “*estufa de cultivo*”, ou ambos, do anteprojeto de desenvolvimento cunhado entre os conselheiros e os especialistas do

---

<sup>408</sup> O documento “Diretrizes de Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior” foi lançado em novembro de 2003 e complementado em março de 2004 cuja cerimônia de lançamento da PITCE foi realizada na sede da CNI. O objetivo da PITCE, segundo o documento, é “o aumento da eficiência econômica e do desenvolvimento e difusão de tecnologias com maior potencial de indução do nível de atividade e de competição no comércio internacional. Ela estará focada no aumento da eficiência da estrutura produtiva, aumento da capacidade de inovação das empresas brasileiras e expansão das exportações. Esta é a base para uma maior inserção do país no comércio internacional, estimulando os setores onde o Brasil tem maior capacidade ou necessidade de desenvolver vantagens competitivas, abrindo caminhos para inserção nos setores mais dinâmicos dos fluxos de troca internacionais”. Disponível em <<http://www.inovacao.unicamp.br/politicact/diretrizes-pi-031212.pdf>>. Acesso em 09/07/2014.

<sup>409</sup> SRI. SEDES. *Cartas de Concertação...* op. cit. p. 21.

<sup>410</sup> Idem.

<sup>411</sup> Ligados ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI) foram criados pelo Decreto 11.080 de 30 de dezembro de 2004. Ambas as agências da sociedade política são compostas por grandes empresários em seus conselhos.

governo representado pela SEDES. Elas eram, antes de tudo, um preparo psíquico-pedagógico “civilizatório” de como os grupos sociais deveriam entrar e proceder no debate político. Normas de conduta acordadas que definiam previamente os limites dos embates, as expectativas de confrontos, o encapsulamento preventivo de disrupções. Não à toa, após os ligeiríssimos debates sobre as contrarreformas em 2003, as Cartas foram de pronto colocadas como pautas a serem acordadas.

Era preciso apaziguar os ânimos, reduzir e acalmar expectativas de grupos sociais diversos, homogeneizar conselheiros de setores econômicos, políticos e culturais bastante díspares sob a condição de “cidadãos” e/ou de “lideranças sociais”, tratando-os como “iguais” e esforçando-se para que no CDES, na arena “democrática participativa”, o conjunto dos conselheiros assim se enxergassem. Para tanto, era preciso também trabalhar extensivamente a ideia de que todos estavam ali construindo um projeto de desenvolvimento de “interesse nacional”, para o “bem comum”, pela busca pelo “progresso social para todos”, dentre outros ideários de busca de coesão social acionados pelo Estado burguês. Esse trabalho conscientemente pedagógico, exaustivo, paciente, operado pela SEDES, tinha como intuito, sem dúvida, por parte do operador político, acalmar ou educar suas bases, preparando-as para o terreno das grandes contrarreformas e, em seguida, para as (micro)reformas a “conta-gotas”, que seriam aplicadas na dosagem e nos momentos oportunos. O operador mostrava para as burguesias que seria capaz de direcionar suas bases e de facilitar ou mesmo convocar a adesão ao projeto em curso, apesar das tensões. Outrossim, tratava-se de desenhar a estruturação de um processo de amalgamento entre um projeto burguês que já estava em curso, e que não seria alterado, e o ingresso de um operador que trazia novos elementos fundamentais para o exercício da hegemonia, com base de sustentação popular que o governo anterior não oferecia.

### **3.3 – A construção da noção de “desenvolvimento com equidade” e as tensões em torno da política econômica no CDES (2004-2005)**

Muito provavelmente a menção e o trato sobre a temática do “desenvolvimento” e do “crescimento” econômico e social foram os que mais estiveram presentes nos debates, eventos e documentos do CDES. A imprecisão na definição desses termos era de fato uma regra, situação agravada na ausência absoluta de uma conceitualização precisa e rigorosa. A rigor, eles apareciam sempre acompanhados de epítetos como “sustentado”, “com equidade”, “com inclusão social”, “com distribuição de renda”, dentre outros mais ou menos equivalentes, o que contribuía e traduzia um certo *abuso* e despreocupação por parte daqueles que precisavam

que fosse “naturalizada” a questão “substantiva” – a do desenvolvimento como avanço do capitalismo – e a ela se agregassem *voluntariamente* os setores subalternos, por meio da adjetivação julgada adequada, traduzida pelos epítetos acima, mas fundamental para a adesão ao “substantivo”.

A utilização de uma terminologia imprecisa, indiscriminada e indiferenciada, contudo, não expressava incertezas e vacilações quanto ao horizonte ou ao rumo desejado (o desenvolvimento do capitalismo), se bem que o caminho, obviamente, não estava previamente definido, ou, de outra forma, o embate em tal empreitada aparecia como expressão das limitações orquestradas ora pelo próprio governo, principalmente no que se refere à política macroeconômica, mas também ao atendimento de outras importantes demandas, ora pela própria SEDES, no que se refere ao funcionamento da dinâmica interna do Conselho. Se esta última demanda foi razoavelmente satisfeita, a primeira motivou severas críticas e tensões internas.

A mais importante referência teórica, ao menos no plano do discurso, sobre o tema do desenvolvimento no CDES foi Celso Furtado. No dia 5 de agosto de 2004, o CDES promoveu, sob a coordenação de Jaques Wagner, secretário-executivo da Secretaria do Conselho (SEDES) à época, a Mesa Redonda denominada “Diálogo Social, Alavanca para o Desenvolvimento”. Neste evento, participaram o presidente Lula da Silva, conselheiros, ministros de Estado e do alto escalão do governo e convidados estrangeiros, dentre os quais se destacaram Maria João Rodrigues (Assessora da Presidência da União Europeia), Roger Briesch (Presidente do Comitê Econômico e Social da União Europeia) e Julian Ariza Rico (Vice-presidente do Conselho Econômico e Social da União Europeia). A abertura da solenidade, contudo, ficou a cargo do economista e professor Celso Furtado que, devido à debilidade de seu estado de saúde, remeteu à plenária do evento um vídeo gravado acerca dos “rumos do desenvolvimento” no Brasil recente. Nele, Celso Furtado dizia que

A distinção entre crescimento econômico e desenvolvimento é uma questão que muito me apaixona. Fui quem primeiro formulou este problema, o que significa crescimento e o que significa desenvolvimento, mostrando que quando se fala desenvolvimento se introduziu o social e o político. **Não se fala de desenvolvimento senão a partir do social**, ao passo que se fala de crescimento econômico a partir dos dados estatísticos: PIB; renda nacional; exportações. Não precisa do social. Você pode ter crescimento econômico bastante forte, como o Brasil teve durante 30 anos seguidos, com crescimento de 7% ao ano, um crescimento extraordinário, com pouco desenvolvimento, desenvolvimento quase nulo, porque o sistema, a estrutura do sistema, não favorecia a abordagem dos problemas sociais.<sup>412</sup>

---

<sup>412</sup> SRI. SEDES. *Mesa Redonda: Diálogo Social...* Op. cit., grifos meus, p. 21.

A fala de Furtado é trazida aqui porque ela sempre foi lembrada e reverenciada dentro do Conselho. Desenvolvimento incluiria, neste diapasão, necessariamente a *diminuição das desigualdades sociais*. Como veremos, a partir da Agenda Nacional de Desenvolvimento (AND), construída no CDES entre 2004 e 2005, toda e qualquer política pública a ser formulada e adotada pelos ministérios deveria contemplar este critério básico: a “redução das iniquidades”. Já o crescimento, ainda segundo Furtado, também seria essencial, mas “saber que você pode ter crescimento sem desenvolvimento, (...) gerando concentração de renda e riqueza (...). **Por isso, a orientação deve ser a seguinte: se não avança na criação de emprego e na distribuição de renda, estamos andando para trás**”, arrematando que “**a última batalha a perder é a do emprego**”.<sup>413</sup>

A “batalha do emprego”, porém, deveria ter efeito sobre a oferta agregada, assegurando-lhe sustentabilidade. Não se tratava de frentes de trabalho, mas de empregos “que criem riqueza, que incidam na produção”.<sup>414</sup> O crescimento da oferta, entretanto, demandaria regulação, evitando a inflação e assim exigiria “planejamento de qualidade, sofisticado”. Para sair da “enrascada” dada pela “enorme capacidade potencial de oferta e uma enorme demanda reprimida”, o economista advogou a necessidade de “ter o Estado articulado com a classe empresarial. Com planos de obras públicas, de investimentos e o empresariado disposto a aceitar riscos”.<sup>415</sup> Era preciso, portanto, uma “intervenção do Estado, no sentido de aumentar os investimentos, de forçar a sociedade a investir mais. **O desenvolvimento é uma construção da sociedade, mas é preciso que ela tenha vontade de fazê-lo**”.<sup>416</sup>

A estratégia furtadiana autodesignada de “desenvolvimento autêntico” – “quando o crescimento cria emprego, distribui a renda, melhora o perfil da estrutura social” – se colocava de encontro à ortodoxia do governo Lula da Silva que, “arrastado por uma inércia”, firmava “uma linha econômica tradicional e muito rigorosa”. Furtado lembrou que “o pessoal do mundo do negócio e todos estão convencidos de que esta é uma política definitiva, que não há alternativa, não há espaço para mudar”, advertindo que “será grave se estivermos mesmo amarrados a essa trajetória. Digo isto como uma reflexão para o Presidente Lula”.<sup>417</sup>

---

<sup>413</sup> Idem, p. 21-22, grifos no original.

<sup>414</sup> Idem, p. 23.

<sup>415</sup> Idem, p. 24.

<sup>416</sup> Idem, p. 22, grifos no original.

<sup>417</sup> Idem, p. 23.

Terminou sua mensagem apelando à necessidade de se ter “confiança no futuro”, “otimismo” e “coragem política”, postas “a serviço das autênticas causas do povo brasileiro”.<sup>418</sup>

Neste conciso registro da explanação de Furtado no evento do CDES, procuramos destacar elementos político-econômicos recorrentes nos documentos e atas do Conselho: desenvolvimento como expressão do crescimento econômico *pari passu* ao combate ou diminuição das disparidades sociais; o retorno da importância do planejamento estrutural do Estado como mecanismo de prospecção e análise presente e construção de referenciais futuros;<sup>419</sup> desatar a demanda reprimida via investimentos do setor público e privado (articulação Estado-empresariado); empreender esforços na criação de empregos formais e na criação de renda como mecanismos simultâneos de estímulo ao desenvolvimento (“colocar o social à frente de tudo”); crítica à “ortodoxia” (“a economia feito empresa”) onde a economia se afasta da política (“os bancos centrais passam a ser respeitáveis porque são dirigidos pelos que são de fora dos governos, de fora da política”); reconhecimento e crítica à adoção de continuidade de modelo macroeconômico no governo Lula da Silva; crença num capitalismo “desenvolvido” e “humanizado”, onde elementos subjetivos como a “fé”, o “otimismo”, a “confiança”, a “vontade e coragem política” apareciam como requisitos prévios e, eram, sobretudo, requisitos ideológicos, posto que obliteravam as análises das relações sociais de produção capitalistas calcadas na luta de classes, na exploração e expropriação histórica dos trabalhadores, e se convertiam num subjetivismo genérico, numa “vontade geral” abstrata, horizontalizando lutas, reivindicações, projetos e expectativas, numa direção supostamente unívoca e universal, porque “nacional”.

Na 13ª Reunião Plenária do CDES, em 25 de agosto de 2005, José Carlos Braga, professor de economia da Unicamp, foi um dos três conselheiros responsáveis pela apresentação da primeira versão da Agenda Nacional de Desenvolvimento para a plenária do Conselho.<sup>420</sup> Nesta ocasião, o conselheiro fez referência à influência direta de Furtado na construção da Agenda:

O primeiro tópico que eu gostaria de usar como referência é aquele que diz respeito direto à **própria noção de desenvolvimento que tem norteado os trabalhos das diversas instâncias e pessoas que têm discutido essa Agenda Nacional de**

---

<sup>418</sup> Idem, p. 24.

<sup>419</sup> “Planejar o presente e o futuro do país passou a ser coisa do passado. Como você pode dirigir uma sociedade sem saber para onde vai? O mercado é que decide tudo. O país passou a ser visto como uma empresa. Isso é um absurdo” (SEDES, 2004a: 20). No documento da AND aparecem como requisitos para sua implementação: “A capacidade de ação coordenada e integrada dos governos; operação, em sintonia fina, dos Poderes da República; estratégica coordenação estatal-privada; uma política macroeconômica (monetária, cambial, fiscal – tributária) concebida e executada de forma consistente com os objetivos da Agenda” (CDES, 2010a: 16).

<sup>420</sup> Os outros dois conselheiros foram Clemente Ganz Lúcio (Dieese) e Horácio Piva (FIESP).

**Desenvolvimento.** O próprio ministro Jaques Wagner entrevistou, um pouco antes da morte, o Ministro Celso Furtado, e o documento da Agenda Nacional de Desenvolvimento traz uma referência explícita a ele quando faz referência a uma série de aspectos fundamentais do pensamento do professor Celso Furtado. Um exemplo é o capítulo a supostos, requisitos e transição, que diz o seguinte: **“entendem o desenvolvimento nacional como um complexo processo de mudança estrutural que se dá em múltiplas dimensões”**. (...) E continua “como afirma Celso Furtado, inequivocamente **o desenvolvimento é, antes de tudo, um ato de vontade coletiva, do desejo do governo e de todas as forças sociais empenhadas em construir um outro país**”. Portanto, pensamos que (...) essa proposta da Agenda significa dizer que o tema do desenvolvimento volta à pauta da sociedade brasileira (ATA da 13ª Reunião Plenária do CDES, p. 3, grifos meus).

Em sua exposição, Braga aludiu ainda que a sociedade e as políticas governamentais nos últimos anos pautaram-se pela busca de estabilidade de preços, muito em função do longo ciclo inflacionário vivenciado pelo país. Entretanto, ressaltou o conselheiro, “é chegada a hora de retomar a senda do desenvolvimento, rediscutir as sendas do desenvolvimento, os rumos do desenvolvimento no País” (idem), o que traria a necessidade de planejamento, envolvendo “uma vinculação das ações de governo, tanto no curto, no médio ou no longo prazos”:

Há uma percepção de grande parte dos conselheiros de que não se trata de tocar a política econômica, dita de curto prazo, a política fiscal, a política monetária e a política cambial e deixar que no longo prazo se resolverá, necessariamente, o desenvolvimento. (...) não basta dizer que essa política monetária seja consistente com o crescimento, porque a questão numa economia subdesenvolvida ou em desenvolvimento, como nós sabemos, não é só crescer. O Brasil já teve taxas de crescimento bastante expressivas na década de 60, na década de 70. Entretanto, várias marcas do subdesenvolvimento não foram resolvidas. O professor Celso Furtado morreu enfatizando isso. A superação de marcas estruturais do subdesenvolvimento requer algo além do crescimento, requer que seja feita a pergunta: qual crescimento? Qual estilo de crescimento? Qual a composição do gasto público? Qual será o comportamento do emprego? Que estrutura tributária será essa? (...) Haverá um sistema de financiamentos que permitirá o alongamento de prazos e o barateamento do custo de capital para que o empresário possa investir de maneira mais progressiva? Essas perguntas são relevantes e transcendem o mero âmbito de saber o quanto vai se mover a taxa de juros, (...) o câmbio e o superávit primário (...) (idem).

O teor da intervenção de Braga reflete um momento especial no CDES: o coroamento da constituição um trabalho de fôlego (a AND) e que envolveu todos os conselheiros. As discussões travadas no âmbito das Reuniões Plenárias revelavam demandas preocupadas com a articulação de políticas no curto, médio e longo prazo.

O pano de fundo era o de que a construção do desenvolvimento requeria adoção de políticas imediatas, principalmente aquelas voltadas ao arrefecimento da austera política econômica administrada por Palocci e Meirelles – elevadas taxas de juros e de câmbio e megassuperávits primários -, sem que, contudo, pudesse ameaçar a estabilidade econômica por meio do retorno do “imposto inflacionário”, argumento este bastante utilizado e aceito por ambos os lados (governo e conselheiros), considerado “um ganho para toda a sociedade,

principalmente para os setores mais vulneráveis”. Neste ponto específico, tratava-se, especialmente para os setores empresariais, mas não apenas para eles, de acelerar o ritmo da “descompressão” da política econômica até então em vigor, considerado excessivamente cauteloso, aliado, entre outras medidas, à implementação de um conjunto de reformas e de uma política industrial. Ciente das pressões sobre estas questões, Lula da Silva se pronunciava no CDES como fiador da política econômica, lastreado no possibilismo:

A nossa política econômica talvez não seja a política econômica do sonho do Palocci, do meu sonho, do sonho do Tarso ou do Guido e de vocês. Mas é a política econômica que nós temos consciência que é possível fazer nesse momento. Alguns apressados que cobram mais rapidez, oito meses atrás imaginavam o desastre no país (ATA da 4ª Reunião Plenária, 4 de setembro de 2003, p. 7).

Junto a isso, ou melhor, simultaneamente, temáticas e propostas voltadas ao médio e longo prazos estavam presentes nas intervenções das reuniões plenárias, sobretudo nos documentos de orientação estratégica, na direção da elaboração de um projeto que reaprimorasse a expansão da acumulação capitalista no Brasil, cujas tarefas seriam de difícil implementação se as pautas de curto prazo requeridas não fossem ajustadas e mantidas na direção julgada correta. O imediatismo e o que poderia parecer como um certo etapismo por parte dos gestores da política econômica governamental eram contrastados por aquilo que os conselheiros consideravam constituir um projeto de desenvolvimento para o país, muito embora outros expressassem apoios mais ou menos velados, ou mesmo explícitos, à política oficial. Estes posicionamentos eram manifestados desde 2003 e permaneceram no CDES durante todo o primeiro mandato de Lula da Silva:

A ideia central é que, uma vez resolvidas as questões que perturbam a agenda macroeconômica brasileira, a mesma pode deixar de ser alvo permanente das atenções quotidianas, que passam a se voltar para a constituição de elementos básicos para a retomada do crescimento econômico, rumo ao desenvolvimento com distribuição de renda. Este novo modelo passa por reformas de natureza microeconômica, favorecendo o investimento, os negócios, a ampliação dos mercados, o crédito e a produtividade da economia. (...) A ação coordenada do governo prevê a ampliação dos investimentos, a implementação da parceria público-privada, a desoneração tributária sobre máquinas e equipamentos, bem como a qualificação e a avaliação permanente dos resultados das políticas sociais (Ministro Palocci, ATA da 5ª Reunião Plenária, 10/12/2003, p. 4).

O nosso governo consolidou a estabilidade macroeconômica através de uma política fiscal responsável, baseada em contenção de despesas; de uma política monetária forte, para combater o surto inflacionário do final de 2002, de uma melhora significativa das contas externas e da composição da dívida pública. A política de ajuste fiscal (...) tem como traço peculiar o fato de que, pela primeira vez, promovemos uma redução das despesas públicas. (...) não se pode desconsiderar que um ajuste fiscal efetivo requer um período mais prolongado para potencializar seus efeitos. (Ministro Palocci, ATA da 7ª Reunião Plenária, 13/05/2004).

Gostaria de ficar animada com os dados apresentados [pelo Ministro]. O Brasil real que aparece aponta uma situação distinta, especialmente com relação ao desemprego e à queda do salário. Se a economia terá crescimento baixo, então naturalmente vamos continuar tendo aperto fiscal, sem margem para muitos investimentos. Como vamos fazer redistribuição para o estabelecimento de políticas públicas se estamos tirando valor elevado da possibilidade de gasto do governo? (Conselheira Sonia Fleury, ATA da 5ª Reunião Plenária, 10/12/2003, p. 5).

O ajustamento busca retirar a pauta macroeconômica do cenário e centrar foco no desenvolvimento. No entanto, toda essa ortodoxia econômica não nos permite pensar no desenvolvimento. O SUS foi desmantelado, e piorou nos últimos meses. Logo, esse desmantelamento das políticas públicas vai ser mantido no longo prazo pelo veneno do resultado primário (Conselheira Jurema Werneck, ATA da 5ª Reunião Plenária, 10/12/2003, p. 5-6).

Os números apresentados evidenciam o êxito alcançado na estabilidade macroeconômica, na sustentabilidade fiscal, na sustentabilidade externa. Porém, esses são pré-requisitos não para o crescimento e sim para o endividamento sustentável. O Estado está transferindo recursos da sociedade para o setor financeiro. O Brasil cresce quando o Estado investe em produção e para isso tem que reduzir drasticamente seus gastos com o serviço da dívida. Há que se renegociar, há que se cancelar pelo menos uma parte desta dívida (Conselheiro Pedro Oliveira, ATA da 7ª Reunião Plenária, 13/05/2004).<sup>421</sup>

Tivemos uma agenda reativa e corretiva das distorções, mas isso é necessário e não suficiente. Temos agora que construir uma agenda positiva de desenvolvimento, com reforço da infra-estrutura, da poupança e do emprego (Conselheiro Manoel Castro, ATA da 5ª Reunião Plenária, 10/12/2003, p. 4).

As intervenções dos conselheiros são expostas aqui com a precisa intenção de mostrar a existência de consistentes embates entre os condutores da equipe econômica do governo e conselheiros que carregavam e expressam certa “sensibilidade” petista socialmente reconhecida no seu viés distributivista, principalmente no que tange aos caminhos, instrumentos e ritmos defendidos para se alcançar o propalado desenvolvimento, e de discordâncias entre os próprios conselheiros.

É interessante perceber como o próprio Palocci (membro histórico do PT) mobilizava argumentos “gerenciais” para, logo em seguida, introduzir prontamente o rechaço às reivindicações, entendidas como uma espécie de “utopia” da sensibilidade social. Tratava-se de desqualificar esta sensibilidade para defini-la como algo perigosamente “utópica”, trazendo números e exemplos de outros países para sustentar que o principal era continuar seguindo os fundamentos econômicos tidos como os mais eficientes para a gestão econômica. Em sua

---

<sup>421</sup> A renegociação da dívida foi também defendida na mesma reunião pelas conselheiras Lucélia Santos e Zilda Arns e pelo conselheiro Amarílio de Macedo. Palocci rechaçou categoricamente esta alternativa, alegando que “levaria a um aumento de risco para o nosso país e das taxas de juros de mercado (...) A má gestão ou a desistência de gerir o processo da dívida piora o produto dos países (...) e aumento da pobreza”. Ou em outro momento: “(...) nenhum país do mundo conseguiu resultados positivos renegociando dívidas. Normalmente, um país deixa de pagar uma dívida quando se desorganiza. (...) O perfil da dívida melhora com a redução do gasto público, com equilíbrio fiscal. As negociações por decisão unilateral normalmente são traumáticas”. A proposta de auditoria e a renegociação da dívida foi retomada em outras ocasiões no âmbito do Conselho.

formulação, era a partir da resolução dos problemas no âmbito da economia (destravar pontos críticos e impulsioná-los para o capital) que se atendia às reivindicações sociais.

Deve-se ressaltar que, no fundo, o debate trazido acima é derivado de uma luta política, não necessariamente ligada aos grupos que compunham o PT, mas que atravessava uma “ambiência petista”. Havia uma parcela organizada no governo<sup>422</sup> que apoiava ou amparava as medidas de ajustes (“remédio amargo, mas necessário”) e que tinha como função amansar seus correligionários e/ou setores mais inclinados às pautas populares, esforçando-se por desfigurar e deslegitimar suas expectativas, reduzindo e encapsulando as saídas ou alternativas frente à gestão ortodoxa e outra que, sofrendo tais investidas, procurava resgatar de forma inorgânica algumas bandeiras sociais do partido.

Até a 11ª Reunião Plenária do CDES, ocorrida em março de 2005, o ministro Antônio Palocci compareceu em sete ocasiões, sendo que em cinco delas para apresentar, debater e defender o mesmo tema: os rumos e resultados da política econômica do governo.<sup>423</sup> Em nenhuma delas Palocci, por vezes acompanhado de Henrique Meirelles, logrou sucesso ou obteve razoável consenso, malgrado a posição de conselheiros, muitos vinculados ao setor bancário-financeiro, que teciam ponderações elogiosas quanto ao suposto êxito da política econômica, especialmente à estabilização macroeconômica com foco na inflação e nas contas públicas como as de Roberto Setúbal (Presidente do Itaú) e de Márcio Artur Cypriano (Presidente do Bradesco), expressas abaixo. Outros setores também sentiam-se atendidos, como a da construção civil, cujo representante no CDES era Paulo Safady Simão, presidente da Câmara Brasileira da Indústria de Construção (CBIC):

Os mercados estão reagindo muito positivamente às medidas do Brasil. Existe grande confiança dos mercados sobre o cenário brasileiro, indicando perspectiva de crescimento. O FMI tem sido positivo para o Brasil no sentido de dar mais confiabilidade junto aos mercados. Olhando para frente, apesar de o país não precisar dos recursos, mesmo assim seria bom ter acordo renovado para manter confiança alta (Conselheiro Roberto Setúbal, ATA da 4ª Reunião Plenária, 4/09/2003, p. 9).

O país está pronto para decolar. (...) As perspectivas para 2005 são animadoras: a médio e longo prazo a tendência é de queda da taxa Selic, os ganhos de escala e de produtividade dos bancos, e a menor volatilidade macro-econômica aponta para uma queda dos juros. E é o que todos nós esperamos (Conselheiro Marcio Cypriano, ATA da 10ª Reunião Plenária, 10/11/2004).

<sup>422</sup> Não eram apenas Palocci e Meirelles as figuras proeminentes do governo que apoiavam a política econômica restritiva no CDES. O próprio secretário-executivo Tarso Genro e o Presidente da República, dentre outros, diversas vezes se dirigiam aos conselheiros afirmando que as medidas estavam na direção correta, e que não se iria fazer “populismo econômico”, tal qual afirmou Lula da Silva.

<sup>423</sup> Antonio Palocci deixou o cargo de Ministro da Fazenda do governo Lula da Silva em 27 de março de 2006.

Queria inicialmente, ministro, dizer da minha satisfação de ter ouvido a palestra do nosso ministro Palocci, o entusiasmo com que ele falou da construção civil e dos programas e projetos que o Governo tem para frente. Se de um lado o mercado imobiliário encontrou o seu rumo, a Lei nº 10.931 recentemente aprovada e sancionada pelo senhor Presidente da República traz um novo marco para o mercado imobiliário brasileiro. (...) Tenho certeza de que a intenção e o caminho são estes (...). Tenho muita convicção de que se investirmos e trabalharmos na questão da construção vamos realmente mudar o quadro social desse País. (...) tenho conversado muito com o ministro Palocci, de que haverá agora um empenho, um esforço no sentido de um investimento também na área de infra-estrutura. Estou falando de saneamento, de habitação de interesse social, de saneamento em estradas, em portos, o que vai trazer benefícios para o País (Conselheiro Paulo Simão, ATA da 10ª Reunião Plenária, 10/11/2004, p. 45-46).

De toda forma, os depoimentos críticos expostos, somados a inúmeros outros de colorações e conteúdos afins, evidenciavam que a maioria dos conselheiros não se sentia satisfeita com a rigidez e severidade das medidas adotadas pela área econômica. Por um lado, os conselheiros próximos à “sensibilidade” petista distributiva anteviam que por meio delas o aprofundamento das políticas sociais estavam relegadas a um momento posterior (pós-ajuste), ou, quando atendidas no curto prazo, eram exíguas. Por outro, algumas demandas do empresariado não estavam sendo atendidas ou, mesmo sendo, muitas eram parciais e implementadas com baixa celeridade (daí o ininterrupto tema das (micro)reformas ser constantemente cobrado pelos empresários). Não havia, num caso ou noutro, divergências acentuadas entre as aspirações do segmento social-liberal distributivista e as demandas do empresariado.

De um lado ou do outro, era bastante comum se deparar com argumentos de que o “econômico” não poderia ser separado ou precedido do “social” nem do “político” e, portanto, não ser monopólio dos “técnicos” (base argumentativa, por exemplo, da demanda de “democratização” do Conselho Monetário Nacional – ampliação da sua composição pela inserção de “conselheiros da sociedade civil”), mas havia exceções, principalmente provindas de empresários, como veremos. Havia uma clara e convergente insatisfação de ambos os segmentos em relação à política econômica conduzida por Palocci e Meirelles.

As duas intervenções abaixo condensam tais ponderações. As críticas tornavam-se gradativamente mais duras, acompanhadas de uma boa dose impaciência e desesperança, a ponto de a conselheira Maria Vitória Benevides e Antoninho Trevisan (FIESP/MBC) – este em tom de ironia -, diante da afirmação de Palocci de que “a ousadia hoje está em ser persistente”, declararem:

E, pelo o que ouvimos hoje do ministro Palocci (...), do presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, (...) ficamos com uma impressão sólida de que a política econômica não vai mudar. (...) não concordamos com os rumos dessa política econômica, dessas diretrizes de política econômica, no sentido de nos

conscientizarmos que, ao que tudo indica, ela não vai mudar. O ministro Palocci já disse que ela está no caminho certo e deverá ficar assim pelos próximos dez anos, então, o que nos resta fazer, nós que somos contra e temos argumentos, a não ser realmente continuar com as nossas críticas e continuar com os nossos trabalhos de mobilização, de conscientização na sociedade civil? (Conselheira Maria Vitória Benevides, ATA da 10ª Reunião Plenária, 10/11/2004, p, 42).

E me lembrei, presidente Meirelles, que é um homem experiente da iniciativa privada, que um presidente do Banco Central do governo passado que também usou do mérito da persistência, que o senhor defende, e persistiu, persistiu, persistiu e não abandonou as suas idéias e nos deixou diante de uma crise cambial e de uma dívida pública jamais vista. (...) Sinto, presidente Meirelles, que há claramente uma voz muito forte indicando que temos um problema, em que pese a sua formidável certeza sobre a política de juros do Banco Central (Conselheiro Antoninho Trevisan, idem, p.40-41)

A 10ª Reunião Plenária caracterizou-se por numerosas e contundentes manifestações críticas deflagradas à política macroeconômica do governo. As críticas vieram de muitos segmentos nele representados, exceto, como vimos, do setor da construção civil e do setor bancário, este último saindo em defesa ou do sucesso da política econômica, realçando a estabilidade e a inflação baixa e sob controle, ou do seu próprio setor, quando da acusação de aferição de lucros exorbitantes<sup>424</sup> - denominado por Sérgio Haddad naquela ocasião de “rentismo” -, tentando esquivar-se das altas taxas de juros praticadas em sua composição.<sup>425</sup> Ele indagava a Palocci:

A primeira pergunta que vem a cabeça é a seguinte: é justo os bancos terem margens de lucros tão altas num País como o nosso? (...) A taxa de juros é alta. (...) Então pergunto: num País que precisa tanto crescer para poder dar emprego a milhões de pessoas, porque manter juros tão altos? A elevação dos juros reduz o ritmo de crescimento de preço porque inibe o investimento e sufoca a demanda de mercado. Isso significa contrair a atividade produtiva e aumentar o desemprego. Como entender que a política econômica pode ser eficaz se ela é construída através de danos sociais e justifica-se que os juros têm que ser altos por causa da inflação? (ATA da 10ª Reunião Plenária, 10/11/2004, p. 23).

A fala de Haddad veio após a defesa de Márcio Arthur Cypriano (Presidente do Bradesco) da política econômica do governo (recorde da balança comercial, redução do risco-país, enorme saldo em conta-corrente, previsão de alta do investimento externo estrangeiro, etc) e de que “a formação das altas taxas de juros envolve fatores que estão fora do alcance do

---

<sup>424</sup> Gabriel Ferreira (Unibanco), argumentou que “(...) os bancos operam de forma diversificada. **Eles não vivem apenas de crédito.** Até porque o crédito praticado na economia ainda é muito baixo. Então, os bancos têm resultados decorrentes de investimentos em outros setores como na área de seguros, na área de previdência, na área de capitalização, de gestão de recursos de terceiros, e de serviços que hoje realmente representam uma parcela importante das instituições financeiras” (ATA da 10ª Reunião Plenária, 10/11/2004, grifos meus).

<sup>425</sup> Interessante observar que a explanação de Roberto Egydio Setúbal (Itaú) é exatamente oposta a do seu colega Gabriel Ferreira (nota acima) acerca da importância do crédito para o atual sistema financeiro: “(...) do ponto de vista do sistema financeiro, eu entendo que uma taxa de juros mais baixa vai permitir o crescimento do país, o que é muito melhor para o sistema financeiro. **Nós vivemos de crédito** e com a taxa de juros baixa o nosso principal produto que é crédito tem um aumento expressivo de demanda, o que é muito bom para os bancos” (ATA da 12ª Reunião Plenária, 19/08/2005, grifos meus).

setor financeiro” (idem: 19). Palocci respondeu a Haddad com os fundamentos explicitamente propagados pelos neoliberais: a) a história brasileira comprova que o custo de não pagar a dívida é socialmente muito maior do que pagá-la, inclusive países que não tiveram condições de pagá-la sofreram com queda de investimentos e a crise social aguda: “nenhum país que deixou de pagar dívida teve crescimento econômico no período seguinte, nenhum” (idem: 25); b) um bom equilíbrio fiscal garante recursos consistentes para área social no longo prazo; c) juros altos são necessários para barrar a inflação e evitar a corrosão da renda das famílias.

Outros conselheiros acompanharam a crítica de Haddad, mas foi a dura realidade dos “de baixo”, exposta por conselheira suplente Jurema Werneck<sup>426</sup> que, de fato, revelou agudas fragilidades no “diálogo” social apregoados:

Presidente Meirelles, tenho participado do Conselho e acho que essa é a primeira vez que fico com dificuldade de achar as palavras para traduzir o meu pensamento. E a minha dificuldade, na verdade, é movida por um profundo desencanto. É o desencanto da sensação de que tem um diálogo de surdos, pelo menos o diálogo que busco não é o diálogo do qual estou participando, ou seja, não há diálogo. (...) A apresentação do ministro Palocci para mim foi bastante contundente na afirmação da presença profunda desse diálogo de surdos. Porque a afirmação do sucesso da política econômica produzida pelo Governo Lula é uma afirmação de sucesso que não encontra eco nesse Brasil onde vivo. O ministro deu exemplo dos ganhos salariais. Eu vivo naquele Brasil onde mais de 50% da população está no mercado informal (...). Ainda que tenhamos esse super superávit, não tem um posto de saúde capaz de atender a diarreia que mata cada criança, que a Dona Zilda Arns vai tentar salvar com soro, porque o SUS não está respondendo como devia porque o dinheiro foi para aquele super superávit que está sendo feito. Esse é o Brasil em que vivo, que não dialoga com esse Brasil daqueles gráficos. No ano passado, na última reunião do Conselho, com a mesma apresentação, do mesmo ministro Palocci, do mesmo presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, eu tinha feito a colocação de que era preciso que esses dados viessem agregados com os dados que demonstrassem a evolução da desigualdade paralela à evolução desses ganhos econômicos que estão mostrados. Isso faz um ano, não vou parar de insistir nisso, mas faz um ano. Será que até hoje, com tantas idéias brilhantes que se teve, a equipe econômica não conseguiu achar um caminho para poder demonstrar, ou melhor, para poder me desmentir publicamente? Quero ser desmentida. Na verdade, quero ver que aquele sucesso no Brasil onde vivo, porque não tem nada a ver com ele. Infelizmente, não tem nada a ver com esses números. Não consigo partilhar dessa alegria. Na verdade, não partilho alegria nenhuma. (...) O econômico fala uma língua que não consegue me atingir (ATA da 10ª Reunião Plenária, 10/11/2004, p. 38-39).

Alguns conselheiros alegavam que os acordos consensualizados não eram aproveitados pelo governo causando, em suas palavras, um sentimento de frustração:

Há uma crescente, e acho que enorme, frustração da sociedade na medida em que as promessas, os acordos, inclusive que são feitos nesses fóruns, não tem sido cumpridos. (...) Isto está gerando uma enorme tensão e frustração que pode levar a

---

<sup>426</sup> Graduada em Medicina, mestre em Engenharia de Produção, doutora em Comunicação e Cultura, Coordenadora da ONG Criola, do Rio de Janeiro e integrante da Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras/ AMNB. Dados retirados em <<http://www.fundodireitoshumanos.org.br/v2/pt/team/adviser>>. Acesso em 02/01/2014.

uma crise de governabilidade. E ao que se atribui essa quebra de palavras, de honra e de pactos que foram feitos? À necessidade de manter a política macro-econômica, especialmente o combate à inflação acima de todas as outras questões políticas, sociais e econômicas que têm sido colocadas (Conselheira Sonia Fleury, Ata da 10ª Reunião Plenária, 10/11/2004, p. 34).

Internamente, em 2004, o Conselho passava por uma aguda crise de legitimidade dado que os conselheiros não enxergavam que os consensos dali retirados estivessem de fato cumprindo o papel de “assessoramento” ao Presidente da República, apesar das opiniões contrárias dos funcionários da SEDES, do Ministro da SRI (Jaques Wagner) e do próprio Presidente. A situação externa ao Conselho também não era animadora: o continuísmo da política econômica do governo incomodava profundamente alguns conselheiros. Julgavam terem sido convocados para ajudar na criação e formatação de um novo modelo de desenvolvimento e não anteviam mudanças de rumo pelo “núcleo duro” da equipe econômica governamental, ali representado pelo próprio Antônio Palocci e Henrique Meirelles. Pelo contrário, ambos foram ao CDES fincar posições já tomadas, reafirmar a continuidade da política de juros altos, os elevados e sucessivos superávits primários e a política de metas inflacionárias. As tensões afloravam especialmente quando se tratava da política macroeconômica do governo:

O alicerce da estrutura de crescimento é a estabilidade macro-econômica. Todos os estudos econômicos e todas as observações empíricas no mundo mostram que não há exemplo de País com crescimento prolongado sem estabilidade macro-econômica. Por outro lado, também é importante que não tenhamos a estabilidade como um fim em si, mas como alicerce para um processo de crescimento que necessita de um conjunto de iniciativas e medidas da sociedade e do governo para que promovam aquele que é o fim maior do desenvolvimento econômico que é a ampliação da renda da família, a geração de empregos, o crescimento e, num País como o nosso, um claro objetivo de redução da pobreza e da desigualdade. (Ministro Antônio Palocci, na 10ª Reunião Plenária, 10/11/2004, p. 2).

Precisamos falar não só de crescimento, mas também de desenvolvimento e incluir uma terceira variável, as políticas públicas redistributivas, que não se confundem com políticas compensatórias de transferência de renda e de benefícios. O que inviabiliza a Previdência Social não é o valor do salário mínimo, o que inviabiliza a Previdência Social é a política macroeconômica. Só há uma saída para a inclusão social e a diminuição da desigualdade com desenvolvimento efetivo, desvincular os benefícios previdenciários da condição de emprego, da condição de contribuição salarial. (Conselheira Sonia Fleury, na 7ª Reunião Plenária, 13/05/2004, p. 17).

Ronaldo Coutinho Garcia, subsecretário da SEDES, relata que, neste contexto, havia ainda uma queda percentual de 5,2% (de 34,6% em maio para 29,4% em junho de 2004) na avaliação positiva do governo, sendo “o pior desempenho do governo desde a sua posse”.<sup>427</sup> Diz ainda o autor que “após 18 meses (...) o governo não conseguiu gerar um clima de

<sup>427</sup> GARCIA, Ronaldo C. O CDES e a construção da Agenda Nacional de Desenvolvimento... Op. cit., p. 45.

desenvolvimento, de crescimento do emprego e melhoria social”.<sup>428</sup> Os rebatimentos das frustrações de expectativas há tanto esperadas ecoou forte no CDES. Em tom conciliador, o próprio Garcia revela que

Deixo de acrescentar o sem-número de intervenções feitas por lideranças empresariais, sindical-trabalhistas, do movimento social, de intelectuais, boa parte dos quais integrantes do CDES, a respeito de suas respectivas discordâncias com os rumos escolhidos pelo governo no que se refere à política econômica e, também, apontando deficiências diversas na política social. (...) Não se trata de postura oposicionista, eram manifestações que traziam críticas duras e pretendiam influenciar decisões sugerindo alternativas. Ou seja, estavam expressando o apoio sócio-político necessário para um processo de mudanças coerente com o que havia sido apresentado no programa de governo e nos discursos iniciais.<sup>429</sup>

Nesta 10ª reunião, a ofensiva direcionava-se não apenas à política macroeconômica, mas também aos considerados por muitos conselheiros seus beneficiários diretos: o setor bancário. A contenda circundava o tema dos elevados *spreads* bancários praticados na praça,<sup>430</sup> os quais, segundo os conselheiros, contribuía para o encarecimento do crédito para a “sociedade brasileira” e dificuldades de financiamentos, mas corroboravam para o aumento dos lucros dos bancos. João Vaccari Neto (Presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo) expunha estudos que a CUT havia realizado sobre o assunto, assegurando que “é uma bi-tributação que os bancos fazem sobre os seus clientes na execução dos compromissos, seja para adquirir empréstimos, abrir contas-correntes, usar um cheque, fazer um contrato de cheque especial etc”.<sup>431</sup> Paulo Skaf, igualmente, apresentou numerosos dados que a FIESP havia sistematizado, demonstrando que o *spread* bancário brasileiro consumia, em comparação à média da América Latina, R\$ 56 bilhões a mais de gastos e isto significava “3,47% do nosso PIB que deixa de ir para investimento, que deixa de ir para consumo para ser gasto em pagamento de *spread*”. Em seguida, Sérgio Haddad ressaltou que “o *spread* bancário brasileiro é um dos maiores do mundo (...) analisando sua composição constata-se que é bastante alta a margem líquida dos bancos na sua atividade de intermediação financeira. Isso produz elevados lucros (...) é justo os bancos terem margens de lucros tão altas num País como o nosso?”. Luis Otávio Gomes, presidente da Confederação das Associações

---

<sup>428</sup> Idem, p. 66.

<sup>429</sup> Idem.

<sup>430</sup> *Spread* bancário é simplesmente a diferença entre os juros que o banco cobra ao emprestar e a taxa que ele mesmo paga ao captar dinheiro. No Brasil, mais de um terço do *spread* é lucro dos bancos, sendo os demais itens que o compõe o custo com despesas administrativas, impostos, depósito compulsório e a inadimplência.

<sup>431</sup> A bi-tributação bancária a que se referiu o líder sindical era realizada quando os bancos embutiam na composição do *spread* as despesas de inadimplência que, no final, conseguiam ser resgatadas a título de crédito de liquidação. Pelo risco, os bancos cobravam dos tomadores 17% daquilo que não assumiam, lucrando ainda mais na recuperação da inadimplência. Outra forma de bi-tributação aludida pelo conselheiro era a cobrança de “taxa administrativa” quando da aquisição do crédito consignado pelo cliente. Ocorre que esta despesa já estava incluída na composição do *spread* bancário.

Comerciais e Empresariais do Brasil (CACEB), mas cuja trajetória ligava-se visceralmente ao setor usineiro, indagou: “existe de fato concorrência no setor financeiro brasileiro”? Zilda Arns (Pastoral da Criança) trouxe a discussão para o lado social: “por que o Governo não faz com que uma parcela do lucro líquido dos bancos passe a área social?”.

Outras intervenções foram realizadas, inclusive as dos prepostos dos bancos, como Márcio Cypriano e Gabriel Ferreira,<sup>432</sup> já mencionadas, acirrando o debate a um grau de tensão até então inédito no Conselho a ponto de Armando Monteiro Neto (presidente da CNI) declarar que “precisamos sempre ter muito cuidado, sobretudo o setor empresarial, nesta discussão para não parecer que estamos querendo antagonizar setores da própria comunidade empresarial e isso, evidentemente, não seria próprio”, apelando à manutenção da coesão e articulação político-ideológica empresarial. A preocupação do líder empresarial fazia sentido, e servia de alerta, afinal a agudização do debate poderia levar a uma situação-limite de futura ameaça de fraturas expostas na unidade interna da classe empresarial no âmbito do Conselho diante dos demais segmentos nele representados. Como se percebe, tal unidade passava pelas primeiras provações e aprendizados, ao menos no plano programático e intra-classe, sendo submetido novamente a provas no debate acerca da ampliação do Conselho Monetário Nacional.

A tentativa de reviravolta foi feita na 11ª Reunião Plenária, ocorrida em março de 2005 (portanto antes da crise do mensalão que estourou em maio do mesmo ano), onde o governo reuniu forças políticas e muita disposição argumentativa para acalmar os ânimos dos conselheiros por meio da exposição das realizações econômicas e sociais do governo até aquele momento. Para tanto, estavam presentes na composição da mesa o próprio Presidente da República, os ministros Antonio Palocci, José Dirceu, Luiz Fernando Furlan e, como era de praxe, o secretário-executivo do CDES Jaques Wagner. Foi uma verdadeira enxurrada de apresentações de supostas conquistas, avanços e melhorias na área do PIB, emprego, vulnerabilidade externa, exportações, comércio exterior e balança comercial, dívida pública, política de crédito (especialmente o consignado) e habitacional, “melhoria do ambiente de negócios” por meio da aprovação de legislação apropriada, questão tributária, subsídios, incentivos e desonerações, infraestrutura, política industrial e também gastos públicos em programas sociais de transferências de renda, saúde pública, previdência social, educação, reforma agrária e agricultura familiar, dentre outros temas.

---

<sup>432</sup> Diretor da E. Johnston Representação e Participações S.A, holding que controlava o Unibanco, além de ter sido Presidente da Febraban e de outras entidades do setor financeiro, como a CNF – Confederação Nacional das Instituições Financeiras e a CONSIF – Confederação Nacional do Sistema Financeiro.

Uma das intervenções que mais nos chamou atenção nesta reunião, todavia, não foi a linha autolegitimadora empreendida pelas autoridades mais destacadas do governo diante dos conselheiros, mas a do conselheiro Abílio Diniz, bastante reverenciosa, de certo, mas acima de tudo extremamente esclarecedora:

A situação mudou! Mudou extraordinariamente, por acaso? É evidente que não foi por acaso, foi fruto de um trabalho realmente bem feito, principalmente no lado da condução da política econômica. **Hoje praticamente não há mais margem para discussão sobre a política econômica do governo brilhantemente conduzida pelo Ministro Palocci.** Se discute? Claro, se discutem algumas coisas que são importantes, como gostaríamos de ter uma taxa de juros mais baixa, discute-se o câmbio. Eu mesmo algumas vezes discuto pontos, **mas ninguém discute como estão os fundamentos da economia brasileira hoje**, ninguém discute a conjugação de crescimento econômico com baixa inflação e superávit na balança de pagamentos. Poucas vezes o Brasil teve esta conjugação e esteve numa fase como a que estamos. (...) Agora, alguma coisa tem que ser vista pelo outro lado, pelo lado positivo. **Além dos programas sociais, o combate à inflação, a estabilidade monetária favorece fundamentalmente a classe pobre** (ATA 11ª Reunião Plenária, 10/03/2005, p. 23, grifos meus).

A aludida clareza do conselheiro não se relaciona ao julgamento positivo que ele fazia da política econômica do governo. Não é este o ponto. Trata-se de justificar que *os fundamentos* da política econômica não eram, *em si*, refratários ao projeto de desenvolvimento que se buscava construir. O ponto chave era o questionamento de muitos conselheiros à forte ortodoxia da política de estabilização em vigência, mais especificamente a subordinação das demais políticas públicas ao cumprimento do modelo de metas anuais de inflação a ser perseguido pelo Banco Central e suas consequências no contingenciamento de despesas para as áreas sociais, já que a elevação da taxa de juros e o aumento do superávit primário redirecionavam recursos para o pagamento das dívidas públicas mobiliárias que, ao restringir a demanda e contrair a oferta, emperrava o “desenvolvimento social e econômico”. A provável solução era oferecida nos itens 5 e 6 das considerações prévias da moção enviada à Presidência da República sobre a composição do Conselho Monetário Nacional.<sup>433</sup>

Considerando que (...)

5) É chegado o momento de transição para um novo modelo de decisão da política macroeconômica, que nos aproxime das sociedades democráticas e desenvolvidas, como demonstram as experiências dos Estados Unidos e do Reino Unido, nas quais **as metas de inflação são um referencial a ser compatibilizado com as metas de desenvolvimento e do pleno emprego**, a partir da análise dos impactos das metas monetárias sobre as prioridades econômicas, sociais e políticas do governo; 6) Visando assegurar o controle democrático e social deste processo, torna-se imprescindível começar a implantar um novo modelo de governança macroeconômica, caracterizado pela **flexibilidade nas metas**, transparência nas decisões e na escolha dos instrumentos, adequada comunicação com a sociedade **sobre as metas adotadas** e instrumentos utilizados e, principalmente, prestação de

<sup>433</sup> A moção final, objeto de deliberação pelo pleno e publicada no site do CDES não trouxe estas considerações iniciais que, na verdade, foram elaboradas pela conselheira Sonia Fleury em debate com o GTFED.

contas à instância política e a sociedade em geral (ATA 11ª Reunião Plenária, 10/03/2005, p. 23, grifos meus).

Repare-se que não havia, a rigor, qualquer objeção explícita e direta ao principal instrumento adotado pelo governo Lula da Silva de estabilização macroeconômica: o regime de metas de inflação. O setor mais próximo à “sensibilidade” petista limitava-se a compatibilizar ou ajustar tal regime, instrumentalizando-o em meio aos desafios de crescimento econômico e da distribuição da renda, com baixa inflação. Havia mudança fictícia na estratégia ou no modelo de desenvolvimento, sem sequer afiançar os requisitos mínimos necessários para o rompimento com a própria espinha dorsal da política econômica que diziam querer suplantam. Ora, compatibilizar e flexibilizar o regime de metas de inflação não significava superar duas das estruturas balizadoras do modelo neoliberal de desenvolvimento e acumulação capitalista – a estabilidade macroeconômica como pré-condição para política de longo prazo e as reformas pró-mercado para a retomada dos investimentos privados.<sup>434</sup> Na verdade, admitia-se um realinhamento tímido da política econômica (no curto prazo) como pré-condição estratégica de assunção de um “novo” modelo de desenvolvimento (no médio e longo prazos), provavelmente como aspiração de transição estrutural lenta. Estas considerações não são hipóteses abstratas, estavam presentes nas falas dos próprios conselheiros, como as que se lê abaixo:

Bom, eu acho que a sociedade brasileira tem vivido de forma cada vez mais intensa o debate sobre a questão crucial que é como **compatibilizar as metas e as medidas econômicas de curto prazo com medidas de longo prazo que permitam e assegurem o desenvolvimento sustentável**, do ponto de vista econômico, e a inclusão social e a redução das desigualdades. Esta questão tem amadurecido cada vez mais, e **eu acho que esse amadurecimento se deve também ao sucesso da política econômica estabilizadora, e colocado a possibilidade de transitarmos para uma nova etapa, uma transição para um desenvolvimento sustentável** (Conselheira Sonia Fleury, ATA 11ª Reunião Plenária, 10/03/2005, p. 05, grifos meus).

Na linha da apresentação do Abílio, eu vejo que efetivamente a grande contribuição, a grande mudança que aconteceu na condução política do Brasil foi **essa firmeza e coragem na busca de disciplina fiscal** no Governo (Conselheiro Rodrigo Loures, idem: p. 26-27, grifos meus).

Estamos perdendo uma grande oportunidade. Há uma teimosia tremenda em não se ajustar a política econômica. **Eu não critico a política econômica como um todo, mas que há necessidade de ajustes e correções**, há necessidade (Conselheiro Paulo Skaf, ATA da 15ª Reunião Plenária, 01/12/2005, p. 18, grifos meus).

Não importa que o governo mude, mas que a gente precisa ter claro que **deve existir em determinados temas uma continuidade**, para que não seja motivo de sobressalto a cada eleição. Eu falo isso principalmente na questão econômica, que eu

---

<sup>434</sup> CARCANHOLO, Marcelo Dias. Inserção externa e vulnerabilidade da economia brasileira no governo Lula. In: *Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010*. RJ: Garamond, 2010, p. 109.

acho que na mudança do governo do Presidente Fernando Henrique para o Presidente Lula **surpreendeu a nós todos pela manutenção da questão econômica, pelo avanço na questão que deu a estabilidade. Ou seja, deu estabilidade, deu credibilidade para o Brasil.** (...) Acho que o problema do Brasil hoje **é um problema de velocidade, nós temos que dar velocidade.** Não é mais um problema de direção é um problema de velocidade. E se a gente for capaz de **manter (...) os fundamentos que regem a economia** e não ter mais sobressaltos e puder tratar de questões estruturais importantes, (...) acho que a gente está indo a caminho de um futuro brilhante (...) (Conselheiro Carlos Jereissati, ATA da 19ª Reunião Plenária, 24/08/2006, p. 06, grifos meus)

O principal pomo da discórdia entre os conselheiros e o governo nunca foi a reversão (ou mesmo a revisão) das lógicas liberalizantes, desregulamentadoras, privatizantes e monetaristas do governo anterior – aliás proposta jamais anunciada no âmbito do Conselho -, muito menos o abandono da estabilização macroeconômica e as reformas pró-mercado, (muito pelo contrário, tendo em vista que ambas eram requeridas de forma recorrente e veemente nas reuniões plenárias). Havia uma queixa uníssona contra o então considerado incômodo aperto da política monetária restritiva e contracionista *na escala que estava sendo praticada e na prioridade que assumia ante os demais compromissos*. Tais compromissos, entretanto, eram vagos: “desenvolvimento” era o termo comum, para alguns adjetivado de “sustentável”, mas sem maiores precisões. Os termos das discórdias reais vinham expressos sob fórmulas como: a alocação de recursos auferidos pelo Estado para a “decolada” do “desenvolvimento com inclusão social”, via políticas indutivas e promotoras do “setor produtivo”, via políticas redistributivistas de combate à desigualdade, onde ambas retro-alimentar-se-iam num provável e desejável ciclo virtuoso no médio e longo prazo.

Observa-se, ademais, um movimento de adesão de alguns conselheiros que antes (em 2003 e 2004) teciam críticas mordazes à política econômica, e que, em 2005, passaram a dar um “apoio crítico” às principais diretrizes macroeconômicas do governo. Este deslizamento partiu de uma posição política de criticidade relativamente aguda para uma posição que “abonava sob condições”. O ritmo tateante expressava a dificuldade de composições do projeto hegemônico que *tinha de ser novo, mas não podia romper com o velho*. Essa dinâmica respondeu, a nosso ver, à sedimentação de um “acordo” (processo de operacionalização da hegemonia) o qual as aspirações sociais assumiam de fato posições adjetivadas, mesmo que sob tensões e frequentes reclames, ante ao conteúdo substantivo do projeto que se amalgamava: o desenvolvimento do capitalismo. Esse último foi o principal ingrediente da argamassa do social-liberalismo elaborada no Conselho.

Mas como a hegemonia pressupõe concessões, era preciso “estancar o arrocho” no curto prazo, imediatamente, e direcionar as “medidas desenvolvimentistas” para o centro das

preocupações e dos esforços dos agentes sociais, especialmente do governo, afinal teria sido com este propósito que forças políticas e sociais motivaram-se a apoiar a candidatura Lula da Silva e, além disso, a superação da conjuntura de crise política exigia acelerados ajustes de rumo, ainda que tais ajustes estivessem limitados ao programa de estabilização econômica e de reformas pró-mercado. A expectativa de aumentar a *velocidade* ou o *ritmo* da descompressão estava expressa na Agenda Nacional de Desenvolvimento, aprovada em plenária em agosto de 2005:

(...) a Agenda só será efetiva se sua implementação **começar imediatamente**. Vale dizer, se forem empreendidas **desde já** todas as ações que se apresentem viáveis e conduzam, de forma consistente aos objetivos consensualmente estabelecidos. Esta orientação deve presidir as ações do Governo e todos os interessados em um desenvolvimento como o aqui defendido.<sup>435</sup>

Contudo, as expectativas de celeridade expostas na AND chocavam-se com os planos de Palocci e da equipe econômica. Desde 2003, segundo relato do próprio ministro da Fazenda, a proposta era adotar um “ajuste fiscal de longo prazo” de pelo menos dez anos e Paulo Bernardo, então ministro do Planejamento, aparece como colaborador da iniciativa ao preparar estudos sobre o assunto, apresentando proposta para “melhorar as políticas de estabilização com base em compromisso fiscal de longo prazo”.<sup>436</sup> Apesar das resistências de setores do governo e do PT,<sup>437</sup> Palocci afirma ter conseguido o respaldo político necessário do próprio Presidente da República para prosseguir com a empreitada. Como justificativa, ele utilizava os seguintes argumentos:

<sup>435</sup> Secretaria de Relações Institucionais. Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. *Agenda Nacional de Desenvolvimento – AND*. 3. ed. Brasília: Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES, 2010a, p. 16, grifos meus. A 3ª edição da AND é de 2010.

<sup>436</sup> PALOCCI, Antonio. *Sobre formigas e cigarras*. RJ: Objetiva, 2007, p. 149.

<sup>437</sup> Intitulado como “fogo amigo” pela imprensa, Palocci traz ao longo de seu livro conversas ocorridas com alguns críticos da austeridade da política econômica tais como Marco Aurélio Garcia (Assessor Especial da Presidência), José Dirceu (Ministro da Casa Civil), José de Alencar (Vice-presidente), José Genoíno (presidente do PT), Luiz Furlan (ministro do MDIC) e Dilma Rousseff (ministra das Minas e Energia, assumindo a Casa Civil após a saída de José Dirceu). A última classificou como “rudimentar” a proposta de ajuste de longo prazo, ganhando grande repercussão na mídia. Por outro lado, lideranças como “a prefeita de São Paulo, Marta Suplicy, o prefeito de Belo Horizonte, Fernando Pimentel, e o governador do Acre, Jorge Viana, além de muitos outros, sempre vieram em socorro à política econômica, mesmo nas horas mais difíceis” (Cf. PALOCCI, Antonio. *Sobre formigas e cigarras*... Op. cit., p. 94). Aloizio Mercadante (Senador), Paulo Bernardo (ministro do Planejamento), Luiz Gushiken (ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos e Comunicação da Presidência) e Glauco Arbix (presidente do IPEA) também eram considerados importantes aliados, assumindo “atuação importante no debate inicial desta proposta do ajuste fiscal de longo prazo” (idem: 149). No bloco político não alinhado, o autor identifica como colaboradores os senadores Rodolfo Tourinho (DEM) e Tasso Jereissati (PSDB), e, ainda, pesquisadores como Fábio Giambiagi e Paulo Levy, e o economista e ex-ministro do planejamento no regime ditatorial, Delfim Netto. Segundo Palocci (idem: 86), através dos senadores Aloizio Mercadante e Tião Viana, ele conseguiu manter “longas negociações com as lideranças da oposição”, como Tasso Jereissati, Arthur Virgílio, Heráclito Fortes e José Agripino, os quais se mostravam “interlocutores frequentes sobre política econômica (...) sempre dispostos a apoiar o esforço pelo reequilíbrio da economia”.

Para consertar a economia e criar as condições para o país voltar a crescer, gerar empregos e melhorar a renda da população mais pobre, declarei, era necessário esforço fiscal rigoroso e não havia possibilidade de flexibilização da política econômica. (...) sem os resultados fiscais que **só a austeridade prolongada** é capaz de gerar, a trajetória de crescimento da dívida pública jamais permitiria o restabelecimento do equilíbrio econômico e a retomada do crescimento.<sup>438</sup>

Em 2005, após a não renovação de empréstimos junto ao FMI, a proposta extravasou o restrito círculo palaciano e da direção petista e ganhou eco em vários setores da sociedade. Palocci rechaçava que o ajuste fiscal empreendido havia sido orquestrado pelo FMI, sendo obrigado a repetir “reiteradas vezes”, dizia o ministro, “que não haveria mudança alguma na política econômica porque as medidas adotadas até ali haviam sido de iniciativa do próprio governo”.<sup>439</sup>

O programa de “compromisso fiscal de longo prazo” ganhava adeptos de peso instalados em postos-chaves de tradicionais entidades empresariais, órgãos estatais, no parlamento e também no meio acadêmico. Figuras empresariais de proa com assento no CDES também se mostravam afinadas com a proposta, ao menos foi o que afirmou Antonio Palocci:

As conversas prosseguiram com **Delfim Netto**<sup>440</sup> e outras lideranças no parlamento. Os jornais traziam opiniões de peso a favor da medida: nomes como **Jorge Gerdau (Gerdau), Abílio Diniz (Pão de Açúcar), Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira (Firjan), Paulo Skaf (FIESP)**, Emílio Odebrecht (Odebrecht), **Márcio Cypriano (Bradesco)**, João Roberto Marinho (Organizações Globo), Vitório de Marchi (Ambev), entre outros, se associaram à tese. **Jorge Gerdau era o mais entusiasmado com a proposta.**<sup>441</sup>

Escrito como texto narrativo das tramas e eventos ocorridos enquanto ministro da Fazenda, as informações trazidas por Palocci em seu livro não são embasadas em fontes documentais comprobatórias. Ultrapassa os limites de nossa pesquisa averiguar com profundidade as posições e declarações assumidas pelos conselheiros não fossem as

<sup>438</sup> Idem, p. 148.

<sup>439</sup> Idem, p. 124-125.

<sup>440</sup> Delfim Netto foi nomeado conselheiro do CDES apenas em 2007, entretanto participava de vários eventos promovidos pelo Conselho na condição de palestrante, analista econômico, convidado especial, etc. Desde 2003 havia muita disposição de Tarso Genro de incorporá-lo ao Conselho, juntamente com Armando Monteiro Neto (CNI). Em relação à macroeconomia, a proposta de Delfim Netto era a do “déficit nominal zero” que, na prática, consistia em redução drástica de cortes governamentais, aprofundamento de privatizações e redução das vinculações orçamentárias. O “choque de gestão” que o Estado deveria submeter-se teria como meta “o equilíbrio fiscal que vai levar o mercado a reduzir a taxa de juros real”. Cf. Delfim Netto, Antonio. *Déficit Nominal Zero*. Boletim de Conjuntura Economia e Tecnologia. Ano 01, Vol. 02, jul/ago de 2005. Disponível em <<http://www.economiaetecnologia.ufpr.br/revista/2%20Capa/Antonio%20Delfim%20Netto.pdf>>. Alguns analistas afirmam que enquanto a busca pelo superávit fiscal prioriza a obtenção de receitas, o déficit nominal zero focaliza o corte de gastos correntes. Palocci assevera que “tivemos boas conversas sobre os dois caminhos e resolvemos, então, estabelecer uma agenda em comum. Concluímos ser preferível assegurar o esforço fiscal de longo prazo que levaria (...) ao déficit nominal zero”. PALOCCI, Antonio. *Sobre formigas e cigarras...* Op. cit., p. 150.

<sup>441</sup> Idem, p. 151. Grifos meus salientando os conselheiros do CDES.

proferidas no âmbito do próprio Conselho. É possível que conselheiros-empresários como Paulo Skaf, Abílio Diniz e Jorge Gerdau assumissem posicionamentos críticos quanto ao não relaxamento da política econômica (principalmente no que tange às altas taxas de juros) dentro do Conselho e, fora dele, adotassem uma postura de aprovação da continuidade do enrijecimento da política econômica numa perspectiva de longo prazo, nos moldes anunciados e defendidos por Palocci e sua equipe. Como já mostramos, as divergências entre eles eram de ritmo e não de fundamento.

Enquanto lideranças empresariais, expressavam no CDES justamente o que as entidades patronais da sociedade civil publicizavam. Prova disso foi o documento produzido pela FIESP e pelo IEDI intitulado “Manifesto pelo desenvolvimento do Brasil”, apresentado pelo conselheiro Paulo Skaf por ocasião da 15ª Reunião Plenária, em dezembro de 2005, ocasião em que as feridas robustecidas por ocasião da crise do mensalão contagiavam o núcleo gestor da política econômica:

Falta clareza a nossos governos quanto às condições necessárias para realizar um projeto de desenvolvimento. Por isto, a gestão da economia tem privilegiado a estabilidade da moeda – o que também queremos – em detrimento da produção e do emprego – que lamentamos. É falso o dilema entre estabilização e crescimento econômico, mas a verdade é que os instrumentos para a promoção do crescimento transformam-se, frequentemente, em um mero subproduto das políticas de estabilização.

O seminário “Industrialização, Desindustrialização e Desenvolvimento” pretendeu mostrar que desindustrialização, entendida como a perda relativa do vigor do setor produtivo, já ocorre em nosso país. É crucial reverter este processo, promover uma imediata retomada do dinamismo da indústria e, junto com ela, a marcha acelerada para o crescimento.

A indústria necessita, assim como os demais setores produtivos, de um ambiente adequado para seu crescimento. No Brasil os juros altos, a carga tributária excessiva, o câmbio valorizado e volátil, a carência de investimentos e de infra-estrutura configuram um quadro macroeconômico absolutamente hostil e na contramão das experiências bem sucedidas de desenvolvimento. Imaginar uma economia capaz de sobreviver e crescer sob tais condições é não só apostar no improvável, como olhar com indiferença para as perspectivas de desenvolvimento futuro.<sup>442</sup>

As concessões laterais exigidas pelos conselheiros à equipe econômica não foram atendidas. Não havia divergências de fundo, mas o empresariado exigia que a estabilidade viesse acompanhada de crescimento econômico no curto prazo e eles indicavam, inclusive, desindustrialização. O programa de austeridade não dava mostras de alterações na descompressão dos principais mecanismos de estabilização monetária e, servindo de estopim, nos primeiros meses de 2006, Palocci começou a ser alvejado pelo imbróglio que envolveu a CPI dos Bingos e, dentre seus episódios, a acusação de ter sido responsável pelo vazamento

---

<sup>442</sup> Disponível em <<http://www.cdes.gov.br/evento/1/pleno-do-cdes-reuniao-ordinaria-n-15.html>>. Acesso em 11/08/2014.

das somas bancárias do caseiro Francenildo, depoente importante contra ele na referida CPI. As insatisfações imiscuiram-se, oportunamente, às queixas de âmbito ético-moral.

Palocci perdera o credenciamento junto a setores do grande capital monopolista fora do Conselho e, dentro dele, um pouco antes, se a esses setores (salvo exceções) agregarmos os não monopolistas e os subalternos. Tentavam apresentá-lo como expressão de um momento anterior importante para manutenção da estabilidade econômica e da garantia da segurança jurídico-política do país, apesar dos reclames *quanto ao grau* da ortodoxia econômica implantada, mas que já não mais respondia aos anseios dos setores monopolistas de ampliação das taxas de lucro, principalmente do capital produtor de valor.<sup>443</sup>

O momento político aberto pela crise do mensalão e, logo após, pela saída de Palocci, foi oportuno para que as demandas do grande empresariado, *dentro do CDES*, em aliança com outros setores (sindicais, principalmente) alçassem posições prioritárias, pois era praticamente lugar-comum, naquela conjuntura, que à crise se combatia com “desenvolvimento com inclusão social” e, para tanto, dever-se-ia finalmente pôr na pauta governamental as políticas do grande capital monopolista, coligado às aspirações rebaixadas de setores “distributivistas”. Na primeira reunião do CDES após deflagrada a “crise do mensalão”, em 25 de agosto de 2005, não por acaso o Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e Região, Jorge Nazareno Rodrigues, dirigiu-se a Lula da Silva nos seguintes termos:

Da mesma maneira que o senhor conversou com os representantes empresariais, sugiro que convoque, Presidente, as centrais sindicais, os movimentos sociais e populares, juntos ou separados, para reuniões de trabalho onde deverão ser consensuados pontos para uma agenda mínima. Possivelmente, muitos dos pontos

---

<sup>443</sup> É claro que o alvo não era “o” ministro Palocci, mas o conjunto de medidas adotadas pela equipe econômica que ele dirigia e, principalmente, os agentes econômicos (frações de classe) que mais se beneficiavam da política econômica até então empreendida. As disputas *nas instâncias superestruturais organizativas da sociedade civil* refletiam-se, entre frações dominantes, pela apropriação da massa de mais valor que o Estado brasileiro acumulava, sob vários mecanismos e instrumentos, e o direcionamento dos recursos do fundo público para o atendimento e satisfação das demandas de ampliação de reprodução do capital produtor de valor, mesmo na condição de sociosdependentes do capital portador de juros (ou monetário). A promessa “neodesenvolvimentista” era justamente calcada na possibilidade de crescentes apropriações do fundo público para as atividades que possibilitassem a reprodução ampliada do capital produtor de valor. Esta disputa exprime parte da totalidade do processo reprodução do capital, mas, encarnada apenas como “parte”, camufla e distorce a totalidade das relações. Ocorre que, como querem fazer acreditar, a reprodução ampliada do capital produtor de valor de forma alguma oblitera as formas de reprodução ampliada do capital monetário, muito pelo contrário: “Para refluir como capital, a soma de valor adiantada [pelo capital portador de juros] deve, além de conservar-se, ter-se valorizado, acrescido no curso do movimento; retornar com mais-valia, como  $D + \Delta D$ , e esse  $\Delta D$  é aqui o juro ou do lucro médio a parte que não fica nas mãos do capitalista ativo, mas toca ao capitalista financeiro”. MARX, Karl, *O capital*. Livro III. O processo global de produção capitalista. v. 2. Cap. XXI: O capital produtor de juros. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2008, p. 466. *A expansão da reprodução ampliada do capital produtor de valor corresponde justamente ao atendimento das expectativas do capital monetário*. As disputas pelo fundo público entre estes capitais não representam um jogo de soma zero, ou seja, entre eles não há perdedores. Contudo, as entidades patronais expressam as necessidades superestruturais das demandas empresariais advindas da divisão social do trabalho existente entre os capitais e não acompanham a dinâmica das interpenetrações de capitais no âmbito das relações de produção.

acordados estarão entre aqueles que o senhor apresentou à Nação, na Carta ao Povo Brasileiro. Emprego; investimento em infra-estrutura; universalização do direito a saúde, educação e tecnologia, programas de engenharia e arquitetura pública que garantam a moradia digna, a recuperação do salário mínimo através de uma política de recuperação; redução das taxas de juros; ampliação do Conselho Monetário Nacional, proposta essa debatida e aprovada neste Conselho; e a retomada das reformas que marcaram o início do seu governo, certamente, serão itens constantes desta pauta de trabalho. Convoque aqueles que sonharam e lutaram ao seu lado para construir a estrada do desenvolvimento deste país (Conselheiro Jorge Nazareno Rodrigues, Ata da 13ª Reunião Plenária, 25/08/2005, p. 15).

O dirigente sindical convergia as agendas empresariais (ampliação do CMN, investimentos em infraestrutura, redução dos juros, programas de engenharia para construção civil, investimento em tecnologia, retomada das contrarreformas) com as dos setores sindicais (política de recuperação do salário mínimo) e populares (saúde, educação, moradia), todas envelopadas sob o signo da “estrada do desenvolvimento”. A intervenção do conselheiro se aproximava da tradução da condensação do projeto social-liberal em construção no Conselho: tratava-se de uma espécie de interseção de aspirações que vinham de vários segmentos sociais, mas que havia uma predominância direta e indireta das pautas do grande capital produtor de valor. A predominância das pautas desses setores burgueses expressava, na verdade, o processo de edificação, ou, para ser mais preciso, da *montagem* (no sentido de reunir, arrumar e articular elementos, peças-chaves, isto é, aspirações, interesses, demandas e reivindicações) da direção do grande capital produtor de valor sob o conjunto dos demais segmentos subalternos.

A investigação da abordagem sobre o desenvolvimento no CDES, pela via da exposição das controvérsias, isto é, o exame do conjunto das manifestações de insatisfações, reclames, apoios e vacilações ajudou a nos aproximar da compreensão do significado do “desenvolvimento” defendido, tomando por base as intervenções individuais expressas nas atas das reuniões plenárias. Por outro lado, se a composição social bastante heterogênea do CDES não nos autoriza assinalarmos uma definição “objetiva” de desenvolvimento, isto não significa que ela inexistisse, muito mais em razão do acúmulo constante de temas e debates promovidos, considerados essenciais para alcançá-lo, do que uma asserção apriorística, *ainda que por vezes balizadas nas repetições ritualizadas de Celso Furtado*, como se verifica no trecho abaixo:

Na verdade, o que está no centro da discussão do novo modelo do setor energético, é a concepção de modelo de desenvolvimento, ou seja, uma sociedade sustentável. Não entendemos o desenvolvimento como mero crescimento do produto interno bruto, ou o sonho de chegarmos ao patamar de consumo do primeiro mundo. Crescimento no Brasil não gera maior igualdade, pelo contrário, gera maior desigualdade. Crescer no Brasil, sem mexer nos mecanismos de concentração de riquezas significa aprofundar as desigualdades. Queremos uma sociedade

sustentável em todos os aspectos, não só para nós para as futuras gerações (Conselheiro José Antônio Moroni, ATA da 8ª Reunião Plenária, 04/08/2004, p. 15).

A partir deste momento faz sentido apresentar e examinar, sumariamente, algumas questões acerca do resgate da figura do Celso Furtado feito pelo CDES como, por exemplo, por que foi Celso Furtado o pensador escolhido para ser a referência no debate sobre desenvolvimento. Ademais, deve-se se indagar quais elementos do pensamento de Furtado foram resgatados e a quais resultados chegaram com esse resgate, ou seja, ao que foi levado o pensamento de Furtado no Conselho.

Celso Furtado foi recuperado no Conselho porque foi cuidadosamente escolhido como o desenvolvimentista com preocupações referidas à “inclusão social”. Era um cepalino e não um marxista e, portanto, entendia que o subdesenvolvimento poderia ser superado a partir do desenvolvimento das forças produtivas capitalistas aliado a um componente social que intentava satisfazer as necessidades básicas da população a partir da repartição dos ganhos de produtividade. Pressupunha um relativo equilíbrio de forças entre capitalistas e trabalhadores, em um padrão de luta de classes que concedia legitimidade às reivindicações do operariado, à sua organização política autônoma, garantindo-lhe crescente participação nas decisões econômicas.<sup>444</sup>

A luta de classes estava, então, inserida num “compromisso” de autorregulação da intensidade da exploração capitalista e da contenção das alternativas políticas disruptivas do operariado. A escolha foi feita de forma a estabelecer pontes com posições não radicalizadas do pensamento econômico de esquerda. Aliás, houve um total apagamento dos principais fundadores e pensadores do PT tais como Plínio de Arruda Sampaio, Francisco de Oliveira, Florestan Fernandes, dentre outros. Sendo assim, a escolha de Celso Furtado exprimia uma alternativa de compromisso ou de aliança entre capital e trabalho. Basta lembrar que quem trouxe Celso Furtado para o Conselho foi o secretário-executivo Jaques Wagner, um dos fundadores e primeiro presidente do PT na Bahia.

Neste debate, a parte mais à esquerda do pensamento de Celso Furtado ainda precisava ser esterilizada ou amputada por parte do Conselho, como, por exemplo, a função deletéria do capital estrangeiro no país, solapando as possibilidades de desenvolvimento, soberania e democracia, segundo as premissas do economista. Ora, o imperialismo (reduzido a atuação das multinacionais em países periféricos) jamais foi objeto de qualquer discussão nas plenárias ou documentos do Conselho. Tal qual o crescimento do capitalismo, a presença

---

<sup>444</sup> HADLER, João Paulo de Toledo Camargo. *Dependência e subdesenvolvimento: a transnacionalização do capital e a crise do desenvolvimento nacional em Celso Furtado*. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, 2009, p. 19.

do capital estrangeiro era considerada como algo “dado”, “naturalizado” e mesmo benéfico. Nunca houve nenhuma abertura de debates, pautas, eventos, Grupos Temáticos, acerca da influência do capital estrangeiro no desenvolvimento econômico e social do país. Aliás, a partir de 2007, como vimos no capítulo 2, assistimos ao ingresso da representação de grandes grupos econômicos estrangeiros nas plenárias do Conselho.

Outra reconfiguração no pensamento de Celso Furtado ocorria justamente através do motivo pelo qual o revificavam no Conselho: trouxeram Celso Furtado para diferenciar crescimento econômico de desenvolvimento. As pesquisas documentais do CDES mostram, porém, que a essência do conteúdo das propostas recuperava o crescimento econômico como sinonimização do desenvolvimento, incluindo apenas um ou outro adjetivo: “sustentável” ou “com sustentabilidade”, “com inclusão social”, “com equidade social”, o que deveria ser atendido por programas que possibilitassem melhor o acesso ao mercado de consumo de mercadorias. Aquilo que os membros do Conselho recuperam no pensamento de Celso Furtado é justamente aquilo que eles negam.<sup>445</sup>

Assim, a discussão econômica será conduzida no terreno do capital: assegurar que o capital empregue força de trabalho; que o emprego seja formal e não degradante (“empregos verdes”); que a força de trabalho seja bem “preparada” para atender as expectativas da necessária inovação tecnológica; que a questão educacional seja encaminhada para a formação de “cidadãos” e de “trabalhadores” adequados à ordem do capital; que o exército de reserva seja realocado para os setores do grande capital mais atendidos pelas políticas de investimentos estatais (construção civil, por exemplo). Enfim, o pensamento de Celso Furtado foi reduzido e mutilado às frentes de atuação que o grande capital produtor de valor empreendia para que o trabalho dele não se autonomizasse. No CDES, esse grande capital era elevado a certo “mito de origem” dos anos 50, como tradutor e condutor das promessas de impulsionamento do desenvolvimento econômico do país, apagando as referências aos processos de expropriação e de extração do sobretrabalho contemporâneas e, em alguma medida, colocado como o antípoda do capital monetário (propagado como “capital financeiro”), quando na verdade estão intimamente imbricados.

---

<sup>445</sup> É preciso reconhecer que havia um grupo de conselheiros não empresariais que primava pelo atendimento às questões sociais. Esses conselheiros carregavam uma “sensibilidade” distributiva e enfatizavam que o desenvolvimento deveria elevar o padrão de vida das parcelas mais pobres da população. Como eram minoritários no Conselho, o debate acerca do desenvolvimento era, quase sempre, igualado às estratégias para se alcançar o crescimento econômico. Nas leituras das atas percebemos mais as tensões existentes entre estes grupos, mas nos documentos estratégicos, frutos da “concertação”, compareciam em peso as demandas empresariais de crescimento econômico, como veremos adiante. Eram por meio destes documentos, afinal, que o empresariado no CDES disseminava sua visão de mundo.

Sendo assim, o pensamento furtadiano foi mitificado e aparado em suas partes mais ácidas para apresentá-lo à burguesia como algo palatável, processo no qual o CDES foi instaurando-o como “mito de referência”, e que, pouco a pouco, foi apagando, reduzindo, ou amputando as partes mais incômodas de seu pensamento.

Um dos mais importantes papéis do CDES era a promoção da primeira grande experiência social-liberal através do agenciamento entre setores da grande burguesia e um partido de extração sindical, no seio do aparato estatal. No desenho dessa arena, se refina, se rearranja, se reordena a hegemonia social-liberal (que já estava em curso) com o ingresso de um partido cuja trajetória vinha pela esquerda e que chegava ao governo recheado de expectativas pelos setores populares. O recurso à amputação, reconfiguração e mitificação do pensamento de Celso Furtado, e à sua própria escolha, foi mais uma das provas cabais que o PT ofereceu à grande burguesia instalada no CDES de que se intentava fortalecer e ampliar uma coalizão de forças social-liberais como argamassa político-ideológica de sustentação para a expansão da acumulação capitalista.

### **3.4 – O debate acerca da ampliação da composição do Conselho Monetário Nacional (CNM)**

A principal estratégia traçada pelos conselheiros para o relaxamento dos instrumentos de condução da política econômica consubstanciou-se na proposta de aumento do número de membros que compõe o Conselho Monetário Nacional (CMN).

No âmbito do CDES, a proposta foi levantada de forma pioneira na já referida e conturbada 10ª Reunião Plenária, em 10 de novembro de 2004, pela conselheira Sonia Fleury que, em parceria com seu suplente, o professor José Cezar Castanhar, ambos da FGV, escreveu um texto de intervenção para conselheiros e ministros, abrindo o debate. A proposta original era o de incluir o Comitê de Política Monetária (COPOM), além do CMN, no debate acerca do “processo de governança da área macroeconômica”.<sup>446</sup> Os argumentos sustentados pela conselheira eram os de que não se conheciam os critérios e mecanismos adotados

---

<sup>446</sup> Criado em 31 de dezembro de 1964, o Conselho Monetário Nacional (CMN), integrado desde 1994 apenas pelo Ministro da Fazenda, do Planejamento e pelo Presidente do Banco Central, é o órgão máximo do Sistema Financeiro Nacional e definidor da meta de inflação. O Copom, órgão do Banco Central, define a taxa de juros tentando cumprir a meta estabelecida pelo CMN. O estabelecimento de metas inflacionárias é apenas uma das muitas outras funções do CMN, tais como “adaptar o volume dos meios de pagamento às reais necessidades da economia; regular o valor interno e externo da moeda e o equilíbrio do balanço de pagamentos; orientar a aplicação dos recursos das instituições financeiras; propiciar o aperfeiçoamento das instituições e dos instrumentos financeiros; zelar pela liquidez e solvência das instituições financeiras; coordenar as políticas monetária, creditícia, orçamentária e da dívida pública interna e externa”. Retirado de <<http://www.bcb.gov.br/pre/composicao/cmn.asp>>. Acesso em 15/08/2014.

(estudos, prestação de contas etc) no processo de deliberação destas instâncias em relação, principalmente, às metas de inflação, além de apresentar uma composição “extremamente homogênea: não diversificada e não representativa dos diferentes setores produtivos da sociedade”, em comparação “com outros países desenvolvidos e de tradição democrática muito mais consolidada”, arrematando que

(...) isso é um resquício de um autoritarismo, que pensa que são decisões técnicas e que incluir a sociedade no processo seria politizar e desestabilizar quando, na verdade, a sociedade está pagando o preço político dessas decisões ditas técnicas, mas que podem levar a consequências políticas, inclusive de inviabilizar os pactos sociais que sustentam esse Governo. Nesse sentido, temos uma proposta clara que para sair disso é necessário alterar a composição do Copom e alterar a composição do Conselho Monetário Nacional para dar possibilidade que outros interesses, ministros dos setores produtivos, ministros dos setores sociais e a própria sociedade possam ali negociar metas que incluam, não só a estabilização, mas também o desenvolvimento, o emprego e a inserção social (Conselheira Sonia Fleury, ATA da 10ª Reunião Plenária, p. 34-35).

Nos momentos em que este tema era retomado nas reuniões plenárias, as premissas expressas nos argumentos de Fleury sempre emergiam nas falas de outros conselheiros, nuançadas e acrescentadas por ponderações ético-políticas de cunho social-liberal, ou seja, que pretendiam imprimir nas pautas e resoluções das instâncias decisórias da assim chamada “área econômica” mudanças que objetivavam: i) apresentar-se como “democratizantes”, posto que ampliariam a base de inserção de interesses “da sociedade” e do “setor produtivo” no núcleo duro de formulação da política econômica estatal; ii) revelar-se como “transparentes” na medida em que novos atores sociais, por não pertencerem à burocracia tecnicista, poderiam abrir a assim denominada “caixa preta” das decisões de política econômica e contribuir para sua melhor eficácia; iii) credenciar-se como portadores e tradutores de uma “nova governança macroeconômica”, em si benévola, não apenas porque comportava os pontos i e ii acima, mas também porque buscava direcioná-la rumo ao “desenvolvimento”, isto é, como resultado da estratégia inadiável de “destravamento” – para usar a expressão ao gosto de Lula da Silva – dos instrumentos e mecanismos que impulsionassem, por assim dizer, a “banda boa” de largos setores da economia capitalista (os que compunham a “autoridade produtiva” no dizer de Paulo Skaf), cujos porta-vozes *apareciam*, no plano discursivo, apartados ou distanciados do setor bancário-financeiro da economia.

Na mesma reunião de novembro de 2004, o conselheiro Rodrigo Rocha Loures (à época presidente da Federação das Indústrias do Estado do Paraná – FIEP – e atual vice-presidente da CNI, além de atuar como Presidente Conselho Superior de Inovação e

Competitividade (CONIC) da FIESP)<sup>447</sup> apelava para a “cooperação entre todos os atores da sociedade” e a necessária “abertura do diálogo”, convocando, para tanto, representantes do setor bancário-financeiro a refletirem sobre a “proposta séria” que estava em jogo:

E nesse sentido vejo, Márcio [Cypriano, presidente do Bradesco], Gabriel [Ferreira, CEO do Unibanco], que talvez esteja na hora do setor produtivo se sentar com o setor financeiro e com as representações trabalhistas para iniciarmos uma reflexão sobre a proposta que veio do João Felício, veio do Paulo Skaf de incorporar o setor produtivo no Conselho Monetário Nacional, de sorte que para a definição da política econômica sejam ouvidas todas as vozes do País.

Ainda nesta ocasião, o referido conselheiro havia entregue aos demais presentes o documento “Contribuições da FIEP para a Política Econômica Brasileira”,<sup>448</sup> cujo conteúdo baseava-se em trabalho de professores da UFPR intitulado “Desenvolvimento Sustentado e Intermediação Financeira: o nexó esquecido”.<sup>449</sup> Não conseguimos ter acesso a este último documento, mas informações retiradas do site da FIEP<sup>450</sup> elencam as medidas sugeridas “para tornar efetiva a contribuição do sistema financeiro para o desenvolvimento do país”, *exatamente as mesmas divulgadas pelo conselheiro Rodrigo Loures* no condensado documento encaminhado ao CDES: i) adoção de uma política monetária pró-desenvolvimento; ii) sintonizar a política monetária com a política econômica; iii) implantar um sistema baseado no “núcleo da inflação”; iv) ampliar o Conselho Monetário Nacional; v) criar o Conselho Econômico da Presidência; vi) estabelecer quarentena aos membros do Copom; vii) e estabelecer a autonomia do Banco Central.

Seis meses depois, todas as proposições acima também foram ratificadas e requeridas pelo IEDI, conforme consta na Carta IEDI 156 “Política Monetária Pró-Desenvolvimento: Contribuições da FIEP”, divulgada em 20 de maio de 2005. A única exceção foi a discussão acerca da autonomia do Banco Central, considerado “tema muito complexo e de muita

---

<sup>447</sup> O empresário Rodrigo Loures foi fundador da empresa Nutrimental e circula em várias outras associações empresariais, voltadas desde as questões da qualidade, competitividade, tecnologia e inovação industriais à promoção da “cidadania”, “solidariedade”, “sustentabilidade”. É autor de dois livros na área educacional, envolvendo os últimos temas referidos. Trata-se de um genuíno intelectual orgânico da burguesia brasileira, inclusive com forte presença em alguns órgãos estatais, além do CDES, claro.

<sup>448</sup> Disponível em <<http://www.cdes.gov.br/evento/48/pleno-do-cdes-reuniao-ordinaria-n-10.html>>. Acesso em 21/08/2014.

<sup>449</sup> Os autores deste trabalho foram Fábio Dória Scatolin, Marcelo Curado, José Luís Oreiro e Marcelo de Oliveira Passos. Futuros trabalhos foram produzidos por alguns destes autores para a FIEP, sempre no mesmo tema, constando agradecimentos ao próprio Rodrigo Loures pelos comentários, assim como a Bresser Pereira, Luiz Fernando de Paula, dentre outros: OREIRO, José Luis e PASSOS. *A governança da política monetária brasileira: análise e proposta de mudança*. Porto Alegre, Revista FEE, v. 33, n. 1, p. 157-168, jun. 2005; OREIRO, José Luis e LEMOS, Breno P. e PADILHA, Rodrigo A. *O Regime de Metas de Inflação e a Política Monetária no Brasil: análise e proposta de mudança*.

<sup>450</sup> Disponível em <<http://www.agenciafiiep.com.br/noticia/empresarios-vaio-sugerir-mudancas-a-jose-alencar/>>. Acesso em 13/08/2014.

controvérsia entre os empresários (...).<sup>451</sup> Além delas, consideradas como “sugestões de modernização da estrutura de governança da política monetária”, a Carta 156 também encampava as “Proposições Adicionais” constantes no anexo do documento da FIEP, tidas como “propostas de alteração da política econômica que cabe ressaltar dada sua estreita relação com os objetivos de alcançar o desenvolvimento sustentado da economia brasileira”: a) redução do *spread* bancário; b) completar o processo de total desindexação da economia e c) redução da vulnerabilidade externa da economia brasileira.

O documento a que se refere a Carta IEDI 156 não foi precisamente o elaborado pelo conselheiro Rodrigo Loures, mas outro, resultado de um esforço posterior de aprimoramento e ampliação do esboço do então presidente da FIEP. Este documento intitula-se “Contribuições da FIEP para Modernizar a Governança da Política Monetária”, produzido em março de 2005, enquanto o de Rodrigo Loures apresentado à plenária do CDES data de novembro de 2004. Não conseguimos, igualmente, ter acesso ao documento que, desta vez, apresenta-se como produzido pela entidade patronal. De toda forma, e mais uma vez, é preciso esclarecer que o que as duas entidades patronais reclamavam (FIEP e IEDI), aliadas a outras como a FIESP e a CNI, não era derivado da crítica ao modelo econômico vigente, mas de um declarado mau funcionamento na estrutura de governança da política monetária que, neste caso, não estava permitindo um bom funcionamento do regime de metas de inflação.<sup>452</sup>

Com exceção de uma proposição – a que demanda quarentena aos membros do Copom -, todas as demais pertenciam a temas exaustivamente tratados nas plenárias e nos documentos do CDES. Algumas se tornaram pautas de reuniões como, por exemplo, a ampliação do CMN, a redução do *spread* bancário e a desindexação da economia. Outros temas não listados no documento da FIEP figuravam entre as demandas empresariais que se vinculavam diretamente à política monetária, tais como a redução paulatina dos depósitos compulsórios. Igualmente, praticamente todas as demandas empresariais listadas acima compuseram a segunda diretriz do “Objetivo IV” da Agenda Nacional de Desenvolvimento

---

<sup>451</sup> A Carta 156 afirma haver um “dilema” sobre a proposta: “A dúvida reside no amadurecimento de nossos dirigentes de Banco Central em termos de desenvolverem uma isenta e equilibrada visão do conjunto da economia e não uma visão excessivamente financeira da atividade econômica”. Ver <[http://www.iedi.org.br/cartas/carta\\_iedi\\_n\\_156\\_politica\\_monetaria\\_pro\\_desenvolvimento\\_contribuicoes\\_da\\_fiep.html](http://www.iedi.org.br/cartas/carta_iedi_n_156_politica_monetaria_pro_desenvolvimento_contribuicoes_da_fiep.html)>. Acesso em 13/08/2014.

<sup>452</sup> A divulgação de documentos acerca da política monetária pelas entidades patronais da indústria ganhou fôlego entre os meses de março a maio de 2005, mas a concatenação da mobilização empresarial inicia-se a partir do 2º semestre de 2004. Várias foram as linhas de ação das lideranças deste empresariado, as quais destacamos: declarações, entrevistas e artigos publicados na grande mídia, atos públicos, promoção de debates e divulgação de estudos e pesquisas. Em março de 2005, a CNI lançou um documento denominado “A condução da política monetária e o regime de metas de inflação”, originalmente publicado em 2004. O documento foi produzido pelo economista Paulo Augusto P. de Britto.

(AND), principal documento coletivo produzido pelo CDES, como veremos adiante no quadro 4.3.

O documento do IEDI assinala o esforço empreendido em recomendar ao Presidente da República a adoção destas medidas:

O IEDI tem debatido essas questões internamente e avalia como muito oportunas todas elas, tendo, inclusive, levado ao Exmo. Sr. Presidente da República e Ministros da Área Econômica, sugestões nessa direção. Levar em conta uma meta de crescimento, adaptar o sistema de metas de inflação e criar um Conselho Econômico junto à Presidência da República, foram recomendações encaminhadas pelo Instituto ao governo. Recentemente o IEDI participou junto com entidades sindicais (CUT, Força Sindical) e empresariais (CNI, FIESP) do lançamento de uma campanha pró-ampliação do Conselho Monetário Nacional.<sup>453</sup>

Em 06 de outubro de 2004, um mês antes, portanto, do lançamento do documento da FIEP e do início do anúncio do tema acerca da ampliação do CMN no CDES, a FIESP, outro aparelho privado de hegemonia patronal, por meio de seu recém-empossado presidente, Paulo Skaf, se mostrava empenhada em que fosse criada a “autoridade produtiva” onde os interesses “de quem trabalha e de quem produz” também estivessem representados no CMN, inaugurando o debate patronal, nos veículos midiáticos de grande circulação, entre as entidades da sociedade civil:

**DINHEIRO:** *O sr. Fala em “autoridade produtiva”. Que idéia é essa?*

**SKAF:** No Brasil só se fala de autoridade monetária. O Banco Central do Brasil se preocupa apenas com moeda, enquanto nos EUA, por exemplo, ele também se preocupa com o emprego. Nosso modelo é europeu, voltado exclusivamente para a moeda. Só que existem outros interesses no País também. E esses outros interesses precisam ser defendidos. Eu entendo que há necessidade de se criar uma autoridade produtiva, que defenderia os interesses de quem trabalha e de quem produz. A produção passaria a ter voz para valer.

**DINHEIRO:** *Como se faria isso?*

**SKAF:** Num movimento no qual a **FIESP**, em parceria com a **CNI** e os **setores do comércio e de serviços, junto com a agricultura e com os trabalhadores**, ajudaria a montar uma articulação no Congresso Nacional, lutando por uma cadeira no Conselho Monetário Nacional para trabalhadores e para a indústria. Tudo se constituiria na figura da autoridade produtiva. Ela é importante para que a gente participe da formulação das políticas econômicas e não fique sempre recebendo pratos prontos e pagando o custo das decisões das quais não participamos.<sup>454</sup>

<sup>453</sup> Carta IEDI 156.

<sup>454</sup> “Chega de prato pronto”. Novo presidente da FIESP diz que vai criar um movimento pelo crescimento, quer marcar presença em Brasília e promete buscar alianças para influir no processo de decisão econômica. Entrevista com a IstoÉDinheiro em 06/10/2004. Disponível em <<http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/entrevistas/20041006/cheга-prato-pronto/147623.shtml>>. Acesso em 14/08/2014. Deve-se ressaltar que a noção de “autoridade produtiva” cunhada por Skaf alarga o que costumeiramente se autodenominava no CDES como “setor produtivo”, pois abarcava as entidades organizativas dos trabalhadores. Tal estratégia procurava obter o consenso ativo das demandas das cúpulas da burocracia sindical à montagem da hegemonia do grande capital produtor de valor.

Em março de 2005, a CUT lança o documento “Conselho Monetário Nacional: proposta para ampliação e democratização do CMN”,<sup>455</sup> elaborado com o suporte de um conjunto de subseções do DIEESE e com contribuições da equipe do Centro de Estudos de Conjuntura (CECON) do IE/Unicamp, contando com o envolvimento do Prof<sup>o</sup> Ricardo Carneiro, um de seus mais reconhecidos membros. O documento traça um ligeiro e didático panorama histórico e atual do papel, da composição e da forma de funcionamento do CMN, analisa a atuação do Banco Central na formulação e execução da política monetária e apresenta a proposta da CUT: ampliação do CMN para “um total de 10 representantes, sendo 5 do governo e 5 da sociedade (2 oriundos do empresariado; 2, da classe trabalhadora e 1 do meio acadêmico)”.<sup>456</sup> O documento justifica que esta composição possibilitaria explicitar melhor “as visões e perspectivas das diferentes áreas governamentais e dos agentes econômicos. Todos estes membros deverão ser indicados pelo presidente da República. O voto de “minerva” será do governo”.<sup>457</sup> O objetivo principal da nova composição, para a CUT, seria tentar conduzir as diretrizes de política monetária ao alcance do equilíbrio entre “as diversas metas a serem buscadas pelo país” e não apenas a inflacionária.

As decisões do CMN e do Copom afetam diretamente o nível de atividade econômica, o emprego e a renda. Elas concretamente definem ganhadores e perdedores da política monetária. Desta forma, a política de juros altos, estabelecida pelo CMN e implementada pelo Copom, nos últimos anos, cujo objetivo é o controle da inflação, tem resultado no agravamento do endividamento público, na crise do setor produtivo nacional e no aumento dos lucros dos bancos comerciais.<sup>458</sup>

No mesmo mês de março, a CUT lançou a “Campanha pela Ampliação e Democratização do Conselho Monetário Nacional”, na sede dos Sindicatos dos Bancários de São Paulo. Trata-se da mesma campanha aludida pela Carta IEDI 156, na citação acima. O evento contou também com a “parceria” e organização da CNI e da FIESP e com o apoio da Confederação dos Bancários, do Sindicato dos Bancários, do DIEESE e do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (CESIT), também do IE/Unicamp.

Durante o ato também se posicionaram favoráveis à ampliação do Conselho o diretor da CNB/CUT, Carlos Cordeiro, o presidente do Sindicato dos Bancários, **Luiz Cláudio Marcolino**, os professores Luiz Carlos Bresser Pereira, **Luiz Gonzaga Belluzzo** e Ricardo Carneiro, o deputado Vicentinho (PT/SP), além de representantes da CGT e da CAT e de entidades e ONGs empresariais, como o **Simpi, o Instituto Ethos, Cives e IEDI**.<sup>459</sup>

<sup>455</sup> Disponível em <[http://www.dieese.org.br/dieese/esp/estpesq07\\_cmn05.pdf](http://www.dieese.org.br/dieese/esp/estpesq07_cmn05.pdf)>. Acesso em 14/08/2014.

<sup>456</sup> CUT e DIEESE. *Conselho Monetário Nacional* – proposta para ampliação e democratização do CMN. Estudos e Pesquisas, Número 7 – Ano I – Março de 2005, p. 22.

<sup>457</sup> Idem.

<sup>458</sup> Idem, p. 18.

<sup>459</sup> Disponível em <[http://afubesp.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2098](http://afubesp.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2098)>

A ação conjunta entre FIESP, CNI e CUT pela ampliação do CMN consolidava-se não apenas em frentes de mobilizações e campanhas, repercutindo na grande mídia, angariando apoio de outros setores e exercendo forte pressão sobre o governo, mas também no plano programático e de princípios, dentro e fora do CDES. É o que se verifica no artigo “Pela ampliação do CMN”, assinado por Armando Monteiro Neto (CNI), Paulo Skaf (FIESP) e Luiz Marinho (CUT), todos presidentes de suas entidades à época:

Assumir conjuntamente esta bandeira – trabalhadores e empresários, com apoio de intelectuais – tem um profundo significado para o nosso país. Ao longo dos dois últimos anos, na condição de representantes de diferentes interesses do mundo da produção, repetimos exaustivamente posições coincidentes sobre a necessidade de agregar às estratégias antiinflacionárias do CMN outras variáveis, como emprego e crescimento econômico.

Assim, agora resolvemos, com essa campanha, tornar pública nossa reivindicação de participação no órgão, de forma que ele atue em maior consonância com as aspirações da sociedade de maneira geral. (...)

No contexto da democratização do poder público, a participação de lideranças representativas dos trabalhadores, dos empresários e do meio acadêmico, entre outros, permitirá também maior transparência em suas decisões. (...) A ampliação do CMN é um dos caminhos que permitirão a imprescindível compatibilidade do objetivo da estabilização monetária com a necessária valorização da produção e do emprego.<sup>460</sup>

O debate acerca da ampliação do CMN não teve início no CDES. Estudos e pesquisas acerca do tema estavam sendo demandados e elaborados pelas entidades patronais muito antes de aparecer e se tornar pauta de reivindicação recorrente no Conselho. Algumas notícias vinculadas ao assunto estavam sendo ventiladas na grande mídia já em setembro de 2004. O levantamento que fizemos nos mostrou que o trato mais sistêmico e aprofundado sobre o assunto foi feito *pioneiramente* por professores acadêmicos vinculados a FIEP, cuja presidência era ocupada pelo conselheiro Rodrigo Loures. A CUT manifestou-se um pouco mais tardiamente e em consonância com os termos defendidos pelas entidades patronais.

Parece-nos claro, contudo, que foi no âmbito do CDES que a questão foi, durante algumas reuniões plenárias, sendo tensamente requeitada e ajustada à luz do atendimento dos interesses das associações patronais representativas do setor industrial (produtor de valor), em aliança com o setor sindical. Para além dos recursos rotineiros de expressão de suas demandas por meio da grande mídia, dos órgãos de imprensa de suas próprias entidades e da tribuna parlamentar, empresários e sindicalistas encontraram no CDES meio e guardida eficaz de

---

:campanha-pela-ampliacao-e-democratizacao-do-cmn-e-lancada-em-sao-paulo&catid=10:noticias&Itemid=79>. Acesso em 14/08/2014. Grifos meus destacando os conselheiros e entidades representadas no CDES.

<sup>460</sup> Pela ampliação do CMN. Armando Monteiro Neto, Luiz Marinho e Paulo Skaf. São Paulo, 13 de março de 2005. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1303200505.htm>>. Acesso em 14/08/2014.

propagação e alardeamento da pauta em questão, que rapidamente tomou *status* de prioridade nacional em sua conversão em demandas gerais, justificado pela necessidade de afrouxamento do torniquete imposto pela equipe econômica. Para tanto, o discurso das lideranças das entidades empresariais industriais *precisava* identificar o máximo possível tal iniciativa a temas sensíveis e de forte apelo sociopolítico frente às forças social-liberais, o qual contou com a ajuda das centrais e sindicatos laborais da base de apoio do governo, como “democracia participativa” ou “participação social”, “reforma do Estado”, “tornar mais permeável a burocracia conservadora”, “transparência nas decisões”, “governança macroeconômica eficiente”, com vistas a abreviar, ou melhor, a encontrar caminhos e instrumentos ditos mais profícuos e alternativos de política econômica para a retomada do “desenvolvimento” do país, complementando os empregados até então.

Foi estratégico o consenso ativo obtido de segmentos sociais minoritários presentes no CDES, através de atuação persistente expressa seja pela elaboração e divulgação de estudos, pesquisas e textos de intervenção realizada também pelos intelectuais acadêmicos presentes no CDES, dos quais a conselheira Sonia Fleury destacou-se como protagonista seja pela articulação e sustentação político-ideológica consistente e refinada, que se refletia na formulação de intervenções realizadas nas reuniões plenárias por parte de lideranças destes setores. Por se autolegitimar como uma arena promotora da concertação social, os documentos do CDES, obviamente, não trazem elementos que explicitem claramente as articulações e coalizões prévias, constituídas por grupos com mesma afinidade político-ideológica, senão pela ilação feita pelo pesquisador a partir de análises de discursos das atas das reuniões. Lançando mão de entrevistas com alguns conselheiros Vizeu e Bin, entretanto, corroboram com a referida hipótese de ações previamente articuladas por parte de alguns setores no CDES. Um de seus entrevistados revela a existência de um “conselhinho”, formado pela “esquerda do Conselho” que, tal qual os empresários, seria uma das alianças internas mais organizadas no CDES. A formação deste “fórum informal” teria sido constituído por um grupo

(...) de aproximadamente 15 conselheiros que, antes de cada reunião de Grupo Temático ou do Pleno, se reúne em âmbito distinto do CDES. Segundo o entrevistado, “com isso foi se criando um fórum de discussão, de conversa, de troca de idéias, onde ninguém é obrigado a concordar com ninguém”.<sup>461</sup>

---

<sup>461</sup> VIZEU, Fábio e BIN, Daniel. *Democracia deliberativa: leitura crítica do caso CDES à luz da teoria do discurso*. Rio de Janeiro, Revista de Administração Pública, 42(1), 2008, p. 104. Disponível em <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/viewFile/6626/5210>>. Acesso em 20/08/2014.

No CDES, o debate perpassou algumas reuniões e mobilizou argumentos que, na sua amplitude, ajudam também a compreender as percepções e estratégias assumidas para o projeto de hegemonia que se propunha. Questões político-sociais se imiscuiam com as econômicas, não havendo claramente uma divisão nítida de abordagens entre os setores empresariais de produção de valor e os demais que apoiavam a proposta. Para os primeiros importava flexibilizar os instrumentos de política econômica em vigor, com foco nas metas inflacionárias, com vistas a alargar e potencializar mecanismos que conduzissem à expansão do financiamento, do investimento, da produção, das exportações e do atendimento ao mercado interno, enfim, dos fatores necessários ao *crescimento econômico a partir da redução dos custos do capital*. Para os segundos a justificativa para a ampliação do CMN incorporava o debate econômico, mas apenas na medida em que convergisse para a melhoria da distribuição de renda (via geração de empregos, aumento do consumo e da renda, dos programas sociais e de transferência de renda etc) e de aprimoramento e alargamento da democracia, já que, neste item, tratava-se de “pensar mecanismos de democracia participativa também na política econômica, e não só nas políticas sociais, como já acontece”, na argumentação de José Antônio Moroni na 12ª Reunião Plenária. Como se disse, a linha que diferenciava os posicionamentos adotados pelos segmentos sociais pró-ampliação da composição do CMN era bastante tênue e, quase em todas situações, necessariamente complementava-se.

Na ininterrupta construção de um projeto hegemônico burguês, não bastava simplesmente defender o crescimento econômico, mas era preciso valorizar os supostos atributos sociais dele derivados. O crescimento se tornava a “chave mestra”: sem ele não existiria outra possibilidade de mitigação do flagelo social, tendo em vista o completo abandono – jamais mencionada no âmbito do CDES, evidentemente – da alternativa socialista.

Declarações neste sentido foram inúmeras, bastando, a título de ilustração, trazer a do conselheiro Robson Andrade (à época presidente da FIEMG e atual presidente da CNI, assumindo o lugar de Armando Monteiro Neto desde 2010):

(...) estamos convencidos de que só o crescimento econômico sustentável e consciente como instrumento de distribuição de renda é capaz de solucionar de forma estruturada questões sociais. Medidas compensatórias têm o mérito de permitir superação, períodos de retração produtiva, causando sofrimento de populações pobres, mas não devem ser políticas permanentes. O desenvolvimento, este sim deve ser buscado de forma duradoura. Crescimento econômico e economia social precisam andar juntas contribuindo para romper o ciclo da pobreza e da servidão (ATA da 12ª Reunião Plenária, 19/05/2005, p. 07).

Houve, entretanto, fortes divergências quanto a validade ou a conveniência da proposta de ampliação do CMN no interior da classe empresarial, tributárias não somente mas especialmente das articulações entre conselheiros vinculados ao grande capital monopolista, em especial o setor bancário. Tratava-se de um grupo restrito de conselheiros, mas fortes o bastante para azedar a famigerada concertação. Com o avanço paulatino da pauta que poderia atingir ou ameaçar diretamente seus poderosos interesses políticos e econômicos, aliado às mobilizações nas entidades da sociedade civil, trataram rapidamente de se articular e passaram a se manifestar nas plenárias, rompendo a condição de “produtores de silêncio”, situação reclamada por vários conselheiros no evento realizado pelo CDES em agosto de 2004, como vimos no capítulo 1.

Na 11ª reunião plenária, em março de 2005, a conselheira Sonia Fleury apresentou à plenária a moção por ela elaborada, fruto do amadurecimento dos debates no interior do Grupo de Trabalho Fundamentos Estratégicos para o Desenvolvimento (GTEFD) e que deveria ser debatida naquela ocasião e, caso aprovada, encaminhada à Presidência da República. Sabedor dos descontentamentos presentes, o secretário-executivo do CDES, Jaques Wagner, designou a formação de um grupo de trabalho a fim de que se tentasse “o exercício do diálogo e da tentativa de aproximação”. A escolha dos conselheiros que comporiam o grupo de trabalho foi assim justificada pelo secretário:

**Sonia Fleury**, que é quem trouxe a nós essa moção; o conselheiro **Rodrigo Loures** porque também apresentou uma proposição sobre o mesmo tema dentro do grupo Fundamentos Estratégicos e se manifestou inclusive publicamente em artigo em jornal; o conselheiro **Paulo Skaf**, por ter também se manifestado; o **Márcio Cypriano**, que é presidente da Febraban, porque é evidente que o setor financeiro tem a sua posição sobre o tema; o conselheiro **Luiz Marinho**, do lado laboral e por ter também defendido a reflexão sobre o tema; e o conselheiro **Gabriel Jorge Ferreira** que também é do setor financeiro (ATA da 11ª Reunião Plenária, 10/03/2005, p. 06, grifos meus).

Percebe-se que dos seis conselheiros designados quatro eram grandes lideranças empresariais, uma acadêmica e outro sindicalista laboral. Não houve representação de lideranças das “demais entidades da sociedade civil” e de movimentos sociais – o que era sintomático de que a referida “democratização” guiava-se por um sentido preciso. O próprio Jaques Wagner participou ativamente da negociação no intuito de obter o consenso na comissão. De antemão, o secretário anunciava que, desde a última reunião em dezembro, “já houve manifestação da Fazenda sobre o COPOM e lá se entende que não há o que discutir” (idem), isto é, rechaçou qualquer esperança de inserção de novos membros neste órgão. A rigor, não havia o mínimo esforço por parte de Palocci e de Meirelles de que a demanda pela

ampliação do CMN tomasse corpo, muito menos que fosse implementada pelo Executivo. O próprio Jaques Wagner admitiu que

(...) se alguém me perguntar se ele [Palocci] é contra ou a favor, eu respondo que o ministro tem uma posição de submeter ao Presidente da República. É claro que ele como membro da equipe econômica se sentiria, vamos dizer assim, mais confortável de deixar o Conselho [o CMN] com a formação atual (...) (ATA, 12ª Reunião Plenária, p. 20).

As resistências se explicitaram no CDES na 12ª reunião, em maio de 2005, quando o conselheiro Roberto Setúbal (Presidente do Itaú S/A) manifestou-se contrariamente ao que estava sendo proposto na moção elaborada pela comissão. Segundo o conselheiro, a experiência dos anos 80, quando o CMN foi politizado por meio da representação de diversos setores, “foi um dos elementos que nos levou a ter aquela situação de descontrole inflacionário total” e o caminho que estava sendo adotado nos colocava “na contramão da história”, posto que “o mundo todo, quer seja nos Estados Unidos, na Europa, (...) deram independência ao Banco Central. Ou seja, despoltizaram totalmente a política monetária” (ATA, 12ª Reunião Plenária, p. 21). Acreditava que a política monetária deveria ser acompanhada de uma política fiscal mais forte, através do corte de gastos públicos e da desindexação de preços, aliviando a taxa de juros sobrecarregada.

O conselheiro Antoninho Trevisan (FIESP e Movimento Brasil Competitivo) refutava os argumentos de Setúbal, primeiramente dizendo que não estava mais em discussão a ampliação ou não do CMN, fato decidido na reunião anterior a qual Setúbal não participara. Além disso, alegava que o CMN nos anos 80 viveu sob o regime militar e num período de alta inflação. Trava-se, no regime democrático, de garantir “a participação não de políticos (...), mas de representantes legítimos da sociedade”. Tudo isto não tinha nada a ver com a independência Banco Central, que continuaria a ser resguardada.

Armando Monteiro Neto (presidente da CNI) contra-argumentou Setúbal dizendo que a presença dos ministros no CMN “significa a possibilidade de politização da política monetária, na medida em que os ministros são entes políticos por excelência” (ATA, 12ª Reunião Plenária, p. 23). Contra a noção de que a economia é “uma ciência absolutamente exata”, com “fórmula única”, trouxe à cena a figura de Delfim Neto cuja “competência técnica” afirmou ser “inquestionável” e, contudo, “é absolutamente crítico em relação à condução da política monetária”, tomando como base “argumentos econométricos”.

Em seguida, a conselheira Zilda Arns interveio no debate dizendo que “se houve redução da desnutrição no País, muito se deve à estabilidade da moeda. O pobre hoje tem pouco dinheiro e vai gastando ao longo do mês” e que “os pobres estão comendo melhor

porque a moeda agora é estável”. Portanto, a preocupação central da conselheira era a de que “não haja inflação” e afirmou não ter uma visão clara se a ampliação do CMN para nove membros “vai ajudar ou piorar a inflação no País”.

Outras intervenções em prol da ampliação se sucederam, como as de Antonio Neto (presidente da CGTB), Pedro Oliveira (CEB), Luiz Carlos Delben Leite (Sindimaq/PNBE), Rodrigo Loures (FIEP). Esse último sustentou que o CMN poderia “perfeitamente ser ampliado, constituído por pessoas de notável saber (...) de sorte a poder capturar e estar em sintonia com diversas perspectivas da sociedade e não ficar limitada exclusivamente a um viés financista” (idem: 24) e, respondendo à Zilda Arns, afirmou que era “perfeitamente possível alcançar estabilidade econômica com juros baixos” a exemplo dos países desenvolvidos. João Felício (CUT) embasou seus argumentos pela lógica da “democratização” por meio da “presença de representantes da sociedade civil, do mundo do trabalho, do mundo da indústria, para estabelecer diretrizes no CMN” (idem: p. 26).

Resgatando e valendo-se de sua experiência enquanto membro do CMN entre 1979 e 1989, o conselheiro e empresário Abílio Diniz (Grupo Pão de Açúcar) enfatizou que o órgão é “ eminentemente técnico”. Sua intervenção foi decisiva para marcar o terreno dos opositores:

As pessoas que forem colocadas lá [no CMN] têm que ser qualificadas, tem que ser profundamente conhecedoras de economia (...). Não dá para querermos acomodar a sociedade em torno do CMN, não dá para pensarmos em colocar um representante da indústria, outro do setor financeiro, outro dos sindicatos, outro do setor social. O CMN não é para isso e nem sequer (...) foi capaz de segurar a inflação naquele tempo (...). Não é no CMN que a gente consegue segurar a inflação. O que nós estamos falando aqui é de modificar fundamentos da política econômica. Isto quem tem que modificar é o Presidente da República e o Ministro da Fazenda. (...) Eu acho que o Conselho [CDES] pode apoiar o seu aumento, agora para quê? Só se for para colocar pessoas capacitadas para atuar no CMN e preservar a maioria para o governo (idem: 26).

Jorge Gerdau enfatizou a importância do posicionamento do Abílio Diniz e utilizou a fala de Zilda Arns para asseverar que “o crescimento da inflação afeta o mais pobre”. Como “guardião da moeda”, os conselheiros deveriam respeitar a “função técnica” do CMN. Gerdau retomou os argumentos de Setúbal: “estamos exigindo na política monetária um único instrumento de combate à inflação [que] deveria ser estabelecido por uma política econômica muito mais ampla” (idem: 27). Em seguida, Setúbal voltou à carga concordando com as intervenções de Diniz e Gerdau e enfatizou novamente o “perfil técnico” para o CMN, sem o qual “colocamos em risco o esforço enorme que foi feito durante os últimos dez anos para controlar a inflação” (idem: 28).

O conselheiro Paulo Skaf, por sua vez, parabenizou a lucidez da fala de Antoninho Trevisan e criticou Setúbal ao querer comparar a experiência do CMN da década de 1980 com a atual – “comparar coisas que não são comparáveis”. Sobre a ameaça de se retirar o “perfil técnico”, Skaf lembrou que “técnicos também fazem parte da sociedade” e que “a ideia é ampliar uma discussão das regras do jogo com as quais toda a sociedade brasileira vai ter que conviver. Sem esquecer que estará assegurada a maioria para o governo”, conforme consta na moção. Com a composição atual, defendeu Skaf, “não há Conselho Monetário Nacional”, posto que o CMN “(...) do Ministro da Fazenda e do presidente do Banco Central, que praticamente representam uma única opinião, mais o Ministério do Planejamento, é um conselho que começa ganhando pelo menos de 2 x 1” (idem: 28-29).

José Antônio Moroni (presidente da ABONG) elevou o tom do debate ao afirmar que “me dá um profundo desconforto ligar a questão da democracia, da participação à inflação (...) para mim é forçar a barra e é querer assustar a sociedade com o fantasma que nós, enquanto sociedade civil, conseguimos eliminar, e que não foi obra de nenhum governo” (idem: 29). O conselheiro alertou sobre o “falso dilema” que era encarar o debate como “técnico e político”: “dizer que um Conselho formado por três ministros, sendo que um deles foi coordenador de campanha do atual Presidente e outros dois são deputados federais, é um espaço essencialmente técnico, me desculpem, é uma historinha na qual eu não acredito” (idem).

Fábio Colletti Barbosa (à época presidente do ABN AMRO Bank) foi outro conselheiro que se manifestou contrário à proposta de ampliação do CMN. Destacando as “conquistas importantes”, como a responsabilidade fiscal e o repúdio à inflação, asseverou que o CMN “está muito bem aparelhado para trabalhar com a definição de meta de inflação”. Argumentou, no sentido oposto ao de Felício e Moroni, que os ministros que compõem o CMN seguiam a orientação do Presidente e que este havia sido “democraticamente eleito”. Introduziu uma saída que traduzia a posição original dos prepostos dos banqueiros – Márcio Cypriano e Gabriel Ferreira – neste debate: a criação de Câmaras Consultivas, prevista em lei,<sup>462</sup> como mecanismo “da sociedade ter alguma voz, mas eu acho que não seria adequado

---

<sup>462</sup> Junto ao CMN funciona a Comissão Técnica da Moeda e do Crédito (Comoc) como órgão de assessoramento técnico na formulação da política da moeda e do crédito do País. A Comoc manifesta-se previamente sobre os assuntos de competência do CMN. Além da Comoc, o artigo 11 da lei 9.069 de 29 de junho de 1995 prevê o funcionamento de mais sete comissões consultivas. São elas: I - de Normas e Organização do Sistema Financeiro; II - de Mercado de Valores Mobiliários e de Futuros; III - de Crédito Rural; IV - de Crédito Industrial; V - de Crédito Habitacional, e para Saneamento e Infra-Estrutura Urbana; VI - de Endividamento Público; VII - de Política Monetária e Cambial. O § 1º da lei diz que “A organização, a composição e o funcionamento das Comissões Consultivas serão objeto de regimento interno, a ser aprovado por Decreto do

que isto acontecesse dentro do Conselho Monetário Nacional de maneira representativa, decidindo qual é a melhor meta de inflação para a sociedade” (idem: p. 30).

No olho do furacão, a função de intermediação do debate assumida por Jaques Wagner trazia apelos para que os conselheiros se esforçassem na construção de um “consenso de convicção”, o que se mostrou ilusório ao longo das intervenções. Lembrou várias vezes – e sem surtir efeito, como vimos – que, na moção, “não se usou a palavra representação propositadamente, para tentar sair deste risco da politização”, acionando a noção de que “a sociedade civil deveria ser entendida no sentido *lato sensu* e não como representação” (idem: 22). Ao colocar-se como tradutor fiel do debate na comissão que elaborou a moção, afirmou que “não tentemos justificar a ampliação por outro argumento que não o de uma eventual governança mais eficiente”, pois tal ampliação imputaria ao CMN “uma decisão mais acurada (...) porque está incluindo sensibilidades<sup>463</sup> diferentes” (idem: 24).

Na 12ª reunião plenária, em maio de 2005, a moção acabou sendo aprovada como recomendação da maioria absoluta dos conselheiros e não como consenso, que seria expressão da unanimidade. Fleury relata que “na impossibilidade de obter o mesmo consenso (...), a moção foi votada e aprovada por cerca de 90% dos participantes, com grande repercussão na mídia”.<sup>464</sup> Eis abaixo, em seu inteiro teor, a moção transcrita:

Considerando que:

O Brasil vive um momento especial devido à conquista da estabilização da moeda, combinado com o início de recuperação da taxa de crescimento econômico e da geração de novos empregos;

As decisões de política macroeconômica devem ser tomadas de forma a absorver a sensibilidade dos diversos setores da sociedade preocupados com o desenvolvimento brasileiro e dispostos a se co-responsabilizarem por esta trajetória;

**Os conselheiros, por maioria, recomendam:**

**A ampliação da composição do Conselho Monetário Nacional para no máximo nove integrantes, passando a incluir membros da sociedade, assegurada maioria aos representantes do Governo.**<sup>465</sup>

O desenho da moção deixou uma larga margem de manobra para que o Presidente da República, no caso de uma possível alteração na composição do CMN a partir da aceitação da

Presidente da República”. Foram a estas comissões que os conselheiros do setor financeiro se referiram, mas inexistem até hoje decreto presidencial regulamentando-as. Cf.

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9069.htm)>. Acesso em 15/08/2014.

<sup>463</sup> A palavra “sensibilidade”, inclusive, consta na moção final.

<sup>464</sup> FLEURY, Sonia. O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Governo Lula – Texto entregue aos conselheiros em agosto de 2005. In: BRASIL, Secretaria de Relações Institucionais. *Reflexões sobre o CDES.2006*, p. 36.

<sup>465</sup> Secretaria de Relações Internacionais. Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. *Moção ao Presidente da República sobre a composição do Conselho Monetário Nacional*. Brasília: 2005b. Retirado de <<http://www.cdes.gov.br/evento/50/pleno-do-cdes-reuniao-ordinaria-n-12.html>> . Acesso em 18/08/2014. Grifos no original.

recomendação do CDES, pudesse implementá-la em consonância com a vontade plena do Executivo, posto que: i) seria o próprio Presidente da República que escolheria os novos membros do CMN, razão pela qual Jaques Wagner lembrava que não necessariamente poderia atender as representações setoriais (empresários, trabalhadores e “sociedade civil”, por exemplo), o que lhe afastaria do perigo de “politização” e arrefeceria os ânimos dos dissidentes; ii) não haveria limite mínimo de inserção de novos membros não governamentais, permitindo ao Presidente “nomear oito membros do governo e um da sociedade”, na avaliação de Moroni; iii) em seu próprio texto, a moção assegurou maioria aos representantes do governo, garantindo que as decisões na política econômica continuassem sendo ditadas pelo governo.

Durante e após o período de debates no CDES, como vimos, tomaram corpo campanhas e mobilizações patrocinadas pelos aparelhos privados de hegemonia empresariais, coligados a outras entidades da sociedade civil, principalmente as Centrais Sindicais, para que a ampliação do CMN fosse implementada. A referida Carta IEDI, por exemplo, em relação à aprovação da moção no CDES dizia que “é amplamente favorável à esta mudança, porque avalia que a maior presença de representantes do setor produtivo da economia trará o equilíbrio nas decisões pertinentes à taxa de juros e ao crédito na economia” (idem). No CDES, a retomada do debate, em tom de pressão e cobrança ao governo, era recorrente e durou até o fim do primeiro mandato de Lula da Silva.

(...) é preciso democratizar todos os outros níveis. Nós começamos este processo, com a ideia não respondida ainda pelo Governo, com a nossa proposta, que foi negociada e pactuada, de alteração da composição do Conselho Monetário Nacional e é preciso que esse processo de democracia chegue a todos os órgãos econômicos, às estatais (Conselheira Sonia Fleury, ATA da 13ª Reunião Plenária, 25/08/2005, p. 26).

(...) Aqui nesse Conselho nós concluímos, votamos com unanimidade e propomos ao Presidente da República a ampliação do Conselho Monetário Nacional, que seria uma forma de se discutir de forma mais ampla estas questões da política econômica, as metas inflacionárias. (...) Não sei como esse assunto ficou, pelo menos nunca mais foi ventilado no Conselho (Conselheiro Paulo Skaf, ATA 15ª Reunião Plenária, 01/12/2005, p. 18).

(...) há uma proposta concreta daquela moção que eu trouxe aqui de alteração da composição do conselho monetário nacional, foi um trabalho muito árduo, o presidente tem a obrigação de nos responder, nós temos direito a saber o que ele vai fazer a respeito disso. Por exemplo, se não dá para fazer, então ele que diga que não dá para fazer, mas não pode não falar nada. Assim como as outras propostas (Conselheira Sonia Fleury, ATA da 17ª Reunião Plenária, 15/05/2006, p. 24).

Apesar das cobranças e do caráter extremamente tímido e defensivo da moção, a implementação da proposta, no fundo, não ganhou força junto ao Executivo, sofreu

tratamento protelatório e um contínuo “em estudo” pelos Secretários do CDES, pelo *staff* ministerial da área econômica e pelo próprio presidente Lula da Silva. Em termos gerais, a questão era anunciada pelos interlocutores do governo como importante e a ser estudada mais aprofundadamente, mas que solicitava espera e paciência, até mesmo porque se reorganizava uma nova equipe econômica com a saída de Palocci, em março de 2006. Esta foi a explicação dada por Tarso Genro:

A questão do Conselho Monetário Nacional já está retomada pelo governo, é uma coisa que não foi abandonada. Estava adormecida, mas já está retomada nas discussões internas do governo que eu, inclusive, estou coordenando juntamente com o Ministro Guido Mantega. Espero que nós tenhamos brevemente um retorno a respeito da questão, para mim uma das contribuições mais importantes que o Conselho deu para o governo (ATA da 17ª Reunião Plenária, 10/05/2006, p. 25).

Seja como for, ficou claro pela exposição dos debates que, à despeito dos pontos divergentes, havia evidente convergência sobre o país que se desejava: equilíbrio macroeconômico (monetário e fiscal), respeito e garantia ao funcionamento regular dos mecanismos de mercado, com forte ênfase nas contrarreformas, e autonomia do Banco Central. Preservadas estas condições, a disputa de fundo, a nosso ver, remetia ao redirecionamento tácito da política econômica “pró-desenvolvimento” (e dos instrumentos e mecanismos que o projeto envolvia), o que exigia a abertura de novas linhas de ação do empresariado industrial (produtor de valor) nos nichos estatais encarados por suas entidades como constitutivos dos interesses representativos do setor bancário-financeiro, como o Banco Central, o Ministério da Fazenda, o Conselho Monetário Nacional e o Comitê de Política Monetária.

Polarizando sob sua direção o conjunto das forças subalternas ali organizadas, a fração produtor de valor pretendia assegurar a consecução dos seus objetivos, buscando operar no núcleo de poder estatal e ascender às posições hegemônicas no bloco dominante, realizando institucionalmente as exigências da estrutura econômica, isto é, ampliando o Estado através da luta política de dada fração dos dominantes. Nas disputas intraclasses dominante, as fissuras, quanto ao tema da ampliação do CMN, não foram lineares, isto é, não se deram num terreno estritamente demarcado, pois havia divergências entre grandes capitalistas monopolistas (Jorge Gerdau e Abílio Diniz, por exemplo, não endossaram a proposta de ampliação do CMN) da fração de produção de valor, *se levarmos em conta o debate presente nas Atas das Reuniões Plenárias*. Contudo, mostrou-se evidente que, apesar das fissuras, os empresários organizadores de aparelhos privados de hegemonia de setores do capital produtivo, lograram a aprovação da moção, nos termos e nos limites aos quais apreciamos.

Tanto os limites apresentados pela moção quanto a não implantação da recomendação do Conselho pelo Executivo *problematizam a organicidade da direção operada pelo grande capital produtor de valor*, mas não são suficientes para afastá-la, muito menos rechaçá-la em definitivo. De fato, neste e noutros momentos não havia uma força social clara e consistente capaz de dar uma direção indubitável a todos setores sociais presentes.

Neste exercício, a absorção de demandas por “democratização”, “transparência” ou “destecnificação” das decisões estatais, oriundas dos grupos subalternos não causava constrangimentos ao empresariado, muito pelo contrário, pois introduzia uma cunha legitimadora social-liberal de alta eficácia, desde que sob sua direção, e mesmo porque não se tratava de pôr em questão os próprios fundamentos da política econômica, como vimos.

O desenrolar da crise política do “mensalão” atingiu em cheio a área econômica do governo, tornando insustentável o comando do Ministério da Fazenda por Palocci. A entrada de Guido Mantega em substituição a Palocci acendeu os ânimos dos empresários da pirâmide da Paulista, entusiasmando-os com os novos rumos que a política econômica poderia ter nas mãos de um – assim considerado – “desenvolvimentista”. Muito provavelmente, isto postergou ou distendeu temporariamente a batalha sobre a ampliação do CMN, aliado à conjuntura econômica bastante favorável do período 2006-2008. É o que se pode deduzir da reportagem de capa da “Revista da Indústria”, de abril/maio de 2006:

A escolha de Guido Mantega para substituir Antonio Palocci no Ministério da Fazenda foi bem recebida pelos industriais paulistas. Os motivos da acolhida se relacionam à palavra desenvolvimentista que define o perfil do economista formado pela Universidade de São Paulo e em teoria se contrapõe à ortodoxia do médico de Ribeirão Preto. Para o setor, o termo soa como (boa) música: pode significar principalmente queda mais acentuada dos juros reais – do ângulo dos empresários, o remédio mais eficiente contra a inflação.<sup>466</sup>

O período de discussão acerca da ampliação dos membros do CMN (novembro de 2004 a maio de 2005), no CDES, mostrou *mais um momento de montagem do processo de operacionalização da hegemonia do grande capital produtor de valor* sob o conjunto das forças subalternas representadas. A direção burguesa em construção foi capaz de agrupar em torno de si a direção da CUT, os intelectuais e outros conselheiros não empresariais vinculados ao segmento que denominei “demais entidades da sociedade civil”, ainda que, nesse debate, banqueiros e alguns grandes empresários não se coadunassem com a proposta.

---

<sup>466</sup> DEMARCHI, Celia e VIEIRA, Maria Cândida. Novo comando, mudanças possíveis. *Revista da Indústria* - Publicação mensal da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. Ano 6, nº 117, abril/maio de 2006, p. 20.

O CDES foi um dos lugares de concertação (operacionalização da hegemonia) social-liberal importante. Isto não quer dizer que as políticas que eles propunham seriam vitoriosas (alçando ao status de políticas públicas) ou, mesmo sendo, nas dimensões das expectativas por eles traçadas. Na verdade, deve-se compreender o momento da hegemonia como um exercício pedagógico de atração (e decapitação) de indivíduos e grupos subalternos aos círculos de influência e/ou dominação dos dominantes: *a pedagogia da hegemonia passava pela valorização ou positividade do capital produtor de valor como mola-mestra do crescimento econômico*, abrindo possibilidades de ganhos sociais, e galgava firmes posições quanto à aderência dos grupos sociais não empresariais, tornando-se aliados subalternizados.

### 3.5 – A Agenda Nacional de Desenvolvimento (AND)

Em agosto de 2005, foi aprovada na planária do CDES a *Agenda Nacional de Desenvolvimento (AND)*, documento fruto das discussões internas da plenária mas, principalmente, do acúmulo de debates do Grupo Temático “Fundamentos Estratégicos para o Desenvolvimento”, composto por cerca de 50 conselheiros. Trata-se, sem dúvidas, da primeira fonte produzida pelos próprios conselheiros sendo que, por buscar caracterizar-se como um documento mais panorâmico, a AND não trouxe medidas concretas e exequíveis, não definiu metas nem prazos precisos a fim de possibilitar operacionalizar a retomada do “desenvolvimento em bases sustentáveis”.

A Agenda Nacional de Desenvolvimento, segundo a análise das atas das reuniões e dos trabalhos de analistas, foi elaborada apenas pelos conselheiros, tendo os funcionários da SEDES a função de coordenação, monitoramento e assessoria. Não nos deteremos no seu processo de elaboração, ampla e detalhadamente estudado por outros analistas e pesquisadores do CDES,<sup>467</sup> senão em seus aspectos mais relevantes, mas na identificação dos pontos considerados pelos conselheiros como essenciais para a “superação dos entraves estruturais ao desenvolvimento nacional”, realçando suas diretrizes estratégicas.<sup>468</sup>

---

<sup>467</sup> Para uma apresentação detalhada das fases e métodos utilizados para a construção da AND no âmbito do CDES ver TAPIA, Jorge R. Biton. Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social: os desafios da construção institucional. In: DINIZ, Eli (org.). *Globalização, Estado e desenvolvimento: dilemas do Brasil no novo milênio*. RJ: FGV, 2007; KUNRATH, Romerio Jair. *Os Conselhos Econômicos e Sociais em perspectiva comparada...* Op. cit. e, especialmente, GARCIA, Ronaldo C. O CDES e a construção da Agenda Nacional de Desenvolvimento: um relato particular. In CARDOSO JR., José Celso, SANTOS, José Celso e ALENCAR, Joana. *Diálogos para o desenvolvimento: a experiência do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social sob o governo Lula*. Brasília: IPEA, vol. 2, 2010.

<sup>468</sup> Secretaria de Relações Institucionais. Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. *Agenda Nacional de Desenvolvimento – AND*. 3. ed. Brasília: Presidência da República, Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES, 2010a, p. 12.

Os trabalhos requisitados para a elaboração da AND mobilizaram muitos esforços por parte da Secretaria e dos conselheiros. O Grupo Temático Fundamentos Estratégicos do Desenvolvimento (GTFED) teve papel fundamental na elaboração da Agenda, aprofundando seus estudos e discussões, iniciadas desde julho de 2003. A SEDES e o Núcleo de Estudos Estratégicos da Secom/PR identificaram, em maio de 2004, junto aos conselheiros, os elementos para uma *visão de futuro* do país.<sup>469</sup> Logo após, definiram, os *valores orientadores*<sup>470</sup> da AND e, a partir deles, traçaram os principais problemas a serem superados pelo país. O passo seguinte consistiu em agrupar os problemas indicados em seis grandes *âmbitos problemáticos*, para os quais seriam concebidas *diretrizes estratégicas*, mediante constituição de grupos de trabalho para cada um deles.

As diretrizes estratégicas cunhadas pelos conselheiros teriam sido concebidas com o objetivo de traçar políticas de enfrentamento aos problemas e preocupações por eles identificados como relevantes na obstrução de um projeto de desenvolvimento. Para confecção destas diretrizes, realizaram estudos, debates, seminários, consultas a especialistas, resultando numa versão pormenorizada de diretrizes. Segundo Garcia, os seis “âmbitos problemáticos” foram sistematizados de forma mais ampla possível, visando a não setorialização, especialização ou delimitação pontual.<sup>471</sup> Os objetivos a serem alcançados por uma agenda voltada para o desenvolvimento do país foram traçados a partir de uma “imagem invertida” dos âmbitos problemáticos, isto é, retirando “a negatividade ou a carga negativa dos âmbitos problemáticos, revelando uma situação caso não existissem”.<sup>472</sup>

Durante o mês de junho de 2005 ocorreu o processo de discussão da proposta de Agenda. Constituíram-se oito grupos, segundo o grau de afinidade e convergência de interesses, envolvendo a totalidade dos conselheiros. Cada grupo de discussão contou com um relator/sistematizador. Ao término das discussões em grupo, os oito relatores/sistematizadores, durante o mês de julho, negociaram a versão final da AND.<sup>473</sup>

---

<sup>469</sup> A visão de futuro proposta pela AND foi incorporada pelo governo federal como orientação estratégica do Plano Plurianual 2008-2011. Ver em <<http://www.cdes.gov.br/linha-do-tempo.html>>. Acesso em 14/01/2014. Segue a visão de futuro elaborada: “Um País democrático e coeso, no qual a iniquidade foi superada, todas as brasileiras e todos os brasileiros têm plena capacidade de exercer sua cidadania, a paz social e a segurança pública foram alcançadas, o desenvolvimento sustentado e sustentável encontrou o seu curso, a diversidade, em particular a cultural, é valorizada. Uma nação respeitada e que se insere soberanamente no cenário internacional, comprometida com a paz mundial e a união entre os povos” (SRI. SEDES. *Agenda Nacional de Desenvolvimento*, 2010a, Op. cit., p. 13).

<sup>470</sup> Os valores orientadores da AND eram: “Democracia - Liberdade – Equidade - Identidade nacional – Sustentabilidade - Respeito à diversidade sociocultural – Soberania” (idem).

<sup>471</sup> GARCIA, Ronaldo C. O CDES e a construção da Agenda Nacional de Desenvolvimento: um relato particular... Op. cit., p. 85.

<sup>472</sup> SRI. SEDES. *Agenda Nacional de Desenvolvimento*, 2010a, Op. cit., p. 14.

<sup>473</sup> Idem, p. 13.

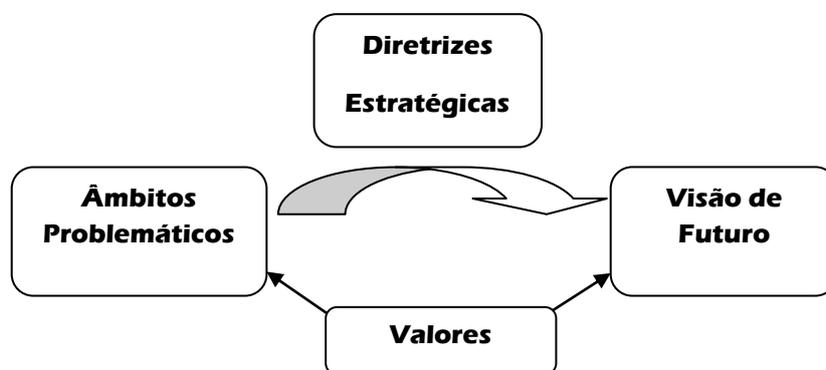
Uma síntese da AND é encontrada em Tápia:

Em termos gerais, a Agenda Nacional de Desenvolvimento contempla os temas mais visíveis do debate econômico e social brasileiro: necessidade de um financiamento padrão estável; superação dos entraves da infra-estrutura, fazendo com que essa se torne competitiva e eficiente; aumentar a capacidade operativa e de gestão do Estado brasileiro alicerçado num pacto federativo renovado. Essas diretrizes precisam ser combinadas com a definição de mecanismos para tratar de modo consequente a desigualdade nas suas múltiplas dimensões e pelo efetivo enfrentamento da delicada questão da insegurança pública e da morosidade da Justiça.

Na intenção dos seus formuladores, a AND deveria ser um contraponto às propostas existentes pelo seu escopo e também às orientações da política macroeconômica do governo principalmente no que tange à política de juros e ao sistema de metas de inflação.<sup>474</sup>

O processo de elaboração da Agenda Nacional de Desenvolvimento pode ser visualizado por meio da figura abaixo.

**Figura 3.1 – O Processo de Construção da AND**



Fonte: SRI. SEDES. *Agenda Nacional de Desenvolvimento*, 2010a, Op. cit., p. 13

Os seis âmbitos problemáticos identificados pelos conselheiros e os objetivos traçados para revertê-los estão elencados no quadro abaixo:

**Quadro 3.2 – Problemas detectados e objetivos traçados pelos conselheiros na AND**

<p>● <b>Âmbitos problemáticos:</b></p> <p>I. <i>Extrema desigualdade social, inclusive de gênero e raça, com crescente concentração de renda e riqueza, parcela significativa da população vivendo na pobreza ou miséria, diminuição da mobilidade social;</i></p> <p>II. <i>Dinâmica da economia insuficiente para promover a incorporação do mercado</i></p>	<p>● <b>Objetivos a alcançar:</b></p> <p>I. <i>Fazer a sociedade brasileira mais igualitária, sem disparidades de gênero e raça, com a renda e a riqueza bem distribuídas e vigorosa mobilidade social ascendente;</i></p> <p>II. <i>Tornar a economia brasileira apta a incorporar todo o mercado interno potencial, com forte dinamismo e capacidade</i></p>
--	--

<sup>474</sup> TAPIA, Jorge R. Biton. Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social... Op. cit., p. 211-212.

<p><i>interno potencial, suportar concorrência internacional e desenvolver novos produtos e mercados;</i></p> <p>III. <i>Infraestrutura logística degradada, não-competitiva, promotora de desigualdades inter-regionais, intersetoriais e sociais;</i></p> <p>IV. <i>Inexistência de eficaz sistema nacional público/privado de financiamento do investimento, estrutura tributária irracional, regressiva e penalizadora da produção e do trabalho;</i></p> <p>V. <i>Insegurança pública e cidadã, justiça pouco democrática, aparato estatal com baixa capacidade regulatória/fiscalizadora;</i></p> <p>VI. <i>Baixa capacidade operativa do Estado, dificuldade para gerir contenciosos federativos, desequilíbrios regionais profundos, insustentabilidade da gestão de recursos naturais.</i></p>	<p><i>inovadora, desenvolvendo novos produtos e mercados e com participação relevante na economia internacional;</i></p> <p>III. <i>Ter uma infraestrutura logística eficiente e competitiva, integradora do território, da economia e da sociedade nacionais;</i></p> <p>IV. <i>Construir um sistema de financiamento do investimento eficiente e eficaz, uma estrutura tributária simplificada e racional, com tributos de qualidade, progressiva e estimuladora da produção e do emprego;</i></p> <p>V. <i>Instaurar a segurança pública e a paz social, um sistema judicial transparente, ágil e democrático e um Estado que regule e fiscalize a contento;</i></p> <p>VI. <i>Desenvolver um aparato estatal que opere eficiente e eficazmente, um pacto federativo competente para lidar com conflitos, com equilíbrio entre regiões e capacidades de manejar recursos naturais de forma sustentável.</i></p>
---	--

Fonte: SRI. SEDES. *Agenda Nacional de Desenvolvimento*, 2010a, Op. cit., p. 15.

Não há como não perceber, claramente, que três dos seis âmbitos problemáticos (II, III e IV) traduziam *direta e inteiramente* expectativas empresariais,<sup>475</sup> sendo que nenhuma das demais, evidentemente, se orientava na direção oposta. Ao contrário, eram desafios cujas soluções se enquadravam perfeitamente à expansão capitalista no país, isto é, ao escanteamento progressivo e cumulativo das dificuldades e/ou impedimentos jurídico-políticos e administrativos de aprofundamento das relações sociais capitalistas, reclamado pelos agentes e intelectuais orgânicos ou por adesão da classe e frações de classe dominantes presentes no Conselho.

Um exemplo notório foi a exposição verbal de Luiz Marinho (presidente da CUT à época) na contextualização do âmbito problemático I, justamente o que se dedicava à questão da desigualdade social. A preocupação central de Marinho foi o estabelecimento de *metas* para as áreas sociais.

<sup>475</sup> O conselheiro responsável pela exposição do âmbito problemático III foi o empresário Antoninho Trevisan e do âmbito problemático IV foi outro empresário Daniel Feffer. O âmbito problemático II foi apresentado pelo subsecretário da SEDES à época Ronaldo Couto Garcia, devido à ausência de um conselheiro (provavelmente mais um empresário), mas seus argumentos não os desapontaram.

Há uma necessidade premente no Brasil de trabalharmos com metas, não somente de crescimento, mas de distribuição de renda no país. **Precisamos estabelecer metas para renda, para o salário, para o emprego, metas para a carga tributária, metas para os juros, metas para a educação.** (...) É preciso combinar as metas para inflação e superávit com metas para os juros, a carga tributária, com metas para o salário, com metas para emprego. Essas coisas devem estar combinadas.<sup>476</sup>

As metas empresariais equivaliam às de caráter social, ou seja, ambas andariam de mãos dadas: as metas para renda, salário, emprego e educação deveriam ser alcançadas em conjunto com as da carga tributária, da taxa de juros, das PPP's, do desenvolvimento regional, partilhando do pressuposto de que se as condições gerais para o crescimento do “setor produtivo” fossem atendidas, as condições de melhoria de vida e de trabalho para os trabalhadores também seriam: “precisamos alavancar a capacidade de infraestrutura, a capacidade social e a capacidade de produção do país”<sup>477</sup>, afirmou Marinho.

A outra face da mesma proposta feita por Marinho era a de que o Estado deveria exigir contrapartidas sociais a benefício fiscal ou financiamento por parte do Estado como, por exemplo, a formalização do contrato de trabalho no financiamento de empresas da construção civil. Tratava-se de postura política extremamente defensiva que deveria, no mínimo, ser rechaçada no curto prazo por uma proposta de profunda revisão do marco legal trabalhista que revisse os instrumentos de flexibilização dos direitos dos trabalhadores implantados na era FHC. Outra situação aludida por Marinho, na esteira do reformismo fraco e pró-capital, seria a formalização da contratação de trabalhadores do setor de agronegócio, o qual “90% da mão de obra (...) são informais” e apontava “a necessidade de um fórum (...) para buscar resolver essa questão. Porque não basta ajudar no crescimento da economia e na outra ponta ajudar no aumento da desigualdade social”<sup>478</sup>.

As propostas trazidas pela intervenção de Marinho alinhavam-se a um duplo movimento, ambos contraditórios em si: i) sustentar que o atendimento das exigências do capital “produtivo” pelas políticas estatais repercutisse favoravelmente às condições de reprodução da classe trabalhadora e que o estabelecimento de metas sociais não estivessem premidas pelo atendimento às demandas das frações de classes do capital (bases político-econômicas do “pacto social”) e ii) tentar evitar que os efeitos perversos da exploração fossem parcialmente revertidos pela ação compensatória do próprio empresariado, por meio da intervenção pontual do Estado.

---

<sup>476</sup> GARCIA, Ronaldo C. O CDES e a construção da Agenda Nacional de Desenvolvimento: um relato particular... Op. cit., p. 87-88. Grifos no original.

<sup>477</sup> Idem, p. 88.

<sup>478</sup> Idem, 90.

Era preciso, de certo, boa dose de sujeição política, de transformismo político-ideológico e forte crença no mito de que com ajustes superficiais nas relações capital-trabalho (sem lutas, sem confrontos, apenas com introdução de medidas compensatórias e apaziguadoras “pactuadas”) e o estabelecimento de metas se poderiam combater históricas desigualdades sociais. No essencial, talvez com nuances menos ilusórias em poucos casos, tais premissas eram compartilhadas por todos os membros do CDES e estariam dentre os pontos de partida básicos nas formulações e propostas tidas no Conselho.

As 27 diretrizes estratégicas propostas para enfrentar os âmbitos problemáticos e alcançar os objetivos colocados pelos conselheiros foram expostas no quadro abaixo. Deve-se ressaltar que se procurou condensar o máximo possível cada diretriz estratégica, preservando os trechos considerados mais relevantes e descartando os de teor mais “técnico” e específico, em geral resultado de desdobramentos dos enunciados principais. O quadro abaixo busca sumarizar as diretrizes propostas ante aos objetivos traçados pelos conselheiros:

**Quadro 3.3 – As diretrizes estratégicas da AND ante aos objetivos a serem alcançados**

Objetivos	Diretrizes estratégicas
<p><i>I. Fazer a sociedade brasileira mais igualitária, sem disparidades de gênero e raça, com a renda e a riqueza bem distribuídas e vigorosa mobilidade social ascendente.</i></p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Adotar a <b>equidade</b> como o <b>critério</b> a presidir toda e qualquer decisão dos poderes públicos, estabelecendo obrigatoriedade de avaliação prévia às suas ações por este critério, e incentivá-lo na iniciativa privada.<sup>479</sup></li> <li>2. Ampliar a <b>escolaridade média da população brasileira</b>, com ênfase na universalização do acesso e conclusão da educação básica, mediante estabelecimento de metas anuais de qualidade do ensino, submetidas a processo de avaliação e controle da sociedade.</li> <li>3. O pleno emprego<sup>480</sup> passa a ser um objetivo permanente, contribuindo para a redução das diferenças salariais de gênero e raça, formalização dos contratos de trabalho e salário mínimo compatível ao que determina a CF/88.</li> <li>4. Identificar áreas com maior miséria/pobreza e articular nos três níveis de governo ações para a cidadania. Identificar potenciais produtivos e oportunidades de investimento e promover dinamização da economia local, suportada em acordo social-público-privado.</li> <li>5. Executar a Reforma Agrária, em prazo máximo de cinco anos, com apoio especial e integrado à agricultura familiar.<sup>481</sup></li> </ol>
<p><i>II. Tornar a economia brasileira apta a incorporar todo o mercado interno potencial, com forte dinamismo e capacidade inovadora, desenvolvendo novos produtos e mercados e com participação relevante na</i></p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. O governo e representantes de todos os setores empresariais elaborarão proposta de <b>acordo para o investimento e inovação sistêmicos</b>, base para o aumento da produção, do emprego, da produtividade e da competitividade.</li> <li>2. Será objetivo a ser estimulado a constituição de acordos para a partilha dos ganhos de produtividade, com vistas a assegurar: a) transferência para os preços; b) aumento real de salários, c) sustentação do investimento, como condição para diminuição das desigualdades sociais, incorporação do mercado interno, crescimento das exportações e estabilidade monetária.</li> </ol>

<sup>479</sup> Esta diretriz foi antecipadamente defendida nas plenárias do CDES pelos conselheiros Clemente Ganz Lúcio (DIEESE) e Oded Grajew (Instituto Ethos).

<sup>480</sup> Conta em nota na AND: “trata-se da plena mobilização das capacidades produtivas em termos de terra, trabalho e capital”.

<sup>481</sup> Nas atas das reuniões plenárias provavelmente a única voz que tocava no tema da Reforma Agrária era a do conselheiro Pedro de Assis Ribeiro de Oliveira, das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs).

<i>economia internacional.</i>	3. Os órgãos governamentais, as universidades, as instituições públicas e privadas de pesquisa e desenvolvimento conceberão um programa de parceria Universidades – Instituições de Ciência e Tecnologia – Empresas. <sup>482</sup>
<b>III. Ter uma infraestrutura logística eficiente e competitiva, integradora do território, da economia e da sociedade nacionais.</b>	1. Implantar política nacional integrada de transportes assente na multimodalidade, na integração regional/nacional/sul-americana, conferindo prioridade à criação de corredores hidroviários, ferroviários e cabotagem. 2. Recuperação da malha rodoviária federal com os recursos da CIDE. <sup>483</sup> 3. Privilegiar fontes renováveis no planejamento energético nacional.
<b>IV. Construir um sistema de financiamento do investimento eficiente e eficaz, uma estrutura tributária simplificada e racional, com tributos de qualidade, progressiva e estimuladora da produção e do emprego.</b>	1. Definir e implantar proposta de sistema público-privado de financiamento do investimento e dinamização do mercado de capitais. 2. Ampliar composição do CMN. Criar, junto ao Gabinete do Presidente da República, um conselho de assessores econômicos, com a função de auxiliar na formulação e avaliação da execução da política econômica. 3. Promover reforma do Sistema Tributário Nacional, com vistas a: conceber uma estrutura tributária fundada na progressividade, justa partilha federativa, tributos sobre o patrimônio, a riqueza e o consumo; combate à sonegação e à evasão; desonerar folha de salários; regulamentar o imposto sobre grandes fortunas; redução progressiva da carga tributária.
<b>V. Instaurar a segurança pública e a paz social, um sistema judicial transparente, ágil e democrático e um Estado que regule e fiscalize a contento.</b>	1. Mobilizar o país em prol de uma cultura de paz, de denúncia sistemática dos preconceitos e para a difusão dos valores básicos referentes à vida, à liberdade, à solidariedade, ao respeito pelos outros. 2. Muito próximo do item I.4. 3. Acelerar a implantação do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP). <sup>484</sup> 4. Implantar, de forma acelerada, a Reforma do Sistema Judiciário. 5. Dotar as agências reguladoras e órgãos de fiscalização de pessoal especializado, assegurando condições materiais suficientes e implantando corregedorias ágeas e eficazes.
<b>VI. Desenvolver um aparato estatal que opere eficiente e eficazmente, um pacto federativo competente para lidar com conflitos, com equilíbrio entre regiões e capacidades de manejar recursos naturais de forma sustentável.</b>	1. Formular e implantar um projeto de Estado/Administração Pública coerente com os principais objetivos da AND; consolidar mecanismos que ampliem a participação da sociedade no processo decisório; estabelecer uma burocracia profissionalizada, ética, comprometida com o povo; estimular a gestão orientada para resultados, com avaliação sistemática e sob controle participativo da sociedade. 2. Aprimorar o sistema de planejamento e gestão do Governo Federal. 3. Implementar os sistemas nacionais de prestação de serviços públicos e de proteção social e ambiental. 4. Implantar sistema de avaliação dos impactos regionais dos gastos públicos. 5. Estabelecer a repactuação federativa, buscando arranjo solidário, equitativo,

<sup>482</sup> Proposições nesta direção eram suscitadas nas reuniões plenárias pelo conselheiro Jorge Gerdau.

<sup>483</sup> CIDE significa “Contribuição Interventiva no Domínio Econômico” e trata-se de tributo para financiar as atividades de intervenção da União na economia a fim de realizar uma série de atividades voltadas ao aprimoramento ou expansão de um segmento econômico. Os conselheiros se referiam, na AND, à CIDE-Combustíveis, instituída pela lei 10.336/01 com a finalidade de assegurar um volume mínimo de recursos para investimento em infraestrutura de transporte. Exigiam que a *totalidade dos recursos* angariados pela CIDE-Combustíveis fosse aplicada, em caráter emergencial, na recuperação da malha rodoviária federal. Do total arrecadado pela CIDE, 20% são destinados para o fundo de Desvinculação de Receitas da União (DRU) e, com a reforma tributária, 25% passaram a ser transferidos aos estados, que repassam 25% de suas cotas aos municípios. Veja em < <http://www12.senado.gov.br/noticias/entenda-o-assunto/cide>>. Acesso em 11/07/2014. Há um erro crasso nas duas edições da AND, afirmando que a CIDE significa “Centro de Informações da Cidade do Rio de Janeiro” o que destoa completamente com o texto da diretriz.

<sup>484</sup> Proposto inicialmente em Projeto de Lei 1937/06 e reeditado pelo PL 3734/12, o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) ainda não foi aprovado pelo Congresso Nacional. Preconiza que os órgãos mencionados no art. 144 da CF/88 atuarão, nos limites de suas competências, de forma cooperativa, sistêmica e harmônica, por meio de: operações combinadas, planejadas e desencadeadas em equipe; aceitação mútua dos registros de ocorrências e dos procedimentos apuratórios; compartilhamento de informações; e intercâmbio de conhecimentos técnicos e científicos. Trata-se, em resumo, do aperfeiçoamento do aparato preventivo-coercitivo do Estado, por meio da disponibilização imediata de contingente especializado, bem treinado e armado, do aparato repressivo frente às mobilizações de forças populares.

	responsável e integrador que contemple o atendimento às demandas sociais e na promoção do desenvolvimento. 6. Dotar o aparato público de efetiva capacidade de fiscalizar o manejo, conservação e preservação dos recursos naturais. 7. Os Poderes da República concederão prioridade à elaboração e aprovação da Reforma Política, objetivando fidelidade partidária, cláusula de barreira e financiamento público de campanhas eleitorais. 8. Valorizar e difundir a cultura brasileira, no país e no exterior.
--	--

**Elaboração própria. Fonte:** As diretrizes estratégicas foram adaptadas da Agenda Nacional de Desenvolvimento (SRI. SEDES. *Agenda Nacional de Desenvolvimento*, 2010a, Op. cit., pp. 17-23, grifos no original).

A Agenda Nacional de Desenvolvimento mereceria um exame crítico detalhado de cada diretriz elencada acima. Todavia, não nos parece que esse seria o caminho mais profícuo para a configuração da natureza política e econômica desta Agenda, seja porque invadiria objetos peculiares às várias áreas de conhecimento – o que se desdobraria numa outra tese -, seja porque inviabilizaria uma análise mais acurada do papel do CDES diante do pretendido *aggiornamento* do projeto burguês de sociabilidade em revitalização no Brasil em começos do século XXI.

Todavia, não se pode deixar de notar a evidente *preponderância das pautas empresariais*, conjugadas a um *mix* de políticas sociais e trabalhistas, que não raras as vezes aparece atrelado subalternamente e/ou derivado do êxito das questões econômicas alinhavadas.

Apesar das pautas empresariais serem bastante diversificadas, fica bastante evidente a *preponderância das demandas do grande capital produtor de valor* na Agenda do CDES. A lista, não exaustiva, deve necessariamente ressaltar: i) a ênfase no sistema de financiamento público-privado (concessões e PPP's), principalmente à realização de obras de infraestrutura; ii) dinamização de mercados de capitais; iii) a implantação de política nacional de transportes multimodal, de infraestrutura logística e de marco regulatório correspondente a fim de assegurar maior competitividade e desenvolvimento regional; iv) o aumento do investimento do Estado em ciência e tecnologia (2,0% do PIB), respondendo à questão da produtividade e da agregação de valor na pauta exportadora; v) incentivo e desoneração das exportações; vi) o aumento do mercado interno; vii) desoneração da folha de salários, transferindo os encargos previdenciários e trabalhista para o faturamento; viii) desoneração, incentivos e subsídios de ordem tributária (reforma tributária); ix) investimentos nas áreas de bens de consumo semiduráveis e não duráveis; x) reforma do Estado (gestão orientada para resultados); xi) estabilidade macroeconômica; xii) ênfase na educação técnico-profissional e na articulação universidades-empresas; xiii) privilegiamento de fontes renováveis de energia; xiv) valorização das agências reguladoras; xv) identificar áreas com maior proporção de miséria/pobreza (...) [para] identificar potenciais produtivos e as oportunidades nessas áreas e

promover (...) capacitação e assistência técnica (...) suportada em acordo social-público-privado; xvi) Investimento em P&D em todas as regiões do país.

A temática estatal também atravessa o documento, ligada indubitavelmente à proposta de reforma da sua gestão, traduzida na incorporação de procedimentos e lugares-comuns discursivos oriundos da administração empresarial, tais como “parceria” com o setor privado (leia-se: privatização), “desburocratização”, “descentralização”, “eficiência”, “gestão voltada para resultados”, coligados a elementos caros às históricas lutas populares, mas esvaziados e depurados de qualquer potencial e sentido organizativo efetivamente contra-hegemônico, isto é, socializante, entretanto bastante em voga em tempos de social-liberalismo, como os suscitados pelo “controle social”, inexoravelmente vinculado à “participação” e à “democratização”.

A manifestação mais explícita e contundente da inserção das aspirações do grande empresariado produtor de valor na AND foi, sem dúvida, sua absorção, praticamente absoluta, das propostas contidas no documento apresentado pelo presidente da FIEP, o conselheiro Rodrigo Loures, na 10ª Reunião Plenária, intitulado “Contribuições da FIEP para a Política Econômica Brasileira”, a qual teve aderência o IEDI e a FIESP. A segunda diretriz traçada para o cumprimento do “Objetivo IV” (construir um sistema de financiamento do investimento eficiente e eficaz, uma estrutura tributária simplificada e racional, com tributos de qualidade, progressiva e estimuladora da produção e do emprego) trazia, *ipsis litteris*, as demandas expostas pelo referido documento da entidade empresarial paranaense. O quadro abaixo coteja, ponto a ponto, as propostas contidas em ambos os documentos:

**Quadro 3.4 – Comparação entre a segunda diretriz do objetivo IV da AND e as propostas do documento da FIEP**

<b>2ª Diretriz do objetivo IV da AND</b>	<b>Documento da FIEP</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ampliar a composição do Conselho Monetário Nacional para no máximo nove integrantes, passando a incluir membros da sociedade, assegurada maioria aos representantes do Governo.</li> <li>• Criar, junto ao Gabinete do Presidente da República, um conselho de assessores econômicos, integrado por renomados especialistas, com a função de auxiliar na</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ampliar o número de membros do CMN. Além dos três membros atuais, integrariam o CMN: o Ministro do MDIC, o Ministro da C &amp; T, o Presidente do BNDES e três representantes da sociedade, indicados pelas confederações empresariais, centrais sindicais e pela Associação de Pós-Graduação em Economia.<sup>485</sup></li> <li>• Criar o Conselho Econômico da Presidência. Um grupo de cinco a sete profissionais com notório conhecimento em Economia, sem funções no Executivo, comporia um corpo</li> </ul>

<sup>485</sup> Tramita no Legislativo Federal, desde 2007, um Projeto de Lei Complementar (PLP 261/2007), de proposição do deputado federal Silvinho Peccioli (DEM/SP), que “dispõe sobre o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências”. O conteúdo do projeto de lei identifica-se, no que tange à composição, integralmente à proposta da FIEP. Repare que em ambas as propostas não figura o presidente do Banco Central entre os membros do CMN.

<p>formulação e avaliação da execução da política econômica.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Sintonizar a política macroeconômica (monetária, cambial, tributário-fiscal), com os objetivos maiores do governo e os estabelecidos nessa Agenda Nacional de Desenvolvimento, mediante: 1) a redução progressiva dos depósitos compulsórios; 2) a conclusão do processo de desindexação da economia (abrir negociações para eliminar cláusulas de indexação automática dos contratos de concessão de serviços públicos) e 3) a aceleração dos estudos para definir um novo padrão de indicadores de preços, com vistas a implantar a metodologia de “núcleo de inflação”.</li> <li>• Conceber e implementar os mecanismos legais que possibilitem a repatriação de capitais de brasileiros transferidos para o exterior.</li> </ul>	<p>auxiliar de aconselhamento, agregando outros profissionais para discussão de pontos específicos.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Sintonizar a política monetária com a política econômica geral. O sistema de metas de inflação deve ter como objetivo a estabilidade da inflação em longo prazo e a redução da volatilidade da produção no curto prazo.</li> <li>• Implementar sistema baseado no “núcleo da inflação”.</li> </ul> <p><i>Proposições Adicionais:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Redução do spread bancário.</li> <li>• Completar o processo total de desindexação da economia.</li> <li>• Redução da vulnerabilidade externa da economia brasileira.</li> <li>• Incentivo fiscal à repatriação de capitais.<sup>486</sup></li> </ul>
--	---

**Elaboração própria.** Fonte: SRI. SEDES. *Agenda Nacional de Desenvolvimento*, 2010a, Op. cit., p. 20

As similitudes entre os dois documentos são evidentes. Não há nenhuma diferença de fundo entre eles. A AND traz adaptações superficiais em alguns pontos e sistematiza com maior profundidade outros, fruto do processo de discussão e adaptação ocorrido na elaboração do documento. A rigor, todas as demandas empresariais acima expressavam a cristalização dos debates ocorridos nas reuniões plenárias e nos Grupos Temáticos, publicados em documentos internos do CDES, tais como a ampliação da composição do CMN, redução dos depósitos compulsórios, redução da vulnerabilidade externa, desoneração da folha, etc.

Um ponto relevante, e que nunca foi objeto de discussão nas plenárias, trata da demanda pela constituição, junto ao Gabinete da República, de “um conselho de assessores econômicos, integrado por renomados especialistas, com a função de auxiliar na formulação e avaliação da execução da política econômica”, presente na AND. A nosso ver, possivelmente a demanda seria uma tentativa de abertura de um caminho mais abreviado e de *acesso particular ao grande capital* de proposições econômicas junto ao Executivo, e também como alternativa à demanda pela ampliação do CMN, recorrente nas plenárias mesmo no segundo governo Lula, mas que não foi atendida.

Impressiona como na AND apenas as diretrizes estratégicas plasmadas no Objetivo I se adequavam, com maior proximidade, às reivindicações de setores populares (ampliar escolarização média da população, pleno emprego, redução das diferenças salariais, formalização dos contratos, salário mínimo de acordo com a CF/88, reforma agrária) e mesmo assim houve algumas inserções de cunho empresariais. Outras reivindicações apareciam mescladas com as empresariais, sem precisar suas finalidades e mecanismos de aplicação

<sup>486</sup> Este item consta na Carta do IEDI endereçada a Lula da Silva em 2003. Cf. PINTO, Celso. *IEDI oferece a Lula plano emergencial*. FSP, 06/03/2003. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0603200311.htm>>. Acesso em 21/08/2014.

(ampliar composição do CMN, redução da carga tributária, tributos sobre o patrimônio, regulamentar imposto sobre grandes fortunas, dentre outros).

Grosso modo, a AND condensou o esforço do grande empresariado em reunir suas pautas e aspirações num *projeto econômico de crescimento substantivo*, isto é, o fio vermelho que atravessa e conduz as diretrizes estratégicas traçadas no documento da AND atendia aos requisitos caros ao grande capital produtor de valor. “Desenvolvimento com equidade” reduzia-se a uma concepção de *crescimento econômico tout court* azeitada ou temperada por uma esquerda para o capital que pulverizava algumas reivindicações de origem popular na Agenda (reforma agrária, por exemplo, que não foi discutida com atenção nas plenárias e sobre a qual não se detalhava no documento), necessárias para que o projeto *aparecesse* com uma “marca social” branda e inorgânica, mas capaz de suscitar adesão dos setores subalternos e que pudesse *adesivá-lo* como “com equidade” ou “com inclusão social” e também “democrático”, tendo em vista resultante de um “amplo processo de concertação” entre “setores plurais”. A AND foi mais um momento ou oportunidade de reedição e reafirmação do exercício de operacionalização da hegemonia do grande capital produtor de valor no Conselho, local de *empresariamento da gestão participativa no interior do aparato estatal*.

### **3.6 – Os Enunciados Estratégicos para o Desenvolvimento (EED) e o debate dos conselheiros com a FGV-RJ**

#### **3.6.1 – O debate dos conselheiros com a FGV-RJ**

Os Enunciados Estratégicos para o Desenvolvimento foi um documento produzido pelos conselheiros e pela Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro (FGV-RJ) após a elaboração da AND. Eles se consubstanciaram na produção de 24 enunciados, aprovados em 2006, que objetivaram elencar diretrizes operacionais com metas sociais, econômicas e financeiras tangíveis, tendo como horizonte de longo prazo o ano de 2022. De abril a agosto de 2006, além de três reuniões plenárias, a produção dos Enunciados envolveu cinco reuniões regionais.<sup>487</sup> Percebe-se, desta maneira, o curto período de tempo envolvido no processo de elaboração dos Enunciados, devido, principalmente, ao papel protagonista desempenhado pela FGV-RJ nesta empreitada, através de um trabalho “voluntário” junto a SEDES, ou, tecnicamente, sem percepção de recursos monetários.

---

<sup>487</sup> SRI. SEDES. *Enunciados estratégicos para o desenvolvimento*. Brasília: Presidência da República, CDES, 2006, p. 07.

As condições conjunturais para a proposição de produção dos Enunciados se deram com o retorno de Tarso Genro à secretaria-executiva do Conselho, em abril de 2006. Sua retomada à frente do Conselho coincidiu com o término dos principais trabalhos aos quais os conselheiros se dedicaram desde 2004: a AND e a construção do Observatório da Equidade. Naquele ano, a conjuntura político-eleitoral e o encerramento dos mandatos de conselheiros tornaram convenientes que as atividades do Conselho se voltassem para a formulação de um documento que refletisse o acúmulo dos debates e propostas ocorridos para o ciclo político que se aproximava “independentemente de qual seja a frente política ou o partido político que vai dirigir o país no próximo período”, de acordo com Tarso Genro.

Na 17ª Reunião Plenária, em maio de 2006, o secretário trouxe ao pleno a proposta de se “chegar a alguns pontos comuns onde se diga 20, 30, 40 pontos que podem ser sustentadas, por exemplo, num apoio da Fundação Getúlio Vargas, que já nos deu apoio em outras circunstâncias,<sup>488</sup> e nós chegarmos a determinadas constatações (...) plenamente majoritárias”. Na 18ª Reunião Plenária, ocorrida em junho, Tarso Genro explicitou de maneira detalhada a estratégia adotada:

Nós estamos em um momento de fechamento da nossa experiência de Conselho esse ano e a nossa discussão agora será balizada com esse trabalho, com essa parceria magnífica que nós estamos fazendo com a Fundação Getúlio Vargas, que apresentará hoje os elementos iniciais desta composição que está realizando a partir das Cartas de Concertação e a partir da AND. **E esse documento introdutório que será apresentado pelo professor Carlos Simonsen Leal, presidente da FGV, vai ser objeto depois de uma interação através da internet (...) e também culminará com uma ou mais reuniões do Conselho (...), produzindo alguns enunciados, que constituiriam um legado do Conselho para um próximo período,** seja quem for o presidente da República, seja qual for o governo e a coalizão política que vai dirigir o país no próximo período (ATA, 18ª Reunião Plenária, 29/06/2006, p. 01).

O aludido documento apresentado pelo presidente da FGV-RJ nessa plenária do CDES intitula-se “Temas para o Desenvolvimento com Equidade”, produzido pela própria instituição a pedido da Secretaria de Relações Institucionais (SRI/PR) a fim de servir como “assessoramento técnico” ao CDES na formulação dos Enunciados Estratégicos para o Desenvolvimento. Segundo o documento da FGV-RJ, os Enunciados Estratégicos para o Desenvolvimento tiveram como base de elaboração o exame, das atas das reuniões plenárias,

---

<sup>488</sup> Na 18ª Reunião Plenária (29/06/2006), o convidado Carlos Leal (Presidente da FGV-RJ) declarou que “quando o Ministro Tarso Genro pediu há três anos que nós ajudássemos a montar o funcionamento inicial do CDES nós ficamos entusiasmados com a ideia e acompanhamos esse trabalho inicial”. Curioso constatar que nenhum documento ou depoimento em relação à formulação do marco legal que trata do funcionamento do CDES trazia menção ao papel da FGV-RJ. Carlos Ivan Simonsen Leal é presidente da FGV-RJ desde 2000 e sobrinho do falecido economista Mario Henrique Simonsen. Obteve o título de Ph. D. em economia pela Universidade de Princeton (EUA) em 1986 e seguiu carreira dentro da FGV-RJ nos cargos de professor, diretor e vice-presidente. Retirado de <<http://epge.fgv.br/pt/professor/carlos-ivan-simonsen-leal>>. Acesso em 21/07/2014.

das Cartas de Concertação, da Agenda Nacional de Desenvolvimento e “demais documentos originados do CDES”.<sup>489</sup> A partir da seleção das informações contidas nesta documentação, a equipe da FGV-RJ, ainda conforme seu documento, realça que “fez um trabalho de análise técnica dos elementos estratégicos debatidos pelo conselho”. Interessante observar a preocupação do documento da FGV-RJ em adiantar suposta “neutralidade” ou “isenção” na produção dos Enunciados, procurando “abordar de forma isenta e crítica o conjunto de propostas oriundas do CDES. Fundamentou-se, portanto, em uma perspectiva republicana e apartidária”.<sup>490</sup>

Consta no documento, ainda, que a FGV-RJ elaborou “uma análise de alguns dos principais problemas que o Brasil precisa equacionar para voltar a se desenvolver (...) dentro de uma ótica de adição de valor”.<sup>491</sup> Esta ótica tinha como intuito “levar em conta a estrutura de informações extraídas do CDES (...)”, buscando “a articulação dessas informações em tipologias mais refinadas possibilita[ndo], dessa maneira, que o potencial institucional do CDES seja ampliado, o que permitiria uma maior adição de valor à sua ação”.<sup>492</sup>

Na apresentação que fez sobre o documento da FGV-RJ na 18ª plenária do CDES, Leal argumentou que permitir “maior adição de valor à ação do CDES” seria possibilitar o atendimento da “responsabilidade maior do CDES para com a República”, exercendo “com eficiência sua capacidade em coletar informações e impressões dos mais distintos grupos sociais e organizá-las de forma a gerar valor à ação do Estado”, ou seja, “diminuindo a

---

<sup>489</sup> Fundação Getúlio Vargas (2006). *Temas para o desenvolvimento com equidade*. Disponível em <<http://www.cdes.gov.br/documento/282190/fgv-temas-para-o-desenvolvimento-com-equidade.html>>. Acesso em 17/07/2004, p. 15.

<sup>490</sup> Idem.

<sup>491</sup> Idem, p. 05.

<sup>492</sup> Idem, p. 12. Carlos Leal tentou explicar na 18ª reunião plenária o que seria esta “árvore de adição de valor”, segundo ele “uma metodologia muito comum em administração privada, mais recentemente aplicada em administração pública”: “(...) nós pegamos aquelas demandas estratégicas e táticas que nós identificamos na leitura das atas do CDES e chegamos a uma árvore de adição de valor que é (...) a visão de alguém que está de fora, que não está na pretensão de palpitar, mas sim de dar uma informação do que foi um bocado discutido aqui” (ATA, 18ª reunião plenária, 29/06/2006, p. 7-8). Outros elementos trazidos pelo no documento da FGV podem clarear melhor “a adição de valor”: “Ao planejador estratégico cabe levar a estrutura de informações extraídas do CDES a um processo de adição de valor, no qual suas propostas são hierarquizadas dentro de uma lógica causal (...). A articulação dessas informações em tipologias mais refinadas possibilita, dessa maneira, que o potencial institucional do CDES seja ampliado, o que permitiria uma maior adição de valor à sua ação”. FGV (2006). *Temas para o desenvolvimento com equidade...* Op. cit., p. 12. A metodologia utilizada pela FGV pode ser resumida na seguinte passagem: “(...) a equipe da FGV fez um trabalho de análise técnica dos elementos estratégicos debatidos pelo conselho. Dentre as atividades realizadas, podem-se elencar as seguintes: a) leitura qualitativa e discussão crítica das Cartas de Concertação, Agenda Nacional de Desenvolvimento e demais documentos originados no CDES; b) reorganização temática das propostas constantes desses documentos, com a definição das ações estratégicas e táticas ali inseridas; c) relação entre os itens levantados e a árvore de valor; d) composição de diagrama dos grandes eixos temáticos debatidos pelo CDES e sua respectiva distribuição em termos estratégicos e táticos (...)”. Idem, p. 15.

escassez de informação dos Poderes”.<sup>493</sup> Ou seja, segundo o raciocínio de Leal, o procedimento que a FGV-RJ adotou com o CDES (adicionar valor às discussões dos conselheiros e reordená-las segundo seus critérios) este deveria adotar em relação aos demais órgãos do Estado. Ou seja, ao CDES caberia assumir a função de uma espécie de núcleo de estudos e de consultoria de assessoramento de políticas públicas ímpar no Estado brasileiro, devido à representação híbrida dos setores ali presentes.

O documento produzido pela FGV-RJ trouxe produção de estudos de base sobre macroeconomia, ciência e tecnologia, redes sociais, saúde, educação, eficácia do Estado, segurança pública, sistema judiciário, reforma política e reforma do processo orçamentário.<sup>494</sup> Ela havia produzido não somente um esboço de como poderia ser organizada a discussão sobre o “desenvolvimento com equidade”, oferecendo uma síntese acadêmica das principais questões e preocupações dos conselheiros à luz de uma metodologia empresarial e das concepções teóricas social-liberais que a compõe, mas também um elenco inicial de enunciados.

Segundo Tápia, “a opção por delegar à FGV a transformação da agenda num plano de governo de longo prazo causou grande insatisfação entre os conselheiros, embora isso não tenha vindo a público”,<sup>495</sup> afinal foram os próprios conselheiros que se envolveram na elaboração da AND e a gestão de Tarso Genro apontava para a mudança desse *modus operandi*. Ainda de acordo com o autor, Tarso Genro, “reconhecendo necessidade de responder positivamente às críticas (...) fez um pedido para que os conselheiros apresentassem sugestões de enunciados, que seriam examinados pela FGV e pela SEDES”.<sup>496</sup> De fato, no final da 18ª reunião plenária, Tarso Genro asseverou que

Eu acho que é importante a partir de agora os conselheiros e conselheiras comecem a remeter enunciados, podemos dizer assim enunciados lapidários, aquilo que julgam já estar pronto para ser proposto como elemento de uma agenda e para que a gente comece a condensar isso e trabalhar com a Fundação e interagir com o Conselho para que a gente, em uma próxima reunião tenha um trabalho a ser avaliado. **Alguns exemplos de enunciados já foram dados aqui pela FGV**, mas nós precisamos que os conselheiros interajam para que a gente tenha a capacidade de selecionar aqueles enunciados que são mais passíveis de acordo, de consenso, aqueles que são menos passíveis de consenso (ATA, 18ª Reunião Plenária, p. 25, grifos meus).

---

<sup>493</sup> Informação colhida dos slides apresentados por Leal à plenária do CDES. Disponível em <<http://www.cdes.gov.br/evento/481/pleno-do-cdes-reuniao-ordinaria-n-18.html>>. Acesso em 10/03/2015.

<sup>494</sup> Idem, p. 05.

<sup>495</sup> TÁPIA, Jorge R. Biton. Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social... Op. cit., p. 215.

<sup>496</sup> Idem, p. 215

Para Tápia, converter a AND em metas de planejamento exequíveis e prioritárias significaria considerar que o CDES firmava um sólido consenso sobre o tema do desenvolvimento, mas, segundo o autor, os debates travados no plenário prejudicaram essa hipótese porque *houve manifestações de conselheiros problematizando justamente a tese de uma visão consensual sólida entre os membros do CDES*”.<sup>497</sup>

O principal argumento acionado pelo autor para mostrar a defendida “insatisfação” dos conselheiros foi a intervenção do conselheiro e economista José Carlos Braga, na 18ª reunião plenária.<sup>498</sup> Nela, o professor da Unicamp, alertava para a necessidade de qualificar o debate acerca do padrão de desenvolvimento do país desde os anos 90. Não é que não havia um padrão de crescimento econômico, mas a questão se era aquele o desejável:

A tendência no Brasil é a seguinte: cresçamos. Falando nisso, na verdade, ao contrário da tese vigente, existe sim um padrão de crescimento no Brasil de 94 para cá. Não é verdade que não existe este padrão. A meu juízo ele já existe, sim. Tomemos as grandes empresas. (...) as grandes empresas brasileiras, nacionais e multinacionais, de médio e de grande porte estão muito bem, obrigado. Os bancos estão muito bem, obrigado. A inflação está baixa no Brasil, a balança comercial vai muito bem, obrigado. O governo Lula crescendo pouco está até distribuindo renda, não se falou isso aqui. Há três semanas saiu um dado importantíssimo que o governo Lula está distribuindo renda, está crescendo pouco, faz superávit fiscal. Isso não é um padrão de crescimento capitalista, é? Não é o desenvolvimento que nós queremos, não? Que o Celso Furtado queria? Que o Presidente Lula deseja? Que a sociedade brasileira deseja? Mas é um padrão de desenvolvimento capitalista, sim senhor, com inflação baixa. As empresas brasileiras nacionais e multinacionais vão muito bem. Basta olhar o balanço delas. Então há um certo erro no debate que precisa ser corrigido. Então cresçamos. Qual o crescimento, Ministro? (...) Há divergência e é preciso explicitá-la. Porque se não parece que vamos crescer para onde, para qual lado, com que perfil? Porque se não daqui a vinte anos estaremos de novo: crescemos sim, mas continuaremos miseráveis (...) E esse não é o crescimento que o Brasil quer em sua maioria, e esta questão precisa ser aprofundada, ministro, no Conselho, antes que ele acabe (ATA 18ª Reunião Plenária, 29/06/2006, p. 21).

Braga responde a algumas passagens de Leal quando este aborda o tema do desenvolvimento, na mesma reunião plenária, mencionando que

<sup>497</sup> Idem, p. 213, grifos meus.

<sup>498</sup> Três reflexões importantes podem ser trazidas a partir da abordagem de Tápia sobre as insatisfações dos conselheiros com relação à convocação da FGV-RJ pela SEDES para construção dos Enunciados: a) Tápia pode estar dando pistas importantes, mas não as explora, sobre as tensões interacadêmicas originárias entre professores do departamento de Economia da Unicamp (do qual o conselheiro Braga fazia parte) e a FGV-RJ, ou seja, entre a sustentação de um projeto social-democrata e outro historicamente liberal; b) o argumento utilizado por Tápia para mostrar a insatisfação dos conselheiros se fez através da exposição de um debate que opõe posições distintas acerca do padrão de desenvolvimento do país e não de um rechaço explícito e direto de qualquer conselheiro quanto à ingerência da FGV-RJ nos Enunciados; c) muito embora seja bastante plausível ocorrências de insatisfações de parcela dos conselheiros em relação à SEDES pela convocação da FGV-RJ - aliás, foi durante a primeira gestão de Tarso Genro como secretário-executivo que os conselheiros criticavam o centralismo da SEDES quanto ao modo de funcionamento e à composição das pautas, como vimos no capítulo 1 -, não encontramos nenhum vestígio de reclamações *nas Atas das Reuniões Plenárias* que respaldem tais desconfortos. Ao contrário, conselheiros-empresários como Paulo Simão e Maurílio Biagi declararam manifestação de apoio e mesmo de elogio às propostas da FGV-RJ, na mesma reunião plenária em que Carlos Leal realizou sua apresentação.

“(…) na busca de um desenvolvimento com equidade é necessário resgatar essa visão de desenvolvimento nacional como uma coisa boa”.

“Nós precisamos retomar o caminho do desenvolvimento, esse desenvolvimento tem que ser com equidade, mas também não vai haver equidade sem desenvolvimento”.

“(…) ou você retoma o desenvolvimento (…) ou vamos continuar enxugando gelo (…)”.

“(…) se não houver esse concerto não vai haver reforma, não vai haver nada andando para frente e aí nos vamos ficar onde estamos”. (idem, p. 4-6)

Braga havia levantado uma questão numa abordagem até então inédita nas intervenções plenárias: havia sim um evidente padrão de desenvolvimento capitalista calcado na expansão da acumulação dos grandes capitais monopolistas, inaugurado com o plano real e mantido durante o governo Lula. Mantido o regime de metas inflacionárias e de superávit fiscal, o governo conseguira distribuir timidamente a renda, mesmo com baixo crescimento. Com razão, isto não expressava ausência de desenvolvimento, tantas vezes reclamada no CDES e trazida várias vezes pelo presidente da FGV-RJ, Carlos Leal, mas a permanência de um perfil de desenvolvimento cujos ganhadores estavam muito bem definidos. Ora, Braga sabia muito bem que investir no aprofundamento destas discussões no CDES era caminhar não para a “concertação” social – a própria composição oligopolista do Conselho dificultaria tal intento -, mas para a exposição de limites precisos e contradições impossíveis de serem dirimidas sem que houvesse perdas para o grande capital.

O debate foi continuado pela intervenção do conselheiro Ademir Figueiredo (suplente de Clemente Ganz Lúcio, do Dieese), feita imediatamente após a intervenção de Braga, a qual alude que “o trabalho participava em 1990 com 58% e caiu para 45%” na distribuição funcional da renda. Continuava o conselheiro:

Então, além de não crescer para incluir, tem uma transferência de rendimento. E é a transferência de rendimento que está fazendo com que essa sociedade cada vez acumule mais misérias. **Isso não quer dizer que todo o capital está ganhando, mas tem um capital ganhando, sim. O professor tem razão, tem um capital ganhando nessa sociedade e se a gente não olhar para isso nós não vamos saber quem são os aliados num projeto de concertação porque para alguns pode estar muito bom.** Nós estamos chamando a atenção para isso (idem: p. 22, grifos meus).

O que nos importa é realçar que a intervenção de Braga, no CDES, inovava na sustentação de que a apropriação dos excedentes da riqueza social produzida no Brasil era realizada pelo grande capital monopolista em geral, *não importando qual a fração ou origem do capital beneficiada*. Já o conteúdo do dissenso trazido pelo pronunciamento do conselheiro Figueiredo (DIEESE) não era em si algo pioneiro no CDES: ele aproveitou a posição de Braga para “apaziguar” a discussão e defender que seria ilusória a tratativa social *por meio de uma concertação mudancista com os agentes de um dado capital e não com o próprio capital*. Figueiredo recupera a intervenção crítica de Braga, mas alveja uma direção específica,

retomando críticas bastante recorrentes nas intervenções de reuniões pretéritas de outros conselheiros do CDES: tributar a captura do fundo público (do Orçamento da União, em particular) às políticas de privilegiamento ao capital bancário-financeiro, em especial por meio da política de juros e seus rebatimentos nas políticas sociais:

Nós estamos novamente dentro do Pleno do Conselho dizendo que a Previdência é o problema do ajuste, que **a Previdência é o problema do Orçamento Público!** Se eu fizer a conta ao contrário, **se eu pegar uma taxa normal de juros**, nos últimos dez anos a conta do Brasil vai ser superavitária, o Estado brasileiro vai ser superavitário, dependendo de quanto de juros se tirar, dependendo de qual é a taxa que você coloca para fazer a conta do déficit público. (...) Fala-se do “rombo da previdência”, **não se fala no imenso rombo dos juros**. Na questão tributária pouco se fala que **quem paga são os assalariados**, além que parte do recurso é mal gasto (idem, grifos meus).

Ao rejeitar a reiteração da ideia de que a previdência social era deficitária – debate ocorrido em outras reuniões do CDES – e de que, na questão tributária “quem paga são os assalariados” – e não o patronato como comumente suas lideranças vocalizavam nas reuniões plenárias –, Figueiredo buscava marcar posição de que era preciso que o “modelo de crescimento” pudesse garantir minimamente recursos públicos voltados para as áreas sociais como forma de melhoria na repartição da riqueza entre o capital e o trabalho. Na verdade, a apropriação privada dos recursos públicos ocasionada pelo “rombo dos juros”, presente na fala do conselheiro, foi especialmente uma refutação direta à alocução anterior de Carlos Leal acerca do tratamento dado por esse às relações entre políticas sociais de caráter universal e crescimento econômico em geral, extremamente alinhado às posições do *mainstream* econômico neoliberal de derrogação de importantes políticas sociais conquistadas na Constituição de 1988.

Mas ainda **o antigo regime de políticas sociais** representado pela previdência, pelo seguro desemprego, pela Lei Orgânica de Assistência Social **deve, em médio prazo, ser reajustado a fim de reduzir a pressão fiscal que trava o crescimento econômico**. Esse é um ponto que vai ter que ser discutido em algum momento. **As políticas para o pobre devem se somar a mudanças que façam a renda média crescer a taxas mais substantivas**. Quando você discute o conceito de equidade, você pode falar de várias coisas ao mesmo tempo. Um é o conceito de equidade, chamado de **igualitarismo**, (...) outro, **o mais moderno, quando você procura garantir o mínimo, sobretudo para dar uma determinada consistência social e dali para diante você deixa a competição, deixa o mérito desse resultado e cria as condições de forma equitativa também** (Carlos Leal, presidente da FGV, ATA 18ª Reunião Plenária, p. 09, grifos meus).

O presidente da FGV-RJ se colocava expressamente favorável ao contingenciamento de gastos sociais como forma de “reduzir a pressão fiscal” a partir da exigência de “reajuste” no que ainda restou no plano das políticas sociais universais, expressando a reedição encardida de contrarreformas na direção da retração de direitos e mercantilização das políticas

sociais, expropriando e penalizando trabalhadores, sem as quais não seria possível, segundo ele, o destravamento do crescimento econômico. Para tanto, Leal operava com o conceito de equidade que precisava se distanciar do “igualitarismo”,<sup>499</sup> baseado na universalização da prestação de serviços públicos sociais e no combate à desigualdade funcional da renda, em prol de um conceito “mais moderno”. “Mais moderno” porque em sintonia com os imperativos atuais da expansão da acumulação capitalista com base em expropriações secundárias, cujas frentes de ataque estão também refletidas na focalização das “políticas para o pobre” como incremento do crescimento do produto (via aumento do consumo), mas, antes de qualquer coisa, como capaz de: i) “garantir o mínimo, sobretudo para uma determinada consistência social (...)”, retomando a imprescindibilidade do acionamento de instrumentos prévios de contenção e administração de conflitos e ii) redimensionar as políticas de enfrentamento à pobreza à luz das exigências estritamente mercantis e concorrenciais, subalternizando-as à lógica do mercado, a partir da criação de condições mínimas de subsistência precária e imediata dos setores mais pauperizados do exército de reserva, condições estas perversamente designadas de “igualdade de oportunidades”, requeridas como anteparo para o ingresso à competitividade.

A conselheira Sonia Fleury foi a primeira a se manifestar contrariamente às posições assumidas por Carlos Leal no que tange a estas questões. Na ocasião, a conselheira dizia estar preocupada com as ameaças constantes de desvinculação dos benefícios previdenciários do salário mínimo e da necessidade de buscar outras fontes substitutivas das receitas retiradas das áreas sociais através da DRU,<sup>500</sup> principalmente “quando a metade da população está fora do mercado formal de trabalho”.

(...) nós não podemos contribuir para a instabilidade política ao descartarmos as conquistas do momento anterior que nós tivemos de concertação que foi a Constituição Federal de 88, momento em que (...) trouxe algumas inovações importantes como a introdução do conceito de seguridade social e a subordinação da política previdenciária de saúde e de assistência a essa noção de seguridade e aos princípios da seguridade. Eu acho que essas são inovações extremamente importantes e **vejo com certo temor a possibilidade de tratá-las como um antigo regime de política social. Eu acho que estas são políticas novas, importantes e que ainda não foram completadas e se elas têm que ser ajustadas, elas têm que**

<sup>499</sup> Em outra passagem assevera Leal “**Não vamos confundir igualitarismo com equidade**, mas um coeficiente Gini extremamente alto é nefasto e um processo de redução do coeficiente Gini geralmente está associado a um processo de desenvolvimento econômico” (ATA, 18ª Reunião Plenária, p. 05, grifos meus).

<sup>500</sup> Os mecanismos legais que hoje constituem a Desvinculação das Receitas da União (DRU) foram criados em 1994 por ocasião da implantação do Plano Real. Naquela época, a DRU era denominada de Fundo Social de Emergência (FSE), em 1997 passou a se chamar de Fundo de Estabilização Fiscal (FEF) e, a partir de 2000, DRU. A DRU afeta radicalmente o financiamento das políticas sociais como um todo, sobretudo as políticas de seguridade social, uma vez que ela autoriza a desvinculação de 20% das receitas destinadas às áreas sociais para a geração de superávits primários, liberando recursos para o gasto com o pagamento de juros da dívida pública.

**ser ajustadas não de um ponto de vista fiscal e monetário, mas à enorme necessidade que existe na sociedade brasileira de cobertura da proteção ao trabalho.** (...) Quero dizer, se nós temos certo que é necessário ter um desenvolvimento com equidade, é preciso assumir com clareza o que a equidade significa, que é **aplicar recursos em políticas sociais e não retirar esses recursos da própria política social como constantemente tem sido feito** (idem: 17, grifos meus).

As intervenções de Figueiredo e Fleury na 18ª reunião plenária marcaram de forma muito mais explícita e contundente uma oposição direta às posições Carlos Leal do que a fala de Braga. Assim como Braga, explicitavam algumas contradições e limites de pontos nevrálgicos do “modelo de desenvolvimento com equidade” apresentado por Carlos Leal, realçando princípios básicos sobre os quais não estavam dispostos a negociar, especialmente no trato das políticas sociais.

Tais conselheiros procuraram, em suma, anunciar a necessidade de aprofundamento do debate acerca das estratégias de desenvolvimento nos últimos anos, bem como os principais agentes econômicos que até então delas se locupletavam, ao lado da defesa do que restou de caráter universal das políticas sociais emanadas pela Constituição de 88. Certamente, quanto ao último ponto, eles contavam com a adesão ou alinhamento de outros conselheiros em suas reflexões (em geral acadêmicos, ex-sindicalistas e segmentos minoritários), mas apesar de se destacarem pelas “posições críticas” e serem atuantes nas instâncias do CDES, não eram majoritários diante da preponderância do empresariado o qual, a partir da leitura das atas plenárias no primeiro mandato de Lula da Silva, não se inclinava em lançar ou se envolver num debate de fôlego acerca das políticas sociais e dos mecanismos de redução das desigualdades, com exceção do tema da educação, mas mesmo aí numa perspectiva de preparo e qualificação da mão de obra, isto é, como “o principal instrumento para alcançar o aumento da produtividade da economia (...) e de aumentar a renda das famílias mais pobres (...)”, nas palavras do empresário Fernando Xavier Ferreira (presidente do grupo Telefônica do Brasil) na 19ª reunião plenária. Pinto e Cardoso Jr. salientaram as diferentes demandas e expectativas dos principais atores sociais em disputa:

Apesar de haver consenso em questões mais amplas como a concepção e os instrumentos para o desenvolvimento nacional, as divergências entre os participantes, em especial empresários e trabalhadores, eram acentuadas. Por um lado, os empresários demandavam mais e melhor infraestrutura, energia, financiamento, mudanças no sistema tributário e uma nova política econômica. Havia disposição para discutir uma política de pleno emprego. Por outro lado, os trabalhadores reivindicavam distribuição de renda e riqueza, investimento em educação, redução da informalidade laboral, universalização na cobertura da previdência pública, novo regime de tributação para as micro e pequenas empresas, políticas de emprego, inclusive, para os trabalhadores com baixa qualificação profissional, política de valorização do salário mínimo e prioridade ao mercado

interno e aos investimentos em infraestrutura social como habitação e saneamento.<sup>501</sup>

A rigor, talvez não seja correto avaliar a configuração programática existente no CDES a partir de dois blocos divergentes, como propõem os autores acima. Primeiro porque havia muitos pontos conexos entre as pautas dos “trabalhadores” (na verdade lideranças sindicais das Centrais, e isto faz muita diferença) e dos empresários. Segundo porque, na maioria das vezes, as demandas que os sindicalistas aderiam ou levantavam recebiam apoio ou mesmo aperfeiçoamento de outros segmentos representados. Não havia, de certo, rigidez programática, cujas proposições advinham necessariamente de autoria de um campo ou outro: o caminho mais profícuo seria considerar que havia não apenas *preferências*, mas também, a depender da pauta, *prevalências* em defesa de determinadas questões (especialmente as econômicas) por parte do empresariado e dos demais segmentos sociais.

Por último, as divergências de fato ocorriam, mas o julgamento se elas eram ou não “acentuadas” depende da filiação político-ideológica do analista e/ou pesquisador. A análise das atas das reuniões plenárias durante o primeiro governo Lula da Silva nos mostra que as divergências eram mais acentuadas diante do governo, principalmente quanto aos rumos da política econômica, como vimos, ou mesmo em face à SEDES, no que tange à “política de governança” do Conselho, do que entre os próprios conselheiros. A exceção mais flagrante envolveu o debate acerca da ampliação do Conselho Monetário Nacional, a qual não foi expressão de uma luta entre “trabalhadores” e patrões dentro do Conselho, mas, especificamente entre os setores bancário-financeiros e os demais segmentos, inclusive fissuras no interior do grande empresariado monopolista.

### 3.6.2 – Os Enunciados Estratégicos para o Desenvolvimento (2006)

No quadro abaixo, expusemos todos os 24 Enunciados,<sup>502</sup> com exceção de dois (o 1º e o 7º), publicados pelo CDES. Procuramos organizá-lo de forma que fosse possível cotejar, comparar os enunciados com as diretrizes estratégicas da AND, explicitando-os, de fato, como um conjunto de medidas concretas e com prazos definidos de execução das diretrizes da Agenda. Por isso, os Enunciados do nosso quadro não estão numerados *na ordem*

<sup>501</sup> PINTO, Eduardo Costa e CARDOSO Jr., José Celso. A Experiência do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social como espaço de concertação nacional para o desenvolvimento. In: IPEA. *Estado, instituições e democracia: desenvolvimento*. Brasília: IPEA, 2010, p. 188.

<sup>502</sup> O documento “Enunciados Estratégicos para o Desenvolvimento” afirma conter 24 Enunciados. Ocorre que muitos deles estão subdivididos em itens e subitens sobre dada questão, aumentando o número de metas e objetivos para 38, incluindo o Enunciado Político (o último do quadro abaixo). Em suma, no quadro estão expostos 36 metas e objetivos equivalentes aos 24 Enunciados.

correspondente ao documento oficial. Para facilitar a comparação entre as diretrizes e os enunciados pelo leitor, indicamos entre colchetes o Objetivo (primeiro numeral em romanos) e a(s) Diretriz(es) subjacente(s) da AND (segundo numeral cardinal após o ponto) para cada enunciado. A barra ( / ) aparece em situações onde um Enunciado se coliga a dois Objetivos da AND simultaneamente. Fora dos colchetes acompanhamos a enumeração proveniente da documentação dos próprios Enunciados. Por fim, os enunciados foram apresentados em versão condensada, sem, contudo, subtrair as passagens do texto que julgamos mais pertinentes.

### Quadro 3.5 – Os Enunciados Estratégicos para o Desenvolvimento ante as Diretrizes Estratégicas da AND

Diretrizes estratégicas	Enunciados estratégicos
<p><i>Para o Objetivo I</i></p> <p>1. Adotar a equidade como o critério a presidir toda e qualquer decisão dos poderes públicos, estabelecendo obrigatoriedade de avaliação prévia às suas ações por este critério, e incentivá-lo na iniciativa privada.</p> <p>2. Ampliar a escolaridade média da população brasileira, com ênfase na universalização do acesso e conclusão da educação básica, mediante estabelecimento de metas anuais de qualidade do ensino, submetidas a processo de avaliação e controle da sociedade.</p> <p>3. O pleno emprego passa a ser um objetivo permanente, contribuindo para a redução das diferenças salariais de gênero e raça, formalização dos contratos de trabalho e salário mínimo compatível ao que determina a CF/88.<sup>503</sup></p> <p>4. Identificar áreas com maior miséria/pobreza e articular nos</p>	<p>[I.1]2 – Adotar a equidade como critério a presidir toda e qualquer decisão dos poderes públicos de modo a garantir que o Coeficiente de Gini, atualmente mensurado em 0,569 (2004), seja reduzido para 0,400 em 2022.</p> <p>[I.2]3 – Objetivos na educação: ampliar a oferta de alfabetização para jovens e adultos, articulada com o ensino básico e a educação profissional; garantir a universalização do acesso e conclusão da educação básica; ampliar a rede de educação tecnológica, ampliando o ensino médio integrado, tendo como meta a universalização do ensino médio em um prazo de cinco anos; consolidar a ampliação da rede de IFES, garantindo marco legal para a expansão com qualidade do setor privado, tendo como meta atingir 30% dos jovens cursando o ensino superior (sendo 40% das matrículas em instituições públicas); impulsionar a evolução do sistema nacional de pós-graduação. Expansão dos investimentos para 6% do PIB.<sup>504</sup></p> <p>[I.3/II.2]5 – Política continuada de valorização do salário mínimo, proporcionando aumento real em torno de 150% até 2022 em relação ao ano de 2006. Esta meta é viável com base na estimativa de crescimento do PIB da ordem 150% no período 2006-2022; no estímulo à negociação de acordos para a incorporação à renda do trabalho de parte dos ganhos de produtividade decorrentes deste crescimento.</p> <p>[I.3]6 – Geração de 100 a 150 mil novas ocupações/mês, garantindo que pelo menos 80% destas novas ocupações sejam postos de trabalho formais.</p> <p>[I.3]4 – Aperfeiçoar o SUS, com definição clara das responsabilidades entre os entes federativos. Meta de investimento de 3,2% para 4,5% do PIB até 2011 e para 6% até 2022.</p> <p>[I.3]21- Trazer para a formalidade até 2022 cerca de 10,3 milhões de micro e pequenas empresas que se encontram na informalidade. Aprovar de forma imediata da Lei Geral das Micro, Pequenas e Médias Empresas.</p> <p><b>19- Infra-Estrutura Urbana e Social</b></p>

<sup>503</sup> Na apresentação dos objetivos I e II da AND, na plenária do Conselho, Clemente Ganz Lúcio articula a realização de algumas políticas sociais com a criação de empregos e é nesta perspectiva que as relacionamos à diretriz I.3 e I.4. “É possível termos uma política de inclusão que articule simultaneamente o enfrentamento estrutural de alguns estrangulamentos sociais que permitem a homogeneização social, entre elas, a questão da Reforma Agrária e da política agrária, um investimento pesado em habitação e infra-estrutura, investimento pesado em saneamento, escola e educação, elevação de escolaridade, na questão da saúde e do transporte público. Todas essas políticas são intensivas no uso de mão de obra e são pré-condições para um desenvolvimento (...)” (SRI. SEDES. *Agenda Nacional de Desenvolvimento*, 2010a, Op. cit., p. 41).

<sup>504</sup> A conselheira Jussara Dutra (presidente da CNTE) afirmou na IV Reunião Regional em Brasília: “As políticas públicas devem estar voltadas à inclusão social e inserção no mercado de trabalho. A educação precisa de um investimento de pelo menos 6% do PIB, investir em qualidade e no ensino profissionalizante” (SRI. SEDES. *Enunciados estratégicos...* Op. cit, p. 29). Apenas para observar que as reivindicações dos trabalhadores e profissionais da educação lutam pela aplicação de 10% do PIB.

<p>três níveis de governo ações para a cidadania. Identificar potenciais produtivos e oportunidades de investimento e promover dinamização da economia local, suportada em acordo social-público-privado.</p> <p>5. Executar a Reforma Agrária, em prazo máximo de cinco anos, com apoio especial e integrado à agricultura familiar.</p>	<p><b>[I.4]19.1</b> – Implantar o Programa de Mobilidade Urbana para construção de cidades sustentáveis, garantindo investimentos em transporte público coletivo, acessibilidade e circulação não motorizada no montante anual em torno de R\$ 2 bilhões durante 10 anos.</p> <p><b>[I.4]19.2</b> – Universalizar o acesso aos serviços públicos de saneamento básico na área urbana e rural nos próximos 20 anos. Investir R\$ 180 bilhões.</p> <p><b>[I.4]19.3</b> – Investir R\$ 39,6 bilhões no período 2007 a 2022 para equacionar o <i>déficit</i> (favelas e domicílios rústicos) estimado em 3,5 milhões, nas regiões metropolitanas. Investir R\$ 112,2 bilhões no período 2007 a 2022 para produzir unidades habitacionais de interesse social necessárias para equacionar o <i>déficit</i> habitacional estimado em 6,6 mil.</p> <p><b>[I.4]20</b> – Implementar uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) que valorize a diversidade regional e reduza as desigualdades. Implementar o Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR) que contará com 2% da arrecadação dos tributos federais nos próximos 5 anos, 2,5% nos cinco anos seguintes e 3% nos dez anos seguintes.</p> <p><b>[I.5]22</b> – A Reforma Agrária é condição para a Democracia. A distinção entre terra de trabalho e terra de negócio deve ser o principal critério para a desapropriação e redistribuição de terras, respeitando os diferentes modos de produção dos povos originários e quilombola. Atualizar os índices de produtividade para fins de desapropriação de terras. Garantir acesso à terra para mais de 1,5 milhões de famílias de agricultores sem terra, até 2015.</p>
<p><b>Para o objetivo II</b></p> <p>1. O governo e representantes de todos os setores empresariais elaborarão proposta de acordo para o investimento e inovação sistêmicos, base para o aumento da produção, do emprego, da produtividade e da competitividade.</p> <p>2. Será objetivo a ser estimulado a constituição de acordos para a partilha dos ganhos de produtividade.</p> <p>3. Os órgãos governamentais, as universidades, as instituições públicas e privadas de pesquisa e desenvolvimento conceberão um programa de parceria Universidades – Instituições de Ciência e Tecnologia – Empresas.</p>	<p><b>[II.1]10</b> – Expansão simultânea dos mercados interno e externo. A política externa deve ser ambiciosa de forma a garantir a abertura de novos mercados.</p> <p><b>[II.1]14</b> – Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) deve alterar o patamar competitivo da indústria rumo a inovação e diferenciação de produtos e serviços, com inserção nos principais mercados do mundo. Maior protagonismo no comércio exterior nos segmentos de maior intensidade tecnológica, com internacionalização de empresas brasileiras, disputando a liderança em diversos setores, incluindo produtos de base, nano e biotecnológica e biocombustíveis.</p> <p><b>[II.1/3]15</b> – Aumentar a participação do gasto em C&amp;T no PIB, dos atuais 1,37% para 2,5% nos próximos três anos. Promover o fortalecimento e a modernização institucional da infra-estrutura de pesquisa e desenvolvimento do País, de modo a favorecer uma cultura voltada para maior interação entre universidades, instituto de pesquisas e setor privado.</p> <p><b>[II.1]16</b> – A política de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&amp;I) e a Política Industrial devem contemplar a política nacional de saúde como área estratégica para o desenvolvimento nacional. Aumentar, de modo contínuo, a cobertura de atendimento e oferta de serviços aos usuários do SUS, bem como o desejado aprimoramento da qualidade da prestação desses serviços.</p> <p><b>[II.1]17</b> – Fortalecer a política de comércio exterior, de modo a assegurar que o crescimento de nossas exportações continue superando o crescimento do comércio exterior com taxas superiores a 10% ao ano, a fim de que o Brasil alcance o patamar mínimo de 15º país exportador mundial até 2022.</p>
<p><b>Para o objetivo III</b></p> <p>1. Implantar política nacional integrada de transportes assente na multimodalidade, conferindo prioridade à criação de corredores hidroviários, ferroviários e cabotagem.</p> <p>2. Recuperação da malha rodoviária federal.</p> <p>3. Privilegiar fontes renováveis no planejamento energético nacional.</p>	<p><b>[III.1]18.1</b>- Diversificar a matriz de transportes priorizando o uso do transporte ferroviário, hidroviário e marítimo. Garantir o patamar em torno de R\$ 8,2 bilhões/ano para o investimento público no setor e incentivar a utilização de Contratos de Concessão e de Parcerias Público-Privadas.</p> <p><b>[III.3]18.2</b> – Diversificar e ampliar a matriz energética brasileira mediante vigoroso esforço para o desenvolvimento de novas fontes renováveis, limpas e econômicas de energia, destacando-se os biocombustíveis, como etanol, biodiesel e H-bio. A expansão da oferta de energia elétrica deve seguir com predominância da hidroeletricidade. São necessários investimentos em torno de R\$ 36 bilhões/ano.</p>
<p><b>Para o objetivo IV</b></p> <p>1. Definir e implantar proposta de sistema público-privado de financiamento do investimento e dinamização do mercado de capitais.</p>	<p><b>[IV.1]11</b> – Atingir uma taxa de formação bruta do capital de 25% do PIB ao ano. Expandir o crédito para 50% do PIB. O crédito para a indústria deve ser de 10% e 5% do PIB para a construção civil. Ampliar o crédito para o consumidor e expandir as medidas de inclusão bancária dos segmentos pobres passando de 4,5 milhões novas contas bancárias, para 10 milhões nos próximos cinco anos. Promover a desconcentração e interiorização do Sistema Financeiro Nacional através do estímulo</p>

<p>2. Ampliar composição do CMN. Criar, junto ao Gabinete do Presidente da República, um conselho de assessores econômicos, com a função de auxiliar na formulação e avaliação da execução da política econômica.</p> <p>3. Promover reforma do Sistema Tributário Nacional, com vistas a: conceber uma estrutura tributária fundada na progressividade, justa partilha federativa, tributos sobre o patrimônio, a riqueza e o consumo; combate à sonegação e à evasão; desonerar folha de salários; regulamentar o imposto sobre grandes fortunas; redução progressiva da carga tributária.</p>	<p>à constituição de sistemas cooperativos de crédito e organizações de microfinanças e sua conexão com os fundos de financiamento governamentais, de forma a ampliar os canais de poupança, crédito e serviços financeiros voltados para a população de baixa renda e negócios da economia familiar e solidária.</p> <p>[IV.1]12 – O BNDES aplicará nos próximos dez anos R\$ 650 bilhões para financiar projetos industriais e de infra-estrutura.</p> <p>[IV.1]13 – O conglomerado do Banco do Brasil financiará a formação bruta de capital fixo.</p> <p>[IV.1]8 – O <i>spread</i> deve expressar o risco Brasil de forma realista. O Banco Central deve flexibilizar seletiva e progressivamente os depósitos compulsórios e as operações de redesconto associando essas medidas a metas de redução do <i>spread</i>.</p> <p>[IV.2]24.4- Ampliar a composição do CMN para no máximo nove integrantes, passando a incluir membros da sociedade, assegurada maioria aos representantes do Governo. Instalar imediatamente as Comissões Consultivas do Órgão.</p> <p>[IV.3]9 – Diminuição da carga fiscal para um patamar em torno de 33% no prazo máximo de cinco anos, resultado de uma reforma tributária que incremente a tributação direta. Isentar de ICMS alimentos e remédios e implementar o princípio de destino.</p>
<p><b>Para o objetivo V</b></p> <p>1. Mobilizar o país em prol de uma cultura de paz, de denúncia sistemática dos preconceitos e para a difusão dos valores básicos referentes à vida, à liberdade, à solidariedade, ao respeito pelos outros.</p> <p>2. Muito próximo do item I.4.</p> <p>3. Acelerar a implantação do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP).</p> <p>4. Implantar, de forma acelerada, a Reforma do Sistema Judiciário.</p> <p>5. Dotar as agências reguladoras e órgãos de fiscalização de pessoal especializado, assegurando condições materiais suficientes e implantando corregedorias ágeas e eficazes.</p>	<p>[V.3]23.1 – Segurança Pública – ampliar as ações da PF em todo o País. Difundir a gestão de resultados como princípio administrativo das organizações de segurança pública.</p> <p>[V.4]23.2- Sistema Prisional – regulamentar o controle externo pelo Ministério Público. Reduzir o déficit de vagas (150.000), por meio da construção de 52 estabelecimentos penais para a geração de 41.600 vagas.</p> <p><b>23.3- Sistema Judiciário e Concertação Nacional</b></p> <p>[V.5]23.3.1- Modernização e informatização</p> <p>Informatizar o sistema judicial é fundamental para a aceleração na resolução de conflitos e contribuirá para a segurança jurídica e para a consolidação de um ambiente mais favorável a investimentos e a transações financeiras e comerciais. Necessidade de R\$1,4 milhões/ano a partir de 2007.</p> <p>[V.2/4]23.3.2 – Acesso à Justiça</p> <p>Incentivar programas de mediação, justiça comunitária, justiça restaurativa e demais formas de solução extrajudicial de litígios. Levar pontos de acesso virtual do Judiciário até comunidades carentes.</p> <p>[V.4]23.3.3 – Reforma Legislativa</p> <p>Dar urgência na aprovação do projeto de reforma do Código de Processo Civil, Penal e Trabalhista.</p>
<p><b>Para o objetivo VI</b></p> <p>1. Formular e implantar um projeto de Estado/Administração Pública coerente com os principais objetivos da AND; consolidar mecanismos que ampliem a participação da sociedade no processo decisório; estimular a gestão orientada para resultados, com avaliação sistemática e sob controle participativo da sociedade.</p> <p>2. Aprimorar o sistema de planejamento e gestão do Governo Federal.</p> <p>3. Implementar os sistemas nacionais de prestação de serviços públicos e de proteção social e ambiental.</p> <p>4. Implantar sistema de avaliação dos impactos regionais dos gastos públicos. Cooperação técnica entre entes federativos.</p> <p>5. Estabelecer a repactuação</p>	<p><b>24- Governança Estratégica</b></p> <p>[VI.1]24.1- Consolidar um sistema de governança estratégica no qual os três poderes da República, as diferentes esferas de governo e a sociedade interajam em torno das prioridades nacionais, estabelecidas coletivamente. Fortalecer a participação e o controle social sobre os 3 Poderes.</p> <p>[VI.1/4]24.2- Fortalecer a capacidade do Estado de planejamento estratégico de longo prazo e de regulação, visando, paralelamente, a diminuição das graves assimetrias regionais e sociais no país. Nesse sentido, a concertação de atores públicos e privados, somados à articulação entre os 3 Poderes, torna-se uma estratégia de reestruturação do aparato de Estado.</p> <p>[VI.1/2]24.3- Promover a gestão pública de qualidade, orientada por resultados, com avaliação permanente. A participação e controle sociais devem estar presentes no processo de planejamento e do orçamento. A informação e transparência são elementos centrais. Utilização massiva de tecnologia articulada com o aperfeiçoamento gerencial e o desenvolvimento institucional do Estado, com consequente integração de suas estruturas.</p> <p>[VI.4/5]24.5 – Os entes federativos aperfeiçoarão os instrumentos normativos e regulatórios que garantam a segurança jurídica dos contratos, sobretudo na área de infra-estrutura, como é o caso das Concessões Públicas e das PPP's, assegurando ambiente adequado para os investimentos privados.</p> <p>[VI.3]24.6- Avançar na defesa e garantia dos direitos humanos, com a priorização absoluta de ações voltadas à educação em direitos humanos e à promoção dos direitos da criança e do adolescente, dos idosos, das pessoas com deficiência, e pelo respeito à igualdade de gênero e raça, à orientação sexual e à religião; e ações</p>

<p>federativa, buscando arranjo solidário, equitativo, responsável e integrador que contemple o atendimento às demandas sociais e na promoção do desenvolvimento.</p> <p>6. Dotar o aparato público capacidade de fiscalizar o manejo e preservação dos recursos naturais.</p> <p>7. Os Poderes concederão prioridade à elaboração e aprovação da Reforma Política.</p> <p>8. Valorizar e difundir a cultura brasileira, no país e no exterior.</p>	<p>voltadas à proteção a vítimas, testemunhas e defensores dos direitos humanos.</p> <p><b>[VI.6]24.7-</b> Garantir que a sustentabilidade ambiental seja um componente fundamental do desenvolvimento, aperfeiçoando as políticas ambientais e investindo na pesquisa e utilização dos recursos da nossa biodiversidade.</p> <p><b>[VI.5]24.8-</b> Fortalecer a federação brasileira com o objetivo de promover uma repactuação do país para construção de um novo ciclo histórico de desenvolvimento socialmente mais justo.</p> <p><b>[VI.7] Enunciado Político.</b> A reforma política também buscará o aperfeiçoamento das formas de representação popular. Priorizar a reorganização do sistema partidário e a qualificação dos processos eleitorais com base em: fidelidade partidária, financiamento público de campanha e votação em lista, promovendo a valorização dos partidos políticos e o aprimoramento de sua vida interna.</p>
---	---

**Elaboração própria. Fonte:** Adaptado de SEDES. *Enunciados estratégicos...* Op. cit, p. 12-31.

Duas metas importantes contidas nos Enunciados não figuram no quadro acima em virtude de expressarem medidas balizadoras da política econômica e cujas diretrizes específicas da AND as presumiam, mas não se referiam a elas de forma direta. Já comentamos que a natureza destas medidas não se contrapunha à política econômica adotada desde FHC, solicitando apenas seu relaxamento, ajustando-a à luz das expectativas de (médio) crescimento econômico como garantia de sustentação de políticas mínimas de transferência de renda, geração de empregos e aumentos do salário mínimo com foco na distribuição da renda para os estratos mais pobres da classe trabalhadora.

1 – Ter como meta uma taxa de crescimento média do PIB real em torno de 6% ao ano até 2022, resultando na duplicação do PIB per capita. Os instrumentos fiscais – receitas e gastos públicos – e os monetários – crédito e taxas de juros – devem ser ajustados para permitir a combinação de baixa inflação e alto crescimento econômico, como demonstram ser possíveis os momentos históricos vividos por países hoje desenvolvidos.

7 – As metas de inflação definidas pelo CMN deverão ser cumpridas de maneira sistemática, o que reduzirá o componente inflacionário embutido nas taxas de juros alcançando, num prazo de cinco anos, juros reais de 3%. Isto liberará R\$ 203,3 bilhões de recursos, os quais poderão ser canalizados para investimentos sociais, infraestrutura e seguridade social, mantido o superávit primário em torno de 4,25% ao ano.<sup>505</sup>

As discussões sobre Mobilidade Urbana e da Infraestrutura Hídrica, que resultarem em enunciados, não haviam sido temáticas de debates nas atas das reuniões plenárias. Como não pudemos averiguar todo arsenal documental do CDES, provavelmente estas temáticas tenham sido tratadas em outras instâncias do Conselho (GT's, por exemplo).<sup>506</sup> Além disso, se realizou

<sup>505</sup> SEDES. *Enunciados estratégicos...* Op. cit, p. 12; 18.

<sup>506</sup> A infra-estrutura hídrica foi contemplada no enunciado 18.3: “Aumentar a oferta de água para consumo humano e para a produção, garantindo a distribuição equilibrada de água e priorizando as regiões de maior criticidade como o semi-árido. Desenvolver novos mecanismos de financiamento dos investimentos em infraestrutura hídrica, incluindo Parcerias Público-Privadas e outras formas de concessão pública, garantindo um patamar em torno de R\$ 10 bilhões/ano para o investimento no setor” SEDES. *Enunciados estratégicos...* Op. cit, p. 24.

a importância da Reforma Agrária e a questão da “sustentabilidade ambiental”, com consequente inclusão da Amazônia e do Semi-árido nas políticas integradas de desenvolvimento.

Por outro lado, temas relevantes foram sumariamente desconsiderados pelos enunciados, como por exemplo, uma política de fomento e valorização da cultura, tantas vezes solicitada principalmente pela conselheira Lucélia Santos, mas que, de fato, jamais recebeu qualquer tratamento relevante no CDES. Além disso, assuntos abordados com profundidade nas plenárias do CDES também foram relegados, como a questão da desindexação da economia, cujo Grupo de Trabalho criado se voltou para o estudo dos contratos públicos e privados, especialmente dos serviços em regime de concessão.<sup>507</sup> Questões como Defesa Nacional e Cidades, segundo o documento da FGV, “não foram extensivamente debatidos no âmbito do CDES (...) apesar disso, a FGV apontou à Direção Executiva do CDES a importância do desenvolvimento futuro desses temas (...)”.<sup>508</sup>

A FGV incluiu ainda o tema da Cultura e do Desenvolvimento Regional como “não extensivamente debatidos” o que, a nosso ver, não corresponde à realidade em relação a este último: a 9ª Reunião Plenária dedicou-se apenas sobre este tema, com a presença do então ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, o qual expôs a Política Nacional de Desenvolvimento Regional ao Conselho. Os conselheiros, inclusive, expediram uma moção para a Presidência da República em favor de que o Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR) continuasse nas mãos do ministério e não fosse destinado aos planos regionais estratégicos, como defendiam os governadores.<sup>509</sup>

No quadro 3.5 acima, aparecem dois níveis de abordagens nos Enunciados: o que *era preciso fazer* e o *como fazer* para que as diretrizes traçadas pela AND alcançassem o êxito (metas, objetivos, expectativas, etc) esperado.

O âmbito do “como fazer” se restringia especialmente às parcerias público-privadas, gestão por metas, avaliação sistemática por resultados e referências vagas à “participação e controle social”. Ou seja, defendia-se o empresariamento da administração pública através da utilização de ferramentas e métodos de gestão próprios da administração empresarial, resgatando as premissas presentes no Plano Diretor do Aparelho do Estado dirigido por Bresser Pereira no governo FHC. O aprofundamento da administração gerencial do Estado

---

<sup>507</sup> Este assunto foi pauta da 14ª Reunião Plenária em 05/10/2005, cujo relator foi o conselheiro-empresário Luiz Carlos Delben Leite, integrante de um GT Desindexação da Economia, designado pelo Grupo de Acompanhamento da Conjuntura Econômica (GACE).

<sup>508</sup> FGV. *Temas para o desenvolvimento com equidade*. Op. cit., p. 15.

<sup>509</sup> Debate exposto na ATA da 9ª Reunião Plenária, 02/09/2004.

continuaría sendo pautada no Conselho incluída, por alguns conselheiros, no tema da assim chamada “inacabada Reforma do Estado” e, segundo alguns, inseria-se no âmbito mesmo das discussões sobre a Reforma Política.

Tratemos apenas de dois exemplos de como esse debate aparecia nas plenárias do Conselho.

Na 20ª Reunião Plenária, em dezembro de 2006, o presidente da FIEP, Rodrigo Loures, havia feito, a pedido de Tarso Genro, um encaminhamento à plenária sobre o tema da reforma política. Segundo ele era necessário uma “convocação de uma constituinte revisional através de um colégio exclusivo” com vistas à “modernização do Estado brasileiro” porque “questões cruciais” não estavam sendo equacionadas “não por outra razão senão pelo mau funcionamento do nosso Estado”. Neste “encaminhamento”, Loures advogava que

Nosso entendimento é que a atual estrutura do Estado brasileiro inibe **a formação de um ambiente empreendedor**, e pune os cidadãos que necessitam de serviços públicos de qualidade. Ineficiência, desperdício, baixa produtividade, irresponsabilidade e corrupção são alguns graves problemas do Estado submetido a um **modelo de governança ultrapassado e deficiente**, que comporta, inclusive, uma interação perversa entre os defeitos do sistema político institucional e as mazelas do aparelho estatal.

(...)

O Estado necessita, **como nós empresários temos enfatizado**, um **choque de gestão**, traduzido numa **profunda modernização administrativa** com melhoria contínua de processos, incorporação de tecnologias de gestão avançadas, **capacitação técnica e gerencial dos servidores públicos**, e redução dos controles burocráticos formalistas e ultrapassados (Conselheiro Rodrigo Loures, Ata da 20ª Reunião Plenária, 05/12/2006, p. 23-24, grifos meus)

O objetivo propalado era também criar mecanismos que possibilitassem maior “transparência” e “controle social” da e sobre a administração pública, tendo em vista aumentar a “governança” e a “governabilidade”, isto é, aprofundar o projeto ideológico que procura desmobilizar a luta de classes, transformando as lutas emancipatórias para a *gestão de conflitos*, deslocando o eixo da militância social da luta de longo alcance (revolucionária) para ações pontuais, imediatas, de reforço das estruturas econômicas e de poder. É o fetiche da “participação” e do “controle social”, de “empoderamento” dos sujeitos sociais sem alterações nas correlações de forças *porque não derivado das lutas sociais que incidem sobre tais relações*, mas, ao contrário, redesenhando o terreno do exercício da dominação e da subalternização *sob a bandeira “democrática”*.

Na mesma reunião plenária, o conselheiro José Antonio Moroni (INESC) dizia que

Eu acho que além da questão do Estado que o Rodrigo colocou, eu acho que **o que está em jogo é a questão do poder, a forma de exercer o poder e quem exerce o poder, e os mecanismos que se tem de ter acesso a esse poder**. (...) A gente precisa se debruçar melhor sobre esse sistema descentralizado e participativo do

qual, vamos dizer assim, **têm os Conselhos e as conferências**, mapear melhor esse Conselhos e ver também onde tem convergência, onde que tem sobreposição de atribuições e repensar toda essa arquitetura da participação. E isso para mim tem tudo a ver com [a] forma que se exerce o poder e quem exerce o poder, a gente precisa ver isso (idem, p. 27).

Nos Enunciados, o âmbito do que “era preciso fazer” era amplo e contemplava uma gama tão grande de iniciativas que exigiria verificar o que foi realizado. Tentaremos apenas mencionar, sumariamente, alguns temas que ganharam relevância para o Conselho e já mencionamos alhures os implementados como política pública (ver item 1.5.1).

A temática da Reforma Política, principalmente após o escândalo do mensalão, tornou-se uma pauta recorrente nas discussões plenárias. Mesmo em situações em que a pauta a ela não se referia, a discussão sempre voltava à tona. O mesmo ocorria com a temática da Reforma Tributária. Corriam em paralelo, isto é, não expostos de forma tão enfática e relevante quanto estes temas, as temáticas da Educação, da Infraestrutura, da Bioenergia e, após a crise de 2008, a busca pela oferta de Crédito, foram bastante recorrentes nos documentos e discussões plenárias. Pode-se dizer que as quatro últimas temáticas foram as que receberam, por parte das políticas públicas governamentais, maior atenção, logicamente atendendo as requisições de ampliação dos investimentos e das margens de lucros pelo grande capital. No CDES, a alegação apresentada pelo governo era de que a Reforma Tributária, remetida em 2007, aguardava os trabalhos do Congresso Nacional e, principalmente o presidente Lula da Silva, insistia que o debate era difícil pois cada segmento queria aprovar a “sua própria reforma”.<sup>510</sup> Mesmo assim, os conselheiros continuavam pressionando junto às autoridades do Executivo por maior empenho para sua aprovação. Alguns itens da contrarreforma tributária foram atendidos apenas no governo de Dilma Rousseff como, por exemplo, a desoneração da folha de pagamento. Quanto à Reforma Política, Lula declarava que ela teria que vir da iniciativa do Congresso.

Foi Tarso Genro, agora como Ministro da Justiça, na 23ª reunião plenária, em setembro de 2007, quem mais ressaltou a importância da AND e dos Enunciados na produção de políticas públicas. Disse ele:

E se nós vamos analisar os enunciados do Conselho, e vamos analisar os debates que nós fizemos aqui, os resultados dos Grupos de Trabalho, os Enunciados, a Agenda Nacional de Desenvolvimento, as propostas que saíram daqui, nós podemos bater no peito e ter um enorme orgulho de dizer que 80% dos Enunciados do Conselho de

---

<sup>510</sup> “A verdade é que o nosso discurso sobre a reforma tributária não avançou porque cada um de nós tem uma política tributária na cabeça, cada segmento econômico, cada segmento de trabalhador, cada instituição, cada deputado, cada senador, cada um tem a sua reforma tributária na cabeça, que é resultado do corporativismo que nós vivemos antes de chegar às entidades que vão deliberar. E as coisas não andam” (Presidente Lula da Silva, Ata da 31ª reunião plenária, 27/08/2010, p. 19).

Desenvolvimento foram gradativamente emplacados pelo governo do Presidente Lula. Desde os investimentos massivos na infra-estrutura, à recomposição da nossa matriz energética; os investimentos pesados em habitação popular, a retomada do crescimento que nós falávamos aqui em 5% e tinham setores que queriam nos linchar lá fora. Hoje estamos pretendo chegar a 5,5%, 6%.

(...)

E vocês vão ver, mais uma vez, que a contribuição que saiu desse Conselho (...) aportaram uma enorme contribuição ao governo, não somente na questão da educação, do FUNDEB, da Reforma do Ensino Superior, do PROUNI, que foi debatido e discutido aqui, mas também em relação à segurança pública, que é uma questão chave para a formação de um Estado República, de uma vida democrática para o nosso País (Ministro Tarso Genro, Ata da 23ª Reunião Plenária, 20/09/2007, p. 3-4).

Genro compareceu àquela reunião para expor em que consistia e as ações realizadas pelo Programa Nacional de Segurança Cidadã (PRONASCI). Segundo ele, os Enunciados do CDES “nortearam a elaboração do PRONASCI” (idem, p. 06), sendo que alguns deles “foram transformados em programas dentro do PRONASCI” (idem). O ministro se esforçava em trazer para plenária alguns Enunciados do CDES e, em seguida, comparava-os com as ações promovidas pelo programa.

De qualquer forma, é muito difícil mensurar, sem cair no lugar de legitimador do Conselho por quem o organizou desde o início, a efetividade da AND e dos Enunciados como requisitos de implantação de políticas públicas. O que nos cabe aqui é, a partir dos dados coletados e organizados, saber quais ou quantas propostas estavam vinculados aos interesses empresariais, às reivindicações de setores “distributivistas” ou a ambos, tendo em vista a interlocução programática dos segmentos que se alocavam no CDES.

Como dissemos, os Enunciados derivaram da AND, isto é, a FGV-RJ e os conselheiros compuseram um conjunto de metas e objetivos a serem alcançados a partir dos Objetivos e Diretrizes Estratégicas expostas na AND. Já afirmamos que na Agenda predominaram as pautas oriundas das entidades patronais cujas atividades setoriais estavam diretamente vinculadas ao capital produtor de valor. Não seria necessário muito esforço analítico para inferir que os Enunciados corroboraram com as orientações gerais da AND e que, portanto, o espaço relativo ao atendimento das reivindicações oriundas dos setores populares é mínimo. Porém, se atentarmos para as possibilidades de combinações de enunciados que provavelmente atendam as aspirações distributivas (“sensibilidade petista”) e as demandas empresariais, o número de enunciados se eleva. De novo, a hegemonia pressupõe concessões.

Entretanto, é mister reconhecer, de fato, a preponderância de enunciados que apenas ou tão-somente se vinculavam às prerrogativas do grande capital. Desta maneira, torna-se bastante complicado classificar este ou aquele enunciado como desviante do atendimento ao

grande capital, mesmo àqueles que, por filiação histórica, poderiam estar mais próximos das reivindicações do campo popular (educação, saneamento básico, valorização do salário mínimo, aperfeiçoamento do SUS, equacionar déficit habitacional, reforma agrária, dentre outros) tendo em vista que, no CDES, a questão do “desenvolvimento com equidade” foi pensada, debatida e programaticamente “concertada” a partir de uma lógica imperativa do capital. “Imperativo” não se traduz em autocracia, mas às *exigências inelimináveis e impostergáveis* de ampliação e aprofundamento da reprodução das relações sociais capitalistas e de mercantilização da vida social, sob a cimentação de um projeto onde as burguesias possuíam um peso forte, *mas obviamente não podiam conduzi-lo com exasperação*, isto é, não podiam solicitar um domínio exclusivo.

### 3.7 – Conclusão

A hipótese utilizada neste capítulo, aludida sumariamente no capítulo 2, foi a de que o conteúdo programático do CDES, em especial no que tange à maneira dispensada à questão da “equidade”, buscava se credenciar com aquilo se convencionou intitular como *proposta social-liberal*. No âmbito da AND, contudo, uma gama de proposições e encaminhamentos para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil foi posta em evidência, não como produto da manifestação individual ou de um grupo restrito de conselheiros, mas emanado do Conselho enquanto intelectual coletivo e, portanto, como resultado de diretrizes resolutivas debatidas, produzidas, aceitas e assumidas pelo conjunto dos que as elaborou.

A afirmação de que o CDES deliberava como ator coletivo pode ser encarado, no âmbito mais imediato e concreto, como uma constatação de sua função institucional e normativa-legal. Não é disso que se trata, neste momento. Como intelectual coletivo, o CDES precisava elaborar indicações, propostas e acordos calcados em uma *vontade política coletiva sob uma direção hegemônica* e não como resultado de um somatório de vontades individuais e de forma caótica, desordenada, desarticulada. Era a expressão da construção ativa da busca da produção de uma “vontade coletiva”, derivada não de seu caráter “popular”, mas de seu conteúdo e direção claramente empresarial, como força imaterial em potencial (tanto hegemônica, isto é, de convencimento ativo, quanto também um dos locais mais importantes da expressão do dissenso controlado), porque promotora da constituição de um pretendido bloco social ainda em consolidação, abrigo de grupos e segmentos sociais diversos.

Uma das peculiaridades do CDES, como aparato de hegemonia, ao lado de muitos outros, se expressava pela dimensão da conexão orgânica do mundo da produção, circulação e

expansão do valor com o mundo da produção, organização e circulação das ideias políticas e econômicas dominantes por meio da *mediação* dos aparelhos privados de hegemonia da sociedade civil das frações burguesas, sobretudo.

Nesse caso, eram os proprietários de meios de produção – ou seus prepostos – operando simultaneamente na estrutura econômica e na superestrutura política e ideológica: eram intelectuais orgânicos *par excellence*. Complementarmente, havia a preciosa contribuição de intelectuais orgânicos por adesão (principalmente de ex-sindicalistas e acadêmicos, mas também de lideranças de ONGs e outros “novos” movimentos sociais), operadores ideológicos da superestrutura, apartados diretamente do domínio econômico, mas preparados para criar uma consciência comum às classes e frações de classe em presença, dando-lhes homogeneidade ideológica e uma concepção de mundo adequada aos seus interesses. Gramsci os denominava de “intelectuais de tipo urbano”:

Os intelectuais de tipo urbano cresceram junto com a indústria e são ligados às suas vicissitudes. A sua função pode ser comparada à dos oficiais subalternos no exército: não possuem nenhuma iniciativa autônoma na elaboração dos planos de construção; colocam em relação, articulando-a, a massa instrumental com o empresário, elaboram a execução imediata do plano de produção estabelecido pelo estado-maior da indústria, controlando suas fases executivas elementares. Na média geral, os intelectuais urbanos são bastante standardizados; *os altos intelectuais urbanos confundem-se cada vez mais com o estado-maior industrial propriamente dito.*<sup>511</sup>

A proposta social-liberal que atravessava e compunha o arcabouço teórico, ou melhor, as premissas ideológicas e o conteúdo programático do CDES eram, em geral, comungadas por todos os conselheiros, sendo para tanto necessária a absoluta ausência de convocação e ingresso de lideranças de base social autenticamente popular *e sem controles institucionais (autônomas)* contrárias ou mesmo questionadoras a um projeto de revitalização e expansão dramática das bases econômico-sociais de desenvolvimento capitalista e inserção, nas margens, de desconfiguradas reivindicações de redistribuição da riqueza e da renda social. A inexistência de um contrapoder efetivo em atuação, retirava a possibilidade de atribuir ao Conselho qualquer coloração democrática. O CDES, com seus substratos ideológicos burgueses e arremedos de procedimentos participativos, era uma arena de encontro e convergência não de contrários, mas de “integrados”, no dizer de Bourdieu:

Há muitos “integrados”, efetivamente. E a força da nova ordem dominante é que ela soube encontrar os meios específicos de “integrar” – em certos casos, pode-se dizer de comprar, em outros de seduzir – um número cada vez maior de intelectuais, e isso no mundo inteiro. Esses “integrados” continuam frequentemente a se imaginarem como críticos (ou, simplesmente, de esquerda), segundo o modelo

---

<sup>511</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. v.2. Os intelectuais. O princípio educativo. O jornalismo. Op. cit., p. 22, grifos meus.

antigo. Isso contribui para dar uma grande eficácia simbólica à sua ação em favor da ordem estabelecida.<sup>512</sup>

A suposta heterogeneidade sociopolítica do CDES, tantas vezes homenageada pelo seu principal mentor ideológico, o secretário-executivo Tarso Genro, como sendo tradução de uma “experiência revolucionária na democracia brasileira”, procurou ser fundada e mantida sob um corpo de conselheiros cujo leque de opções, *a priori*, se coadunava com a manutenção do *status quo*: eles não foram “convencidos”, *no CDES*, de que a remoção de barreiras para o “desenvolvimento sustentável” do capitalismo no Brasil fosse exigir mais mercado, ou melhor, a adoção de medidas e propostas que retirassem os entraves (jurídicos, políticos, econômicos) da expansão das relações de produção capitalistas, conjugado com um nível de regulação estatal (“parceria”), como condição *sine qua non* para a melhoria das condições de vida dos mais pobres. Os termos e o teor dos elementos contratuais que compunham o pacto precisavam ser acordados no CDES – o que demandava reiterados reforços e aperfeiçoamentos posteriores – mas havia, antes disso, um consenso, uma confiança, uma adesão subjacente, um compartilhamento de expectativas e de visão de mundo, sem os quais a “concertação” não teria a menor chance de êxito.<sup>513</sup>

A situação de “integrados”, em sua maioria, adveio das suas condições de lideranças de entidades da sociedade civil, formuladoras e difusoras da solução social-liberal para os graves problemas existentes na realidade brasileira. Com relação às organizações associativas do empresariado presentes no CDES, tratava-se de uma teia de aparelhos privados de hegemonia significativamente entrelaçada, de novos e antigos formatos associativos, mas com vastíssimos recursos materiais e humanos, atuantes em todo território nacional e mesmo com conexões internacionais, alguns com profunda e histórica vinculação e atuação junto às agências do Estado restrito e, o essencial, com um projeto de intervenção que ultrapassava o âmbito econômico e corporativo.

Nesse ponto em especial, junto a entidades empresariais nem tão recentes (como o Instituto Liberal, o PNBE e o IEDI), outras nascentes nas décadas de 1990 e 2000 (Instituto Ethos, Movimento Brasil Competitivo, Fundação Dom Cabral, Movimento Todos pela Educação, dentre outras), aliadas às corporativas e paralelas (FIESP, Firjan, CNDI, ABIDB,

<sup>512</sup> BOURDIEU, Pierre. *Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. RJ: Zahar, 1998, p. 111.

<sup>513</sup> Uma passagem da conselheira Sonia Fleury nos parece reveladora do que queremos abordar: “(...) hoje eu estava passando um bilhete para o Paulo Velinho com uma sugestão de que, em vez de falar em mentes iguais [o empresário havia anteriormente falado de “desigualdades mentais”], falassem em oportunidades de desenvolvimento mental iguais para todos, oportunidades e não as mentes iguais. Isso é *construção de capital social*, é *construção de confiança que temos entre nós*. Há três anos atrás se eu ouvisse um empresário falando em mentes iguais eu ia achar que ele era um conservador, eu sei que ele não é, então *eu sei que ele está do mesmo lado que eu, tentando as mesmas coisas*” (ATA, 17ª Reunião Plenária, 10/05/2006, p. 24, grifos meus).

ANFAVEA, ABINEE, ABIT, etc), todas representadas no CDES por conselheiros-empresários que nelas transitavam, era evidente a formulação e divulgação de uma plataforma ético-política social-liberal que se pretendia hegemônica e, para tanto, precisava converter-se em política de Estado. Segundo Rodrigo Castelo,

A ideologia social-liberal é produzida e difundida por uma ampla rede de aparelhos privados de hegemonia: agências multilaterais de desenvolvimento, organizações não governamentais, fundações filantrópicas laicas e religiosas, mídias impressas e televisivas, intelectuais tradicionais e orgânicos da direita, bem como egressos da esquerda, e *business men*.<sup>514</sup>

O CDES era um dos canais, no interior do aparato estatal, de sustentação, (re)formulação, (re)modelamento e de divulgação da ideologia social-liberal *sob a hegemonia da visão de mundo cara às entidades e associações empresariais da sociedade civil*.

Este capítulo não se dedicou a traduzir um tratado sobre o que o CDES pensava acerca do “desenvolvimento com equidade”. Ele se orientou a expor algumas das principais controvérsias nele contidas durante o primeiro governo Lula da Silva. A que atravessou todo o período foi, sem dúvida, entre os conselheiros e a gestão da condução da política econômica representada nas plenárias pelas figuras de Palocci e Meirelles. Vimos que a questão do “desenvolvimento”, tanto reclamada, não se fidelizava aos fundamentos teóricos cepalinos de Celso Furtado que o Conselho dizia ser referência: a estabilidade econômica e a manutenção das contrarreformas seriam suficientes se o crescimento econômico resvasse na distribuição da renda efetivada por políticas que garantissem o fortalecimento e aquecimento do mercado interno, isto é, as demandas empresariais. No Conselho, o combate à ortodoxia palocciana estava, como vimos, entre “fogo amigo”: reconhecia-se o êxito até então assegurado pela política econômica, mas era tempo de avançar, afrouxando os instrumentos de contenção dos agentes econômicos produtores de valor (juros altos, câmbio sobrevalorizado, elevados *spreads* bancários, etc). A pauta era assegurada e defendida pelo grande capital produtor de valor, mas vinha acompanhada e endossada pelos setores da cúpula da burocracia sindical e pelos intelectuais social-liberais. Este debate atravessou todo o primeiro governo Lula da Silva até a retirada de Palocci em março de 2006.

A segunda grande contenda ocorreu entre junho 2004 e maio de 2005. Foi evidente que os setores ligados ao grande capital produtor de valor, organizado em seus aparelhos privados de hegemonia, deram a direção e os limites do debate em face aos demais segmentos representados no Conselho. Não houve adesão do capital monetário à ampliação do Conselho

---

<sup>514</sup> CASTELO, Rodrigo. *O social-liberalismo...* Op. cit., p. 256.

Monetário Nacional, mas grandes empresários não banqueiros como Jorge Gerdau e Abílio Diniz, expressaram, em plenária, posições contrárias à ampliação, mostrando que os setores que compõem as frações do capital não são um bloco monolítico e não necessariamente formam uma ação conjunta coesa. Isto não invalidou, porém, a *montagem* da direção dada pelo grande capital produtor de valor ao conjunto dos debates, mobilizações e pressões frente às entidades empresariais e aos segmentos presentes no CDES, e frente à SEDES e ao Executivo. A CUT e todos os demais segmentos não empresariais defenderam a proposta pela via da “democratização das decisões” no seio do núcleo formulador das metas inflacionárias (CMN), aderindo à pauta empresarial e, inclusive, organizando-se em eventos públicos, mobilizações, declarações e entrevistas nos grandes meios de divulgação de mãos dadas com as lideranças empresariais, exigindo a necessidade de implantação da proposta “pró-desenvolvimentista”.

Os Documentos de Orientação Estratégica (Cartas de Concertação, Agenda Nacional de Desenvolvimento e Enunciados Estratégicos para o Desenvolvimento), expostos e analisados neste capítulo, pretenderam revelar *as resultantes* do exercício de operacionalização do erguimento da hegemonia do grande capital produtor de valor. De novo, não visualizamos nenhuma medida de oposição ao capital monetário, exceto um certo “*constrangimento*” em seu escopo de atuação, surgida na 2ª, 3ª e 5ª Cartas de Concertação, expostos nos termos de “*o sistema financeiro deve ser agente da produção e do desenvolvimento*”. Entretanto, pela análise da AND e dos Enunciados, muitas diretrizes, metas e objetivos a serem alcançados se relacionavam diretamente à expansão do capital produtivo e estavam umbilicalmente ligadas às demandas dos aparelhos privados de hegemonia empresariais representativas deste capital. Cabe lembrar que, pelo fato de seus capitais estarem intimamente entrelaçados, o atendimento da expansão das margens de lucro de uma fração corresponde ao atendimento de todas as demais. Como já disse, não há, nesta dinâmica, uma relação de soma-zero. Desde incentivos educacionais, política de aumento real do salário mínimo, programas de transferências de renda, os programas habitacionais por interesse social (MCMV), saneamento básico, etc, todos estes programas voltados para a classe trabalhadora impescindem do capital monetário.

Contudo, no plano político-ideológico, ou melhor, nas táticas organizativas e mobilizadoras da ação empresarial, as entidades dos setores econômicos coligadas ao capital produtivo, não apenas pelo peso da representação numérica, mas também pelos programas advindos de suas entidades (plasmados nos principais documentos do Conselho), encontraram

no CDES espaço adequado para a alugitinação seletiva ressignificadas das pautas distributiva e ponto de encontro das demandas setoriais dos capitais representados. Esta interseção de pautas foi, contudo, dirigida pelo grande capital produtor de valor, com vistas ao maior acesso e manejo ao fundo público. Este projeto não visava a expulsão do capital portador de juros, mas não o punha em lugar de supremacia: *no CDES*, as “burguesias produtivas”, aliadas ao operador político e prepostos adjacentes, estabeleciam seu “condomínio”, mas o faziam exatamente porque não se aproximavam ou ameaçam o “núcleo do poder” estatal. Tanto assim o é que suas demandas são atendidas, mas de formas parceladas, fragmentadas, combinadas com outras, a “conta-gotas”, etc.

No processo de direção hegemônica a que nos referimos, é importante enfatizar, era importante e funcional que não trouxesse claramente a força do grupo social hegemônico, não apenas porque estava em operação o exercício de montagem dessa direção, mas também porque a apresentação de tal força poderia desfigurar, esvaziar ou deslegitimar o Conselho como espaço autoproclamado “democrático”, “pactuador”, “concertacionista”, ideário que de fato dava coesão interna aos distintos grupos sociais. Este ideário delimitava a intensidade e o alcance da direção da hegemonia do grande capital produtor de valor, ao mesmo tempo em que impulsionava o projeto de sociabilidade do grande capital em geral: era preciso construir uma “democracia” “dialógica”, “híbrida”, “participativa”, “concertacionista” como aprofundamento e aprimoramento da vida política do país, sem contudo tocar no elemento principal que o organizava e que, ao fim ao cabo, era sua razão de ser – inverter o que era maioria no mundo real em minoria representada e o que era minoria no mundo real era no CDES maioria, não apenas numérica, mas programática, isto é, *um dos* constructos de operacionalização (fazer-se) da hegemonia do grande capital.

O CDES não foi decisivo para a correlação de forças entre as frações das classes dominantes. Ele não foi criado e operado para ser um lugar em que o capital produtor valor alçasse à posição de fração dirigente no seio do bloco no poder. Sobre esse tema, seu papel revelou importância na medida em que *contribuiu* para nutrir uma pedagogia que ensinasse os próprios setores dominantes a acordarem entre si e a acordarem entre si perante os dominados e, fundamentalmente, uma pedagogia que reforçava nos dominados o exercício da abdicação da luta de classes em favor da pactuação com os dominantes, sob a orientação e esforço de seu novo operador político. Isto lhe atribuiu um “formato democrático” *sui generis*, isto é, uma democracia capturada pelos grandes capitalistas, sob um experimento político inovador, capaz de refinar a hegemonia política, de promover deslocamentos de posições antes mais

difíceis ou impossíveis de serem realizadas e, sobretudo, de garantir que a pluralidade da sociedade civil estivesse presente para que a concertação (a hegemonia) fosse exercida de cima para baixo, em nome do aprimoramento da “democracia”, e com um componente popular completamente desfigurado.

## **CAPÍTULO 4 – O CDES DIANTE DA CRISE ECONÔMICA: CÂMARA DE GESTÃO PARA O CAPITAL E CANAL DE SUBSUNÇÃO REAL DOS TRABALHADORES (2007-2010)**

*As pessoas falam da carga tributária, mas não falam dos ganhos.  
Ninguém fala quanto as empresas estão ganhando, quanto os bancos estão ganhando, o quanto a massa salarial está subindo.  
Ora, se vai tudo bem na economia, a empresa vai ganhar mais,  
O governo vai arrecadar mais, os trabalhadores vão ganhar mais,  
todo mundo vai ganhar mais. (Discurso do Presidente Lula da Silva na 23ª Reunião Plenária do CDES, 20/09/2007).*

*Oito anos depois, a gente pega o jornal Valor e vê que as economias de capital aberto, Guido [Mantega], nunca ganharam tanto dinheiro na história do Brasil, como ganharam no meu governo. A gente conversa com os empresários das construtoras brasileiras, a gente conversa com os empresários do setor imobiliário, e eles nunca ganharam tanto dinheiro, nunca tiveram tanto trabalho, nunca tiveram tanta falta de mão de obra, nunca tiveram tanta encomenda como eles têm hoje.  
Alguns se dão ao luxo de não querer pegar mais encomenda pequena, é um trabalho... (Discurso do Presidente Lula da Silva na 36ª Reunião Plenária do CDES, 02/12/2010).*

### **4.1 – Sumário contexto do CDES no período da crise, periodização e hipóteses de trabalho**

Os anos que compreenderam o segundo mandato de Lula da Silva se notabilizaram, para ampla maioria dos conselheiros do CDES, como período que inaugurou, após longo interlúdio, a retomada do crescimento econômico aliado ao combate às desigualdades sociais. A documentação produzida pelo Conselho (Atas das Reuniões Plenárias, Relatórios de Atividades, Pareceres, Moções, dentre outras fontes) estampa, em várias e distintas ocasiões, manifestações de reconhecimento pelos conselheiros de que, enfim, as medidas adotadas pelo governo e os resultados colhidos “pela sociedade” caminhavam ao encontro das recomendações e dos consensos obtidos ao longo da trajetória de debates e trabalhos havidos no CDES.

Na mesma direção, a avaliação, tantas vezes declarada pelo *staff* governamental nas plenárias, era de que o CDES cumpria com rigor seu papel de assessoramento à Presidência da República no que se refere tanto ao debate necessário às políticas voltadas ao “crescimento com distribuição de renda” do país quanto como instrumento de “diálogo social” e, também por isto, de “aprimoramento da democracia”. Nas plenárias, Lula da Silva era um dos que melhor expressava, ao lado dos secretários-executivos do CDES, a contribuição do Conselho para as políticas implementadas pelo seu governo e, principalmente, em suas palavras, para a

“maturidade do diálogo que nós conseguimos construir no Brasil, porque havia muita teoria e pouca prática na relação capital e trabalho”, conforme sua intervenção realizada na reunião plenária de agosto de 2009:

Vocês tenham consciência de que, direta ou indiretamente, grande parte das mudanças que nós fizemos neste País passou ou por debate no Conselho ou passou por grupos que vocês criaram no Conselho, sem os quais a gente não conseguiria, por exemplo, fazer o acordo que fizemos entre os usineiros brasileiros e os trabalhadores de cana-de-açúcar.<sup>515</sup>

(...) aqui nós construímos um espaço civilizado onde reina a democracia na sua plenitude, onde todo mundo fala o que quer, às vezes ouve o que não quer, mas a gente sabe que essa é a democracia que nós queremos construir para o Brasil. Se, hoje, eu tivesse que dizer para alguém, em qualquer parte do mundo, um exemplo ou uma fotografia da democracia brasileira, eu mostraria este Conselho como retrato da democracia que nós estamos construindo no Brasil.

(...) e, certamente, muitos dos acertos que tinha na economia brasileira foram, quem sabe, idéias surgidas de debates neste Conselho. Foram das reivindicações dos trabalhadores, dos empresários, dos intelectuais, que aqui conseguiam formular as propostas necessárias que muitas vezes nós, do governo, não somos obrigados a saber (Presidente Lula da Silva, ATA da 31ª Reunião Plenária, 27/08/2009, pp. 19-22).

O entusiasmo dos conselheiros com o desempenho econômico e social do país, principalmente a partir do segundo mandato de Lula da Silva, era reflexo da conjuntura de relativas melhorias nos indicadores econômicos de crescimento do PIB (com exceção de 2009) e de distribuição de renda. As principais linhas de ação do governo implementadas nesse período, apresentadas no Conselho por várias autoridades e ministros do governo (Fazenda, Planejamento, Indústria e Comércio, Relações Exteriores, Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Presidentes do Banco Central, do BNDES e da Petrobrás) e discutidas nas suas plenárias junto aos conselheiros, convergiam em geral com as propostas deles encaminhadas ao Executivo.

A partir do primeiro trimestre de 2008, contudo, os debates nas reuniões plenárias passaram necessariamente a envolver a elaboração de diagnósticos, de instrumentos e mecanismos de prevenções e adoção urgente de medidas frente à eclosão da crise econômica internacional. Temas figurados em pautas anteriores não foram abortados dos debates, tais como reforma política, reforma tributária, a questão educacional, da bioenergia, da política industrial, dentre outros, bem ao contrário, mas ascenderam junto a esses, e em muitas situações alçaram ao primeiro plano, temas que nucleavam e circundavam a política econômica endereçada diretamente à situação deflagrada pela crise econômica.

---

<sup>515</sup> Trata-se do “Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar”, tema a qual nos debruçaremos neste capítulo.

Quais foram então as principais temáticas *realçadas nas plenárias* (tanto pelos ministros quanto pelos conselheiros) *e nos documentos do CDES*, responsáveis em grande medida tanto pelo diagnóstico de que o país se encontrava no “rumo do desenvolvimento” quanto pela necessidade de seu alargamento e aperfeiçoamento diante da situação inaugurada pela crise econômica e as quais os conselheiros reconheciam na promoção delas seus próprios esforços?

O debate acerca da crise econômica não se isolou do conjunto de temas e pautas que até então compunha o repertório de discussões do Conselho. O agravamento da crise econômica no Brasil, a partir do terceiro trimestre de 2008, de fato intensificou o sinal de alerta dentro do CDES e do governo, trazendo à tona as preocupações sobre os instrumentos urgentes (de curtíssimo prazo) de combate e de contenção da crise. Porém, em nenhum momento a trajetória considerada bem-sucedida do leque de políticas públicas vistas como responsáveis pela inflexão da política econômica pós-palociana foi posta de lado ou mesmo secundarizada. Pode-se até mesmo destacar e comentar algumas delas, sem as quais se abrem lacunas e/ou carece de consistência e de sentido a apreensão mais geral do que foi ali discutido. Para tanto, pode-se, grosso modo, para efeitos didáticos, apresentar a evolução dos temas e pautas debatidas no CDES através da análise das atas das reuniões plenárias no segundo governo Lula da Silva, *considerando apenas as mais proeminentes, segundo padrão de recorrência elevada de tais pautas nas atas*. Seguindo esta linha, sumariamente três grandes fases podem ser identificadas, tendo como parâmetro de periodização e classificação a menor ou maior proximidade e intensidade das discussões e propostas acerca da eclosão da crise econômica internacional no período considerado:

- **1ª fase (pré-crise)** – de maio a novembro de 2007: sem dúvida alguma esse período foi pautado por quatro grandes temas: a reforma política, a reforma tributária (e, dentro desta, a desoneração da folha de pagamentos para o empresariado), a questão da educação (básica, média, científica e tecnológica) e a bioenergia. Todos esses temas apareceram com o peso relativamente equivalente nas 21ª, 22ª, 23ª e 24ª reuniões plenárias. Envolveram, portanto, as discussões nas plenárias durante todo o ano de 2007. Tratou-se de uma primeira fase de debates no segundo governo Lula da Silva que, para fins classificatórios de abordagem dos temas discutidos, podemos nomeá-los como de “pré-crise”: ainda que a conjuntura internacional, a partir de setembro de 2007, apresentasse evidências iniciais de turbulências graves no cenário econômico, as autoridades e os conselheiros do CDES não haviam mencionado ou se debruçado

sobre o tema. Salientamos que o ministro Miguel João Jorge (MDIC) e Tarso Genro (Ministro da Justiça) tiveram maior comparecimento nestas reuniões. O presidente Lula da Silva compareceu a todas as reuniões do Conselho.

- **2ª fase (no bojo da crise)** – de março de 2008 a dezembro de 2009: as discussões no Conselho parecem acompanhar a imagem gráfica da parábola – início, auge e declínio – sobre a crise econômica internacional, açambarcando desde a 25ª até a 32ª Reunião Plenária, passando pela 2ª Reunião Extraordinária, realizada em setembro de 2009, cuja pauta foi “Balanço de um ano de crise e perspectiva da economia brasileira”. Percebamos que não estamos preocupados em delimitar a temporalidade que envolveu o ciclo da crise e de seus efeitos na economia brasileira, mas tão-somente em realçar nosso entendimento de como o CDES reagiu perante a ameaça, deflagração e administração dos impactos da crise, o que produziu, se cabe dizer, um *ciclo interno* de trabalhos diretamente ligado a uma fase que denominamos como sendo “o bojo da crise” no CDES. É possível periodicizar esse ciclo de trabalhos em três etapas: i) seu início, a partir do evento “1º Encontro (Colóquio) Perspectivas de Crescimento da Economia Brasileira e a Crise Internacional”, promovido pelo CDES, em março de 2008; ii) seu auge, como momento de certa apreensão e preocupações que se deu a partir do “2º Encontro Perspectivas de Crescimento da Economia Brasileira e a Crise Internacional” em que foi retirada uma moção com uma série de recomendações do Conselho e entregue, na 28ª reunião, em novembro do mesmo ano, à Presidência da República. Entendemos, além disso, que o Conselho permaneceu em alerta e atuante durante todo ao ano de 2009, dedicando-se ao monitoramento, debate e proposições de medidas diante da fase aguda da crise que àquela altura atingia em cheio o nível das exportações brasileiras (retração do comércio internacional de *commodities*), a escassez de crédito internacional, a forte flutuação cambial, a desaceleração do PIB, dentre outros reflexos negativos na economia. Todo esse período retratava o conteúdo mesmo das ações do governo e as proposições do Conselho frente à crise (diagnósticos, precauções, medidas de combate e retenção, frentes de ação e de requisição conjunta, etc.), consubstanciando-se como a *fase principal* sobre a qual a situação de crise foi mais debatida e cujas solicitações de ações imediatas foram mais pontuais, cirúrgicas, incisivas, privilegiando certos procedimentos econômicos e direcionando-os em prol de alguns setores do capital; iii) o alívio ou a distensão gradual sobre os debates que envolveram diretamente a crise foram realizadas apenas

a partir da reunião 2ª Reunião Extraordinária da Plenária do Conselho, em setembro de 2009, quando seus membros e o governo entenderam que as medidas adotadas foram eficazes no controle de sua propagação, inclusive sem lançar mão de políticas recessivas. Tal declínio manteve-se em 2010, mas sob constante monitoramento, quando o CDES abriu uma nova frente de debates através da proposta de reformulação de uma nova agenda de desenvolvimento. Durante todo o período que compreende esta fase, foi inconteste a importância na condução dos debates a presença dos ministros Fernando Haddad (MEC), Luciano Coutinho (Presidente do BNDES), Guido Mantega (Fazenda) e Miguel João Jorge (MDIC). O presidente Lula da Silva compareceu a *todas* as reuniões desse período, esforçando-se em garantir e cobrar o aprofundamento de articulações e de compromissos intra e extra setores empresariais, preconizando e legitimando ações ministeriais e apelando aos agentes econômicos e sociais generalizado “apoio e confiança pelo Brasil”. Nesta fase, uma miríade bastante heterogênea de assuntos foi debatida no CDES, os quais destacamos em ordem decrescente de recorrência incidente nos discursos das plenárias: o debate sobre a educação, nos seus diferentes níveis, mas principalmente no ensino básico e superior; a exigência pela ampliação do fornecimento de crédito ao que denominavam de “setor produtivo” da economia (indústria, agronegócios, serviços e comércio); a cobrança pela aprovação da Reforma Tributária, vista como um gargalo a ser desobstruído para o incentivo aos investimentos e de promoção de maior “equidade” social; políticas de aquecimento do mercado consumidor interno como fator propulsor dos fatores de produção e de geração de empregos em substituição à contração da demanda externa em crise; manutenção e ampliação dos investimentos em políticas públicas como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e da política social, tal como o Bolsa Família. Compareceram também, em ordem de grandeza abrandada, temas como política industrial, meio ambiente (pauta que apareceu com muito mais ênfase desde a criação do Conselho), importância da construção civil e das micro e pequenas empresas para o desenvolvimento do país. Houve também, em escala ainda menor, mas não menos importante, a discussão sobre a questão da *perenização* das recentes políticas sociais implantadas (Programa Bolsa Família, política de valorização do salário mínimo, política habitacional, etc), o aprofundamento da política industrial (PDP), a preocupação com investimentos em infraestrutura e os efeitos do

denominado “padrão produtivo” da economia brasileira através da dependência da commoditização da sua pauta exportadora.

- **3ª fase (declínio da crise)** – de abril a agosto de 2010: nas 33ª, 34ª e 35ª reuniões plenárias julgamos que o CDES promoveu, simultaneamente, ou melhor, num só movimento, a revivescência das pautas anteriores – agora apoiadas sob um substrato de alterações não desprezíveis nas condições econômicas e sociais do país – e a manutenção do seu papel de câmara de monitoramento e de gestão da crise, tal qual na fase anterior. A diferença foi que, nesse período, os debates assumiram claramente a intenção de resgatar alguns temas a fim de incitá-los requalificadamente à luz das mudanças ocorridas no segundo governo Lula da Silva, apontando encaminhamentos futuros, e também em razão das vicissitudes geradas pelo enfrentamento à crise econômica. Em suma, os conselheiros interpretavam que uma conjuntura diferenciada se apresentava, resultante dos esforços despendidos pelo governo frente às políticas públicas de fortalecimento da dinâmica econômica e social advinda desde 2006, somados à experiência adquirida pela exigência de formulação de políticas de saídas da crise e o que elas significavam como “oportunidades” estratégicas de inauguração de um “novo ciclo de desenvolvimento”. Portanto, em 2010, o CDES voltou-se para a construção de uma nova agenda, a Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento (ANC) que, como reatualização da AND de 2005, exprimia a reedição mais nuançada e enxertada da plataforma social-liberal de sociabilidade que os setores do capital, da burocracia sindical e da intelectualidade acadêmica se propuseram a reexaminar. Nas plenárias, destacou-se o debate sobre os instrumentos e mecanismos afeitos ao processo de construção da ANC, a importância do investimento em inovação tecnológica, mas, sem nenhuma dúvida, a temática mais recorrente, que ocupou boa parte dos debates nas plenárias, foi a educação. Em 2010, o debate sobre a educação ocupou lugar preponderante nas atas das plenárias do Conselho e também na documentação elaborada, principalmente na ANC. O tema não era novo no CDES, como se sabe, mas ganhou status decisivamente privilegiado, alçado à condição de política pública número um a ser enfrentada, ao menos no plano programático-discursivo.

Basta reafirmar, talvez por excesso de zelo, que os temas acima elencados não deixaram de atravessar o conjunto de debates havidos no CDES durante todo o segundo mandato de Lula da Silva. Portanto, a circunscrição desses temas em fases obedece à

observação feita por nós de sua *maior recorrência ou reincidência* dentro de um dado período nas atas das reuniões plenárias – 21ª à 35ª reunião, que correspondem ao período de maio de 2007 a agosto de 2010.

O fato era que o Conselho havia incorporado o papel de formulador e de proponente de medidas consideradas necessárias para o enfrentamento da crise, reivindicando para tanto a recuperação ampliada e o aprofundamento de um repertório de iniciativas tomadas desde a ascensão de Guido Mantega à pasta da Fazenda. Outro fato importante era que, em 2008, os conselheiros enxergavam nas políticas públicas adotadas a própria implantação e realização das diretrizes formuladas pela AND.<sup>516</sup> Para os conselheiros, o melhor caminho para combater a crise era continuar a seguir o rumo adotado pela política econômica em vigor desde 2006, aparando as arestas de forma a estabilizar e aprimorar o projeto, rechaçando recuos ou vacilações contracionistas, ao mesmo tempo preservava e robustecia os pilares básicos de estabilização macroeconômicos herdados de FHC: adoção do regime de metas de inflação e reformas pró-mercado.<sup>517</sup> O secretário-executivo do CDES, José Múcio Monteiro Filho, traduziu o quadro de satisfação dos conselheiros, ao afirmar que

As medidas que estão sendo tomadas pelo governo têm convergência com as análises do Conselho. A avaliação é que o Brasil está enfrentando com solidez e segurança inéditas as grandes ondas de instabilidade que atingem todas as economias do mundo (Ata da 28ª Reunião Plenária, 06/11/08, p. 02).

Houve relativa “trégua”, dentro do CDES, entre os conselheiros e a SEDES, entre os conselheiros e o governo e entre eles próprios, que se tornou gradualmente sólida a partir de 2007 e deveu-se a uma ordem de fatores que, sumariamente, mencionamos: a) a formação do Conselho Gestor, criado em 2008, abrindo espaço para a ingerência de representantes dos conselheiros na formulação de pautas e no acompanhamento das sugestões encaminhadas ao Executivo (reconhecida entre eles como “governança democrática”), como vimos no capítulo 1; b) a retirada, por meio da não recondução, de conselheiros, digamos, “mais críticos” que, em geral, estavam dentre os que mais intervinham nas reuniões plenárias expondo tanto as graves contradições internas ao funcionamento do CDES quanto teciam contundentes críticas à condução da política-econômica do primeiro governo Lula da Silva e que, especialmente, levantavam pautas ou propostas *mudancistas* que destoavam do plano liberal-contrarreformista do governo (como a Reforma Agrária, a auditoria da dívida pública, por

<sup>516</sup> O conselheiro Clemente Lúcio (DIEESE) afirmou na 34ª Reunião Plenária, em 17 de junho de 2010, p. 06, que “o que nós vimos em 2008, no primeiro semestre, é que esta Agenda que nós havíamos proposto estava em curso”.

<sup>517</sup> Palavras de Lula da Silva na 2ª Reunião Extraordinária do CDES (15/09/09), p. 08: “Então, eu queria terminar dizendo isso: olhe, nós não vamos abrir mão – é importante todo mundo ter claro isso -, nós não vamos abrir mão da nossa responsabilidade fiscal, nós não vamos abrir mão de controlar a inflação”.

exemplo), tais como Sonia Fleury (FGV), Jurema Werneck (ONG Crioula e AMNB), Pedro Oliveira (CEB's), dentre outros; c) a sedimentação e o aplainamento de tensões internas, a partir de aproximações sucessivas em vários momentos via CDES (aprofundamento de relacionamentos interpessoais por meio da criação de múltiplos espaços e distintos momentos de convívios e de interlocução – em eventos variados, nas viagens internacionais, nas reuniões extraordinárias, nos Grupos Temáticos, etc), das quais foi fundamental o conjunto de reuniões e discussões travadas em torno da elaboração da Agenda Nacional de Desenvolvimento (AND), valendo-se também da coalizão de proposições e de espaços demarcados e reconhecidos entre os conselheiros numa espécie – não bem definida ou oficialmente acertada – de divisão do trabalho intelectual no seu interior: ou seja, grupos de conselheiros dedicados a certos temas ou pautas específicas e requeridas de aprofundamentos, estudos e pesquisas em comum, etc; sem deixar de mencionar as conexões, vínculos e convívios dos grupos sociais presentes no CDES por meio das entidades da sociedade civil, em outras arenas da sociedade política, na gestão de negócios do mundo corporativo, nas negociações e mobilizações entre a cúpula sindical e empresarial etc, aos quais mostramos ao longo da pesquisa. Vale ressaltar ainda que praticamente um terço do conjunto dos conselheiros ingressou no CDES nos anos de 2003 e 2004 e nele permaneceu até o último ano do período investigado (2010), constituindo-se assim uma espécie de “núcleo duro” interno relativamente coeso, até mesmo porque 70% desses conselheiros (19 em números absolutos) eram empresários; d) a interpretação de que a concretização – ainda que gradual e incompleta – do programa econômico e social que almejavam estava em andamento. Havia a tomada de consciência e o reconhecimento de que as orientações gerais do segundo governo estavam em conformidade e/ou em direção de sintonia com as diretrizes predominantes elaboradas pelo CDES. Segundo Ronaldo Couto Garcia,

Os fatos revelam que mesmo sem pública explicitação da ascensão da AND à posição orientadora das ações governamentais, os seus conteúdos e diretrizes passaram a ser encontrados em muitas decisões e iniciativas do governo, desde então (a redução célere das desigualdades sociais, a geração recorde de empregos formais, a ampliação inédita do mercado interno de consumo, o aumento do investimento público, a valorização continuada do salário mínimo e benefícios previdenciários e assistenciais, a atenção à segurança pública – Pronasci, a recuperação da malha infraestrutural – PAC, o Plano de Desenvolvimento da Educação, a redução das taxas de juros básicas e a ampliação do financiamento ao investimento entre outros). Uma confrontação mais detalhada das propostas da AND com as realizações governamentais irá mostrar grande convergência.<sup>518</sup>

---

<sup>518</sup> GARCIA, Ronaldo C. O CDES e a construção da Agenda Nacional de Desenvolvimento: um relato particular... Op. cit., p. 121.

O relato oficial e propagandístico do subsecretário encontrava nas posições dos conselheiros assertivas de aprovação sobre a condução e os rumos do país. Na documentação produzida pelo CDES, em especial nas atas das reuniões plenárias do período, havia muitas declarações acerca da convergência entre o que se propunha e/ou se recomendava no CDES e o que se implementava como política pública governamental:

Excelentíssimo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (...). Aqui tecemos na diversidade o diálogo para o desenvolvimento. O Conselho se sentiu contemplado com o lançamento do Plano de Aceleração de Crescimento – PAC 2007-2010, verificou-se que as premissas e recomendações entregues a Vossa Excelência nos Enunciados Estratégicos foram incorporadas à principal agenda do seu segundo mandato. Merece especial destaque o compromisso governamental com o aumento dos investimentos públicos e privados e a aceleração do crescimento econômico com distribuição de renda. A coincidência entre os documentos vai além das premissas gerais de política econômica e alcançam os investimentos em energia, logística e transportes, infra-estrutura hídrica, mobilidade urbana, universalização do saneamento habitação e desenvolvimento urbano. O Conselho viu também muito das suas recomendações sobre educação refletidas no Plano de Desenvolvimento da Educação, o PDE, recém lançado. O PAC e o PDE foram apresentados ao Conselho pelo governo e o Conselho foi chamado a envolver-se no acompanhamento de sua implementação (Secretário-Executivo do CDES, Ministro Walfrido dos Mares Guia, Ata 21ª Reunião Plenária, 17/05/2007).

Eu acho que nós estamos vivendo um momento em que o brasileiro começa a poder, digamos retomar o orgulho nacional. Nós começamos a enxergar o País sendo visto lá fora como um país que venceu dificuldades enormes, que tem hoje uma posição econômica invejável, com saldo de balança comercial expressivo, com a formação de reservas internacionais muito expressivas também, com controle da inflação, com a melhoria do nível de vida da população brasileira, com aumento da renda, com, digamos, a saída de um número enorme de brasileiros da linha de pobreza. São todos números que nos orgulham, que nos envaidecem, mas que nos obrigam também a olharmos para o futuro e vemos que esta construção não se resolve por si só, ela não está terminada, nós estamos, na verdade, começando a construir uma sociedade mais justa (Conselheiro Luiz Carlos Delben Leite, Ata da 23ª Reunião Plenária, 20/09/2007, p. 29).

Os conselheiros deslumbraram-se com o “espetáculo do crescimento” e, pelo que a documentação indica, se viram como protagonistas: não sem razão, mas também não em demasia, pois as tão-sonhadas e largamente discutidas reformas política e tributária (pertencentes a um leque maior de reformas intituladas de “reformas estruturais”),<sup>519</sup> temas sempre presentes nas reuniões plenárias no segundo mandato, não haviam até então saídos do papel.

A recuperação macroeconômica do país adquiriu, a nosso ver, lugar de destaque para que as divergências internas no âmbito do Conselho se tornassem cada vez mais pontuais e

---

<sup>519</sup> Sobre a assim chamada “reforma trabalhista” muito pouco se abordou no CDES, com exceção do ano de 2003 o qual alguns conselheiros participaram do Fórum Nacional do Trabalho (FNT). No geral, as discussões se polarizavam entre os que alegavam a necessidade de reduzir o custo da mão de obra, de um lado, e, do outro, os que defendiam a manutenção e ampliação de direitos, sem muitos aprofundamentos de ambas as partes.

episódicas. Isto não significou, de forma alguma, o apagamento de tensões ou mesmo de rugas ocasionais, mas, indubitavelmente, expressou a constituição e evolução de um amalgamento muito mais sólido e duradouro interpares, ou seja, de uma relativa *soldagem* entre os segmentos sociais que compunham o CDES.

Ora, a referida soldagem não era de fato orgânica, mas programática, pois dependia, e muito, dos resultados colhidos pela conjuntura econômica do período *vis-à-vis* o fato de a ponta historicamente excluída dos trabalhadores estar alargando posições socioeconômicas minimamente aceitas ou esperadas no interior da pactuação pretendida e em construção, possibilitando ampliação do mercado interno e redução das desigualdades sociais. Na essência, é preciso dizer, estava em jogo a capacidade de ampliação da reprodução do capital levada a cabo pelo conjunto de programas, incentivos e microrreformas, estas realizadas também por meio da renovação do arcabouço jurídico-institucional essencial para o “ambiente saudável de negócios”. Nesse sentido, a crise econômica funcionou como momento de maior amalgamento e aglutinação das pautas econômicas empresariais dentro do Conselho, sem desconsiderar a importância assumida pelas pautas distributivas (as políticas sociais) na ocasião.

Assim sendo, a *primeira hipótese* a ser trabalhada neste capítulo é a de que o CDES assumia, entre 2008 e 2009, o papel crucial de *câmara ou célula de gestão* dos efeitos da crise econômica internacional no Brasil. Com isso afirmamos que o Conselho funcionou, ou melhor, atribuiu-se a função de “uma espécie de conselho de crise, de comitê de crise para discutir semanalmente as medidas que tinham que ser tomadas”,<sup>520</sup> nas palavras do próprio Lula da Silva na 36ª Reunião Plenária, em dezembro de 2010. Como um dos *núcleos de administração da crise* – certamente não era o único – o CDES tornou-se um palco privilegiado de avaliações e propostas *entre altas autoridades do governo e os conselheiros* sobre formas de apaziguamento dos efeitos cada vez mais crescentes da crise econômica internacional (que atravessou o segundo semestre de 2008 e aprofundou-se durante todo o ano de 2009), debatendo e aperfeiçoando os instrumentos de política anticíclica que estavam sendo implementados. A hipótese não atribui centralidade ou superdimensiona a pressão exercida pelos conselheiros – de fato ocorrida – como meio e instrumento unilateral de expedição de medidas anti-crise pelo governo, mas, ao contrário, procura entender como o CDES serviu e funcionou como *arena de condensação relativamente imperfeita* de atendimento das expectativas das propostas de setores do capital, em conexão calibrada e

---

<sup>520</sup> Ata da 36ª Reunião Plenária, 02/10/2010, p. 05. Disponível em <<http://www.imprensa.planalto.gov.br>>.

sentido convergente, mas com certa *autonomização relativa* das respostas e programas apresentados e defendidos pelas altas autoridades ministeriais nas plenárias do Conselho.

Os setores envolvidos com a pauta distributiva nem de longe se opunham às plataformas centrais que o grande empresariado solicitava e que o governo atendia: entendiam que as melhorias sociais exigiam crescimento econômico sob incentivos e investimentos do Estado ao setor privado, o que lhes permitiam cobrar “contrapartidas sociais” frente à extração de sobretrabalho do conjunto dos trabalhadores (formais, temporários, terceirizados, etc), consubstanciado através da incorporação de massas de trabalhadores à base da pirâmide social em empregos de extensas jornadas (“geração de empregos”), de módicos ganhos salariais (“política de elevação real do salário mínimo”) e elevação da intensidade do trabalho.

Um exemplo da situação de extensa precarização e exploração da força de trabalho, ou melhor, da extração de mais valor nas condições de uma economia periférica e dependente, foi apresentada na própria plenária do Conselho, quando o conselheiro Manoel José dos Santos (Presidente da CONTAG) descreveu as atuais condições de trabalho nas usinas de São Paulo:

Hoje nós acompanhamos, por exemplo, São Paulo, que é um estado que avançou significativamente na produção de álcool. É lá que vai se dar a maior parte da implantação das usinas. Mas nós acompanhamos também um outro tipo de escravidão que eu não sei se ela é menos cruel do que no tempo em que os homens eram comprados, vendidos e ferrados. E quero dizer porquê. Nos anos 80, a média de toneladas por homem/dia era 6 toneladas, hoje a média por homem/dia é 10, 12 toneladas e pelo incentivo de que quanto mais você cortar você ganha, nós temos cortador indo para trinta toneladas, e isso diminui a capacidade de vida útil desse trabalhador para no máximo 15 anos (Ata 22ª Reunião Plenária, 17/07/2007, p. 41).

O caráter extremamente defensivo e conciliador do líder sindical ficou evidente no encaminhamento por ele defendido: “(...) a única forma que nós temos para enfrentar esse problema e diminuir essas desigualdades é **sem dúvida o diálogo** (...)” (idem: 42 – grifos meus). Não é demais lembrar que muitas usinas, durante os governos Lula da Silva, receberam bilhões de reais de financiamento do BNDES para modernização da frota, instalação de novas plantas industriais e outros investimentos e que vários conselheiros eram lideranças das entidades e empresários do setor, como foi exposto e analisado no capítulo 2.

Como arena voltada para *administração de conflitos sociais e plataforma de impulsionamento do capital*, entendemos que o Conselho também operacionalizava um papel de destaque. Nele, ou através dele, sociabilizavam-se internamente medidas voltadas à convergência entre capital e trabalho, de flexibilização de direitos, e de mercantilização e financeirização de setores organizados ou não da classe trabalhadora. Nesses casos, o CDES

parecia funcionar como espaço de preparação e propagação de arranjos ou pré-projetos ainda em fase experimental, em formação e/ou germinação.

Noutras situações, contudo, a função do CDES foi muito mais orgânica (no sentido de espaço organizativo das ações das frações do capital em presença ante aos trabalhadores), como os esforços desprendidos para realocações e requalificações de força de trabalho às necessidades de setores do capital em evidência (indústria da construção civil e do setor sucroalcooleiro), todos de resultados precarizantes, os quais ali foram enunciados, formatados, articulados, orientados e promovidos.

É sobre essa função organizativa dos setores dominantes promovida no CDES que urge trabalharmos com uma *segunda hipótese*, simultaneamente imbricada e derivada da primeira e que se refere mais diretamente à luta de classes na sociedade brasileira nesse período: a de que o CDES exerceu a função de *canal e/ou plataforma através da qual os setores dominantes do capital acima mencionados, afinando-se ativamente com a burocracia sindical social-liberal, puderam costurar, organizar e impulsionar políticas de gestão (realocação e requalificação) da força de trabalho* em que prevaleceu, num primeiro plano, a manutenção e o recondicionamento preventivo da condição subalterna, dependente e precarizada do trabalho diante do capital e, no segundo plano, como dique de represamento e/ou contenção de movimentações questionadoras das classes trabalhadoras, dique nem sempre bem sucedido.

Trata-se, portanto, de duas grandes linhas de atuação que os conselheiros (especialmente empresários e cúpula da burocracia sindical) organizados no CDES promoveram: a primeira, podemos denominá-la de “oportunista” e “inorgânica”, tendo em vista que alguns conselheiros utilizavam a tribuna do CDES para anunciar e defender pré-projetos de maior subalternização e mercantilização dos trabalhadores ao capital sem a adesão organizada e voluntária do corpo de conselheiros; a segunda foi, sem dúvida, “orgânica” ou “organizativa”, posto que o CDES, tanto como aparato estatal quanto como condensação das relações de forças presentes sob hegemonia empresarial, articulou e promoveu, dentro e fora de suas instâncias, o preparo da força de trabalho para o capital, por meio de “requalificações” e remanejamento da mão de obra, envolvendo a participação de parcela relevante de conselheiros para tal empreendimento.

Em ambas as linhas de atuação, isto é, *no conjunto da obra*, verifica-se que a função do CDES na luta de classes – assumida pelos projetos formulados e convertidos em políticas, ou mesmo de tribuna divulgadora de financeirização e mercantilização dos trabalhadores –

*também* foi, sem dúvida, *a disponibilização de massas de trabalhadores para setores do capital, ou seja, o fomento e a promoção do exercício de aprofundamento da subsunção real do trabalho ao capital* em tempos recentes.

Todas estas ações, a nosso ver, em nada se distanciavam do papel de célula de gestão da crise econômica, o que, nesta atribuição, englobou também importante papel na ação política do empresariado na luta de classes, isto é, através de aberturas de fronteiras para o capital subtrair mais valor da força de trabalho, seja ela pertencente à parcela da classe trabalhadora historicamente mais organizada (sindicalizada) e combativa, inclusive protagonista do nascimento do movimento operário que no final dos anos 70 ficou reconhecido como “novo sindicalismo”, seja ela oriunda das camadas de trabalhadores mais precarizadas e exploradas pelo agronegócio e pela indústria da construção civil no país.

De todo modo, o capítulo se organiza em torno destas duas grandes hipóteses: como o CDES funcionou como câmara de gestão da crise *para o capital* e, ao mesmo tempo, como trabalhou para que setores da classe trabalhadora fossem preparados e azeitados à maior subalternização e precarização nas suas condições de trabalho. Nesse sentido, as demandas e programas defendidos no CDES corroboraram seu papel de *comitê gestor da crise*, porém desde a perspectiva predominante do programa do capital sobre o rebaixamento das condições de trabalho.

Por fim, é obrigatório deixar claro que o capítulo versa, prioritariamente, sobre as discussões das temáticas trazidas no âmbito do que classificamos acima como “fase 2 (no bojo da crise)”, considerado o período que não apenas trouxe maior riqueza de detalhes de debates acerca do tema no Conselho, mas quando se expôs a força da organizativa da ação política empresarial para o atendimento de seus interesses e de expansão da acumulação de seus capitais.

#### **4.2 – O CDES como célula de gestão da crise para o capital pela via da gestão econômica**

É inequívoco considerar que o CDES dedicou boa parte de suas atividades, debates e produção documental ao tema da crise econômica internacional durante os anos 2008 e 2009. No decorrer desses anos, o Conselho, através do Grupo de Acompanhamento de Conjuntura Econômica (GACE) – Monitoramento da Crise Econômica Internacional,<sup>521</sup> e como apoio da SEDES, criou *espaços de monitoramento e avaliação da crise econômica e promoveu eventos nacionais e internacionais*, os quais participaram analistas econômicos estrangeiros,

---

<sup>521</sup> Consta no site do CDES que o GACE - Monitoramento da Crise Econômica Internacional era constituído por 66 conselheiros. Verificamos que 39 deles eram empresários, ou seja, 60% do total.

brasileiros e os próprios conselheiros, criando condições para que o tema fosse debatido mais aprofundadamente. Além disso, o CDES (conselheiros e governo) *abrigou nas reuniões plenárias a pauta da crise econômica internacional* com a presença constante de ministros, da cúpula do BNDES e da Petrobrás.<sup>522</sup> As autoridades governamentais e os conselheiros analisavam e discutiam os instrumentos interventivos acionados a fim de afastar e abrandar os efeitos nocivos que a crise trouxera na escalada crescente de lucros que vários setores econômicos vinham obtendo e esforçando-se na desobstrução na realização de mais-valor e sua apropriação pelo conjunto dos capitais instalados no país.

Para abordar a temática da crise econômica no Conselho, iremos trabalhar com dois grupos de fontes distintos: os relatórios dos eventos e encontros que o GACE do CDES promoveu entre março de 2008 e dezembro de julho de 2009 e as atas das reuniões plenárias do mesmo período, estendendo-se até dezembro de 2009. Para melhor percepção e entendimento da dinâmica e interconexão dos debates que ocorriam no CDES sobre a crise econômica, a exposição deste item *alterna ou reveza* as demandas apresentadas pelos conselheiros na documentação deliberadas pelos eventos e encontros (relatórios, pareceres e moção) com os debates ocorridos nas reuniões plenárias, os quais permitem perceber a intervenção dos ministros de Estado diante das demandas dos conselheiros.

Durante esse processo, do Conselho emanaram documentos cujas recomendações intentavam ingerir na administração da crise junto às autoridades, em especial ao Presidente da República e aos ministros de Estado, mas que também possibilitaram uma visão *intra corporis* mais bem elaborada sobre a nova realidade que se impunha: emitiu um parecer sobre a crise, uma moção com sugestões de ações a serem tomadas pelo Executivo, um documento sobre a rede de proteção social brasileira e outro sobre os impactos sociais da crise e os desafios postos por ela frente à continuidade do “crescimento com inclusão social”.

---

<sup>522</sup> No Relatório do II Encontro “Perspectivas de crescimento da economia brasileira e a crise internacional”, ocorrido em 14 de outubro de 2008, consta que os conselheiros presentes “Acordaram também sobre a necessidade de manter o debate sobre o tema no Conselho, para aportar novas análises e acompanhar o cenário que é extremamente volátil, dinâmico e cercado de complexidades”. SRI. SEDES (2008). *Encontro n° 2 Perspectivas de crescimento da economia brasileira e a crise internacional*. Quando da entrega da moção do CDES sobre a crise econômica pelo Comitê Gestor ao presidente Lula da Silva, em 28 de outubro, este definiu que o tema da crise econômica constasse na pauta da próxima reunião, realizada em 06 de novembro de 2008.

**Quadro 4.1 – Eventos de monitoramento e discussões acerca da crise econômica promovidos pelo GACE/CDES ou em parceria (2008-2009)<sup>523</sup>**

Eventos	Data
1º Encontro (Colóquio) Perspectivas de Crescimento da Economia Brasileira e a Crise Internacional.	13/03/08
2º Encontro Perspectivas de Crescimento da Economia Brasileira e a Crise Internacional	14/10/08
3º Encontro de Monitoramento, Perspectivas e Efeitos da Crise Econômica Internacional	22/01/09
4º Encontro de Monitoramento da Crise	16/02/09
Seminário Internacional sobre Desenvolvimento (29º Reunião Ampliada)	5-6/03/09
Reunião com a Comissão de Acompanhamento da Crise Financeira e Empregabilidade do Senado	19/03/09
1ª Mesa-Redonda da Sociedade Civil Brasil – União Europeia	7-8/07/09
1ª Mesa-Redonda Conjuntura Brasil – Rússia	1-2/12/09

Elaboração própria. Fonte: SEDES. “Trajetória do Debate no CDES sobre a Crise Econômica Internacional”. 2ª Edição, Brasília, 2013.

As atas das reuniões plenárias oferecem um melhor dinamismo na compreensão de como os atores se movimentaram e se posicionaram em face ao desafio de enfrentamento da crise, jogando luzes em pontos não tão bem “acordados”.

Por conta disso, realizamos um rastreamento das participações dos conselheiros nos eventos promovidos pelo CDES e nas reuniões plenárias que se direcionaram ao debate direta ou proximoamente relacionado ao tema da crise econômica. Do total de 12 encontros averiguados, 6 se tratavam de eventos (expostos no quadro 4.1 acima) e os outros 6 foram reuniões plenárias (25ª, 28ª, 29ª, 30ª, 31ª e 32ª) que circundavam o tema. Selecionamos os conselheiros que participaram em número igual ou superior a um terço (4 encontros), julgado como de adesão mínima ao debate. Do universo de 90 conselheiros que, em média, compunham as plenárias do CDES, apenas 12 deles se enquadravam na reincidência igual ou acima de um terço de participação no número de encontros. Destes, 8 eram conselheiros-empresários, ou seja, dois terços do total. Entre os demais 4 conselheiros, 3 eram sindicalistas e apenas um era uma liderança da Associação de Cegos.

**Quadro 4.2 – Conselheiros que mais se envolveram nos debates sobre a crise econômica no CDES<sup>524</sup>**

Conselheiros	Segmento	Entidades	Total eventos
Adilson Ventura	Demais Entidades Sociedade Civil	UBC	4
Antoninho Trevisan	Capital	FIESP/MBC	9
Artur Henrique	Trabalho	CUT	8

<sup>523</sup> Serão apresentadas as demandas expostas pelos conselheiros em todos os eventos elencados no quadro, com exceção do Seminário Internacional sobre Desenvolvimento (29º Reunião Ampliada) e da 1ª Mesa-Redonda Conjuntura Brasil – Rússia.

<sup>524</sup> Este quadro se refere à participação dos conselheiros em todos os eventos relacionados ao quadro 4.1 e às reuniões plenárias (da 25ª à 32ª, ou seja, de abril de 2008 à dezembro de 2009).

<b>Clemente Lúcio</b>	Trabalho	Dieese	6
<b>João Bosco Borba</b>	Capital	Anceabra	5
<b>João Paulo dos R. Velloso</b>	Capital	INAE/ Fórum Nacional	4
<b>José Lopez Feijóo</b>	Trabalho	CUT	5
<b>Joseph Couri</b>	Capital	Assimpi	5
<b>Murillo Aragão</b>	Capital	Não encontrado	6
<b>Paulo Godoy</b>	Capital	ABDIB	7
<b>Paulo Simão</b>	Capital	CBIC	5
<b>Rodrigo Loures</b>	Capital	FIEP	5

**Elaboração própria. Fontes:** Atas do CDES e do documento “Trajetória do Debate no CDES Sobre a Crise Econômica Internacional”. CDES, SAE, 2ª Ed. Brasília: 2013.

Não afirmamos que apenas estes 12 conselheiros influíram sobre os debates ocorridos no CDES sobre a crise econômica. Em geral, houve adesão significativa, mesmo que esporádica, de muitos conselheiros. A pesquisa informa, contudo, que houve um *núcleo*, de fato, de conselheiros ou mais interessados e/ou mais atuantes e articulados em torno deste debate e que, majoritariamente, este núcleo se vinculava ao setor empresarial. Não se deve, contudo, minorar, os destacados papéis, nestes e noutros debates, de organização e participação substantiva intra Conselho de dois membros ligados à destacadas entidades do mundo do trabalho: os conselheiros Clemente Ganz Lúcio (Dieese) e Artur Henrique (presidente da CUT). As pautas inseridas nas discussões sobre a crise econômica buscavam atender, prioritariamente, os interesses de frações do capital instaladas no Conselho, reforçando-se como mais uma das casamatas da burguesia brasileira na gestão e saídas da crise, concomitante a abertura de novas frentes de atuação do capital pela via das políticas públicas e das linhas de ação frente à classe trabalhadora.

#### **4.2.1 – A crise e o grande capital no CDES: expectativas, demandas e consagrações**

A primeira intervenção promovida pelo CDES com o intuito de compreender a crise econômica internacional e seus desdobramentos sobre a economia brasileira foi a realização, em 13 de março de 2008, do “1º Colóquio *Perspectiva de Crescimento da Economia Brasileira e a Crise Internacional*”, cujos palestrantes foram Paulo Nogueira Batista Jr., então Diretor-Executivo do FMI e Nelson Barbosa Filho, à época Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda e o conselheiro Antoninho Trevisan, na condição de comentarista.

Nesse evento, os conselheiros emitiram um *Parecer*<sup>525</sup> que foi apresentado ao Presidente Lula da Silva na 25ª reunião plenária, em 1º de abril de 2008. Nele, os

<sup>525</sup> O Parecer foi elaborado pelos conselheiros João Paulo dos Reis Velloso (INAE/Fórum Nacional), Antoninho Trevisan (FIESP/MBC) e Laerte Teixeira da Costa (vice-presidente da UGT) a partir do exame dos conferencistas sobre a crise econômica internacional e a conjuntura econômica brasileira.

conselheiros avaliaram que a crise do *subprime* era grave, que já havia se espalhado para outros mercados financeiros e identificavam a desregulamentação desses mercados como um problema a ser equacionado. Para o plano interno, diagnosticaram que o Brasil encontrava-se numa conjuntura confortável (reservas internacionais elevadas, entrada de volumosos investimentos externos, consecutivos superávits na balança de pagamentos, condição de credor líquido externo e taxa de inflação próximo ao centro da meta (4,5%).<sup>526</sup> Alertaram ainda que “o medo exagerado da inflação pode nos levar a cometer o mesmo erro cometido em 2004”, em alusão à elevação da taxa de juros pelo Banco Central naquela ocasião, o que havia abortado “uma recuperação incipiente da economia”.<sup>527</sup> Por fim, o Parecer recomendava, em síntese: a) incentivos às exportações, ampliação de crédito, desonerações de impostos sobre o setor produtivo; b) buscar formas de regulação dos mercados financeiros; c) impedir que a deterioração da balança comercial recolocasse a economia na trajetória da vulnerabilidade externa; d) intensificar as relações econômicas com o Mercosul e a América do Sul, incluindo “os outros BRICs”.<sup>528</sup>

Como parênteses, talvez com a exceção do item “b”, as exposições das medidas tomadas pelos ministros e autoridades responsáveis pela política econômica do governo vão ao encontro das recomendações presentes no relatório. Ao que consta nas atas, a preocupação das autoridades quanto ao item “b” não se devia apenas às operações bancário-financeiras, mas ao que o ministro Mantega batizou, na 28ª reunião plenária, de “paradoxo dos exportadores”: setores exportadores que, devido à valorização cambial, preferiam compensar a queda dos preços de seus produtos no mercado internacional por meio de “tomadas de posições de venda de dólares no mercado futuro”, ou seja, aplicações no mercado de derivativos.<sup>529</sup> Segundo Mantega, não havia razões para maiores temores, tendo em vista que

Alguns cometeram algumas ousadias, mas esse fenômeno já está sendo absorvido pela economia brasileira. Num primeiro momento parecia um problema grande. Depois se viu que era um problema limitado. As maiores operações foram reveladas, vieram a público e elas já estão sendo liquidadas, concluídas, portanto, deixando de exercer alguma pressão negativa na economia brasileira (Ata da 28ª Reunião Plenária, 06/11/08, p. 04).

<sup>526</sup> SEDES. *Trajectoria do Debate no CDES sobre a Crise Econômica Internacional*, 2ª ed. 2013, p. 25.

<sup>527</sup> *Idem*, p. 26.

<sup>528</sup> *Idem*.

<sup>529</sup> Segundo notícias veiculadas pela grande imprensa de 08/03/09, a partir de levantamento do Banco Central, três empresas teriam perdido US\$ 30 bilhões em transações em derivativos: Aracruz, Votorantim e Sadia. Segundo o site G1 “Há muitas empresas enroladas com derivativos no setor de açúcar e álcool, entre os frigoríficos, os esmagadores de soja, os fabricantes de calçados e na indústria têxtil. Nesses setores exportadores, os derivativos cambiais são usados há muito tempo para proteção contra as oscilações bruscas do dólar, mecanismo conhecido como hedge”. Disponível em <[http://g1.globo.com/Noticias/Economia\\_Negocios/0,,MUL1033682-9356,00-PREJUIZO+DE+EMPRESAS+COM+DERIVATIVOS+JA+E+DE+US+BI.html](http://g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios/0,,MUL1033682-9356,00-PREJUIZO+DE+EMPRESAS+COM+DERIVATIVOS+JA+E+DE+US+BI.html)> . Acesso em 22/12/2014.

Quando da apresentação do Parecer na 25ª Reunião Plenária, o conselheiro Antoninho Trevisan (FIESP/MBC), falando ao Presidente Lula da Silva, lembrou que não se cometesse “o mesmo erro que cometemos em 2004 [em que] se instalou uma política monetária (...) que jogou por terra um processo de crescimento que estava ali sendo iniciado com grande vigor”. Logo depois, insistiu no lembrete, afirmando que:

Neste Colóquio, Presidente, nós discutimos profundamente o tema e ficamos tranquilos em vir e aconselhá-lo para que o senhor não nos decepcione nesse aspecto. O Brasil está numa rota formidável. **Nós não estamos enxergando nenhum ponto de ruptura. A economia está sólida, o mercado financeiro está sólido, as empresas estão bem, as centras sindicais estão felizes** (Ata da 25ª Reunião Plenária, 01/04/08, p. 33 – grifos meus).

Percebe-se que, nesse cenário inicial de discussão sobre a crise no CDES, os conselheiros envolvidos não previam nenhuma expectativa, ao menos a curto prazo, de conturbações econômica e política no país. O fato de “não enxergar nenhum ponto de ruptura” significava que as lideranças empresariais e sindicais – aliás, é sintomática a absoluta desconsideração das organizações e movimentos sociais presentes<sup>530</sup> – expressavam satisfação quanto à manutenção do ritmo de crescimento econômico e seus rebatimentos na contenção da luta social, principalmente por meio da expansão do consumo das classes subalternas, instável e precariamente remediadas pela facilitação ao endividamento creditício (via crédito consignado e/ou via crediário comercial), pelas políticas de transferências de renda e pelos ganhos reais salariais, ainda que bastante modestos, mas que ofereceu certo “suspiro” às classes trabalhadoras mais pauperizadas.

Trevisan, ao anunciar o regozijo dos setores da cúpula da burocracia sindical provavelmente não dizia respeito apenas aos incrementos de alguns indicadores econômicos e sociais alcançados pelo segundo governo Lula, mas também, não nos esqueçamos, que foi exatamente no dia anterior (31 de março de 2008) ao pronunciamento do conselheiro na plenária do CDES que foi publicada a Lei 11.648 que incorporava, agora legalmente, as Centrais à estrutura sindical corporativa, abrindo-lhes acesso aos recursos do imposto sindical,

---

<sup>530</sup> Das lideranças dos movimentos sociais populares no CDES, a partir de 2007, restaram os seguintes conselheiros: Joênia Batista Carvalho (Conselho Indigenista de Roraima), Júlio Aquino (Conselho Nacional de Seringueiros) e Manoel da Cunha (Conselho Nacional das Populações Extrativistas). Importante ressaltar que esse último entrou em 2009 quando os dois primeiros saíram, isto é, ficou isolado diante de representantes de outras organizações sociais (não sindicais e não empresariais) como a UNE, OAB, CNBB, UNISOL (União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Social), Instituto Dom Helder Câmara, União Brasileira de Mulheres, Associação de Membros do Ministério Público, Associação Brasileira de Assistência a Deficientes Visuais.

permitindo-lhes assim assegurar o repasse de 10% da contribuição sindical para as Centrais reconhecidas.<sup>531</sup>

Deve-se levar em conta que a crise (econômica), para amplos setores burgueses, define-se por qualquer possibilidade ou ameaça de rebaixamento da taxa de lucros e de investimentos. Apesar do propalado hibridismo constitutivo do CDES, (ou, por isto mesmo, diante da configuração a qual foi constituído) quem diagnosticava e definia o que era a crise, ou seja, quem conduzia a produção da imagem da crise, seus requisitos e formas de enfrentamento, eram os setores do capital e/ou seus intelectuais. É necessário alertar o que estava em jogo: os conselheiros participantes do 1º Colóquio sobre a crise econômica, por meio do representante da FIESP/MBC (Trevisan), expuseram para o presidente Lula da Silva na 25ª Reunião Plenária que o Brasil estava inserido numa “rota formidável”, ao mesmo tempo em que definiam ações contra a crise preventivamente. Ou seja, inaugurou-se uma *retórica da crise* dentro do Conselho: para impedir ou reduzir os impactos da crise era preciso fortes realocações dos recursos públicos para o capital de forma preventiva e urgente.

Diante o aprofundamento da crise, em outubro de 2008 o GACE do CDES promoveu o “2º Colóquio Perspectivas de Crescimento da Economia Brasileira e a Crise Internacional” com a participação de Luiz Gonzaga Belluzzo. Segundo consta no relatório da reunião, “o encontro foi proposto com objetivo de levantar informações e análises sobre a crise financeira global e refletir sobre a melhor forma de atuação do Conselho no assessoramento ao Presidente da República”.<sup>532</sup> Desaceleração de alguns setores exportadores, represamento da liquidez e do crédito e a desvalorização do real foram fatores que, aos olhos dos conselheiros, mostravam o impacto da crise no Brasil. Davam como importantes as medidas até então adotadas pelo governo, embora não as considerassem suficientes. Propuseram, diante disso, a elaboração de uma *moção* a ser encaminhada ao Presidente da República a fim de apresentar os principais pontos analisados e as recomendações do CDES, demandando a manutenção do debate sobre o tema no Conselho.<sup>533</sup>

A entrega da moção do Comitê Gestor do CDES ao Presidente Lula da Silva foi realizada em audiência no dia 24 de outubro de 2008 quando o próprio Presidente definiu a

---

<sup>531</sup> Segundo Galvão, “O valor destinado às centrais sindicais consideradas representativas alcançou R\$ 65,7 milhões em 2008, R\$ 80,9 milhões em 2009 e R\$ 99,5 milhões em 2010. (...) a dependência dos sindicatos frente ao imposto sindical parece ter aumentado uma vez que essa contribuição representou cerca de 80% dos recursos da FS, UGT, CTB e CGTB em 2008”. GALVÃO, Andréia. A reconfiguração do movimento sindical nos governos Lula... Op, cit., p. 195.

<sup>532</sup> Secretaria de Relações Institucionais (2008b). *CDES e a crise financeira internacional – novembro de 2008*, p. 01.

<sup>533</sup> Idem, p. 02.

conjuntura econômica internacional como tema a ser debatido na 28ª reunião plenária.<sup>534</sup> No conteúdo, a moção entregue ao Presidente dizia que o objetivo era oferecer recomendações para o enfrentamento aos efeitos da crise, ressaltando a capacidade das condições econômicas criadas desde 2003 de “agir e proteger o desenvolvimento com distribuição de renda”,<sup>535</sup> alertando que os “vasos comunicantes entre as economias nacionais” poderiam causar consequências danosas para o Brasil e que os impactos da crise já se faziam presentes. Solicitava também a adaptabilidade das políticas monetárias e fiscal ante a situação de crise e a ação imediata do Estado. As recomendações eram as seguintes:

1. Intensificar a ação do Banco Central visando à estabilização do câmbio, num nível de equilíbrio, variável fundamental para restaurar o comércio internacional e a previsibilidade para os investimentos privados de médio e longo prazo.
2. Restabelecimento do crédito para as atividades produtivas e o comércio, o que exige uma intervenção mais ativa da autoridade monetária com relação aos bancos públicos e privados.
3. Suspensão do processo de aumento da taxa de juros (SELIC) a partir da próxima reunião do Copom.
4. Manutenção da taxa de crescimento dos investimentos públicos, do compromisso com o Programa de Aceleração de Crescimento, com a Política de Desenvolvimento Produtivo e com os Programas Sociais.

O CDES defende que o momento é de entendimento nacional entre governos, parlamento, empresários, trabalhadores e organizações sociais para proteger nosso desenvolvimento com equidade, geração de emprego e distribuição de renda, baseado nas atividades produtivas, no trabalho e na solidariedade.<sup>536</sup>

Na 28ª reunião plenária, ocorrida em 06 de novembro de 2008, os ministros Guido Mantega, Henrique Meireles e Dilma Rousseff pareciam estar munidos de dados e argumentos suficientes para acalmar os ânimos e dissipar preocupações, legitimando as ações

<sup>534</sup> SEDES. *Trajatória do Debate no CDES sobre a Crise Econômica Internacional*, 2ª ed. 2013, p. 16.

<sup>535</sup> Como vimos no capítulo 3, todo o período de gestão de Antonio Palocci (de janeiro de 2003 a março de 2006) no comando do Ministério da Fazenda, ao lado de Henrique Meirelles, como presidente de Banco Central, na condução da política econômica do primeiro mandato de Lula da Silva, recebeu persistentes e contundentes críticas nos debates das reuniões plenárias e em muitos documentos do Conselho. O busílis da questão nucleava o forte aperto da política monetária (altas taxas de juros), cambial (sobrevalorização do câmbio) e altos superávits primários necessários ao cumprimento do pagamento de juros da dívida pública. O descontentamento girava em torno da austeridade excessiva do ajuste – o qual julgavam conter o crescimento econômico – e não o modelo de desenvolvimento econômico implantado desde o 2º governo de FHC, sustentado pelo regime de metas inflacionárias e de contrarreformas. Apenas alguns conselheiros apoiavam, desde o início, a política econômica então em vigor. Poder-se-ia apontar como “contraditória” a afirmativa, presente neste e noutros documentos do CDES pós-Palocci, de que “desde 2003” a política econômica do governo era pró-desenvolvimento se eles próprios passaram boa parte do primeiro governo de Lula da Silva criticando-a. Na verdade, trata-se do contrário: compartilhavam do reconhecimento *a posteriori* da importância do ajuste inicial como condição de criação e fortalecimento “das bases sustentáveis do desenvolvimento”. Esta, inclusive, é a explicação dada por alguns economistas do pró-governo como BARBOSA, Nelson e SOUZA, José Antonio Pereira de. A inflexão do governo Lula: política econômica, crescimento e distribuição de renda. In: SADER, Emir e GARCIA, Marco Aurélio (orgs.). *Brasil, entre o passado e o futuro*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Boitempo, 2010.

<sup>536</sup> SEDES. *Relatório de gestão 2008*. Brasília: 2009b, p. 72-73.

do governo por meio da abordagem de todos os pontos contidos nas recomendações dos conselheiros apresentadas pela moção.

Guido Mantega afirmou que o pior da crise econômica internacional já havia passado e que se estava saindo da fase mais aguda. Após rápida exposição das dificuldades da economia internacional naquele momento (falta de crédito, saída de capitais e de investimentos nas economias emergentes, desvalorização cambial, queda das bolsas de valores), apresentou algumas “medidas emergenciais importantes” tomadas pelo governo que, bastante sumariamente, podem ser elencadas:

- ✓ Liberação do compulsório bancário (maior volume de recursos disponibilizados pelo BACEN aos bancos para concessão de empréstimos, créditos, etc);
- ✓ Venda de dólares do governo no mercado futuro (*swap*) – importante na oferta de liquidez de dólares, beneficiando setores exportadores (R\$ 14 bilhões);
- ✓ Oferecimento de melhores condições para linhas de financiamento de exportações;
- ✓ Financiamento da produção:
  - ✓ R\$ 90 bilhões para investimentos via BNDES para vários setores: para expansão de projetos de petróleo e gás e projetos navais; para o Revitaliza (incremento no capital de giro das empresas) e para a construção civil na realização de projetos habitacionais, via CEF (R\$ 3 bilhões) com recursos da poupança habitacional.
  - ✓ Financiamento da Agricultura: antecipação de desembolsos do BB; recursos adicionais de vários fundos (R\$ 5 bilhões); aumento do crédito direcionado; garantia de preço mínimo para comercialização dos produtos agrícolas;
- ✓ Com a MP 443, ficaram autorizados o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal adquirirem participação acionária nos bancos privados. Criação da Caixa Banco Investimento para adquirir participações minoritárias no setor de habitação, oferecendo capital de giro às empresas do setor;
- ✓ Para o setor automobilístico: o BACEN disponibilizou parte a mais do compulsório dos grandes bancos privados para ser direcionado à irrigação dos bancos do setor automotivo;

- ✓ Disponibilização de mais R\$ 5 bilhões para pequenas e médias empresas via BB e mais R\$ 10 bilhões, via BNDES, para capital de giro de grandes e médias empresas para pré-embarque de exportações;
- ✓ Prorrogação de prazo para pagamento de tributos (IPI, PIS e COFINS);
- ✓ Aceleração da devolução do crédito tributário às empresas;
- ✓ Manutenção dos investimentos no PAC, no Pré-Sal e nos programas sociais;
- ✓ Contenção do crescimento dos gastos de custeio.

Após o relato das medidas que vinham sendo adotadas pelo governo, Mantega esforçou-se em apresentar dados que convencessem os conselheiros de quanto o país estava preparado para enfrentar a crise. Procurou ressaltar indicadores econômicos que os tranquilizassem, tais como crescimento do PIB, redução do déficit fiscal e da dívida líquida do setor público, aumento do superávit primário, elevação do consumo, a criação da “nova classe média”, manutenção de elevadas reservas internacionais, controle inflacionário, aumento dos investimentos do governo, principalmente em infraestrutura, manutenção do nível de emprego e da renda. Contra o encolhimento do comércio internacional, Mantega ressaltou sua substituição pelo mercado interno e frisou o aumento das exportações para os países emergentes.

Sobre a redução da volatilidade cambial e da bolsa de valores, Mantega enfatizou que a situação de crise ainda perdurara, mas que estava se estabilizando aos poucos. Foi Henrique Meirelles quem, sobre esse assunto, mais claramente respondeu às demandas empresariais no Conselho, ressaltando a venda de dólares futura (*swaps* cambiais) no valor de 24,5 bilhões de dólares e o anúncio de que o BACEN estava preparado para vender até 50 bilhões de dólares, permitindo reduzir a volatilidade do mercado de câmbio sem comprometer reservas internacionais.

A então ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, diz ser a continuidade de execução do PAC “a forma diferencial com que como enfrentamos essa crise”, em comparação à gestão do governo FHC. Ressaltou o “caráter anticíclico” do programa, posto que sustentava “patamar elevado de investimento público e privado”, já que “assegura a manutenção desse ciclo de crescimento econômico, principalmente porque há essa decisão do governo do PAC não ter cortes, do PAC ter como sustentação essa capacidade do governo de organizar essa demanda e assegurar crédito de longo prazo”.<sup>537</sup>

---

<sup>537</sup> Cf. Ata da 28ª Reunião Plenária, 06/11/2008, pp. 03-13. Disponível em <<http://www.cdes.gov.br/>>

As exposições dos ministros satisfizeram boa parte dos conselheiros, ao menos dos que se manifestaram na reunião. Os mais empolgados foram Paulo Godoy (presidente da ABDIB), Armando Monteiro Neto (presidente da CNI), Fábio Barbosa (presidente da Febraban) e Abílio Diniz (presidente do Grupo Pão de Açúcar), ou seja, algumas das mais destacadas lideranças empresariais e de suas entidades no país.

O conselheiro Paulo Godoy *reconheceu que alguns pontos da moção entregue à Presidência foram levados em consideração nas medidas adotadas pelos ministros* (questão do câmbio, do crédito e da proteção ao mercado financeiro), e de que era preciso avançar na reforma tributária (ponto recorrente no CDES) e na concessão de portos e aeroportos para iniciativa privada.<sup>538</sup>

O empresário Armando Monteiro Neto, por sua vez, elogiou o esforço do governo na adoção das medidas anunciadas:

Nós não podemos deixar de reconhecer que nesse contexto, o repertório de medidas que vêm sendo adotadas pelo Governo, sem nenhuma dúvida, **representam medidas adequadas no seu conjunto, e que têm sido adotadas de maneira razoavelmente tempestivas** (...) e quero saudar nesse momento, a notícia que o Ministro Guido Mantega nos anuncia de medidas relacionadas com a ampliação de prazo de recolhimento de tributos (...) (Ata da 28ª reunião plenária, 06/11/08, p. 16 – grifos meus).

O conselheiro Fábio Barbosa, igualmente, ressaltou que “diversas medidas já foram implementadas pelo Governo, *boa parte fruto de diálogo com o setor privado*” (grifos meus), destacando que a “irrigação do sistema”, fruto da liberação de compulsório, “tem ajudado muito a aumentar a liquidez e a restabelecer o equilíbrio do mercado”. Na mesma reunião, o Presidente Lula da Silva validou a observação de Fábio Barbosa sobre o fortalecimento e/ou abertura de pontes e fluxos entre Estado e empresários para o gerenciamento da crise:

Uma coisa importante e que faz diferença é **consultar os setores envolvidos** antes de a gente tomar uma decisão, porque muitas vezes, na pressa de acertar, a gente dá um tiro no pé ou dá um tiro onde não deveria dar. Então, nós sempre tomamos o cuidado de conversar com **os setores econômicos. Quase todos os setores aqui já foram ouvidos pelo governo** (Presidente Lula da Silva, Ata da 28ª Reunião Plenária, 06/11/08, p. 23, grifos meus).

As conexões não se davam, obviamente, apenas entre Estado e empresários, mas também entre setores do capital com vistas ao alinhamento frente à administração do capitalismo em crise, o que implicava na criação de novos espaços da sociedade civil e na

---

evento/2284/pleno-do-cdes-reuniao-ordinaria-n-28.html>. Acesso em 12/01/2015.

<sup>538</sup> O Programa de concessões de portos, aeroportos e outras rodovias foi realizado em 2013, sob o governo de Dilma Rousseff.

calibragem, na graduação correta, do *modus operandi* de largos setores do capital junto ao Estado. Como nos alude conselheiro Fábio Barbosa:

O sistema financeiro vem atuando com responsabilidade em conjunto com o Governo, e tem mantido contatos frequentes com a FIESP, ANFAVEA, ABDIB, bem como com o setor de agricultura e comércio, por meio de um conselho consultivo recém criado na Febraban (idem: p. 17).

No relatório anual de 2009 da FEBRABAN, importa observar, consta que o Conselho Consultivo, presidido pelo próprio Fábio Barbosa, contava com vários e ilustres integrantes do CDES, destacadas lideranças empresariais de diversas frações do capital, de suas entidades patronais e, inclusive, com ex-ministros do primeiro governo Lula da Silva.<sup>539</sup>

Ainda na 28ª reunião plenária, o conselheiro Abílio Diniz, por sua vez, colocou-se, ainda na referida reunião, como analista das causas da crise, entendendo como causa o “excesso de liquidez” e derivações especulativas: “tinha muita gente vendendo vento e na outra ponta muita gente comprando vento. O mundo vai ter que sofrer um ajuste” em que “aqueles do mundo real vão sair fortalecidos”, adjetivando a condução da política monetária e cambial realizada por Henrique Meirelles como “brilhante” e, no entusiasmo discursivo, evocou oportunamente o keynesianismo pragmático do capitalista em tempos de crise:

Não sou apenas um torcedor, eu acho que, conversando com todas as pessoas do setor financeiro, ninguém pode se queixar, nem mesmo na crise, e nas crises, normalmente, todos choram e ninguém tem razão. (...) Tem certos momentos, como diria Friedman – todos nós somos keynesianos – tem que intervir mesmo, tem que entrar, tem que fazer, tem que assumir a responsabilidade. É Governo ou não é Governo? Tem que assumir. Ah! Porque vai estatizar banco! Que horror! Tem que fazer! Porque isso dá, traz confiança (Conselheiro Abílio Diniz, Ata da Ata da 28ª Reunião Plenária, 06/11/08, p. 18).

Sindicalistas como Manoel José dos Santos (Contag) e Artur Henrique (CUT) bateram na tecla de que caberia ao governo proteger os investimentos do “setor produtivo”, a fim de resguardar a geração de empregos, a distribuição de renda e o fortalecimento do mercado interno. Enfatizaram que a “intervenção do Estado” não poderia se direcionar à “socialização das perdas, do setor especulativo com a sociedade em geral” (idem: 22). Apesar de não estarem sozinhos, as lideranças sindicais eram as que mais destacavam o papel corrosivo do

<sup>539</sup> Como representantes do setor bancário, faziam parte do Conselho Consultivo da FEBRABAN Aldemir Bendine (Banco do Brasil), Conrado Engel (HSBC Bank Brasil S.A.), José Ermírio de Moraes Neto (Banco Votorantim), Luiz Carlos Trabuco Cappi (Banco Bradesco), Maria Fernanda Ramos Coelho (Caixa Econômica Federal), Pedro Moreira Salles (Itaú Unibanco S.A.), **Roberto Egydio Setubal** (Itaú Unibanco S.A.). Outros setores também estavam presentes no referido Conselho, como Abram Abe Szajman (Fecomercio/SP), **Jackson Schneider** (Anfavea), João Batista Crestana (Secovi/SP), José Roberto Mendonça de Barros (MB Associados), **Luiz Fernando Furlan** (Brasil Foods S.A.), **Paulo Skaf** (FIESP), **Roberto Rodrigues** (ABAG) e **Viviane Senna** (Instituto Ayrton Senna). Os empresários em destaque haviam sido (ou continuavam sendo) conselheiros do CDES. Disponível em < [http://www.febraban.org.br/7Rof7SWg6qmyvwJcFwF7I0aSDf9jyV/sitefebraban/Febraban\\_completo.pdf](http://www.febraban.org.br/7Rof7SWg6qmyvwJcFwF7I0aSDf9jyV/sitefebraban/Febraban_completo.pdf)>. Acesso em 15/01/2015.

“especulador financeiro” como o principal agente promotor e detonador da crise, esta interpretada como sendo expressão do “modelo neoliberal”. Em contrapartida, ressaltavam que era “preciso dar valor a quem produz, dar valor a quem efetivamente constrói o PIB do mundo”, nas palavras de Artur Henrique (idem).

Era lugar-comum, entre os integrantes da “esquerda para o capital” no CDES, a ideia (na verdade um pressuposto) de relação direta entre setor financeiro e neoliberalismo, opostos a “desenvolvimento” e “mundo da produção” (proprietários não financistas). Estes, em diálogos e acordos com as lideranças dos sindicatos de trabalhadores e de organizações e movimentos sociais, viabilizar-se-iam como “sustentáveis”, com vistas à “inclusão social”, dando azo a uma peculiar percepção de bipolaridade entre um suposto “capital benfazejo” em oposição a outro “espoliativo e parasitário”. Nesse diapasão, as pautas das lideranças sindicais frente à crise buscavam se coadunar, enriquecidas com um pitada distributivista (“manter o emprego, manter a renda, manter o consumo”) - às demandas tipicamente oriundas do empresariado, como as que se evidenciam na passagem abaixo:

Para os trabalhadores, o enfrentamento dessa crise se passa pela valorização do trabalho, pela **ampliação do crédito** e pela **manutenção dos investimentos**, mais e melhores empregos e **menos juros, mais crédito para quem quer produzir**, para quem quer gerar emprego, e menos juros na especulação ou no controle da inflação, porque ninguém quer a volta da inflação. Por isso a nossa posição é de que as ações devem ser focadas para a continuidade desse processo de crescimento econômico, com a manutenção e ampliação das políticas públicas e dos programas sociais, a exemplo do PAC, do Bolsa Família, dos Territórios da Cidadania, do **Programa de Desenvolvimento Produtivo** e do desenvolvimento sustentável, **com investimento na produção** e no mercado interno, assim como do papel que as centrais sindicais tiveram para garantir o aumento do salário mínimo, a renda e portanto o consumo das famílias, que fazem com que esse ciclo virtuoso permaneça ativo e positivo na economia (Conselheiro Artur Henrique, Ata da 28ª Reunião Plenária, 06/11/08, p. 22, grifos meus).

Claro está que os conselheiros não se limitavam a monitorar ou a acompanhar a evolução da crise econômica e seus reflexos no Brasil. Detinham papéis muito mais complexos e visualizavam o contexto de ameaça de profunda instabilidade e de real desaquecimento econômico (em 2009, principalmente) para recuperar, reforçar e ampliar o conjunto de medidas que estavam sendo demandadas por seus setores bem antes da deflagração da crise. Como espécie de “vigia-noturno” (o Conselho trabalhava com pouca inserção e aparição nos grandes meios de comunicação), as recomendações colocadas em 2008 seriam repostas e reforçadas em 2009, cobrando das autoridades dos altos escalões ministeriais e da Presidência da República a celeridade, a execução e/ou a ampliação das medidas que, apresentadas como “sugestão”, se colocavam, naquela conjuntura, cada vez mais como roteiros e rumos inevitáveis ou inescapáveis. Para os conselheiros nada estava

garantido e era preciso estar à espreita, acompanhando o movimento e, ao mesmo tempo, direcionando-o.

Tampouco os encaminhamentos propostos eram congruentes e sem tensões. Nos debates para a construção da Agenda para um Novo Ciclo de Desenvolvimento (ANC), por exemplo, durante o ano de 2010, apareceram importantes divergências de fundo entre o segmento empresarial e as lideranças das centrais sindicais no que tange, principalmente, a quatro temáticas: redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais,<sup>540</sup> implementação da resolução 158 da OIT,<sup>541</sup> regulamentação do imposto sobre grandes fortunas<sup>542</sup> e desoneração da folha de pagamento.<sup>543</sup> Um sumário acompanhamento da evolução desses temas no primeiro governo de Dilma Rousseff demonstra que apenas a última proposta (empresarial) foi implementada, aprimorada e ampliada.

Importa-nos destacar que no Conselho, especialmente a partir da crise econômica internacional em 2008, *predominavam as demandas empresariais que marcavam a pauta empresarial anterior e que se exponenciaram a partir de intensa, ampliada e exigente vocalização e recorrente presença nos documentos internos do CDES sobre a crise*. Não seria o caso – prolixo e improdutivo – de esmiuçar a gama de reivindicações, demandas,

<sup>540</sup> A proposta de redução da jornada de trabalho prevista, dentre outras medidas, pela PEC 393/01, continua em espera de votação no Congresso Nacional. Os sindicalistas do CDES argumentavam que o aumento da produtividade em vários setores da economia não havia sido acompanhada da contrapartida distributiva destes ganhos através da redução da jornada de trabalho no país. Verificava-se argumentos que procuravam convencer o capital a dialogar sobre o tema através da qualificação do trabalho: “(...) para colocar um trabalhador para se qualificar saindo de casa às 5 horas da manhã, pegando um ônibus, metrô, trabalhando de segunda a sábado, fazendo duas horas extras por dia, e pedir para ele se qualificar, só se for no sábado à noite ou no domingo. Nós precisamos realmente trabalhar essa articulação” (Conselheiro Artur Henrique, Ata 35ª reunião plenária, 26/08/10, p. 18).

<sup>541</sup> Trata-se da garantia contra dispensa imotivada do trabalhador. Em 12/08/2011, foi rejeitada pela Comissão do Trabalho da Câmara dos Deputados a Mensagem 59 que, enviada pelo Presidente da República ao Congresso Nacional, objetivava ratificar a Convenção 158 da OIT.

<sup>542</sup> A proposta do Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF) aparecia nos debates do CDES principalmente por meio do GT Reforma Tributária. A respeito do Imposto sobre Grandes Fortunas e Heranças (IGF) dizia o relatório do GT: “*O CDES considera importante regulamentar o dispositivo constitucional que trata da tributação sobre grandes fortunas e sobre heranças, entendendo que deve ser feito de forma que não desestime a poupança e o investimento*” (SRI. SEDES. *Relatório do Grupo de Trabalho Reforma Tributária*. Brasília, Presidência da República, CDES, 2007, p. 05). Na 22ª reunião plenária o conselheiro Antoninho Trevisan havia alertado que “houve uma discussão difícil sobre impostos sobre grandes fortunas e heranças. Nós entendemos que é necessário regulamentar o dispositivo constitucional que trata deste assunto” (Cf. Ata da reunião, p. 23). O sindicalista José Lopez Feijóo (CUT) também se pronunciou sobre o IGF na 23ª reunião: “(...) isso está na Constituição, não foi regulamentada até hoje, o Brasil é um dos poucos países que quer ser grande, em que herança não é taxada. (...). Não dá, isso é um equívoco, incentiva a não produzir, a não crescer, a não enriquecer a Nação” (Cf. Ata da reunião, p. 28). Inclusive lamentavam que o projeto de Reforma Tributária do governo enviado para o Congresso Nacional não havia endossado esta e outras propostas do Relatório do GT, como se lê na Ata da 24ª reunião, p. 18, apresentado pelo sindicalista Antonio Neto (CGTB). Nos documentos definitivos (que precisavam ser aprovados pela plenária) como os Pareceres do GT ou a Moção o controverso tema não aparecia.

<sup>543</sup> Em 2011, sob a vigência do Plano Brasil Maior, foi implementada a desoneração da folha de pagamento apenas a quatro setores: confecções, produção de calçados, móveis e software. Atualmente beneficia 56 setores da economia e, a partir da lei 13.043 de novembro de 2014, tornou-se permanente.

recomendações, enfim, presente em cada documento produzido pelo Conselho na administração (diagnóstico, prevenção e encaminhamentos) da crise.

Até aqui priorizamos os debates realizados na 25ª e 28ª reunião plenária do CDES, ocorridos em abril e em novembro de 2008, respectivamente. A nosso ver, eles condensaram importantes discussões e respostas das altas autoridades governamentais às demandas dos empresários, focalizadas principalmente no trato das questões econômicas. Realçamos, igualmente, as propostas formuladas pelo 1º e 2º Colóquios ou Encontros de Monitoramento da Crise do CDES, ocorridos em março e em outubro de 2008, respectivamente.

Ademais, como vimos no quadro 4.1, o GACE do CDES, com apoio da SEDES, promoveu e articulou uma série de eventos durante o ano de 2009 para o gerenciamento da crise econômica. Podemos condensar, de forma bastante esquemática no quadro abaixo, as recomendações dos conselheiros do CDES para a administração dos efeitos da crise, no plano interno:

**Quadro 4.3 – Eventos promovidos pelo CDES em 2009 para o debate da crise econômica**

Eventos	Data	Recomendações dos conselheiros
3º Encontro de Monitoramento da Crise <sup>544</sup>	22 de janeiro de 2009	Incentivos às exportações; ampliação de crédito; <sup>545</sup> desoneração de impostos que incidem sobre o setor produtivo; estabilização do câmbio; manutenção dos investimentos públicos (PAC, PDP e Programas Sociais); Proteção do emprego; fortalecimento do mercado interno (geração de emprego e renda, valorização do salário mínimo, transferência de renda e apoio à MPES; Busca de soluções ágeis para os créditos de exportação relativos ao PIS, COFINS e IPI, como oportunidade para o enfrentamento da escassez de recursos para financiamento da produção. Firme e ágil redução da taxa básica de juros, diminuindo o custo do crédito e criar expectativa de investimento; retomada das reuniões mensais do COPOM; Aprimoramento da governança do CMN; Necessidade imperiosa de redução dos spreads bancários;
4º Encontro de Monitoramento da Crise <sup>546</sup>	16 de fevereiro de 2009	Redução dos juros cobrados pelos bancos às pessoas físicas e o aumento do crédito para os setores produtivos e o consumo. Redução acelerada da taxa básica de juros e diminuição do intervalo entre as reuniões do COPOM. Regulação mais forte do BACEN visando à redução do spread bancário. Sugestão de nova formação para o CMN.

<sup>544</sup> O 3º Encontro expediu o documento “Nota do CDES sobre a Crise Econômica Internacional”, In: SRI. SEDES. *Trajatória do Debate no CDES sobre a Crise Econômica...* p. 29-30. O documento está disponível em <<http://www.cdes.gov.br/evento/4001/ga-conjuntura-economica-monitoramento-da-crise-economica-internacional-encontro-iii-monitoramento-perspectivas-e-efeitos-da-crise-economica-internacional.html>>. Acesso 14/03/2015.

<sup>545</sup> “Os conselheiros e conselheiras do CDES reafirmam: (...) A relevância de fortalecer ações para o restabelecimento do crédito destinado às atividades produtivas – indústria, a agropecuária, os serviços e o comércio – o que exige a intervenção da autoridade monetária com relação aos bancos públicos e privados” (idem, p. 29).

<sup>546</sup> SRI. SEDES. GA CONJUNTURA ECONÔMICA – MONITORAMENTO DA CRISE ECONÔMICA INTERNACIONAL. *Memória do IV Encontro*. Disponível em <<http://www.cdes.gov.br/evento/4101/ga-conjuntura-economica-monitoramento-da-crise-economica-internacional-encontro-iv.html>>. Acesso em 14/03/2015.

Reunião com a Comissão de Acompanhamento da Crise Financeira do Senado <sup>547</sup>	19 de março de 2009	“Trevisan fez um breve relato das características da crise financeira internacional, sob a ótica de análise que vem sendo desenvolvida no âmbito do CDES, mostrando preocupações com a questão do aprofundamento da crise pela carência de crédito, que compromete a disponibilidade de capital de giro e que por sua vez dificulta a normalização do processo produtivo e a geração/manutenção do emprego”.
1ª Mesa-Redonda da Sociedade Civil Brasil – União Europeia <sup>548</sup>	7 e 8 de julho de 2009	Investimentos em Infraestrutura (PAC); Sistema de financiamento público capaz de alavancar a política de desenvolvimento (BB, CEF e BNDES); <sup>549</sup> Ajustes na política de juros e <i>spreads</i> de intermediação, eliminação de barreiras ao crédito pelas MPEs; Existência de empresas públicas fortes, como a Petrobrás; Sistema de proteção social reforçado e ampliado.

Elaboração própria.

A rigor, percebe-se de pronto a continuidade de algumas reivindicações que foram alvo de muitas controvérsias e insatisfações nas plenárias do CDES no primeiro governo Lula da Silva: a redução da taxa básica de juros, o imbróglio acerca da ampliação de número de membros no CMN e a redução dos *spreads* bancários, todas devidamente analisadas no capítulo 3. Percebe-se que os conselheiros aproveitavam o contexto de crise e de atendimento (parcial, mas substantivo) às suas demandas para incluir pautas advindas – e não atendidas – do período palociano.

A demanda por reuniões mensais do COPOM foi outra pauta que apareceu no contexto de crise cuja alegação era “garantir agilidade na administração da crise”<sup>550</sup> e que *não foi atendida*, apesar da forte pressão empresarial, *o mesmo ocorrendo sobre a demanda de ampliação da composição do CMN*. Por outro lado, constatou-se a diminuição na taxa básica de juros entre 2009 e 2010: a Selic caiu de 12,66 p.p. para 8,65 p.p., e assim permaneceu entre 12.03.2009 (140ª reunião do Copom) e 17.03.2010 (149ª reunião do Copom), quando voltou a subir.<sup>551</sup> Ou seja, conforme as recomendações dos eventos, mesmo em queda, a taxa de juros era considerada alta pelo empresariado. Já os *spreads* bancários haviam aumentado substancialmente devido à falta de crédito no contexto de crise econômica, mas, a partir de setembro de 2009, haviam retomado a tendência de queda, estabilizando-se em patamares do

<sup>547</sup> SRI. SEDES. COMITÊ GESTOR DO CDES E MONITORAMENTO DA CRISE ECONÔMICA INTERNACIONAL. *Audiência Pública CAE/SENADO FEDERAL*. Relatório. 2009.

<sup>548</sup> O documento expedido nesse evento foi “Impactos sociais da crise econômica internacional e os desafios do desenvolvimento: o papel do Estado e da sociedade civil”. In: SRI. SEDES. *Trajetória do Debate no CDES sobre a Crise Econômica...* p. 41-46.

<sup>549</sup> O documento afirma que o BB e a CEF “no momento da crise, geram contrapesos à contração do crédito internacional, propiciam capital de giro e investimentos” e que o BNDES “constitui hoje um dos principais eixos de mobilização econômica e sustentação da política industrial” (idem, p. 42).

<sup>550</sup> Documento “3º Encontro Monitoramento, Perspectivas e Efeitos da Crise Econômica Internacional”, de 22 de janeiro de 2009. Disponível em < <http://www.cdes.gov.br/evento/4001/ga-conjuntura-economica-monitoramento-da-crise-economica-internacional-encontro-iii-monitoramento-perspectivas-e-efeitos-da-crise-economica-internacional.html>>. Acesso em 20/01/2015.

<sup>551</sup> Ver “Histórico das taxas de juros fixadas pelo Copom e evolução da taxa Selic”. Disponível em <<http://www.bcb.gov.br/?COPOMJUROS>>. Acesso em 20/01/2015.

período anterior à crise, mantendo-se na faixa de 32%, considerada bastante elevada pelos tomadores capitalistas.

Com exceção das demandas pela ampliação do CMN, pela retomada das reuniões mensais do COPOM (que se realizam a cada 45 dias) e talvez, pelo não atendimento satisfatório na queda dos *spreads* bancários e da taxa de juros, na dimensão e velocidade requerida pelo grande capital, grande parte das demais demandas constantes no quadro 4.3 acima foram atendidas.

Na 31ª reunião plenária do CDES, em agosto de 2009, o conselheiro Antoninho Trevisan, discursando diretamente ao presidente Lula da Silva, na condição de membro do Comitê Gestor, assinalava a satisfação dos conselheiros quanto ao atendimento, pelo governo, de algumas medidas consideradas essenciais para o combate à crise, um ano depois da entrega da moção ao presidente:

(...) eu quero enfatizar que o **momento histórico desse Conselho** foi quando no dia 14 de outubro de 2008, o Comitê Gestor, de posse desse documento aprovado neste plenário, se reuniu com o Presidente Lula para apresentar a ele as conclusões deste Conselho acerca da crise que estava se instalando e já se instalara nos Estados Unidos e na Europa e na Ásia. Aí apresentamos ao Presidente quatro pontos: **juros** - deveriam ser compatíveis com a rentabilidade do setor produtivo. A gente descobre que se os juros cobrados no setor produtivo são maiores do que a rentabilidade do setor produtivo ele só tem um resultado, a empresa vai quebrar, como 2 e 2 são 4. **E o Presidente Lula incorporou essa visão.**<sup>552</sup> Segunda visão, **o crédito**. O Conselho de Desenvolvimento afirmou para o Presidente que era a hora de manter a economia aquecida e o Presidente decidiu não aderir a crise, como muita gente fez. Como é que você faz a adesão a crise? Fácil. Suspende o crédito e aumenta os juros e suspende os investimentos. Essa é a maneira de aderir, não é Ministro? É a maneira de aderir à crise e o Presidente Lula decidiu e falou: “à crise, o Brasil não vai aderir”. Teve país que aderiu e que estão aí vivendo a crise, não é Ministro Velloso que nos assessorou enormemente nesse documento. O terceiro ponto, **o câmbio**. O câmbio não podia ficar solto e o **Presidente também incorporou essa visão.** (...). E, finalmente, **a questão do emprego**. O Presidente incorporou esses quatro pontos e transformou isso em ação. E aí, então, **vai a minha saudação aos bancos públicos brasileiros**, na pessoa do Presidente do Banco do Brasil, que seguramente deu uma aula de como é que se faz uma gestão na crise, **graças a esse Conselho**, Ministro (Conselheiro Antoninho Trevisan, ATA da 31ª reunião plenária, 27/08/2009, p. 8, grifos meus).

<sup>552</sup> Há um claro conflito entre o que apresenta o relatório da 1ª Mesa-Redonda da Sociedade Civil Brasil – União Europeia, em 07 e 08 de julho de 2009 e a fala de Trevisan, pouco mais de um mês, na plenária do Conselho. Entendo que Trevisan (e o Comitê Gestor ao qual integrava) considerava a tendência de queda taxa de juros algo a ser valorizado *junto ao Presidente* como uma conquista *também* do CDES, legitimando-o e, em outros fóruns, a vertente crítica desses conselheiros se aguçava. Pesquisei nas atas seguintes à fala de Trevisan e foi possível encontrar insatisfação quanto às altas taxas de juros pelos conselheiros Artur Henrique (CUT), Murillo de Aragão (Arko Advice) e pelo próprio Trevisan. Esse, em especial, reclamava da magnitude de recursos pagos em razão dos juros da dívida interna: “Eu acho que essa é uma questão que falamos pouco nesse Conselho, mas nós temos que repetir. Juro da dívida interna é despesa, é consumo de recursos, é consumo de recursos da educação, da saúde e nós achamos que é uma linha contábil” (Cf. Ata da 32ª Reunião Plenária, 09/12/2012, p. 10).

Na 32ª reunião plenária, de dezembro de 2009, os ministros Guido Mantega e Luciano Coutinho anunciaram mais medidas econômicas que iam ao encontro das solicitações dos empresários no Conselho, principalmente no que se refere à oferta de crédito e outros incentivos governamentais como desonerações e suspensões tributárias e criação de novas linhas de desembolsos do BNDES em prol de setores do capital:

- ✓ Para 2010-11, concessão de nova linha de crédito da União para o BNDES, no montante de R\$ 80 bilhões, taxa de juros de longo prazo (TJLP), para o financiamento de investimentos e do desenvolvimento produtivo. Atividades prioritárias: infra-estrutura econômica e social, bens de capital, exportações, inovação, ciência e tecnologia.
- ✓ Novo empréstimo da União para o Fundo da Marinha Mercante (FMM) no valor de R\$ 15 bilhões, resultante da crescente demanda por embarcações em virtude dos investimentos em petróleo e gás.
- ✓ Prorrogação do Programa de Sustentação dos Investimentos (PSI) o qual estabelece taxas mais baixas para aquisição de bens de capital (4,5% a.a.) por meio do BNDES FINAME (financiamento, por meio de instituições financeiras credenciadas, para aquisição de máquinas e equipamentos novos, de fabricação nacional);<sup>553</sup>
- ✓ Permissão para que bancos privados emitam letras financeiras (debêntures) para captar recursos no longo prazo e realizarem empréstimos também ao longo prazo a taxas menores. Aporte de R\$ 10 bilhões do BNDES, no prazo de 5 anos, para “dar apoio à emissão de debêntures corporativas”.
- ✓ Prorrogação da desoneração de vários itens na aquisição de bens de capital pela redução do IPI;<sup>554</sup>
- ✓ Suspensão de tributos para a indústria petroquímica (IPI, PIS, COFINS, II) no norte, nordeste e centro oeste;
- ✓ Ampliação do limite de crédito do Cartão BNDES de R\$ 500 mil para R\$ 1 milhão por banco emissor, ajudando sobretudo o financiamento de longo prazo e para médias e pequenas empresas (MPEs);
- ✓ Desoneração de PIS e COFINS incidentes sobre a venda de computadores;

<sup>553</sup> Note-se que o conselheiro-empresário Luiz Albert Neto, presidente da ABIMAQ, figura dentre os membros da Junta FINAME do BNDES (Cf. quadro 4.3).

<sup>554</sup> Principais itens desonerados: válvulas industriais, árvores de transmissão, microscópios eletrônicos, hastes de bombeamento, congeladores industriais; partes de vários tipos de máquinas e equipamentos.

- ✓ Programação de R\$ 126 bilhões de desembolsos para 2010: R\$ 54 bilhões para indústria e serviços, R\$ 47 bilhões para infraestrutura e R\$ 25 bilhões para apoio à pequena empresa e à exportação de serviços;
- ✓ Criação de nova linha que permite o FINAME funcionar para empresas brasileiras instaladas na América Latina, África e em outros países por meio do Programa BNDES EXIM Automático: apoiar a comercialização externa de máquinas, equipamentos e serviços brasileiros por meio da abertura de linhas de crédito a bancos locais no exterior (o ministro Luciano Coutinho observou que esta medida foi à ele solicitada pessoalmente pelo Presidente Lula da Silva);
- ✓ Criação de projeto piloto (PROCAP BK) - atualmente já definitivo -, que objetiva capitalizar Micro, Pequenas e Médias Empresas de Bens de Capital, Componentes e Autopeças, por meio de empréstimos de instituições autorizadas a empregados para que estes financiem as empresas por meio de compra de suas ações.

A direção e o teor destas e de outras medidas anunciadas pelas autoridades responsáveis pelas políticas fiscais, monetárias e de investimentos do Estado e de combate à crise econômica sobrevinham na esteira de ações de incentivo ou de impulso ao desenvolvimento do capitalismo nos governos Lula da Silva. A análise econômica pormenorizada constitui temática ampla e complexa, trabalhada por analistas econômicos e cientistas políticos de vários matizes teóricos. Não nos propomos apresentar e analisar o arsenal de medidas monetárias, fiscais, tributárias, político-institucionais, socioeducacionais, de microrreformas, de política industrial, de comércio exterior etc., todas empreendidas pelo governo para contentar diferenciados setores econômicos.

Contudo, pelo até aqui exposto, muitas das principais demandas do grande empresariado presente no CDES foram não apenas atendidas, como também ampliadas. Todos os setores representados no CDES foram contemplados pelas medidas governamentais, inclusive do setor bancário-financeiro, o que não podia ser diferente no atual estágio de monopolização financeira (união entre capital funcionante e monetário) do capitalismo, não importando seu esvaziamento no CDES a partir de 2007. Não houve fração do capital preterida pelas políticas públicas de inibição da crise econômica anunciadas pelos ministros no CDES. Vários setores do capital produtor de valor foram *mais atendidos*: a indústria de bens de capital, a indústria de infraestrutura, a indústria petroquímica, a agroindústria e a indústria automobilística. Também foram atendidas demandas empresariais para incentivos as

médias e pequenas empresas. O afinamento da interlocução governo/empresários era um requisito fundamental para o funcionamento da hegemonia no período.

As soluções para a crise econômica no CDES (conselheiros e governo) passava necessariamente à indução de políticas para o capital (denominadas de “anti-cíclicas”) e requisitava o aprofundamento da trajetória de *crescimento econômico* e não propriamente de “desenvolvimento social sustentado”. Seguindo a linha de sustentação presente nessa pesquisa, nada de novo no “modelo de desenvolvimento” assumido no conjunto de debates e documentos do CDES. A crise, entretanto, foi capaz de propiciar uma alavancagem muito mais célere e ampliada no acolhimento das demandas empresariais. É evidente que a “opção brasileira para o enfrentamento da crise” intencionava universalizar o programa do capital para o conjunto das forças políticas e sociais do país, buscando não apenas adesão de um programa particular, mas apelando ao reconhecimento de que a todos pertencem. De profícuo poder de síntese, lançamos mão do parágrafo constante no documento “Impactos sociais da crise econômica internacional e os desafios do desenvolvimento: o papel do Estado e da Sociedade Civil”, produzido na ocasião da “Primeira Reunião da Mesa-Redonda Brasil-União Europeia da Sociedade Civil”, em julho de 2009:

A opção brasileira para o enfrentamento da crise foi pela dinamização da economia pela base, com ampliação do crédito e desoneração de tributos para incentivar os investimentos produtivos; e fortalecimento do mercado interno. No conjunto, a distribuição de renda, o crédito produtivo e a construção de infraestrutura respondem claramente a demandas prioritárias do País e, ao mesmo tempo, atenuam sua vulnerabilidade frente à crise.<sup>555</sup>

Contudo, gostaria de chamar a atenção que, embora bastante conciso e objetivo, esta mensagem toca *em apenas uma e somente uma* reivindicação de caráter originalmente popular: a distribuição de renda. As demais “demandas prioritárias do País” vinculavam-se diretamente aos anseios do capital. Trata-se de um trecho exemplar e significativo do entendimento e do papel do CDES como *câmara de gestão da crise para o capital* e, em nenhum momento, se contradiz ou se afasta, assim como as demais demandas até aqui apresentadas, das medidas anunciadas pelos ministros nas reuniões plenárias.

#### **4.2.2 – Estado enfrenta a crise para o Capital: breves considerações das políticas públicas no período de crise**

A busca pelo crédito era, sem dúvida, uma das principais preocupações econômico-corporativas do empresariado. As pesquisas nos documentos do CDES traziam à tona,

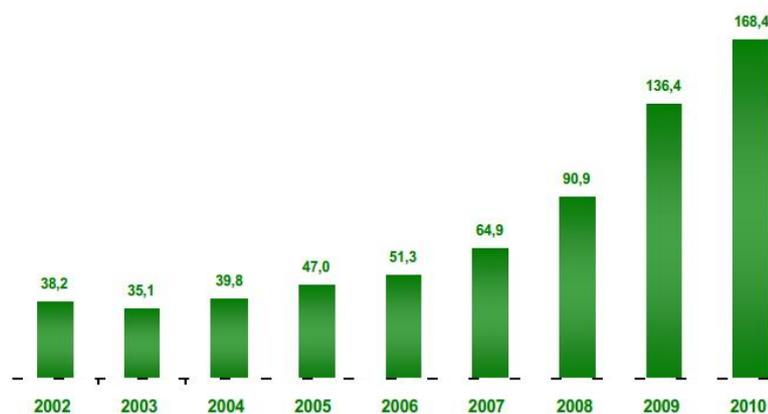
---

<sup>555</sup> SEDES. *Trajectoria do Debate no CDES sobre a Crise Econômica Internacional*, 2ª ed. 2013, p. 42.

insistentemente, requerimentos do empresariado para maior disponibilização de créditos via bancos públicos (devido ao fato de que os conselheiros se queixavam de que o setor privado bancário não estava liberando crédito), desonerações, suspensões e/ou subsídios tributários, prorrogação no pagamento de tributos, e incentivos para investimentos e financiamentos de longo prazo por meio de aportes gigantescos de recursos do BNDES, sem dúvida principal instituição provedora do financiamento a longo prazo no período.

Para se ter uma ideia da evolução de volume de desembolsos do BNDES, em 2003 foram de R\$ 35,1 bilhões, ao passo que em 2010 eles ficaram em R\$ 168,4 bilhões, representando uma variação de 379%. Nos três últimos anos do decênio, o BNDES foi responsável pelo repasse de 95% da soma total de desembolsos realizados entre 2003 e 2007. O gráfico abaixo nos dá a magnitude dos desembolsos do BNDES:

**Gráfico 4.1 – Evolução dos desembolsos promovidos pelo BNDES (2002-2010)**



Fonte: BNDES.<sup>556</sup>

A partir da crise internacional de 2008, os bancos públicos (BNDES, CEF e BB) – muito em virtude do retraimento da oferta de crédito pelos bancos privados no Brasil e da escassez de recursos de financiamento no mercado financeiro internacional –, tornaram-se importantes instrumentos da política fiscal anticíclica, expandindo a magnitude de seus recursos nas linhas de financiamento aos setores contemplados: o BNDES no financiamento de longo prazo (especialmente a setores da indústria e à infraestrutura), o BB no financiamento ao setor rural e a CEF no crédito habitacional. Os bancos públicos cumpriram a função clássica de oferta de crédito historicamente requerida pelo capitalismo (entre 2003 e 2010 a oferta de crédito subiu de 25% para 46% do PIB), além de financiarem projetos e

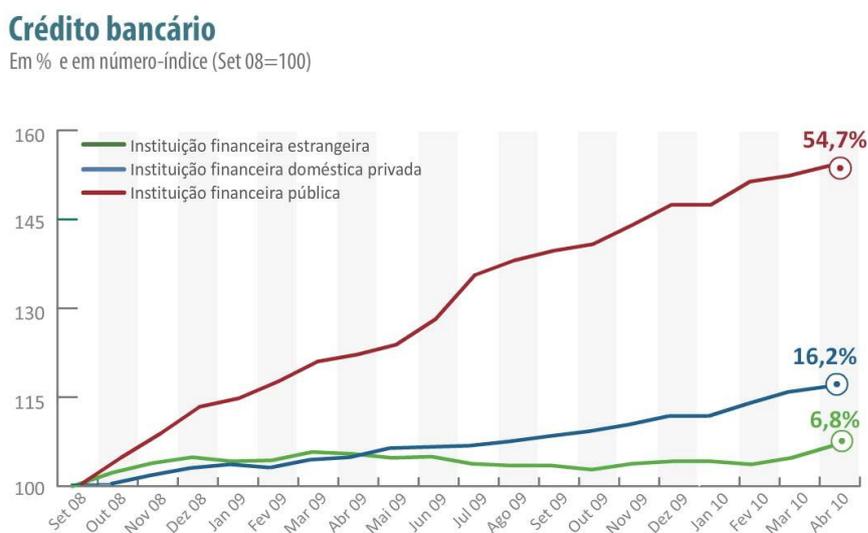
<sup>556</sup> Disponível em <[http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes\\_pt/Galerias/Arquivos/empresa/download/AF\\_DEPCO\\_Portugues.pdf](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/empresa/download/AF_DEPCO_Portugues.pdf)>. Acesso em 15/12/2015. O gráfico foi adaptado para contemplar apenas o período 2002-2010.

socorrerem diretamente o setor privado. No momento da crise, geraram contrapesos à contração do crédito internacional, propiciando injeção de recursos para o capital de giro e investimentos para expansão de setores monopolizados. No CDES, empresários e governo reconheciam o problema e tentavam soluções em meio à escassez de oferta de crédito dos bancos privados. Lula da Silva resumiu a tensão que atravessava o momento:

Os nossos bancos vão continuar com toda a disposição de fazer o que tem que fazer, vamos continuar nos reunindo com o sistema financeiro brasileiro para motivá-los a colocar dinheiro porque sistema capitalista sem dinheiro não funciona. Até no socialismo precisa dinheiro, quanto mais no capitalismo. Então, Fábio [Barbosa, presidente da Febraban], por favor, peça aos bancos para liberarem logo esse dinheiro aí (Ata da 28ª Reunião Plenária, 06/11/2008, p. 27).

O mecanismo do crédito impulsiona a velocidade de rotação do capital, que procura esquivar sua interrupção ou retardamento, tendo em vista a necessidade de completar o seu ciclo de valorização e, com isso, ao menos garantir a manutenção das taxas de lucros. As políticas estatais de oferta de crédito visam redirecionar recursos do fundo público para o conjunto dos capitais, assegurando que o adiantamento do dinheiro converta-se em capital, ingressando no circuito de valorização do valor, objetivando sua aceleração, seja na ponta da produção (capital de giro, aquisição de máquinas, inovação tecnológica, contratação de força de trabalho etc), seja na circulação, especialmente no consumo.

#### Gráfico 4.2 – Evolução relativa do crédito bancário no bojo da crise



Fonte: Banco Central. Elaboração: Ministério da Fazenda<sup>557</sup>

<sup>557</sup> Boletim “Economia Brasileira em Perspectiva”, elaborado pelo Ministério da Fazenda e apresentado na 32ª reunião plenária do CDES. Disponível em < <http://www.cdes.gov.br/evento/3944/pleno-do-cdes-reuniao-ordinaria-n-32.html>>. Acesso em 19/01/2015.

É impressionante o volume de recursos creditícios concedidos pelas instituições financeiras do Estado: correspondeu a cerca de 140% da soma dos percentuais de créditos concedidos pelas instituições doméstica privada e estrangeira. O setor bancário-financeiro doméstico compareceu com 240% de recursos a mais do que o setor bancário-financeiro estrangeiro, mas significou apenas 30% do volume dispensado pelos bancos estatais. Não à toa, nas plenárias do CDES, conselheiros-empresários reclamavam das dificuldades em se obter crédito no setor privado bancário. Na última reunião de 2008, pressionavam no Conselho os ministros Guido Mantega e Henrique Meirelles para que houvesse maior liberação de recursos dos bancos públicos, já que não conseguiam ter acesso aos créditos privados. O presidente Lula da Silva manifestou-se sobre a questão:

Vamos analisar o crédito brasileiro, que é uma coisa que precisa ser discutida, e eu tenho pedido para o Meirelles e para o Guido conversarem sistematicamente com o sistema financeiro brasileiro, chamarem os presidentes dos bancos para conversar, porque não tem muita explicação a falta de crédito como estamos tendo aqui. É preciso, Meirelles, olhar bem. (...) Obviamente, há um processo de desconfiança. (Presidente Lula da Silva, Ata da 28ª reunião plenária, 06/11/2008, p. 24-25).

Viabilizada por meio de instrumentos legislativos (emissão de medidas provisórias e de decretos), ocorreram, como vimos, uma série de incentivos e desonerações de vários setores do capital que apontavam para a apropriação do fundo público de amparo estatal aos trabalhadores em benefício da acumulação capitalista. A postergação do recolhimento recursos tributários na forma de impostos e contribuições fiscais, tais como PIS e Cofins, e a proposta de desoneração da folha de pagamento do empresariado, implantada desde 2011 e tornada permanente em 2014 (Lei 13.043/04), sob o governo Dilma Rousseff, afetou a forma de contribuição do empresariado à Previdência Social. Trata-se de um sistema tributário e arrecadatório do Estado brasileiro que financia os direitos e benefícios conquistados pelos trabalhadores para a seguridade social cuja parcela de recursos está sendo paulatinamente repassada ao capital sob a alegação de que, sem o rebaixamento do “Custo Brasil”,<sup>558</sup> o estímulo à competitividade empresarial não conseguiria se sustentar.

As desonerações foram apresentadas pelo ministro Guido Mantega na 34ª reunião plenária, em 17 de junho de 2010. Segundo ele, “Não é tudo que desejaríamos, a gente

---

<sup>558</sup> O assim chamado “Custo Brasil” sustenta-se, segundo o Profº Evilásio Salvador, sobre dois mitos: o primeiro é que o custo da mão de obra no Brasil seria muito elevado e isto dificultaria a competitividade das atividades econômicas; o segundo é que não há comprovação da relação direta entre diminuição dos custos da mão de obra e geração de empregos. (Cf. Revista Poli- Saúde, Educação e Trabalho. Ano VII, nº 37, nov/dez 2014, p. 03).

gostaria de ter reduzido ainda mais os tributos, porém não foi pouco aquilo que foi reduzido durante esse período”.<sup>559</sup>

**Tabela 4.1 – Desonerações tributárias no segundo governo Lula da Silva (valores em R\$ milhões)**

Ano	Desonerações	Onerações	Desonerações líquidas	Desonerações líquidas com CPMF
2007	-6.463	-	-	-
2008	-19.396	10.630 *	-8.766	-50.233
2009	-44.297	17.298	-26.999	-70.372
2010**	-53.592	35.215	-18.377	-64.006
<b>Totais</b>	<b>-123.749</b>	<b>63.143</b>	<b>-60.605</b>	<b>-184.611</b>

\* Aumento das alíquotas do IOF e da CSLL – Entidades Financeiras  
 \*\* Previsão do Governo

Fonte: Receita Federal  
 Elaboração: Ministério da Fazenda

As contribuições sociais destinadas à seguridade social são a parte mais significativa de recursos que financiam os direitos relativos à saúde, previdência e assistência social. Tributos de competência da União (instituição, arrecadação e fiscalização), a contribuição social patronal sobre a folha de pagamentos, a contribuição social sobre o faturamento ou a receita (COFINS) e a contribuição do PIS (destinada a financiar o seguro-desemprego) integram o orçamento da seguridade social e as seguidas e ampliadas desonerações impactam na formação deste fundo. No governo Dilma Rousseff, a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), outra contribuição que aporta recursos para a seguridade social, também foi alvejada por desonerações.

No plano das formulações abrangentes de intervenção governamental, vale lembrar que, desde janeiro de 2007, o governo havia lançado o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), voltado essencialmente para a modernização das áreas de infraestrutura social e urbana (saneamento, habitação, transporte, Luz para Todos e recursos hídricos), logística (rodovias, ferrovias, portos, aeroportos e hidrovias) e energética (energia elétrica, gás natural, petróleo, combustíveis renováveis). Largos setores econômicos, num total de 24,<sup>560</sup>

<sup>559</sup> Ata da 34ª reunião plenária, 17/06/2010, p. 18.

<sup>560</sup> Segundo Cano e Silva (2010: 192), no PDP os setores foram considerados em três grandes grupos: 1º) “programas para consolidar e expandir a liderança” de setores onde o Brasil já é forte (aeronáutico; petróleo, gás e petroquímica; bioetanol; mineração; celulose e papel; siderurgia; e carnes); 2º) “programas para favorecer

passaram também a contar com um conjunto maior de subsídios, incentivos e desonerações fiscais e tributárias na produção, na exportação e nos investimentos, expresso no Programa de Desenvolvimento Produtivo (PDP), lançado em maio de 2008, em meio ao cenário de crise internacional. Esses programas exigiram do Estado a ampliação da capacidade de injeção e canalização de gigantescos investimentos públicos em favor de grandes grupos privados, especialmente das empreiteiras, por meio das PPP's e dos contratos de concessão, aprofundando a lógica privatizante e liberalizante. É forçoso mencionar que o PAC e as PPP's foram políticas públicas debatidas, articuladas e chanceladas no interior do Conselho, ainda que não seja possível (e nem seja esta a finalidade) atribuir-lhe qualquer “paternidade”.

Deve-se atentar igualmente para o sentido “às avessas” (em relação aos trabalhadores) assumido pelo conjunto de desonerações e incentivos pró-capital como forma de combate à crise econômica e, sob o mesmo argumento, mantido e ampliado no governo de Dilma Rousseff. Numa acepção mais geral, estas políticas foram apresentadas sob formas de incentivos à “indústria nacional”, através do fomento à competitividade dos setores econômicos diante do cenário internacional, à geração de empregos formais e o aumento da remuneração dos trabalhadores. Um argumento de peso, sempre acionado, foi o rechaço às políticas recessivas, de retração da atividade econômica, de contenção salarial e do consumo interno, em suma, às chamadas políticas neoliberais de administração de crises oriundas dos governos de FHC.

#### **4.2.3 – Crise e classe trabalhadora no CDES: bancarização e empresariamento**

Como já dissemos, questões como a reforma tributária e, dentro dela, as desonerações para o “setor produtivo” sempre constituíram a marca dos debates no Conselho, mesmo antes da eclosão da crise. Com seu advento, contudo, tal demanda assume foros de urgência, com recorrentes cobranças ao governo, expressas nas intervenções plenárias a seguir (antes e após a crise). Observa-se que se trata de ir além e de reduzir o conjunto de direitos conquistados, em nome de “impedir” a crise (e não de combatê-la).

---

*a competitividade*” tais como o complexo automotivo; bens de capital; indústria naval e cabotagem; têxtil e confecções; couro, calçados e artefatos; madeira e móveis; agroindústrias; construção civil; complexo de serviços; higiene, perfumaria e cosméticos; plásticos; 3º) “*programas mobilizadores em áreas estratégicas*” abrangendo complexo industrial de saúde; tecnologias de informação e comunicação; energia nuclear; nanotecnologia; biotecnologia; e complexo industrial de defesa. Houve ainda, segundo os autores, o grupo “*destaques estratégicos*”, que contou com seis programas: promoção das exportações; regionalização; micro e pequenas empresas; produção sustentável; integração com a África; integração produtiva da América Latina e Caribe. CANO, Wilson e SILVA, Ana Lucia Gonçalves da. Política Industrial do Governo Lula. In: *Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010*. RJ: Garamond, 2010.

Eu acho que o empresário usa muitas vezes a máquina que substitui a mão de obra porque a mão de obra se torna cara e muitas vezes perigosa para nós por **não haver uma isenção perfeita da justiça de trabalho**. Então nós temos **medo da penalização** que decorre de uma carteira assinada, e eu acho que se nós tivermos uma **simplificação dos encargos sociais sobre a folha** e se nós fizermos a conta do custo do capital, as máquinas não serão tão preponderantes assim na atividade presente e futura da indústria da cana (Conselheiro Paulo Vellinho, Ata da 22ª Reunião Plenária, 17/07/07, p. 45, grifos meus).

A questão dos **custos indiretos da contratação da mão de obra**. O problema no Brasil não é o salário que o trabalhador recebe, mas sim o montante de recursos que o empresário paga para que componha o universo do salário do trabalhador. O trabalhador não recebe o custo que o empresário paga pelo seu salário e isso deve ser motivo de reflexão, porque apesar de todo o nosso esforço, a informalidade no trabalho continua sendo muito importante no Brasil. Sendo assim, acho que o governo deve trabalhar intensamente para que **se desonere a contratação do trabalhador** no Brasil (Conselheiro Murilo Aragão, Ata da 30ª Reunião Plenária, 04/06/09, p. 18, grifos meus).

Assinala-se ainda que, nesse período, ocorreu inequívoca extensão da bancarização atingindo largos setores da classe trabalhadora, inclusive dentre os setores mais modestos, especialmente por meio da oferta de crédito consignado em folha de pagamento (iniciativa originalmente sugerida pelo conselheiro Luiz Marinho, então presidente da CUT) e dos recebimentos de valores repassados por programas de transferência de renda e benefícios de prestação continuada.

Por meio do CDES, mais uma vez, o então presidente da CUT, Artur Henrique, mostrou-se eficaz em conseguir apoios para a implementação de sua proposta de que trabalhadores fossem incentivados a abrirem contas bancárias em instituições que se dispusessem a oferecer juros menores para empréstimos pessoais, compra de veículos e demais operações de créditos simples. Conforme assinala a memória do 4º Encontro de Monitoramento da Crise do CDES, em 16/02/2009:

O benefício contemplaria, também, tarifas mais acessíveis nas operações bancárias. A Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil demonstraram interesse na oferta, feita durante esta IV reunião do GA de Monitoramento da Crise Econômica Internacional, do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. A idéia agradou, também, a Henrique Meirelles, que estava presente na reunião do CDES e a considerou alinhada como proposta para reduzir a taxa de juros praticada pelos bancos.<sup>561</sup>

No endereço eletrônico da Central, encontramos a matéria “CUT apóia medida do Governo, desde que as contrapartidas sociais estejam garantidas”, de 26/03/2009, onde se lê:

---

<sup>561</sup> Disponível em <<http://www.cdes.gov.br/evento/4101/ga-conjuntura-economica-monitoramento-da-crise-economica-internacional-encontro-iv.html>>. Acesso em 20/01/2015

A Central Única dos Trabalhadores apóia toda e qualquer proposta que tenha como foco o enfrentamento aos efeitos causados pela crise internacional e que tenha como premissa o desenvolvimento com garantia de emprego, renda, direitos e inclusão social. No dia 18 de março, por exemplo, a partir de uma proposta feita por nós durante reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), firmamos um protocolo com o Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, que passarão a oferecer contas correntes com isenção de tarifas e redução drástica das taxas de juros a trabalhadores e trabalhadoras filiadas a sindicatos cutistas.<sup>562</sup>

Trata-se de mais uma medida que compõe a frente de bancarização de significativas parcelas da classe trabalhadora brasileira, processo proveniente desde a ditadura. O Conselho funcionou como canal facilitador e/ou abreviador da adequação *da política sindical laboral* às prerrogativas de fortalecimento e recrudescimento da fração bancário-financeira do capital, desde uma perspectiva pragmática de “melhorismo” para os trabalhadores, redundância das formas de acesso imediato e facilitado ao consumismo, sinonimizado como benefício de “inclusão social”. Em detrimento de qualquer posição crítica e/ou contestatória classista, tal como o estabelecimento da luta e da conquista de direitos coletivos no horizonte de aperfeiçoamento das condições de vida e de trabalho da classe trabalhadora, mergulha-se sem renitência à agenda do capital bancário-financeiro, buscando soluções mercantis imediatas para as dificuldades individuais de consumo. Tal rebaixamento da pauta política representa dramática dependência, subordinação, expropriação e desmobilização dos trabalhadores, - por iniciativa própria da cúpula da burocracia sindical social-liberal instalada no CDES – mediante a criação de contingentes disponíveis (acessíveis) de trabalhadores às formas de mercantilização e financeirização das relações de reprodução da vida social.

Outras fronteiras de subalternização do trabalho se abriram. Como medida de combate à crise, como vimos, o impulso a setores do capital envolveu projetos de participação ativa de aderência dos próprios trabalhadores (PROCAP BK). Trata-se de um programa do BNDES que objetiva incentivar, por meio de uma linha de financiamento, trabalhadores das pequenas e médias empresas de bens de capital, componentes e autopeças a adquirirem até 30% do seu capital social.

A expectativa é a de não apenas remover do horizonte a luta de classes e a possibilidade de emancipação dos trabalhadores, mas de responsabilizá-los pela melhoria da gestão para o capital, na perspectiva de comprometê-los com as formas de sociabilidade típicas do capitalismo na fase monopólico-financeira. A concepção do programa instaura a

---

<sup>562</sup> Disponível em <<http://www.cut.org.br/imprimir/news/2e25daba65f7303c0bc1dfea308c5c0c/>>. Acesso em 20/01/2015.

lógica do “ganha-ganha”. Vale a pena ler fragmentos da visão de mundo não de empresários em si, mas de seus intelectuais burocratas posicionados no BNDES:

A palavra comprometimento está ligada de forma muito importante ao programa. Quando o funcionário passa a participar ativamente da empresa, a consciência dele muda. É um novo patamar e estabelece uma nova relação com o corpo funcional acreditando no conjunto da empresa, e isso é essencial. (Nelson Tortosa, Gerente de relacionamento e apoio a instituições do BNDES).

A **visão é do ganha-ganha**. A soma do capital e do trabalho, de forma que seja bom para todos. Se eu produzir bem e meu patrão for um empresário de sucesso, também vou ter meu quinhão. Principalmente para a indústria de bens de capital, que necessita de mão de obra especializada, este programa é muito importante para o setor, pois é uma política que ajuda a reter os profissionais capacitados. (Claudio Bernardo de Moraes, Superintendente da área de Operações Indiretas do BNDES – grifos meus).<sup>563</sup>

Tudo indica que o próprio conselheiro presidente da ABIMAQ, o empresário Luiz Aubert Neto (dono da Aubert Engrenagens), foi um dos principais articuladores pela promoção do BNDES ao setor. O conselheiro-empresário afirma que

A ideia nasceu aqui dentro da ABIMAQ quando discutíamos o que era possível fazer para mudar o país: o caminho é **juntar forças com aquele que está no dia a dia do seu lado**. Se você consegue unir forças e trabalhar junto, este é o caminho. O Procap BK é uma forma de **transformar a relação capital e trabalho de uma maneira legal, bacana**. Você cria um time dentro do seu negócio. (...) Não tenho dúvidas de que este programa vai estabelecer um novo paradigma e mudar a **rentabilidade e a produtividade** do nosso setor.<sup>564</sup>

Em plenária, Lula da Silva considerou o projeto, então em fase piloto, como “uma coisa extraordinária”.<sup>565</sup> Tal projeto apresentava-se como promessa de compromisso necessário e exequível de “emancipação” econômica (ascensão dos rendimentos individual), desde que os trabalhadores mobilizassem e comungassem esforços para o aprimoramento e execução do cabedal técnico-profissional, da habilidade, da cooperação produtiva entre eles e do conjunto de conhecimentos acumulados (da *expertise* adquirida) em favor não apenas do aumento da produtividade (o que é essencial), mas da adaptabilidade “empreendedora” à sociabilidade de um trabalhador cada vez mais disponível e disposto, agora em seus aspectos psíquico-comportamentais.

#### 4.2.4 - Os conselheiros-empresários no Grupo de Acompanhamento da Crise do Ministério da Fazenda (GAC)

<sup>563</sup> “Novo programa BNDES PROCAP BK transforma relação entre Capital e Trabalho”. Informativo Mensal Informaq. Disponível em <[http://www.abimaq.org.br/informaq\\_show.asp?id=2546](http://www.abimaq.org.br/informaq_show.asp?id=2546)>. Acesso 14/03/2015.

<sup>564</sup> Segue o empresário: “O olho dele vai estar na máquina, **cuidando como se fosse dele**, ele vai dar sugestões para aproveitamento de materiais, para economizar, **reduzir custos e melhorar a produtividade**. Você vai trazer o pessoal para **brigar por você e não brigar contra você**”. Disponível em <[http://www.abimaq.org.br/informaq\\_show.asp?id=2546](http://www.abimaq.org.br/informaq_show.asp?id=2546)>. Acesso em 18/01/2015. Grifos meus.

<sup>565</sup> Ata da 32ª reunião plenária, 09/12/2009, p. 32.

Empresariado e Estado não participavam da gestão conjunta da crise econômica apenas por meio do CDES. Outros canais no aparato estatal foram franqueados à participação de grandes empresários, muitos deles conselheiros do CDES. No final de 2008, foi criado, no âmbito do Ministério da Fazenda, o Grupo de Acompanhamento da Crise (GAC), renomeado em outubro de 2009 de Grupo de Avanço da Competitividade. Constituído por ministros, integrantes do governo e lideranças empresariais, o GAC, com reuniões mensais a partir de janeiro de 2009, estabelecia uma linha direta entre as mais expressivas lideranças empresariais e o núcleo econômico do aparato estatal, principalmente com o ministro da Fazenda (coordenador do GAC), com o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (Miguel Jorge), com o presidente do Banco Central (Henrique Meirelles) e do BNDES (Luciano Coutinho).

A alegação para a criação do Grupo foi a “abertura de diálogo” com os setores empresariais para adequar e encaminhar medidas de contenção da crise em consonância com análises traçadas pelos setores econômicos. Na prática, porém, o GAC servia como espécie de “feira livre” para angariar novas e velhas demandas empresariais em que se acolhiam enxurradas de pressões setoriais e consensos intra-empresariais, tais como desonerações dos investimentos, incentivos fiscais e tributários, prorrogação de recolhimentos tributários, aceleração de devolução de créditos tributários, ampliação do crédito pelos bancos públicos, inclusive para micro e pequenas empresas, dentre outros, todos exaustivamente exigidos nas reuniões plenárias do CDES. Como alude reportagem do jornal “O Estado de São Paulo”:

O “turbilhão de pedidos tem deixado confusos os secretários do ministro da Fazenda, Guido Mantega, responsáveis pela análise das reivindicações. (...) “Está faltando bom senso”. O governo fica entre desonerar e garantir mais recursos na mão do contribuinte (empresa ou pessoa física) ou usar o aparato do Estado para garantir investimento e crédito que possam estimular depois a atividade econômica. (...) Dois integrantes da equipe econômica já confidenciaram que o GAC foi uma decisão errada, porque trouxe a crise e o lobby para a portaria do Ministério da Fazenda, onde ganham “voz mais amplificada” com a cobertura jornalística permanente.<sup>566</sup>

Com o GAC do Ministério da Fazenda, os empresários mantinham relações diretas e mais próximas com quem orquestrava as decisões de política econômica do governo, o que certamente facilitava e deixava às claras os entraves e as exigências para realização de programas dos setores do capital, sem precisarem se preocupar em acenar com a “concertação”, de trabalhosa e paciente construção, exigida por um Conselho de composição

---

<sup>566</sup> Jornal o Estado de São Paulo, “Ministério da Fazenda virou “Porta da Esperança”, reportagem de Adriana Fernandes, 28 de fevereiro de 2009. Disponível em <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,ministerio-da-fazenda-virou-porta-da-esperanca,331445>>. Acesso em 14/01/2015.

híbrida, como o CDES.<sup>567</sup> Em suma, era um canal por onde o empresariado poderia agir com maior fluidez, deslocando os formatos clássicos de sua participação no Estado ampliado através de novos acessos mais diretos para a gestão da crise, tendo como mote o combate à crise econômica, permitindo a maior coesão interna da classe e consistência à articulação com a alta burocracia estatal.

Pode-se até mesmo trabalhar com a hipótese de que as decisões realmente mais relevantes, complexas e espinhosas, que demandavam sintonização e sincronização apuradas entre os grandes capitalistas e entre esses e as equipes ministeriais responsáveis pela condução direta da política econômica e acompanhamento da crise, tivessem sólidos encaminhamentos ou mesmo deliberações concretas fixadas no âmbito do GAC e que, noutra ocasião, estas chegassem ao CDES por meio das apresentações ministeriais como se fossem de atendimento das demandas do Conselho, servindo como forma tática de legitimação e de afastamento de divergências do CDES ou do próprio governo. Há pelo menos duas dificuldades na comprovação desta hipótese: i) desconhecemos a existência de atas ou relatórios do GAC; ii) seria no mínimo imprudente considerar que o papel relevante do GAC nas medidas adotadas teria apagado ou dirimido a importância de outros meios, instrumentos e canais empresariais na influência e condução conjunta desse processo. Esclarecer a conexão concreta (e o peso relativo) dos diferentes aparelhos privados de hegemonia em sua relação com o Estado brasileiro exige pesquisas documentais nas aquinhoadas fortalezas empresariais da sociedade civil e o acompanhamento das medidas (portarias, decretos, projetos de lei) expedidas pelos aparatos estatais decisórios, ou seja, os que compõem o “núcleo do poder” de Estado, isto de um lado. Do outro, caberia investigar minuciosamente a composição e a trajetória (formação acadêmica, vínculos profissionais, publicações, circuitos de participações eventos nacionais e internacionais) dos operadores econômicos e políticos proeminentes de tais agências estatais.

De qualquer modo, os mais destacados intelectuais orgânicos do capital no CDES pareciam trabalhar simultânea e conflituosamente em diferentes momentos da consciência política coletiva burguesa: ao bradarem pela resolução de seus problemas pontuais e setoriais davam mostras de que não estavam capacitados a transcender o nível econômico-corporativo das relações de forças; ao procurarem (também) no CDES o aperfeiçoamento do programa

---

<sup>567</sup> Não havia representação sindical-laboral nas reuniões do GAC. Por isso, queixou-se o conselheiro Arthur Henrique (CUT) na 32ª reunião plenária no sentido de “cobrar a participação dos trabalhadores no grupo de acompanhamento ou grupo de aumento da competitividade, para que possam participar efetivamente desse grupo discutindo, inclusive, as contrapartidas em relação a tão importantes medidas que foram apresentadas aqui. Temas como o trabalho decente e a garantia do emprego como contrapartidas sociais importantes devem ser mais bem debatidos”. (Ata da 32ª Reunião Plenária, 09/12/09, p. 20).

social-liberal (expresso no projeto “desenvolvimento com inclusão social”), assimilando e promovendo compromissos com os segmentos subalternos da coalizão presentes, buscavam alcançar à condição da direção hegemônica. Na verdade, no nosso entender, trata-se de divisões não excludentes e complementares de ações organizativas dos setores dominantes, conformando frentes de ação multidirecionais da luta e da intervenção política dos dominantes, a qual se traduz por meio da unidade projetiva de sociabilidade (operacionalização da hegemonia), que carrega e responde à diversidade de unidades de acumulação competitivas, isto é, ao plano da produção e do interesse setorial. Parece-nos que, no Brasil recente, a oxigenação contínua da hegemonia precisa operar em nome dos subalternos, por meio da adesão ativa ou passiva, mas sem jamais abarcar o que é essencial. Gramsci assinala o movimento que se pretende captar e entender:

O fato da hegemonia pressupõe indubitavelmente que sejam levados em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida, que se forma um certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa; mas também é indubitável que tais sacrifícios e tal compromisso não podem envolver o essencial, dado que, se a hegemonia é ético-política, não pode deixar de ser também econômica, não pode deixar de ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica.<sup>568</sup>

A capacidade de articulação do empresariado presente no CDES, organizado em frentes de ação na sociedade civil e política, de construir e formatar objetivos gerais de sociedade e de operacionalizar ações requeridas no campo corporativo-imediato, não é tributário apenas das condições advindas de crise. Mas o fato é que, na situação de gestão da crise sob o governo Lula da Silva, o Estado ampliado tendeu a abrir ainda mais suas comportas para a vazão dos interesses dominantes, ainda que tal ampliação continuasse atravessada por novas modalidades de seletividade. Esse parece ser um caminho analítico sólido para o caso dos empresários que participavam tanto do GAC quanto do CDES.

#### **Quadro 4.4 – Empresários participantes do CDES e do GAC (MF) e suas vinculações com demais agências do Estado restrito (2003-2010)<sup>569</sup>**

<sup>568</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*, vol. 3. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. 2ª ed, Rio de Janeiro, 2002, p. 48.

<sup>569</sup> Outros empresários participavam do GAC, mas não eram conselheiros apesar de suas entidades ou grupos econômicos dele fazerem parte: um representante do Grupo Pão de Açúcar que não conseguimos identificar o nome; Melvin Fox, presidente da ABRAMAT e Aginaldo Diniz Filho, presidente da ABIT. Ressaltamos a dificuldade em conhecer os empresários membros do GAC já que nunca foi divulgada uma lista de nomes que o compunha. Boa parte dos conselheiros-empresários que figuram no quadro 4.3 foi identificada por fotos tiradas da mesa de trabalho GAC, recolhidas no Banco de Mídia da CNI. Disponível em <<http://www.portaldaindustria.com.br/bm/albums/cni/18513/6a-reuniao-do-grupo-de-acompanhamento-da-crise#prettyPhoto>>. Acesso em 16/01/2015.

Conselheiros	Entidades	Vinculações com o Estado restrito (além do GAC)
<b>Armando Monteiro Neto</b>	CNI	Membro da Câmara dos Deputados e do Senado Federal (PMDB-PTB).
<b>Claudio Elias Conz</b>	ANAMACO	Membro do Conselho Curador do FGTS representando a Confederação Nacional do Comércio (CNC); Comitê Nacional de Desenvolvimento Tecnológico da Habitação (CTECH) – ligado ao Ministério das Cidades.
<b>Fábio Coletti Barbosa</b>	FEBRABAN	Membro do Conselho de Administração da Petrobrás (2003-2011).
<b>Jackson Schneider</b>	ANFAVEA/ FIESP	Membro do Conselho de Contribuintes do Ministério da Fazenda.
<b>Jorge Gerdau</b>	FIESP/IEDI/ IBS/MBC/ Instituto Millenium/ Todos pela Educação	Membro do Conselho de Administração e Comitê de Sucessão e Remuneração da Petrobras, Membro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI). Membro do Conselho de Ciência e Tecnologia (MCT). Coordenador da Câmara de Gestão e Planejamento do Governo Federal. Presidente do Conselho do Prêmio Qualidade do Governo Federal.
<b>Luiz Aubert Neto</b>	ABIMAQ/CNI/ FIESP	Membro da Junta FINAME do BNDES, Conselheiro do CONEX – Conselho Consultivo do Setor Privado da CAMEX, Membro do Conselho de Agronegócio – CONSAGRO do MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
<b>Paulo Safady Simão</b>	CBIC/FIEMG	Não encontradas.
<b>Paulo Godoy</b>	ABDIB/ CNI/ FIESP	Membro do CNDI – Conselho Nacional para o Desenvolvimento Industrial.
<b>Joseph Couri</b>	ASSIMPI/ PNBE/ CIESP	Faz parte do Fórum Permanente da Micro e Pequena Empresa do MDIC.

Elaboração própria. Fontes: site do CDES ([www.cdes.gov.br](http://www.cdes.gov.br)) e pesquisas na internet.

Dos nove conselheiros-empresários participantes no CDES e no GAC, não encontramos outros laços de vinculação ao Estado restrito apenas no caso do empreiteiro Paulo Simão (presidente da CBIC), que também foi presidente do diretório PSD em Minas Gerais a partir de 2011. De toda forma, é evidente que muitos outros empresários instalados no CDES circulavam em várias agências da sociedade política durante os governos Lula da Silva, preferencialmente no Conselho Consultivo do Setor Privado (CONEX) da Câmara de Comércio Exterior (CAMEX), órgão do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), como mostramos no capítulo 2 (quadro 2.21).

O cotejo entre os quadros 4.2 e 4.3 nos mostra que três empresários se envolviam simultaneamente nas discussões no GAC (MF) e marcavam expressiva presença no total de eventos e plenárias do CDES (acima de um terço) sobre a crise econômica: Paulo Simão (CBIC), Paulo Godoy (ABDIB) e Joseph Coury (ASSIMPI). Deve-se dar a devida atenção, nos termos de seus limites e alcances, às insistentes intervenções desses empresários no CDES e à sua militância na organização política de frações da burguesia. Especialmente no período de crise, juntamente com outros empresários de destacadas intervenções nas plenárias e participações nas instâncias internas e em eventos (Antoninho Trevisan, Murilo Aragão, João Bosco Borba, Armando Monteiro Neto), contribuíram para que suas demandas fossem acatadas, consoante as apresentações das políticas implementadas (ou em via de sê-las) por

parte de Guido Mantega, de Luciano Coutinho, de Miguel Jorge e de Henrique Meirelles nas plenárias do CDES. Apontavam estas autoridades para medidas que beneficiavam o setor da construção civil, o setor de obras para infraestrutura, as micro e pequenas empresas e o setor de máquinas e equipamentos,<sup>570</sup> principalmente no que tange aos recursos creditícios para financiamento e investimento, fator reconhecido entre eles como sendo o principal canal de propagação da crise no Brasil e, não por acaso, exigidos inúmeras vezes pelos conselheiros nas plenárias no período de crise.

#### **4.3 – O CDES como canal ou plataforma de disponibilização de força de trabalho e de expropriações secundárias para o capital diante da crise**

A abordagem sobre a crise econômica tratada no item anterior procurou trabalhar com importantes aspectos realçados nos debates e na documentação do Conselho. Ficou evidente que o Conselho circunscrevia (os conselheiros e os ministros que dele faziam parte) o escopo geral dos debates e medidas necessário à contenção da crise ao seu aspecto econômico imediato, secundarizado, é verdade, pelas respostas anticíclicas colhidas pelas políticas sociais em vigor, principalmente no que tange às estratégias de transferência de renda, de aumento real do salário mínimo e de manutenção da geração de empregos. Assim, a gestão da crise recolhia-se ao seu significado mais aparente e imediato de promoção de incentivos a setores econômicos, de desobstrução de gargalos estruturais da economia e de garantia da manutenção das políticas sociais, não na direção de sua universalização, mas enquanto instrumento acionador de políticas minimamente distributivas que, se parecia satisfazer setores conselhistas “sensíveis” ao enfrentamento às desigualdades sociais, também implicava no aquecimento do mercado interno, fundamental num contexto em que a saída exportadora se via parcialmente comprometida. Quanto ao último ponto, foi bastante claro o ministro Patrus Ananias quanto à função dos programas sociais frente à crise:

Nós estamos nos dando conta de que a inclusão social é uma condição também para o crescimento econômico, é a sustentabilidade social do crescimento econômico que precisa, além de formar cidadãos, **formar consumidores**, pessoas que compram para **manter a economia** do país. Nós estamos agora descobrindo que as nossas políticas sociais, o **Bolsa Família**, especialmente, **têm um grande efeito contra a crise**, o chamado efeito anticíclico. Neste sentido, então, nós consideramos que as políticas de proteção e promoção social brasileira, essa rede da qual nós falamos, ao **fortalecer o mercado interno**, são fatores de grande importância que vem

---

<sup>570</sup> Os incentivos à indústria automobilística também eram anunciados nas plenárias do Conselho por algumas autoridades governamentais, inclusive pelo próprio Lula da Silva. O conselheiro Jackson Schneider, presidente da ANFAVEA, no período de crise econômica, contudo, não era daqueles que mais participavam dos eventos e das intervenções nas plenárias, pelo contrário. Presume-se que o CDES não era o canal prioritário a manutenção e ampliação dos interesses deste setor.

**ajudando o Brasil a enfrentar a crise econômica internacional** (Ministro Patrus Ananias, Ata da 30ª Reunião Plenária, 04/06/09, p. 05 – grifos meus).

A acomodação destas estratégias de gerenciamento da crise pelo conjunto de atores sociais partícipes do CDES, contudo, obscureceu debates e propostas tidas como não relacionadas propriamente à problemática da crise. Há duas ordens de questões que se quer salientar. A primeira é que, por sua feição (programática e classista) predominantemente burguesa em geral e empresarial em particular, o conceito “crise” trabalhado no CDES derivava da dificuldade constatada de reversão da tendência de declínio geral das taxas de lucros, bloqueando temporariamente a reprodução ampliada do capital. Para um Conselho em que sua razão de ser foi prioritariamente o “desenvolvimento”, ou seja, a expansão das relações sociais de produção capitalistas sob hegemonia do grande capital, o enfoque econômico no trato da crise – posto que a dimensão social a ele se submetia e o impulsionava – era algo que vinha ao encontro da sua formatação compósita e do papel programático ao qual lhe foi atribuído e se imbuíu desde sua criação.

A outra questão, que remete à anterior mas como seu avesso, é que *sob a posição de classe das classes subalternas*, principalmente num país onde o capitalismo foi amadurecido sob o signo da “dupla articulação” a qual nos alude Florestan Fernandes (dependência externa e desigualdades sociais estruturais), um “capitalismo selvagem e difícil”, a situação de crise nunca é apenas episódica ou conjuntural, mas, ao contrário, é sempre crítica e crônico.

Não se pode esquecer que, do ponto de vista social, o capitalismo é uma forma permanentemente crítica. As relações sociais nas quais se apoia e que precisa expandir para sua reprodução sempre ampliada significam permanentemente tornar crescentes massas populares dependentes da própria expansão do capital (Fontes, 2009: 60).<sup>571</sup>

A crise para a classe trabalhadora é de outra natureza, como sabemos, e remetem às reposições das formas de subsunção real do trabalho ao capital. Seguindo Fontes:

A subsunção real significa que o capital tende a subordinar, definir, circunscrever a atividade mais propriamente humana – o trabalho – sob qualquer modalidade concreta que este se apresente, alterando incessantemente a maneira específica de seu exercício, modificando suas características, em prol da acumulação ampliada de capital.<sup>572</sup>

Ora, o eixo de expropriação e subalternização *interna (nacional)* da força de trabalho e a apropriação desses excedentes econômicos, logicamente, não se apresentava no CDES como

<sup>571</sup> FONTES, Virgínia. Imperialismo e crise. In: ARRUDA SAMPAIO JR. Plínio de (org.). *Capitalismo em crise: a natureza e dinâmica da crise econômica mundial*. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2009, p. 60.

<sup>572</sup> FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo...* Op. cit., p. 43.

tarefa ou atribuição explícita e imediata de gerenciamento da crise, tal qual o conjunto dos conselheiros restritamente a enxergava. Contudo, isso não significou ausências programáticas e/ou planos de ação concretizados expressos em formas de disponibilização de massas de trabalhadores para setores privilegiados do capital e de expropriações secundárias (flexibilização de direitos), sob anuência ou, na maioria dos programas que serão tratados, sob articulação, promoção e monitoramento do Conselho.

Muito se falou no CDES sobre a ascensão da assim chamada “nova classe C” ou da “nova classe média” como causa e resultado do suposto “novo ciclo econômico” que se desenvolvia e sobre a necessidade de perenização (por meio de um marco legal) das políticas sociais. Em paralelo, ocorria a indução, articulação e construção de políticas de gerenciamento da mão de obra com vistas a disponibilizá-la (realocá-la, treiná-la, adequá-la) a setores demandantes do capital, sustentadas de maneira astuciosa sob o já mencionado argumento do “ganha-ganha”, próprio de largos setores da burocracia sindical social-liberal e do empresariado que se apresenta como “socialmente responsável”.

De fato, as políticas sociais induziram alguma mobilidade social a partir do enfrentamento focalizado às dramáticas condições de vida da parcela mais pobre dentre os pobres cujas medidas, mesmo sendo incapazes de dirimir a desigualdade funcional da renda, proporcionaram, durante a primeira década do século XXI, a ocupação de cerca de 20 milhões postos de trabalho pertencentes à base da pirâmide social (com rendimentos mensais de até 1,5 salários mínimos), conforme mostra o estudo de Pochmann.<sup>573</sup> Estas ocupações alocavam-se principalmente no setor de serviços, mas também no setor de comércio e na construção civil, sendo que mais de 2/3 destas ocupações eram formais.<sup>574</sup>

Muito embora o relativo alívio na condição de extrema pobreza de uma parcela da força de trabalho tenha sido o aspecto mais saliente do governo na área social, o fenômeno revelou-se largamente insuficiente para caracterizar o surgimento de uma nova classe média<sup>575</sup> “tendo em vista as peculiaridades de suas ocupações e remuneração”, ocorrendo “um

---

<sup>573</sup> POCHMANN, Márcio. *Nova classe média?: o trabalho na base da pirâmide social brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2012.

<sup>574</sup> É inequívoco que a crescente formalização do mercado de trabalho incorpora direitos trabalhistas e previdenciários a um grande contingente da classe trabalhadora. Por outro lado, isto não a isenta, de forma alguma, da subordinação às condições aviltantes e degradantes de trabalho e de vida nas grandes periferias das cidades brasileiras, relacionadas diretamente às formas de expansão capitalistas.

<sup>575</sup> A vertente social-liberal do pensamento econômico, adotada pelo governo Lula, aborda a “classe média” unicamente através de um critério monetário (rendimentos), considerando a inserção no mercado consumidor como ascensão social. Em suas apresentações nas plenárias do CDES, o ministro Mantega utilizava largamente o conceito de “nova classe média” tão apenas neste sentido: ascensão da renda e do consumo de parcela da classe trabalhadora. O conselheiro Marcelo Neri (FGV-RJ), como se sabe, foi um dos principais formuladores e defensores da tese do surgimento de uma suposta “nova classe média” brasileira a partir do segundo governo

reforço do contingente da classe trabalhadora”.<sup>576</sup> Ainda quanto a este ponto, mas agora partindo de uma posição crítica, Marcelo Badaró Mattos, em entrevista ao site IHU, publicada em 06 de junho de 2014, foi esclarecedor ao lembrar que

Nestes quase 12 anos de gestões petistas do governo federal, tanto nas fases de crescimento mais significativo no segundo mandato de **Lula da Silva** quanto nos períodos de quase estagnação do crescimento econômico, como hoje em dia, a maior parte dos empregos gerados no **Brasil** foi ancorada em baixo salário. Dados de 2011 indicam que 82% dos empregados no **Brasil** recebem até três salários mínimos (30% recebem até um salário mínimo) (...) os reajustes do salário mínimo mal e mal o recolocaram no patamar dos anos 1980, que já era o ponto mais baixo da sua curva desde o final dos anos 1950.<sup>577</sup>

O quadro de exasperação dos efeitos deletérios da expansão do capital tampouco foi relativamente amenizado no cenário brasileiro recente. Múltiplas e combinadas formas históricas e recentes de subalternização e exploração da força de trabalho, nas variadas modalidades precarizadas de gestão e de organização (temporárias, terceirizadas, subcontratadas, polivalentes/flexíveis, etc), estão avassaladoramente se estendendo e se aprofundando, ainda que revestidas de relações trabalhistas “modernas”, ao agrado das burguesias brasileiras. “A precariedade está hoje por toda parte”, afirmou Bourdieu,<sup>578</sup> assinalando que se trata de um “regime político”, mas “que é apresentado como um regime econômico regido pelas leis inflexíveis de uma espécie de natureza social”.<sup>579</sup> Como *vontade política* e não *fatalidade econômica*, “a luta política é possível”.<sup>580</sup>

A precariedade se inscreve num *modo de dominação* de tipo novo, fundado na instituição de uma situação generalizada e permanente de insegurança, visando obrigar os trabalhadores à submissão, à aceitação da exploração. (...) esse modo de dominação é absolutamente sem precedentes, motivando alguém a propor aqui o conceito (...) de *flexploração*.<sup>581</sup>

Sem aprofundar o debate, nos parece obrigatório trabalhar como essas propostas de expansão das formas de expropriação secundária (retiradas de direitos que, como tais, também são formas de disponibilização dos trabalhadores, colocando-os em maior concorrência no mercado de trabalho) estavam sendo enunciadas, organizadas e promovidas no âmbito mesmo

Lula da Silva. Desde 2012, Neri assumiu o cargo de presidente do IPEA e, a partir de 2013, alçou também ao cargo de Ministro Interino da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE/PR), o que lhe permitiu tornar-se secretário-executivo do CDES.

<sup>576</sup> POCHMANN, Márcio. *Nova classe média?...* Op. cit., p. 30.

<sup>577</sup> MATTOS, Marcelo Badaró. *Inicia-se um novo ciclo de lutas da classe trabalhadora brasileira?*. Entrevista concedida à Revista UHI. Publicado em agosto de 2012. Disponível em <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/532070-empregos-ancorados-em-baixos-salarios-e-greves-fragmentadas-a-realidade-trabalhista-brasileira-entrevista-especial-com-marcelo-badaro-mattos>>. Acesso em 26/12/2014.

<sup>578</sup> BOURDIEU, Pierre. *Contrafogos...* Op. cit., p. 120.

<sup>579</sup> Idem, p. 125.

<sup>580</sup> Idem.

<sup>581</sup> Idem, p. 124-125.

do Conselho. É interessante observar como as modalidades de exploração, expropriação e precarização social do trabalho eram apresentadas não apenas como “modernas”, mas como a síntese de uma “negociação coletiva democrática” entre capital e trabalho, de natureza benfazeja. É revelador, por exemplo, a posição pró-flexibilização das relações do então mandatário do Executivo, Lula da Silva, exposta na 22ª Reunião Plenária, em 17/07/2007:

A Reforma Trabalhista, obviamente, se continuar do jeito que está, de um lado um grupo de empresários achando que é preciso rasgar a CLT e fazer tudo novo, de outro lado os dirigentes sindicais achando que têm que manter a CLT e colocar mais coisas. Não dá acordo. Então, eu sugiro que este Conselho possa permitir que os trabalhadores apresentem uma proposta, porque não é possível que o Getúlio Vargas tenha tido a onipotência de Deus de, em 1940, fazer uma lei que prevaleça no mundo do trabalho de hoje na sua totalidade. Muitas coisas podem ser aperfeiçoadas em função da realidade, sobretudo, do surgimento de uma coisa chamada setor de serviços, em função, (...) de que hoje nós temos mais gente na economia informal do que na economia formal e precisamos dar a resposta para eles de que hoje temos milhões de jovens que querem adentrar no mercado de trabalho e não conseguem, muitas vezes, pelas condições exigidas. Ou nós discutimos isso para dizer: olha, nós não queremos mudar, nós queremos mudar, ou achar um meio-termo. E aí os empresários preparam a deles, os trabalhadores preparam a deles e aí nós costuramos um denominador comum. Do contrário nunca haverá mudança, vai ficar essa situação que já perdura há uma ou duas décadas, e quanto mais houver evolução tecnológica, mais o setor de serviços vai ganhar espaço, portanto, as condições de trabalho terão que ser discutidas (Presidente Lula da Silva, Ata da 22ª Reunião Plenária, p. 34).

O debate sobre a precarização no CDES dificilmente aparecia de maneira articulada, coesa e detalhada, senão sob o viés enunciativo e genérico, salvo em caso específico do “Compromisso Nacional”, onde o CDES envolveu-se de forma orgânica, como veremos. De todo modo, uma espécie de *acordo prévio, ainda em gestação*, se enunciava no Conselho entre as cúpulas da coalizão empresarial e sindical, na ocasião figuradas entre o megaempresário Jorge Gerdau (cuja exposição versava sobre os obstáculos à competitividade do setor siderúrgico) e o então presidente da CUT, Artur Henrique:

**Gerdau:** Na lei trabalhista, acho que temos que ter menos leis e mais negociação.  
(...)

**Artur Henrique:** Mas eu quero dizer uma coisa para o conselheiro Gerdau e para todos os empresários aqui presentes. Nós, das centrais sindicais, achamos que não precisa ter tanta lei, desde que tenhamos mais negociação e mais sindicatos representativos organizados, a partir do local de trabalho. Quanto mais sindicatos fortes, organizados a partir do local de trabalho, menos necessidade de legislação. Enquanto não mudarmos a estrutura sindical brasileira, tanto a nossa dos trabalhadores, quanto a de vocês empresários, nós não vamos conseguir superar esse dilema e esse é um grande desafio para o próximo período (ATA da 32ª Reunião Plenária, 09/12/09, p. 03; 21)

A proposta de “menos legislação e mais negociação” reapresentou-se três anos mais tarde por meio de um Acordo Coletivo Especial (ACE) de autoria do Sindicato dos

Metalúrgicos do ABC e consubstanciado no anteprojeto de lei denominado “Acordo Coletivo de Trabalho com Propósito Específico”. No fundo, tratava-se da reedição do Projeto de Lei 5483/2001 que, sob o lema “o negociado prevalece sobre o legislado”, foi apresentado ao Congresso Nacional pelo governo FHC e em total convergência com os interesses da CNI, como demonstra a socióloga Graça Druck (UFBA) em entrevista ao site IHU, em agosto de 2012.<sup>582</sup>

Segundo Druck, o anteprojeto do ACE foi assumido pelo secretário-geral da Presidência da República do governo Dilma Rousseff, Gilberto Carvalho, como uma proposta do Executivo, e reedita duas propostas do Fórum Nacional do Trabalho (realizado em 2003 e que inclusive contou com alguns conselheiros do CDES) que não tramitaram no Congresso Nacional: a) a representação nos locais de trabalho por meio da representação sindical, isto é, sob controle e direção dos sindicatos nos Comitês Sindicais de Empresa (CSE); e b) negociação coletiva como processo obrigatório. Isto expressa, para Druck, a desistência na luta pela organização autônoma por local de trabalho e, no segundo caso, “o esforço pelo consenso entre trabalhadores e empregadores”, capitaneado pela CUT e entidades patronais.<sup>583</sup>

Nesse caso específico, a documentação investigada no período não nos autoriza a atribuir ao CDES a promoção desse ou de outros Acordos Coletivos Especiais. O que estamos sugerindo é que dentro dele havia interesses do capital e do trabalho com vistas a alterar as normas de regulação das relações de trabalho. O que se quer realçar é que, se o CDES não cumpriu um papel orgânico, enquanto institucionalidade direcionada ao “pacto social”, de construção de plataformas programáticas de flexibilizações de direitos trabalhistas, não podemos desconsiderá-lo como um espaço em que algumas linhas de ação em elaboração pudessem ser propagadas e alianças esboçadas, utilizando sua tribuna interna como palanque de acordos e projetos inacabados, ou em vias de construção.

Na função de tribuna ou palanque de arranjos internos de projetos em gestação que primam pelo avanço das relações de mercantilização da vida dos setores sociais pauperizados da classe trabalhadora, podemos destacar a iniciativa de oferta de microsseguros para os

---

<sup>582</sup> DRUCK, Graça. *Acordo Coletivo de Trabalho com Propósito Específico é a negação dos direitos trabalhistas*. Entrevista concedida à Revista UHI. Publicado em junho de 2014. Disponível em <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/512572-acordo-coletivo-de-trabalho-com-proposito-especifico-e-a-negacao-dos-direitos-trabalhistas-entrevista-com-graca-druck>. Acesso em 30/12/2014.

<sup>583</sup> Como nossa investigação documental acerca do CDES não abrange o período do governo de Dilma Rousseff, não sabemos se a proposta deste ACE compareceu ou mesmo se robusteceu nas discussões e encaminhamentos nas plenárias e documentos do Conselho. De qualquer maneira, os atores sociais envolvidos (cúpula burocrático-sindical e lideranças de APH's empresariais) permaneceram também durante este período no Conselho, isto é, o perfil compósito do CDES manteve-se praticamente inalterado.

beneficiários do Bolsa Família. A proposta surgiu no Conselho na 25ª reunião plenária, em 01 de abril de 2008, através do conselheiro João Elísio Ferraz de Campos<sup>584</sup> empolgado com a missão de cinco representantes do Banco Mundial dispostos a “incrementar no Brasil a oferta dos microsseguros” à população de baixa renda.

Aliado à iniciativa de “inclusão social” do programa Bolsa Família, o microsseguro poderia, segundo Campos, ajudar a manter seus beneficiários acima dessa linha da pobreza (Ata 25ª reunião plenária, p. 22). A intenção era inculcar nestas populações “a cultura do seguro”: “é a proteção da população de baixa renda contra perigos específicos a que estão sujeitos em troca de pagamentos regulares de prêmio proporcionais à probabilidade e custo do risco envolvido” (idem: 23). Em outros países, argumentou o conselheiro, o programa já era “uma realidade bem sucedida”:

O principal motivo de um país adotar determinada política de micro-finança é promover a inclusão social das camadas de mais baixa renda da população, promovendo a elas essa promoção (...) pode ser entendido como um seguro de inclusão social, pois é uma ferramenta para aliviar os efeitos da pobreza na medida em que evita que os choques econômicos afetem o orçamento dos lares mais humildes (ATA da 25ª reunião plenária, 01/04/08, p. 24).

A situação criada pelo modestíssimo ganho de renda oriundo do Bolsa Família pela parcela mais pobre da classe trabalhadora havia motivado a inserção do projeto no Brasil na medida em que, segundo o conselheiro, foi criado um mercado potencial de “cerca de 120 milhões de pessoas”, segundo dados da PNAD de 2006, pois o micro-seguro “é destinado a pessoas de até dois salários mínimos”: “é gente que, em sua ampla maioria, não conhece o mercado de seguros, mas necessita da proteção que ele oferece” (idem).<sup>585</sup>

As saídas da crise econômica oferecidas no CDES passavam necessariamente pelo aprofundamento da dependência do trabalho ao capital, tendo em vista que a edificação do almejado “desenvolvimento com inclusão social” impescindia da disponibilidade de uma massa de trabalhadores adaptada e treinada para os requisitos exigidos por vários setores do capital em franca e veloz expansão. Por isso, além de envolver plataformas de flexibilização de direitos de categorias historicamente organizadas e combativas do movimento sindical, de

<sup>584</sup> O conselheiro credenciava-se como representante do setor de seguros da fração financeira, cuja trajetória percorreu várias empresas seguradoras, fundos de previdência privada, bancos, ocupou lugar de destaque nas entidades representativas do setor (CNSeg e Fenaseg) na sociedade civil e cargos na sociedade política (secretaria de finanças do Paraná, presidente do Banco de Desenvolvimento do Paraná, deputado federal pela ARENA, vice-governador e governador do Paraná em 1986, pelo PMDB).

<sup>585</sup> Em junho de 2008, dois meses após esta reunião no CDES, foi realizada a Designação Consultiva de Microsseguros com composição paritária Governo/Mercado. Em 2011, inaugura-se o marco legal das operações de microsseguros no país, concluído em junho de 2012 com a publicação de regulamentação das normas do setor pela Superintendência de Seguros Privados (Susep). Cf. <<http://www.cnseg.org.br/cnseg/microseguro/>>. Acesso em 21/01/2015.

financeirização e mercantilização da vida social de setores pauperizados da classe trabalhadora, alguns conselheiros também se voltavam à produção de programas de *gestão e manejo de mão de obra* extremamente precarizada e destituída de amparo da legislação, a fim de ampliar a disponibilização de largos contingentes de trabalhadores a dois setores do capital tradicional e reconhecidamente mais infames em face ao cumprimento de obrigações salariais e trabalhistas e de condições dignas trabalho: a indústria da construção civil e a indústria sucroalcooleira. Quanto a estes programas, destacamos duas frentes de atuações *as quais o CDES se envolveu de forma orgânica* e não apenas como “palanque”: o Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar e a qualificação profissional para beneficiários do Programa Bolsa Família.

Resultado de um processo de negociação tripartite que envolveu, desde julho de 2008, entidades de trabalhadores canavieiros, de empresários do setor sucroalcooleiro e de alguns ministérios e secretarias do governo federal, sob a coordenação da Secretaria-Geral da Presidência da República (SG/PR),<sup>586</sup> o *Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar* foi realizado em junho de 2009 e objetivava, segundo seus termos, “enfrentar o desafio de melhorar as condições de vida e trabalho no cultivo manual da cana-de-açúcar”.<sup>587</sup>

Desde 2007, entretanto, o CDES havia criado o GT Bioenergia: Etanol, Bioeletricidade e Biodiesel com sete subgrupos e 20 encontros, ficando atrás apenas do GT Agenda de Infraestrutura para o Desenvolvimento, com cinco subgrupos e 25 encontros.<sup>588</sup> Pode-se sem sombra de dúvidas afirmar que, durante o segundo mandato de Lula da Silva, no CDES as demandas do agronegócio em geral e da indústria sucroalcooleira em particular assumiram posição de destaque como *uma das* temáticas mais debatidas nas suas instâncias internas (plenárias e Grupo Temático), expressas nas extensas e distintas fontes documentais do Conselho sobre o tema, envolvendo amplo espectro de questões, desde as relações de trabalho, segurança alimentar, preservação ambiental, cooperativismo, agricultura e crédito

<sup>586</sup> Compunham o Compromisso Nacional as seguintes entidades de trabalhadores canavieiros: a Federação de Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (Feraesp/CUT) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag); as entidades patronais do setor se faziam representar na Mesa de Negociação através da União das Indústrias de Cana de Açúcar (ÚNICA) e do Fórum Nacional Sucroalcooleiro (FNS). Os ministérios participantes foram o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o Ministério da Educação (MEC), o Ministério do Meio Ambiente (MMA), o Ministério das Relações Exteriores (MRE), o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e a Secretaria de Direitos Humanos (SDH).

<sup>587</sup> Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar. Gabinete Ministerial. Secretaria-Geral da Presidência da República. Disponível em < [http://inovacao.enap.gov.br/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_view&gid=327](http://inovacao.enap.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=327)>. Acesso em 03/01/2015.

<sup>588</sup> Os Grupos Temáticos e de Acompanhamento foram analisados no capítulo 1, onde também se encontra a relação completa dos GT's e GA's (Tabela 1.2).

familiar na produção de biocombustíveis a aspectos que versam sobre incentivos à pesquisa e tecnologia, comercialização, escoamento, infraestrutura, investimentos e financiamentos, compra de terras por estrangeiros, zoneamento agrícola, normas de certificação e outros procedimentos governamentais de regulamentação do setor.<sup>589</sup>

A ascensão dos debates e propostas acerca do agrocombustível<sup>590</sup> no CDES acompanhou crescimento vertiginoso que esse setor produtivo apresentou a partir dos anos 2000, muito em virtude do aumento da procura internacional de energia renovável e do revigoramento do consumo interno, principalmente com a produção e circulação de motores *flex fuel* e do aumento do etanol na gasolina e no diesel. Um dos destaques desta dinâmica refere-se ao grande volume de investimentos externos diretos na aquisição de meios de produção do setor sucroalcooleiro, resultando no aprofundamento da concentração de capitais e da desnacionalização de empresas do setor. Não foram poucas as vezes que, nas plenárias do CDES, Lula da Silva expressava a importância do setor para a inserção do Brasil no mercado mundial de agrocombustíveis e as expectativas de investimentos externos diretos no país. Após viagens realizadas em vários países da Europa (Finlândia, Dinamarca, Noruega, Suécia e Espanha) em setembro de 2007, seu discurso na 23ª Reunião Plenária relatou que

Há um interesse marcante dos empresários e dos governos em entender e discutir a questão da mudança na matriz energética. E há uma expectativa, eu diria, acima de qualquer coisa que eu pudesse esperar, com relação ao aumento do comércio com o Brasil, ao aumento de parceria com o Brasil e ao aumento de investimentos no Brasil (Ata da 23ª Reunião Plenária, 20/09/2007, p. 21).

Nem de longe pretendemos dar conta do emaranhado enorme de questões que se apresentava no CDES e as sugestões encaminhadas ao Executivo sobre o tema.<sup>591</sup> O intuito é focalizarmos na sua atuação como *locus* emanador de políticas voltadas à força de trabalho canavieira e, *por esta via*, como impulsionador da indústria do agronegócio no Brasil. Nesse sentido, parece-nos correta a hipótese de Teixeira (2013: 90) sobre o papel central que o CDES assume diante do “Compromisso Nacional” não apenas na condução mas sobretudo na

<sup>589</sup> Os pontos debatidos nos Termos de Referência do GT Bioenergia estão expostos na Ata da 22ª Reunião Plenária de 17/07/2007, p. 16, pelo conselheiro Artur Henrique (CUT).

<sup>590</sup> Utilizaremos a palavra “agrocombustíveis” quando não estivermos tratando de referências à própria documentação do CDES. É que o uso do prefixo *bio* (que em grego significa vida) comporta componente ideológico inequívoco: de energia limpa, verde, abundante, renovável, sustentável. Além disso, escamoteia as relações político-econômicas extremamente deteriorantes que subjazem a produção de agrocombustíveis.

<sup>591</sup> Estas recomendações vinculavam-se diretamente à condensação das demandas empresariais do agronegócio, expressas na moção enviada à Presidência, nos relatórios de atividades e nos pareceres. No GT, as proposições envolviam predominantemente demandas relacionadas à diminuição de tributos, expansão de linhas de crédito, ampliação de programas de financiamento, criação de novas carteiras junto ao BNDES, isto é, às melhorias de condições econômico-institucionais, visando, em última instância, a ampliação do parque produtivo sucroalcooleiro e as condições de venda e investimentos.

produção dos “pontos fundamentais que no futuro comporão o pacto nacional [que] já saem preestabelecidos a partir de uma arena composta pela discussão entre empresários e o sindicalismo cutista”. Salienta o autor que no GT Bionergia do CDES, já em 2007, portanto um ano antes do início da Mesa de Diálogo,

(...) as discussões sobre os conflitos canavieiros (que culminariam no Compromisso Nacional) foram desenvolvidas **apenas com a participação do então presidente da CUT, Artur Henrique** [coordenador do referido GT], **e com o empresariado representado pela ÚNICA**. As discussões dentro do GT, que acabaram por definir grande parte dos pontos a serem debatidos, resultados esperados e as principais vias de resolução, não consideraram a participação da Feraesp, da Contag, nem do FNS.<sup>592</sup>

Sendo assim, os movimentos sociais, sindicais e pastorais responsáveis pelas denúncias e visibilidade dos conflitos nos canaviais *já* tiveram assento nos encontros do CDES, basilares na definição de pontos centrais da futura Mesa de Diálogo ocorrida entre julho de 2008 e junho de 2009, alijando, segundo Teixeira, do debate e da deliberação “um conjunto significativo dos grupos sociais diretamente envolvidos e impactados pelas decisões que seriam ali tomadas”.<sup>593</sup> Como a pauta já tinha sido negociada anteriormente, o GT do CDES retirou das organizações de trabalhadores canavieiros a “possibilidade de opinar em pontos fundamentais ao enfrentamento dos conflitos canavieiros”.<sup>594</sup>

De fato, o papel *antecipatório, substitutivo e preventivo* que o CDES assumia na constituição do “Compromisso Nacional” estava expresso no “Parecer sobre Bioenergia e Desenvolvimento” do agora renomeado “GT Matriz Energética para o Desenvolvimento com Equidade e Responsabilidade Socioambiental”<sup>595</sup> no item denominado “Qualificação, Requalificação e Recolocação de Mão de obra” de outubro de 2008:

Finalmente, o CDES recomenda que governo, empresários e trabalhadores **constituam um grupo tripartite com o objetivo de estimular um entendimento de abrangência nacional, com vistas à realização da contratação coletiva nacional ou de um protocolo nacional de adesão voluntária, que busque estabelecer pontos possíveis de um disciplinamento nacional**. Exemplos de

<sup>592</sup> TEIXEIRA, Gabriel da Silva. *Desafios da participação social no agronegócio sucroalcooleiro*. Ruris – Revista do Centro de Estudos Rurais, Unicamp, vol. 8, nº 1, 2014, p. 126-127, grifos meus.

<sup>593</sup> Idem, 128.

<sup>594</sup> Idem.

<sup>595</sup> Segundo o Termo de Referência do novo GT “Em reunião realizada no dia 15/10/2008, em São Paulo, os conselheiros que integram o GT Bioenergia: Etanol, Bioeletricidade e Biodiesel aprovaram, por unanimidade, a proposta de ampliação do escopo do debate para abranger o tema da matriz energética, iniciando com os impactos e reflexos das recentes descobertas de petróleo na camada pré-sal e avançando para a diversificação da matriz energética, assim como para ações de melhoria do padrão de consumo de energia no país. Desse modo, o Grupo de Trabalho passará a ter a seguinte denominação: Matriz Energética para o Desenvolvimento com Equidade e Responsabilidade Socioambiental”. O GT passa a ser dividido pelos seguintes subgrupos: 1) Subgrupo Zoneamento Agroecológico, 2) Subgrupo Relações de Trabalho, 3) Subgrupo Papel do Estado, 4) Subgrupo Fortalecimento do Biodiesel, 5) Subgrupo Diagnóstico do Mercado Interno e Externo, 6) Subgrupo Defesa do Etanol e 7) Subgrupo Certificação ou Boas Práticas.

pontos sobre os quais é necessário esse entendimento nacional: piso salarial, jornada de trabalho, produção diária, caracterização do trabalho degradante, etc. Por outro lado, é fundamental definir **políticas públicas que beneficiem projetos que estiverem em conformidade com o entendimento nacional acordado entre governo, empresários e trabalhadores.**<sup>596</sup>

O caráter voluntário da adesão ao Compromisso, segundo o autor, deveu-se à pressão do patronato sucroalcooleiro que também interveio, por meio da ÚNICA, na determinação dos participantes e dos pontos a serem acordados “ameaçando retirar-se do espaço e implodir o acordo”.<sup>597</sup> Da mesma forma, mesmo com a participação de entidades representativas dos trabalhadores canavieiros nos eventos organizativos para a Mesa de Diálogo, isto não garantiu que grande parte das reivindicações dos trabalhadores estivessem plasmadas no “Compromisso Nacional”, obrigando tais entidades a pressionar para que a parcela acatada fosse cumprida à duras penas.<sup>598</sup> Teixeira, lançando mão de entrevistas junto a lideranças sindicais asseverou que essas “não apresentavam conhecimento sobre o acordo ou repudiavam-no em algum grau” e, apoiado em seu trabalho de campo em sete usinas, constatou que “todas portavam irregularidades graves no cumprimento dos pontos pactuados”.<sup>599</sup>

O “Compromisso Nacional” estabeleceu que as empresas que obedeciam aos chamados “bons tratos” ou “trabalho humanizado” ante os trabalhadores, teriam direito a um selo, concedido pela SG/PR, e figurariam como “Empresa Compromissada”. O objetivo principal da certificação era, a nosso ver, ampliar a inserção do etanol produzido no Brasil nos mercados consumidores internacionais mais relevantes, facilitando o aumento de suas exportações, agora sob a chancela de empresas “socialmente responsáveis”, numa tentativa de contornar ou de abrandar a malfadada e histórica imagem de degradação das relações de trabalho havidas nos canaviais brasileiros. Ademais, expressa também a importância das lutas dos movimentos sociais e sindicais do campo em amenizar ou extirpar os efeitos deletérios da extensa exploração a que os trabalhadores canavieiros estão secularmente submetidos, na expectativa de que a obtenção da certificação pela SG/PR possa significar algum alívio nas condições de vida e de trabalho e cobrando das empresas certificadas o cumprimento das regras acordadas, principalmente através da ação sindical e/ou pela denúncia aos órgãos de fiscalização e regulação das relações trabalhistas.

---

<sup>596</sup> Presidência da República. Secretaria de Relações Institucionais. SEDES. *Parecer sobre Bioenergia e Desenvolvimento*. 2008c, p. 05, grifos no original.

<sup>597</sup> TEIXEIRA, Gabriel da Silva. *Desafios da participação social no agronegócio...* Op. cit., p. 131.

<sup>598</sup> Idem, p. 137.

<sup>599</sup> Idem, p. 140.

Quanto ao último ponto, contudo, persistem no noticiário denúncias de autoridades judiciárias e de procuradores do Ministério Público do Trabalho (MPT) acerca da certificação de empresas sucroalcooleiras que respondem por ações trabalhistas na Justiça do Trabalho. A fiscalização foi atribuída a quatro empresas de “consultorias independentes”,<sup>600</sup> selecionadas mediante edital de chamada pública. Em 2012, após a vigência acordada de dois anos do “Compromisso”, adicionado um ano de prorrogação em 2011, o MPT constatou inúmeras irregularidades em pelo menos 60 das 169 usinas que receberam o selo “Empresa Compromissada”, chegando a entrar com uma ação civil pública questionando a concessão dos selos. Segundo o jornal “O Globo”:

Levantamento do Ministério Público do Trabalho (MPT) de São Paulo, estado responsável por mais da metade da produção de cana do país e dos empregos no setor, mostra que 26 das 85 empresas no estado que receberam o selo do governo estão envolvidas em ações na Justiça do Trabalho. Entre as irregularidades mais frequentes, estão a falta de equipamento de proteção, inexistência de área de vivência (sanitário, refeitório, local para descanso), faltam pausas para descanso e há utilização de terceiros, ou “gatos”, para contratar trabalhadores.<sup>601</sup>

Ou seja, o cenário de extrema precarização e exploração da força de trabalho dos trabalhadores nas usinas de cana-de-açúcar não se alterou substancialmente após o “Compromisso Nacional”, agora certificadas aos olhos do mercado exterior como “Empresas Compromissadas”. Teixeira, a partir de investigações do MPT de Araraquara e de seu trabalho de campo, por exemplo, mostra o elenco de usinas certificadas como “boas empregadoras” que operavam ao arripio da legislação trabalhista em vigor, dentro de um quadro infracional gravíssimo.<sup>602</sup>

A mecanização, a despeito do que sustentava o discurso empresarial e o noticiário, tampouco reduziu as relações degradantes e expropriatórias de produção nos canaviais. Ao contrário, novas modalidades de subalternização e de exploração aviltantes surgiram através de uma nova especialização do trabalho manual no interior das usinas, com aparecimento de novos postos de trabalho manuais que em nada se assemelhavam com a pretendida

---

<sup>600</sup> As aspas são necessárias porque, de acordo com a pesquisa de Teixeira, os auditores “responsáveis pelas auditagens das empresas sucroalcooleiras explicitavam vínculos profissionais e fraternais que se estabeleceram entre os fiscais e grupos fiscalizados. (...) Alguns chegaram a ser contratados posteriormente pelas usinas que fiscalizaram, ou mesmo fizeram carreira em alguma delas antes de tornarem-se auditores (...) redes de amizade, conhecimento e favorecimento deram suporte às relações de fraude observadas pelo MPT, como coação de trabalhadores para que omitissem casos de maus tratos, preenchimento fraudulento de relatório de fiscalização, etc”. TEIXEIRA, Gabriel da Silva. *Desafios da participação social no agronegócio...* Op. cit., p. 138-139. As empresas de auditoria foram: KMPG, Deloit Touche, Ernst e Young Terco e Uhy Moreira Auditoria.

<sup>601</sup> “Compromisso para inglês ver”, reportagem de Lino Rodrigues. Jornal “O Globo”, 21/07/2012. Disponível em <<http://oglobo.globo.com/economia/compromisso-para-gringo-ver-5549753>>. Acesso em 05/01/2015.

<sup>602</sup> TEIXEIRA, Gabriel da Silva. *Trabalho, tripartismo e processos sociais: contribuições sobre o Compromisso Nacional da Cana de Açúcar*. Dissertação (mestrado), CPDA, UFRRJ: 2013, p. 135-136.

“humanização” divulgada pelo “Compromisso”, pactuada pelas entidades patronais e cutistas, pelo governo e também trazida pela documentação do CDES.<sup>603</sup> Os pontos do “Compromisso”, aliás, sequer conseguiram alcançar ou contemplar os efeitos perversos da mecanização nas condições de trabalho que se retroalimentavam a partir de sua introdução, e seus articuladores utilizavam o fetiche do “progresso técnico” como argumento para o aperfeiçoamento inevitável das condições de trabalho.

A preocupação se direcionava apenas à gestão dos excedentes de trabalhadores produzidos pelo avanço da mecanização nas usinas. Isto levou o CDES, em 2010, a criar o Subgrupo Requalificação de Trabalhadores da Cana-de-Açúcar no âmbito do GT Matriz Energética.<sup>604</sup> Naquele ano, três reuniões do subgrupo foram realizadas para cuidar do tema. Dos 23 membros do Subgrupo, apenas 4 eram conselheiros titulares do CDES, mas, devido ao grande número de assessores listados, supõe-se que esses figuravam como substitutos de outros conselheiros já que, com exceção da Feraesp e do Sinduscon-SP, vinculavam-se às entidades laborais e patronais presentes no CDES.<sup>605</sup>

O programa de requalificação almejava alcançar os trabalhadores canavieiros atingidos pelo aprofundamento e ampliação do processo de mecanização das usinas no interior de São Paulo a partir de duas frentes: a) treinamento para manutenção e utilização das novas máquinas e para adequação aos processos de trabalho delas advindos<sup>606</sup> e b) recolocação dos

---

<sup>603</sup> As *bituqueiras* ou *bituqueiros* são os trabalhadores manuais cuja tarefa consiste em recolher restos de cana que caíam fora dos caminhões transportadores, os “transbordos”. Também têm a incumbência de cortar canas eventualmente deixadas pelas máquinas. As *trabalhadoras da perca* tem a tarefa de retocar trabalhos deixados pelos cortadores manuais ou trabalhadores dedicados ao plantio do tolete de cana-de-açúcar. Existem ainda as *faxineiras*, cuja tarefa consiste em catar pedras que possam vir a danificar as colheitadeiras. A maior parte dessas funções é ocupada por mulheres, especialmente esposas de trabalhadores migrantes à região das usinas (Cf. TEIXEIRA, Gabriel da Silva. *Trabalho, tripartismo e processos sociais...* Op. cit., 114-115).

<sup>604</sup> O Subgrupo dividia-se claramente entre entidades patronais (com 10 membros) os quais estavam representadas pela União das Indústrias de Cana de Açúcar (ÚNICA), Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), Associação Nacional dos Comerciantes de Materiais de Construção (ANAMACO), Sindicato das Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo (Sinduscon-SP) e Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), e entidades laborais (com 11 membros) com enorme prevalência da Central Única dos Trabalhadores, seguida da Federação de Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (Feraesp/CUT) e do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). Foi eleito um Comitê Executivo, integrado por um membro de cada entidade acima descrita, e uma coordenação do Comitê, formada por um representante da Feraesp e um da ÚNICA (Sedes, 2010b: 01). Disponível em < <http://www.cdes.gov.br/grupo/881/subgrupo-requalificacao-de-trabalhadores-da-cana-de-acucar.html>>. Acesso em 06/01/2015.

<sup>605</sup> SRI. SEDES. GT Matriz Energética para o Desenvolvimento com Equidade e Responsabilidade Socioambiental. Subgrupo Requalificação de Trabalhadores da Cana-de-açúcar. *Memória da reunião II*. CDES, 2010b, p. 01.

<sup>606</sup> Este propósito ficou a cargo do *Projeto Renovação*, promovido pela ÚNICA/Feraesp. Segundo Rosemeire Salata “O projeto conta com o patrocínio de grandes empresas que compõem a cadeia do agronegócio, tais como John Deere e Case IH (produtoras de maquinários agrícolas e colheitadeiras), Syngenta (fabricante de sementes e agrotóxicos que recentemente passou a investir na produção canavieira), e tem o apoio do BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento”. SALATA, Rosemeire. *Novas formas de organização da produção*

excedentes de trabalhadores com vistas à absorção pela indústria da construção civil em São Paulo, onde havia enorme demanda por trabalhadores. Foi precisamente nesse último ponto que o CDES se debruçou de forma orgânica. Segundo notícia vinculada pela assessoria da SEDES em julho de 2010,

A ação, para cuja estruturação o CDES está contribuindo, deverá envolver a qualificação dos trabalhadores e ter como um dos parâmetros o desenvolvimento local. É possível que a demanda por mão de obra no setor da construção (construção civil e indústria de materiais de construção) reverta em novas oportunidades de trabalho e desenvolvimento para as regiões objeto de investimentos. O impacto da mecanização da colheita da cana, que deverá atingir 100% em São Paulo nos próximos anos, deve ser absorvido por um esforço coordenado de qualificação e geração de oportunidades para os trabalhadores atingidos. O resultado esperado é um acordo entre os principais setores envolvidos, levando-se em conta a sinergia entre esses setores, que encontram-se representados no Conselho.<sup>607</sup>

Na II Reunião do Subgrupo, consta no Relatório que a Feraesp/CUT “apóia integralmente o projeto piloto de qualificação de trabalhadores dispensados do corte da cana-de-açúcar para a cadeia produtiva da construção civil no Estado de São Paulo”.<sup>608</sup> Nesse mesmo relatório, fica evidente o papel do CDES como articulador, negociador e avalizador do projeto piloto, muito em virtude dos esforços e da coalizão de expoentes das entidades patronais do setor sucroalcooleiro, da construção civil e de materiais de construção e da maior central sindical do país, com o “apoio técnico” e político da Secretaria Geral e da Casa Civil da Presidência da República, a qual a SEDES era vinculada:

Por sugestão do Conselheiro Cláudio Conz ficou definido que os conselheiros que patrocinaram o diálogo social e o entendimento entre as partes (Artur Henrique, Cláudio Conz, Marcos Jank e Paulo Simão) e a equipe técnica da SEDES serão informados permanentemente sobre o andamento dos trabalhos. Quando necessário, o Comitê Executivo poderá solicitar reunião de monitoramento com o CDES e a SEDES/SRI visando à tomada de decisões que contribuam para o bom andamento do projeto, inclusive em termos de apoio institucional, técnico e político.<sup>609</sup>

A articulação empresarial-sindicalistas laborais por meio do CDES, isto é, se valendo da construção simbólica e política que o Conselho angariou como arena do “diálogo social” e,

---

*canavieira na região de Ribeirão Preto/SP: qualificação profissional e o “Programa Renovação”*. Dissertação de Mestrado, Sociologia, Araraquara: UNESP, 2013, p. 53. No CDES, ele foi divulgado pela iniciativa de Marcos Jank (Presidente da Única), através de uma apresentação no Subgrupo Requalificação... Ao que parece, o conselheiro obteve sucesso, de sorte que o conselheiro Cláudio Conz, conforme consta no Relatório da II Reunião do Subgrupo, afirmou que “o objetivo do subgrupo é desenvolver um projeto piloto voltado para a construção civil, pensando, sobretudo, na mão de obra local e não na migrante. Esse projeto seria baseado na experiência bem sucedida do Projeto Renovação, desenvolvido pela ÚNICA”.

<sup>607</sup> Disponível em <<http://www.cdes.gov.br/noticia/15269/cdes-debate-requalificacao-dos-trabalhadores-da-cana-de-acucar.html>>. Acesso em 07/01/2015.

<sup>608</sup> SRI. SEDES. GT Matriz Energética ... Op. cit.. *Memória da reunião II*. CDES, 2010b.

<sup>609</sup> Idem, p. 02. Arthur Henrique (Presidente da CUT); Cláudio Conz (Presidente da ANAMACO); Marcos Jank (Presidente da ÚNICA) e Paulo Simão (Presidente da CBIC).

portanto, de “democratização das decisões”, ao longo dos dois governos Lula da Silva, foi suficientemente capaz de nele se apoiar para posicionar-se como arena articuladora e validadora do remanejamento de trabalhadores precarizados e superexplorados, justamente em prol dos setores do capital que mais ampliaram suas taxas de lucros durante o período. A indústria de agrocombustível e da construção civil, inclusive, puderam exponencializar a intensidade<sup>610</sup> – que costuma vir combinada com o aumento dos níveis de produtividade – do uso da força de trabalho, valendo-se, para tanto, da modernização de máquinas e equipamentos, dos novos procedimentos produtivos e da requalificação dos trabalhadores, remanejados ou não. O conselheiro Paulo Simão (CBIC) se valeu da plenária do CDES para expor a dimensão do crescimento do setor mobiliário no Brasil durante os anos Lula:

Ao ser convocado pelo Governo Federal em 2003 para modificar e dinamizar o mercado brasileiro o nosso setor deu mostra de competências, capacidade de organização em trabalho coletivo e grande espírito empreendedor. O resultado em poucos anos já pode ser sentido por todos. O mercado imobiliário, hoje, apresenta números surpreendentes. Em apenas quatro anos os investimentos em créditos imobiliários se multiplicaram por oito. Passaram de 2,2 para 18 bilhões de reais e segue em frente (Ata da 24ª Reunião Plenária, 27/11/2007, p. 10).

Estudo realizado pela FGV em parceria com CBIC em 2012, mas com dados levantados das empresas de construção civil no período 2003-2009, através de *survey* enviado às empresas de construção, observa que,

A percepção do setor é de que a produtividade evoluiu no período pesquisado, mas essa evolução poderia ter sido melhor. Para conseguir o desejado salto na produtividade, as principais iniciativas se referem ao **treinamento de pessoal** e a condições favoráveis de investimento em máquinas, equipamentos e processos produtivos – o que depende de medidas que envolvem as entidades setoriais e os governos.

(...)

Questionou-se a percepção das empresas com relação à produtividade da mão de obra na comparação dos períodos anterior e posterior a 2007. Um total de 80% respondeu que **o investimento em treinamento passou a ser mais intenso a partir de 2007**, sendo que 37% disseram que passaram a investir muito mais em treinamento nesse período. **Portanto o crescimento setorial foi acompanhado de iniciativas mais intensas de treinamento pela grande maioria das empresas.** O treinamento oferecido pelas empresas, por sua vez, ocorre em cursos organizados pelas próprias empresas (60%), pelo Senai (58%), por empresas especializadas (52%) e pelo sindicato (37%).<sup>611</sup>

<sup>610</sup> Teixeira mostra como, devido à mecanização, novas formas de intensificação da exploração da força de trabalho se deram no interior dos canaviais, especialmente na época da safra quando os tratoristas promovem jornadas de corte que chegam a 15 horas seguidas, enquanto a colheideira funciona 24 horas por dia. Mecânicos, combustíveis e ferramentas são levados a campo para eventual utilização, viabilizando a estratégia de utilização dos maquinários em tempo integral. TEIXEIRA, Gabriel da Silva. *Trabalho, tripartismo e processos sociais...* Op. cit. p. 133.

<sup>611</sup> CBIC/FGV. *A produtividade da Construção Civil Brasileira*. 2012, p. 13, grifos meus. Disponível em <<http://www.cbicdados.com.br/media/anexos/066.pdf>>. Acesso em 07/01/2015.

O “salto na produtividade” de que o setor afirma necessitar conta com a “inclusão produtiva” de uma massa de contingentes de trabalhadores disponíveis e em situação social de trânsito entre a pobreza absoluta e a pobreza oficial, como no caso do Programa de Setorial de Qualificação para beneficiários do programa Bolsa Família (PlanSeq Bolsa Família) direcionado ao setor da construção civil. Como uma das modalidades do Plano Nacional de Qualificação (PNQ) criado em 2003, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o PlanSeq integra a ação de alguns ministérios (MDS, MTE e Casa Civil) em articulação com entidades patronais (CBIC e Sistema CNI) e objetiva, prioritariamente, subqualificar (ou “treinar” na acepção da CBIC) mão de obra subremunerada para, exatamente, elevar a produtividade da indústria da construção civil, valendo-se, para tanto, de recursos públicos advindos do Fundo de Amparo do Trabalhador (FAT), repassados para a execução descentralizada do Programa, ou seja, para cada estado ou prefeitura, sob a orientação do MTE. Os cursos oferecidos destinam-se à preparação de trabalhadores (pedreiros, pintores, eletricitas, encanadores, mestres de obras, etc) nas frentes de trabalho requeridas pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), iniciado em 2007 e pelo Programa Minha Casa, Minha Vida, de 2009. O documento “Qualificação profissional para beneficiários do Bolsa Família”, produzido pelo MDS e MTE em 2008, destaca como objetivos do programa:

- Atender à demanda de mão de obra qualificada para as vagas criadas pelo crescimento econômico.
- Implementar um modelo unificado de ações complementares que ampliem as oportunidades de inclusão ocupacional dos trabalhadores beneficiários do Programa Bolsa Família.
- Adequar os cursos de qualificação profissional às demandas de mão de obra regionais, tomando como base a evolução da oferta de postos de trabalho.
- Estimular a articulação entre os setores de trabalho e assistência social, nos âmbitos federal, estadual e municipal.<sup>612</sup>

O nascedouro do PlanSeq Construção Civil recebeu grande apoio, incentivo e propaganda por parte do CDES por ocasião, por exemplo, do seu anúncio pelo presidente da CBIC, o conselheiro Paulo Safady Simão, na 30ª reunião plenária:

Eu queria dizer primeiro ao Ministro Patrus Ananias, quero confirmar esse belíssimo projeto que estamos fazendo juntos, da construção civil junto ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e também com o Ministério do Trabalho, que é um processo de treinamento de pessoas do Bolsa Família para ingressar nas obras do PAC. (...) E não é só para as obras do PAC, agora temos um

---

<sup>612</sup> Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Ministério do Trabalho e Emprego. *Qualificação profissional para beneficiários do Bolsa Família*. Orientações técnicas para o acompanhamento do Plano Setorial de Qualificação e Inserção Profissional para os beneficiários do programa Bolsa Família, [2008], p. 05. Disponível em: <[http://www.mds.gov.br/backup/sites/banner-internas/praticas-inovadoras-bf-planseq/arquivos/orientacoes\\_tecnicas\\_-\\_secom.pdf](http://www.mds.gov.br/backup/sites/banner-internas/praticas-inovadoras-bf-planseq/arquivos/orientacoes_tecnicas_-_secom.pdf)>. Acesso 10/01/2015.

programa desafiador, que é o Minha Casa, Minha Vida (Conselheiro Paulo Simão, Ata da 30ª Reunião Plenária, 04/06/09, p. 28).

Em junho de 2008 – portanto um ano antes da intervenção de Paulo Simão na plenária do CDES – o conselheiro viajou com a comitiva do CDES (no papel de instituição presidente da AICESIS), para a 97ª Conferência Internacional do Trabalho na OIT, em Genebra, para divulgar e angariar apoios, na reunião sobre “Construção Civil e Empregos Verdes”, para o PlanSeq Construção:<sup>613</sup>

O Conselheiro do CDES Paulo Simão apresentou o projeto denominado PlanSeq Construção, que é um programa de treinamento voltado a capacitar 250.000 mulheres e homens do programa Bolsa Família para as obras da construção do PAC, a serem realizadas em 13 regiões metropolitanas previamente escolhidas. (...) O projeto recebeu muitos elogios e foi solicitada à representante da OIT no Brasil, a Senhora Laís Abramo, que acompanhe de perto os trabalhos e mantenha a central devidamente informada dos resultados do projeto.<sup>614</sup>

Obviamente, o Programa procura responder às demandas caras ao empresariado da construção civil por remanejamento, absorção e treinamento de mão de obra, num movimento que prioriza a arregimentação de populações de grande vulnerabilidade social integrantes do Programa Bolsa Família em direção ao atendimento emergencial e transitório do complexo da indústria da construção, em sua expansão galopante durante os governos Lula da Silva, a qual corroborou a assunção de intelectuais orgânicos de seus aparelhos privados de hegemonia e de projetos do setor a algumas agências estatais responsáveis pelas políticas públicas consideradas promotoras do “desenvolvimento sustentável com inclusão social”.

Perceba-se que, mais uma vez, por meio de fóruns promotores de acordos embasados no “diálogo social”, do qual o CDES é pioneiro e um dos carros-chefe nos governos Lula da Silva, diferentes setores do capital encontravam caminhos de facilitação e/ou encurtamento para garantir o “abastecimento” de mão de obra de setores da classe trabalhadora com vistas a prepará-los tão-somente para a ocupação de postos de trabalho simples e não estruturantes, isto é, para o atendimento de eventos transitórios como a Copa do Mundo, as Olimpíadas ou de investimentos nas obras do PAC, todos de viés temporário e às custas da elevação da taxa de exploração da força de trabalho. Não há uma formação de natureza efetivamente profissional, que proporcione o domínio aprofundado e consistente de um campo científico e tecnológico, mas, ao contrário, trata-se da disponibilização de uma massa de reserva de

<sup>613</sup> Secretaria de Relações Institucionais. SEDES. *97ª Conferência Internacional do Trabalho – OIT*: Memória da Participação do CDES. 2008d. Disponível em file:///C:/Users/Andre/Downloads/Mem%C3%B3ria\_da\_97.%C2%AA\_Conferencia\_da\_OIT\_-\_participa%C3%A7%C3%A3o\_do\_CDES\_-\_09\_e\_10.06.2008\_-\_20(1).pdf>. Acesso em 10/01/2015.

<sup>614</sup> A diretora do Escritório da OIT no Brasil, Laís Wendel Abramo, participou da 32ª Reunião Plenária do CDES, em dezembro de 2009, para tratar de “Empregos Verdes” no Brasil.

trabalhadores acionável, manejável e descartável de acordo com o ciclo de negócios do empresariado. Na Revista Poli: Saúde, Educação e Trabalho, Ruy Braga sintetizou com perspicácia esse movimento:

O que temos hoje é uma demanda das empresas para que o Estado atue, por intermédio de políticas públicas, como o principal instrumento de garantia e manutenção dessa população excedente às necessidades imediatas das empresas porque elas querem contar com esse pessoal para entrar no mercado de trabalho quando puderem aproveitar o ciclo de negócios e investimentos (...) Nesse sentido, as políticas de formação são políticas de administração da superpopulação relativa em benefício, evidentemente, das empresas.<sup>615</sup>

A estupefação maior (se se permite ainda espaço para espantos) fica a cargo da posição extremamente potenciadora às determinações rapineiras do capital em que se defende e promove, de forma astuciosa, o encontro benevolente entre a “inclusão produtiva” e o aumento da competitividade empresarial. Como relação vantajosa para ambas as partes, a ideologia pactuadora *precisa* encontrar atendimento a direitos onde há exploração, enxergar ganhos onde há expropriação, realçar emancipação onde há subalternização, bradar pela inclusão quando predomina a precarização. Ou seja, posicionar possuidores e despossuídos como agentes econômicos necessariamente complementares e afins, reapropriação ideológica da lei neoclássica de interesses mútuos entre a oferta e a procura como orientação de condução das formas de gerenciamento dos conflitos entre as classes sociais fundamentais, sobressaindo a pavimentação não apenas para o apassivamento da classe trabalhadora, mas para a introjeção de modos de vida e de visão de mundo caras ao sujeito social antagonista:

É claro que temos trabalhadores de baixa renda, famílias organizadas, constituídas e estamos priorizando com muito vigor as políticas de capacitação profissional, de qualificação, de **inclusão produtiva**, integrando com as possibilidades do PAC, com as possibilidades de desenvolvimento regional, com os arranjos produtivos locais, **formação de empreendedores, cooperativismo, nessa linha emancipatória** que eu penso que é o foco desse segundo momento em que estamos vivendo (Ministro Patrus Ananias, Ata da 30ª Reunião Plenária, 04/06/09, p. 32 – grifos meus).

Desta maneira, uma das funções precípuas do CDES era trabalhar processualmente para que se criasse a imagem de que a relação capital-trabalho pudesse (quase) sempre convergir para tentativas de ganhos mútuos. Como arena de *prevenção e administração de conflitos*, as divergências sociais eram deslocadas para o terreno onde supostamente todos

---

<sup>615</sup> Revista Poli: Saúde, Educação e Trabalho – jornalismo público para o fortalecimento da Educação Profissional em Saúde. Ano VI – nº 32, jan/fev 2014, p. 06.

pudessem ganhar, típica manifestação do *idealismo burguês*, sobre o qual nos ensina Florestan.<sup>616</sup>

Na verdade, deve-se atentar para o fato de que, em contextos de recuperação de crescimento econômico, calcados principalmente em setores do capital de intensiva utilização de mão de obra, como é o caso da construção civil, as barreiras jurídico-legais e fiscalizatórias do Estado, quando existem e atuam, recuam em meio ao avanço predatório e subhumano das condições de exploração por parte das empresas e se tornam mais débeis e de difícil alcance regulador. A luta se torna ainda mais árdua e de difícil solução para o campo popular quando se encontra em situações de ofensiva (coercitiva ou consensual) de setores do capital cada vez mais fortemente organizados na sociedade civil e galgando posições estratégicas, decisivas no interior da sociedade política e, por outro lado, quando são estreitíssimas as margens de concessões (políticas e sociais) às parcelas mais precarizadas dos trabalhadores.

Assim, em alguns projetos de megaempreendimentos de infraestrutura levados a cabo pelo governo federal, em “parceria” com o setor privado e sob excessiva licenciosidade das burocracias sindicais frente às terceirizações e subcontratações (insistindo nas “contrapartidas sociais” para realização das obras) retorna à cena a evidência do caráter historicamente despótico e autocrático das burguesias brasileiras na forma de ondas disruptivas causadas por paralisações, greves e rebeliões nos canteiros de trabalho das principais obras do PAC, em 2011, nas Hidrelétricas de Jirau e de Santo (RO), de São Domingos (MS), em frentes de trabalho na Bahia e Ceará, no Complexo Petroquímico de Suape (PE), sem contar outras ocorridas em 2012 no Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), e novas paralisações em Suape, Jirau, etc. Deve-se observar que, ainda em 2009, a denúncia da situação de trabalhadores que viviam sob condição análoga a escravidão havia circulado nos noticiários:

Durante a última greve dos trabalhadores das obras de Jirau e Santo Antonio, eles afirmaram que “ficar lá é ficar no inferno” e denunciaram que o alojamento é apertado para a quantidade de homens hospedados; que o preço pago pela hora de serviço, além de ser baixíssimo, nem sempre cobre todas as horas extras trabalhadas e que ficam à mercê dos controladores, já que não têm acesso aos registros das horas trabalhadas.<sup>617</sup>

---

<sup>616</sup> “O idealismo burguês precisa ser posto de lado, com seus compromissos mais ou menos fortes com qualquer reformismo autêntico, com qualquer liberalismo radical, com qualquer nacionalismo democrático-burguês mais ou menos congruente”. FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 5ª ed. - São Paulo: Globo, 2005, p. 345.

<sup>617</sup> Jornal Brasil de Fato. *Trabalho escravo em hidrelétricas financiadas pelo BNDES*. Reportagem de Alexania Rossato. 15/12/2009. Disponível em <<http://www.brasildefato.com.br/node/5009>>. Acesso em 10/01/2015.

Esta é a demonstração concreta e cabal do “crescente divórcio”, nas palavras de Florestan, “que se dá entre a ideologia e a utopia burguesas e a realidade criada pela dominação burguesa”<sup>618</sup> e esvazia de sentido e conteúdo quaisquer traços de humanização e democratização das relações de trabalho sob a égide do capital, factível apenas como sustentáculo necessário do *idealismo burguês* em tempos de intensificação das formas de exploração, expropriação e precarização da existência social dos trabalhadores, sob forma de “democracia”.

#### 4.4 – Conclusão

O propósito deste capítulo foi trabalhar com a hipótese de que o CDES, nos anos 2008 e 2009, atribuiu-se o papel de funcionar como *comitê, célula ou câmara de gestão da crise econômica internacional* no Brasil. De certo, como vimos, ainda que de forma não exaustiva, outras agências da sociedade civil (Febraban) e política (GAC/MF) também trabalharam nesse sentido e, conforme também mostramos, sob o trânsito e influência de muitos empresários do CDES.

A marca diferencial do CDES, contudo, deriva de sua peculiaridade constitutiva: de um lado, como arena que se apresenta como aglutinadora de representação de interesses híbridos (não antagônicos), traz um crônico componente empresarial de peso numérico significativo e de considerável capacidade articuladora nas determinações centrais dos programas expedidos pelo Conselho; de outro lado, reveste as formas de obtenção da hegemonia social pelo grande empresariado como fruto de “acordos”, “diálogos”, “pactuações”, apresentando-se como fruto da “democracia participativa” o que foi expressão da canalização organizada da ação política empresarial, ainda que sob necessários ajustes e concessões.

A especificidade formativa “pluralista” do Conselho, ao mesmo tempo em que apenas aparenta dificultar as demandas (setoriais ou gerais) da classe empresarial, no fundo a impulsiona: não devido apenas ao caráter legitimador dos resultados colhidos num ambiente de recomendações produzidas com outros segmentos sociais, mas principalmente porque, por meio desse estratagema, o particular torna-se universal, ou seja, as expectativas puramente corporativas ganham status de interesses nacionais. Ora, nenhuma das outras arenas de gestão da crise citadas acima e rapidamente mencionadas e/ou analisadas neste capítulo carregam esta “virtude”.

---

<sup>618</sup> FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil...* Op. cit., 345.

Tentamos comprovar a hipótese lançando mão de uma documentação que trazia os debates presentes nas reuniões plenárias, os relatórios e pareceres de análises da crise econômica e da moção expedida para a Presidência da República. Contribuíram também documentação proveniente de entidades da sociedade civil de cunho patronal e sindical, além de notícias de diferentes procedência (grande imprensa e outras).

Pode-se assim mostrar que os interesses dos setores empresariais representados no CDES desde muito antes da crise constantemente requisitados, foram razoavelmente atendidos sob a alegação de constituírem medidas de combate à crise econômica, ainda que para tanto foram pretendidas.

A noção de crise se sustentava predominantemente em seus aspectos econômicos mais imediatos e nos desbobrimentos possíveis, no monitoramento e avaliação de indicadores de crescimento, investimento, balança comercial, política industrial, creditícia, tributária, fiscal e monetária, dentre outros. Noção esta compartilhada por todos os atores sociais e governamentais presentes nas reuniões plenárias.

A política social, na mesma direção, defendida como fator de distribuição de renda para os estratos mais pauperizados da classe trabalhadora era subsumida enquanto instrumento de alavancagem dos fatores de produção: tanto por meio do aumento da capacidade consumidora dos trabalhadores da base da pirâmide social quanto por meio do engrossamento das fileiras que compunham a base da pirâmide, com módica ascensão de setores pauperizados. Vetores distributivos como aumento na geração de empregos e da formalização dos contratos, programas de transferência de renda e de extensão de benefícios de prestação continuada e elevação real do salário mínimo foram realçados pela cúpula da burocracia sindical e por alguns ministros como responsáveis pelo aquecimento do mercado interno.

Nesse sentido, as estratégias de combate à crise advogadas pelo Conselho foram pensadas e articuladas a partir da lógica mercantil-empresarial, como formas de impulsionar a ampliação da reprodução das relações capitalistas de produção expressas não apenas pelo *conteúdo das propostas operadas* – apresentado nos debates das plenárias, nas propostas contidas nos documentos do Conselho e pelas exposições da equipe ministerial – mas também pela *intermitente ação política e incontestável composição majoritária empresarial* tanto das instâncias internas criadas pelo Conselho quanto dos fóruns inaugurados na sociedade política e na sociedade civil.

Por meio destas frentes de formulação e de ação (propositivas e organizativas), as associações empresariais puderam lograr acesso e comunicação direta com um dos centros de exercício do poder institucionalizado (GAC), preparando e ajustando os termos julgados necessários para a condução empresarial da crise e legitimando-as quando levadas e discutidas para o aval e a fiança do CDES. Contudo, a ele não se resumiu tais funções porque, como lembramos, o CDES atribuiu-se desde muito antes da crise o papel de *condensador programático* das demandas social-liberais de desenvolvimento do capitalismo tecidas pelas entidades patronais e pela burocracia sindical, sob direção das primeiras. Foram, grosso modo, tais demandas que puderam ser repostas com maior ênfase e celeridade frente à situação de crise, mas que jamais foram retiradas do repertório de resoluções produzidas.

O atendimento parcial (e o grau de parcialidade é de difícil mensuração) destas demandas pelo governo, a operacionalização de uma instância interlocutória inaugurada entre um grupo de conselheiros e o *staff* ministerial e o reconhecimento *do conjunto dos conselheiros* de que os encaminhamentos dados na administração da crise econômica nos permitem confirmar a hipótese de que o CDES trabalhou como *um dos operadores coletivos da gestão da crise econômica para o capital e hegemonizado pelos setores do grande capital* no Brasil, principalmente entre 2008 e 2009.

A função de câmara de gestão da crise para o capital do CDES não se deteve nos requisitos exigidos pelo capital, eivados de “variáveis econômicas”, apagando as relações sociais subjacentes. No CDES e através dele, o capital também exigiu o manejo sobre o “capital variável” e, para tanto, requereu e acionou uma massa crescente de trabalhadores disponíveis, sob o signo da “requalificação” e “inclusão produtiva”, para os setores do capital que asseguravam a manutenção ou a expansão do crescimento econômico: o setor da construção civil e o subsetor sucroalcooleiro da fração do agronegócio. Duas linhas de ação de *gestão e manejo da mão de obra* foram utilizadas: recolocação de excedentes de trabalhadores do setor canavieiro paulista no setor de construção civil e absorção dos beneficiários do Bolsa Família para as obras do PAC.

A primeira, como vimos, foi tributária do “Compromisso Nacional”, articulado no interior do CDES que, ao fim ao cabo, certificou como “Empresas Compromissadas” usinas exportadoras de etanol ainda que as condições de trabalho dos canavieiros permanecessem praticamente inalteradas. Ao avanço da mecanização no setor, “requalificou-se” (ou seja, ofereceu-se treinamento precarizado) para ingressarem, ou seja, para serem “realocados” na

indústria da construção civil local, reduto igualmente de péssimas condições de trabalho.<sup>619</sup> Neste acordo o CDES teve participação orgânica, isto é, foi por meio dele que se articulou e se viabilizou a construção do “Compromisso Nacional”. A segunda linha de gestão e manejo de mão de obra foi apenas apoiada e divulgada pelo CDES. Com o PlanSeq Construção Civil, articulado no CDES pelo conselheiro Paulo Simão, disponibilizou-se igualmente contingentes de mão de obra beneficiados pelo Bolsa Família para trabalharem nas obras do PAC.

Esse verdadeiro “arranque” na almejada disponibilização de força de trabalho para o capital em tempos de crise também não se limitou, como vimos, a esses setores, tampouco à parcela precarizada da força de trabalho. Vimos como a cúpula sindical cutista esforçou-se (e foi vitoriosa) na fragilização das relações trabalhistas através do Acordo Coletivo Especial (ACE) de autoria do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, resultando aqui em expropriações secundárias; e na disponibilização de seus sindicalizados para o capital bancário-financeiro na forma de consumidores de seus produtos e serviços, no acordo entre a CUT e o BB/CEF. Efetivamente, o CDES não costurou o ACE dos metalúrgicos do ABC, mas serviu como palanque inicial de propagação e de possíveis acordos. Quanto ao segundo acordo entre a burocracia sindical cutista e os bancos públicos, o CDES serviu como instrumento ou canal de acesso facilitador do acordo.

Nos dois casos, o papel do CDES foi “inorgânico”, isto é, não atuou como intelectual orgânico na composição dos acordos, como realizado no caso do “Compromisso Nacional”. Pode-se dizer que ele era visto e tomado por alguns conselheiros como uma bancada, plataforma de facilitação ou encurtamento de acordos previamente elaborados, bem como de palanque ou tribuna interna de projetos em elaboração. Outro exemplo cabal destas artimanhas e estratégias apresentadas em suas plenárias ou instâncias internas foi a proposta de implantação de microsseguros para a população pauperizada, outra frente de avanço da disponibilização de largos contingentes da classe trabalhadora ao mercado bancário-financeiro. Sem falar do acordo PROCAP BK, anunciado por Mantega e aplaudido pelo presidente Lula da Silva, mecanismo de endividamento dos trabalhadores para salvar (“capitalizar”) as empresas que lhes exploram.

---

<sup>619</sup> Aos remanescentes nos canaviais, a “qualificação” foi realizada, mas às custas de maior exploração da força de trabalho, principalmente nos períodos de safra, nos novos postos de trabalhos criados pelo “aperfeiçoamento técnico”. Vimos também que no processo relações sociais advindo da introdução de novas máquinas e procedimentos produtivos tampouco o trabalho precário e degradante se extinguiu, prosseguindo o surgimento de novas ocupações aviltantes. Cabe lembrar que o CDES não se envolveu com o treinamento da força de trabalho nos canaviais – ficando a cargo da entidade dos usineiros (ÚNICA) e dos trabalhadores (Feraesp/CUT) patrocinado por grupos empresariais internacionais, num projeto denominado RenovAção -, voltando-se à “requalificação” dos trabalhadores considerados excedentes e “realocados” para o setor da construção civil.

Cabe dizer que *todas as frentes de mercantilização, financeirização, precarização, fragilização da relação trabalhista, “requalificação” e “realocação” da força de trabalho* operadas de forma “orgânica” e “inorgânica” pelo CDES significam, em primeiro lugar, expandir relações sociais que exasperam *disponibilização da força de trabalho ao capital*. Em segundo lugar, garantem as formas pelas quais o trabalho é subsumido pela lógica capitalista socialmente dominante, isto é, através da *subsunção real* do trabalho ao capital. Esses mecanismos de subsunção, balizadores de programas de disponibilização de força de trabalho, foram perenizados por meio da absorção e elevação deles à condição de políticas públicas.

Esses processos ocorreram em função dos programas de adequação, treinamento e preparação ao ingresso de postos de trabalho transitórios e precários de contingentes trabalhadores em que o CDES assumiu papel organizativo para o grande empresariado. Mas também ocorreram em razão das lideranças sindicais e patronais presentes no CDES trabalharem na perspectiva de fragilizar e flexibilizar a legislação do trabalho (expropriações secundárias) consubstanciada na proposta “menos legislação e mais negociação” que recuperava a apologética liberal das condições igualitárias de negociação entre capital e trabalho em tempos de acumulação flexível, retirada de direitos e de garantias, e de refluxo das organizações mais combativas do movimento sindical e de seus elos político-partidários. Ou, por fim, em função de servir como tribuna enunciativa de projetos, ainda que em elaboração, de subalternização e dependência mercantil-financeira de trabalhadores formalizados, sindicalizados ou não. Isto é, seja por todos esses formatos de expropriação sobre as classes subalternas que aceleraram a base social de expansão do capital e de impulsionamento da extração de mais-valor, o bloco social empresarial-sindical-burocrático instalado no Conselho foi extremamente eficiente na inovação das formas de *gestão e administração da crise econômica para o capital desde a perspectiva de atrelamento e subjugação com vistas à disponibilização das classes trabalhadoras*. O foco de gestão foi triplo: liberar recursos para praticamente todos os setores do capital e assegurar mão de obra tanto pelo apassivamento quanto pelo fornecimento direto de trabalhadores.

Os termos foram auspiciosamente escolhidos, exaltados e propagandeados nas formas de “inclusão produtiva”, “geração de oportunidades”, “combate ao desemprego”, “proteção contra o risco”, “facilitação do acesso ao mercado de consumo de bens e serviços”, “requalificação”, “negociação coletiva”, “empregos verdes”, “empreendedorismo”, dentre outros, e as estratégias idem, sem as quais se dificultam derrubadas ou transgressões de

limites (ético-morais, político-ideológicos, legal-normativos etc) necessários à generalização das formas de ampliação de extração do sobretrabalho.

Nesses termos, a crise segue a sua *condição crítica*: ela é permanentemente promotora de situações críticas para o conjunto da classe trabalhadora (condições precárias de moradia, saneamento, transportes, serviços públicos de saúde, educação, etc), mesmo com ganhos salariais; ela é igualmente ambiental (desmatamentos, transgenia, uso de agrotóxicos, poluição atmosférica, dos rios, etc). O combate à crise socioambiental não pode se efetivar com mais crescimento, mais expropriações, mais exploração sob a classe trabalhadora (pois vale lembrar que ainda estamos imersos num modo de produção que se alicerça na expropriação de valor). Seu combate necessariamente requer o “espírito de cisão”, na expressão gramsciana:

O que se pode contrapor, por parte de uma classe inovadora, a este complexo formidável de trincheiras e fortificações da classe dominante? O espírito de cisão, isto é, a conquista progressiva da consciência da própria personalidade histórica, espírito de cisão que deve tender a se ampliar da classe protagonista às classes aliadas potenciais: tudo isso requer um complexo trabalho ideológico, cuja primeira condição é o exato conhecimento do campo a ser esvaziado de seu elemento de massa humana.<sup>620</sup>

Essa reflexão requer que se dispense e ultrapasse, como um dos pontos de partida para edificação da hegemonia dos subalternos, as formas político-ideológicas de adulação e de pactuação com seu antagonista social.

---

<sup>620</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*, v. 2. Os Intelectuais; O princípio educativo; Jornalismo, 2004, p. 78.

## 5.0 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

A integração dos setores empresariais (agrários, industriais, financeiros) organizados aos aparelhos estatais, por intermédio de canais de atendimento aos seus interesses, percorre a trajetória política brasileira desde pelo menos inícios do século XX. Desde há tempos, então, o Estado no Brasil é “ampliado”, na acepção gramsciana. A ampliação deve-se ao fato de que o Estado já não pode ser mais reduzido ao conjunto de órgãos, agências e aparatos administrativos. Ele “amplia-se” à medida que aparelhos privados de hegemonia (APH’s) de cunho patronal inscrevem seus projetos de hegemonia na ossatura do Estado, universalizando-os, isto é, transformando-os em projetos “nacionais”, “de interesse de todos”, “para o bem-comum”, etc. Fundamental tornar-se-ia o papel cumprido pelos intelectuais orgânicos das classes dominantes: eram (e são) os sujeitos histórico-sociais responsáveis por conduzir, traduzir ou até mesmo implementar, eles próprios, as aspirações da fração da classe dominante a qual pertencia, formuladas nas entidades da sociedade civil (APH’s), em política de Estado. Esse processo responde, obviamente, às necessidades de renovação das elites dirigentes e dominantes, premidas por readequações e/ou pelo advento de novos interesses diante da dinâmica das relações de produção capitalistas.

O encaminhamento de alguns conflitos intraclasses dominantes e de suas demandas poderia também ser feito através da forma política representativa (partidos, Parlamento), “desde que as arenas fundamentais, no plano das entidades da sociedade civil e em seu espelhamento na composição dos órgãos estatais estivessem preservadas”.<sup>621</sup> Esse mecanismo permitia que as classes dominantes mantivessem a representação e a desqualificasse simultaneamente, afastando-se dela quando os setores populares ameaçavam interditar os arranjos “pelo alto”.

Esse é o papel fundamental que vem cumprindo o sistema representativo – tornar nacionais (isto é, de forma a atingir uma abrangência territorial expressiva) **as opções já em curso na política brasileira**, legitimando-as nos momentos eleitorais. Isso assegura a incorporação eleitoral do conjunto da população, mantendo-a com baixa efetividade. Esse procedimento (...) responde apenas à lógica contraditória que atravessa uma expansão do sistema representativo (eleitoral) e da incorporação eleitoral **aliada a uma ampliação seletiva e unilateral do Estado**.<sup>622</sup>

A ampliação *seletiva e unilateral* do Estado de que Fontes (2005) trata é histórica, mas permanece acionada e ainda mais robusta e requintada no cenário nacional recente. A unilateralidade e seletividade ocorriam apoiadas no uso intenso e aberto da coerção privada e

<sup>621</sup> FONTES, Virgínia. *Reflexões im-pertinentes: História e capitalismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2005, p. 279.

<sup>622</sup> Idem, p. 282, grifos meus.

estatal, garroteando as formas organizativas dos setores dominados e restringindo-os à saída eleitoral.

A rigor, *aparentemente*, observando a própria composição do CDES entre 2003 e 2010, percebemos que não se tratava de uma amostra da seletividade ampliada do Estado brasileiro *strictu sensu*. Muitos outros grupos sociais, muito embora sempre minoritários, se faziam representar para além das classes dominantes. Um olhar mais atento, porém, pode problematizar ainda mais a questão: i) trata-se de um Conselho que preservou, durante os dois mandatos de Lula da Silva, um predomínio incontestado (52% na média geral) de conselheiros conectados *diretamente* ao médio, mas, sobretudo, ao grande empresariado das diversas frações do capital; ii) todos os sindicalistas nomeados como conselheiros gravaram em sua trajetória a assunção a cargos de destaque nas principais Centrais Sindicais (CUT, Força Sindical, UGT, NCST, CGTB) que se alinhavam – ou passaram a se alinhar –, por vias diversas, ao horizonte patronal através de alianças, pactos ou negociações, na imersão ao colaboracionismo e ao possibilismo acima mencionado, inclusive muitos tornar-se-iam *doublés* de banqueiros, no dizer de Francisco de Oliveira, à frente da gerência de vultuosos fundos de pensão. Esse setor, no CDES, girava em torno de 16% da plenária; iii) os intelectuais acadêmicos e as personalidades representavam, em média, 14% da plenária no período, sendo que 80% desses eram acadêmicos. Dentre esse pequeno, mas seletivo e influente segmento do CDES, poderia se encontrar, no que tange às posições político-ideológicas, social-liberais e lampejos social-democratas, sendo que alguns claramente orbitavam em torno do PT.<sup>623</sup> O que queremos afirmar é que, decisivamente, não desafiavam o *status quo* e, muito ao contrário, colocavam-se a postos como refinadores intelectuais do projeto que então se desenhava; iv) dentre as lideranças daquilo que classificamos como “demais entidades da sociedade civil”, somente quatro delas provinham *claramente* do setor popular.<sup>624</sup> Alguns se dedicavam à organizá-los (principalmente organizações da igreja católica), outros representavam uma miríade de entidades com interesses distintos: estudantes, cegos, pentecostais, membros do judiciário e advogados, institutos e fóruns de estudos e pesquisas,

---

<sup>623</sup> O único como pertencente à tradição intelectual marxista foi Luis Manoel Fernandes, professor do Departamento de Ciência Política da UFF, filiado ao PC do B, partido da base de apoio ao governo. Foi conselheiro do CDES entre 13/02/2003 a 06/05/2004 e à época era Presidente da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP).

<sup>624</sup> Eram eles: Aparecida Carneiro, da Articulação Nacional de Mulheres Negras, conselheira de 13/02/2003 a 14/02/2005; Roberto Baggio, do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, conselheiro de 13/02/2003 a 14/02/2005; Joênia Batista, do Conselho Indígena de Roraima, conselheira de 09/03/2005 a 25/08/2009; Julio Barbosa de Aquino, do Conselho Nacional de Seringueiros, conselheiro de 09/03/2005 a 25/08/2009. Reparem que os quatro jamais estiveram juntos no CDES: dois atuaram num primeiro período (2003-2005) e dois no período subsequente (2005-2009). Sendo assim, **a representação dos movimentos sociais populares no CDES alcançou somente 2% da plenária.**

dentre outros, mas que, no geral, *não se colocavam como organizadores para a autonomia das classes subalternas*. Apesar de bastante minoritários, o setor autenticamente popular deixava marcas desde sua posição de classe nas plenárias, diante de uma plateia arredia à sua presença, como observa a conselheira Sonia Fleury:

(...) nesta curta experiência do CDES, a barreira que pareceu ser intransponível foi aquela relativa à necessidade de reconhecimento das lideranças oriundas dos movimentos populares como parte integrante desta esfera pública ampliada. **A intolerância das elites econômicas com relação aos movimentos sociais, vistos como elementos incômodos naquele contexto, impedia a construção de uma aliança mais ampla.** Representantes dos Sem-Terra, de Mulheres Negras, etc. quando colocavam suas demandas ou questionamentos às autoridades, desde este lugar social que representavam, **eram sempre vistos como estranhos no ninho.** Da mesma forma, os representantes populares, **descrentes de qualquer possibilidade de aliança com os setores dominantes**, adotaram, na maioria das vezes um discurso de denúncia mais radical, entendendo que lhes cabia apenas marcar sua presença.<sup>625</sup>

Pois bem, se foi esse o perfil socioclassista dos conselheiros do CDES, quais foram as reais potencialidades deste Conselho em não costurar internamente e/ou descaracterizar os projetos hegemônicos das classes dominantes brasileiras durante os governos Lula da Silva? É óbvio que, pelo estudo do Conselho, o Estado ampliou-se para além da composição de origem *estritamente* empresarial. Contudo, a heterogeneidade pretendida apontava, no fundo, para uma *forte tendência à convergência*, embora tensa e conflituosa, de visões de mundo, de projetos de sociabilidade e, além disso, a integração das lideranças autenticamente populares era muito diminuta, facilitando acordos a partir de interesses conflitantes, mas não incompatíveis. A convergência aludida só pôde ser operada por meio de uma brusca e meteórica desorganização política dos grupos subalternos ao longo dos anos 90, cujo principal golpe foi a *decapitação política* de suas direções – que não deixou de existir, mas orientou-se para o centro do projeto político dos grupos dominantes.

Na luta de classes por que atravessou a sociedade brasileira nas últimas duas décadas e meia o fenômeno do transformismo, em sua apreensão gramsciana como “absorção gradual mas contínua, e obtida com métodos de variada eficácia, dos elementos ativos surgidos dos grupos aliados e mesmo dos adversários e que pareciam irreconciliavelmente inimigos”,<sup>626</sup> comportou, no estudo do CDES, papel bastante visível. Ainda que não tenha figurado como foco das preocupações da tese, o Conselho é também *herdeiro ativo do transformismo*. Mediante tática que inicialmente se apresentava como colaboracionista e que,

<sup>625</sup> FLEURY, Sonia (2006). *O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Governo Lula...* Op. cit., p. 31-32, grifos meus.

<sup>626</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. v.5. *O Risorgimento*. Notas sobre a história da Itália. 2ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 63.

meteoricamente, se revelou como movimento de adesão radical dos expoentes da direção do Partido dos Trabalhadores e da cúpula da burocracia sindical da CUT ao programa e ao gerenciamento (esse principalmente por meio dos fundos de pensão das estatais) da dinâmica de expansão das relações sociais capitalistas no Brasil dos anos 2000, levou-se à “decapitação” e “aniquilação” do grupo inimigo. “Pactuação”, “concertação” ou “novo contrato” social foi a ideologia principal de *regulação compartilhada de conflitos* no CDES. Contudo, ela só foi possível mediante “poderosa atração”, no passado recente, pela classe dominante, dos grupos ou elementos político-organizativos mais ativos da classe trabalhadora, corroborando para a ampliação da “ala esquerda” dos setores dominantes e, conseqüentemente, para o aprofundamento da subordinação e da desorganização política autônoma dos subalternos.<sup>627</sup>

O CDES, como expressão da experiência do transformismo, como canal de acesso à presença maciça dos dominantes, como espelhamento e síntese da intelectualidade social-liberal acadêmica brasileira, como arena receptiva às entidades fragmentadas e desconexas, do setorialismo ao cosmopolitismo e, principalmente, *como aquilo que ele nunca pretendeu ser* – um espaço de incorporação das *reais reivindicações* das classes subalternas a partir da atuação de suas mais destacadas, organizadas e combativas entidades –, significou a *reedição alterada* da histórica tendência da ampliação *seletiva* do Estado no Brasil.

Não significou uma ampliação seletiva *exatamente* nos termos colocados por Fontes para o período histórico precedente, isto é, da interpenetração *unilateral* entre os aparelhos privados de hegemonia das classes dominantes e a sociedade política ocorrida ao longo de todo o século XX. A diferenciação residiu na presença de outros setores não (propriamente) dominantes e expressou a incorporação seletiva, precarizada e ressignificada das suas reivindicações históricas ou mais urgentes (combate à pobreza, ao desemprego, ao acesso a bens e serviços públicos, por exemplo), as condicionando às exigências de desenvolvimento do capitalismo no país e ao projeto político do bloco no poder, mas que enriqueceu e complexificou os termos em que se dava a ampliação.

Além disso, tal ampliação não deslocou, mas expandiu, *para o interior do aparato estatal* – e aí residiu outra diferenciação –, o eixo central da hegemonia: o consentimento ativo das frações não hegemônicas e não monopolistas, dos setores social-liberais e dos minoritários grupos subalternos, constituindo mais uma frente de assimilação e conformação de organismos inteiros ao projeto do bloco no poder. A ampliação manteve-se seletiva, de

---

<sup>627</sup> Para uma profunda e refinada análise do fenômeno do transformismo nos Partidos dos Trabalhadores ler COELHO, Eurelino. *Uma esquerda para o capital...* Op. cit.

evidente conteúdo burguês e empresarial, mas assumiu um *novo caráter* na medida em que contou com adesão ativa (e isto não significou ausência de tensões, disputas e conflitos eventuais) de grupos sociais dispostos a requalificar os termos da hegemonia, posto que, na sociedade civil, já havia abandonado os da emancipação.

A resultante é que se inaugurou uma ampliação seletiva para os “de cima”, mantendo sua marca histórica, coligada à sua extensão não para os “de baixo”, de fato, mas principalmente para os que se atribuem a tarefa de tratar dos problemas históricos dos “de baixo” a partir dos projetos elaborados e conduzidos pelos “de cima”. Ora, esse processo de remodelação da ampliação *seletivamente direcionada* do Estado foi o próprio conteúdo da busca pela renovação do projeto de sociabilidade burguesa no Brasil nos anos 2000 e pareceu condensar, numa só instituição, o papel crucial de criar condições adequadas para aplinar, entrelaçar, formular, divulgar e pressionar para que tal projeto se tornasse exequível, ou melhor, assumisse *status* hegemônico. Essa pareceu ser, a nosso ver, a importância crucial do CDES na história recente das lutas de classes no Brasil.

O rearranjo seletivo de novo tipo da ampliação estatal foi operacionalizado pela *inversão do controle social*: as expectativas não exprimiam ou derivavam da vontade ou do apelo, por meio da participação popular, por garantia e ampliação de direitos sociais e de acesso participativo e democrático às decisões públicas que afetassem o conjunto dos trabalhadores da cidade e do campo. Nas palavras de Florestan:

Ora, o conselho envolve, primariamente, a participação popular como uma **forma de poder popular**. (...) Ele constitui uma **via de injeção do poder popular** no seio do Poder Executivo Municipal (...).

Por aí se vê que não se trata apenas de estabelecer critérios e prioridades, com aval popular, mas de **organizar a participação popular como poder autônomo** – isto é, não incorporado ao aparelho do Estado na esfera do município. Cabe ao conselho popular uma atividade permanente e paralela na elaboração de diretrizes, ações e decisões de legitimidade própria, consagrada pelo direito objetivo da *vox populi*.<sup>628</sup>

Como um conselho de “escolhidos”, quase de “notáveis”, ousou dizer, o CDES *inverteu o controle social*, isto é, afastou ou eliminou as possibilidades de que aspirações dos subalternos pudessem pressionar, se inscrever e se materializar na ossatura do aparato estatal: anima-se como seu revés, firmando a marca histórica da dominação burguesa no Brasil, agora pela via da legitimação “participacionista” (consentimento ativo), mas descurada de qualquer conteúdo popular.

<sup>628</sup> FERNANDES, Florestan. *A transição prolongada: o período pós-constitucional*. São Paulo: Cortez, 1990, p.133, grifos meus. Este trecho corresponde ao artigo de Florestan na Folha de São Paulo em 16/12/1988, sob o título de “Os conselhos populares e o PT”.

Como arena que se autoredenciava como aglutinadora das mais destacadas lideranças da “sociedade civil” no Brasil, escolhidas pelo próprio Presidente da República (e não pelas próprias entidades convocadas) e ostentada como instrumento de “democratização civilizada” do Estado e da sociedade por membros do governo e de conselheiros, o CDES exprimia flagrante caso de ampliação da inserção de destacados setores do capital no aparato estatal, *em nada se identificava com qualquer alargamento das franquias democráticas e populares, a não ser castrando-as e ressignificando-as* não apenas como estratégia de adesão ativa ao projeto, mas como aprofundamento da subsunção formal do trabalho ao capital, pois, para sua realização, impescindia o crescimento econômico, isto é, a expansão da acumulação capitalista.

A forma “Conselho” parece bastante adequada para tal intento: o envolvimento de diversas lideranças sociais, sob as características compósitas e programáticas até aqui enunciadas, postas sob um processo de “diálogo” ou “pactuação” social sob o auspício de um governo cujo partido traz em sua trajetória a mobilização de corações e mentes para um projeto de participação popular efetivo, *mistifica, burla e inverte* a ideia de democracia (ainda que concebida nos marcos do capitalismo), onde os setores menos representados no Conselho são os mais decisivos eleitoralmente e os majoritariamente presentes no Conselho representam um eleitorado infinitesimal. Um punhado de empresários, seus intelectuais, entidades e empresas tornaram-se a maioria incontestada, enquanto as grandes massas populares tornavam-se uma gota no Pleno do conselho. O consenso que aparentemente expressava um acordo entre “iguais” não apenas aprofundava a desigualdade entre eles, mas a cristalizava. Um procedimento totalmente anti-democrático não apenas invalidava o princípio majoritário caro aos processos democráticos, como os institucionalizava de maneira tendencialmente permanente.

Nessa inversão, a partir da experiência do CDES, o econômico se sobrepõe ao político e, (o que dramatiza a experiência, numa trama ardilosa), ela se efetiva *justamente nos formatos das arenas originárias de lutas populares* (os conselhos de participação popular nascidos como instrumentos para contrarrestar interesses empresariais incrustados nas administrações públicas por meio da intromissão de canais contra-hegemônicos ao impor a socialização da política e agendas prioritárias advindas das lutas sociais).

Por isso, o Conselho trabalhava educando o consenso a partir da montagem de uma pedagogia da hegemonia dirigida pelo grande capital, também operada politicamente pelos operadores governamentais (secretários-executivos e funcionários da SEDES, ministros de

Estado e o próprio Presidente da República), alguns pertencentes à própria direção petista. O exercício permanente de operacionalização da hegemonia exigiu um *(des)aprendizado pedagógico mútuo*: fornecia às burguesias os meios intelectuais e discursivos de uma liderança social aparentemente civilizada e democrática, avançando nas suas demandas corporativas, concomitante à (des)educação massiva tendo em vista que as reivindicações populares convertiam-se em meras demandas. Aceitas e incorporadas, os segmentos ligados aos setores populares assimilavam práticas e ideários dominantes, sua linguagem perdia o mordente das lutas de classes ao aceitarem a inversão efetiva da democracia que o CDES expressava.

Nas ocasiões onde as reivindicações de cunho popular provinham reiteradamente dos mesmos conselheiros, alguns não foram renomeados, revelando flagrante aspecto coercitivo. No entanto, a “concertação” para o “desenvolvimento com inclusão”, mesmo no segundo governo Lula da Silva, no qual o crescimento econômico foi acompanhado de ganhos sociais relativos, jamais contentou todos os segmentos, especialmente pouquíssimos remanescentes de chão popular, como se vê na intervenção da líder indígena Joênia Batista:

Eu sempre tenho repetido esse discurso (...), que é importante que se discuta as diretrizes políticas de desenvolvimento produtivo, e considerando, principalmente, os povos indígenas, não apenas por exemplo, nos momentos em que são afetados por obras como ditas de desenvolvimento onde a única ação do Estado e dos realizadores das obras é discutir a compensação que essas obras irão causar para o meio ambiente e para a cultura indígena.

Eu quero frisar que é necessário sim inverter essa lógica. Ela deve discutir juntamente com os povos indígenas que tipo de desenvolvimento os povos indígenas querem para sua região para fazer parte disso e também discutir que tipo de desenvolvimento querem ver acontecer dentro de suas terras indígenas. Os povos indígenas têm que sentar na mesa, tal como nós estamos fazendo aqui, e discutir claramente que forma e como vão participar dessa discussão. Nós estamos vendo muitas discussões de obra de infraestrutura que vão afetar os povos indígenas, ditas inclusive que são obras de desenvolvimento limpo, que nós estamos apenas sentados para discutir quais são as medidas medicatórias, mas nós queremos fazer parte desse planejamento, nós queremos sentar antes mesmo de aprovarem, de decidirem as obras. (...) (ATA da 26ª Reunião Plenária, 05/06/2008, p. 22-23).

As contradições da expansão do desenvolvimento do capitalismo no Brasil se exasperavam nas intervenções de conselheiros ligados às lutas populares. Contudo, por apresentar forte composição empresarial, coligado aos agentes da “ala esquerda” do capital, o CDES não foi e nem se propunha a ser uma arena de democratização das decisões de políticas públicas a partir e sob a direção dos “de baixo”, apesar de precisar se remeter ao atendimento de suas aflições a todo momento, nos moldes requeridos para expansão do grande capital. Nas condições da dominação burguesa sob hegemonia – convencimento e coerção, com direção e

apassivamento popular – era *necessário o aval de cunho popular para a castração das suas partes mais incômodas e a resignificação social-liberal dos elementos “pactuadores”*.

A dominação burguesa no Brasil permanece necessitando de um Estado que, em sua seletividade, não comporta a participação de setores populares nas decisões cruciais da vida social. Esta seletividade, contudo, é reelaborada pois sua aderência não se direciona apenas aos setores burgueses, mas precisa do consentimento ativo e absorção subalternizada dos grupos subalternos. O exercício da dominação de classe se reveste em hegemonia e a forma “Conselho”, tal qual inaugurada pelo CDES, cumpre o papel de apaziguador e escamoteador da luta de classes.

Esta tese seguiu os caminhos julgados necessários para mostrar ao leitor a edificação de mais uma das muitas maneiras e formatos (casamatas, trincheiras e fortificações) inaugurados pela burguesia brasileira, desta vez no aparato estatal, em lograr o consentimento ativo dos grupos subalternos e assim plasmar a sociabilidade do capital para o conjunto da vida social. Para tanto, ela lançou mão do estudo de uma arena portadora de conteúdo programático predominantemente empresarial, destinada ao desenvolvimento das forças produtivas capitalistas no Brasil e que inaugurou uma experiência de *captura dos espaços e formas de luta democrática dos subalternos* pelos setores do capital.

No que concerne às disputas entre as frações dominantes no seio do bloco no poder, o CDES decisivamente não se conformava como um aparelho do “núcleo do poder”, na acepção poulantziana, durante os governos Lula da Silva. A nosso ver, subsistiram, durante o primeiro governo Lula da Silva, vários episódios e debates que nos levam a concluir que houve a montagem gradual e laboratorial da direção hegemônica do grande capital produtor de valor. A arquitetura da hegemonia dos setores representativos do capital funcionante no CDES revelou-se em sua fase experimental diante dos vários segmentos sociais ali presentes (não apenas da cúpula da burocracia sindical, muitos dos quais costuravam acordos e mobilizações com o patronato desde os anos 90, enquanto outros surgiram como a própria expressão da representação empresarial no mundo sindical, como a Força Sindical), aderindo como suas as demandas dos porta-vozes desse capital.

Tal montagem hegemônica vinha no rastro das alianças de forças sociais díspares em alguns episódios de mobilizações e costura programática de posições contra algumas políticas emanadas do segundo mandato de FHC e das que resultaram na eleição de Lula da Silva para a Presidência, em 2003. No primeiro governo Lula, os intelectuais orgânicos do capital produtor de valor valeram-se desse processo e, sob o erguimento de uma institucionalidade

“concertacionista” (o CDES) promovida pelo novo núcleo governamental e apoiada pela cúpula da burocracia sindical cutista, puderam, e sob o terreno nas condições propícias, lograr êxito em conseguir sustentação, sob o nome de “desenvolvimento com inclusão social”, de suas principais demandas, *no âmbito do CDES e não sob o conjunto dos aparatos e no âmbito da política estatal*, apesar de muitas delas serem total ou parcialmente integradas nas políticas públicas, mas não necessariamente o foi *pela via do CDES*.

A partir de 2008, a crise econômica tornou-se pauta predominante no Conselho. Como *uma das câmaras ou células de gestão da crise* os conselheiros representantes de empresas e grupos que atuavam principalmente em atividades econômicas de produção de valor *se aproximaram* dos arranjos e definições do núcleo do poder estatal (Ministério da Fazenda, Banco Central e BNDES) para produção de medidas de inibição dos efeitos da crise econômica, principalmente através do GAC (MF). Todas as medidas proferidas pelos ministros nas plenárias do Conselho atenderam a todo conjunto do grande capital monopolista (produtor de valor e portador de juros). Aliás, dentre as principais políticas de emanadas pelos conselheiros-empresários (e não eram banqueiros porque quase todos não foram renomeados para o CDES em 2007) foi a exigência de crédito bancário para seus setores (realizado principalmente pelos bancos públicos) e a liberação de compulsórios. Outras medidas para alavancagem do setor bancário-financeiro foram aplaudidas por esses empresários: destinação de recursos a bancos no exterior (BNDES EXIM); permissão para que bancos privados emitam letras financeiras (debêntures) para captar recursos no longo prazo; financiamento, por meio de instituições financeiras credenciadas, para aquisição de máquinas e equipamentos novos, de fabricação nacional (BNDES FINAME); aprovação da MP 443 autorizando o BB e a CEF adquirirem participação acionária nos bancos privados; o BACEN disponibilizou parte a mais do compulsório dos grandes bancos privados para ser direcionado à irrigação dos bancos do setor automotivo.

As políticas emanadas do Executivo para o combate à crise não preteriram nenhuma fração do capital, especialmente o bancário-financeiro, ainda que tais políticas se destinassem à blindagem de setores econômicos produtores de valor. De certa maneira, na situação de crise para o capital, os debates e algumas demandas trazidas pelos empresários no Conselho revelaram com nitidez a *interpenetração entre os capitais*.

Mesmo assim, no Conselho, permaneceram demandas empresariais, expressas principalmente pela documentação dos eventos promovidos para o debate da crise econômica, de fricção com o setor bancário, tais como a ampliação do CMN, os altos *spreads* e a política

de altos juros praticada. Essas demandas empresariais que marcaram as pautas do período palocciano não foram resgatadas (porque de fato nunca se apagaram das pautas). O que houve foi um certo abrandamento das dessas exigências quando Mantega assumiu a pasta da Fazenda, índices maiores de crescimento econômico, de gastos em programas sociais etc, mas retornaram ao *status* de cobrança do período anterior se observarmos a documentação dos eventos. Nas reuniões plenárias, contudo, houve esporádicas ou esvaziadas (sem produzir efeitos no debate) intervenções sobre estas temáticas.

Isto significa, a nosso ver, uma contradição: i) que, mesmo em tempos de crises, a disputa intercapitalista pela apropriação de recurso's do fundo público não cessa; ii) para dirimir a crise, os setores da economia ligados ao capital funcionante exigem recursos do e para o capital monetário, ampliando a interpenetração entre eles.

De todo modo, o exame das principais pautas “consensualizadas” expressas nos documentos expedidos no CDES reverbera a *direção política, intelectual e moral* do *grande capital monopolista* presente ao conjunto das demais forças sociais representadas. Dali nasceram, reforçaram, legitimaram, ampliaram, diversas demandas empresariais, sob o signo da “democracia participativa”.

## 6.0 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E FONTES

ALMEIDA, Mansueto. *Desafios da real política industrial brasileira do século XXI*. Texto para discussão nº 1452, IPEA, Brasília: 2009.

ALMEIDA, Gelsom Rozentino de e LOURENÇO NETO, Sydenham. *Estado, Hegemonia e Luta de Classes: interesses organizados no Brasil recente*. Bauru, SP: Canal 6, 2012.

BARBOSA, Nelson e SOUZA, José Antonio Pereira de. A inflexão do governo Lula: política econômica, crescimento e distribuição de renda. In: SADER, Emir e GARCIA, Marco Aurélio (orgs.). *Brasil, entre o passado e o futuro*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Boitempo, 2010.

BANCO MUNDIAL. *Equidade e Desenvolvimento*. Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 2006. Washington D.C., 2006.

BERRINGER, Tatiana. A tese do imperialismo brasileiro em questão. *Revista Crítica Marxista*, São Paulo, Fundação Editora Unicamp, nº 36, 2013, p.115-127.

BIANCHI, Álvaro. *Um Ministério dos Industriais: a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo na crise das décadas de 1980 e 1990*. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2010.

BOITO Jr. Armando. Governos Lula: a nova burguesia nacional no poder. In: BOITO Jr. e GALVÃO (orgs.). *Políticas e classes sociais no Brasil dos anos 2000*. São Paulo: Palameda, 2012.

BOURDIEU, Pierre. O capital social – notas provisórias. In: CATANI, A. & NOGUEIRA, M. A. (orgs.) *Escritos de educação*. Petrópolis: Vozes, 1998. *Apud* NEVES, L. M<sup>a</sup>. W.; PRONKO, M. & MENDONÇA, S. R. Capital Social. In: PEREIRA, Isabel Brasil. *Dicionário de educação profissional em saúde*. RJ: EPSJV, 2009.

\_\_\_\_\_. *Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. RJ: Zahar, 1998.

BRUNO, Regina (et al.). *Um Brasil ambivalente: agronegócio, ruralismo e relações de poder*. RJ: mauad X; Seropédica, RJ: EDUAR, 2009.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *A ditadura dos empreiteiros: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro, 1964-1985*. Tese de Doutorado, Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2012.

CANO, Wilson e SILVA, Ana Lucia Gonçalves da. Política Industrial do Governo Lula. In: *Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010*. RJ: Garamond, 2010.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. Inserção externa e vulnerabilidade da economia brasileira no governo Lula. In: *Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010*. RJ: Garamond, 2010.

CASTELO, Rodrigo. O social-liberalismo brasileiro e a miséria ideológica da economia do bem-estar. In: MOTA, Ana Elizabete (org.). *Desenvolvimento e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade*. São Paulo: Cortez, 2012.

\_\_\_\_\_. *O social-liberalismo: auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal*. SP: Expressão Popular, 2013.

COELHO, Eurelino. *Uma esquerda para o capital*. Crise do Marxismo e Mudanças nos Projetos Políticos dos Grupos Dirigentes do PT (1979-1998). Tese de Doutorado em História, Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2005.

CÔRTEZ, Soraya M. V. *Arcabouço histórico-institucional e a conformação de conselhos municipais de políticas públicas*. Revista Educar, Curitiba, n. 25, p. 143-174, Editora UFPR, 2005.

COSTA, Paulo Maurício Teixeira da. *Coordenação política, governança e governabilidade: o papel da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República*. XI Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma Del Estado y de la Administración Pública, Ciudad de Guatemala, 2006a.

COSTA, Vanda Maria Ribeiro (2006b). *O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social: um experimento democrático*. Disponível em: <[www.cdes.gov.br](http://www.cdes.gov.br)>.

\_\_\_\_\_. *Os conselhos do CDES: experimento sem conclusão*. Revista Insight Inteligência, 2006c.

\_\_\_\_\_. *Democratização de estruturas de governo no Brasil*. Trabalho apresentado no XXII Congresso de la FIELC, em março de 2005.

\_\_\_\_\_. *O CDES: a aprendizagem do pacto*. Revista Insight Inteligência, 2008. Disponível em <<http://www.insightinteligencia.com.br/41/PDFs/11%20-%20CDES.pdf>>.

CUT e DIEESE. *Conselho Monetário Nacional – proposta para ampliação e democratização do CMN*. Estudos e Pesquisas, Número 7 – Ano I – Março de 2005.

DE TONI, Jackson. *Novos arranjos institucionais na política industrial do governo LULA: a força das novas ideias e dos empreendedores políticos*. Tese de doutorado em Ciência Política, Brasília: UnB, 2013.

FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 5ª ed. - São Paulo: Globo, 2005.

\_\_\_\_\_. *Nova República?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1986.

FILGUEIRAS, Luiz Antonio Mattos e GONÇALVES, Reinaldo. *A economia política do governo Lula*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

\_\_\_\_\_. PINHEIRO, Bruno. PHILIGRET, Celeste. e BALANCO, Paulo. *Modelo Liberal-Periférico e bloco de poder: política e dinâmica macroeconômica nos governos Lula*. In: *Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010*. RJ: Garamond, 2010.

FLEURY, Sonia (2006). *O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Governo Lula – Texto entregue aos conselheiros em agosto de 2005*. In: BRASIL, Secretaria de Relações Institucionais. *Reflexões sobre o CDES*.

FONTES, Virgínia. *Reflexões im-pertinentes: História e capitalismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2005.

\_\_\_\_\_. A sociedade civil no Brasil contemporâneo: lutas sociais e luta teórica na década de 1980. In: LIMA, Júlio César França (org.). *Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006.

\_\_\_\_\_. Pela abertura do diálogo. In: IRLS-INSTITUTO ROSA LUXEMBURG SITFTUNG. (org.). *Empresas transnacionais brasileiras na América Latina: um debate necessário*. SP: Expressão Popular, 2009.

\_\_\_\_\_. Imperialismo e crise. In: ARRUDA SAMPAIO JR. Plínio de (org.). *Capitalismo em crise: a natureza e dinâmica da crise econômica mundial*. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2009b.

\_\_\_\_\_. *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*. RJ: SPSJV, UFRJ, 2010.

\_\_\_\_\_. Capitalismo, luta de classes e democracia no Brasil contemporâneo. In: SILVA, Carla Luciana; CALIL, Gilberto Grassi & SILVA, Marcio Antonio Both. *Ditaduras e democracias: estudos sobre poder, hegemonia e regimes políticos no Brasil (1945-2014)*. Porto Alegre: FCM Editora, 2014.

Fundação Getúlio Vargas (2006). *Temas para o desenvolvimento com equidade*. Disponível em <<http://www.cdes.gov.br/documento/282190/fgv-temas-para-o-desenvolvimento-com-equidade.html>>. Acesso em 17/07/2004.

GALVÃO, Andréia. A contribuição do debate sobre a revitalização sindical para a análise do sindicalismo brasileiro. *Revista Crítica Marxista*, São Paulo, Fundação Editora Unicamp, nº 38, 2014, p. 103-117.

\_\_\_\_\_. A reconfiguração do movimento sindical nos governos Lula. In: GALVÃO, Andréia. e BOITO Jr. Armando (orgs.). *Política e Classes Sociais no Brasil dos anos 2000*. São Paulo: Alameda, 2012.

GARCIA, Ronaldo Coutinho. O CDES e a construção da Agenda Nacional de Desenvolvimento: um relato particular. In: CARDOSO JR., José Celso, SANTOS, José Celso e ALENCAR, Joana. *Diálogos para o desenvolvimento: a experiência do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social sob o governo Lula*. Brasília: IPEA, vol. 2, 2010.

GARCIA, Ana E. Saggiaro. *A internacionalização de empresas brasileiras durante o governo Lula: uma análise crítica da relação entre capital e Estado no Brasil contemporâneo*. Tese de Doutorado, Instituto de Relações Internacionais, PUC/RJ, 2012, p. 205.

GENRO, Tarso. Democratizar as relações entre governo e sociedade. In: CORREA, Jaime Montalvo (et al). *Novos espaços democráticos: diálogo social no Brasil e a experiência da Espanha*. São Paulo: Perseu Abramo, 2003a.

\_\_\_\_\_. (2003b), *As Premissas da Concertação*. Disponível em <<http://tarsogenro.com.br/as-premissas-da-concertacao/>>. Acesso em 06.07.2014.

GIFFONI PINTO, Raphaela. *O novo empresariado rural brasileiro – uma análise das origens, projetos e atuação da Associação Brasileira de Agribusiness (1990-2002)*. Dissertação de Mestrado em História, Niterói: UFF, 2010.

INSTITUTO ETHOS. *Fórum Empresarial de Apoio ao Município*. SP: Ethos, 2005.

GONÇALVES, Reinaldo. *Grupos econômicos: uma análise conceitual e teórica*. RJ, Revista Brasileira de Economia, out/dez. 1991.

\_\_\_\_\_. *Desenvolvimento às avessas: verdade, má-fé e ilusão no atual modelo brasileiro de desenvolvimento*: RJ: LTC, 2013.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. v. 3. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

\_\_\_\_\_. *Cadernos do Cárcere*. v.2. Os intelectuais. O princípio educativo. O jornalismo. 3ª edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

\_\_\_\_\_. *Cadernos do Cárcere*. v.5. O Risorgimento. Notas sobre a história da Itália. 2ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

GUIOT, André Pereira. *Um “moderno Príncipe” para a burguesia brasileira: o PSDB (1988-2002)*. Dissertação de Mestrado, UFF, Niterói, 2006.

\_\_\_\_\_. *O empresariado na formação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (ano de 2003): grupos econômicos e entidades da sociedade civil*. VII Simpósio Nacional Estado e Poder: sociedade civil, Uberlândia, 2012.

HADLER, João Paulo de Toledo Camargo. *Dependência e subdesenvolvimento: a transnacionalização do capital e a crise do desenvolvimento nacional em Celso Furtado*. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, 2009.

HUNGARATO, Arildo. *Value-Relevance dos gastos em P&D para os preços das ações das empresas da Bovespa*. Dissertação de Mestrado, Fucape, Vitória, 2008.

JARDIM, Maria A. Chaves. *Entre a solidariedade e o risco: sindicatos e fundos de pensão em tempos de governo Lula*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2009.

KOWARICK, Lúcio (2003). *O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social: um processo em construção*.

KUNRATH, Romerio Jair. *Os Conselhos Econômicos e Sociais em perspectiva comparada: os casos da Espanha e do Brasil*. Tese de doutorado, Porto Alegre: UFRGS, 2012.

KUPFER, David. *Mudança estrutural nas empresas e grupos líderes da economia brasileira na década de 90*. Instituto de Economia da UFRJ, RJ: 2001.

LAMOSA, Rodrigo de Azevedo Cruz. *O programa do agronegócio na escola: um estudo de caso sobre a entrada do empresariado brasileiro na escola pública*. XVI Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino, Unicamp, Campinas: 2012.

LAZZARINI, Sérgio. *Capitalismo de laços: Os donos do Brasil e suas conexões*. RJ Elsevier, 2011.

LEHER, Roberto. Educação no governo de Lula da Silva: a ruptura que não aconteceu. In: *Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010*. RJ: Garamond, 2010.

LICHA, Isabel. *Concertación y gerencia social: conceptos, enfoques y experiencias*. In: VII Congreso Internacional del CLAD sobre la reforma del Estado y de la administración pública. Panamá, 2003.

MARTINS, André Silva. *A direita para o social: a educação da sociabilidade no Brasil contemporâneo*. Juiz de Fora: UFJF, 2009.

MARX, Karl. *Miséria da filosofia: resposta à Filosofia da miséria, do Sr. Proudhon*. SP: Expressão Popular, 2009.

\_\_\_\_\_. *O Capital: crítica da economia política. Livro II. O processo de circulação do capital*. 10ª ed. RJ: Civilização Brasileira, 2005.

\_\_\_\_\_. *O Capital: crítica da economia política. Livro III. O processo global de produção capitalista*. 10ª ed. RJ: Civilização Brasileira, 2008.

\_\_\_\_\_. e ENGELS, Friedrich. O Manifesto do Partido Comunista. In: REIS FILHO, Daniel Aarão (org). *O Manifesto Comunista 150 anos depois: Karl Marx, Friedrich Engels*. RJ: Contraponto.

MENDONÇA, Sonia Regina de. *O ruralismo brasileiro*. SP: Hucitec, 1997.

\_\_\_\_\_. *Agronomia e poder no Brasil*. Niterói: Vício de Leitura, 1998.

\_\_\_\_\_. *O patronato rural no Brasil recente (1964-1993)*. RJ: Ed. UFRJ, 2010.

\_\_\_\_\_. (org.). Introdução. In: MENDONÇA, S. R. *Estado Brasileiro: Agências e Agentes*. Niterói: EdUFF/Vício de Leitura, 2005.

MINELLA, Ary Cesar. Grupos Financeiros e Associações de Classe do Sistema Financeiro. In: MENDONÇA, Sônia Regina de. (org.) *Estado Brasileiro: Agências e Agentes*. Niterói: EdUFF/Vício de Leitura, 2005a.

\_\_\_\_\_. Reestruturação do sistema financeiro brasileiro e a representação de classe do empresariado 1994-2004. In: GROS, Denise [et al.]. *Empresas e grupos empresariais: atores sociais em transformação*. IV Workshop Empresas, Empresários e Sociedade. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005b.

\_\_\_\_\_. *Grupos financeiros no Brasil: um perfil econômico e sociopolítico dos maiores credores privados*. V Workshop Empresa, Empresário e Sociedade, 2006. Disponível em <[www.fee.tche.br/5workshop/pdf/mesa03\\_ary.pdf](http://www.fee.tche.br/5workshop/pdf/mesa03_ary.pdf)>. Acesso 19/07/2012.

\_\_\_\_\_. *Maiores bancos privados no Brasil: um perfil econômico e sociopolítico*. Porto Alegre, Sociologias, ano 9, nº18, jul/dez 2007.

- MOREIRA, João Paulo de Oliveira. *O empresariado siderúrgico organiza suas demandas: O Instituto Brasileiro de Siderurgia (IBS) como Aparelho Privado de Hegemonia (1976-1988)*. Anais do VII Simpósio Nacional Estado e Poder: Sociedade Civil. Uberlândia, 2012. Disponível em <<http://www.historia.uff.br/estadoepoder/7snep/docs/067.pdf>>. Acesso em 31/10/2013.
- NETTO, José Paulo. *Introdução ao estudo do método de Marx*. SP: Expressão Popular, 2011.
- NEVES, Lúcia Wanderley. *A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso*. SP: Xamã, 2005.
- NÓVOA, Luis Fernando. O Brasil e seu “desdobramento”: o papel central do BNDES na expansão das empresas transnacionais brasileiras na América do Sul. In: IRLS-INSTITUTO ROSA LUXEMBURG SITFTUNG. (org.). *Empresas transnacionais brasileiras na América Latina: um debate necessário*. SP: Expressão Popular, 2009.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista – o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- \_\_\_\_\_. Hegemonia às avessas. In: OLIVEIRA, Francisco. BRAGA, Ruy e RIZEK, Cibele. *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- PALOCCHI, Antonio. *Sobre formigas e cigarras*. RJ: Objetiva, 2007.
- PERONI, Vera Maria e CAETANO, Maria Raquel. *Redefinições no papel do Estado: terceira via, novo desenvolvimentismo e as parcerias público-privadas na educação*. IX Anped Sul, 2012.
- PINTO, Eduardo da Costa. *Bloco no poder e governo Lula: grupos econômicos, política econômica e novo eixo sino-americano*. Tese de Doutorado em Economia, RJ: UFRJ, 2010.
- PINTO, Eduardo Costa e CARDOSO Jr., José Celso. A Experiência do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social como espaço de concertação nacional para o desenvolvimento. In: IPEA. *Estado, instituições e democracia: desenvolvimento*. Brasília: IPEA, 2010.
- POCHMANN, Márcio. *Nova classe média?: o trabalho na base da pirâmide social brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o Poder e o Socialismo*. RJ: Edições Graal, 1985.
- RIBEIRO, Daniela M. De Franco. *A construção institucional do CDES: uma dinâmica favorável ao desenvolvimento?*. Recife: 2010.
- SALATA, Rosemeire. *Novas formas de organização da produção canavieira na região de Ribeirão Preto/SP: qualificação profissional e o “Programa Renovação”*. Dissertação de Mestrado, Sociologia, Araraquara: UNESP, 2013.

SALVADOR, Evilásio. Financiamento tributário da política social no pós-real. In: BEHRING, Elaine. BOSCHETTI, Ivanete, GRANEMANN, Sara (orgs.). *Financeirização, fundo público e política social*. São Paulo: Cortez, 2012.

SANTOS, José Carlos dos. Entrevistas com conselheiros: revisitando agendas para o desenvolvimento. In: CARDOSO JR., José Celso, SANTOS, José Celso e ALENCAR, Joana. *Diálogos para o desenvolvimento: a experiência do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social sob o governo Lula*. Brasília: IPEA, vol. 2, 2010.

SILVA, Carla Luciana Souza da. *Veja: o “indispensável” partido neoliberal (1989-2002)*. Tese de doutorado em História. Niterói: UFF, 2005.

SINGER, André. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo, Cia das Letras, 2012.

TAPIA, Jorge R. Biton. Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social: os desafios da construção institucional. In: DINIZ, Eli (org.). *Globalização, Estado e desenvolvimento: dilemas do Brasil no novo milênio*. RJ: FGV, 2007.

\_\_\_\_\_, GOMES, Eduardo R. e CONDÉ, Eduardo Salomão (orgs.). *Pactos sociais, globalização e integração regional*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008.

TEXEIRA, Rodrigo Alves e PINTO, Eduardo Costa. *A economia dos governos FHC, Lula e Dilma: dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento econômico*. Campinas, Revista Economia e Sociedade, v.21, dez. 2012.

TEIXEIRA, Gabriel da Silva. *Desafios da participação social no agronegócio sucroalcooleiro*. Ruris – Revista do Centro de Estudos Rurais, Unicamp, vol. 8, nº 1, 2014.

\_\_\_\_\_. *Trabalho, tripartismo e processos sociais: contribuições sobre o Compromisso Nacional da Cana de Açúcar*. Dissertação (mestrado), CPDA, UFRRJ: 2013.

VERÍSSIMO, Michele Polline e XAVIER, Clésio Lourenço. *Tipo de commodities, taxa de câmbio e crescimento econômico: evidências da maldição dos recursos naturais para o Brasil*. Disponível em <<http://www.ie.ufu.br/node/394>>. Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia, 2012.

VIZEU, Fábio e BIN, Daniel. *Democracia deliberativa: leitura crítica do caso CDES à luz da teoria do discurso*. Rio de Janeiro, Revista de Administração Pública, 42(1), 2008. Disponível em <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/viewFile/6626/5210>>. Acesso em 20/08/2014.

WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo, Boitempo, 2003.

ZIBECHI, Raúl. *Brasil potência: entre a integração regional e um novo imperialismo*. RJ: Consequência, 2012.

**FONTES:**

ABREU, Alzira Alves de (et al.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930*. Ed. Rev. e atual. Rio de Janeiro: FGV, CPDOC, 2001.

BRASIL. Lei nº 10.683 de 28 de maio de 2003. Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 4.744 de 16 de junho de 2003. Dispõe sobre a composição e funcionamento do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Secretaria Especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. *Regimento Interno*. Decreto de Regulamentação do art. 1º, § 1º, II da MP 103/2003. Brasília: s/d.

\_\_\_\_\_. Secretaria Especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. *Termo de Referência para a Formação da Secretaria Especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (SEDES) e do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES)*. Brasília: 2003a.

\_\_\_\_\_. Secretaria Especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. *Relatório Consolidado da Reforma Sindical e Trabalhista*. Brasília, 2003b.

\_\_\_\_\_. (2003c), *Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de instalação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social*. Presidência da República – Secretaria de Imprensa e Divulgação.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Relações Institucionais. Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. *Atas das Reuniões Plenárias do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República – CDES/PR*.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Relações Institucionais. Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. *Cartas de Concertação*. Brasília: Presidência da República, CDES, s/d.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Relações Institucionais. Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. *Relatório do GT Micro e Pequenas Empresas, Autogestão e Informalidade*. Brasília: s/d.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Relações Institucionais. Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. *Termo de Referência*. Reuniões de Monitoramento da Crise Econômica Internacional. Brasília: s/d.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Relações Institucionais. Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. *Mesa Redonda: Diálogo Social – Alavanca para o Desenvolvimento*. Brasília: Publicação Assessoria de Comunicação Social – SEDES/PR, 2004a.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Relações Institucionais. Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. *O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – Brasil: Versão Preliminar*. Brasília: 2004b.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Relações Institucionais. Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. *Proposta de Criação do Observatório da Equidade*. Brasília, 2005. Disponível em <<http://www.cdes.gov.br/grupo/189/ga-politicas-sociais.html>>.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Relações Internacionais. Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. *Moção ao Presidente da República sobre a composição do Conselho Monetário Nacional*. Brasília: 2005b.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Relações Institucionais. Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. *Enunciados estratégicos para o desenvolvimento*. Brasília: Presidência da República, CDES, 2006.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Relações Institucionais. Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. *Relatório do Grupo de Trabalho Reforma Tributária*. Brasília, Presidência da República, CDES, 2007.

\_\_\_\_\_. Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (Brasil) (CEDES). *Relatório de Gestão – 2007 / Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social*. – Brasília: Presidência da República, Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, 2007.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Relações Institucionais. Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. *A Governança do CDES e a contribuição do CDES para a Governança do processo de desenvolvimento do Brasil*. Termo de Referência Aprovado na 25ª Reunião do Pleno do CDES, realizada em Brasília, dia 01 de abril de 2008.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Secretaria de Relações Institucionais. *CDES e a crise financeira internacional – novembro de 2008*, (2008b).

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Secretaria de Relações Institucionais. *Parecer sobre Bioenergia e Desenvolvimento*. 2008c.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Secretaria de Relações Institucionais. *97ª Conferência Internacional do Trabalho – OIT: Memória da Participação do CDES*. 2008d.

\_\_\_\_\_. Presidência da República, Observatório da Equidade. *Indicadores de Equidade do Sistema Tributário Nacional*. Brasília: 2009.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. *Relatório de gestão 2008*. Brasília: 2009b.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Relações Institucionais. Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. *Agenda Nacional de Desenvolvimento – AND*. 3. ed. Brasília: Presidência da República, Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES, 2010a.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Relações Institucionais. Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. GT Matriz Energética para o Desenvolvimento com Equidade e Responsabilidade Socioambiental. Subgrupo Requalificação de Trabalhadores da Cana-de-açúcar. *Memória da reunião II*. CDES, 2010b.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Secretaria de Assuntos Estratégicos. Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. *Trajetória do debate no CDES sobre a crise econômica internacional*. 2ª Ed. Brasília: CDES, 2013.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Ministério do Trabalho e Emprego. *Qualificação profissional para beneficiários do Bolsa Família*. Orientações técnicas para o acompanhamento do Plano Setorial de Qualificação e Inserção Profissional para os beneficiários do programa Bolsa Família, [2008], 28 p. Disponível em: <[http://www.mds.gov.br/backup/sites/banner-internas/praticas-inovadoras-bf-planseq/arquivos/orientacoes\\_tecnicas\\_-\\_secom.pdf](http://www.mds.gov.br/backup/sites/banner-internas/praticas-inovadoras-bf-planseq/arquivos/orientacoes_tecnicas_-_secom.pdf)>. Acesso 10/01/2015.

SILVA, Luis Inácio Lula da. *Um Brasil para Todos*. Crescimento, Emprego e Inclusão Social. Coligação Lula Presidente. Programa de Governo 2002. Disponível <<http://virtualbooks.terra.com.br/osmelhoresautores/planodegovernoLULA.htm>>. Acesso em 21/03/2011.

### **JORNAIS, REVISTAS E BOLETINS:**

ABAG (2008). *ABAG 15 anos* – Uma história de realizações pelo agronegócio brasileiro.

ALBUQUERQUE, Marcos Cintra Cavalcanti de. Crise no setor público e as PPP's. *Revista da Indústria*, nº 102, dezembro de 2004.

ALMEIDA, Rodrigo. Caixa 1 dos interesses. *Revista Inteligência*. Nº 36, Ano IX, 1º Trimestre de 2007. Disponível em <[http://www.insightinteligencia.com.br/36/PDFs/mat\\_03.pdf](http://www.insightinteligencia.com.br/36/PDFs/mat_03.pdf)>.

ATTUCH, Leonardo. O conselheiro rural do presidente. *Revista Dinheiro Rural*, Ed. 54, abril de 2009.

APEXBRASIL, Boletim da Indústria e do Comércio Exterior, V1, Nº4, jul-set 2010.

Armando Monteiro Neto, Luiz Marinho e Paulo Skaf. *Pela ampliação do CMN*. São Paulo, 13 de março de 2005. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1303200505.htm>>. Acesso em 14/08/2014.

CBIC/FGV. *A produtividade da Construção Civil Brasileira*. 2012. Disponível em <<http://www.cbicdados.com.br/media/anexos/066.pdf>>. Acesso em 07/01/2015.

DEMARCHI, Celia e VIEIRA, Maria Cândida. Novo comando, mudanças possíveis. *Revista da Indústria* - Publicação mensal da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. Ano 6, nº 117, abril/maio de 2006.

DRUCK, Graça. *Acordo Coletivo de Trabalho com Propósito Específico é a negação dos direitos trabalhistas*. Entrevista concedida à Revista UHI. Publicado em junho de 2014. Disponível em <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/512572-acordo-coletivo-de-trabalho-com-proposito-especifico-e-a-negacao-dos-direitos-trabalhistas-entrevista-com-graca-druck>>.

FLEURY, Sonia. Governo troca conselheiro quando bem entende. Entrevista concedida a Luciana Nunes Leal ao *Jornal Estado de São Paulo*. Retirado de <<http://www.cdes.gov.br/noticia/5789/governo-troca-conselheiro-quando-bem-entende.html>>.

Acesso em 02/01/2014.

FOLHA On Line. Banqueiros blindam Meirelles e criticam PAC. 26/01/2007, Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/utl91u114031.shtml>>.

GENOÍNO, José. Afirmação nacional. *Revista Teoria e Debate*, 01/02/1993, seção Debate.

IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Indústria, Pesquisa Industrial Inovação Tecnológica 2000.

IPEA (2009). *Transformações na indústria bancária brasileira e o cenário de crise*. 20º Comunicado da Presidência do Ipea.

JAKUBASZKO, Richard. O ARES em frente e os agricultores para trás. *Revista DBO* de 26/05/2008.

Jornal Valor Econômico. *Bovespa quer atrair mais empresas e aplicadores em ações*. 2004. <<http://saladeimprensa.vale.com/pt/noticias/interna.asp?id=12799>>.

MARQUES, Lula. Lula cede a sindicalistas e esvazia poder do Conselho. *Jornal Folha de São Paulo*. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1402200302.htm>>. Acesso em 11/01/2014.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Inicia-se um novo ciclo de lutas da classe trabalhadora brasileira?*. Entrevista concedida à Revista UHI. Publicado em agosto de 2012. Disponível em <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/532070-empregos-ancorados-em-baixos-salarios-e-greves-fragmentadas-a-realidade-trabalhista-brasileira-entrevista-especial-com-marcelo-badaro-mattos>>.

PAGNAN, Rogério e ROCHA, Marília. Amigo de Lula é investigado por desvios. *Folha de São Paulo*, 25/05/2011.

PAULA, Nice de. Eduardo Eugênio é reeleito pela sétima vez. *O Globo*, 19/08/2013.

PEÑA, Bernardo de la e OLIVEIRA, Germano. Ex-sócio de PC Farias na direção do Sebrae. *O Globo*, 04/04/2006.

Revista Balanço Anual 2004: a mais completa radiografia dos negócios do País. *GAZETA MERCANTIL*. SP: Editora JB S.A., 2004.

Revista IstoÉDinheiro. “Chega de prato pronto”. Novo presidente da FIESP diz que vai criar um movimento pelo crescimento, quer marcar presença em Brasília e promete buscar alianças para influir no processo de decisão econômica. Entrevista com a *IstoÉDinheiro* em 06/10/2004. Disponível em <<http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/entrevistas/20041006/chega-prato-pronto/147623.shtml>>. Acesso em 14/08/2014.

Revista Poli: Saúde, Educação e Trabalho – jornalismo público para o fortalecimento da Educação Profissional em Saúde. Ano VI – nº 32, jan/fev 2014.

Revista Poli: Saúde, Educação e Trabalho – jornalismo público para o fortalecimento da Educação Profissional em Saúde. Ano VII, nº 37, nov/dez 2014.

Revista Valor Grandes Grupos - 200 Maiores. Ano 3, Nº 3, Dezembro de 2004.

Revista Valor 1000 Maiores Empresas. Ano 4, Julho de 2004.

Revista Valor 1000 Maiores Empresas. Ano 6, Agosto de 2006.

SALEM, Armando V. Enfim, a opção pelo crescimento. *Revista da Indústria*, nº 125, fevereiro 2007.

SECCO, Alexandre e PATURY, Felipe. O campeão mundial do suco de laranja. *Revista Veja*, Ed. 1802, 14/05/2003.

VALLE, Sabrina e AMORIM, Daniela. Exportar alimentos não é volta ao passado, diz ÚNICA. *Revista Veja*, 19/08/2011.

## 7.0 – ANEXOS

## ANEXO A

**Vinculações dos Conselheiros-Empresários com os demais órgãos da Sociedade Política  
(por conselheiro)**

<b>Conselheiros-Empresários</b>	<b>Vinculações ao Estado restrito</b>
<b>Antoninho Trevisan</b>	Presidente do Conselho do Programa da Qualidade no Serviço Público, vinculado ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
<b>Antonio Carlos Valente da Silva</b>	Vice-presidente da ANATEL (2001-2004).
<b>Antônio Gil</b>	Conselho Consultivo do Setor Privado (CONEX) da CAMEX.
<b>Benjamin Steinbruch</b>	Conselhos de Administração do BNDES, Petrobrás e CETESB.
<b>Cláudio Elias Conz</b>	É membro do Grupo de Acompanhamento da Crise, junto ao Ministério da Fazenda. Membro do Conselho Curador do FGTS representando a Confederação Nacional do Comércio (CNC).
<b>Cledorvino Bellini</b>	Conselho Consultivo do Setor Privado (CONEX) da CAMEX.
<b>Daniel Feffer</b>	Membro do Conselho Deliberativo da ABDI.
<b>Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira</b>	Integra o Conselho de Administração do BNDES.
<b>Eugênio Emílio Staub</b>	Membro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI).
<b>Fábio Coletti Barbosa</b>	Membro do Conselho de Administração da Petrobrás (2003-2011).
<b>Fernando Xavier Ferreira</b>	Diretor geral Brasileiro da Itaipu Binacional e Presidente da Telepar; Foi Presidente da Telebrás e Secretário Executivo do Ministério das Comunicações do no governo FHC.
<b>Horácio Piva</b>	Tornou-se membro dos conselhos da FAPESP e da Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo (OSESP).
<b>Humberto Eustáquio César Mota</b>	Membro do Conselho Consultivo da ANAC. Foi Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico do Estado do Rio de Janeiro, Presidente da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, Chefe de Gabinete da Secretaria de Planejamento do Governo do Estado de Minas Gerais, Assessor Especial do Ministro de Estado da Fazenda, Fundador e Presidente da Agência Rio - Promoção, Desenvolvimento e Meio Ambiente e Presidente do Conselho de Administração da Companhia de Desenvolvimento Industrial do Rio de Janeiro.
<b>Ivo Rosset</b>	Membro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI).
<b>João Elísio Ferraz de Campos</b>	Foi Superintendente da Fundação Educacional do Paraná - FUNDEPAR, Secretário de Administração, Deputado Estadual pela ARENA, Vice-Governador, acumulando o cargo de Presidente do Banco de Desenvolvimento do Paraná S/A - BADEP, Secretário de Finanças, vindo a ser finalmente Governador do Estado do Paraná.
<b>Jorge Gerdau Johannpeter</b>	Membro do Conselho de Administração e Comitê de Sucessão e Remuneração da Petrobras, Membro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI). Membro do Conselho de Ciência e Tecnologia (MCT). Coordenador da Câmara de Gestão e Planejamento do Governo Federal. Presidente do Conselho do Prêmio Qualidade do Governo Federal.
<b>José Carlos Gomes Carvalho</b>	Foi Senador da República, Vice-Prefeito de Curitiba, Secretário de Estado do Trabalho e Relações do Emprego, Secretário de Estado da Indústria e Comércio.
<b>Joseph Couri</b>	Faz parte do Fórum Permanente da Micro e Pequena Empresa do MDIC e participou do Fórum Nacional do Trabalho, vinculado ao MTE.

<b>José Mendo Mizael de Souza</b>	Foi Diretor do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG.
<b>Luiz Aubert Neto</b>	Membro da Junta FINAME do BNDES, Conselheiro do CONEX - Conselho Consultivo do Setor Privado da CAMEX, Membro do Conselho de Agronegócio - CONSAGRO do MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
<b>Luiz Carlos Delben Leite</b>	Presidente do BNDES (1993). Membro do Conselho Monetário Nacional (1993). Membro do Conselho Administrativo das Empresas Energéticas do Estado de São Paulo - CESP – (1994). Membro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI).
<b>Marcelo Odebrecht</b>	Conselho Consultivo do Setor Privado (CONEX) da CAMEX.
<b>Marcos Jank</b>	Conselho Consultivo do Setor Privado (CONEX) da CAMEX.
<b>Maria Elvira Salles Ferreira</b>	Membro do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Foi secretária estadual de turismo no governo de Aécio Neves e deputada estadual e federal pelo PMDB-MG.
<b>Maurício Botelho</b>	Membro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI) e Conselho Consultivo do Setor Privado (CONEX) da CAMEX.
<b>Mauro Knijniki</b>	Vice-Presidente do BRDE; Secretário da Fazenda do Estado do RS; Presidente do Conselho de Administração do Banrisul; Presidente da Junta de Coordenação Financeira do Estado do RS.
<b>Miguel João Jorge Filho</b>	Entre 2007 e 2010 foi Ministro de Estado (MDIC).
<b>Oded Grajew</b>	Foi assessor especial do Presidente da República (2003).
<b>Olavo Machado Júnior</b>	No setor público, foi presidente da Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais (CETEC/MG), Secretário-Adjunto da Indústria e Comércio do Estado de Minas Gerais e membro do Conselho Curador da Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG). Membro do Conselho Deliberativo da ABDI.
<b>Paulo Godoy</b>	CNDI - Conselho Nacional para o Desenvolvimento Industrial - (Governo Federal); INVESTE SÃO PAULO - Membro do Conselho de Administração (Governo do Estado de São Paulo).
<b>Paulo Skaf</b>	Membro do Conselho Administração do BNDES.
<b>Paulo Simão</b>	Presidente da Empresa Mineira de Turismo-TURMINAS (1995-1998). Presidente do PSD/MG.
<b>Pedro Luiz Teruel</b>	Como deputado estadual do MS, na atual Legislatura, integra as Frentes Parlamentares de Defesa do Meio Ambiente e pelo Desenvolvimento Sustentável, de Apoio ao Agronegócio e ao Cooperativismo, em Prol da Educação Física, Esporte e Lazer, e em Apoio à Indústria. Foi Secretário de Estado de Habitação e Infraestrutura do MS. É filiado ao PT.
<b>Raymundo Magliano Filho</b>	Membro titular do Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional (1997 a 2001).
<b>Rinaldo Campo Soares</b>	Foi membro do Comitê Empresarial Permanente do Ministério das Relações Exteriores.
<b>Robson Braga de Andrade</b>	Membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado de Minas Gerais. Conselho Consultivo do Setor Privado (CONEX) da CAMEX.
<b>Rodrigo Loures</b>	Integra o CCT - Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia da Presidência da República, o Conselho Diretor do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, do MCT e representa a CNI no Conselho Deliberativo da ABDI - Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial.
<b>Roger Agneli</b>	Membro do Conselho de Administração da Petrobrás. Conselho Consultivo do Setor Privado (CONEX) da CAMEX.

Elaboração própria: Fontes: sites do CDES ([www.cdes.gov.br](http://www.cdes.gov.br)) e pesquisas na internet.

## ANEXO B

## Presença do Empresariado (e de seus Prepostos) no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (ingressos em 2003)

Conselheiros-Empresários	Trajetórias e Vinculações	Atividades Principais <sup>1</sup> e Tipos de Associações
1) Abílio Diniz	<p>Dono da Companhia Brasileira de Distribuição, que inclui as bandeiras de Varejo Alimentar, Pão de Açúcar e Extra, de Atacarejo, Assaí e de Eletro, Ponto Frio (Globex). Tornou-se também sócio majoritário das Casas Bahia, através da sua controlada Globex S/A. Membro do Conselho do Groupe Casino, varejista francês. Foi um dos fundadores da Associação Brasileira de Supermercados (ABRAS). Membro do Conselho Superior Estratégico da FIESP.</p> <p><b>Período: desde 13/02/2003</b></p>	<p>Comércio varejista e atacadista. Associações corporativas e setoriais.</p>
2) Alain Juan Pablo Belda	<p>Administrador de Empresas, graduado pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, trabalhou quatro décadas no Grupo Alcoa desde 1969, quando foi contratado pela subsidiária brasileira. Exerceu vários cargos na área financeira e de planejamento até ser nomeado Presidente da Alcoa Alumínio em 1979, assumindo a Vice Presidência da Alcoa na América Latina entre 1982 e 1991 e a Presidência entre 1991 e 1994, quando passou à Vice-Presidência Executiva da Alcoa Inc. Foi o principal executivo da Alcoa Inc. no período de maio de 1999 a maio de 2008, quando foi guindado a Presidente do Conselho de Administração.</p> <p><b>Período: 13/02/2003 a 04/09/2003</b></p>	<p>Mineração e produção de alumínio.</p>
3) Amarílio Proença de Macêdo	<p>Diretor-Presidente da J. Macêdo S/A, maior grupo nacional de moagem de trigo. Fundador do Instituto Equatorial de Cultura Contemporânea/Ceará, do Pacto de Cooperação/ Ceará e Co-fundador do Movimento Visão Brasil/S. Paulo. Ex-conselheiro da FIESP-Federação das Indústrias do Estado de S. Paulo e da FIEC-Federação das Indústrias do Estado do Ceará, é Conselheiro fundador do ‘-Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial e Conselheiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial - CNDI. Também é Membro do Comitê Gestor da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica/Ceará. Recebeu o Prêmio Cidadania do PNBE-Pensamento Nacional das Bases Empresariais e o Troféu Cidadania, FIEC-Federação das Indústrias do Estado do Ceará. Foi um dos fundadores do PSDB. Fundador do Instituto de Relações Universidade-Empresa (Uniemp). Membro do Instituto Fernand Braudel de economia mundial. Presidente da Associação de Moinhos de Trigo do Ceará. Presidente do SINDTRIGO – Sindicato das Indústrias do Trigo nos Estados do PA, PB, CE e RN.</p> <p><b>Período: desde 12/06/2003</b></p>	<p>Indústria de alimentos. Associações corporativas e societárias.</p>

4) Antoninho Trevisan	<p>Presidente da Trevisan Escola de Negócios e do conselho Consultivo da BDO-Trevisan Auditores. Em 1999 deu início a Faculdade Trevisan (Trevisan Escola de Negócios), que se tornou referência nacional em gestão empresarial e ciências contábeis. É presidente da Academia Brasileira de Ciências Contábeis e membro da ANE - Academia Nacional de Economia. É membro do Centro de Integração Empresa-Escola e da Comissão de Arbitragem da BMF&amp;Bovespa. É membro do Conselho de Altos Estudos de Finanças e Tributação da Associação Comercial de São Paulo e do Conselho Superior de Economia da FIESP. Fundou e preside a ONG Ação Fome Zero dedicada à merenda Escolar. Possui mais de 300 artigos e trabalhos publicados em revistas e jornais do Brasil e do exterior; é autor do livro Empresários do Futuro. Membro do Conselho Titular – Representante da Sociedade Civil do Movimento Brasil Competitivo. Presidente do Conselho do Programa da Qualidade no Serviço Público, vinculado ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.</p> <p><b>Período: desde 13/02/2003</b></p>	<p>Consultoria empresarial. Vinculações com o Estado restrito. Setor financeiro. Associações corporativas, setoriais e societais.</p>
5) Benjamin Steinbruch	<p>Presidente da Companhia Siderúrgica Nacional. Presidente do Grupo Vicunha. Em 1995 foi eleito presidente do Conselho de Administração da CSN. Presidiu o Conselho de Administração da Vale durante três anos; foi presidente dos Conselhos de Administração da Light e da Metropolitana, além de participar dos Conselhos de Administração do BNDES, Petrobrás e CETESB. Proprietário do Banco Fibra. Membro do Conselho do IEDI. Membro do Conselho Superior Estratégico da FIESP (hoje é vice-presidente).</p> <p><b>Período: de 13/02/2003 a 13/05/2007</b></p>	<p>Metalurgia e Siderurgia. Setor Têxtil. Setor Financeiro. Vinculações com o Estado restrito. Associações corporativas e societais.</p>
6) Cosette Alves	<p>Empresária, ex-proprietária do Mappin. Presidente da Fundação Inter-Americana de Cultura e Desenvolvimento e do Conselho de Administração do Museu da Imagem e do Som de São Paulo. Membro do Conselho de Empresários da América Latina (CEAL). Presidente da CDEA Participações LTDA. Membro fundador da Academia Brasileira de Cinema.</p> <p><b>Período: de 13/02/2003 a 28/07/2004</b></p>	<p>Comércio varejista. Associações societais.</p>
7) Daniel Feffer	<p>Vice-Presidente Corporativo da Suzano Holding S/A e Membro do Conselho de Administração da Suzano Papel e Celulose, Conselheiro Quotista da MDS Corretora e Administradora de Seguros. Presidente da Fundação Filantrópica Arymax, além de ter presença em vários Conselhos de empresas. Presidente do Instituto Ecofuturo, Membro do Conselho do Instituto Ethos de Responsabilidade Social, Membro do Conselho da FIESP, Membro do Conselho da TNC - The Natural Conservancy; Membro Fundador do Conselho de Governança e Fundador do Movimento Todos Pela Educação, Membro do Conselho do MBC - Movimento Brasil Competitivo, Membro do Conselho do IEDI - Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial. Membro da Câmara de Mantenedor do Instituto Millenium. Membro do Conselho Deliberativo da ABDI (MDIC).</p> <p><b>Período: desde 13/02/2003</b></p>	<p>Indústria de Papel e Celulose. Setor Financeiro. Vinculação com o Estado restrito. Associações corporativas e societais.</p>
8) Eduardo Eugênio Gouvêa	<p>Ocupa nas Empresas Petróleo Ipiranga o cargo de Membro do Conselho Superior. Presidente de Sistema da</p>	<p>Indústria petroquímica. Setor</p>

Vieira	<p>Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro – Firjan e Presidente do Centro Industrial do Rio de Janeiro (Cirjan). Também integra o Conselho de Administração do BNDES. Foi membro dos Conselhos de Administração do Banco Sogeral S.A. e Boa Esperança S.A. Foi presidente da Associação Brasileira da Indústria Química e Derivados (Abiquim). No setor químico foi presidente do Cons. de Adm. da Cia Petroquímica do Sul (Copesul), da Ipiranga Petroquímica, SA, da Petroquim SA, da Prochrom Indústrias Químicas SA, da Carbonatos do Nordeste SA, da Associação Brasileira da Indústria da Química Fina (ABINFINA). Delegado do Sindicato da Indústria de Produtos Químicos para Fins Industriais do Estado do Rio de Janeiro (SINQUIRJ), Vice-presidente da Associação Petroquímica Latino-Americana (APLA) e presidente do Conselho Permanente de Política Econômica da CNI. Foi coordenador do PNBE e vice-presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro. Membro do Conselho Consultivo da Associação Saúde Criança. Vice-presidente da Sociedade Brasileira pró-inovação tecnológica (PROTEC). Foi um dos coordenadores do PNBE.</p> <p><b>Período: de 13/02/2003 a 13/05/2007</b></p>	<p>financeiro. Vinculações com o Estado restrito.</p> <p>Associações corporativas, setoriais e societais.</p>
9) Eugênio Emílio Staub	<p>Presidente da Gradiente. Foi Presidente IEDI - Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial e atual membro do Conselho; Fundador, primeiro Presidente e atual membro do Conselho da Eletros (Associação Nacional dos Fabricantes de Produtos Eletro-Eletrônicos) e é ainda membro do CEAL (Conselho de Empresários da América Latina). Membro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI). Foi membro Consultivo da Accenture e da FIESP.</p> <p><b>Período: de 13/02/2003 a 13/05/2007</b></p>	<p>Fabricação de eletroeletrônicos. Vinculações com o Estado restrito. Associações corporativas, setoriais e societais.</p>
10) Fábio Coletti Barbosa	<p>Presidente da FEBRABAN. Membro do Conselho de Administração da Petrobrás. Presidente do Banco ABN AMRO no Brasil (1996). Presidente do Banco Real (1998). Presidente do Grupo Santander Brasil, formado pelo Banco Santander e o Banco Real (2008). A partir de 1986 passou 7 anos no Citibank, tendo atuado nas áreas de Controle, Planejamento, Tesouraria e Corporate Finance. De 1993 a 1995 foi Presidente da LTCB Latin America Ltda (uma subsidiária Brasileira do The Long Term Credit Bank of Japan). Professor na Fundação Getúlio Vargas, nas áreas de Mercado de Futuro e Derivativos. Membro do Instituto Empreender Endeavor (ONG que estimula o empreendedorismo). Presidente do Conselho Deliberativo da Associação Brasileira de Bancos Internacionais (ABBI). Membro do Conselho de Administração da Petrobrás (2003-2011). Membro do Conselho de Governança e Fundador do Movimento Todos pela Educação.</p> <p><b>Período: desde 13/02/2003</b></p>	<p>Setor Financeiro/Bancário.</p> <p>Vinculações com o Estado restrito. Associações corporativas, setoriais e societais.</p>
11) Fernando Roberto Moreira Salles	<p>Diretor da CBMM - Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração, da Companhia das letras e Presidente do Instituto Moreira Salles. Vice-Presidente do Conselho de Administração da E. Johnston Representação e Participações S.A (2005-2009). Presidente do Conselho de Administração da Brasil Warrant Administração de bens e Empresas S.A. desde 1988; Diretor Superintendente da Editora Scharcz Ltda desde 1988. Membro</p>	<p>Minação e Metalurgia. Setor Financeiro/Bancário. Associações corporativas e societais.</p>

	<p>dos conselhos de administração da Fundação Getúlio Vargas, da Fundação Roberto Marinho, da Fundação Abrinq pelos Direitos das crianças e de Vitae - Apoio à Cultura, Educação e Promoção Social.</p> <p><b>Período: de 13/02/2003 a 13/05/2007</b></p>	
12) Fernando Xavier Ferreira	<p>Presidente do Grupo Telefônica do Brasil. Membro do Comitê Latino Americano da Bolsa de Nova York (NYSE) e da Comissão Global de Infraestrutura de Informação (GIIC). Diretor-superintendente da Companhia de Cimento Itambé, Diretor geral Brasileiro da Itaipu Binacional e Presidente da Telepar; Foi Presidente da Telebrás no governo FHC; Secretário Executivo do Ministério das Comunicações do mesmo governo; Membro do Conselho de Administração da Embratel, da Telerj e da Telesp o qual assumiu a presidência do conselho de Administração (já adquirida pela Telefônica de Espanha no Brasil); Tornou-se o principal executivo da Telefônica de Espanha no Brasil e também presidente da Tele Sudeste Celular Participações; Presidente da Northern Telecom do Brasil e da Interunion Tradiang S.A.; Presidente do Conselho Superior de Infraestrutura da FIESP – COINFA; Membro do Conselho de Administração da Triunfo Participações e Investimentos. Membro do Conselho de Administração da Sociedade de Cultura Artística; Presidente do Conselho Curador da Fundação Telefônica. Membro da Diretoria da Associação Brasileira de Infraestrutura e Indústrias de Base (ABDIB); Membro do Conselho de Administração do Grupo Ouro Verde. Membro do Conselho Consultivo da Associação de Assistência à Criança Deficiente (AACD); Presidente do Conselho de Administração da Vivo.</p> <p><b>Período: de 13/02/2003 a 13/05/2007</b></p>	<p>Setor de Telecomunicações. Setor Financeiro. Vinculações com o Estado restrito.</p> <p>Associações corporativas e societais.</p>
13) Gabriel Ferreira	<p>Membro do Conselho de Administração do Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A., da Unibanco AIG Seguros S.A., da BWU Comércio e Entretenimento Ltda., do Instituto Unibanco; Membro do Conselho de Administração e Diretor Executivo do Instituto Moreira Salles; Membro do Conselho de Administração e Diretor da E.Johnston Representação e Participações S.A.; Diretor da E. Johnston Participações Ltda. Atua, ainda, nas seguintes empresas: (i) Presidente da CNF – Confederação Nacional das Instituições Financeiras e da CONSIF – Confederação Nacional do Sistema Financeiro; (ii) Presidente do Conselho de Administração da Investe Brasil – Agência Promotora de Investimentos; (iii) Membro do Conselho Consultivo da BM&amp;F, Bolsa de Mercadorias e Futuro; e (iv) Membro do Conselho Deliberativo do Apoio Fome Zero. Foi Presidente da Febraban.</p> <p><b>Período: de 13/02/2003 a 25/08/2009</b></p>	<p>Setor Financeiro/Bancário. Associações corporativas e societais.</p>
14) Gustavo Carlos Marin Garat	<p>Executivo do Corporate &amp; Investment Bank and Consumer Bank no Citibank Brasil. Assumiu essa posição em março de 1998. Marin começou sua carreira no Citibank Uruguai em 1981 na área de Corporate Banking, ocupado varias funções na organização. Entre 1993 e 1995, Gustavo Marin foi o Presidente do Citibank Paraguai. Durante esses anos, foi Presidente da Associação de Bancos do Paraguai. Em 1996, tornou-se Presidente do Citibank no Peru. Diretor da FEBRABAN.</p>	<p>Setor Financeiro/Bancário. Associações corporativas.</p>

	<b>Período: de 13/02/2003 a 13/05/2007</b>	
15) Horácio Piva	<p>Acionista e membro do Conselho de Administração da Klabin S/A, Presidente dos Conselhos da Bracelpa- Associação Brasileira de Papel e Celulose e da AACD – Associação de Assistência à Criança Deficiente. Ex-presidente da Fiesp- Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. Presidiu também o Sebrae. Foi presidente do Conselho da Bracelpa - Associação Brasileira de Papel e Celulose até 2011. Participou do Conselho da Semco S/A e da BTSP. Presidiu o Instituto DNA Brasil e o Conselho Temático de Economia da CNI. Membro do Conselho Fiscal e Fundador do Movimento Todos pela Educação. Tornou-se membro dos conselhos da FAPESP, da Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo (OSESF), além de outros conselhos ligados à indústria, educação e saúde. Presidente do Conselho de Administração da Associação de Assistência à Criança Deficiente (AACD).</p> <p><b>Período; de 13/02/2003 a 25/08/2009</b></p>	Indústria de Papel e Celulose. Vinculações com o Estado restrito. Associações corporativas, setoriais e societais.
16) Ivo Rosset	<p>Empresário do Setor Têxtil. Presidente das Empresas do Grupo Rosset, formado, dentre outras, pela Rosset Cia Ltda, Indústria de tecidos, Valisère Indústria e Comercio, Cia. Maritima.- Indústria de moda praia e Rosset do Nordeste Ltda. Membro do Conselho Consultivo da Associação Brasileira de Indústria Têxtil (ABIT) e Sindi Têxtil, do Conselho Consultivo da FIESP, do C.E.A.L. Conselho de Empresários da América Latina (CEAL), do IEDI Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI).</p> <p><b>Período: desde 13/02/2003</b></p>	Indústria têxtil. Vinculações com o Estado restrito.  Associações corporativas, setoriais e societais.
17) Jorge Gerdau Johannpeter	<p>Presidente do Conselho de Administração da Gerdau. Presidente fundador do Movimento Brasil Competitivo (MBC) e coordena a Ação Empresarial, organizações voltadas para a promoção da competitividade das empresas e órgãos governamentais. Presidente do Conselho Superior do Programa Gaúcho da Qualidade e Produtividade (PGQP) e integra Fundação Nacional da Qualidade (FNQ) e a International Academy for Quality (IAQ). Membro do Conselho-Diretor do International Iron and Steel Institute (IISI); Presidente do Conselho de Governança e Fundador do Movimento Todos Pela Educação. Presidente da fundação Iberê Camargo. Membro do Conselho da Parceiros Voluntários, da Fundação Bienal do Mercosul e e do Conselho da Parceiros Voluntários. Membro do Conselho Diretor e do Comitê Executivo do World Steel Association, do Conselho do Instituto Brasileiro de Siderurgia (IBS) e do Conselho do Instituto Aço Brasil (IABr). Membro do Conselho de Administração e Comitê de Sucessão e Remuneração da Petrobras, do Conselho Superior Estratégico da FIESP. A partir de 2009, passou a integrar o conselho consultivo do escritório brasileiro do David Rockefeller Center for Latin American Studies, mantido pela Universidade de Harvard. Presidente do Conselho de Administração de Açominas. Fundador do Instituto de Relações Universidade-Empresa (Uniemp). Membro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI). Membro do Conselho de Administração da Petrobrás. Membro da Câmara de Mantenedor do Instituto Millenium. Coordenador da Câmara de Gestão e Planejamento do Governo Federal. Presidente do Conselho do Prêmio</p>	Metalurgia e Siderurgia. Setor Financeiro. Vinculações com o Estado restrito.  Associações corporativas, setoriais e societais.

	Qualidade do Governo Federal. Membro do Fórum de Líderes. <b>Período: desde 13/02/2003</b>	
18) José Augusto Marques	Presidente da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (ABDIB). Vice-Presidente da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (ABINEE). Diretor da FIESP. <b>Período: de 13/02/2003 a 28/07/2004</b>	Diversos ramos/setores. Associações corporativas e setoriais.
19) José Carlos Bumlai	Pecuarista. Membro do Conselho Diretor do Grupo Itamarati (desde 1985). Membro do Conselho Diretor da Constran S.A - Construções e Comercio - 1987/2002. Associação Nacional dos Produtores e Processadores de Carne e Couro de Qualidade - (Vice Presidente Administrativo). Vice-Presidente da ACRISSUL - Associação dos criadores do Mato grosso do Sul. Membro do Conselho Diretivo da Ação Fome Zero. Fórum de Líderes. <b>Período: desde 13/02/2003</b>	Pecuária. Construção civil e Comércio. Associações setoriais e societais.
20) José Carlos Gomes Carvalho	Foi Presidente da Federação da Indústria do Paraná (FIEP). Foi Presidente da Associação Brasileira de Revendedores Autorizados de Veículos Automotores (ABRAVE) e da Federação Nacional de Revendedores Autorizados de Veículos Automotores (FENABRAVE); Associação Nacional dos Coletivos de Empresários e Empreendedores Afro-Brasileiros – ANCEABRA. Presidente da Associação Latino-americana de Distribuidores de Automotores (ALADDA). Foi Senador da República, Vice-Prefeito de Curitiba, Secretário de Estado do Trabalho e Relações do Emprego, Secretário de Estado da Indústria e Comércio. Vice-presidente da Confederação Nacional da Indústria - CNI e presidia o SEBRAE-PR. <b>Período: de 13/02/2003 a 13/11/2003</b>	Comércio de veículos. Vinculações com o Estado restrito.  Associações corporativas, setoriais e societais. Abriga empresas de k nacional e estrangeiro.
21) Joseph Couri	Empresário, Presidente da ASSIMPI Associação Nacional dos SIMPI e Sindicato da Micro e Pequena Indústria do Tipo Artesanal do Estado São Paulo. Faz parte do Fórum Permanente da Micro e Pequena Empresa do MDIC e participou do Fórum Nacional do Trabalho, vinculado ao MTE. Participou de movimentos e foros de estudo, pesquisa, debates e consulta, dentre os quais se destacam: Ação Empresarial; Fórum da Cidade de São Paulo; Fórum da Cidadania; Movimento pelas Reformas; Membro fundador do PNBE; CIESP; Simefre; Abifa, etc. <b>Período: desde 13/02/2003</b>	Diversos ramos de atividade. Vinculações com o Estado restrito. Associações corporativas, setoriais e societais.
22) José Luis Cutrale	É Presidente da Sucocítrico Cutrale. Membro da Diretoria da Cutrale North América, Inc., da Cutrale Citrus Juice Inc. e da Citrus Products Inc. e Membro da Associação Brasileira dos Exportadores de Cítricos – ABECITRUS. <b>Período: de 13/02/2003 a 25/08/2009</b>	Cultivo e industrialização de suco de laranja. Associação setorial.
23) José Mendo Mizael de Souza	Proprietário, desde 2006, da J. Mendo Consultoria. Presidente do Conselho Diretor e da Diretoria da	Mineração. Consultoria

	<p>APROMIN – Associação Brasileira para o Progresso da Mineração, Presidente do Conselho Empresarial de Mineração e Siderurgia da Associação Comercial de Minas – ACMinas e Presidente do CEAMIN – Centro de Estudos Avançados em Mineração. Diretor, Secretário Executivo e Vice Presidente Executivo do Instituto Brasileiro de Mineração – IBRAM, por cerca de 30 anos. Foi Diretor do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG; Superintendente de Desenvolvimento da S.A Mineração da Trindade – SAMITRI, empresa à época pertencente ao Grupo Belgo Mineira (hoje Arcelor Mittal); Membro (Titular) do Conselho Temático de Meio Ambiente da CNI; Conselheiro Suplente do CONAMA; Conselheiro do COPAM-MG, Vice-Presidente do Organismo Latinoamericano de Mineração – OLAMI; Diretor da SIM – Sociedade Interamericana de Mineração; Representante da Mineração brasileira no ICMM – Internacional Council on Mining and Metals;. Consultor do Ministério de Minas e Energia – MME.</p> <p><b>Período: de 13/02/2003 a 13/05/2007</b></p>	<p>empresarial. Vinculações com o Estado restrito. Associações corporativas e setoriais.</p>
24) Luiz Carlos Delben Leite	<p>Empresário, diretor presidente da Manig S/A - Fort Knox - Sistemas de Segurança S/C Ltda; FK Comércio de Produtos de Segurança e Serviços Ltda; Fort Knox Tecnologia de Segurança Ltda; Fort Invest - Fomento Mercantil Ltda. Fundador vice-presidente e Presidente da ABIMEG - 1977/78 - 1983/86. Presidente da ABIMAQ - 1986/89 e reeleito 1989/92 - 1998/2001 - 2001/2004. Presidente do Sindicato Nacional da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Sindimaq). Presidente do Instituto de Pesquisa Tecnológicas do Estado de São Paulo - IPT (1989-91). Membro do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (1990-91). Secretário de Estado da Ciência e Tecnologia e Desenvolvimento Econômico e Social de São Paulo (1991-1993). Presidente do BNDES (1993). Membro do Conselho Monetário Nacional (1993). Membro do Conselho Administrativo das Empresas Energéticas do Estado de São Paulo - CESP – (1994). Fundador e presidente da PROTEC -Sociedade Brasileira Pró-Inovação Tecnológica por diversas gestões consecutivas. Membro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI). Membro Fundador do PNBE. Fórum de Líderes.</p> <p><b>Período: de 13/02/2003 a 25/08/2009</b></p>	<p>Setor financeiro. Comércio. Serviços de Segurança. Associações corporativas, setoriais e societais. Vinculações com o Estado restrito.</p>
25) Luiz Otávio Gomes	<p>Dono da LOG - Negócios e Consultoria Ltda, uma empresa de consultoria voltada para as soluções empresariais. Foi Diretor financeiro-comercial, do Grupo João Lyra (grupo usineiro de AL). Foi membro do Conselho de Administração do Grupo, e eleito diretor da ASSUCAL - Associação dos Produtores Independentes de Açúcar e Alcool de Alagoas. Presidente da Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACEB). Fórum de Líderes.</p> <p><b>Período: de 13/02/2003 a 13/05/2007</b></p>	<p>Agroindústria. Consultoria empresarial. Associações setoriais.</p>
26) Luftala Bitar	<p>Presidente da Empresa ESTACON ENGENHARIA S.A., desde 1969. Vice-presidente da Associação Comercial do Estado do Pará, Cônsul Honorário da República do Chile em Belém; Membro do Conselho Diretor do Instituto de Artes do Pará; Membro do Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico; e Membro do Conselho Curador da Galeria de Artes da Universidade da Amazônia. Recebeu vários Títulos, Honrarias e Condecorações.</p>	<p>Serviços de Engenharia. Associação setorial.</p>

	<b>Período: de 12/06/2003 a 25/08/2009</b>	
27) Márcio Artur Cypriano	<p>É funcionário de carreira do Bradesco, do qual é presidente desde 1999. Em 1999, sucedeu Lázaro de Mello Brandão na presidência do banco. Em 2002, passou a integrar o Conselho de Administração da instituição. Cypriano era membro do conselho diretor da FEBRABAN - Federação Brasileira das Associações de Bancos desde fevereiro de 2001. O executivo presidiu o BCN entre 1998 e 1999 para conduzir a integração do banco ao Bradesco. Além de presidente do banco, participa da administração da Bradesco Seguros, da Fundação Bradesco e da BCN Leasing, entre outras empresas do grupo. Também preside a Bradesco Asset Management, empresa de administração de recursos do banco criada em 2001. Diretor Colaborador da Associação Parceria Contra as Drogas. Fórum de Líderes.</p> <p><b>Período: de 13/02/2003 a 13/05/2007</b></p>	Setor Financeiro/Bancário. Associações corporativas, setoriais e societais.
28) Márcio Lopes de Freitas	<p>Presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). Sua participação direta no cooperativismo teve início em 1994, nas diretorias da Cooperativa de Cafeicultores e Agropecuaristas (Cocapec) e da Cooperativa de Crédito Rural (Credicopec), nas quais atuou como presidente. Sua contribuição para o desenvolvimento do cooperativismo teve continuidade na gestão frente à Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo (Ocesp), entre 1997 e 2001, e, finalmente, como representante máximo do setor, no exercício de presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e também do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop), desde 2001.</p> <p><b>Período: desde 13/02/2003</b></p>	Agroindústria. Setor financeiro. Associações setoriais.
29) Maurílio Biagi Filho	<p>Presidente do Grupo Maubisa. Empresário do setor sucroalcooleiro no Brasil. Possui participação acionária em sete usinas de cana-de-açúcar no interior paulista e no Triângulo Mineiro. Além de Presidente do Grupo Maubisa, acumula as funções de Presidente do Conselho da Usina Moema Participações S.A. Como Conselheiro, atua em importantes instituições: ABDIB - Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base, AMCHAM - Câmara Americana de Comércio, WTC - World Trade Center de São Paulo, UNICA - União da Indústria de Cana-de-açúcar, Conselho Superior de Meio Ambiente (COSEMA) e de Agronegócio (COSAG) da FIESP, Conselho da ABIMAQ/ SINDIMAQ, Conselho das Indústrias Metalúrgicas Pescarmona S.A (IMPSA-Argentina), Conselho da Sociedade Corretora de Álcool (SCA), Conselho Empresarial da América Latina (CEAL), Conselho de Sustentabilidade e Responsabilidade Social da FIEMG, Fórum de Líderes Empresariais e do Mercosul, Conselheiro da União da Indústria da Cana-de-Açúcar (ÚNICA).</p> <p><b>Período: desde 13/02/2003</b></p>	Agroindústria. Associações corporativas e setoriais.
30) Mauro Knijniki	<p>Vice-Presidente do Grupo Iochpe-Maxion S/A. Presidente da Desenvolvimento Empreendimentos e Participações Ltda (DEP), Presidente da Associação Comercial do Rio Grande do Sul. Vice-Presidente do BRDE; Secretário da Fazenda do Estado do RS; Presidente do Conselho de Administração do Banco do</p>	DEP: Consultoria empresarial. Construção Civil. Iochpe-Maxion: produção de

	<p>Estado do RS - Bannisul; Presidente da Junta de Coordenação Financeira do Estado do RS; Presidente da Grão Social Cidadania Empresarial, Presidente da Federação das Associações Empresariais e de Serviços do RS, Coordenador do Instituto Ethos no RS, membro da Fundação Semear.</p> <p><b>Período: de 13/02/2003 a 14/02/2005</b></p>	<p>componentes automotivos e vagões ferroviários Setor Financeiro/Bancário. Vinculações com o Estado restrito. Associações corporativas e societais.</p>
31) Miguel João Jorge Filho	<p>Vice-presidente Executivo de RH, Assuntos Corporativos e Jurídicos do Grupo Santander Banespa (2002 a março 2007). Vice-presidente Executivo de Assuntos Corporativos do Grupo Santander Banespa (2001). Vice-presidente de Assuntos Corporativos de Negócios Jurídicos da Volkswagen do Brasil (1998-2000). Vice-presidente de Recursos Humanos e Assuntos Corporativos da Volkswagen do Brasil (1995-1998). Vice-presidente de Assuntos Corporativos – Autolatina Brasil S.A. – (1989/1995). Presidente da Comissão de Comunicação da FEBRABAN. Vice-presidente da FEBRABAN (2001-2005) e membro do C.A. da CESP. Vice-presidente da ANFAVEA (1987-2000); Diretor do CIESP (1996-2000). Presidente do Conselho Consultivo da ABI de 1990-1994; Membro do Conselho Consultivo da Associação Brasileira de Comunicação Empresarial (1990-1998). Membro do Conselho Editorial (2000-2006) e do Conselho Consultivo (2006-2007) do Grupo ‘O Estado de S.Paulo’. Entre 2007 e 2010 foi Ministro de Estado (MDIC).</p> <p><b>Período: de 13/02/2003 a 01/01/2011</b></p>	<p>Setor Financeiro/Bancário. Fabricação de veículos. Vinculações com o Estado restrito.</p> <p>Associações corporativas, setoriais e societais.</p>
32) Milu Villela	<p>Itaúsa – Investimentos Itaú S.A.: Vice-Presidente do Conselho de Administração desde de 2001. Itaú Unibanco Holding S.A.: Membro do Conselho de Administração de 2003 a 2008, Presidente do Museu de Arte Moderna de São Paulo (MAM) desde dezembro de 1994, do Instituto Itaú Cultural, desde maio de 2001 e Fundadora e Presidente da Associação Comunitária Despertar desde abril de 1994; Faça Parte – Instituto Brasil Voluntário desde outubro de 2000 e do Centro do Voluntariado de São Paulo, desde maio de 1997. Membro do Conselho de Governança e Fundadora do Movimento Todos pela Educação. Membro do Conselho de Administração da Sociedade de Cultura Artística. Diretora da Associação Parceria Contra as Drogas.</p> <p><b>Período: de 13/02/2003 a 13/05/2007</b></p>	<p>Setor Financeiro/Bancário. Associações societais.</p>
33) Omilton Visconde Júnior	<p>Presidente da Federação Brasileira da Indústria Farmacêutica – FEBRAFARMA.</p> <p><b>Período: de 13/02/2003 a 13/05/2007</b></p>	<p>Indústria farmacêutica. Associação corporativa.</p>
34) Paulo Skaf	<p>Empresário, membro do Conselho da Springs Global Participações e Vice-Presidente do Conselho de Administração da Paramount Lansul S/A. Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo</p>	<p>Indústria têxtil. Vinculações com o Estado restrito.</p>

	<p>(Fiesp); Presidente do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp); Presidente do Serviço Social da Indústria (SESI), do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), em São Paulo e Presidente do Instituto Roberto Simonsen - IRS; exerce ainda a Primeira Vice-Presidência da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Presidiu também o Conselho Deliberativo do SEBRAE/SP, SINDITEXTIL - Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem do Estado de São Paulo e a ABIT - Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção. Foi membro do Conselho Administrativo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. Vice-presidente da Sociedade brasileira pró-inovação tecnológica (PROTEC).</p> <p><b>Período: de 13/02/2003 a 31/03/2010</b></p>	<p>Associações corporativas, setoriais e societais.</p>
35) Paulo Simão	<p>Atual Presidente da Câmara Brasileira da Indústria de Construção (CBIC) e diretor presidente da Wady Simão-Construções e Incorporações LTDA. Foi presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado de Minas Gerais-Sinduscon/MG (1986-1992); Vice-presidente da Federação das Indústrias de Minas Gerais-FIEMG (1989-1995); Presidente da Empresa Mineira de Turismo-TURMINAS, (1995-1998); Presidente do PSD/MG. Membro do Conselho Fiscal da Sociedade Mineira dos Engenheiros-SME (2002 a 2005).</p> <p><b>Período: desde 13/11/2003</b></p>	<p>Indústria da construção. Vinculações com o Estado restrito. Associações corporativas.</p>
36) Paulo Velinho	<p>Fundador e Membro do Conselho da Associação do Aço do RGS. Foi Diretor Presidente da Springer S/A, da Springer Carrier do Nordeste, da Springer National da Amazônia e da Springer Amazônia Refrigeração S/A. Foi, também, Diretor Presidente da ABINEE - Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica, Presidente do SINAES - Sindicato das Industrias Elétricas, Eletrônicas e Similares do Estado de São Paulo e Presidente da ASGAV - Associação Gaúcha de Avicultura. Atualmente é Membro do Conselho Fiscal da Fundação Irmão José Otão - Universidade Católica Rio grande do Sul, Diretor Presidente da Paulo Vellinho Consultores Associados, Mesário Efetivo da Mesa Administrativa da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de POA e Presidente do Conselho da Fundação Pão dos Pobres. Foi presidente da Fiergs — Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul, na década de 70.</p> <p><b>Período: desde 13/02/2003</b></p>	<p>Indústria eletroeletrônica. Consultoria empresarial. Associações corporativas, setoriais e societais.</p>
37) Pedro Jereissati	<p>Atua no Grupo Jereissati desde 1995, quando entrou na área de operações do grupo na Empresa de Shopping Centers S.A. Atuou como Diretor de Novos Negócios da Jereissati Participações S.A de abril de 2001 até junho de 2006, e como Diretor Financeiro da Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. até abril de 2008. Foi também membro do Conselho de Administração da Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. desde janeiro de 2007 e da Jereissati Participações S.A. desde abril de 2008. Diretor da empresa de Telecomunicações do Grupo, a LF Tel S.A., desde maio de 2006. Presidente e Diretor de Relações com Investidores da Telemar Participações S.A., e é membro do Conselho de Administração da Telemar Participações S.A., da Tele Norte Leste Participações S.A. e da Contax Participações S.A.</p> <p><b>Período: de 13/02/2003 a 28/07/2004</b></p>	<p>Setor de telecomunicações. Setor de construção. Empresa full service em shoppings centers. Comércio.</p> <p>NÃO CONSTAM ASSOCIAÇÕES</p>

38) Pedro Luiz Teruel	Empresário do ramo da aviação agrícola em MS, proprietário da Teruel Viação Agrícola Ltda. Coordenador Nacional da Associação Brasileira de Empresários pela Cidadania – CIVES. Participou em 1978 da Fundação do atual SINDAG - Sindicato Nacional das Empresas de Aviação Agrícola, sendo eleito em 1979 o primeiro Presidente da Federação Nacional de Aviação Agrícola. Exerceu os mandatos de Vice-Presidente e de Presidente da Associação Centro-Oeste de Aviação Agrícola, nos anos de 1980 e 1989 respectivamente. No ramo da aviação agrícola, nos anos de 2000/2002 foi Vice-Presidente do Sindicato Nacional das Empresas de Aviação Agrícola. Concomitantemente às suas atividades empresariais, em 1997, assumiu a Representação Estadual da Associação Brasileira de Empresários pela Cidadania – CIVES, sendo em 2002, eleito o seu Primeiro Coordenador Nacional. Como deputado estadual do MS, na atual Legislatura, integra as Frentes Parlamentares de Defesa do Meio Ambiente e pelo Desenvolvimento Sustentável, de Apoio ao Agronegócio e ao Cooperativismo, em Prol da Educação Física, Esporte e Lazer, e em Apoio à Indústria. Foi Secretário de Estado de Habitação e Infraestrutura do MS. <b>Período: de 13/02/2003 a 14/02/2005</b>	Setor Aviação Agrícola e proprietário rural.  Vinculações com o Estado restrito. Associações corporativas, setoriais e societais.
39) Raymundo Magliano Filho	Presidente do Instituto de Responsabilidade Social e Ambiental. Presidente da BM&FBOVESPA. Acumula uma intensa participação em entidades de classe: vice-presidente da Associação Comercial de São Paulo (1989 a 1995), ex-superintendente do Conselho dos Jovens Empresários da Associação Comercial, vice-presidente da Bovespa (1997 a 2001) e membro titular do Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional (1997 a 2001). Membro do Conselho Nac. do Instituto Liberal. Fórum de Líderes. <b>Período: de 13/02/2003 a 25/08/2009</b>	Setor Financeiro. Comércio. Vinculações com o Estado restrito. Associações corporativas, setoriais e societais.
40) Ricardo Luiz dos Santos Carvalho	Presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA) <b>Período: de 13/02/2003 a 28/07/2004</b>	Fabricação de veículos. Associações corporativas
41) Ricardo Young Silva	Proprietário da Escola de Idiomas Yazigi Internexus. Presidente do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social. Foi fundador da Associação Brasileira de Franchising (ABF). Foi presidente da ABF. Young é ainda coordenador do World Business Academy, Coordenador Nacional do PNBE, fundador e conselheiro da Transparência Brasil e do Instituto Akatu pelo consumo consciente. É presidente do centro brasileiro de filosofia para criança e sócios estatutário da ação educativa. Membro ativo de diversas ONGs, tem profundo envolvimento com o terceiro setor. Membro do Conselho de Governança e Fundador do Movimento Todos pela Educação. <b>Período: de 13/02/2003 a 13/05/2007</b>	Ensino de Idiomas. Associações setoriais e societais.
42) Rinaldo Campo Soares	Presidente das Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais (Usiminas). Membro do Cons. Adm. da CENIBRA. Diretor Presidente da Federação de Indústrias do Estado de Minas Gerais. Exerceu, cumulativamente, funções de conselheiros em diversas Empresas, Fundações, Órgãos Governamentais e Entidades Representativas de Classe, nacionais e internacionais. <b>Período: de 13/02/2003 a 13/05/2007</b>	Metalurgia e Siderurgia. Associações corporativas.  Vinculação ao Estado restrito.

43) Roberto Egydio Setubal	<p>Presidente e Diretor Geral do Banco Itaú. Durante o período de 1983 e 1984, deixou o Banco Itaú para atuar no CitiBank. Presidente da Federação Nacional de Bancos – FEBRABAN (1997-2000). Membro da Conferência Monetária Internacional, setor Latino Americano, IIF International Finance e do Steering Committee, Crisis Prevention and Capital Adequacy. Em 2002 tornou-se membro do Comitê Consultivo Internacional de NY do Federal Reserve Bank. Membro do Conselho Consultivo do Instituto Ethos, que atua em parceria com a Fundação Ford e a Fundação Kellogg, entre outras. É membro fundador e Presidente da Comissão Executiva do Programa Itaú Social que tem desenvolvido vários projetos de cunho social, em parceria com o UNICEF e outras organizações não governamentais. É membro do Conselho Executivo do Instituto Itaú Cultural.</p> <p><b>Período: de 13/02/2003 a 13/05/2007</b></p>	Setor Financeiro/Bancário. Associações corporativas e societais.
44) Robson Braga de Andrade	<p>Diretor-Presidente da ORTENG Equipamentos e Sistemas LTDA, empresa brasileira, fornecedora de Sistemas Integrados de Energia e Automação, atuando nos segmentos de energia, petróleo, gás, mineração, siderurgia, saneamento, telecomunicações e transportes. Presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Exerceu a presidência do Sistema FIEMG – Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais; gestão 2002/2006 e 2006/2010. Membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado de Minas Gerais. Membro do Conselho Consultivo do Setor Privado (CONEX) da CAMEX. Participou do Programa de Gestão Estratégica para Dirigentes Empresariais pela Fundação Dom Cabral e INSEAD / França (1999).</p> <p><b>Período: desde 06/09/2010 e de 13/02/2003 a 25/08/2009</b></p>	Indústria com atuação em diversos setores. Vinculações com o Estado restrito. Associações corporativas e setoriais.
45) Rodrigo Loures	<p>Em 1968, fundou a Nutrimental, indústria do segmento alimentício. Presidente da Federação de Indústrias do Estado do Paraná (FIEPR). Vice-presidente da CNI; Presidente do Conselho Deliberativo do Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade - IBQP e vice-presidente da PROTEC - Sociedade Brasileira Pró-Inovação Tecnológica. Integra o CCT - Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia da Presidência da República, o Conselho Diretor do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, do MCT, o Conselho Nacional do SESI-SENAI, o Fórum Nacional da Indústria e representa a CNI no Conselho Deliberativo da ABDI - Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (MDIC). É conselheiro consultivo da ANPROTEC - Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores e membro do Conselho Deliberativo do SEBRAE-PR, da Associação do Comércio Exterior do Brasil - AEB, do Comitê Gestor do Fundo Verde-Amarelo (MCT), da FBDS - Fundação Brasileira do Desenvolvimento Sustentável, da WBA - World Business Academy, do IONS - Institute Of Noetic Sciences, da SOL - Society for Organizational Learning e do Instituto ETHOS. Presidente Conselho Superior de Inovação e Competitividade (CONIC) da FIESP.</p>	Indústria alimentícia. Vinculações com o Estado restrito. Associações corporativas, setoriais e societais.

	<b>Período: desde 13/02/2003</b>	
46) Roger Agnelli	<p>Presidente da Cia Vale do Rio Doce (CVRD). Trabalhou entre 1981 e 2001 no grupo Bradesco, tendo sido Diretor Executivo do Banco Bradesco de 1998 a 2000 e Diretor Presidente da Bradespar S.A. de 2000 a 2001. Foi Presidente do C. A. da CVRD, membro dos C.As. da Valepar S.A., Companhia Paulista de Força e Luz, Companhia Siderúrgica Nacional, Latas de Alumínio S.A. - LATASA, VBC Energia S.A., Brasmotor S.A., Mahle Metal Leve S.A., Rio Grande Energia S.A. e Serra da Mesa Energia S.A., Diretor da UGB Participações S.A. e Vice-Presidente da ANDIB - Associação Nacional dos Bancos de Investimento. Atualmente, é também membro do Conselho de Administração da ABB - Asea Brown Boveri e Presidente do Comitê de Cooperação Empresarial - CCE, da FGV. Diretor da Associação Parceria Contra as Drogas. Membro do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável. Membro do Conselho Superior Estratégico da FIESP. Membro do Conselho do IEDI. Membro do Conselho Consultivo do Setor Privado (CONEX) da CAMEX.</p> <p><b>Período: de 13/02/2003 a 13/05/2007</b></p>	<p>Setor de energia elétrica, metalurgia, mineração e siderurgia. Setor Financeiro/Bancário.</p> <p>Vinculações com o Estado restrito. Associações corporativas, setoriais e societais.</p>
47) Sérgio Habersfeld	<p>Presidente do Grupo Dixier Toga S.A. Atua também em diversas instituições: Presidente da WPO - World Packaging Association. Presidente da ABIEF - Associação Brasileira das Indústrias de Embalagens Plásticas Flexíveis; Presidente do SEPACO - Hospital do Setor Papelero e de Embalagem; Membro do Conselho da FIESP; Membro do Conselho do IEDI; Membro do Conselho de Política Econômica da CNI - Confederação Nacional das Indústrias; Presidente do Comitê ALCA da AMCHAM - Câmara Americana de Comércio São Paulo; Em 21/02/03, assumirá a Presidência do Conselho de Administração da AMCHAM - Câmara Americana de Comércio São Paulo.</p> <p><b>Período: de 13/02/2003 a 14/02/2005</b></p>	<p>Indústria de embalagens. Associações corporativas e setoriais.</p>
48) Viviane Senna	<p>Fundadora e Presidente do Instituto Ayrton Senna. Membro dos Conselhos Consultivos da Febraban e Citibank Brasil; Conselho de Educação da CNI e FIESP; Conselhos dos Institutos Coca-Cola, Energias do Brasil (EDP), da Associação de Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil (ADVB). Membro do Conselho de Governança e Fundadora do Movimento Todos pela Educação; Comitês de orientação e investimentos sociais dos bancos Itaú e Unibanco. Nomeada um dos Líderes para o Novo Milênio (CNN/Revista Time).</p> <p><b>Período: desde 13/02/2003</b></p>	<p>Setor Financeiro/Bancário e Industrial. Associações corporativas, setoriais e societais.</p>
49) Waldemar Verdi Junior	<p>Vice-Presidente da Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores – FENABRAVE. Representação Social: Vice-Presidente do Conselho de Acionistas do Grupo Verdi - GV Holding S/A, que atua no setor de distribuição de veículos, consórcios, seguros, instituições financeiras, importação de automóveis, gás natural, construção civil. Membro do C. A. do Banco Dibens S/A; Foi Presidente da</p>	<p>Fenabrave: Fabricação de Veículos. GV Holding: diversos ramos econômicos. Setor Financeiro. Associações</p>

	ASSOBENS - Associação Brasileira dos Distribuidores Mercedes-Benz. Diretor da ABRAD - Associação Brasileira das Administradoras de Consórcio dos Distribuidores de Veículos Automotores. Presidente dos Conselhos Diretor e Deliberativo. Membro do Conselho Superior Estratégico da FIESP. <b>Período: de 13/02/2003 a 13/05/2007</b>	corporativas e setoriais.
<b>Total</b>	49 Conselheiros-Empresários	

### Presença do Empresariado (e de seus Prepostos) no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (ingressos em 2004)

Conselheiros-Empresários	Trajetórias e Vinculações	Atividades Principais e Tipos de Associações
1) Carlos Jereissati Filho	Presidente e CEO do Grupo Iguatemi. Desde 1994 atua como diretor superintendente na Iguatemi Empresa de Shopping Centers. Presidente da Associação Brasileira de Shopping Center – ABRASCE. Acionista majoritário da Telemar. Membro do Conselho do IEDI. <b>Período: de 28/07/2004 a 13/05/2007</b>	Setor de construção e telecomunicações. Empresa full service em shoppings centers. Comércio. Associação setorial.
2) Oded Grajew	Fundador da Grow Jogos e Brinquedos. Participou do grupo fundador e foi o coordenador geral do Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE). Foi presidente da Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos (Abrinq) e Presidente da Federação Latino-Americana de Fabricantes de Brinquedos. Criou a Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente, da qual foi diretor-presidente até 1998 e, atualmente é membro do Conselho de Administração. Fundou a Cives - Associação Brasileira de Empresários pela Cidadania. Fundador e presidente do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social. É membro do Conselho Consultivo do Global Compact. Foi o idealizador do Fórum Social Mundial. Foi um dos fundadores da ONG Movimento Nossa São Paulo. <b>Período: desde 28/07/2004</b>	Fabricante de brinquedos e jogos recreativos. Vinculações com o Estado restrito.  Associações corporativas, setoriais e societais.
3) Paulo Godoy	Presidente da ABDIB (Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base). É Diretor Presidente do Grupo Alusa, conglomerado composto pelas empresas Alusa Engenharia, Cavan e Alupar. Participa de diversos Conselhos e Comitês, com destaque para: CNDI - Conselho Nacional para o Desenvolvimento Industrial - (Governo Federal); Conselho Consultivo do Setor Privado (CONEX) da CAMEX; INVESTE SÃO PAULO - Membro do Conselho de Administração (Governo do Estado de São Paulo); FNI - Fórum	Holding atuante em energia, construção civil, óleo e gás. Vinculações com o Estado restrito.

	Nacional da Indústria (CNI - Confederação Nacional da Indústria); membro do conselho consultivo da Febraban; membro do COINFRA - Conselho Superior de Infraestrutura (FIESP - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo). <b>Período: desde 28/07/2004</b>	Associações corporativas.
4) Rogelio Golfarb	Diretor de Assuntos Corporativos e Comunicação da Ford para América do Sul Atualmente é Membro do Conselho Consultivo do IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo), do Conselho de Desenvolvimento Econômico de São Bernardo do Campo e do Conselho de Comércio Exterior da FIESP. No período 2004 a 2007 foi Presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA) e do Sindicato Nacional da Indústria de Tratores, Caminhões, Automóveis e Veículos Similares (SINFAVEA), sendo Vice-presidente da ANFAVEA na gestão 2001-2004. É também diretor titular do Centro de Indústrias do Estado da Bahia. Membro do Conselho Consultivo da Associação Nacional das Instituições de Crédito, Financiamento e Investimento (ACREFI). <b>Membro do CDES: desde 04/11/2008 e de 28/07/2004 a 13/05/2007</b>	Fabricação de veículos. Setor Financeiro. Associação corporativa e setorial.

### Presença do Empresariado (e de seus Prepostos) no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (ingressos em 2005 e 2006)

Conselheiros-Empresários	Trajetórias e Vinculações	Atividades Principais e Tipos de Associações
1) Gisela Gorovitz	<b>Coordenadora da Associação Brasileira de Empresários pela Cidadania – CIVES</b> <b>Período: de 09/03/2005 a 13/05/2007</b>	Associação societal.
2) João Bosco Borba	Presidente da Associação Nacional de Empresários e Empreendedores Afro-Brasileiro (Anceabra). Consultor do Mercado Africano. <b>Período: desde 09/03/2005</b>	Associação societal.
3) João Elísio Ferraz de Campos	Preside o Conselho de Administração da Centauro Vida e Previdência S.A. e o Conselho de Administração da Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação. Ex-Presidente da Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização - CNSeg, da Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização – FENASEG. Foi segurador do Bamerindus. Foi Superintendente da Fundação Educacional do Paraná - FUNDEPAR, Secretário de Administração, Deputado Estadual pela ARENA, Vice-Governador, acumulando o cargo de Presidente do Banco de Desenvolvimento do Paraná S/A - BADEP, Secretário de Finanças, vindo a ser finalmente Governador do Estado do Paraná.	Setor financeiro/bancário. Vinculações com o Estado restrito. Associações corporativas.

	<b>Período: desde 21/03/2006</b>	
--	----------------------------------	--

### Presença do Empresariado (e de seus Prepostos) no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (ingressos em 2007)

Conselheiros-Empresários	Trajetórias e Vinculações	Atividades Principais e Tipos de Associações
1) Alair Martins do Nascimento	<p>Presidente da Martins Comércio e Serviços de Distribuição S/A. Acionista majoritário (direta ou indiretamente) das empresas: Banco Triângulo S.A, Farma Service Distribuidora Ltda Vidalink do Brasil S.A., Rede Smart Varejos, EZ Food Serviços S.A (Apprimus), Repom S.A, Presidente Fundador do Martins Comércio &amp; Serviços de Distribuição S.A. Membro da Diretoria ABAD (Associação Brasileira dos Atacadistas Distribuidores) desde sua fundação, há vinte anos. Vice-Presidente da Federação do Comércio do Estado de Minas Gerais, Diretor da ADEMIG (Associação dos Distribuidores do Estado de Minas Gerais), Membro do Conselho Fiscal da ACIUB (Associação Comercial e Industrial de Uberlândia), Vice-Presidente do Conselho Deliberativo do Praia Clube (Clube recreativo com sede em Uberlândia), Membro do Fórum de Líderes Empresariais, Membro do Conselho Superior Estratégico da FIESP.</p> <p><b>Período: de 15/05/2007 a 25/08/2009</b></p>	<p>Comércio varejista. Setor Financeiro</p> <p>Associações corporativas, setoriais e societais.</p>
2) Humberto Eustáquio César Mota	<p>Presidente da Dufry do Brasil, Presidente do Conselho Superior da Associação Comercial do Rio de Janeiro - ACRJ, Presidente da Associação Nacional das Empresas Concessionárias de Aeroportos Brasileiros - ANCAB, Vice-Presidente das Empresas Brasif, Membro do Conselho Temático de Infraestrutura da Confederação Nacional da Indústria - COINFRA, Membro do Conselho Consultivo da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, Diretor da Câmara de Comércio Americana do Rio - AMCHAM e membro do Conselho Empresarial da Candidatura da Cidade do Rio de Janeiro às Olimpíadas 2016. Foi Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico do Estado do Rio de Janeiro, Presidente da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, Chefe de Gabinete da Secretaria de Planejamento do Governo do Estado de Minas Gerais, Assessor Especial do Ministro de Estado da Fazenda, Presidente do Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro, fundador e Presidente da Agência Rio - Promoção, Desenvolvimento e Meio Ambiente e Presidente do Conselho de Administração da Companhia de Desenvolvimento Industrial do Rio de Janeiro.</p> <p><b>Período: desde 14/05/2007</b></p>	<p>Comércio varejista de viagens.</p> <p>Setor de Serviços.</p> <p>Vinculações com o Estado restrito.</p> <p>Associações corporativas e setoriais.</p>
3) Ivan Zurita	<p>Presidente da Nestlé Brasil, tendo desempenhado anteriormente a função de Presidente nas unidades da Nestlé em outros países: México, Costa Rica, El Salvador, Nicarágua, Guatemala e Honduras. Membro da Academia Brasileira de Marketing, do Conselho Estratégico Superior da Indústria da FIESP e da Academia Latino-</p>	<p>Indústria de alimentos.</p> <p>Associações corporativas.</p>

	Americana de Nutrologia, além de pertencer a outras associações no exterior. Prêmio Personalidade Empresarial (2006) e Prêmio Empreendedor do Ano (2005). <b>Período: de 14/05/2007 a 25/08/2009.</b>	
4) Jackson Schneider	Vice-Presidente de Relações Institucionais da Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. (EMBRAER). Atual Vice-Presidente de RH, Jurídico & Relações Institucionais da Mercedes-Benz, Vice-Presidente da FIESP e da ANFAVEA/SINFAVEA. <b>Período: desde 14/05/2007.</b>	Indústria aeronáutica. Associações corporativas e setoriais.
5) Lincoln Fernandes	Sócio Controlador do Grupo Carfepe, com atuação nas áreas de Biotecnologia, Genética Avícola, Alimentação, Construção e Previdência Privada. Presidente da ITV Empreendimentos Imobiliários. Presidente do Moinho Sete Irmãos (farinha de trigo). Presidente da Carfepe Sociedade de Previdência Privada. Diretor Conselheiro da Carfepe Holding. Presidente do Conselho de Política Econômica e Industrial da FIEMG - Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais. Membro do Conselho de Política Econômica da CNI - Confederação Nacional da Indústria. <b>Período: desde 14/05/2007</b>	Holding atuante em diversos setores econômicos.  Associações corporativas.
6) Luiza Helena Trajano	Presidente da rede Magazine Luiza. Membro do Conselho Nacional da Gestão Pública (gestão 2007-2010), e em 2008 membro do Conselho Superior Estratégico da FIESP. Recentemente ela assumiu também a presidência do IDV (Instituto para Desenvolvimento do Varejo) para o biênio 2009-2010. <b>Período: desde 14/05/2007</b>	Holding atuante principalmente no comércio e finanças. Associações corporativas e setoriais.
7) Maurício Botelho	Presidente da Embraer (1995-2007). Presidente do Conselho de Administração da Embraer a partir de 2007. Atua como membro de Conselho e consultor em diferentes instituições e corporações, dentre as quais CBMM - Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração - Membro do Conselho de Administração e Mogno Consultoria de Negócios Ltda. - Presidente. De 2007 a 2009 foi Membro do Conselho de Administração da Perdigão e, de julho de 2008 a fevereiro de 2010, foi Membro do Conselho Consultivo para a América Latina do Deutsche Bank. Membro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI) e do Conselho Consultivo do Setor Privado (CONEX) da CAMEX. <b>Período: desde 14/05/2007</b>	Indústria aeronáutica. Indústria alimentícia. Setor financeiro. Consultoria empresarial. Metalurgia.  Vinculações com o Estado restrito.
8) Murilo de Aragão	Advogado, jornalista e cientista político, mestre em Ciência Política e doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília, Murilo de Aragão lidera uma das principais empresas de análise política e de políticas públicas da América Latina, a Arko Advice Pesquisas com sede em Brasília e escritórios em São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Nova York. A Arko Advice tem entre seus clientes bancos, empresas nacionais, multinacionais e entidades de classe. É associada à empresa Latin Source, rede de consultorias da América Latina. Comanda	Consultoria.

	o noticioso Brazilian Intelligence e o Análise Política Latino- Americana, veiculado pela Agência Estado. <b>Período: desde 23/11/2007</b>	
9) Nelson José Côrtes da Silveira	Empresário, sócio-fundador e administrador das empresas de termoeletricidade do Grupo Enguia Power Ltda e da produtora de biodiesel Brasil Ecodiesel S.A.. Atuando sempre na área de energias renováveis, é atualmente controlador e administrador da D F Vasconcelos Ltda, especializada em ótica e mecânica de precisão, onde busca desenvolver o uso da energia solar no país. <b>Período: desde 14/05/2007</b>	Setor de energia, combustível e tecnologia hospitalar.
10) Paulo Tigre	Diretor da Holding DHB - Indústria e Comércio S/A e do Conselho de Administração da DHB Componentes Automotivos S/A, grupo industrial integrante da cadeia automotiva no segmento de autopeças. Presidente da Federação e do Centro das Indústrias do Rio Grande do Sul (2008-2011). Desde 2006, é um dos vice-presidentes da Confederação Nacional da Indústria. Em 2007, assumiu a presidência do Conselho de Integração Internacional da CNI. <b>Período: desde 14/05/2007</b>	DHB: setor de autopeças. Associações corporativas.
11) Rozani Holler	Representante Nacional do Ramo Trabalho na OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras, mandatos: 2001 a 2004 e 2004 a 2008. Participação das discussões sobre a regulamentação do Cooperativismo de Trabalho no Brasil – 2005/2006 e 2007. Ex-Presidente da Confederação Brasileira das Cooperativas de Trabalho - COOTRABALHO – 1999 a 2005. Ex-Presidente da Federação das Cooperativas de Trabalho do Estado da BA – 1997 a 2001. Participação no Fórum Nacional do Trabalho – 2003 e 2004. Participação do GT8 dentro do FNT – 2003 e 2004. <b>Período: desde 14/05/2007</b>	Agroindústria. Associações setoriais.
12) Sônia Regina Hess de Souza	Presidente da Dudalina S/A, empresa de moda. Atuação: CONSULT: Conselho Consultivo Superior de Governo de Santa Catarina, FIESC - CIESC/SC - Conselho Fiscal, ADVB/SC - Vice-Presidente Conselho / Gestão 2011-2013, FIESP - Comitês: Responsabilidade Social (CORES), Têxtil (COMTÊXTIL), Conselho Superior de Responsabilidade Social (CONSOCIAL), ABIT / SP - Conselheira Vice-Presidente, Conselho Curador da Fundação Dom Cabral / MG, Presidente do LIDEM: Grupo de Mulheres Líderes Empresariais / SP, LIDE: Grupo de Líderes Empresariais / SP, Conselho Consultivo do World Trade Center / SP, Jurada da Cartier Womens´s Initiative Awards / França - 2010. Fórum de Líderes. <b>Período: desde 14/05/2007</b>	Indústria Têxtil. Comércio. Associações corporativas, setoriais e societais.
13) Vicente Mattos	Empresário da Construção Civil, sócio da Concreta Tecnologia em Engenharia Ltda. Vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado da Bahia; vice-presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção	Indústria da Construção Civil. Associações corporativas e setoriais.

	<p>- CBIC; diretor de relações institucionais do Sindicato da Indústria da Construção do Estado da Bahia; membro do Conselho de Integração Nacional da CNI; membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado da Bahia; membro dos Conselhos de Economia e Desenvolvimento Industrial, de Responsabilidade Social e de Inovação Tecnológica da FIEBA; membro do Fórum Empresarial da Bahia e Coordenador do Projeto de Capacitação para Inovação da CBIC. Foi Diretor Regional do Instituto Brasileiro do Concreto (BA/SE). Forte atuação no Sindicato da Indústria da Construção do Estado da Bahia.</p> <p><b>Período: desde 14/05/2007</b></p>	
--	--	--

### Presença do Empresariado (e de seus Prepostos) no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (ingressos em 2008)

Conselheiros-Empresários	Trajetórias e Vinculações	Atividades Principais e Tipos de Associações
1) Antonio Carbonari Neto	<p>Presidente da Anhanguera Educacional S.A., entidade mantenedora das Faculdades Integradas de Valinhos, Faculdade Comunitária de Campinas, Faculdade Politécnica de Jundiaí, Faculdade Politécnica de Matão, Faculdade Comunitária de Santa Bárbara, Faculdade Comunitária de Limeira, Faculdade Comunitária de Taubaté, Faculdade Comunitária de Piracicaba, Faculdade Comunitária de Sorocaba, Faculdade Comunitária de São José dos Campos e do Centro Universitário Anhanguera (Leme e Pirassununga); Diretor de Relações Institucionais do SEMESP - Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior do Estado de São Paulo, 2005/2008; Vice-Presidente e Membro do Conselho Curador da Fundação Nacional de Desenvolvimento do Ensino Superior Particular/FUNADESP.</p> <p><b>Período: de 07/07/2008 a 27/04/2010</b></p>	Empresariamento Educacional. Associações setoriais.
2) Antonio Carlos Valente da Silva	<p>Presidente Executivo do Grupo Telefônica no Brasil, membro dos Conselhos de Administração da Telefônica Internacional S/A e da Telesp (Telefônica SP) e Presidente da AHCET – Asociación Iberoamericana de Centros de Investigación y Empresas de Telecomunicaciones, e da Telebrasil. Foi presidente da Telefônica no Peru, Diretor-Geral para Temas Regulatórios do Grupo na América Latina e Vice-presidente da Anatel – Agência Nacional de Telecomunicações, entre dezembro de 2001 e junho de 2004. Antonio Carlos Valente é engenheiro, pós-graduado em administração e negócios, com cursos de especialização em Gerência de Sistemas e Negócios.</p> <p><b>Período: desde 07/07/2008</b></p>	Setor de Telecomunicações. Vinculações com Estado restrito. Associações setoriais.
3) Carlos Gilberto Cavalcante Farias	<p>Diretor Institucional da Agrovale - Agro Indústrias do Vale do São Francisco S/A, Diretor da Agrivale - Agricultura do Vale S/A, Diretor da Fargon Ltda - Exportadora de Fruta para Europa e Estados Unidos,</p>	Agroindústria. Indústria da Construção Civil. Associação corporativa e

	Diretor da A.M.F. - Construtora e imobiliária localizada em Petrolina – PE, Presidente do Conselho Nacional das Agroindústrias Brasileira – Confederação Nacional da Indústria, Vice Presidente da Federação das Indústrias do Estado da Bahia, Membro do Conselho de Representantes da Confederação Nacional da Indústria, Presidente do Sindicato dos Produtores de Açúcar e Álcool da Bahia, Presidente da União dos Irrigantes do Médio e Sub-Médio São Francisco, Membro da Câmara Setorial dos Combustíveis do MAPA, Membro do Fórum Nacional do Setor Sucroalcooleiro. <b>Período: desde 04/11/2008</b>	setoriais.
4) Marcos Jank	Presidente e Diretor Executivo da União da Indústria da Cana-de-Açúcar (ÚNICA), Ex-Presidente e idealizador do Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (ICONE). Consultor e coordenador de projetos do Banco Mundial, BID, OCDE, FAO, PNUD, Fundação Hewlett, Agência Suíça para a Cooperação e o Desenvolvimento (SDC), Departamento para a Cooperação Internacional do Reino Unido (DFID) e German Marshall Fund of the United States (GMF). É também Diretor do Departamento de Agronegócios da FIESP. Membro do Conselho Consultivo do Setor Privado (CONEX) da CAMEX. <b>Período: desde 07/07/2008</b>	Agroindústria.  Vinculações com o Estado restrito.  Associações corporativas.
5) Rogelio Golfarb (retornou)	Diretor de Assuntos Corporativos e Comunicação da Ford para América do Sul. Atualmente é Membro do Conselho Consultivo do IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo), do Conselho de Desenvolvimento Econômico de São Bernardo do Campo e do Conselho de Comércio Exterior da FIESP. No período 2004 a 2007 foi Presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA) e do e do Sindicato Nacional da Indústria de Tratores, Caminhões, Automóveis e Veículos Similares (SINFAVEA), sendo Vice-presidente da ANFAVEA na gestão 2001-2004. É também diretor titular do Centro de Indústrias do Estado da Bahia. Membro do Conselho Consultivo da Associação Nacional das Instituições de Crédito, Financiamento e Investimento (ACREFI). <b>Membro do CDES: desde 04/11/2008 e de 28/07/2004 a 13/05/2007</b>	Fabricação de Veículos. Setor Financeiro. Associação corporativa e setorial.

### Presença do Empresariado (e de seus Prepostos) no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (ingressos em 2009)

Conselheiros-Empresários	Trajatórias e Vinculações	Atividades Principais e Tipos de Associações
1) Adilson Primo	Presidente do Grupo Siemens no Brasil e Região Mercosul (Argentina, Chile, Uruguay, Paraguay e Bolívia). Membro do Conselho da Osram do Brasil Lâmpadas Elétricas Ltda, Membro do Conselho da Epcos do Brasil Ltda, Membro do Conselho Superior do Movimento Brasil Competitivo (MBC), Vice-Presidente da Câmara	Setor eletrônico, infraestrutura, energia, automação industrial e

	de Comércio e Indústria Brasil-Alemanha, 1º Vice-Presidente da Associação Brasileira da Infra-estrutura e Indústria de Base (ABDIB) e Membro do Conselho Estratégico da Associação Brasileira da Indústria Eletro e Eletrônica (ABINEE). <b>Período: desde 25/08/2009</b>	tecnologia hospitalar. Associações setoriais e societais.
2) Antonio Gil	Iniciou sua carreira como COO (Chief Operations Officer) da IBM-Brasil e CEO (Chief Executive Officer) na Venezuela. Em 1986, tornou-se presidente da SID e, em 1993, assumiu a presidência da Lucent Technologies do Brasil. A partir de 1998, Gil passou a trabalhar em parceria com o grupo de investidores IT Partners com o objetivo de procurar oportunidades no segmento de IT e Telecom no Brasil. Tornou-se presidente da CPM (atual CPM Braxis), empresa que em julho de 2000 passou a fazer parte do IT Partners, na América Latina. Desde 2007, Gil tem atuado como Presidente Executivo da Associação Brasileira de Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (Brasscom), entidade que congrega principais empresas líderes no setor de TIC. Conselho Consultivo do Setor Privado (CONEX) da CAMEX. <b>Período: desde 25/08/2009</b>	Serviços de TI. Consultoria em TI.  Vinculação com Estado restrito.  Associações setoriais.
3) Cláudio Elias Conz	Presidente da Anamaco (Associação Nacional dos Comerciantes de Material de Construção). Ex-gerente da Ideal Standard (louças sanitárias) e, posteriormente, atuou como gerente da Cerâmica Portobello. Em 1983, optou pelo varejo do segmento e foi diretor da Cinco S.A. Pisos e Azulejos, em São Paulo. Conz está na presidência executiva da Anamaco (Associação Nacional dos Comerciantes de Material de Construção) há 09 anos. É membro do Grupo de Acompanhamento da Crise, junto ao Ministério da Fazenda. É, também, presidente do Sincomaco (Sindicato do Comércio Atacadista de Materiais de Construção), membro do Conselho Curador do FGTS representando a Confederação Nacional do Comércio (CNC) e presidente da Câmara da Construção da Fecomércio de São Paulo, além de ex-presidente do CTECH (Comitê Nacional de Desenvolvimento Tecnológico da Habitação - ligado ao Ministério das Cidades). Tem forte ligação com a AMRMC (Associação Minha Rua Minha Casa) e a OAF (Organização de Auxílio Fraternal), que desenvolvem um forte trabalho com moradores de rua da cidade de São Paulo. <b>Período: desde 25/08/2009</b>	Indústria e comércio de materiais de construção. Vinculações com o Estado restrito. Associações corporativas, setoriais e societais.
4) Luiz Aubert Neto	Diretor da Aubert Engrenagens. Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (ABIMAQ). Trabalhou na vice-presidência do Banco Itaú. Membro da Junta FINAME do BNDES, Conselheiro do CONEX - Conselho Consultivo do Setor Privado da CAMEX, Membro do Conselho Temático Permanente de Educação da CNI, Membro do Conselho Temático Permanente de Política Industrial e Desenvolvimento Tecnológico da CNI, Membro da Comissão Intersetorial da Indústria para a Reforma Tributária da CNI, Membro do Conselho de Agronegócio - CONSAGRO do MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Membro do Conselho Deliberativo da PROTEC e Membro da Divisão de Insumos do Departamento de Agronegócio - DEAGRO na FIESP. <b>Período: desde 25/08/2009</b>	Indústria de engrenagens e redutores. Setor financeiro. Agronegócio. Vinculações com o Estado restrito. Associações corporativas.
5) Luiz Eduardo Abreu	Atual Diretor-Presidente do Conselho de Administração (C.A.) das Empresas do Grupo NSG CAPITAL.	Setor Financeiro/Bancário.

	<p>Atuou como Diretor-Presidente do C.A. da Zamprogna S.A. Possui extensa experiência como executivo na área financeira: Vice-Presidente de Finanças, Mercado de Capitais e Relações com Investidores, no Banco do Brasil S.A.; Diretor-Presidente no BB – Banco de Investimentos S.A.; Diretor-Presidente e Presidente do C.A. no BRB - Banco de Brasília S.A. e BRB DTVM S.A.. Em Conselhos, atuou nas seguintes instituições: Presidente do C.A. - NEOENERGIA – Holding do Setor Elétrico; COELBA – Cia. Energética da Bahia; CELPE – Cia. Energética de Pernambuco; COSERN – Cia. Energética do Rio Grande do Norte; Vice-Presidente do C.A. - CIBRASEC – Cia. Brasileira de Securitização. Conselheiro do C.A. – Aliança do Brasil – Cia. de Seguros; TELEMAR Participações S.A.; CBLC – Cia. Brasileira de Liquidação e Custódia; CIP – Câmara Interbancária de Pagamentos; Conselho Fiscal – ITAUSA – Investimentos Itaú S.A. Diretor na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais; Conselho Superior na ACPA – Associação Comercial de Porto Alegre; Associação do Aço do Rio Grande do Sul; Vice-Presidente na ANDIMA – Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro; Conselho Diretor da FEBRABAN. Atualmente é Diretor da FIERGS/CIERGS.</p> <p><b>Período: desde 25/08/2009.</b></p>	<p>Setor Energia.</p> <p>Associações corporativas e setoriais.</p>
6) Maria Elvira Salles Ferreira	<p>Fundou o Instituto Cultural Newton Paiva Ferreira - entidade mantenedora do Centro Universitário Newton Paiva Ferreira, em Belo Horizonte. É fundadora do Fórum de Mulheres do Mercosul, cuja Presidência Internacional exerceu até 2005. Em 2003 torna-se membro do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Atualmente Vice-presidente da Associação Comercial de Minas. Fundou e presidiu o Conselho da Mulher Empreendedora. Preside atualmente o Conselho Empresarial de Turismo da ACMinas, onde foi eleita membro do Conselho de Turismo de MG. Foi secretária estadual de turismo no governo de Aécio Neves e deputada estadual e federal pelo PMDB-MG. <b>Período: desde 25/08/2009</b></p>	<p>Empresariamento educacional.</p> <p>Vinculações com o estado restrito.</p> <p>Associações setoriais e societais.</p>
7) Renato Conill	<p>Empresário, Presidente do Grupo Süd Metal, Grupo composto de seis fábricas do Setor Metal Mecânico. Na área comercial possui concessionárias das marcas BMW e Audi.</p> <p><b>Período: desde 25/08/2009</b></p>	<p>Metalurgia. Fabricação de peças. Comércio.</p>
8) Sérgio Reze	<p>Titular de concessionárias Volkswagen e Hyundai. Presidente dos Conselhos da FENABRAVE - Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores. Diretoria da Assobrav - Associação Brasileira de Distribuidores Volkswagen (1973-1984 e 1999-2005). Presidente do Consórcio dos Concessionários Volkswagen (1999-2005).</p> <p><b>Período: desde 25/08/2009</b></p>	<p>Comércio.</p> <p>Associações setoriais.</p>
9) Walter Torre Jr.	<p>Presidente do Grupo WTORRE Engenharia.</p> <p><b>Período: desde 25/08/2009</b></p>	<p>Indústria de construção.</p>

**Presença do Empresariado (e de seus Prepostos) no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (ingressos em 2010)**

Conselheiros-Empresários	Trajetórias e Vinculações	Atividades Principais e Tipos de Associações
1) Cledorvino Belini	<p>Presidente da ANFAVEA – Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores e do SINFAVEA – Sindicato Nacional da Indústria de Tratores, Caminhões, Automóveis e Veículos Similares para a gestão abril/2007 a abril/2010. Assumiu em fevereiro de 2004 o cargo de presidente da Fiat Automóveis para a América Latina. Em 2005, assumiu a presidência de todo o Grupo Fiat para a América Latina. Integra o Conselho Executivo do Fiat Group (GEC), a mais elevada instância mundial de comando executivo do grupo. Diretor presidente da Fiat Finanças Brasil desde 2005 e presidente do Conselho de Administração do Banco Fidis desde janeiro de 2009. Além disso, é membro do Conselho Superior Estratégico da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e do International Advisory Board, da Fundação Dom Cabral. Conselho Consultivo do Setor Privado (CONEX) da CAMEX.</p> <p><b>Período: desde 06/09/2010</b></p>	<p>Fabricação de veículos. Setor financeiro. Vinculações com o Estado restrito. Associações corporativas, setoriais e societárias.</p>
2) Fernando Alves	<p>Sociopresidente da Price Waterhouse Coopers-Brasil, organização líder no seu segmento no País, onde atua prestando serviços de auditoria; consultoria tributária e societária; e consultoria de gestão. É membro do Instituto de Auditores Independentes do Brasil -IBRACON, do Conselho Federal de Contabilidade - CFC, do CFA – Conselho Federal de Administração, do IBEF – Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças e da Anefac – Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade, membro do Conselho de Administração da Amcham - Câmara Americana de Comércio no Brasil e também do seu Comitê Executivo. É ainda membro do Conselho Empresarial Brasil-China; foi Vice-Presidente do Conselho de Administração do IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa e, atualmente, é membro do "Board of Advisors of the Brazil Programs" da Joseph M. Katz Graduate School of Business - University of Pittsburg – EUA. Também é membro do Conselho Editorial das revistas Razão Contábil, Razão de Investir e Custo-Brasil.</p> <p><b>Período: desde 06/09/2010</b></p>	<p>Consultoria empresarial.  Associações setoriais.</p>
3) José Conrado Azevedo Santos	<p>Empresário do setor gráfico (Gráfica Sagrada Família). Vice-presidente da FIEPA (1987-2005). Presidente da FIEPA (2006). Diretor da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Diretor Regional do Serviço Social da Indústria (SESI-PA), Presidente do Conselho Regional do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI-PA) e Vice-Presidente da ABIGRAF Nacional. Foi presidente do Sindicato das Indústrias Gráficas do Pará – SIGEPA (1980-1999).</p>	<p>Setor Gráfico. Associações corporativas e setoriais.</p>

	<b>Período: desde 04/06/2010</b>	
4) Marcelo Bahia Odebrecht	Ingressou no Grupo Odebrecht em 1992, e em janeiro de 2002 foi nomeado CEO da Construtora Norberto Odebrecht, maior empresa de Engenharia e Construção na América Latina. No final de 2008, tornou-se Presidente da Odebrecht S.A., holding do Grupo Odebrecht. Fórum de Líderes. IEDI. Conselho Estratégico da FIESP. Conselho Consultivo do Setor Privado (CONEX) da CAMEX. <b>Período: desde 06/09/2010.</b>	Indústria da Construção, Petroquímica, Infraestrutura, Agronegócio. Setor imobiliário e financeiro. Vinculações com o Estado restrito
5) Marcelo Fidêncio Giufrida	Presidente da BNP Paribas Asset Management Brasil, unidade de gestão de recursos do BNP Paribas no país. Coordenador da divisão de negócios "Investment Solutions" no Brasil. Além da gestão de recursos, a Investment Solutions congrega as atividades de private banking, seguros, custódia e serviços financeiros, corretora e negócios imobiliários. Foi diretor Banco CCF Brasil entre 1987 e 2000. É, desde 2009, Presidente da Anbima - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais, entidade resultante da fusão da Anbima com a Anbid, onde foi vice-presidente responsável pela Comissão de Administração de Recursos de 1996 à 2008, e presidente de 2008 até a data da fusão. Foi também presidente do conselho de Auto-Regulação de Fundos de Investimento da Anbid de 2000 à 2002. <b>Período: desde 04/06/2010</b>	Setor Financeiro. Associações setoriais.
6) Olavo Machado Júnior	Empresário do setor elétrico e líder empresarial. Fundou, em 1974, a Machado Correa Engenharia (Macorim), é sócio da IG Construções Elétricas de equipamentos elétricos e diretor da Orteng MCT transformadores Ltda. É presidente da FIEMG, diretor regional do SENAI e do SESI. É Diretor da CNI. Presidiu o Sindicato da Indústria de Aparelhos Elétricos, Eletrônicos e Similares do Estado de Minas Gerais (Sinaees), foi diretor da Associação Brasileira da Indústria Eletro-Eletrônica (Abinee/MG e Abinee/SP), diretor e vice-presidente do Centro das Indústrias das Cidades Industriais de Minas Gerais (CICI/MG), vice-presidente da Sociedade Mineira de Engenheiros (SME) e presidente do Centro Industrial e Empresarial de Minas Gerais (CIEMG). No setor público, foi presidente da Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais (CETEC/MG), Secretário-Adjunto da Indústria e Comércio do Estado de Minas Gerais e membro do Conselho Curador da Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG). Membro do Conselho Deliberativo da ABDI (MDIC). <b>Período: desde 04/06/2010</b>	Setor elétrico. Vinculações com o Estado restrito. Associações corporativas e setoriais
7) Robson Braga de Andrade (retornou)	Diretor-Presidente da ORTENG Equipamentos e Sistemas LTDA, empresa brasileira, fornecedora de Sistemas Integrados de Energia e Automação, atuando nos segmentos de energia, petróleo, gás, mineração, siderurgia, saneamento, telecomunicações e transportes. Presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Exerceu a presidência do Sistema FIEMG – Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais; gestão 2002/2006 e 2006/2010. Membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado de Minas Gerais. Membro do Conselho Consultivo do Setor Privado (CONEX) da CAMEX. Participou do	Indústria com atuação em diversos setores. Vinculações com o Estado restrito. Associações corporativas e setoriais.

	Programa de Gestão Estratégica para Dirigentes Empresariais pela Fundação Dom Cabral e INSEAD / França (1999). <b>Período: desde 06/09/2010 e de 13/02/2003 a 25/08/2009</b>	
--	---	--

**Elaboração própria. Fontes:** Sites do CDES ([www.cdes.gov.br](http://www.cdes.gov.br)) e pesquisas na internet.

---

<sup>i</sup> As atividades principais das empresas e grupos econômicos foram pesquisadas no site Econoinfo ([www.econoinfo.com.br](http://www.econoinfo.com.br)), nas revistas Valor Grandes Grupos e Balanço Anual da Gazeta Mercantil, no site do CNAE/IBGE ([www.cnae.ibge.gov.br](http://www.cnae.ibge.gov.br)) e nos sites das próprias empresas e grupos.